Roraima
Assembleia Legislativa
O Poder do Povo

DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 21 de Dezembro de 2021.
Edição 3598 | Páginas: 183

8ª LEGISLATURA | 61º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

RENATO SILVA
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JEFERSON ALVES
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2º SECRETÁRIA

TAYLA PERES
3ª SECRETÁRIA

GABRIEL PICANÇO
4ª SECRETÁRIO

NILTON SINDPOL
CORREGEDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:
a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
b) Deputado Renan Filho – Vice-Presidente;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputado Coronel Chagas;
e) Deputado Evangelista Siqueira;
f) Deputado Jorge Everton; e
g) Deputada Lenir Rodrigues.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:
a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
b) Deputado Nilton Sindpol – Vice-Presidente;
c) Deputado Eder Lourinho;
d) Deputado Jeferson Alves; e
e) Deputado Dhiego Coelho.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:
a) Deputado Nilton Sindpol – Presidente;
b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
c) Deputado Neto Loureiro;
d) Deputado Renan Filho; e
e) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:
a) Deputado Evangelista Siqueira – Presidente;
b) Deputada Lenir Rodrigues – Vice-Presidente;
c) Deputada Ângela Águida;
d) Deputada Catarina Guerra; e
e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Cultura e Juventude:
a) Deputado Jeferson Alves – Presidente;
b) Deputado Jalser Renier – Vice-Presidente;
c) Deputado Chico Mozart;
d) Deputado Eder Lourinho; e
e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Saúde e Saneamento:
a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputado Odilon Filho;
e) Deputada Tayla Peres;
f) Deputado Nilton Sindpol; e
g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:
a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
c) Deputado Dhiego Coelho;
d) Deputado Gabriel Picanço;
e) Deputado Marcelo Cabral;
f) Deputado Neto Loureiro; e
g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Tomada de Contas:
a) Deputado Renan Filho – Presidente;
b) Deputado Odilon Filho – Vice-Presidente;
c) Deputado Betânia Almeida;
d) Deputado Chico Mozart; e
e) Deputado Jorge Everton.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:
a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
c) Deputado Jalser Renier;
d) Deputado Nilton Sindpol; e
e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:
a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
c) Deputado Eder Lourinho;
d) Deputado Marcelo Cabral; e
e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:
a) Deputado Odilon Filho – Presidente;
b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputado Eder Lourinho; e
e) Deputado Gabriel Picanço.

Comissão de Políticas Indigenistas:
a) Deputada Lenir Rodrigues – Presidente;
b) Deputado Jeferson Alves – Vice-Presidente;
c) Deputado Coronel Chagas;
d) Deputado Nilton Sindpol; e
e) Deputado Marcelo Cabral.

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:
a) Deputado Dhiego Coelho – Presidente;
b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
c) Deputado Jalser Renier;
d) Deputado Jorge Everton; e
e) Deputado Neto Loureiro.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:
a) Deputado Jânio Xingu – Presidente;
b) Deputado Dhiego Coelho – Vice-Presidente;
c) Deputado Jeferson Alves;
d) Deputado Renan Filho; e
e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:
a) Deputado Renato Silva – Presidente;
b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
c) Deputada Ângela Águida;
d) Deputada Catarina Guerra; e
e) Deputado Coronel Chagas.

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:
a) Deputada Betânia Almeida – Presidente;
b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputada Catarina Guerra; e
e) DeputadaYonny Pedroso.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:
a) Deputada Yonny Pedroso – Presidente;
b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
c) Deputada Betânia Almeida;
d) Deputado Evangelista Siqueira; e
e) Deputada Lenir Rodrigues;

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:
a) Deputada Ângela Águida – Presidente;
b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
c) Deputado Jânio Xingu;
d) Deputada Lenir Rodrigues; e
e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Ética Parlamentar:
a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
c) Deputado Evangelista Siqueira;
d) Deputado Jorge Everton;
e) Deputada Lenir Rodrigues;
f) Deputada Aurelina Medeiros (1ª suplente); e
g) Deputado Neto Loureiro (2º suplente)

Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:
a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
c) Deputada Betânia Almeida;
d) Deputado Jeferson Alves; e
e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:
a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
c) Deputada Betânia Almeida;
d) Deputado Chico Mozart; e
e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Minas e Energia:
a) Deputado Jalser Renier – Presidente;
b) Deputada Yonny Pedroso – Vice-Presidente;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputado Jeferson Alves; e
e) Deputado Renato Silva.

DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

SUMÁRIO

Ato da Presidência

- Republicação dos Atos da Presidência nº 020 e 023/2021 02

Superintendência Legislativa

- Propostas de Emenda à Constituição nº 007 e 008/2021 03
- Projetos de Lei nº 307, 325 a 329, 331, 332, 334 a 339/2021 04
- Requerimentos nº 182, 183 e 184/2021 22
- Indicações nº 1468 a 1475, e 1477 a 1485/2021 23
- Mensagem Governamental nº 087/2021 27
- Relatório Final da CPI de Saúde - Resol. nº 041/2019 27
- Voto do Relatório Final - CPI Resol. nº 041/2019 - Deputada Lenir Rodrigues 144
- Ata da 89ª Reunião da CPI Resol. nº 041/2019 145

Superintendência Administrativa

- Resoluções nº 579 a 580/2021 149

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Resoluções nº 9179 a 9415/2021 149

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: http://www.al.rr.leg.br - **Email:** docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

ANDRÉ GUILHERME TAVARES MILENAS

MATHEUS CASTRO DOS SANTOS

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, *conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira até às 15:30h,* conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATO DA PRESIDÊNCIA

== REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL ==
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 020/2021

Cria Comissão Especial Externa para analisar e emitir parecer sobre Projetos de Lei.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA resolve:

Art. 1º Fica criada a Comissão Especial Externa para analisar e emitir parecer aos seguintes Projetos de Lei:

I – **Projeto de Lei Ordinária nº 171/2020**, que altera a Lei n° 862, de 18 de julho de 2012, que "Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados, no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, em relação a acordo e transação judicial, fixa o valor para efeito de Requisição de Pequeno valor – RPV, na forma prevista nos §§ 3° e 4° do artigo 100 da Constituição Federal de 1988, e dá outras providências;

II – **Projeto de Lei Ordinária nº 209/2021**, que altera a Lei nº 059, de 28 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o Sistema Tributário Estadual e dá outras providências;

III – **Projeto de Lei Ordinária nº 252/2021**, que altera a Lei nº 1.450, de 18 de janeiro de 2021, que alterou os anexos da norma que instituiu o Plano Plurianual – PPA 2020-2023;

IV – **Projeto de Lei Ordinária nº 263/2021**, que autoriza o Poder Executivo a abrir o Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Educação e Desporto- SEED, a fim de liberar Crédito Especial por Anulação, no valor global de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), para os fins que especifica;

V – **Projeto de Lei Ordinária nº 264/2021**, que autoriza o Poder Executivo a abrir o Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, a fim de liberar Crédito Especial por Anulação, no valor global de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para fins que especifica;

VI – **Projeto de Lei Ordinária nº 267/2021**, que institui a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Roraima – FAPERR, e dá outras providências;

VII – **Projeto de Lei Ordinária nº 303/2021**, que altera o Parágrafo Único do Art. 1º da Lei nº 215, de 11 de setembro de 1998;

VIII – **Projeto de Lei Ordinária nº 307/2021**, que dispõe sobre a transformação da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA em Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação – SAICTI, a transformação da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ em Secretaria de Estado da Economia – SEEC, a criação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima - IATER, a extinção da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, a extinção do Instituto de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACTI, e dá outras providências;

IX – **Projeto de Lei Ordinária nº 308/2021**, que cria, no Quadro de Pessoal do Estado de Roraima, o Plano de Cargos e Salários da Carreira de Planejamento e Orçamento, fixa os seus vencimentos e dá outras providências;

X – **Projeto de Lei Ordinária nº 309/2021**, que altera dispositivos da Lei nº. 153, de 1º de outubro de 1996, dispõe sobre a restruturação do Quadro de Pessoal, do Plano de Carreira e de Cargos dos Servidores do Ministério Público do Estado de Roraima e dá outras providências;

XI – **Projeto de Lei Ordinária nº 312/2021**, que altera, transforma e acrescenta dispositivos da Lei nº 664 de 17 de abril de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Roraima e dá outras providências;

XII – **Projeto de Lei Ordinária nº 313/2021**, que altera a Lei nº 1.496, de 9 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2022, e dá outras providências;

XIII – **Projeto de Lei Ordinária nº 316/2021**, que dispõe sobre a alteração do nome do Programa Estadual de Transferência de Renda, denominado Programa Renda Cidadã de Roraima, para Cesta da Família, e dá outras providências;

XIV – **Projeto de Lei Ordinária nº 317/2021**, que dispõe sobre a criação de cargos em comissão no âmbito da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências;

XV – **Projeto de Lei Ordinária nº 320/2021**, que dispõe

sobre a alteração da Lei 1450 de 18 de janeiro de 2021, sobre o Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2020-2023;

XVI – **Projeto de Lei Ordinária nº 321/2021**, que altera a Lei Nº 1.451, de 18 de Janeiro de 2021, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício Financeiro de 2021, para incluir ação específica para "Aumento de Capital em Empresas Estatais" na Unidade Orçamentária 22102 – Operações Especiais;

XVII – **Projeto de Lei Ordinária nº 322/2021**, que autoriza aporte de capital em favor da Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima (CAER), no valor que especifica;

XVIII – **Projeto de Lei Ordinária nº 323/2021**, que cria cargos comissionados na estrutura do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA;

XIX – **Projeto de Lei Ordinária nº 324/2021**, que cria cargos comissionados na estrutura da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima - FEMARH-RR e altera o Anexo I, da Lei nº 1.373, de 27 de janeiro de 2020;

XX – **Projeto de Lei Ordinária nº 326/2021**, que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG e dispõe sobre suas receitas e a aplicação de seus recursos; e dá outras providências;

XXI – **Projeto de Lei Complementar nº 008/2021**, que altera a lei complementar n. 104, de 9 de julho de 2006, que cria e regulamenta a concessão de gratificação de risco de vida - GRV aos ocupantes do cargo de agente sócio-orientador e dá outras providências;

XXII – **Projeto de Lei Complementar nº 009/2021**, que dispõe sobre critérios de distribuição do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, pertencente aos Municípios, revoga a Lei Complementar nº 293, de 17 de agosto de 2020, e dá outras providências; e

XXIII – **Projeto de Lei Complementar nº 010/2021**, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 71, de 18 de dezembro de 2003, e cria cargos no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado de Roraima.

Art. 2º Fica essa comissão composta pelos seguintes parlamentares:

I – Evangelista Siqueira;
II – Jânio Xingú;
III – Catarina Guerra;
IV – Aurelina Medeiros;
V – Coronel Chagas;
VI – Gabriel Picanço; e
VII – Tayla Peres.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 15 de dezembro de 2021.
Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

== REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL ==
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 023/2021

Altera o Ato da Presidência n. 020/2021.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA resolve:

Art. 1º O art. 1º do Ato da Presidência n. 020/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (…)
(…)
VIII – **Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 307/2021**, que dispõe sobre a transformação da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA em Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI, a alteração da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN e da Secretaria de Estado da Cultura – SECULT, a criação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, a extinção do Instituto de Amparo a Ciência Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI, e dá outras providências;
(…)
XIV – **Projeto de Lei Ordinária nº 334/2021**, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional do instituto de pesos e medidas do Estado de Roraima – IPEM/RR. extingue e cria cargos comissionados, e dá outras providências."

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de dezembro de 2021.
Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 007 /2021

"Acrescenta o inciso IV ao artigo 149 da Constituição do Estado do Roraima."

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA promulga:

Artigo 1º Fica acrescentado o inciso IV ao artigo 149 da Constituição do Estado de Roraima, com a seguinte redação:

"Art. 149. .....
.....
IV - O ensino da língua espanhola, de matrícula facultativa, constituirá disciplina obrigatória das escolas públicas de ensino fundamental e médio."

Artigo 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Evangelista Siqueira
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

É com muita dedicação à causa de uma proposta de Ensino que atenda às necessidades do Estado de Roraima, que introduzimos nesta Casa Legislativa, a discussão sobre a necessidade e a importância de as escolas roraimenses possuírem ensino disciplinar voltado para a realidade regional. Considerando as diferentes migrações e, em especial, a localização geográfica, os acordos internacionais como o do Mercosul e os demais interesses político-econômicos do Estado, propomos a inclusão de um artigo que trate da oferta obrigatória da língua espanhola nas escolas públicas, de matrícula facultativa por parte dos alunos.

Nunca é demais lembrar que garantir a oferta de ensino de línguas estrangeiras revelam conhecimento da realidade linguística plural e, ainda, propicia vantagem sociocultural para aqueles aos quais a aprendizagem de tais línguas é garantida. Inseridos nessa tese, e distantes de qualquer linha ideológico-partidária, entendemos que o mundo do trabalho - associado às facilidades de comunicação e locomoção internacionais - vai sempre beneficiar aqueles alunos com melhor acesso ao ensino qualificado, o qual certamente inclui o conhecimento da maior diversidade possível de línguas. Isso quer dizer, portanto, que o fator "aprendizado de línguas estrangeiras" é um dos elementos que conduz a uma divisão sociocultural entre favorecidos e desfavorecidos quanto à condição de atuar crítica e amplamente no mundo contemporâneo.

a) A política linguística no viés educacional

Em função de políticas nacionais de educação (como é o caso da LDB, alterada pela Lei 13.415/2017), passamos a vivenciar na escola pública um esvaziamento no espaço das linguagens em geral e, mais especificamente, da língua espanhola. A atual forma de ver a educação no Brasil impôs o ensino do inglês como única língua estrangeira a ser ensinada, obrigatoriamente, nas escolas.

Não vai longe o tempo em que o Brasil, como se fosse uma ilha linguística, já que é o único país da América do Sul cuja maioria da população é falante de Língua Portuguesa, ficou conhecido por ter uma postura entendida como "de costas para países vizinhos". Além disso, o Brasil não reconhece oficialmente suas outras línguas nacionais, como é o caso das línguas indígenas, e só recentemente passou a reconhecer a Língua Brasileira de Sinais. Também não tem valorizado devidamente as línguas herdadas dos diferentes povos que imigraram para o Brasil.

Enquanto os demais países do mundo ofertam diferentes línguas estrangeiras desde os primeiros anos escolares no sistema público, no Brasil, a atual LDB trouxe inúmeras consequências negativas ao nosso sistema educacional, ao possibilitar o contato do aluno com as línguas estrangeiras, predominantemente a inglesa, somente a partir dos anos finais do ensino fundamental. Em um contexto singular, já tivemos a língua espanhola oficialmente inserida no sistema

escolar brasileiro, o que se deu a partir da lei 11161/2005, resultante de protocolos de intenções e acordos no âmbito do Mercosul, em especial do Tratado de Assunção, de 1991, em que o português e o espanhol - e, mais tarde, o guarani - tornam-se as línguas oficiais do bloco. Após este acordo, houve intenso investimento governamental na criação de novas licenciaturas de língua espanhola pelo Brasil.

Em nosso Estado, a Universidade Federal de Roraima investiu na criação da Licenciatura de Letras – Português e Espanhol, já o IFRR criou o curso de Letras - Espanhol e Literatura Hispânica – presencial e à distância -, além de outras universidades que ofertam o curso na modalidade à distância como, por exemplo, a Universidade da Amazônia, o Centro Universitário Leonardo da Vinci, o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, a Universidade Paulista. Ademais, essas Instituições ampliaram consideravelmente a oferta da língua espanhola nos currículos de seus cursos, criando centenas de novas vagas para professores de espanhol que assim como os municípios também realizaram investimentos na área, contratando novos professores.

O Estado de Roraima, por sua vez, incorporou em seus quadros de pessoal inúmeros professores especializados na língua espanhola nos últimos concursos públicos, além de contratos temporários. Até mesmo as escolas privadas tiveram aumento e interesse na oferta da língua espanhola. Foram criados postos de trabalho e estabelecidos convênios e intercâmbios com escolas de países da língua espanhola. Agora, em virtude da política assumida pelo governo Federal, todos os esforços e investimentos realizados anteriormente estão em risco. Não podemos deixar de registrar, também, que nossa autonomia - assegurada pela Constituição - nos permite estabelecer as normas comuns do sistema de ensino. Assim, a gestão educacional pode e "deve" elaborar e executar sua proposta pedagógica, administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros, cuidar do ensino-aprendizagem do aluno, proporcionando meios para a sua recuperação, e articulando-se com as famílias e a comunidade, proporcionando um processo de integração.

b) A política linguística no viés econômico

As questões de ordem econômica estão sempre diretamente ligadas as decisões do campo educacional. Em termos de política linguística, a saber, a oferta do espanhol reflete diretamente esta questão. Assim, é importante que esta Casa Legislativa leve em conta que:

• O Brasil faz fronteira com sete países que têm o espanhol como língua oficial.

• O Estado de Roraima faz fronteira com a Venezuela – país hispanofalante.

• O Estado de Roraima teve acréscimo considerável de população hispanófona.

• O espanhol é língua oficial em 21 países.

• O espanhol é, em termos demográficos, a segunda língua mais falada no mundo (5,85% da população mundial), ficando apenas atrás do mandarim (14,1% da população mundial).

• O espanhol é a segunda língua mais utilizada na comunicação internacional, tanto para fins diplomáticos quanto para fins comerciais.

• As línguas oficiais do Mercosul são o português, o espanhol e o guarani. Afora isso, vale considerar que o mercado produtor roraimense, no exercício de 2021, possui como principais destinos de exportação:

Países	UF do Produto	2021 - Valor FOB (US$)
Venezuela	Roraima	$219.973.552
Rússia	Roraima	$10.501.038
Espanha	Roraima	$8.564.369
Guiana	Roraima	$7.535.838

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2021.

Como se depreende da planilha acima, o mercado venezuelano representa mais de 20 vezes o valor do segundo destino. Além disso, percebe-se também que a Espanha está entre os cinco, com valores superiores ao mercado vizinho da Guiana.

Nesta linha de reflexão, é importante registrar que alguns dos países mais desenvolvidos do mundo, como Estados Unidos, Canadá, Finlândia e França, entre outros, proporcionam oferta de espanhol em suas redes de ensino, pois compreendem suas fronteiras e os espaços de seu trânsito econômico. Já na França, a título de exemplo, em 2017, abriram-se mais de mil vagas para professores de espanhol.

Vale destacar que o Estado do Rio Grande do Sul promulgou a Emenda Constitucional n. 74/18 que prevê nos exatos termos dessa proposta, a oferta obrigatória da Língua Espanhola, de matrícula facultativa. Ressalta-se que o referido idioma já consta na matriz curricular de ensino do referido Estado. Assim sendo, o órgão ministerial tem fiscalizado a efetividade da emenda, não havendo vício formal e material da proposta.

Por último, ao apresentar aos meus pares o debate sobre a ampliação do espaço das línguas estrangeiras na escola pública, com atenção especial para a língua espanhola, em virtude da fronteira e, consequentemente, da proximidade com a Venezuela e países da região, das relações estabelecidas através do Mercosul e pelo mercado produtor de bens e serviços com nosso Estado, reafirmo a defesa da ampliação de nosso sistema de ensino de forma cada vez mais inclusiva e plural, com escuta atenta das demandas da comunidade escolar, da forma mais democrática possível.

Sala das Sessões, 08 de dezembro 2021.

Evangelista Siqueira
Deputado Estadual

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 008 /2021

"Acrescenta o artigo 19 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Roraima."

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA promulga:

Artigo 1º Fica acrescentado o artigo 19 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Roraima, com a seguinte redação:

"Art. 19. Os servidores públicos do Estado de Roraima terão direito a contagem em dobro do tempo de serviço exercido durante o período de pandemia, nos termos da lei.

Parágrafo único. A lei de iniciativa privativa de cada Poder determinará as condições, os benefícios, o período de contagem em dobro e as categorias contempladas".

Artigo 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Evangelista Siqueira
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Considerando a declaração pública de pandemia em relação ao novo Coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, de 11 de março de 2020, assim como a declaração de Emergências em Saúde de Importância Internacional da OMS, de 30 de janeiro de 2020, e a Lei Estadual nº 1389, de 07 de maio de 2020, que dispõe sobre as medidas de proteção à população roraimense durante o plano de contingência da Secretaria de Estado da Saúde relacionado ao Coronavírus - COVID-19.

E prezando pela valorização dos servidores públicos do Estado, a Emenda Constitucional visa reconhecer os serviços prestados pelas categorias a toda população durante o período do Coronavírus. Dessa forma, submete-se a presente proposta à análise e aprovação desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, 08 de dezembro 2021.

Evangelista Siqueira
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 89, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS ESTADUAIS,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa

Excelência e dos demais Membros dessa Augusta Casa Legislativa, substitutivo ao Projeto de Lei nº 307/2021, que "Dispõe sobre a transformação da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA em Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI, a alteração da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN e da Secretaria de Estado da Cultura – SECULT, a criação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, a extinção do Instituto de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI, e dá outras providências".

Visando a ampliação e o aprimoramento da oferta de assistência técnica e extensão rural a que se propôs o projeto previamente encaminhado, bem como a necessidade de reestruturação de alguns órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Roraima, encaminho projeto substitutivo contendo adequações que conferem maior eficiência à nossa estrutura administrativa.

Com essas considerações, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares Estaduais, submeto este substitutivo ao Projeto de Lei nº 307/2021 à elevada apreciação de Vossas Excelências, solicitando que sua tramitação e aprovação realizem-se em regime de urgência, de acordo com o disposto no art. 42 da Constituição do Estado de Roraima.

Palácio Senador Hélio Campos, 17 de dezembro de 2021.

(*assinatura eletrônica*)

ANTONIO DENARIUM

Governador do Estado de Roraima

SUBSTITUTIVO PROJETO DE LEI Nº 307 , DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a transformação da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA em Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI, a alteração da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN e da Secretaria de Estado da Cultura – SECULT, a criação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, a extinção do Instituto de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA TRANSFORMAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – SEAPA

Art. 1º A Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA fica transformada em Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI, órgão integrante da administração direta do Poder Executivo, observadas as demais disposições desta Lei.

Parágrafo único. As atividades referentes a atração de investimentos, comércio exterior, agronegócio, zoneamento ecológico econômico e indústria, comércio e serviços de competência da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, serão absorvidas pela Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI tem por finalidade planejar, executar, monitorar e avaliar as políticas públicas estaduais relativas aos setores produtivos, especialmente aquelas relativas à promoção e ao fomento da inovação, da indústria, da agropecuária, do agronegócio, do comércio e dos serviços, com ênfase na geração de emprego e renda e no desenvolvimento sustentável, bem como apoiar os assuntos internacionais referentes a esses setores e às demais atividades relacionadas às suas áreas de abrangência.

Art. 3º A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI observará ao disposto no art. 3º da Lei nº 499, de 19 de julho de 2005, e demais dispositivos correlatos.

§ 1º Integrarão a estrutura básica da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI, no nível de Execução Programática, 9 (nove) Coordenadorias, e no nível de Execução Instrumental, 1 (uma) Unidade Gestora de Atividades Meio, encarregada da administração da Secretaria.

§ 2º As denominações e competências das unidades referidas no § 1º deste artigo serão estabelecidas em regulamento editado pelo Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO II

DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RORAIMA – IATER

Art. 4º Fica criado o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI.

Art. 5º O Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER tem por finalidade planejar, coordenar e executar programas de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando à difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social para o aumento da produtividade agrícola e para a melhoria das condições de vida no meio rural, competindo-lhe:

I - promover estudos e pesquisas com objetivo de atender o que preceitua o conceito da segurança alimentar;

II - apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;

III - aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários, inclusive os agroextrativistas, florestais e artesanais;

IV - promover o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da geração e adaptação de tecnologias que evitem a degradação ambiental;

V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção e inserção no mercado interno e externo, observando as particularidades das diferentes cadeias produtivas;

VI - incrementar a produção e eficiência dos processos, harmonizando as ações de atividades de pesquisas com as características de ecossistemas;

VII - construir sistemas de produção sustentável a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;

VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor à sua produção;

IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural;

X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e ao mercado produtivo internacional;

XI - promover a integração da Assistência Técnica e Extensão Rural com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico;

XII - contribuir para a formulação, orientação e coordenação da política agrícola do Estado, bem como programar e desenvolver estudos e pesquisas diretamente ou em parceria com instituições afins;

XIII - adotar indicadores que sirvam para apresentar e medir os serviços oferecidos aos seus beneficiários;

XIV - colaborar com os órgãos competentes da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI na formação das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Art. 6º Integrarão a estrutura funcional e organizacional do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, o total de 4 (quatro) Diretorias, já computadas nesse número as absorções de estruturas promovidas nos termos do art. 9º, inciso III, desta Lei.

§ 1º Das Diretorias previstas no caput deste artigo, uma se dedicará à administração do Instituto, cabendo a ato do Chefe do Poder Executivo dispor sobre a denominação, as competências e a estrutura de cada Diretoria.

§ 2º Para fins de estruturação de suas Diretorias, o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER absorverá:

I - as atividades, contratos, competências, bens patrimoniais e dotações orçamentárias inerentes à Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Rural, da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento – SEAPA, ficando extintos os respectivos cargos comissionados, nos termos do art. 18, inciso IV, desta Lei; e

II - Casas do Produtor Rural, integrantes da estrutura da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento – SEAPA, localizadas em todos os municípios do Estado de Roraima.

§ 3º Ato do Chefe do Poder Executivo disporá sobre o detalhamento da estrutura e sobre o Regimento Interno do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, observado o disposto nesta Lei.

Art. 7º O quadro de pessoal do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER reger-se-á pela Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, observados o art. 25 e as demais disposições desta Lei.

§1º Ficam criados, na estrutura do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, os cargos constantes do Anexo I desta Lei.

§2º No mínimo 30% (trinta por cento) dos cargos de provimento em comissão do quadro do IATER deverão ser preenchidos por servidores do quadro de provimento efetivo.

§3º Os cargos de Diretor Presidente e das Diretorias das áreas técnicas deverão ser exercidos exclusivamente por profissionais de nível superior das áreas de agronomia, agropecuária, medicina veterinária, zootecnia e áreas afins, bem como engenharias, administração, economia, contabilidade ou direito.

§4º A nomeação do Diretor Presidente caberá ao Governador do Estado de Roraima, e a nomeação para provimento dos demais cargos em comissão, inclusive de Diretores, far-se-á por ato do Diretor Presidente.

Art. 8º Constituem receitas do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER:

I - recursos provenientes de dotações orçamentarias que lhe forem consignadas no orçamento do Poder Executivo, seus créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II - recursos provenientes de doações, legados, subvenções e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, nacionais e internacionais;

III - recursos provenientes de chamadas públicas, convênios, acordos, contratos e ajustes celebrados com órgãos ou entes de direito público ou privado, nacionais e internacionais;

IV - recursos provenientes de transferência da União e dos Municípios mediante convênios, contratos, acordos de cooperação ou instrumentos congêneres;

V - recursos provenientes da prestação de Assistência Técnica, taxa de elaboração de projetos e outros serviços de qualquer natureza prestados a entidades públicas ou particulares, conforme previsto em Lei;

VI - receitas provenientes de emolumentos administrativos, taxas, venda de publicações de material técnico, de dados e informações;

VII - receitas eventuais.

CAPÍTULO III
DA EXTINÇÃO DO INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA – IACTI

Art. 9º Ficam extintos o Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACTI, criado pela Lei nº 815, de 7 de julho de 2011, e os cargos comissionados enumerados no Anexo II desta Lei, observado o seguinte:

I - a Diretoria de Pesquisa e Tecnologia de Gestão Territorial, passará a compor a estrutura da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH, incluídos a estrutura, bens patrimoniais, atividades, competências e dotações orçamentárias inerentes à Diretoria, bem como seus respectivos contratos, convênios e cargos efetivos e comissionados;

II - as atividades, contratos, convênios, competências, bens patrimoniais, dotações orçamentárias e cargos efetivos inerentes ao Museu Integrado de Roraima passarão a ser geridos pela Secretaria de Estado da Cultura e Turismo – SECULT, ficando extintos os respectivos cargos comissionados, nos termos do Anexo II desta Lei;

III - as atividades, contratos, convênios, competências, bens patrimoniais, dotações orçamentárias e cargos efetivos inerentes à Diretoria Administrativa e Financeira e à Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação passarão a ser geridos pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, ficando extintos os respectivos cargos de comissionados, nos termos do Anexo II desta Lei.

§ 1º Em decorrência da absorção prevista no inciso I deste artigo, ficam redistribuídos, do extinto Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACTI para a Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH, 1 (um) cargo de Diretor, 6 (seis) cargos de Chefe de Divisão, e 1 (um) cargo de Secretária de Diretor.

§ 2º Ficam redistribuídos, do extinto Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACTI para o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, 4 (quatro) cargos de Assessor Especial, sem prejuízo dos cargos criados nos termos do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Para o desempenho das atividades absorvidas nos termos dos incisos II e III deste artigo, são criados os cargos previstos, respectivamente, no art. 20 e no Anexo I desta Lei.

Art. 10. Ato do Chefe do Poder Executivo detalhará a destinação referida no art. 9º desta Lei, bem como disporá sobre a destinação de eventual acervo remanescente do extinto Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI a outros órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, no que não contrariar esta Lei.

CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Art. 11. A Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN passa a ser denominada Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN.

§ 1º Integrarão a estrutura básica da Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLAN, no nível de Execução Programática, 6 (seis) Coordenadorias, e no nível de Execução Instrumental, 1 (uma) Unidade Gestora de Atividades Meio, encarregada da administração da Secretaria.

§ 2º As denominações e competências das unidades referidas no § 1º deste artigo serão estabelecidas em regulamento editado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 12. A Secretaria de Estado da Cultura – SECULT passa a ser denominada Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – SECULT.

§ 1º As atividades referentes à política de turismo do Estado, até então de competência da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, serão absorvidas pela Secretaria de Estado Cultura e Turismo – SECULT.

§ 2º A absorção prevista no § 1º deste artigo engloba os bens patrimoniais, recursos humanos, dotações orçamentárias, contratos, convênios e demais atividades inerentes à unidade ou sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO V
DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Art. 13. Os arts. 45, 46 e 70 da Lei nº 498, de 19 de julho de 2005, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 45. .....

IV - alteração, mediante transformação, fusão ou desmembramento, dos quantitativos e da distribuição de cargos comissionados, observados os respectivos valores de remuneração e desde que não implique aumento de despesa." (NR)

"Art. 46. As unidades administrativas das Secretarias de Estado, bem como as dos órgãos da Governadoria, obedecerão ao seguinte desdobramento hierárquico básico:

I - Secretaria Adjunta; e

II - Coordenações Gerais ou Departamentos.

§ 1º Os órgãos ou entidades que tenham natureza peculiar de organização poderão adotar outras denominações para suas unidades administrativas.

§ 2º O Poder Executivo poderá, mediante regulamento, adotar estruturas subalternas aos níveis hierárquicos básicos definidos no caput deste artigo, considerando a natureza e a complexidade do trabalho a ser executado pela unidade administrativa" (NR)

"Art. 70. .....

III – Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento, ou seu representante;

....." (NR)

Art. 14. Os arts. 11, 20, 24, 39-B e 56 da Lei nº 499, de 19 de julho de 2005, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11.....

II - .....

a) Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento;

.....

e) Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI;
....." (NR)
"Art. 20 .....
IX - participar do controle interno, em todos os níveis, com a colaboração da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN, da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração - SEGAD, da Procuradoria-Geral do Estado - PGE e da Controladoria-Geral do Estado - CGE;
....." (NR)
"Art. 24 .....
I - exercer o controle interno, em todos os níveis, com a colaboração da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN, da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração - SEGAD, da Procuradoria-Geral do Estado - PGE e da Casa Civil;´"
....." (NR)
"Art. 39-B. À Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT, compete:
.....
XVII - definir e coordenar políticas, diretrizes e ações da atividade turística, objetivando sua expansão, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado de Roraima;
XVIII - formular, promover, apoiar, integrar, coordenar e executar a política estadual de turismo do Estado de Roraima;
XIX - exercer outras atividades correlatas." (NR)
"Art. 56 .....
§ 2º A Casa Civil exercerá as funções de Secretaria executiva do conselho, apoiada tecnicamente, de forma permanente, pela Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI e pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN, e, eventualmente, pelas demais Secretarias de Estado ou Órgãos equivalentes, com o objetivo de viabilizar as atribuições definidas por decreto.
....." (NR)

Art. 15. Os art. 42 e 44 da Lei nº 499, de 19 de julho de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42. Integram a Administração Indireta do Poder Executivo Estadual:
I - como Autarquias:
a) a Junta Comercial do Estado de Roraima – JUCERR, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ;
b) o Instituto de Pesos e Medidas – IPEM, vinculado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ;
c) o Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, vinculado à Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração – SEGAD;
d) o Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI;
d) o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI;
e) a Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima – ADERR, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI; e
f) o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Cidadania – SESP;
II - como Fundações:
a) a Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI;
b) a Universidade Estadual de Roraima – UERR, vinculada à Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SEED; e
c) a Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR, vinculada à Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SEED;
III - como Empresa Pública, a Rádio e Televisão Difusora de Roraima – RADIORAIMA, vinculada à Governadoria do Estado, nos termos da Lei nº 567, de 1º de dezembro de 2006;
IV - como Sociedades de Economia Mista:
a) a Agência de Fomento do Estado de Roraima S.A – DESENVOLVE/RR, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI;
b) a Companhia de Desenvolvimento de Roraima S.A – CODESAIMA, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI;
c) a Companhia Energética de Roraima S.A – CERR, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINF; e
d) a Companhia de Águas e Esgotos S.A - CAER, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU." (NR)
"Art. 44. As Entidades da Administração Indireta relacionar-se-ão com as Secretarias de Estado a que estiverem vinculadas, delas recebendo orientações para a consecução de suas finalidades." (NR)

Art. 16. O art. 28 e a Seção V do Capítulo I do Título IV da Lei nº 499, de 19 de julho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. À Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN, como Órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento compete:
I – orientar, normativa e metodologicamente, os órgãos e entidades da Administração Pública estadual na concepção e desenvolvimento das respectivas programações;
II – acompanhar, controlar e avaliar sistematicamente os desempenhos dos planos, programas, projetos e instrumentos de captação de recursos;
III – orientar os órgãos e entidades da Administração Pública estadual na elaboração de seus orçamentos;
IV – consolidar criticamente as propostas orçamentárias dos os órgãos e entidades da Administração Pública estadual no Orçamento Geral do Estado;
V – acompanhar e controlar a execução orçamentária dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual;
VI - estabelecer de diretrizes e normas técnicas aplicáveis à todas as funções e atividades de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações governamentais, no âmbito da Administração Pública estadual, bem como a orientação e supervisão de sua aplicação;
VII – coordenar a prospecção de oportunidades de captação de recursos para viabilizar novas alternativas de investimentos em projetos estaduais, promovendo a articulação entre diferentes esferas de Governo, Poderes e setor privado;

VIII - orientar e auxiliar os órgãos e entidades da Administração Pública estadual na formulação de convênios e instrumentos congêneres visando à captação de recursos;
IX – acompanhar, monitorar e avaliar a implementação das políticas públicas de desenvolvimento de caráter intersetorial e da execução de planos, programas, projetos e ações governamentais no Estado;
X - controlar, acompanhar e a avaliar o desempenho das Secretarias de Estado na consecução dos objetivos consubstanciados em seus planos, programas e convênios interinstitucionais;
XI – promover o planejamento institucional, por meio da definição de estruturas organizacionais, da realização de estudos sobre criação, transformação, ampliação, fusão e extinção de entidades, órgãos e unidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual;
XII – definir e controlar indicadores de desempenho da Administração Pública estadual;
XIII – coordenar, realizar, divulgar e publicar estudos e pesquisas de caráter socioeconômico, visando à difusão de informações e conhecimento e ao aprimoramento das políticas públicas estaduais;
XIV – exercer outras atividades correlatas.” (NR)

“SEÇÃO V
Da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação - SEADI

Art. 32. À Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI, compete:
I - gerir estrategicamente as políticas de desenvolvimento sustentável de Roraima, mediante a articulação, coordenação e integração das ações de planejamento, execução e monitoramento;
II - acompanhar, controlar e avaliar sistematicamente os desempenhos dos planos, programas e projetos referentes ao desenvolvimento sustentável, agricultura e inovação do estado de Roraima;
III - coordenar e supervisionar o desenvolvimento regional, municipal e urbano;
IV - formular, promover, apoiar, integrar e coordenar a política estadual de desenvolvimento científico-tecnológico, de amparo à pesquisa, de inovação, de atração de investimentos e de comércio exterior;
V - elaborar e implementar as políticas de fomento ao cooperativismo, atração de investimentos, de acesso a mercados e de comércio exterior, em consonância com as vocações econômicas de Roraima;
VI - formular a política estadual da agricultura, abastecimento, irrigação e desenvolvimento rural;
VII - promover o desenvolvimento das atividades agropecuárias, dentro dos princípios de reformulação de métodos de produção, pesquisa e experimentação;
VIII - formular a política industrial, com ênfase às diretrizes e estratégias de agroindustrialização;
IX - elaborar as políticas de fomento aos setores de comércio e serviços;
X - promover e apoiar ações e atividades de incentivo à ciência e às ações de ensino superior, pesquisa científica e extensão;
XI - planejar e executar ações para a criação e consolidação de ambientes e empreendimentos de inovação no Estado;
XII - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos inerentes ao zoneamento ecológico econômico; e
XIII - exercer outras atividades correlatas.” (NR)

Art. 17. A Lei nº 890, de 23 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A Secretaria de Estado da Cultura e Turismo de Roraima, órgão da Administração Pública Direta do Poder Executivo, tem por finalidade a promoção, o planejamento, a organização, a execução, a supervisão, a coordenação das atividades relativas à cultura e ao turismo e às demais atividades relacionadas com suas áreas de abrangência.” (NR)

“Art. 6º À Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT compete:
.....
XVII - definir e coordenar políticas, diretrizes e ações da atividade turística, objetivando sua expansão, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado de Roraima;
XVIII - formular, promover, apoiar, integrar, coordenar e executar a política estadual de turismo do Estado de Roraima;
XIX – exercer outras atividades correlatas” (NR)

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. Ficam extintos:
I - os cargos do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI descritos no Anexo II desta Lei;
II - os cargos do Centro de Geotecnologia, Cartografia e Planejamento Territorial – CGPTERR, criados pela Lei nº 693, de 31 de dezembro de 2008, e pela Lei nº 1.050, de 19 de maior de 2016, nos termos do Anexo III desta Lei;
III - os cargos de Chefe do Departamento de Atração de Investimento, do Departamento de Agronegócio, do Departamento de Comércio Exterior e do Departamento de Indústria Comércio e Serviços, todos de natureza CNES-II, da estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN;
IV - os cargos integrantes da Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Rural, da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento – SEAPA, constantes do Anexo IV desta Lei; e
V - dois cargos de Diretor da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento – SEAPA, sem prejuízo da extinção promovida pelo inciso IV do caput deste artigo.

Art. 19. Ficam absorvidas, pelo Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA, as competências da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN referentes ao mapeamento sistemático do território do Estado de Roraima e ao apoio às atividades de planejamento e ordenamento territorial do Estado, nos termos do art. 5º, inciso VII, da Lei nº 030, de 26 de dezembro de 1992, observado o inciso II do art. 18 desta Lei.

§ 1º Em razão do disposto no caput deste artigo, bem como dos cargos extintos na forma do inciso II do art. 18 desta Lei, ficam criados, no Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA, os seguintes cargos:
I - 1 (um) cargo de Diretor, remunerado por subsídio;
II - 4 (quatro) Gerentes de Unidade, padrão CNES-II;
III - 5 (cinco) Chefes de Divisão, padrão CDS-I; e
IV - 8 (oito) Assessores Especiais, padrão CNES-IV;

§ 2º O cargo de Diretor de que trata o inciso I do § 1º deste artigo tem atribuição de coordenação e liderança técnica superior do processo de implantação e controle de programas e projetos, coordenação das atividades das gerências, bem como o conjunto de atribuições específicas e responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na respectiva estrutura organizacional da entidade.

§ 3º O cargo de Gerente de Unidade de que trata o inciso II do § 1º deste artigo tem atribuição de direção técnica de nível superior

das Gerências e confere ao seu ocupante o conjunto de atribuições específicas e de responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na respectiva estrutura organizacional do órgão ou da entidade.

§ 4º O cargo de Chefe de Divisão de que trata o inciso III do § 1º deste artigo tem atribuição de chefia de nível superior das divisões e confere ao seu ocupante o conjunto de atribuições específicas e de responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na respectiva estrutura organizacional do órgão ou da entidade.

§ 5º Os cargos de Assessor Especial de que trata o inciso IV do § 1º deste artigo destinam-se ao assessoramento técnico em tomadas de decisão relacionadas às áreas de conhecimento específicas do cargo, nos termos que dispuser o Regulamento.

§ 6º Constitui requisito mínimo para a investidura nos cargos dispostos nos incisos I, II e IV do § 1º deste artigo formação de nível superior, cabendo ao Regulamento dispor sobre as áreas específicas de conhecimento inerentes a cada cargo.

§ 7º Ato do chefe do Poder Executivo detalhará as alterações estruturais e funcionais necessárias no Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA a fim de garantir a continuidade dos trabalhos mencionados no caput deste artigo.

Art. 20. Em razão dos cargos extintos na forma do inciso I do art. 18 desta Lei, ficam criados, na Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, os seguintes cargos:

I - 1 (um) Chefe de Departamento, padrão CNES-II;

II - 3 (três) Chefes de Divisão, padrão CDS-I; e

III - 3 (três) Assessores Especializados, padrão CNES-III.

§ 1º O cargo de Chefe de Departamento de que trata o inciso I do *caput* deste artigo têm atribuição de direção técnica de nível superior dos Departamentos e confere ao seu ocupante o conjunto de atribuições específicas e de responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na respectiva estrutura organizacional do órgão ou da entidade.

§ 2º O cargo de Chefe de Divisão de que trata o inciso II do caput deste artigo têm atribuição de chefia de nível superior das divisões e confere ao seu ocupante o conjunto de atribuições específicas e de responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na respectiva estrutura organizacional do órgão ou da entidade.

§ 3º Os cargos de Assessor Especial de que trata o inciso III do caput deste artigo destinam-se ao assessoramento técnico em tomadas de decisão relacionadas às áreas de conhecimento específicas do cargo, nos termos que dispuser o Regulamento.

§ 4º Constitui requisito mínimo para a investidura nos cargos de que dispõe os incisos I e III do caput deste artigo formação de nível superior, cabendo ao Regulamento dispor sobre as áreas específicas de conhecimento inerentes a cada cargo.

Art. 21. Em razão dos cargos extintos na forma dos incisos II, III, IV e V do art. 18 desta Lei, ficam criados:

I - na estrutura da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN:

a) 2 (dois) cargos de Coordenador-Geral, padrão CNETS-I;

b) 8 (oito) cargos de Assessor Especializado, padrão CNES-III, cujas competências e requisitos para investidura são aquelas discriminadas no Anexo IV desta Lei;

c) 4 (quatro) cargos de Assessor Especial, padrão CNES-IV; e

d) 4 (quatro) cargos de Chefe de Divisão, padrão CDS-I.

II - na estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI:

a) 9 (nove) cargos de Coordenador-Geral, padrão CNETS-I;

b) 6 (seis) cargos de Assessor Especializado, padrão CNES-III, cujas competências e requisitos para investidura são aquelas discriminadas no Anexo V desta Lei;

c) 4 (quatro) cargos de Chefe de Divisão, padrão CDS-I.

§ 1º Os cargos de Coordenador-Geral de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo têm atribuição de direção técnica de nível superior das Coordenadorias-Gerais e conferem ao seu ocupante o conjunto de atribuições específicas e de responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na respectiva estrutura organizacional do órgão ou da entidade.

§ 2º Os cargos de Assessor Especial de que trata o inciso I do caput deste artigo destinam-se ao assessoramento técnico em tomadas de decisão relacionadas às áreas de conhecimento específicas do cargo, nos termos que dispuser o Regulamento.

§ 3º Os cargos de Chefe de Divisão de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo têm atribuição de chefia de nível superior das divisões e confere ao seu ocupante o conjunto de atribuições específicas e de responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na respectiva estrutura organizacional do órgão ou da entidade.

§ 4º Constitui requisito mínimo para a investidura nos cargos de que dispõe o caput deste artigo formação de nível superior, cabendo ao Regulamento dispor sobre as áreas específicas de conhecimento inerentes a cada cargo.

Art. 22. Ficam redistribuídos, sem aumento de despesas, os seguintes cargos comissionados atualmente da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN:

I – para a Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI, os cargos descritos no Anexo VI desta Lei; e

II – para a Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, os cargos descritos no Anexo VII desta Lei.

Parágrafo único. Caberá ao Regulamento dispor sobre a redistribuição dos cargos efetivos da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN à Secretaria de Estado de Secretaria de Estado da Agricultura , Desenvolvimento e Inovação – SEADI e à Secretaria de Estado da Cultura e Turismo – SECULT.

Art. 23. Fica alterada a nomenclatura dos seguintes cargos:

I - de Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Secretário Adjunto de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para Secretário de Estado de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação e Secretário Adjunto de Estado de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação, respectivamente, sem prejuízo de suas competências e atribuições;

II - de Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento e de Secretário Adjunto de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, para Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento e Secretário Adjunto de Estado de Planejamento e Orçamento, respectivamente, sem prejuízo de suas competências e atribuições;

III - de Chefes dos Departamentos de Planejamento, Administração e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN e da Secretaria de Estado de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI para Gestores de Atividade Meio, sem alteração de sua remuneração e sem prejuízo de suas atribuições.

Art. 24. Serão geridos:

I - pela Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI:

a) o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima – FUNDER, de que trata a Lei nº 023, de 21 de dezembro de 1992;

b) o Fundo Estadual de Aval – FUNDAVAL, de que trata a Lei nº 202, de 09 de junho de 1998;

c) o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado de Roraima – FDI, de que trata a Lei nº 232, 30 de setembro de 1999; e

d) o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, de que trata o art. 17, inciso IV, da Lei nº 815, de 7 de julho de 2011;

II - pela Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH, o Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima, de que trata a Lei n° 706, de 30 de março de 2009;

III – pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – IATER, o Fundo Especial da Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – FUNDATER-RR, de que trata a Lei n° 643, de 8 de abril de 2008.

Art. 25. Salvo disposição em contrário ou extinção de cargos, a absorção e a incorporação de uma unidade por outra, nos termos dispostos nesta Lei, implica a redistribuição dos cargos efetivos e comissionados da unidade de origem para a de destino, sem alteração das competências, atribuições, requisitos de investidura, remuneração e de regime jurídico dos respectivos cargos.

Parágrafo Único. Os servidores efetivos do extinto Instituto de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI, integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Efetivos dos Servidores Públicos da Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima, permanecerão regidos pelas disposições da Lei nº 537, de 24 de março de 2006, e demais alterações posteriores.

Art. 26. Ato do Chefe do Poder Executivo detalhará a transferência de bens, documentos, projetos e serviços dos órgãos extintos, incorporados ou modificados aos órgãos sucessores, no que não contrariar esta Lei.

Art. 27. As estruturas organizacionais da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI, da Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLAN, da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo – SECULT, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – IATER e do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA, bem como as demais disposições

necessárias ao integral cumprimento desta Lei, serão regulamentadas no prazo de 90 (noventa) dias, por ato Chefe do Poder Executivo.

Art. 28. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Executivo.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, em decorrência da modificação, extinção, transformação, transferência, incorporação ou do desmembramento dos órgãos e entidades de que trata esta Lei, inclusive mediante a criação ou a alteração de ações orçamentárias ou de seus atributos, títulos, descritores, metas e objetivos, observadas as disposições e os limites da Lei Orçamentária Anual e a identificação da origem dos recursos.

Art. 29. Revogam-se:

I - os art. 61 e 63 da Lei nº 499, de 19 de julho de 2005;

II - a Lei nº 693, de 31 de dezembro de 2008;

III - os arts. 12 a 19 da Lei nº 815, de 7 de julho de 2011;

IV - a Lei nº 1.050, de 19 de maior de 2016; e

V - a Lei nº 1.258, de 7 de março de 2018.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 17 de dezembro.

(*assinatura eletrônica*)

ANTONIO DENARIUM

Governador do Estado de Roraima

ANEXO I

CARGOS COMISSIONADOS INTEGRANTES DA ESTRUTURA DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RORAIMA – IATER

TABELA DE CARGOS E REMUNERAÇÕES

CÓDIGO	CARGO	QUANT.	REMUNERAÇÃO	TOTAL
SUBSIDIO	Presidente	1	R$ 23.175,00	R$ 23.175,00
SUBSIDIO	Diretor	4	R$ 16.222,00	R$ 64.888,00
CNES-II	Gerente de Unidade	9	R$ 5.209,03	R$ 46.881,27
CNES-III	Assessor Especializado	3	R$ 4.180,25	R$ 12.540,75
CNES-II	Presidente CPL	1	R$ 5.209,03	R$ 5.209,03
CNES-III	Pregoeiro	1	R$ 4.180,25	R$ 4.180,25
CNES-III	Coordenador	5	R$ 4.180,25	R$ 20.901,25
CNES-III	Membro da CPL	2	R$ 4.180,25	R$ 8.360,50
CNES-IV	Chefe do Controle Interno	1	R$ 3.255,65	R$ 3.255,65
CNES-IV	Chefe da Unidade Local de ATER	31	R$ 2.604,52	R$ 80.740,12
CNES-III	Chefe de Gabinete	1	R$ 4.180,25	R$ 4.180,25
CDS-I	Chefe de Núcleo	14	R$ 2.604,52	R$ 36.463,28
CDS-II	Secretário da Presidência e Diretoria	4	R$ 2.090,14	R$ 8.360,56
CDI-I	Assistente Adm. de Unidade Local	31	R$ 1.393,42	R$ 43.196,02
CDI-I	Assessor Técnico	18	R$ 1.393,42	R$ 25.081,56
TOTAL GERAL		**118**	**-**	**R$ 387.413,49**

Nota: Além dos cargos previstos neste Anexo, integram a estrutura do IATER 4 (quatro) Assessores Especiais oriundos do extinto IACTI.

ATRIBUIÇÕES

- **Presidente**: direção superior máxima do Instituto, articulação institucional, definição de políticas e diretrizes e representação do Instituto;
- **Diretor**: coordenação e liderança técnica do processo de implantação e controle de programas e projetos, coordenação das atividades de gerência relativas aos meios administrativos necessários ao funcionamento do Instituto, além da substituição imediata e automática do Presidente em suas ausências e impedimentos, bem como o conjunto de atribuições específicas e responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na respectiva estrutura organizacional do órgão ou da entidade;
- **Gerente de Unidade:** direção técnica de nível superior das Gerências, bem como o conjunto de atribuições específicas e de responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na respectiva estrutura organizacional do órgão ou da entidade;
- **Assessor Especializado:** assessoramento técnico especializado em tomadas de decisão relacionadas às áreas de conhecimento específicas do cargo, nos termos que dispuser o Regulamento;
- **Presidente da Comissão Permanente de Licitação:** representar a Comissão nos assuntos de sua competência, planejar, organizar, supervisionar, monitorar e executar as atividades da Comissão e presidir as sessões de licitação, sem prejuízo de outras competências definidas em Regulamento;
- **Pregoeiro:** conduzir as licitações na modalidade pregão, na forma definida em Regulamento;
- **Membro da Comissão Permanente de Licitação:** executar as atividades relativas às licitações, na forma definida em Regulamento;
- **Coordenador**: direção técnica de nível superior das Coordenações ou Coordenadorias, bem o conjunto de atribuições específicas e de responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na respectiva estrutura organizacional do órgão ou da entidade;
- **Chefe do Controle Interno:** planejar, organizar, supervisionar, monitorar e executar as atividades de controle interno do Instituto, na forma definida do Regulamento;
- **Chefe da Unidade Local de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER):** planejar, organizar, supervisionar, monitorar e executar as atividades das unidades locais de assistência técnica e extensão rural, na forma definida no Regulamento;
- **Chefe de Gabinete**: planejar, organizar, supervisionar, monitorar e executar as dos gabinetes, prestando apoio imediato à presidência do Instituto, na forma definida em Regulamento;
- **Chefe de Núcleo:** chefia dos núcleos, bem como o conjunto de atribuições específicas e de responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na respectiva estrutura organizacional do órgão ou da entidade;
- **Secretário da Presidência e Diretoria**: assessoria e apoio imediato à presidência do Instituto ou a seus Diretores, na forma definida em Regulamento;
- **Assistente Administrativo de Unidade Local**: execução de atividades nas unidades locais de assistência técnica e extensão rural, na forma definida no Regulamento;
- **Assessor Técnico**: assessoramento técnico em tomadas de decisão, na forma definida em Regulamento.

ANEXO II

CARGOS COMISSIONADOS DO INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – IACTI EXTINTOS

CARGO	VALOR	QUANT.
Presidente	R$24.217,88	1
Diretor do Museu Integrado de Roraima	R$16.951,99	1
Chefe da Divisão de Pesquisa e Estudos Amazônicos	R$2.864,97	1
Chefe da Divisão de Documentação e Arquivo	R$2.864,97	1
Chefe da Divisão de Divulgação e Educação	R$2.864,97	1
Diretor Administrativo e Financeira:	R$16.951,99	1
Chefe da Divisão de Administração	R$2.864,97	1
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças;	R$2.864,97	1
Chefe da Divisão de Recursos Humanos	R$2.864,97	1
Chefe da Divisão de Contabilidade	R$2.864,97	1
Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação	R$16.951,99	1
Chefe da Divisão de Engenharia e Inovação	R$2.864,97	1
Chefe da Divisão de Planejamento, Gestão e Fomento de Políticas e Programas em Ciência, Tecnologia e Informação - CTI	R$2.864,97	1
Chefe da Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Projetos em Ciência, Tecnologia e Informação - CTI	R$2.864,97	1
Chefe da Divisão de Ações Regionais para Inclusão Social	R$2.864,97	1
Chefe da Divisão de Apoio a Gestão de Cooperativas e Empresas (Incubadoras).	R$2.864,97	1
Presidente da CPL	R$4.000,23	1

Procurador-Chefe	R$5.209,03	1
Chefe de Gabinete	R$3.225,64	1
Membro da CPL	R$2.344,06	2
Chefe Unid. Cont. Interno	R$3.115,94	1
Secretária de Diretor	R$1.041,80	3
Assistente de Gabinete	R$781,35	7
TOTAL GERAL		**32**

Nota: dos 44 (quarenta e quatro) cargos comissionados integrantes da estrutura do IACTI (Lei nº 815, de 7 de julho de 2011), 32 cargos (trinta e dois) ficam extintos nos termos deste Anexo. Dos 12 (doze) cargos remanescentes, 4 (quatro) Assessores Especiais passam a integrar a estrutura do IATER, e os demais (1 Diretor, 6 Chefes de Divisão e 1 Secretária de Diretor), passam a integrar a FEMARH, mantidas respectivas remunerações.

ANEXO III
CARGOS COMISSIONADOS DA SEPLAN/CGPTERR EXTINTOS

CARGO	CÓDIGO	LEI	QUANT.
Secretário de Estado Adjunto do CGPTERR	Subsídio	693/2008	1
Coordenador de Cartografia	CNES-I	693/2008	1
Coordenador de Geodésia e Topografia	CNES-I	693/2008	1
Coordenador de Processamento Digital de Dados	CNES-I	693/2008	1
Assessor de Planejamento	CNES-IV	693/2008	2
Assistente Técnico Operacional II	CNES-IV	693/2008	9
Assistente Técnico Operacional I	CDS-I	693/2008	2
Assessor de Gabinete	CDI-I	693/2008	1
Coordenador Especial Técnico do Zoneamento Econômico-Ecológico	Subsídio	1.050/2016	1
Gerente de Projetos II	CNES-III	1.050/2016	1
Assistente Técnico Operacional II	CNES-IV	1.050/2016	3
Assessor Técnico	CDI-I	1.050/2016	3
TOTAL GERAL			**26**

ANEXO III
CARGOS COMISSIONADOS DA SEAPA/DATER EXTINTOS

CARGO	CÓDIGO	QUANT.
Diretor do DATER	CNES-II	1
Assessor Especial	CNES-IV	1
Chefe de Divisão de Cadastro e Assentamento de Colono	CDS-I	1
Chefe de Divisão de Crédito Rural	CDS-I	1
Chefe de Divisão Defesa Associativismo e Bem Estar	CDS-I	1
Chefe de Divisão de Metodologia e Pesquisa	CDS-I	1
Chefe de Delegacia Regional	CDI-I	5
Chefe da Casa do Produtor Rural	CDI-I	20
Administrador de Vila	CDI-I	15
Chefe de Seção	CDI-II	3
Chefe de Laboratório	CDI-II	1
Secretária do Diretor do Departamento de Assit. Técnica	FAI-II	1
Encarregado de Gabinete	FAI-II	3
Assistente	FAI-II	4
TOTAL GERAL		**58**

ANEXO IV
CARGOS COMISSIONADOS CRIADOS NA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN

Denominação: Assessor Especializado
Natureza (código): CNES-III
Vencimento unitário: R$ 4.180,25
Quantidade: 8 (oito) cargos
Custo total: R$ 33.442,00.
Requisitos: formação de nível superior, bacharelado ou licenciatura, nas seguintes áreas: matemática, estatística, engenharias, economia, contabilidade, direito e administração.
Atribuições: assessoramento técnico em tomadas de decisão relacionadas às áreas de conhecimento específicas do cargo; elaboração de pesquisas, estudos e trabalhos técnicos na área de economia, finanças, orçamento público, tributação, contabilidade, administração pública e outras correlatas à atuação da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN.

ANEXO V
CARGOS COMISSIONADOS CRIADOS NA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO – SEADI

Denominação: Assessor Especializado
Natureza (código): CNES-III
Vencimento unitário: R$ 4.180,25
Quantidade: 6 (seis) cargos
Custo total: R$ 25.081,50.
Requisitos: formação de nível superior nas áreas de atuação específicas da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI.
Atribuições: assessoramento técnico em tomadas de decisão relacionadas às áreas de conhecimento específicas do cargo; elaboração de pesquisas, estudos e trabalhos técnicos nas áreas inerentes à atuação da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI.

ANEXO VI
CARGOS COMISSIONADOS DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO – SEPLAN REDISTRIBUÍDOS PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO – SEADI

ORIGEM:SEPLAN			DESTINO: SEADI		
CARGO	**CÓD**	**QTD**	**CARGO**	**CÓD**	**QTD**
Gerente de Projeto II	**CNES II**	**1**	**Gerente de Projeto II**	**CNES II**	**1**
Assessor Especial	**CNES-IV**	**2**	**Assessor Especial**	**CNES-IV**	**2**
Chefe da Divisão de Marketing e Comunicação (DAI)	CDS-I	1	Chefe de Divisão	CDS-I	15
Chefe de Relações Institucionais (DAI)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Promoção de Negócios (DAI)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Planejamento (DEPLAF)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Administração (DEPLAF)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças (DEPLAF)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Indústria (DICS)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Distritos Industriais (DICS)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Comércio e Serviços (DICS)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Difusão Comercial e Industrial (DECOEX)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Relações Institucionais (DECOEX)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Agrorrenda (DEAGRO)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Desenvolvimento Sustentável (DEAGRO)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Certificação (DEAGRO)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Apoio ao Extrativismo (DEAGRO)	CDS-I	1			

ORIGEM:SEPLAN			DESTINO: SEADI		
CARGO	**CÓD**	**QTD**	**CARGO**	**CÓD**	**QTD**
Gerente de Projeto II	**CNES II**	**1**	**Gerente de Projeto II**	**CNES II**	**1**
Assessor Especial	**CNES-IV**	**2**	**Assessor Especial**	**CNES-IV**	**2**
Secretário do Departamento de Atração de Investimento (DAI)	FAI-I	1	Secretário de Unidade	FAI-I	4
Secretário do Departamento de Indústria, Comércio e Serviços (DICS)	FAI-I	1			
Secretário do Departamento de Comércio Exterior (DECOEX)	FAI-I	1			
Secretário do Departamento de Agronegócios (DEAGRO)	FAI-I	1			
Secretário da Divisão de Marketing e Comunicação (DAI)	FAI-II	1	Assistente	FAI-II	13
Secretário de Relações Institucionais (DAI)	FAI-II	1			
Secretário da Divisão de Promoção de Negócios (DAI)	FAI-II	1			
Secretário da Divisão de Indústria (DICS)	FAI-II	1			
Secretário da Divisão de Distritos Industriais (DICS)	FAI-II	1			
Secretário da Divisão de Comércio e Serviços (DICS)	FAI-II	1			
Secretário da Divisão de Difusão Comercial e Industrial (DECOEX)	FAI-II	1			
Secretário da Divisão de Relações Institucionais (DECOEX)	FAI-II	1			
Secretário da Divisão de Agrorrenda (DEAGRO)	FAI-II	1			
Secretário da Divisão de Desenvolvimento Sustentável (DEAGRO)	FAI-II	1			
Secretário da Divisão de Certificação (DEAGRO)	FAI-II	1			
Secretário da Divisão de Apoio ao Extrativismo (DEAGRO)	FAI-II	1			
Assistente	FAI-II	1			

ANEXO VII
CARGOS COMISSIONADOS DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO – SEPLAN REDISTRIBUÍDOS PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO – SECULT

ORIGEM:SEPLAN			DESTINO: SECULT		
CARGO	**CÓD**	**QTD**	**CARGO**	**CÓD**	**QTD**
Chefe de Departamento	**CNES-II**	**1**	**Chefe de Departamento**	**CNES-II**	**1**
Chefe da Divisão de Difusão Turística (DETUR)	CDS-I	1	Chefe de Divisão		4
Chefe da Divisão de Ecoturismo (DETUR)	CDS-I	1			
Chefe da Divisão de Projetos e Programas Especiais (DETUR)	CDS-I	1			
Chefe do Núcleo Delegado da EMBRATUR (DETUR)	CDS-I	1			
Secretário do Departamento de Turismo (DETUR)	FAI-I	1	Secretário de Departamento	FAI-I	1
Secretário da Divisão de Difusão Turística (DETUR)	FAI-II	1	Secretário de Divisão	FAI-II	4
Secretário da Divisão de Ecoturismo (DETUR)	FAI-II	1			
Secretário da Divisão de Projetos e Programas Especiais (DETUR)	FAI-II	1			
Secretário do Núcleo Delegado da EMBRATUR (DETUR)	FAI-II	1			

PROJETO DE LEI Nº 325 /2021

"Proíbe o exercício de cargo, emprego ou função pública por pessoa com condenação penal transitada em julgado pelo crime de maus-tratos contra animais."

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedado o exercício de cargo, emprego ou função pública na administração pública do Estado de Roraima, bem como a prestação de serviços ou participação em licitação estadual, de pessoa com condenação penal transitada em julgado pela prática de crime de maus-tratos contra animais.

§ 1º A vedação se aplica à administração pública direta do Estado, incluindo-se o Governo, suas Secretarias, a Assembleia Legislativa e o Poder Judiciário Estadual; e à administração pública indireta, incluindo-se autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista que contem com participação acionária do Estado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2021.

EVANGELISTA SIQUEIRA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O crime de maus-tratos contra animais está previsto no artigo 32 da Lei nº 9.605, de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), porém não há definição das condutas que são consideradas como maus-tratos. Tal especificação ficou a cargo da Resolução nº 1.236, de 2018, expedida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária. Como exemplo, destacamos práticas que infelizmente ainda são comuns: agredir fisicamente ou agir para causar dor, sofrimento ou dano ao animal; abandonar animais; deixar o tutor ou responsável de buscar assistência médico-veterinária ou zootécnica quando necessária; manter animal sem acesso adequado a água, alimentação e temperatura compatíveis com as suas necessidades e em local desprovido de ventilação e luminosidade adequadas; manter animais de forma que não lhes permita acesso a abrigo contra intempéries; manter animal em local desprovido das condições mínimas de higiene e asseio; impedir a movimentação ou o descanso de animais; submeter ou obrigar o animal a atividades excessivas, que ameacem sua condição física e/ou psicológica; utilizar de métodos punitivos, baseados em dor ou sofrimento com a finalidade de treinamento, exibição ou entretenimento; entre outras condutas.

Por questões próprias do ordenamento jurídico nacional, a impunidade tornou-se uma regra revoltante em relação a todos os crimes ambientais, especialmente o crime de maus-tratos. Assim, é imperativo utilizarmos a competência legislativa estadual para explorar as possibilidades de sanções de forma rígida, de modo a coibir ao máximo a impunidade, ao menos naquilo que nos compete.

Diante deste cenário, a vedação do exercício de cargo, emprego ou função pública na administração pública do Estado de Roraima, bem como a prestação de serviços ou participação em licitação estadual, de pessoa condenada por crime de maus-tratos contra animais, é uma penalidade que possui potencial para efetivamente coibir e punir essa prática.

Ademais, é necessário que o Estado dê um bom exemplo, impedindo que pessoas violentas com animais exerçam funções de prestígio e sejam mantidas às custas de recursos públicos.

É inegável o clamor popular por um basta aos maus-tratos, e esta proposta representa uma possibilidade efetiva de punição àqueles que causem sofrimento a esses seres sencientes, coibindo qualquer conduta cruel contra espécies sob a tutela humana.

Sala das Sessões, 14 de dezembro 2021.

EVANGELISTA SIQUEIRA
Deputado Estadual

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI N.º326, DE 14 DE 12 DE 2021

Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG e dispõe sobre suas receitas e a aplicação de seus recursos; e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

Art. 2º O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados tem por objetivo suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros destinados à:

I – implantação, aperfeiçoamento e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados Estaduais, conforme regulamento; e

II – à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima na execução das atividades de segurança

dos magistrados e a eles vinculados.

Art. 3º Constituem receitas do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados:

I – recursos provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

II – rendimentos de aplicações financeiras com recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados;

III – créditos consignados no orçamento do Estado e em leis especiais;

IV – cinco por cento dos valores arrecadados mensalmente pelo Tribunal de Justiça, por meio do Fundo Especial do Poder Judiciário de Roraima, referente à participação sob a atividade extrajudicial prevista no regimento de custas estadual vigente, somado a esse montante a parcela de cinco por cento sobre os eventuais valores repassados em decorrência da apuração do lucro líquido excedente das serventias extrajudiciais sob interinidade;

V – transferências públicas e créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

VI – as subvenções, doações e contribuições de pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, na forma da legislação aplicável; e

VII – outros recursos que lhe forem destinados por Lei.

§ 1º O **superávit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, em fonte específica, será transferido para o exercício seguinte, mantida sua vinculação.

§ 2º As receitas do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados não integram o percentual fixado para o Poder Judiciário na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Os recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados deverão ser aplicados em:

I – construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando proporcionar adequada segurança física e patrimonial aos magistrados;

II – manutenção dos serviços de segurança;

III – formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança dos magistrados;

IV – aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados;

V – participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades; e

VI – atividades relativas à sua própria gestão, excetuando-se despesas com os servidores e magistrados já remunerados pelos cofres públicos.

Art. 5º Os recursos financeiros do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados serão depositados em conta específica.

Art. 6º A gestão dos recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados será de responsabilidade da Comissão de Segurança do Poder Judiciário que definirá, anualmente, sua destinação.

§ 1º A Comissão deverá encaminhar as demandas à Secretaria Geral, até o final do mês de fevereiro de cada ano, para que componham o Plano de Aquisição e Contratações do Poder Judiciário de Roraima.

§ 2º A efetivação da aplicação dos recursos obedecerá aos mesmos parâmetros das demais contratações do Poder Judiciário.

Art. 7º O Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Roraima, juntamente com o Secretário de Orçamento e Finanças do Tribunal de Justiça de Roraima, será o responsável pela ordenação das despesas necessárias ao desenvolvimento das atividades e, nessa condição, responderá pela movimentação dos recursos do fundo e pela correspondente prestação de contas.

Parágrafo único. Compete à Secretaria de Orçamento e Finanças promover a movimentação dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, previamente autorizadas pelo Secretário- Geral do Tribunal de Justiça de Roraima, inclusive mediante a emissão dos documentos de despesa indispensáveis, guias de depósito bancário e ordens de pagamento em geral.

Art. 8º Os bens adquiridos com recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados serão incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário.

Art. 9º Aplicam-se à execução financeira do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados as normas gerais da legislação orçamentária e financeira pública bem como as normas e metodologias do Poder Judiciário de Roraima.

Art. 10. O Poder Judiciário do Estado de Roraima poderá editar atos porventura necessários à operacionalidade do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, quanto à organização administrativa, contábil, financeira e orçamentária.

Art. 11. A prestação de contas relativa aos recursos do fundo destinado à segurança dos magistrados obedecerá à legislação pertinente observando-se os mesmos parâmetros de responsabilidade das demais Unidades Gestoras do Poder Judiciário.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista/RR, de de

ANTONIO DENARIUM

Governador do Estado de Roraima

PROJETO DE LEI Nº 327 DE 13 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre a criação de um Programa Estadual de Incentivo ao Esporte e Lazer no Estado de Roraima, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA aprovou e sancionou o seguinte:

Art. 1° Fica instituído, no âmbito do Estado de Roraima, o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte e Lazer vinculado a Secretaria de Estado de Educação e Desporto.

Art. 2° São objetos do Programa Estadual de Incentivo ao Esporte e Lazer promover e consolidar o esporte como direito social guiado pelos princípios da democratização e inclusão social, valorizando a acessibilidade, descentralização, intersetorialidade e multidisciplinariedade das ações esportivas.

Art. 3° A promoção e o incentivo do desenvolvimento do desenvolvimento do esporte educacional, do esporte como lazer e do esporte como promoção à saúde se darão por meio de:

I – criação ou apoio a projetos e eventos esportivos nas diferentes modalidades, incluindo modalidades não populares e esportes radicais e de aventura, de natureza, esporte adaptado e tradicional bem como programas de lazer para crianças, adolescentes, adultos e idosos, pessoas com deficiência e pessoas com necessidades especiais;

II – financiamento de projetos de criação de escolhinhas e centros de treinamentos;

III – intermediação e estabelecimento de programas esportivos e de lazer com comunidades, instituições de ensino públicos e particulares junto às ligas e federações, com intuito de abranger várias classes sociais, favorecendo o acesso e permanência do cidadão escolar e não escolar em espações que oportunizem práticas sistematizadas e/ou não sistematizadas como elemento de convivência positiva;

IV – uso dos equipamentos, serviços e materiais de consumo públicos e/ou privados adquiridos e/ou contratados pelo Estado de Roraima;

V – apoio à realização de palestras e workshops que tenham como objetivo a troca de experiências e conhecimentos de novas técnicas;

VI – apoio a iniciativas que tenham como objetivos a especialização nas áreas de conhecimento aplicadas ao esporte, de árbitros, técnicos, profissionais da área de educação física e outros profissionais de áreas afins;

VII – criação de condições para construir, reformar, implantar, ampliar, adaptar e modernizar a infraestrutura esportiva pública existente no Estado de Roraima, dentre as escolas, ginásios, piscinas, campos, praças, pista de atletismo, e outros agrupamentos, além de parques, garantindo a articulação entre as entidades privadas e as esferas do Governo.

Art 4° A promoção e o incentivo do desenvolvimento do esporte de alto rendimento se darão por meio de :

I – patrocínio de equipes e atletas que participem de competições estaduais, nacionais e internacionais;

II – concessão de bolsas de manutenção para atletas e bolsas de especialização para treinadores;

III – custeio de despesas de viagens de atletas em competições;

IV – apoio à realização de competições no âmbito estadual;

V – apoio a iniciativas que tenham como objetivo colocar o Estado de Roraima no circuito das competições estaduais, nacionais e internacionais.

Art 5° Para obtenção de financiamento de projetos com recursos do Programa Estadual de Incentivo ao Esporte e Lazer, os interessados deverão obrigatoriamente estar cadastrados na Secretaria de Estado de Educação e Desporto, satisfazendo as seguintes condições:

I – apresentar o projeto à Secretaria de Estado de Educação e Desporto, explicitando os objetivos, recursos financeiros e humanos,

envolvidos para fim de fixação do valor do incentivo e posterior fiscalização;

II – em casos de escolhinhas, indicar obrigatoriamente um profissional técnico com registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF) para acompanhar o projeto apresentado ou treinador/ instrutor que possuam cursos preparatórios associados à modalidade que ensinam.

Art.6° Os projetos serão examinados pela Secretaria se Estado de Educação e Desporto, que definirá os projetos selecionados a serem financiados, a partir dos seguintes critérios:

I – interesse público e desportivo;

II – atendimento a legislação vigente;

III – qualidade do projeto apresentado e capacidade do proponente para a realização do projeto;

IV – compatibilidade dos custos apresentados com a realidade financeira do Estado;

V – A contrapartida deverá ser social, onde a entidade ofereça espaço para a população carente participar.

Parágrafo único – A análise deverá ser feita obrigatoriamente, descrito no projeto, respeitando a data marcada para o evento, a fim de não prejudicar a entidade envolvida.

Art. 7° Os responsáveis pelo projeto deverão comprovar junto à Secretaria de Estado de Educação e Desporto a aplicação dos recursos repassados em até 30 (trinta) dias após o recebimento do benefício.

§1° As prestações de contas à Secretaria de Estado de Educação e Desporto serão efetuadas através de formulário próprio.

§2° Além das sanções penais cabíveis, a não comprovação da aplicação dos recursos nos prazos estipulados, implicará na exclusão dos responsáveis pelo projeto de qualquer outro apoio por um período de 01 (um) ano.

Art. 8° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 13 de outubro de 2021.

JORGE EVERTON BARRETO GUIMARÃES

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A iniciativa do presente Projeto de Lei consiste em atender uma parcela considerada da sociedade.

A prática esportiva tem se consolidado como instrumento de projetos humanitários e que procuram o desenvolvimento social dos grupos beneficiários, contribuindo para habilidades individuais.

O esporte é uma linha estratégica para alcançar adolescentes, jovens e adultos em ações para a promoção da igualdade de gênero, saúde e prevenção da violência.

Inúmeros projetos sociais utilizam o esporte como uma estratégia para a mudança social.

O esporte é um recurso facilitador na medida em que ele pode, quando bem orientado, criar um senso de unidade, servindo ainda como espaço para a construção de estratégias para se lhe dar com vários sentimentos, como a raiva, a frustração e, algumas vezes, a agressão.

O componente do trabalho em equipe dentro do esporte, conectando meninos e meninas de diversas faixas etárias é um elemento particularmente importante, e com esse incentivo, o esporte vai evoluir, pois crianças e jovens que praticam esporte regularmente, cresce com mais saúde, relaciona-se melhor com a sociedade, tem um rendimento melhor na escola pois tem maior disposição para estudar e maor facilidade para se relacionar com as pessoas do ambiente escolar.

Entendemos que a presente propositura intenta chamar a atenção para esta matéria de grande relevância.

Assim se observa a importância deste Projeto de Lei, e pelo aqui exposto solicito aos meus nobres Pares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Palácio Antônio Augusto Martins, 13 de outubro de 2021.

JORGE EVERTON BARRETO GUIMARÃES

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 328 DE 01 DE OUTUBRO DE 2021.

Declara patrimônio cultural imaterial do Estado de Roraima a cultura HIP HOP e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA aprovou e sancionou o seguinte:

Art. 1° Fica declarada como Patrimônio Cultural de natureza imaterial do Estado de Roraima a cultura Hip Hop e todas as suas manifestações artísticas, como breakdance, beatmakers, graffiti, rap, MC e DJ, instituindo o dia 11 de dezembro como o "Dia Estadual do Hip Hop" a ser celebrado anualmente.

Art. 2° Autoriza o Poder Público a assegurar e fomentar a cultura Hip Hop, a realização de suas manifestações próprias, sem quaisquer regras discriminatórias, nem diferentes das que regem outras manifestações da mesma natureza.

§1° Os assuntos relativos à cultura Hip Hop deverão, prioritariamente, ser tratados pela Secretaria Estadual de Cultura, que poderá abrir edital específico para o tema, ouvida as Instituições da Sociedade Civil Organizada.

§2° Autoriza a promoção de ações de divulgação, formação e capacitação, ligadas às modalidades artísticas características da cultura Hip Hop, além de atividades que visem à discussão, à troca e ao debate de ideias relativas às políticas para a juventude.

Art. 3° Fica assegurada a realização de Rodas Culturais no Estado de Roraima, cujo objetivo é fomentar a criação das Rodas Culturais para divulgar a cultura Hip Hop, valorizar suas atividades, incentivar seu potencial turístico cultural alternativo, promover capacitações e integração dos seus gestores.

§1° As Rodas Culturais, que englobam rodas de rima, de grafite e encontros de DJs e breakdance, beatmakers, MC's, entre outros, são encontros comunitários da cultura Hip Hop que acontecem de maneira periódica em espaços públicos, totalmente gratuitos e sem qualquer restrição a circulação das pessoas.

§2° As Rodas Culturais estão dispensadas de prévia autorização da Polícia Militar do Estado de Roraima, da Policia Civil do Estado de Roraima e do Corpo de Bombeiros do Estado de Roraima, desde que não haja montagem de palcos, arquibancadas e camarotes.

Art 4° Caberá ás instituições de ensino situadas no Estado de Roraima, a partir de discussão em seus fóruns, desenvolver ações de divulgação como oficinas, debates e aulas temáticas sobre a cultura Hip Hop.

Art. 5° Fica proibido qualquer tipo de discriminação ou preconceito, seja de natureza social, racial, cultural ou administrativa contra a cultura Hip Hop ou seus integrantes.

Art. 6° Os artistas da cultura Hip Hop são agentes da cultura popular e, como tais, devem ter seus direitos respeitados.

Art. 7° As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 8° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 01 de outubro de 2021.

JORGE EVERTON BARRETO GUIMARÃES

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A iniciativa do presente Projeto de Lei consiste em atender uma parcela considerada da sociedade, garantindo ao ritmo e a todas as suas manifestações artísticas, como a dança break, grafite, rap, MCs e DJs, a realização de suas manifestações próprias, sem regras discriminatórias.

Aqui, o presente Projeto de Lei proíbe que sejam criadas regras para a realização de eventos de Hip Hop que sejam diferentes das que regem outras manifestações culturais, proibindo qualquer tipo de descriminação ou preconceito, seja de natureza social, racial, cultural ou administrativa.

A proposta apresentada, determina que os assuntos relativos à cultura Hip Hop deverão, prioritariamente, ser tratados pela Secretaria Estadual de Cultura.

O objetivo aqui é evitar a perseguição aos eventos de Hip Hop, que torna as Rodas Culturais um dos movimentos mobilizadores da juventude e uma ferramenta eficaz de cidadania cultural, entretenimento e sociabilidade.

Entendemos que a presente propositura intenta chamar a atenção para esta matéria de grande relevância, colocando em prática tal garantia.

Assim se observa a importância deste Projeto de Lei, e pelo aqui exposto solicito aos meus nobres Pares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Palácio Antônio Augusto Martins, 01 de setembro de 2021.

JORGE EVERTON BARRETO GUIMARÃES

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 329 DE 2021

EMENTA: ''DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO DE MULHERES MASTECTOMIZADAS, NO ESTADO DE RORAIMA.''

AUTORIA: **DEPUTADA LENIR RODRIGUES**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima aprovou e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei garante assegurar e ampliar o atendimento, às mulheres mastectomizadas, no acompanhamento fisioterapêutico durante o período Pré e Pós Operatório.

Parágrafo Único – A fisioterapia de preparação ou reabilitação à Mastectomia de que trata esta Lei será oferecida a todas as mulheres no âmbito do estado de Roraima que se submeterão ou foram submetidas à mastectomia, com ou sem esvaziamento axilar.

Art. 2º - A fisioterapia de que trata esta Lei será realizada de acordo com o quadro clínica de cada paciente, cabendo ao Profissional da Fisioterapia definir que técnica terapêutica será aplicada e o número de sessões a serem ministradas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 15 de dezembro 2021.

Lenir Rodrigues

Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

O câncer de mama é uma doença heterogênea e complexa, que pode se apresentar de múltiplas formas clínicas e morfológicas, com diferentes graus de agressividade tumoral e potencial metastástico, podendo atingir mulheres de qualquer faixa etária.

O Instituto Nacional do Câncer (INCA) estima que para cada ano do triênio 2020/2022, sejam diagnosticados no Brasil 66.280 novos casos de câncer de mama, com um risco estimado de 61,61 casos a cada 100 mil mulheres A fisioterapia para pacientes em tratamento de câncer de mama ajuda na recuperação e na prevenção de complicações da doença, podendo ser usada nas diferentes etapas do tratamento de câncer.

O Pós-operatório da mastectomia é marcado pela limitação de movimentos nos braços e o encurtamento de musculatura. Neste tratamento, a fisioterapia será utilizada para reabilitação, resultando em ganhos de movimentação e prevenção de aderências e disfunções.

As dificuldades de uma paciente acometida de câncer de mama, que reside no interior do Estado, começam da necessidade de deslocar-se até a cidade de Boa Vista para receber tratamento especializado, e os fisioterapeutas são profissionais que possuem atuação tanto na prevenção de um modo geral, incluindo em possíveis lesões, como no tratamento de problemas ou complicações relacionadas às disfunções funcionais de órgãos e sistemas, incluindo nelas deficiências musculares e na mobilidade, cardiovascular, pulmonar, metabólica, dentre outras, sendo capaz também da realização de levantamento epidemiológico dos usuários das academias mapeando suas necessidades.

Diante da relevância deste tema, conto com a compreensão dos meus pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 331/2021

Dispõe sobre a Criação do Memorial em Homenagem às Vítimas da Pandemia do Covid-19 no Estado de Roraima.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Cria o Memorial em Homenagem às Vítimas do Covid-19 no Estado de Roraima.

Art. 2º São objetivos precípuos do Memorial em Homenagem às Vítimas do Covid-19:

I - preservar a memória das vítimas da pandemia de COVID-19 no Estado e o justo reconhecimento a todos os profissionais que perderam a sua vida na linha de frente demonstrando todo seu heroísmo;

II - prestar homenagem às pessoas que tiveram suas vidas interrompidas por consequência da doença;

III - registrar, historicamente, os óbitos e o enfrentamento à pandemia no Estado;

IV - oferecer ao povo roraimense e aos familiares e amigos dos profissionais e de todas as vítimas da COVID-19 um local de luto e de homenagem;

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2021.

EVANGELISTA SIQUEIRA

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por finalidade homenagear as vítimas acometidas pelo Covid-19 e todos os profissionais que tiveram a vida ceifada durante a pandemia em desempenho das suas funções.

É sabido que familiares, amigos e colegas foram impedidos de realizar digna despedida de seus entes queridos acometidos pela Covid-19.

A humanidade não pode esquecer esse momento histórico, para evitar que futuras tragédias como essa voltem a ocorrer e, no caso de serem inevitáveis, que possamos aprender e no futuro tomarmos melhores decisões preservando sempre um maior número de vidas.

Um memorial público merece ser criado para que futuras gerações não passem pelo que estamos vivendo na atualidade.

Diante de tanta luta e dor, demonstra-se justo o reconhecimento daqueles profissionais que perderam a sua vida na linha de frente demonstrando todo seu heroísmo, bem como de todas as pessoas que faleceram vítimas da pandemia.

Nesse sentido gostaríamos de contar com a aprovação do presente projeto por Vossas Excelências.

Sala das Sessões, 16 de dezembro 2021.

EVANGELISTA SIQUEIRA

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 332 /2021

Cria o programa "PALCO CULTURAL" no Estado de Roraima e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa "PALCO CULTURAL" no âmbito do Estado de Roraima.

Art. 2º O presente Programa consiste em transformar os bens e estruturas públicas em Palcos Culturais do nosso Estado, expondo obras artísticas e culturais e dados de cunho informativo.

Parágrafo único. Entende-se como palco todo tipo de objeto de sustentação e construção que possibilite a sua transformação em obra de arte.

Art. 3º A manutenção destes palcos ficará a cargo de instituições privadas, denominadas patrocinadoras, que, em troca dessa contrapartida financeira, poderão utilizar um espaço de publicidade que existe em cada uma destas construções.

Parágrafo único. Em caso de danos provocados por terceiros, estas instituições patrocinadoras ficarão responsáveis pela reparação do dano causado ao bem público, cabendo à empresa concessionária do serviço tomar as providências legais necessárias.

Art. 4º O Programa tem as seguintes características:

I - transformar os palcos em obra de arte, usando a arte do grafitismo e pinturas artísticas, ou qualquer tipo de arte que seja compatível com a finalidade deste programa;

II - cada estrutura poderá ser o palco para exposição de trabalhos que remetam à cultura roraimense e indígena, homenageando-se um escritor, um músico, um compositor, um artista, pontos turísticos do Estado ou trazendo frases de interesse público e cultural;

III - constarão no trabalho artístico informações sobre a localidade, tais como, CEP, município, nome da rua, bairro;

IV - será reservado um espaço do bem público equivalente de 20% do tamanho do trabalho artístico para publicidade a ser explorada pelas instituições patrocinadoras;

V - as pinturas ficarão sempre um metro abaixo da rede elétrica, ou de qualquer tipo de cabeamento que traga risco de vida.

Art. 5º As instituições patrocinadoras serão cadastradas na Secretaria de Estado da Cultura, que estabelecerá os critérios de escolha dessas instituições e os locais respectivos dos espaços denominados Palcos Culturais, fiscalizando a execução do presente programa, conforme disposto em regulamento.

Art. 6º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua fiel execução.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro 2021.

EVANGELISTA SIQUEIRA

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como finalidade transformar as estruturas do nosso Estado, as quais passarão a conter obras de arte a céu aberto. Também tem a finalidade de transformar esses bens públicos em peças informativas para a nossa população, pois neles constará, além de um trabalho artístico, dados sobre a localidade, tais como CEP, bairro, nome da rua e outras informações necessárias ao público em geral.

A presente proposição tem escopo em proposta legislativa do Estado do Rio de Janeiro, contudo o intuito da norma muito bem se aplica ao nosso contexto social e estrutural. Muitas dessas estruturas encontram-se pichadas e em precário estado de conservação, dando um ar de abandono a nossas ruas.

Com a aprovação deste projeto, as ruas e estradas do nosso Estado terão um atrativo único, suas obras de arte.

A manutenção dessas estruturas será feita periodicamente para que as pinturas e escritas estejam sempre em cores nítidas, permitindo à sociedade desfrutar dessas obras artísticas por muitos anos.

Sala das Sessões, 16 de dezembro 2021.

EVANGELISTA SIQUEIRA
Deputado Estadual

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 85, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS ESTADUAIS

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência e dos demais membros dessa Augusta Casa Legislativa, o Projeto de Lei Ordinária que dispõe sobre a Estrutura Administrativa e Funcional do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, visando extinguir e criar cargos comissionados.

O Projeto em questão, tem por objeto a alterar a estrutura administrativa do Instituto de Pesos e Medidas com a extinção e a criação de cargos comissionados, considerando que o quadro atual de cargos e remunerações do IPEM/RR não corresponde mais às necessidades do órgão, haja vista o alcance de suas atividades no Estado e a especificidade de suas atribuições, sendo necessária uma nova estrutura administrativa e funcional.

Na sua criação - Lei nº 372, de 16 de maio de 2003 - foi definido que, enquanto não fosse realizado concurso público, as funções do Instituto seriam exercidas por servidores da Administração Pública Estadual, e que as despesas decorrentes ocorreriam à conta das dotações orçamentárias oriundas do Poder Executivo (parágrafo único do art. 8º e art. 14, da Lei nº 372/03). No entanto, em de 2013, foi celebrado o Convênio de Cooperação Técnica- Administrativa nº 15/2003, entre o Inmetro e o IPEM, ficando estabelecido na Cláusula 8.1, que o pessoal envolvido na execução das atividades que constituem objeto do Convênio, estaria sujeito às normas de administração de pessoal do Estado de Roraima, notadamente no que concerne à remuneração e aos benefícios sociais.

Em 27 de novembro de 2020, foi celebrado novo Convênio, de nº 27, o qual dispôs, na cláusula 7.1, que "*O pessoal envolvido na execução das atividades, que constituem o objeto deste Convênio, sujeitar-se-á às normas de administração de pessoal do estado federado, em todos aspectos inerentes.*".

Por conta disso, considerando a Lei nº 372/2003 e o referido Convênio, entende-se que as funções atinentes aos cargos comissionados que compõem a estrutura do IPEM e a remuneração de seus servidores devem seguir os mesmos parâmetros da Tabela de Pessoal da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, uma vez que não houve a realização de concurso público até o momento, contudo, ocorre que a remuneração e as nomenclaturas dos cargos componentes da estrutura do IPEM, exceto o de Presidente e os de Diretores, possuem divergências entre si, não correspondendo às remunerações previstas no DECRETO Nº 19112-E, de 7/7/2015, DOE Nº 2556, o qual dispôs sobre vencimentos, salários, remunerações e subsídios dos servidores pertencentes à Administração Direta do Poder Executivo Estadual.

É importante destacar, que as mudanças ocorridas na estrutura de cargos do Ipem após sua criação ocorreram em 2005 e 2006, por meio das Leis nº 488, de 28/03/2005 e nº 356, de 24/03/2006, há mais de quinze anos, e que, no contexto atual, não atendem mais às necessidades do órgão em questão (IPEM). Assim, é visível, justificável, urgente e necessária uma nova estrutura administrativa e funcional para o IPEM/RR.

São com essas considerações, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, que submeto este Projeto de Lei à elevada apreciação de Vossas Excelências, convicto de poder contar com os nobres parlamentares para a aprovação dessa proposta.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 17 de dezembro de 2021.

(*assinatura eletrônica*)

ANTONIO DENARIUM
Governador do Estado de Roraima

PROJETO DE LEI Nº 334 , DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima - IPEM/RR, extingue e cria cargos comissionados, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam extintos 08 (oito) cargos de Chefe de Divisão, CDS-I, o cargo de Assessor Especial, CNES-III, 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, CDI-I, o cargo de Assessor de Comunicação, CNES-III, 02 (dois) cargos de Secretário de Gabinete, FAI-I, e 07 (sete) cargos de Secretário de Divisão, FAI-III, da estrutura do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima - IPEM, constantes no Anexo Único da Lei nº 536, de 24 de março de 2006.

Art. 2º Ficam criados, na estrutura do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima - IPEM, 07 (sete) cargos de Gerente de Unidade, CNES-II, 04 (quatro) cargos de Chefe de Unidade, CNES-IV, 05 (cinco) cargos de Assessor Especializado, CNES-III, 01 (um) cargo de Ouvidor, CNES-III, 02 (dois) cargos de Secretário de Diretor, CDS-II, 07 (sete) cargos de Assessor de Gerência, CDI-I, e 07 (sete) cargos de Auxiliar de Metrologia, CDI-I, cujas atribuições encontram-se definidas no Anexo I, desta Lei.

Parágrafo único. As remunerações correspondentes aos códigos CNES-II e CNES-III, para os cargos integrantes da estrutura administrativa do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima - IPEM, passarão a ser de R$ 5.209,03 (cinco mil, duzentos e nove reais e três centavos) para o código CNES-II e de R$ 4.180,25 (quatro mil, cento e oitenta reais e vinte e cinco centavos) para o código CNES-III, em atenção aos valores vigentes para a administração direta do Poder Executivo do Estado de Roraima.

Art. 3º Integrarão a estrutura básica do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima - IPEM, a Presidência e 02 (duas) Diretorias, sendo 1 (uma) no nível de Execução Programática e 1 (uma) no nível de Execução Instrumental, nos termos do art. 3º da Lei nº 499, de 19 de julho de 2005.

Parágrafo único. As denominações, competências e detalhamento, inclusive subdivisão em órgãos subalternos, das Diretorias mencionadas no caput deste artigo, serão estabelecidas em regulamento editado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O ocupante do cargo de Auxiliar de Metrologia fará jus à percepção de Gratificação por Atividade de Metrologia, equivalente a 120% (cento e vinte por cento) do vencimento básico, desde que tenha sido aprovado em curso de Metrologista e desempenhe suas atividades conforme regulamento.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Caberá ao Poder Executivo, mediante a edição de créditos especiais e suplementares, prover as dotações necessárias aos órgãos criados e modificados nos termos desta Lei, observadas as disposições e os limites da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º A estrutura organizacional do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima - IPEM, bem como as demais disposições necessárias ao integral cumprimento desta Lei, serão regulamentadas no prazo de 60 (sessenta) dias, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º Revogam-se o art. 6º e o Anexo II da Lei nº 372, de 16 de maio de 2003, a Lei nº 488, de 28 de março de 2005, e demais disposições em contrário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 17 de dezembro de 2021.

(*assinatura eletrônica*)

ANTONIO DENARIUM
Governador do Estado de Roraima

ANEXO I
ATRIBUIÇÕES

Gerente de Unidade	Direção técnica de nível superior das Gerências, bem como o conjunto de atribuições específicas e de responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na respectiva estrutura organizacional do órgão ou da entidade.
Assessor Especializado	Assessoramento técnico especializado em tomadas de decisão relacionadas às áreas de conhecimento específicas do cargo, nos termos que dispuser o Regulamento.
Ouvidor	Acolher, tratar e responder a manifestações recebidas e relacionadas aos serviços prestados pelo Instituto, bem como assessorar a Presidência e as Diretorias em assuntos relativos às suas competências, nos termos definidos no Regulamento.
Chefe de Unidade	Chefiar órgãos subalternos e o conjunto de atribuições específicas e de responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na respectiva estrutura organizacional do órgão ou da entidade.
Secretário de Diretor	Assessorar e apoiar direto diretores, na forma definida em regulamento.
Auxiliar de metrologia	Assessorar as atividades de metrologia e afins do instituto.
Assessor de Gerência	Assessorar as gerências nas tomadas de decisão específicas de sua unidade.

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 86, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA D O ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS,

Submeto ao exame dessa ilustre Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, o Projeto de Lei que *Dispõe sobre o PCCR do IPER, especificamente sobre a carreira dos Médicos Peritos Previdenciários e respectiva reestruturação.*

A presente iniciativa busca suprir uma demanda institucional com o fito de atrair, valorizar e reter profissionais capacitados e qualificados na área especializada da categoria médica pericial previdenciária, pertencentes ao quadro de servidores efetivos do *Instituto de Previdência de Roraima (IPER),* componentes *da Junta Médica Oficial* prevista desde sua regulamentação por meio da *Lei Complementar Nº 020 de 30 de dezembro de 1996.*

Cumpre esclarecer que não obstante ao fato da carreira de médico perito previdenciário ter sido uma das primeiras carreiras a serem descritas desde a criação do IPER, apesar da existência de previsão legal originária, bem como, de atos subsequentes à Lei 832/2011, a junta médica só foi implantada no ano de 2018 com a posse dos médicos peritos previdenciários.

Por oportuno, destaca-se que a avaliação médica pericial previdenciária é pré-requisito legal para concessão de diversos benefícios previdenciários, os quais compõem a atividade fim do IPER. Consta no Regimento Interno do IPER que*: "O IPER tem por desígnio garantir aos segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Roraima e aos seus dependentes os benefícios previdenciários esculpidos na Constituição Federal e nas leis que disciplinam o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Roraima, mediante as contribuição vertidas a este sistema".* Assim, por tudo exposto, por critérios de competência técnica e responsabilidade legal, não há como assegurar a correta aplicação da garantia desses benefícios previdenciários, cabalmente, sem que haja a correta avaliação médico-legal e a consecutiva decisão do mérito técnico previdenciário, no âmbito administrativo, emanada pela Junta Médica Oficial desta autarquia. Neste cenário, dentre as atividades desenvolvidas no âmbito dos institutos previdenciários, a de médico perito é historicamente a que representa maior risco ao servidor que a desenvolve.

Somado ao que já foi exposto, é fundamental destacar que os objetivos e princípios de valorização dos servidores efetivos médicos peritos previdenciários do IPER estão contemplados nessa proposta em questão, pois uma remuneração condizente com o mercado de trabalho torna possível o desenvolvimento profissional na respectiva carreira, por isso busca-se efetiva justiça entre os pares que atuam na área pericial no Estado de Roraima, principalmente, levando em consideração que desde a aprovação da Lei 1263/2018, a carreira dos médicos peritos do IPER sofreu enorme defasagem em comparação à carreira de médicos peritos de outras instituições no Estado de Roraima. Dessa forma, cabe, neste momento, poder sanear dificuldades históricas e pontuais, atinentes especificamente a esta carreira aludida, não olvidando que toda atividade técnica deve ser justamente remunerada, pautada no grau de complexidade, na habilidade técnica e na responsabilidade que ela representa.

Por fim, cumpre destacar que a GAM (Gratificação de Atividade Médica) configura um componente remuneratório que já foi incorporado definitivamente por todas as categorias médicas estaduais em Roraima, com exceção dos servidores médicos peritos do IPER ocupantes das únicas quatro vagas existentes em lei para essa carreira previdenciária, de maneira especificada pela presente propositura legal.

São com essas considerações, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Parlamentares Estaduais, que submeto os presentes Projetos de Lei Complementar a Vossas Senhorias para devida aprovação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 17 de dezembro de 2021.

(*assinatura eletrônica*)
ANTONIO DENARIUM
Governador do Estado de Roraima

PROJETO DE LEI Nº 335 , DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021.

Altera a Lei nº 832, de 29 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) dos Servidores Públicos do Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Tabela financeira V do Anexo II da Lei nº 832, de 29 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II
RETRIBUIÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS DO QUADRO GERAL DE PESSOAS DO IPER
[...]
TABELA V

	A	B	C	D
1	R$ 6.717,29	R$ 7.133,76	R$ 7.576,06	R$ 8.045,77
2	R$ 8.850,35	R$ 9.399,07	R$ 9.981,81	R$ 10.600,68
3	R$ 11.660,75	R$ 12.383,72	R$ 13.151,51	R$ 13.966,90
4	R$ 15.363,59	R$ 16.316,14	R$ 17.327,74	R$ 18.402,06

Art. 2º O artigo 28-A da Lei nº 832, de 29 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28-A. Fica instituída a Gratificação de Atividade Médica – GAM, concedida ao servidor ocupante do cargo de Médico-Perito Previdenciário que esteja no efetivo exercício do cargo, no percentual de 150% (cento e cinquenta por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Médico-Perito Previdenciário. (NR)

Parágrafo único. Após 12 meses da aprovação desta lei a Gratificação de Atividade Médica será extinta, tendo seu percentual incorporado à tabela financeira V do Anexo II da Lei nº 832/2011, em sua respectiva classe, passando então a determinar o valor do subsídio ao servidor ocupante do cargo de Médico Perito Previdenciário." (AC)

Art. 3º Fica extinto 01 (um) cargo comissionado de Chefe de Divisão, IPER/CDS-I, constante do Anexo V, Tabela I, da Lei nº 832, de 29 de dezembro de 2011, e criada 01 (uma) função gratificada de "Chefe de Perícias e Avaliação Médica", IPER/FG – I, com remuneração correspondente a R$ 5.021,13 (cinco mil, vinte e um reais e treze centavos).

Art. 4° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 2022.

Palácio Senador Hélio Campos, 17 de dezembro de 2021.

(assinatura eletrônica)
ANTONIO DENARIUM
Governador do Estado de Roraima

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 88, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência e dos demais Membros dessa Augusta Casa Legislativa,

o Projeto de Lei que dispõe sobre a criação de Funções Gratificadas para atender o funcionamento da Estrutura Organizacional da Casa Militar da Governadoria; a extinção de cargos comissionados previstos na Lei nº 852, de 14 de junho de 2012; a extinção de cargos comissionados previstos na Lei Delegada nº 17, de 14 de fevereiro de 2003; a revogação da Lei nº 852, de 14 de junho de 2012, e dá outras providências.

No ano de 2005, o Estado de Roraima passou por uma reorganização administrativa, a fim de redefinir as atribuições gerais dos órgãos que compõem sua administração direta e indireta, a qual culminou na aprovação e sanção da Lei nº 499, de 19 de julho de 2005, que "Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado de Roraima e dá outras providências".

Com essa nova reorganização administrativa, dentre as inúmeras atribuições da Casa Militar da Governadoria, foram estabelecidas as seguintes: prover a segurança pessoal do Chefe do Executivo e de seus familiares; a segurança das instalações do Palácio Senador Hélio Campos e Residência Oficial; a coordenação e execução dos serviços de ajudância de ordens para atendimento ao Governador; a coordenação dos serviços de telecomunicações e transporte aéreo e terrestre do Governador e a segurança pessoal, transporte e ajudância de ordens de autoridades em visita oficial ao Estado de Roraima.

Ocorre que, dentro da estrutura organizacional da Casa Militar, existe uma deficiência no que diz respeito às funções gratificadas específicas de coordenador, ajudante de ordens e segurança de autoridades, pois muitos dos servidores militares que atuam nessas áreas estão acomodados em cargos comissionados puramente administrativos (assessor especial e chefe de divisão), os quais acabam por não contemplar o iminente risco, inclusive com a própria vida, a que tais servidores estão sujeitos quando do exercício de suas atribuições funcionais.

Outrossim, existe a necessidade de criar funções gratificadas que atendam a estrutura organizacional da Casa Militar da Governadoria e permitam o melhor cumprimento da sua missão institucional, visto que, atualmente, a estrutura encontra-se diminuta, pois só existem 02 (dois) cargos de diretores e 04 (quatro) cargos de chefes de divisão, criados pela Lei Delegada nº 17, de 14 de fevereiro de 2003.

Neste contexto, é curial trazer à baila que o presente Projeto de Lei também tem por escopo propiciar segurança jurídica e isonomia no que tange a situação funcional e remuneratória dos policiais militares lotados na estrutura organizacional da Casa Militar da Governadoria em conformidade com a Lei Complementar nº 194/2012 e Lei Complementar nº 224/2014.

De igual forma, destaco que o presente projeto de lei está extinguindo 10 (dez) Cargos Comissionados de Natureza Especial do Transporte Aéreo, previstos no Anexo Único da Lei nº 474 de 26 de janeiro de 2005, com valor estimado em R$ 742.693,90 (setecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e noventa e três reais e noventa centavos).

Ademais, estão sendo extintos 02 (dois) cargos de Diretor de Departamento (CNES-II) e 04 (quatro) cargos de Chefe de Divisão (CDI-I) previstos no art. 4º, alíneas "a" e "b" da Lei Delegada nº 17, de 14 de fevereiro de 2003, bem como 03 (três) cargos comissionados de Coordenador de Segurança (CNESO-I) e 18 (dezoito) cargos comissionados de Agente de Segurança Operacional (CNESO-I) previstos no Quadro de Cargos Comissionados e Remuneração do Anexo – I da Lei nº 852, de 14 junho de 2012.

Nesse viés, é essencial destacar que as Funções Gratificadas previstas nesse Projeto de Lei são devidas aos servidores militares pelo exercício das atribuições que, pela peculiaridade, relevância, duração, vulto e natureza, requerem uma carga horária diária superior às das jornadas de trabalho convencionais da Corporação Policial Militar.

Destarte, o Projeto de Lei que ora apresento à Vossas Excelências, visa alterar a estrutura organizacional da Casa Militar, extinguindo cargos comissionados, e, por conseguinte, criando as funções gratificadas de Diretor de Departamento, Coordenador de Segurança, Ajudantes de ordens, Agente de Segurança Operacional, Chefe de Divisão e Assessor Técnico Militar, com as atribuições previstas no Anexo II deste projeto de Lei, as quais serão privativamente exercidas por policiais militares lotados na Casa Militar da Governadoria.

Por fim, é importante ressaltar que as despesas produzidas com a criação das funções gratificadas estão dentro dos limites orçamentários previstos para o ano de 2022. disponibilizado para o pagamento de pessoal, não havendo assim, qualquer impacto orçamentário no ano vindouro.

São com essas considerações, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares Estaduais, que submeto este Projeto de Lei à elevada apreciação de Vossas Excelências, solicitando que sua tramitação e aprovação se façam em regime de urgência, de acordo com o disposto no art. 42 da Constituição do Estado de Roraima.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 17 de dezembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

ANTONIO DENARIUM

Governador do Estado de Roraima

PROJETO DE LEI Nº 336, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a criação de Funções Gratificadas para atender o funcionamento da Estrutura Organizacional da Casa Militar da Governadoria; a extinção de cargos comissionados previstos na Lei nº 852, de 14 de junho de 2012; a extinção de cargos comissionados previstos na Lei Delegada nº 17, de 14 de fevereiro de 2003; a revogação da Lei nº 852, de 14 de junho de 2012, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criadas as Funções Gratificadas com suas nomenclaturas, quantitativos e vencimentos para atender o funcionamento da Casa Militar da Governadoria, conforme disposto no Anexo I, que integra esta Lei.

Art. 2º As Funções Gratificadas constantes no Anexo I desta Lei serão exercidas, privativamente, por policiais militares lotados na estrutura organizacional da Casa Militar da Governadoria.

Art. 3º Os policiais militares nomeados para o exercício das Funções Gratificadas previstas nesta Lei, acumularão o subsídio de seu posto ou graduação com a remuneração correspondente à respectiva função, além de outros direitos e vantagens previstas em lei.

Parágrafo único. Ficam assegurados aos policiais militares lotados na estrutura organizacional da Casa Militar da Governadoria os mesmos direitos e vantagens atribuídos à Polícia Militar de Roraima.

Art. 4º O desempenho das Funções Gratificadas previstas nesta Lei, serão consideradas, para todos os efeitos legais, de natureza policial militar e serviço relevante.

Art. 5º A competência para nomeação e exoneração dos policiais militares ocupantes das Funções Gratificadas previstas nesta Lei, será do Secretário-Chefe da Casa Militar da Governadoria.

Art. 6º Ficam extintos 02 (dois) cargos comissionados de Comandante de Avião a Jato (CNETA – II), 04 (quatro) cargos de Comandante de Avião Turbo Hélice (CNETA – III), 02 (dois) Cargos de Comandante de Avião Convencional (CNETA – V) e 02 (dois) Cargos de Comandante de Helicóptero (CNETA – IV), previstos no Quadro de Cargos Comissionados de Natureza Especial do Transporte Aéreo do Anexo Único da Lei nº 474, de 26 de janeiro de 2005.

Art. 7º Ficam extintos os 02 (dois) cargos de Diretor de Departamento (CNES-II) e 04 (quatro) cargos de Chefe de Divisão (CDI-I) previstos no art. 4º, alíneas "a" e "b" da Lei Delegada nº 17, de 14 de fevereiro de 2003.

Art. 8º Ficam extintos 03 (três) cargos comissionados de Coordenador de Segurança (CNESO-I) e 18 (dezoito) cargos comissionados de Agente de Segurança Operacional (CNESO-II) previstos no Quadro de Cargos Comissionados e Remuneração do Anexo I da Lei nº 852, de 14 de junho de 2012.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas no Orçamento do Poder Executivo para a Casa Militar da Governadoria, conforme disposto em ato específico, na forma da lei.

Art. 10. Revoga-se, na íntegra, a Lei nº 852, de 14 de junho de 2012, que dispõe sobre a criação dos cargos comissionados de coordenador de segurança e agente de segurança operacional.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º janeiro de 2022.

Palácio Senador Hélio Campos, 17 de dezembro de 2021.

(*assinatura eletrônica*)

ANTÔNIO DENARIUM

Governador do Estado de Roraima

ANEXO I
TABELA DO QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS		
FUNÇÃO GRATIFICADA (DENOMINAÇÃO)	**QUANTIDADE**	**VALOR PERCENTUAL Que incide sobre o subsídio de Coronel, previsto na Lei Complementar nº 224, de 28 de janeiro de 2014.**
Diretor de Departamento	04	30%
Coordenador de Segurança	04	25%
Ajudantes-de-ordens	04	25%
Agente de Segurança Operacional	24	20%
Chefe de Divisão	06	15%
Assessor Técnico Militar	06	10%
TOTAL	**48**	**------**

ANEXO II
TABELA DE ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	
FUNÇÃO GRATIFICADA	**ATRIBUIÇÕES**
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS (DEPLAF)	I - coordenar as atividades execução da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial; II- propor e adotar critérios para aquisição de materiais de consumo e equipamentos; III - garantir os recursos materiais e serviços necessários ao desempenho adequado das atividades da Casa Militar; IV - coordenar a formulação de planos estratégicos, plano plurianual (PPA), proposta orçamentária, o acompanhamento e a avaliação dos resultados do órgão; V - promover e garantir a atualização permanente dos relatórios de informações governamentais, em consonância com as diretrizes dos órgãos de orientação e controle; VI – coordenar os processos licitatórios e a gestão dos contratos e demais ajustes firmados pela Casa Militar; VII- acompanhar licitações e gerenciar contratos de fornecimento; VIII - nomear fiscais para o exercício de seu mister, o qual deverá certificar, acompanhar e atestar a execução dos contratos firmados pela Casa Militar, observando rigorosamente às condições de fornecimento previstas em processos de aquisição; IX - supervisionar as atividades referentes ao pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira, acompanhando a execução da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial da Casa Militar; X – instaurar procedimentos administrativos que precedem o reconhecimento de dívida, em conformidade com a orientação da Procuradoria Geral do Estado (PGE); e XI - desenvolver outras atividades inerentes ao Departamento, determinadas pelo Secretário Chefe ou pelo Secretário-Chefe Adjunto da Casa Militar, no âmbito de sua competência.
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO (DAA)	I - coordenar e acompanhar o processo de admissão e movimentação de pessoal; II- supervisionar, orientar e controlar a atividade de pagamento dos servidores da Casa Militar junto a Folha de Pagamento do Estado; III – gerenciar a política de benefícios, vantagens e deveres dos servidores civis e militares; IV- organizar e manter atualizado o cadastro funcional dos servidores civis e militares; V- acompanhar a confecção da folha de pagamento dos servidores da Casa Militar; VI - providenciar a publicação, em Diário Oficial do Estado ou em Boletim Geral da Polícia Militar, das matérias de alçada da Casa Militar, relativas aos servidores civis e militares; VII - controlar as concessões de férias, licenças e outros afastamentos previstos na legislação vigente; VIII- coordenar a execução dos programas de formação, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores civis e militares, em conformidade com as determinações do Secretário-Chefe ou do Secretário-Adjunto da Casa Militar; IX – redigir as correspondências, despachos e outros documentos a serem assinados pelo Secretário-Chefe ou pelo Secretário-Chefe Adjunto da Casa Militar, no âmbito das atribuições da DAA; X- planejar, coordenar, orientar e executar os serviços de segurança ostensiva do Palácio Senador Hélio Campos, Hangar do Governo do Estado, Residência Oficial do Governador e de edificações determinadas pelo Governador; XI- fomentar o desenvolvimento de programas que venham a contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços da Casa Militar; XII - organizar o registro e controle de medalhas e condecorações militares de competência da Casa Militar da Governadoria; e XIII - desenvolver outras atividades inerentes ao Departamento, determinadas pelo Secretário Chefe ou pelo Secretário-Chefe Adjunto da Casa Militar, no âmbito de sua competência.
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES E SEGURANÇA (DOS)	I – planejar, coordenar, orientar e executar o serviço de segurança pessoal do Governador, de seus familiares (cônjuge e filhos), e quando determinado, e mediante solicitação formal plenamente justificada dos Secretários de Estado, requerendo, quando necessário, apoio aos órgãos de segurança pública; II – planejar, coordenar e executar a segurança das instalações físicas onde se encontram os Gabinetes do Governador; III – prestar assistência, quando solicitado, no planejamento e na execução da segurança no âmbito dos órgãos do Governo do Estado; IV – coordenar, controlar e fiscalizar a utilização das armas e munições utilizadas pelos integrantes do DOS da Casa Militar e mantê-las em perfeitas condições de uso; V – elaborar planos de viagens terrestres do (a) Governador do Estado, pertinente aos aspectos de segurança; VI – planejar, coordenar, orientar e executar o serviço de segurança de autoridades em visita oficial ao Estado, quando determinado; VII – estabelecer, previamente, critérios técnicos para o processo seletivo e de treinamento de policiais militares para compor o efetivo das equipes de Coordenadores e Agentes de segurança que atuam na Casa Militar; e VIII - desenvolver outras atividades inerentes ao DOS, determinadas pelo Secretário Chefe ou Secretário-Chefe Adjunto da Casa Militar, no âmbito de sua competência.
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E LOGÍSTICA (DTLC)	I – coordenar, fiscalizar e operacionalizar os meios de transporte terrestre da Casa Militar e de seus órgãos integrantes; II – planejar, controlar e acompanhar a manutenção preventiva e recuperativa da frota da Casa Militar, determinando orientações sobre o serviço de manutenção de primeiro e segundo escalões; III – coordenar, fiscalizar e operacionalizar a locação de veículos para atendimento das demandas advindas do Gabinete do Governador, de acordo com contratos de locação em vigor; IV – estabelecer, previamente, critérios técnicos para o treinamento de motoristas de veículos oficiais; V– apurar a responsabilidade dos danos causados a veículos da frota da Casa Militar ou locados sob sua responsabilidade e controle, e a apuração de multas de trânsito; VI – planejar e controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, e as despesas com locações de veículos; VII – proceder ao emplacamento e ao licenciamento dos veículos sob a responsabilidade da Casa Militar; VIII – executar serviços de reparos mecânicos, elétricos e outros necessários ao bom funcionamento das viaturas pertencentes à frota da Casa Militar e vistoriar os serviços executados por terceiros; IX– inspecionar, controlar e testar as viaturas submetidas a reparos antes de sua liberação para uso; X – providenciar orçamentos e propor a realização, por terceiros, de serviços nos veículos da Casa Militar; X - formalização de ordem de missão referente aos servidores civis e militares que compõe o DTCL; XI- apoiar as ações dos diversos setores da Casa Militar, dispondo de motoristas e veículos sob o seu controle; e XII – desenvolver outras atividades inerentes ao Departamento, determinadas pelo Secretário Chefe ou pelo Secretário-Chefe Adjunto da Casa Militar, no âmbito de sua competência.
COORDENADOR DE SEGURANÇA	I - coordenar e supervisionar as atividades de segurança, orientando a execução do serviço em sua plenitude, visando prevenir anormalidades ou detectar e solucionar eventuais problemas, adotando as providências cabíveis que o caso exigir, envolvendo as instalações, equipamentos, entre outros, visando o cumprimento das normas relativas ao serviço de segurança de autoridade; II - manter em caráter sigiloso assuntos institucionais tratados em sua presença, objetivando a segurança do Estado e proteção do Governador; III – exercer outros encargos determinados pelo Secretário--Chefe, Secretário-Chefe Adjunto da Casa Militar ou pelo diretor do departamento a que estiverem subordinados, na sua área de atuação e em consonância com a legislação em vigor.
AJUDANTE-DE-ORDENS	I – orientar, fiscalizar e executar os serviços de segurança do Governador do Estado, de acordo com as normas em vigor; II - manter em caráter sigiloso assuntos institucionais tratados em sua presença, objetivando a segurança do Estado e proteção do Governador (a); III - manter estreito e direto contato com a segurança do Governador, informando imediatamente qualquer alteração ocorrida na rotina prevista em agenda, a fim de possibilitar uma adequação da segurança às novas necessidades; IV - executar os serviços de embarque e desembarque do Governador; V – manter relação atualizada, com endereços e telefones de personalidades e autoridades, e dos integrantes da Casa Militar; VI – assessorar e acompanhar o Governador do Estado no cumprimento da agenda de compromissos diários, repassando ao Secretário-Chefe ou ao Secretário – Chefe Adjunto (da Casa Militar as alterações ocorridas e encaminhamentos de novas proposições; VII – proceder à comunicação e aos encaminhamentos de ordens emanadas pelo (a) Governador (a) do Estado, quando determinados; e VIII - desenvolver outras atividades inerentes ao Departamento, determinadas pelo Secretário Chefe ou pelo Secretário-Chefe Adjunto da Casa Militar, no âmbito de sua competência.

AGENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL	I – realizar segurança pessoal de autoridades, visando garantir de modo mais amplo possível a sua integridade física, através do controle de fluxos de pessoas; II – ter atitude proativa, tomar decisões equilibradas, de modo a minimizar os riscos, visando o cumprimento das normas relativas ao serviço de segurança de autoridade; III – inspecionar locais e itinerários diversos, agir com energia e destemor em situações difíceis, adotando postura preventiva, a fim de evitar, impedir ou minimizar a ocorrência de um fato; e IV – exercer outros encargos determinados pelo (a) Secretário-Chefe, Secretário-Chefe Adjunto (a) da Casa Militar ou pelo (a) diretor (a) do departamento a que estiverem subordinados, na sua aérea de atuação e em consonância com a legislação em vigor.
CHEFE DE DIVISÃO	I – executar as atividades do departamento a que estiverem subordinados; II – substituir os diretores em sua ausência, fiscalizando e executando as atividades atinentes ao departamento a que estiverem subordinados; III – zelar, conforme disposto em lei, pela segurança em geral e de autoridades, dentro de sua respectiva área de atuação e quando no cumprimento de escalas de serviço operacional; e IV – exercer outros encargos determinados pelo (a) Secretário-Chefe, Secretário-Chefe Adjunto(a) da Casa Militar ou pelo (a) diretor (a) do departamento a que estiverem subordinados na sua aérea de atuação e em consonância com a legislação em vigor.
ASSESSOR TÉCNICO MILITAR	I - prestar assessoramento Casa Militar em assuntos relativos à sua área de competência; II - fornecer informações e subsídios técnicos na área de sua especialidade a Casa Militar; e III – exercer outros encargos determinados pelo (a) Secretário-Chefe, Secretário-Chefe Adjunto(a) da Casa Militar ou pelo (a) diretor (a) do departamento a que estiverem subordinados na sua aérea de atuação e em consonância com a legislação em vigor.

PROJETO DE LEI Nº 337 DE 2021

EMENTA: ‘’INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA MULHER NO CAMPO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS’’.

AUTORIA: **DEPUTADA LENIR RODRIGUES**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima aprovou e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída a política estadual de valorização da mulher no campo.

Art. 2º - A política estadual de valorização da mulher no campo tem por finalidade precípua a fomentação da atividade rural das mulheres, sua inclusão qualificada na atividade agrícola com o desenvolvimento de ações que resultem no respeito à sua capacidade produtiva e suas potencialidades profissionais, bem como na asseguração à sua plenitude emocional, física e psíquica.

Art. 3º - A política de que trata esta Lei possui os seguintes objetivos:

I - impulsionar a inclusão qualificada da mulher trabalhadora rural, com a promoção de eventos voltados à capacitação, profissionalização e ao seu fortalecimento no labor rural;

II - a mulher, chefe de estabelecimento rural, terá prioridade no acesso a recursos, subsídios e políticas públicas voltadas à Agricultura no Estado de Roraima;

III - proporcionar o desenvolvimento econômico e social sustentável dos estabelecimentos rurais chefiados por mulheres, com a melhoria da qualidade de vida das famílias e a redução das desigualdades de gênero;

IV - fomentar ações preventivas e de combate à violência doméstica, violência de gênero e a violência patrimonial no campo;

V - garantir às mulheres assistência psicossocial, assegurando-lhes plenitude emocional em seu trabalho, em sua capacidade produtiva, aos seus sentimentos, às suas potencialidades mentais e físicas, e ao seu ofício profissional e familiar como produtora rural.

Art. 4º - Nos programas de regularização fundiária promovidos pelo Estado de Roraima, o estabelecimento rural deverá ser registrado em nome da mulher chefe de família

Art.5º- Promover-se-á estudos acerca dos impactos no uso prolongado de pesticidas/agrotóxicos nos índices de depressão e suicídio entre as mulheres do campo.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 20 de dezembro de 2021.

LENIR RODRIGUES

DEPUTADA ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

Da mulher do campo exige-se muito o cuidado com os afazeres domésticos, com a família, com os filhos e o compromisso com o ofício rural - o trabalho, apesar de intenso, é invisível, assim, toda a potencialidade econômica gerada pela atividade feminina é ignorada no contexto em que vive. Nas zonas rurais, por exemplo, as mulheres e as meninas gastam até quatro horas por dia para coletar água e combustível para uso doméstico, tempo este que poderia ser utilizado em atividades escolares ou de geração de renda.

Logo, a realidade rural termina por constituir-se num espaço de múltiplas formas de desigualdades sociais, de discriminação, de violência doméstica, de gênero e patrimonial o que, por conseguinte, traduz-se numa conjuntura de desvalorização do trabalho agrícola exercido pela mulher, ocasionando em dificuldades impostas com relação ao acesso à terra, à créditos e à insumos agrícolas. De acordo com o Anuário das Mulheres Brasileiras, publicado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), em 2011, dos 27,1% de empregados permanentes na agropecuária, somente 5,1% são ocupados por mulheres.

E, ironicamente, de modo inversamente proporcional, as mulheres lideram as estatísticas somente no que tange o trabalho agrícola não remunerado, correspondendo a cerca de 30,7% que labutam sem expectativa de ganho monetário, enquanto os homens representam cerca de 11,1% na mesma situação. Importante evidenciar, também, que apesar de ganharem menos ou e exercerem a maior parte dos trabalhos rurais não remunerados, as mulheres chegam a gastar até 90% de sua renda com a família, enquanto que, entre os homens, o gasto fica em torno de 30 a 40%.

Noutra perspectiva, em estudo publicado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), se as mulheres tivessem os mesmos recursos de produção disponibilizados aos homens, elas poderiam aumentar a produtividade de suas lavouras de 20 a 30%.

Além do mais, se os homens e as mulheres do campo tivessem condições igualitárias, a produção agrícola dos países em desenvolvimento teriam um acréscimo de 2,5% a 4%, o que, consequentemente, poderia reduzir de 12% a 7% o número de pessoas famintas no mundo. Assim, não se pode ignorar que empoderar as mulheres rurais impacta diretamente na redução da fome e da pobreza daquela região, tornando-se mais que necessário o estabelecimento de políticas públicas que valorizem e incentivem o trabalho desenvolvido pela mulher no campo.

Por fim, é de suma importância que comecemos a enfrentar as problemáticas concernentes aos impactos da intoxicação por agrotóxicos sobre a saúde da mulher do campo, haja vista que as mulheres camponesas possuem dupla fonte de exposição, seja de origem ocupacional, seja de origem doméstica. Assim, a trabalhadora rural exerce um relevante papel como provedora de suas famílias, por meio da agricultura de subsistência, em especial nos países em desenvolvimento, e são as primeiras a serem afetadas pelos impactos de produtos químicos perigosos no ambiente, principalmente pelos pesticidas.

Assim sendo, a superação desta situação adentra na modificação das relações de gênero a partir de ações emancipatórias e construção da autonomia da mulher camponesa, assim, somente através de sua participação nos diversos espaços de poder, será possível romper com a lógica histórica que permeia as desigualdades de gênero e de desvalorização do seu trabalho no meio rural e nos demais setores da sociedade.

Considerando os motivos apresentados, peço apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente Projeto de Lei para que, assim, institua-se a política estadual de valorização da mulher no campo, a fim de que se fomente políticas públicas no Estado de Roraima voltadas tanto ao desenvolvimento da atividade rural da mulher no campo, como na asseguração de sua plenitude emocional, física e psíquica.

PROJETO DE LEI N.º 338 DE 2021

Institui a Política Estadual de Educação 5.0 nas Escolas e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Educação 5.0 nas Escolas, com o objetivo de desenvolver uma Prática Educacional Inovadora, ativa e que utilize os recursos tecnológicos em prol de uma aprendizagem de excelência para a formação de cidadãos autônomos,

proativos e preparados para a vida em sociedade.

Art. 2º A Política Estadual de Educação 5.0, em consonância com a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem os seguintes objetivos:

I - fomentar a inovação social, tecnológica e pedagógica no ambiente escolar;

II - desenvolver soluções para a Educação Mesclada através de conteúdos digitais e recursos midiáticos modernos que facilitem o aprendizado multimídia e o estímulo do processo tecnológico, visando o desenvolvimento de habilidades e competências para a busca por soluções;

III - possibilitar o desenvolvimento de competências cognitivas, atitudinais, procedimentais e operacionais dos estudantes para que estes sejam capazes de identificar e resolver problemas buscando soluções e gerando valores;

IV - orientar as Unidades de Ensino na elaboração de projeto escolar inovador, interativo e de excelência, que prime pela contextualização, a problematização, a interação e a socialização;

V - articular e promover a integração entre estudantes, educadores, gestores e a comunidade escolar;

VI - inspirar a participação de todos no processo cognitivo por meio de um aprendizado ativo e dinâmico, que vise à construção de uma postura consciente e autônoma e do discente;

VII - incentivar a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e o convívio social para a construção do conhecimento, através de práticas que estimulem a gestão da comunicação, colaboração e conhecimento;

VIII - estimular no educando o desenvolvimento das competências socioemocionais e das habilidades cognitivas;

IX - promover a especialização em plataformas, mídias, objetos de aprendizagem e aplicações digitais para melhorar a empregabilidade no futuro;

X - capacitar o aluno com conhecimentos de que precisa para fazer parte de um mercado de trabalho que depende fortemente de habilidades e competências digitais.

Art. 3º A implementação da Política referida no artigo 1º obedecerá a Lei Estadual nº 1.008 de 3 de setembro de 2015 - Plano Estadual de Educação 2014/2024 (PEE) e dá outras providências, que contará com as seguintes ações, nos termos a serem definidos em regulamento:

I - formação de estudantes aptos a se tornarem profissionais engajados na sociedade, com competências digitais necessárias para se destacarem em suas futuras carreiras profissionais;

II - formação de professores para o desenvolvimento de atividades lúdicas, interativas e inovadoras em sua prática de ensino;

III - implantação de ambientes ciberarquitetônicos que integrem mídias digitais e analógicas, incluindo as ciberfísicas, para que exista uma educação digital de qualidade no âmbito da unidade escolar;

IV - inclusão de inovações digitais nos processos de ensino-aprendizagem, de forma integrada, confiável e sustentável em plataformas digitais de para gestão da aprendizagem, com perfis abrangentes;

V - promoção e divulgação da disciplina da matéria de robótica, do letramento digital, educação mesclada, intercâmbio educacional;

VI - construção e fomento da Cultura *Maker* no âmbito escolar.

Art. 4º A Política Estadual de Educação 5.0 será implementada a partir da adesão das Instituições Escolares Públicas de Educação Básica, nos termos a serem definidos em regulamento.

Art. 5º Para concepção desta Política Educacional poderão ser firmados contratos, convênios, acordos de cooperação técnica e científica ou outros instrumentos congêneres com instituições públicas e privadas, a fim de planejar e desenvolver as atividades relacionadas ao disposto nesta Lei.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de dezembro 2021.

EVANGELISTA SIQUEIRA

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O cenário da pandemia causada pelo novo coronavírus adiantou algumas tendências, entre elas a educação 5.0, que é o modelo de educação que integra a tecnologia à sala de aula. Esse modelo é a evolução da educação 4.0, pois surge a compreensão de que o aluno deve estar preparado para lidar com o ambiente digital e os recursos tecnológicos advindos das novas tecnologias.

A Educação 5.0 vem como uma nova proposta de ensino, unindo a aplicação da tecnologia em sala de aula — tão fomentada na Educação 4.0 — à valorização do bem-estar social, contribuindo, assim, com a formação socioemocional do educando.

A sociedade tem evoluído em alta velocidade e, há pouco tempo, ainda falávamos da Educação 4.0. No entanto, a nova geração pertence a um mundo extremamente conectado, com inúmeras informações simultâneas; trata-se de uma geração multitarefas, com respostas rápidas e experiências personalizadas. E o sistema de aprendizado tem a obrigação de acompanhar essa evolução, capacitando o aluno ao uso da tecnologia de forma responsável e sustentável.

Mas, para isso, a escola deve estar preparada, a começar pela direção e o corpo docente, já que o tema ainda causa discussões em modelos de ensino mais tradicionais. Todavia, diante do "novo normal", e das exigências sociais e econômicas, a adoção do modelo de educação 5.0 é algo iminente.

Esse é o modelo de educação que mantém os preceitos da educação 4.0, a destacar o foco na autonomia do ser humano, no protagonismo do estudante, no aprendizado colaborativo e nos conhecimentos lógicos, matemáticos e digitais.

No entanto, as competências socioemocionais passam a fazer parte da estrutura de ensino, passando a ser trabalhada em conjunto com os demais pilares da educação 4.0.

Assim, a noção de colaboração é ampliada, conquistando dimensões mais elevadas. Isso porque ela vai além do aprendizado colaborativo entre colegas, conseguindo alcançar o aprendizado com foco na sociedade e na comunidade de modo geral.

Algumas características que distinguem a educação 5.0 são que ela não trabalha o estudante apenas para o mercado de trabalho, mas para que ele seja capaz contribuir com toda a sua sociedade, atuando para melhorar a vida das pessoas.

Logo, o aluno passa a ter uma noção mais sólida de bem-estar social, e com isso, o pensamento é expandido. Ou seja, o aluno passa a querer e ter condições de colaborar para que o mundo à sua volta seja melhor.

Nesse modelo de educação, ao trabalhar o aluno no papel de protagonista, possibilita o aprendizado ativo e colaborativo, além de outras cognições de autonomia, tendo o professor como mediador. Assim, o estudante é capaz de desenvolver diversas competências comportamentais, a exemplo de:

- adaptabilidade;
- empatia;
- colaboração;
- comunicação;
- criatividade;
- inteligência emocional;
- resiliência; • persuasão;
- gerenciamento de conflitos;
- empreendedorismo;
- relacionamento interpessoal.

Portanto, apesar do foco não estar diretamente voltado para o mercado de trabalho, a educação 5.0 consegue promover uma série de competências que são fundamentais para o sucesso profissional daqueles que passam pela formação.

As mudanças na educação atuam como respostas às

necessidades da sociedade, e é em meio a cenários em que os recursos tecnológicos avançam em larga escala, é que a educação 5.0 surge de maneira harmônica, com a necessidade de formação de pessoas mais preparadas para lidar com os desafios da sociedade atual.

Nesse cenário, os recursos da sociedade 5.0, assim como acontece no novo modelo de educação, é facilitar a vida das pessoas, tornando-a menos estressante, mais saudável e segura, além de promover um menor impacto na natureza.

Uma exemplificação prática de como a sociedade 5.0 atua são as cidades inteligentes, que valorizam a preservação do meio ambiente e o bem-estar das pessoas. Utilizando a tecnologia, esse modelo de sociedade atua para elevar a qualidade, a performance e a interatividade das atividades urbanas, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Fica claro que é preciso e indispensável educar crianças, adolescentes e jovens para se tornarem protagonistas de sua trajetória humana, competentes para conceberem e executarem seus próprios projetos de vida, capazes de unir às suas criações tecnológicas à dimensão das inteligências emocional e social, criando soluções impactantes para a sociedade como um todo ou as comunidades em que estão inseridos.

Diante de todo exposto, bem como a importância do tema e não havendo óbice para prosseguimento e aprovação deste PL nesta Casa Legislativa, solicito aos nobres colegas Deputados e Deputadas que aprovem o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 20 de dezembro 2021.

EVANGELISTA SIQUEIRA
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 339 /2021

"Institui a Política Estadual de Incentivo à Leitura no Estado e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica instituída a Política de Incentivo à Leitura no Estado de Roraima, nos termos da presente Lei.

Parágrafo único. A política a que se refere este artigo tem por objetivo fazer com que o Poder Público assegure a formação do leitor nos espaços públicos e privados, de modo que as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos desenvolvam o prazer da leitura.

Artigo 2º Constituem objetivos da Política Estadual de Incentivo à Leitura:

I - estimular o hábito da leitura;

II - prover os espaços de leitura, criados a partir dessa Lei, de um acervo de quantidade, constantemente ampliado e atualizado;

III - realizar um plano de formação inicial e contínuo de educadores para mediarem a leitura junto ao público nos espaços de leitura;

IV - dar publicidade à importância da leitura por meio de campanhas educativas, veiculadas em diferentes mídias impressas e eletrônicas, de eventos, certames literários, entre outras iniciativas congêneres.

Artigo 3º Para o alcance dos objetivos propostos no art. 2º desta Lei, compete ao Poder Público:

I - elaborar, por meio da Secretaria de Estado da Educação e Desporto, da Secretaria Estadual da Cultura, um cronograma de eventos e atividades que promovam o estímulo à leitura;

II - implementar ações de incentivo à leitura e acesso à literatura como por exemplo, ler, contar histórias (em prosa e verso) e declamar (também como trova poética);

III - desenvolver programas e projetos que incentivem a leitura e a produção literária com trocas de livros, atividades para contar e recontar histórias (através de prosa, versos, histórias em quadrinhos) e bibliotecas itinerantes;

IV - promover campanhas de conscientização com os pais dos alunos, para que estes estimulem nos filhos o hábito da leitura;

V - adotar sistemas de avaliações objetivas e confiáveis para medir os resultados dá implementação da Política Estadual de Incentivo à Leitura;

VI - relacionar a literatura, cultura e história com outros tipos de arte, como teatro e música;

VII - integração dos projetos escolares com universidades, com troca de experiências entre os cursos de licenciatura;

VIII - organizar na programação escolar (turno inverso) um horário de leitura ou até mesmo um clube literário com interações mensais ou semanais entre alunos professores e comunidade, com o apoio de um mentor (não necessariamente um professor);

IX - utilizar a leitura em voz alta como forma de interação em sala de aula e sequência ao contar uma história, com diferentes entonações para personagens ou narradores.

Parágrafo único. A avaliação a que se refere o inciso V deste artigo será realizada através de instrumentos que permitam verificar a evolução dos alunos na habilidade da leitura, compreensão, interpretação e produção de textos.

Artigo 4º A Política Estadual de Incentivo à Leitura englobará o desenvolvimento de atividades em língua estrangeira:

I – Língua Espanhola;

II – Língua Inglesa.

Artigo 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

Artigo 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de dezembro de 2021.

Evangelista Siqueira
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei tem por objetivo fortalecer o estímulo a leitura e fazer com que o Estado de Roraima fique alinhado à Política Nacional de Leitura, instituída pela Lei Federal nº 13.696, de 13 de julho de 2018. Com este feito, Roraima ampliará suas possibilidades de pleitear recursos no âmbito federal. Além disso, uma vez sancionada uma Lei Estadual de estímulo à leitura, esta política passa a ser uma política de Estado e não apenas de governo, consolidando o compromisso do poder público com a formação educacional e cultural do cidadão roraimense.

Na certeza de contar com o apoio dos nobres Deputados, aguardamos análise e posterior aprovação para a matéria proposta.

Sala das Sessões, 08 de dezembro 2021.

Evangelista Siqueira
Deputado Estadual

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO N.° 182 /2021

Ao Excelentíssimo Senhor
Soldado Sampaio
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Senhor Presidente,

A Deputada que a este subscreve, amparado no que determina o art. 194, inciso V, do Regimento Interno deste Poder, requer de Vossa Excelência a retirada de tramitação do **Projeto de Lei nº 296 de 2021**, de minha autoria, que: Dispõe sobre a presença do profissional fisioterapeuta nas academias de ginástica do Estado de Roraima que contém pessoas com deficiência.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2021.

Lenir Rodrigues
Deputada Estadual

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES.
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES.

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA NOS TERMOS DO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011/2021

REQUERIMENTO Nº 183/2021

A Sua Excelência
Deputado **Soldado Sampaio**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Senhor Presidente,

O Deputado que a este subscreve, requer de Vossa Excelência, com amparo no § 1º do art. 43 do Regimento Interno deste Poder, a prorrogação de prazo por igual período da Comissão Especial Externa, criada nos termos do Ato da Presidência nº 011/2021, para analisar o Projeto de Lei nº 135/21, de autoria do Poder Executivo, que "institui a política Estadual de pesca sustentável de Roraima, revoga a Lei nº 516, de 10 de janeiro de 2006, e dá outras providências."

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2021

Marcelo Cabral
Presidente da Comissão

REQUERIMENTO N.º 184 /2021

Ao Excelentíssimo Senhor
Soldado Sampaio
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Senhor Presidente,

O Deputado que a este subscreve amparado no que determina o art. 194, inciso V, do Regimento Interno deste Poder, **requer** de Vossa Excelência a **retirada de tramitação** do **Projeto de Lei n.º 129/2019**, de minha autoria, que "dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola no currículo dos ensinos fundamental e médio da rede estadual de ensino, ao lado da língua inglesa, e dá outras providencias".

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2021.

Evangelista Siqueira
Deputado Estadual

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 1468 /2021

O Deputado que subscreve a presente indicação, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder requer seu encaminhamento ao Excelentíssimo governador do estado de Roraima, tendo por objeto o que se segue:

IMPLANTAÇÃO DE ESTRADA DA VICINAL 22 AS MARGENS DA BR-432, ANTIGA RR, NO MUNICÍPIO DE CARACARAÍ

JUSTIFICATIVA

As precárias condições da malha de vicinais do estado constitui matéria recorrente neste honroso espaço de representação da sociedade roraimense, em razão dos impactos negativos causados à nossa produção agrícola e pecuária e ao expressivo contingente de famílias que habitam o meio rural.

Mediante visita in loco foi observado a necessidade em caráter de urgência de implantação de estrada na vicinal 22 localizada as margens da BR-432, antiga RR, região do Baruana, no município de Caracaraí, a vicinal teve início de implantação à 15 anos, más não teve continuidade. Possui 79 lotes mas residem apenas 60 famílias devido as más condições que se encontra a vicinal, essas circunstâncias obrigam essas famílias a trafegarem a pé, em motos ou até mesmo em animais, o que dificulta o cultivo e produção agrícola da região.

Ante tais argumentos e justificativas, resta postular aos demais membros deste honroso plenário a aprovação da indicação ora submetida, sem prejuízo da eventual deliberação acerca de eventual agendamento de reunião com o Secretário de Estado de infraestrutura para tratar dessa temática, cuja resolução beneficiará as famílias rurais que contribuem, em última análise, pela produção de alimentos essenciais ao atendimento das demandas das nossas coletividades urbanas.

Palácio Antônio Martins, 14 de Dezembro de 2021.

ODILON FILHO
Deputado estadual

INDICAÇÃO Nº 1469 /2021

O Parlamentar que a esta subscreve com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, da seguinte Indicação:

– RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESTRADA VICINAL NA VILA NOVA COLINA, MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS.

JUSTIFICATIVA

Em visita ao município de Rorainópolis, participei de reuniões com moradores da vicinal 02, Vila Colina, com entrada pela vicinal 16, a 20 km da BR 174, sentido Vila Boa Esperança. De acordo com os relatos e ao que pudemos observar, a referida estrada vicinal encontra-se em precárias condições de trafegabilidade para os moradores e demais usuários da via, precisando urgentemente ser recuperada.

Na situação em que se encontra torna quase impossível o escoamento da produção agrícola. Os moradores relataram, ainda, que durante o período das chuvas já ficaram ilhados diversas vezes.

Diante da constatação de extrema precariedade, solicita-se com urgência a recuperação da estrada vicinal 02, com a instalação de linhas de bueiros proporcionando a passagem de águas pluviais e fluviais, mantendo a trafegabilidade adequada.

Este é o principal objetivo da indicação.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2021.

Evangelista Siqueira
Deputado Estadual

INDICAÇÃO N° 1470 /2021

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA QUE SEJA RECUPERADA A ESTRADA E A PONTES NA VICINAL 32 (RPO-238), LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS – RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

A estrada e as pontes localizadas na Vicinal n°32 (RPO-238), no município de Rorainópolis, estão em péssimas condições de tráfego.

A má condição da vicinal e das pontes vem prejudicando o tráfego dos moradores e produtores daquela região, pois devido as chuvas atípicas desse período eles têm medo do que possa acontecer, pois muitas vezes eles improvisam colocando madeiras para poderem ter acesso a suas moradias e assim, interferindo no deslocamento seguro de pessoas e veículos, impedindo o escoamento da produção local, que é a base da economia familiar de muitos moradores da região. Preocupados com essa situação, a população pede socorro e clama por melhorias na estrada e pontes, antes que aconteça o pior.

A cada nova chuva, com a elevação do nível dos rios e igarapés, a população fica sem condições de tráfego naquela região, se arriscando para fazer a travessia nas pontes.

É imensurável os prejuízos e os transtornos que a situação precária dessa ponte e da vicinal tem causado à comunidade e aos produtores que dependem dela para o exercício de suas atividades.

Então, por meio desta indicação, solicito ao Governo do Estado que a estrada e as pontes sejam recuperadas, o mais rápido possível, para atender as necessidades da população, garantindo a economia da região, e dando maior acessibilidade aos moradores daquela localidade.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 15 de dezembro de 2021.

TAYLA PERES
Deputada Estadual PRTB/RR

INDICAÇÃO N° 1471, DE 2021.

INDICO, nos termos do art. 202 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima, **ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado**, que determine aos órgãos competentes, com urgência, **disponibilize vigias para o Centro Regional de Educação Escolar Indígena do Amajari Noêmia Peres - CREIANP, localizada no município de Amajari/RR.**

JUSTIFICATIVA

Tal indicação se faz necessária devido a necessidade de que seja disponibilizado vigias para o Centro Regional de Educação Escolar Indígena do Amajari Noêmia Peres - CREIANP, localizada no município de Amajari/RR.

Em visita ao Centro Regional de Educação Indígena do Amajari Noêmia Peres - CREIANP, pude constatar algumas necessidades que vem dificultando a realização dos serviços desta instituição, um deles é a falta de vigias, para zelar, guardar o prédio, inibir ou detectar tentativas de crimes.

O CREIANP é uma unidade suplementar, vinculada administrativamente a Secretária Estadual de Educação e Desporto - SEED e, pedagogicamente a Divisão de Educação Indígena - DEI, dedicando - se as questões referentes a educação básica, a agilização das iniciativas das escolas da região e bem como a melhoria da qualidade de ensino.

É importante ressaltar, a necessidade e a importância do centro para o município, visto que este funciona como apoio as escolas, gestores, professores e etc.

À vista disso, cumpre salientar que, a educação básica constitui um dos deveres primordiais do Estado e um direito fundamental de natureza social, motivo pelo qual deve ser alvo de políticas públicas preferenciais, que tenham por objetivo garantir a qualidade da educação pública e o seu acesso universal.

Pelo exposto, indico ao Governador do Estado de Roraima que, sensibilizado por essa situação enfrentada e com objetivo de saná-la, **disponibilize vigias para o Centro Regional de Educação Escolar Indígena do Amajari Noêmia Peres - CREIANP, localizada no município de Amajari/RR,** a fim de garantir que os alunos e servidores desta instituição tenham o direito básico da educação de qualidade com segurança e conforto.

Boa Vista - RR, 15 de dezembro de 2021.

CATARINA GUERRA
Deputada Estadual

INDICAÇÃO N° 1472, DE 2021.

INDICO, nos termos do art. 202 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima, **ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado**, que determine aos órgãos competentes, com urgência **realize aquisição de cadeiras e/ou bancos para área externa do Pronto Socorro Estadual Dr. Francisco Elesbão, localizado no município de Boa Vista/RR.**

JUSTIFICATIVA

Tal indicação se justifica em virtude da necessidade de que sejam adquiridas cadeiras e/ou bancos para área externa do Pronto Socorro Estadual Dr. Francisco Elesbão, localizado no município de Boa Vista/RR.

Recebi em meu gabinete, o pedido de ajudar para aumentar o número de cadeiras e/ou bancos localizados na área externa do pronto socorro, onde os familiares dos pacientes ficam aguardando noticias ou a realização de procedimentos médicos.

Acontece que, hoje as cadeiras que estão disponíveis são insuficientes para o fluxo de pessoas que utilizam o espaço, causando desconforto aqueles que precisam aguardar no local. (Fotos em anexo)

É importante salientar que, o Poder Público tem o dever de estabelecer um serviço de saúde adequado à população, pois o direito à saúde é um bem jurídico indissociável do direito à vida, e é certo que o Estado tem o dever de tutelá-la.

Por fim, indico ao Governador do Estado de Roraima que, sensibilizado por essa situação enfrentada e com objetivo de saná-la, **realize aquisição de cadeiras e/ou bancos para área externa do Pronto Socorro Estadual Dr. Francisco Elesbão, localizado no município de Boa Vista/RR,** da forma mais célere possível, para que seja garantida à população seus direitos fundamentais à dignidade da pessoa humana, à vida e a saúde, previstos no art. 5º, art. 1° e art 196 da Constituição Federal.

Boa Vista - RR, 13 de dezembro de 2021.

CATARINA GUERRA

Deputada Estadual

INDICAÇÃO N° 1473, DE 2021.

INDICO, nos termos do art. 202 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima, **ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado**, que determine aos órgãos competentes, com urgência, **disponibilize equipe de apoio (serviços gerais) para o Centro Regional de Educação Escolar Indígena do Amajari Noêmia Peres - CREIANP, localizada no município de Amajari/RR.**

JUSTIFICATIVA

Venho por meio deste, indicar ao Poder Executivo que seja disponibilizado equipe de apoio (serviços gerais) para o Centro Regional de Educação Escolar Indígena do Amajari Noêmia Peres - CREIANP, localizada no município de Amajari/RR.

Ao realizar visita *in loco* ao Centro Regional de Educação Indígena do Amajari Noêmia Peres - CREIANP, pude constatar algumas necessidades que vem dificultando a realização dos serviços deste centro, um deles é a falta de uma equipe de serviços gerais.

O CREIANP é uma unidade suplementar, vinculada administrativamente a Secretária Estadual de Educação e Desporto - SEED e, pedagogicamente a Divisão de Educação Indígena - DEI, dedicando - se as questões referentes a educação básica, a agilização das iniciativas das escolas da região e bem como a melhoria da qualidade de ensino.

Vale ressaltar, a necessidade e a importância do centro para o município, visto que este funciona como apoio as escolas, gestores, professores e etc.

Dessa forma, cumpre salientar que, a educação básica constitui um dos deveres primordiais do Estado e um direito fundamental de natureza social, motivo pelo qual deve ser alvo de políticas públicas preferenciais, que tenham por objetivo garantir a qualidade da educação pública e o seu acesso universal.

Isto posto, indico ao Governador do Estado de Roraima que, sensibilizado por essa situação enfrentada e com objetivo de saná-la, **disponibilize equipe de apoio (serviços gerais) para o Centro Regional de Educação Escolar Indígena do Amajari Noêmia Peres - CREIANP, localizada no município de Amajari/RR,** a fim de garantir que os alunos e servidores desta instituição tenham o direito básico da educação de qualidade com segurança e conforto.

Boa Vista - RR, 15 de dezembro de 2021.

CATARINA GUERRA

Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1474 /2021

(Do Exmo. Deputado Gabriel Picanço)

Sugere ao Excelentíssimo senhor Governador do Estado de Roraima que viabilize construção de 01(um) reservatório de água (caixa d'água), bem como ampliação da rede de distribuição de água na vila Serra Grande 1, vicinal Rio Branco no Município do Cantá/ RR.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, nos termos do art. 202 do Regimento Interno, sugere ao senhor Governador do Estado de Roraima que viabilize construção de 01(um) reservatório de água (caixa d'água), bem como ampliação da rede de distribuição de água na vila Serra Grande 1, vicinal Rio Branco no Município do Cantá/RR.

JUSTIFICATIVA

A água potável é vital para vida humana, principalmente quando de boa qualidade para o consumo, tendo em vista que, a Vila Serra Grande 1 é habitada por aproximadamente 56 (cinquenta e seis) famílias, se torna imprescindível a disponibilização por parte da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAERR, para a Vila Serra Grande 1.

Sendo assim, tratando-se obra cujo o benefício se revertera em qualidade de vida para os moradores da Vila Serra Grande 1, solicito o pronto atendimento da indicação.

Palácio Antônio Augusto Martins,
Boa Vista/RR, 16 de DEZEMBRO de 2021.

(assinado digitalmente)
GABRIEL PICANÇO
DEPUTADO ESTADUAL

INDICAÇÃO Nº ___1475__/2021.

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador que atribua ao novo Bloco E, anexo do Hospital Geral de Roraima – HGR, o nome do Dr. Alceste Madeira, como forma de homenagear sua contribuição, como profissional, para a saúde de Roraima.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, nos termos do art. 202 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, por meio da Secretaria de Saúde do Estado de Roraima, que atribua o nome do Dr. Alceste Madeira, falecido no dia 15 de dezembro de 2021, ao novo Bloco E, anexo do Hospital Geral de Roraima, como forma de homenagear e reconhecer a grande contribuição prestada à saúde do nosso estado por este grande profissional médico.

JUSTIFICATIVA

O novo Bloco E, anexo ao Hospital Geral de Roraima, está com previsão para finalização no mês de janeiro de 2022. Considerando a importância desta grande obra, que desafogará e melhorará a prestação do serviço de saúde no estado, é que encaminhamos a presente indicação quanto a alteração do nome que será atribuído àquele novo Bloco.

No dia 15 de dezembro de 2021, o estado de Roraima perdeu um de seus grandes profissionais de saúde, o médico obstetra Alceste Madeira Almeida do Nascimento, e, político brasileiro, quando exerceu o mandato de deputado federal no período de 1991 a 2007. Dr. Alceste foi um dos primeiros 50 médicos de Roraima, conforme homenagem recebida pelo CRM-RR, no ano de 2016 e atuava na área profissional médica há mais de 50 anos.

Considerando o grande profissional e o enorme reconhecimento pelos serviços prestados para toda a nossa sociedade, indicamos ao Excelentíssimo Governador que atribua o nome do Dr. Alceste Madeira ao novo Bloco E, anexo do Hospital Geral de Roraima.

Boa Vista, 16 de dezembro de 2021.

BETÂNIA ALMEIDA

Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1477 DE 2021

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

REQUER AO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA, NA PESSOA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR ANTÔNIO DENARIUM, QUE SEJA ADOTADA UMA REDUÇÃO TEMPORÁRIA DAS ALÍQUOTAS DE ICMS APLICADAS NAS OPERAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE RORAIMA EM VIRTUDE DO AUMENTO DE TARIFAÇÃO ANUNCIADO PELA ANEEL DE 0,61% PARA CERCA DAS 188 MIL RESIDÊNCIAS CONSUMIDORAS EM RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), anunciou um documento no dia 1º de novembro, que houve um reajuste de 0,61% para cerca das 188 mil residências consumidoras em Roraima. O aumento fez parte do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Roraima Energia, responsável pela distribuição de eletricidade no estado.

Mas isso provocou impacto negativo aos consumidores finais de energia elétrica no âmbito de estado de Roraima, somado ao fato lastimável de que a população está subjugada a um período econômico negativo devido aos efeitos da Pandemia de Covid-19, o que se torna ainda mais preocupante àqueles que se encontram em situação de baixa renda, excepcionalmente, faz-se necessária a adoção de medidas urgentes durante os exercícios de 2021 e 2022.

Consciente dessa realidade, visando reduzir o impacto nefasto de aumento de tarifação, venho requerer a deliberação da presente indicação ao Governo do Estado de Roraima, na pessoa do Senhor Antônio Denarium – Governador objetivando **propor que seja adotada uma redução temporária das alíquotas de ICMS aplicadas nas operações de energia elétrica do Estado de Roraima.**

A anuência dessa medida certamente propiciará que o roraimense de baixa renda consiga melhores condições de enfrentamento da atual crise econômica, flagelo atual que vem castigando o país.

A energia elétrica é direito fundamental e vetor de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a redução da pobreza, do aumento da renda familiar, da qualidade de vida, da educação, do abastecimento de água e saneamento básico, bem como do acesso aos serviços de saúde.

A implementação da redução da alíquota de ICMS no fornecimento de energia elétrica está estritamente ligada à dignidade da pessoa humana, de forma que constitui um serviço público de natureza essencial que garante um "mínimo existencial" às comunidades que vivem em extrema pobreza.

Neste sentido, pode-se afirmar que o fornecimento de energia elétrica é direito fundamental constitucionalmente previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal:

> **Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> (...)
> **III -** a dignidade da pessoa humana.

A Lei n° 7.783/1989, popularmente conhecida como "Lei de Greve", em seu art. 10, I, elenca a energia elétrica como um dos serviços ou atividades essenciais:

> **Art. 10**. São considerados serviços ou atividades essenciais:
> **I -** tratamento e abastecimento de água; produção e **distribuição de energia elétrica**, gás e combustíveis;

Portanto, apresento anexo contendo artigos sugestivos a serem apreciados conforme conveniência do Poder Executivo, atualmente vigorando na **Lei – nº 5722 de 23 de setembro de 2021 de autoria do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul**.

Nesses termos, por entender que a redução temporária desse ônus provocado pela classe mais agressiva de bandeiras tarifárias exposta em epígrafe é medida fundamental para a mitigação dos efeitos negativos e gravosos que a Pandemia da Covid-19 que ainda impõe ao estado de Roraima, rogo que Vossa Excelência tome as providências cabíveis à presente propositura.

É com esse desiderato que apresentamos a presente indicação.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 16 de dezembro de 2021.

Lenir Rodrigues

Deputada Estadual

ANEXO – Lei nº 5722 de 23/09/2021 do Estado do Mato Grosso do Sul

O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul.

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

"Art. 41. .....

.....

§ 5º-C Excepcional e temporariamente, durante os exercícios de 2021 e 2022, nos períodos em que houver a fixação da bandeira de escassez hídrica, pelo Sistema de Bandeira Tarifária instituído pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as alíquotas estabelecidas para as operações a que se referem as alíneas dos incisos do caput deste artigo a seguir especificados, ficam estabelecidas em:

I - 14% (quatorze por cento) nas hipóteses das alíneas "c" e "d" do inciso III;

II - 17% (dezessete por cento) nas hipóteses das alíneas "a" e "b" do inciso IV; e

III - 22% (vinte e dois por cento) nas hipóteses das alíneas "b" e "e" do inciso V.

§ 5º-D Fica estabelecida, para o exercício financeiro de 2023 e subsequentes, mesmo na hipótese de acionamento da bandeira de escassez hídrica, a incidência das alíquotas ordinárias previstas no inciso III, alíneas "c" e "d"; no inciso IV, alíneas "a" e "b"; e no inciso V, alíneas "b" e "e", todos do caput deste artigo.

§ 5º-E O disposto nos §§ 5º-C e 5º-D deste artigo se aplica a qualquer outra bandeira do Sistema de Bandeira Tarifária que venha a ser instituída pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estabeleça tarifas excepcionais mais gravosas do que as fixadas pela bandeira de escassez hídrica, hipótese em que devem ser aplicadas as alíquotas previstas nos incisos I, II ou III do § 5º-C deste artigo.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de outubro de 2021.

Campo Grande, 23 de setembro de 2021.

REINALDO AZAMBUJA SILVA

GOVERNADOR DO ESTADO

INDICAÇÃO Nº 1478 DE 2021

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SUGERE AO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA, NA PESSOA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR ANTÔNIO DENARIUM, PROPOR PROJETO DE LEI PARA CONCEDER OS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, IMPLANTAÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO OU MELHORAMENTO, BEM COMO O USO, DE PRAÇAS, PARQUES URBANOS E GINÁSIOS ESPORTIVOS DO ESTADO DE RORAIMA PARA A INICIATIVA PRIVADA COM A FINALIDADE DE ALTERNATIVA PARA OBTER RECURSOS FINANCEIROS NA CONVOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS REMANESCENTES DO ÚLTIMOS CONCURSOS DA POLÍCIA PENAL E MILITAR .

JUSTIFICATIVA

Inicialmente, cumpre ressaltar que no Estado de Roraima, o investimento com recursos próprios na área de lazer e esporte, são fundamentais para a população. Todas as medidas que forem adotadas no sentido de proporcionar a população um entretenimento, encaminhamento para o esporte, estimulação para esse nicho de qualidade de vida, são fundamentais.

É notório que os serviços públicos de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento de praças, parques urbanos e ginásios esportivos, que conforme os anos, mesmo com recursos próprios, não estão sendo apurados como investimentos prioritários do Poder Executivo estadual. Diante disso, é necessário avaliar as melhores e mais modernas práticas para execução dos serviços destes públicos, prospectando novas políticas públicas de autorização através de parcerias público-privadas nas áreas de lazer, saúde, qualidade de vida bem como principalmente para investimentos na segurança pública da população do estado de Roraima.

Defendo a convocação dos 230 candidatos do quadro reserva do certame, pois considero o número, anunciado pelo governo, insuficiente para colocar nas ruas as novas viaturas policiais.

Embora não haja elementos concretos para maiores inferências acerca da questão, faz necessária os investimentos máximos da segurança pública, bem como a manutenção orçamentária das instituições da área para a convocação dos candidatos.

Neste fruto de estudo legal realizado, confirmamos que seis estados firmaram parcerias no fim do ano passado, os estados foram Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Tocantins. Com base nas aprovações recentes nesses estados, foram elaborados Projetos de Leis por iniciativa do poder Executivo. As legislações propostas permitiu uma ampliação e um melhoramento dos serviços a serem concedidos conjuntamente **com a desoneração dos cofres públicos para investimentos em todas as áreas, principalmente a da segurança pública.**

Nesse contexto, vale destacar a fundamentação legal estabelecido na **lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.** Lei institui que o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS)

> **Art. 2º** A segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Munícipios, no âmbito das competências e atribuições legais de cada um.

E nos termos do artigo 144 da Constituição de Federal de 1988.

> **Art. 144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
> **V - polícias militares** e corpos de bombeiros militares.
> **VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)

Por fim, venho a presença de Vossa Excelência, com fulcro nas legislações pátria aplicáveis a espécie, propor a presente sugestão em forma de indicação para o seu cumprimento como matéria **propor projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo para a concessão dos serviços de administração, operação, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso, de praças, parques urbanos e ginásios esportivos do estado de Roraima para a inciativa privada com a finalidade de alternativa para obter recursos financeiros na convocação e manutenção dos candidatos aprovados remanescentes dos últimos concursos da polícia penal e militar.**

É com esse desiderato que apresentamos a presente indicação.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 17 de dezembro de 2021.

Lenir Rodrigues

Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1479/2021

O Parlamentar que esta subscreve, com fulcro no artigo 202 do Regimento Interno deste poder, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, ***que sejam convocados os 470 candidatos aprovados no último concurso para a PM-RR (2018), que se encontram aptos no cadastro de reserva.***

JUSTIFICATIVA

O estado de Roraima enfrenta grande desafio em diversos setores devido a questão migratória, que sobrecarrega nossa capital e o interior. Não fosse a grande capacidade de gestão do atual governo, provavelmente estaríamos enfrentando enorme dificuldade.

A segurança pública, além de ser um investimento importante, é fundamental para que nossa gente tenha tranquilidade para trabalhar e produzir riqueza, que permitirá o crescimento de nosso estado e o progresso social.

Do acima exposto, solicito a V. Exa verificar a possibilidade de analisar a convocação de todos os 470 aprovados no concurso da PMRR e não apenas 240, que irá contribuir com os dois aspectos anteriormente abordados, aumento da capacidade do estado em prover segurança pública para a população (projeto polícia na rua), bem como permitir que mais 230 pessoas tenham uma excelente oportunidade de emprego aumentando a circulação de capital dentro de Roraima.

Certo da sensibilidade de V. Exa, aguardamos confiantes um desfecho positivo para nossa indicação.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2021.

GABINETE DEPUTADA AURELINA MEDEIROS

INDICAÇÃO Nº 1480/2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

"Construção de duas Pontes de Madeira de 12 metros na Vicinal Novo Paraíso, Região da Serra da Lua, Município de Bonfim".

JUSTIFICATIVA

A Vicinal Novo Paraíso na região da Serra da Lua, necessita da construção de duas pontes de madeira de 12 metros, para o escoamento agrícola, onde atenderá as famílias de produtores rurais que precisam trafegar diariamente, enfrentando muitas dificuldades diante da falta de pontes nessa Vicinal.

A construção beneficiará os moradores e ligará a Vicinal Jacamim à comunidade da Agua Boa e consequentemente a Vila Vilena.

Diante do exposto, faz-se necessário o atendimento a essa indicação.

Sala das Sessões, 09 de Dezembro de 2021.

Aurelina Medeiros

Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1481/2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

"Construção de um Ramal de 22 km na Vicinal Novo Paraíso, Região da Serra da Lua, Município de Bonfim".

JUSTIFICATIVA

A Vicinal Novo Paraíso na região da Serra da Lua, necessita da construção de um ramal de 22 km, para o escoamento da produção agrícola, onde atenderá as famílias de produtores rurais que precisam trafegar diariamente, estão com muita dificuldade diante da falta de estrada e pontes dessa Vicinal.

A Construção beneficiará os moradores e ligará a Vicinal Jacamim à comunidade da Água Boa e consequentemente a Vila Vilena.

Diante do exposto, faz-se necessário o atendimento a essa indicação.

Sala das Sessões, 09 de Dezembro de 2021.

Aurelina Medeiros

Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1482/2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

"Reforma e Revitalização dos 03 (três) alojamentos dos professores, na Vila Félix Pinto, Município de Cantá".

JUSTIFICATIVA

Esses alojamentos abrigam 23 professores que lecionam na Escola Estadual Genira Brito e os mesmos residem em localidades

adjacentes e na capital.

Portanto, uma reforma nesses alojamentos proporcionará melhor conforto a esses professores, e consequentemente melhor dinâmica no ensino nessa unidade escolar.

O atendimento a essa indicação além de necessária, é prioridade absoluta.

Sala das Sessões, 06 de Dezembro de 2021.

Aurelina Medeiros
Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1483/2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

"Reforma e Revitalização de 4 (quatro) casas, pertencentes a Secretaria de Saúde, na Vila Félix Pinto, Município de Cantá".

JUSTIFICATIVA

A Vila Félix Pinto, na Região do Município do Cantá, vem nos últimos anos tendo um crescimento populacional, e com isso, precisa de uma infraestrutura maior, principalmente na área da saúde. Essas casas de Saúde precisam urgentemente de reformas e revitalização, são quatro casas que necessitam desses serviços para melhorar o atendimento a população e o conforto dos profissionais de saúde que ali residem

Essas casas estão servindo também de suporte de profissionais de outras áreas, e assim, tornando esses lugares indispensável para a comunidade.

O atendimento a essa indicação além de necessária, é prioridade absoluta.

Sala das Sessões, 09 de Dezembro de 2021.

Aurelina Medeiros
Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1484/2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

"Reforma e Revitalização do Prédio da Delegacia da Vila Félix Pinto, Município de Cantá".

JUSTIFICATIVA

A Vila Félix Pinto, está se tornando a Região do Município do Cantá, que mais tem tido crescimento populacional e desenvolvimento socioeconômico, uma Vila Distante da Capital, está precisando de melhorias em algumas áreas, Principalmente na área de segurança, a delegacia da comunidade precisa passar por uma reforma e revitalização na sua estrutura física, para ter melhor qualidade no atendimento e o conforto dos profissionais que trabalham no combate da criminalidade.

Portanto, é imprescindível a reforma da delegacia para atender a demanda da comunidade e Região.

O atendimento a essa indicação além de necessária, é prioridade absoluta.

Sala das Sessões, 01 de Dezembro de 2021.

Aurelina Medeiros
Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1485/2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

"Recuperação da Ponte de madeira na Vicinal 21, com 30 m de extensão, localizada no Município de Cantá¨.

JUSTIFICATIVA

A Vicinal 21 é uma via de acesso, localizada a partir da Br 432 e a ponte de madeira encontra – se com a sapata comprometida por conta do tempo, correndo risco de desabamento dessa ponte. Sendo assim, posteriormente irá dificultar o escoamento da produção agrícola, bem como os serviços emergenciais e o acesso aos sítios.

Indicamos, pois, esta ação como prioritária.

Sala das Sessões, 06 de Dezembro de 2021.

Aurelina Medeiros
Deputada Estadual

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 87, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS ESTADUAIS,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência e dos demais Membros dessa Augusta Casa Legislativa, Mensagem Governamental objetivando alterar dispositivo do Projeto de Lei nº 313/2021, que altera a Lei nº 1.469, de 9 de agosto de 2021, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2022 e dá outras providências", em atenção ao que prescreve o art. 166, § 5º, da Constituição da República, bem como o art. 113, § 2º, da Constituição do Estado de Roraima. Tal alteração se faz necessária em face da necessidade de correção de erro material constante na proposta previamente encaminhada.

Desta forma, o inciso II do art. 1º do Projeto de Lei nº 313/2021, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º [...]

II - Tribunal de Justiça: R$ 310.689.000,00

[...]"

Sempre reafirmando que o diálogo e a harmonia entre os Poderes do Estado e os Órgãos independentes são indispensáveis para que haja entregas úteis à sociedade, dirijo-me à essa Casa Legislativa, conclamando aos Senhores e Senhoras Parlamentares que aprovem o Projeto de Lei nº 313/2021, com as alterações constantes desta Mensagem Governamental, que ora submeto à vossa digna apreciação.

Palácio Senador Hélio Campos, 17 de dezembro de 2021.

(*assinatura eletrônica*)

ANTONIO DENARIUM
Governador do Estado de Roraima

RELATÓRIO FINAL DA CPI DE SAÚDE

"Os ladrões de bens particulares passam a vida na prisão e acorrentados; aqueles de bens públicos, nas riquezas e nas honrarias."

Catão, o Censor



CPI DA SAÚDE

Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de investigar denúncias de irregularidades na gestão da Secretaria Estadual de Saúde (Sesau), devendo apurar também a conduta da pasta em contratos licitatórios e investigar denúncias referentes ao desabastecimento de medicamentos e materiais nos hospitais, descumprimento dos prazos de entrega por parte de empresas contratadas, entre outras questões referentes à assistência à população.

SUMÁRIO

1. CONCEITO DE ESTADO E SEUS MECANISMOS CONTROLADORES....6
1.1 Do conceito propriamente dito....6
1.2 Origem e justificativa do controle da Administração Pública....8
1.3 A Função Administrativa do Estado....9
1.4 Especialmente sobre o Controle Parlamentar....11
2. COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO....15
2.1 O direito ao silêncio....17
2.2 A assistência técnica do advogado....19
2.3 O direito ao sigilo profissional....19
2.4 Dos Requisitos para a Criação das CPI's....19
2.5 Poderes e Limites das CPI'S....20
3. INSTALAÇÃO DA CPI DA SAÚDE....28
3.1 Definição da Presidência e Relatoria da CPI....29
4. RELATÓRIO DE ATIVIDADES....30
4.1 Das Reuniões....30
4.2 Das Oitivas....35
4.3 Das Diligências....42
4.4 Informações e Documentos....42
5. SAÚDE PÚBLICA DE RORAIMA: FALTA RECURSOS OU TEM CORRUPÇÃO?....49
5.1 Definição de saúde....49
5.2 Direito à saúde na Constituição Federal de 1998....49
5.3 Financiamento da saúde no Brasil....51
5.4 Princípios da Reserva do possível e do Mínimo Existencial....52
5.5 Espécies de corrupção....54
5.5.1 Corrupção ativa....54
5.5.2 Corrupção passiva....55
5.5.3 Improbidade Administrativa....55
5.5.4 Crimes da Lei de Licitações....56
5.5.5 Emprego Irregular de verbas ou Rendas Públicas....56
6. DA ANÁLISE DOS PROCESSOS FIRMADOS COM A SESAU....61
6.1 Sobre o contrato de alimentação....61
6.2 Sobre o contrato de limpeza....95
6.3 COOPEBRAS – Cooperativa Brasileira de Serviços Múltiplos Médicos....115

6.4 Do processo para contratação de empresa especializada para o fornecimento ininterrupto de gases medicinais liquefeitos e não liquefeitos com disposição de tanques, cilindros e central de reservas, bem como suas manutenções preventivas e corretivas (Contrato com a CARBOXI)....201
6.5 Sobre o contrato para aquisição de medicamentos básicos e hospitalares (TIDIMAX)....214
6.6 Aquisição de materiais para neurocirurgia e ortopedia, em caráter emergencial, através de consignação, com instrumentais e equipamentos em comodato;....231
6.7 Do processo para aquisição de materiais para cirurgia ortopédicas e neurológicas....234
6.7.1 Processo A1: NOVA MÉDICA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA....239
6.7.2 PROCESSO A2: QUANTUM EMPREENDIMENTOS EM SAÚDE LTDA EPP....240
6.7.3 PROCESSO A3: PRÓ SAÚDE RORAIMA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELLI EPP....240
6.8 Do processo para aquisição de materiais para buco maxilo facial em consignação, com instrumentais e equipamentos em comodato, para atender o Hospital Geral de Roraima....242
7. DAS CIRURGIAS BUCO – MAXILO – FACIAIS....251
8. DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS EM TEMPOS DE COVID-19....310
8.1 Da aplicabilidade da Lei nº 13.979/20, a Lei Nacional da Quarentena....315
8.2 Das diferenças entre a contratação emergencial de saúde pública prevista no artigo 4º da Lei 13.979/2020 e a contratação emergencial disciplinada no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993....321
8.3 Da análise referente aos "processos" apreendidos, em 04/05/2020, durante diligência realizada na SESAU....323
8.3.1 Processo nº 020601.001823/20-53 - Aquisição de materiais equipamentos para atender as necessidades do Estado de Roraima, frente a pandemia da COVID-19 (aquisição de respiradores, testes para covid, dentre outros....323
8.4 Processo 020601.001824/20-16....345
8.4.1 Dos demais processos apreendidos....350
9. DA INTERFERÊNCIA DO EMPRESÁRIO ERIKE BARBOSA DE CARVALHO ARAÚJO NA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE....361
10. ESPECIALMENTE SOBRE A ATUAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL....371
11. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO E TELEFÔNICO DA CPI....374
12. DO DEPOIMENTO DE ALLAN GARCÊS....381
13. OS IMPACTOS DA IMIGRAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE....414
14. ASPECTOS JURÍDICOS....418
14.1 Das condutas comissivas e omissivas....418
14.2 Do dolo e da culpa....419
14.3 Improbidade Administrativa....420

14.4 Organização Criminosa (Lei 12.850/2013);....421
14.5 Dos crimes previstos no Código Penal....421
14.6 Especialmente sobre os Crimes de Licitação....424
14.6.1 O Poder-Dever da Administração de anular as Licitações Fraudulentas....426
14.6.2 Da Aplicação da Lei 8.666 aos investigados pela CPI....429
14.6.3 Dos crimes e das penas previstos na Lei 8.666....433
15. INDICIAMENTOS....444

1. CONCEITO DE ESTADO E SEUS MECANISMOS CONTROLADORES

Para que se possa enfrentar o tema proposto, qual seja, os mecanismos de controle da função administrativa, é preciso, antes, que se explicite em que termos se compreende o Estado.

1.1 Do conceito propriamente dito

Inúmeras teorias já se ocuparam da tarefa de desenvolver análises sobre o conceito de estado. De fato, tem-se buscado um entendimento que reflita a correspondência existente entre o tecido social e o seu ente representativo.

A partir daí, a definição do Estado como o conjunto das relações sociais produzidas a contar da condensação das classes em luta e que se inserem em sua ossatura material reveste-se de importância, pois concebe o Estado Contemporâneo em constante transformação, dependendo sempre da correlação de forças das classes atuantes em um momento historicamente estabelecido.

Pois bem, o Estado Contemporâneo é visto como uma instância política com autonomia relativa que materializa o apanhado de forças sociais, tendo como escopo a busca da representação, regulamentação da sociedade e a gerência dos interesses difusos do tecido social que, no exercício de suas funções, necessita manter-se coadunado com a ordem jurídica.

Neste contexto, a legitimação do Estado está intimamente relacionada com as áreas de sua atuação. Quer dizer, o Estado visto como a condensação das forças sociais atuantes, mesmo quando busca sua legitimação ou a representação da sociedade, não pode se afastar do ordenamento jurídico e dos princípios norteadores de sua atividade.

A adoção deste conceito é o que nos interessa, pois, de um lado, estabelece um Estado em constante transmutação, estimulando e sendo estimulado pela sociedade; mas, do outro, destaca a importância e a necessidade da existência de mecanismos controladores da atividade estatal, como forma da sociedade fiscalizar o desempenho do ente representativo e até auferir sua legitimidade.

6

Para a consecução de tais objetivos, surgem os mecanismos de controle da atividade estatal e, mais especificamente, da função administrativa do Estado.

Da teoria administrativa, extraem-se os fundamentos básicos e os pressupostos teóricos necessários à consolidação, cada vez mais crescente, das técnicas referentes aos sistemas de controle da atividade administrativa estatal. Assim, propugnam alguns pela inoperância dos sistemas de controle denominados “clássicos ", buscando novas fontes, formas e maneiras que possibilitem, por assim dizer, uma visão fiscalizadora por parte do tecido social sobre as decisões das autoridades públicas.

Assim sendo, o controle dos atos da administração pública exercido pelo Parlamento, principalmente nos países presidencialistas da América Latina, parece, pelo menos superficialmente, não ter exaurido suas potencialidades enquanto órgão fiscalizador daquela; enquanto, dentro do regime presidencialista de governo, pelas suas próprias características, a possibilidade do exercício deste meio de controle se reveste de uma importância crucial no contexto atual.

Os críticos dessa forma de controle geralmente argumentam que os regimes parlamentaristas de governo desempenham de forma mais eficiente o controle político que os regimes presidencialistas. Explica-se: nos regimes parlamentares, existem mecanismos de controle, tais como as moções, que inexistem no regime presidencialista.

Ademais, a responsabilidade do governo perante a Assembleia traria ao Parlamento melhores condições de exercício da prerrogativa. Contudo, não se compartilha desse pensamento, já que, nos regimes presidencialistas, mesmo não havendo alguns mecanismos à disposição das Casas Legislativas, o exercício dessa atividade de controle é um elemento crucial para a própria atividade de elaboração da legislação, o que não pode ser desprezado sob o argumento de que o governo não tem responsabilidade perante a Assembleia (responsabilidade do governo perante ao Parlamento que se verifica no regime Parlamentarista).

Ao contrário, é exatamente por não existir tal responsabilidade que os Parlamentos se encontram libertos para o exercício de suas prerrogativas. Dentro deste prisma, as Comissões Parlamentares e, mais precisamente, as Comissões Parlamentares de

7

Inquérito, são mecanismos do Poder Legislativo frente à atividade governamental que não podem ser desconsiderados.

Constantes nos textos Constitucionais da grande maioria dos Estados, as Comissões Parlamentares de Inquérito possuem a função privilegiada de apuração de quaisquer fatos advindos do Poder Público ou não, relevantes à vida nacional.

Com isso, a missão do Poder Legislativo, por força das disposições constitucionais e da Teoria do Estado Democrático, está ligada à sua responsabilidade política de vigilância sobre os fatores que contribuem para que a máquina do Estado não seja objeto de negligência, desonestidade, incompetência, desmandos e prepotência.

1.2 Origem e justificativa do controle da Administração Pública

O controle é inerente a qualquer forma de organização, pois administrar compreende planejar, organizar, dirigir e controlar, os atos e recursos organizacionais para alcançar os objetivos estabelecidos.

Desta feita, o controle da Administração Pública é um tema consagrado no campo do direito administrativo. Isto porque o controle dos atos emanados dos entes públicos surge como um dos mais caros valores políticos desde a Revolução Francesa, representando uma das principais características do Estado de Direito.

A transparência na Administração Pública é obrigação imposta aos administradores públicos, pois estes atuam em nome dos cidadãos "A sociedade tem o direito de pedir conta, a todo agente público, quanto à sua administração"; esse valor, positivado no artigo 15 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, evidencia a antiga preocupação com o controle e ainda privilegia a participação do povo, dos administrados, que é o destinatário da administração.

O Estado de Direito pode ser entendido como aquele criado e regulado por uma Constituição, onde o exercício do poder político seja dividido entre órgãos independentes e harmônicos, com o objetivo de controle recíproco, de modo que os cidadãos, sendo titulares de direitos, possam opô-los ao próprio Estado (Carlos Ari Sundfeld, Fundamentos de direito público, p. 38).

Oportuno lembrar que, na origem do Estado Liberal, o controle era realizado somente quanto a aspectos relacionados com a legalidade dos atos administrativos, na

8

esfera do contencioso administrativo. Atualmente, o direito dos administrados não se limita a fiscalizar eventual ilegalidade da gestão pública, mas também verificar se a destinação dos recursos, além de lícita, tem sido adequada, razoável, moral e eficiente.

Com a social democracia, torna-se mais instrumentalizados os sistemas de controle da Administração, acompanhando o aumento da preocupação com o controle das atividades administrativas, frente à maior intervenção na sociedade, seja pela prestação de serviços, seja pela atividade regulatória da economia.

Prova disto é que novas modalidades de controle dos atos administrativos foram criadas, pois a própria sociedade provoca e cobra a atualização dos mecanismos de censura sobre os atos ilegais da Administração Pública.

Através desta concepção de Estado e da Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que o controle da Administração Pública, no Brasil, corresponde a um poder de fiscalização e correção exercido por órgãos dos poderes Judiciário, Legislativo, Executivo e os cidadãos, com o escopo de garantir a conformidade de sua atuação com princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico.

1.3 A Função Administrativa do Estado

Como sabido, o Estado, uma vez constituído, realiza seus fins através de três funções em que se reparte a sua atividade: legislação, administração e jurisdição.

A função legislativa liga-se aos fenômenos de formação do Direito, enquanto as outras duas, administrativa e jurisdicional, se prendem à fase de sua realização. Ou seja, legislar (editar o Direito Positivo), administrar (aplicar a lei de ofício) e julgar (aplicar a lei contenciosamente) são três fases da atividade estatal que se completam e que a esgotam em extensão.

Ocorre que qualquer um dos órgãos responsáveis pelas funções do Estado, Executivo (função administrativa), Legislativo (função legislativa) e Judiciário (função judiciária), em verdade também executa funções que não são preponderantemente as suas.

No entanto, mesmo que os organismos responsáveis pelas funções judiciárias ou legislativas secundariamente exerçam funções administrativas, o critério distintivo que deve nortear a diferença entre as funções é o critério da preponderância ou

9

predominância da atividade, de forma que a supremacia do exercício da função administrativa do Estado é exercida pelo Executivo e esta lhe é própria, assim como própria é a função do Poder Legislativo em legislar ou do Poder Judiciário de aplicação da lei contenciosamente.

Neste modo de percepção, é fácil verificar que a função administrativa é exercida essencialmente pelo Executivo, mas que, secundariamente, também a exercem o Legislativo e o Judiciário.

Para fins do presente relatório, vamos nos ater à função administrativa exercida pelo Poder Executivo na gestão do interesse público, posto que é neste aspecto que a função administrativa do Estado, em qualquer dos seus âmbitos, necessita de mecanismos apropriados para a avaliação e controle, dentro dos parâmetros fixados pelo ordenamento jurídico e dos princípios norteadores da própria atividade estatal.

A administração pública, portanto, é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade, no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do direito e da moral.

A atividade estatal encerra, então, em seu sentido mais amplo, toda a gerência dos interesses de uma coletividade visando o interesse público. Isto é, toda e qualquer atividade orientada pelo poder público que visa a satisfação das necessidades coletivas tendo como parâmetro o próprio interesse público.

Parece claro que a administração realiza o direito através da individualização das normas gerais, aplicando-as a situações concretas visando a consecução de seus objetivos. Neste sentido, a interpretação do ordenamento é um meio pelo qual a administração se utiliza para atingir determinado fim.

A partir daí, faz-se necessária a análise da forma pela qual se concretiza a interação entre a função administrativa do Estado e o conjunto social e de que maneira se pode compreendê-la dentro dos limites do ordenamento. Assim, a atividade estatal encontra seu limite na ordem jurídica, isto é, no Princípio da Legalidade uma vez que, sendo a função administrativa realizadora do direito, não se poderia compreender que fosse exercida sem que houvesse um texto legal autorizando-a.

Prova disto é o que prevê a Lei Magna:

10

> Art. 37 A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte: I - (...)

Já a Constituição Estadual de Roraima, por sua vez, consignou princípio correlato, estabelecendo as bases e limites que devem nortear a administração pública roraimense:

> Art. 19. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

E não poderia ser diferente. Em verdade, a função administrativa deve sempre guardar correspondência não só com o princípio da legalidade, mas também com os demais princípios basilares de toda atividade administrativa. Não se pode conceber que a administração pública extrapole sua área de atuação em detrimento da impessoalidade, publicidade ou moralidade administrativa.

Bem se verifica a necessidade de observância, por parte do Estado, dos paradigmas que limitam sua esfera de atuação. E mais, mesmo naqueles atos chamados "atos discricionários", a liberdade da administração não é absoluta, uma vez que encontra limites em relação à forma, à competência e à finalidade no momento de sua elaboração.

Com isso, demarca-se que todos os atos emanados da administração pública no exercício de sua função administrativa precisam estar coadunados com os princípios delimitadores de sua atividade. O desvio de finalidade, a ilegalidade ou a ilegitimidade do ato acarretam a invalidação do ato exarado e na possível responsabilização do administrador.

Neste aspecto, para que a atividade da administração pública se mantenha restrita à ordem jurídica, existe um sistema tríplice de controle de suas atividades: o controle administrativo, o controle jurisdicional e o controle legislativo.

1.4 Especialmente sobre o Controle Parlamentar

É a expressão utilizada para designar a fiscalização exercida pelo Poder Legislativo sobre a Administração Pública. Uma das formas mais importantes de controle que se exerce sobre a função executiva do Estado, pois se correlaciona diretamente com os interesses difusos da sociedade ante a exigibilidade de transparência administrativa.

11

Tal controle tem a finalidade de informar a opinião pública das atividades do Estado, fazendo com que a elaboração legislativa tenha um ganho qualitativo através de Comissões especializadas sobre temas de interesse da população.

É exercido pelos órgãos legislativos (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores) ou por comissões parlamentares, sobre determinados atos do executivo, na dupla linha da legalidade e da conveniência pública, pelo que se caracteriza como um controle eminentemente político, indiferente aos direitos individuais dos administrados, mas objetivando os superiores interesses do Estado e da comunidade.

Em resumo, o controle exercido pelo Poder Legislativo no Brasil é realizado de maneira direta pelo Parlamento e, em decorrência do princípio da separação das funções e da tripartição dos poderes, estes não se confundem, pois dependendo da esfera a que se refiram, estarão descritos na Constituição Federal, Estadual ou na Lei Orgânica Municipal, de forma que o exercício de tal prerrogativa se dá nas diversas esferas de competências, quer federal (Congresso Nacional), estadual (Assembleias Legislativas) ou municipal (Câmaras Municipais).

Em um sentido mais estrito, o Controle Parlamentar é aquele exercido pelo Poder Legislativo delimitado constitucionalmente dentro da respectiva esfera de competência a que se refere. Em âmbito estadual, segundo a Constituição Estadual de Roraima, seus principais mecanismos que autorizam tal atividade são:

> Art. 31. A Assembleia Legislativa constituirá Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma do Regimento Interno e com as atribuições nele previstas, conforme os termos do ato de sua criação.
> §1º Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:
> I - discutir e votar Projetos de Lei que, segundo o Regimento Interno, não se inclua na competência originária do plenário, cabendo recurso para este, no prazo de 05 (cinco) dias da publicação, por iniciativa de1/10 (um décimo) dos Deputados;
> II - convocar Secretários de Estado, dirigentes de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público para prestarem pessoalmente, no prazo de 15 (quinze) dias, informações sobre assuntos previamente determinados, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada;
> III - convocar o Procurador-Geral da Justiça, o Procurador-Geral do Estado, o Defensor Público Geral e os Comandantes Militares para prestarem informações a respeito de assuntos previamente fixados, relacionados com a respectiva área;
> IV - acompanhar a execução orçamentária;
> V - velar pela completa adequação dos atos do Poder Executivo que regulamentem dispositivos legais;

12

> VI - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas e;
> VII - apreciar planos de desenvolvimento e programas de obras do Estado e sobre eles emitir pareceres;

Ainda, em seu parágrafo segundo:

> §2º As Comissões Parlamentares de Inquérito, observada a legislação, são específicas no que lhes couber; terão poderes de investigação própria das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia Legislativa, e sua aprovação dependerá de deliberação do Plenário, para apuração do fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público ou a outra autoridade competente, para que promova a responsabilidade civil, criminal ou administrativa dos infratores.

Neste sentido, as Comissões Parlamentares são um dos vários mecanismos à disposição das casas legislativas para a consecução de seus objetivos. Pois bem, ao se estabelecer o conjunto de possibilidades de que o Parlamento dispõe para informar-se sobre a função executiva do Estado e, caso se pudesse elencar uma ordem de eficácia crescente, ter-se-ia: a) pedido de informações ao governo; b) convocação de Secretários de Estado para prestar informações; c) realização de inquéritos parlamentares.

As Comissões de Inquérito, então, encontram-se disciplinadas no artigo 31, § 2º, da Constituição Estadual de Roraima e, enquanto um dos mecanismos à disposição do Poder Legislativo, são organismos importantes no desempenho da função fiscalizadora por parte do Parlamento sobre a atividade da administração pública, na medida em que a função de elaboração não encerra a extensão toda da atividade parlamentar.

A utilização pelo Poder Legislativo de sua faculdade de investigação e controle não deve ser encarada como um fim, mas como um meio do Parlamento, para de um lado, aprimorar suas funções constitucionais, de outro, exercer o controle político sobre a função administrativa do Estado, corrigindo eventuais distorções e, ainda, como modo de informar a sociedade das atividades desenvolvidas pelo Governo na administração do interesse público.

Logo, o exercício do Controle Parlamentar é uma das funções constitucionalmente previstas assim como é a função legislativa. Não se crê na predominância de nenhuma das funções, isto é, tanto é importante a elaboração legislativa quanto à função controladora, não havendo primazia entre ambas.

13

No capítulo seguinte, referente às Comissões Parlamentares, vamos abordar com maior propriedade os poderes, alcances e limites deste instrumento.

14

2. COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

O Poder Legislativo possui a tarefa precípua de legislar como função típica, sendo uma destas fiscalizar e controlar os atos dos demais poderes, para que sejam evitados excessos e irregularidades que ferem diretamente a democracia instalada no nosso ordenamento jurídico com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Essa competência diz respeito às atividades de administrar e julgar, sendo a primeira vislumbrada quando o Legislativo cria cargos, define plano de carreiras dos servidores; e a segunda quando julga seus membros, até mesmo o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

Nesse diapasão, surge as Comissões Parlamentares que são órgãos colegiados, integrantes da estrutura do Congresso Nacional e das Casas Legislativas, bem como das Assembleias Legislativas (CPIs estaduais) e Câmaras Municipais (CPIs municipais).

No que diz respeito à função fiscalizatória das CPI's, esta se encontra intimamente relacionada ao desempenho das atividades do Poder Legislativo, constituindo, em verdade, um meio para que a atividade legislativa seja exercida em sua plenitude. Conforme nos esclarece JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO, ao analisar os poderes de investigação do Congresso norte-americano:

> (...) Não se pode negar que o poder de investigação é um auxiliar essencial da função legislativa. O devido exercício desta função pressupõe a existência de um juízo, formado por parte dos membros da Assembleia Legislativa. Harry S. Truman afirmou que um Congresso informado é um Congresso prudente. Um Congresso não informado, seguramente, perderá grande parte do respeito e da confiança do povo. É através do uso de seu poder de investigação que o Congresso obtém dados necessários, que o faculta para o exercício de suas funções (...) (Teoria geral das comissões parlamentares: comissões parlamentares de inquérito, p.4)

Dessa forma, a faculdade fiscalizatória do Poder Legislativo não representa um fim em si mesma, mas sim um instrumento para a consecução de suas funções constitucionais.

Importante frisar que as comissões criadas pelas assembleias legislativas e câmaras municipais devem respeitar o artigo 58, §3º da Constituição da República Federativa do

15

Brasil por ser norma de observância obrigatória em respeito ao princípio do pacto federativo previsto no artigo 1º.

Em outras palavras, as Comissões Parlamentares de Inquérito encontram respaldo legal no artigo 58, §3º, CF/88 sendo utilizadas pelo Poder Legislativo para investigar fato determinado e por prazo certo. Suas conclusões, se for o caso, serão enviadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil e/ou criminal dos infratores.

Em razão da natureza instrumental do poder de investigar, alguns estudiosos do tema acabam por concluir que as Comissões Parlamentares de Inquérito não exercem propriamente controle sobre os atos da Administração Pública, mas sim investigação, que possuiriam âmbitos de atuação diversos. Nesse sentido, ALEXANDRE ISSA KIMURA, ao fazer a diferenciação entre o poder de controle e a fiscalização:

> Cumpre ressaltar que a Comissão Parlamentar de Inquérito, por si só, não exerce poder de controle sobre atos da Administração Pública. Cabe a ela a investigação. (...) Fiscalizar equivale a investigar; controlar significa ter poder de decisão. A investigação é, lógica e cronologicamente, anterior ao poder de controle. (...) A Comissão Parlamentar de Inquérito atua como instrumento adequado à elucidação do fato determinado, com o intuito de, posteriormente, qualquer dos Poderes ou órgãos encarregados de interferir na normalização da situação -nesse momento posterior, já exercendo controle externo ou interno-, alcancem os objetivos que promovam o retorno à situação regular, bem como do cumprimento do interesse público. (CPI: teoria e prática, p. 17)

Dessa forma, o controle propriamente dito seria exercido apenas em momento posterior, mediante a adoção de providências pelos Poderes ou órgãos competentes, v.g., o Ministério Público.

Cabe, ainda, atentar para o fato de que as Comissões Parlamentares de Inquérito nem sempre têm por objeto a investigação de fatos relacionados à Administração Pública, podendo, dessa forma, também recair sobre irregularidades não verificadas no âmbito administrativo, mas com forte conteúdo de ordem política, econômica ou social, a caracterizar a existência de interesse público como fundamento para a atuação do Poder Legislativo. Utilizando-se, mais uma vez, das considerações trazidas por ALEXANDRE ISSA KIMURA, tem-se que:

16

> As que investigam irregularidades na administração pública têm, predominantemente, a função subsidiária de municiar um posterior controle pelo próprio Poder Legislativo (controle parlamentar direto). Podem, inclusive, contribuir para a deflagração de processo para apuração de crime de responsabilidade ou comum das autoridades que praticaram o fato investigado. As que investigam aspectos de ordem política, social ou econômica não diretamente vinculados à irregularidade administrativa têm como missão: a) elaborar estudos para deflagrar nova legislação acerca do fato discutido; b) requerer às autoridades públicas providências para a efetivação de medidas fundamentais para normalizar a ordem vulnerada e; c) possibilitar o esclarecimento e atenção do fato junto à opinião pública. (op. cit, p. 22).

Por fim, uma vez que as CPI's possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, necessário analisar os seus limites e os poderes, utilizando fontes como a legislação, doutrina e jurisprudência.

Direitos e Garantias Fundamentais previstos na CF/88 e sua relação com as CPI's.

A expressão direitos fundamental está na Constituição de 1988, em seu Título I denominado "Dos Direitos e Garantias Fundamentais", e traz em seu seio direitos inerentes à condição humana, como por exemplo, o direito à vida, à imagem, à inviolabilidade do domicílio e também os meios disponíveis para efetivá-los.

Como o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que os direitos e as garantias fundamentais previstos na CF/88 não merecem ser desprezados, devendo ser sempre observados em qualquer hipótese, concreta é a ideia de se impor limites aos poderes que detém as Comissões Parlamentares de Inquérito nas suas atividades investigativas para que não haja usurpação de direitos fundamentais.

Neste tópico, far-se-á uma análise breve de alguns direitos e garantias fundamentais que possuem maior relevância em relação às CPI's, para que se tenha o devido respeito tanto a nossa Constituição quanto aos investigados. Vejamos:

2.1 O direito ao silêncio

Está assegurado pelo Pacto de São José da Costa Rica em seu artigo 8º, possuindo status de norma supralegal, pois é hierarquicamente superior ao Código Civil e ao de Processo Civil, ficando logo abaixo da Constituição. Este privilégio também está previsto constitucionalmente e se traduz como um direito de autodefesa do imputado, onde este não poderá ser obrigado a produzir prova contra si mesmo.

17

É, portanto, um direito assegurado a qualquer pessoa seja ela vítima, investigado, acusado, testemunha. Sendo assim, não é permitido a nenhuma autoridade pública constranger qualquer pessoa para confirmar fatos que possam prejudicá-las, bem como é inadmissível determinar consequências que importem malefícios a quem utilizou este legítimo direito garantido.

Essa afirmação possui entendimento pacífico, a saber:

> HABEAS CORPUS. CPI DA PIRATARIA. CONVOCAÇÃO PARA DEPOR. AMEAÇA DE PRISÃO. Não existindo indícios de que será decretada a prisão do paciente convocado para depor em comissão parlamentar de inquérito, não há que se falar em ameaça de sua liberdade de ir e vir. Habeas corpus incabível. Precedentes. Qualquer pessoa tem o direito público subjetivo de permanecer calado quando for prestar depoimento perante órgão do Poder Legislativo, Executivo ou Judiciário. Habeas corpus deferido somente para assegurar o direito do paciente de permanecer em silencio. (STF - HC: 83357 DF, Relator: NELSON JOBIM, Data de Julgamento: 03/03/2004, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 26-03-2004 PP-00006 EMENT VOL-02145-02 PP-00335)

> CONSTITUCIONAL - HABEAS CORPUS - CPI - GARANTIAS FUNDAMENTAIS - DIREITO DE SILÊNCIO - PEDIDO DEFERIDO - ORDEM CONCEDIDA. 1 - TEM O PACIENTE O DEVER DE COMPARECER E PRESTAR DEPOIMENTO À COMISSÃO SOBRE OS FATOS INVESTIGADOS, PODENDO SILENCIAR-SE, CONTUDO, QUANDO A INDAGAÇÃO TIVER POR OBJETO A AUTO-INCRIMINAÇÃO. (TRATADO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA). 2 - NINGUÉM PODE SER TRATADO COMO CULPADO, QUALQUER QUE SEJA A NATUREZA DO ILÍCITO PENAL CUJA PRÁTICA LHE TENHA SIDO ATRIBUÍDA, SEM QUE EXISTA A ESSE RESPEITO, DECISÃO JUDICIAL CONDENATÓRIA. 3 - CONCEDIDA A ORDEM, POR UNANIMIDADE. (TJ-DF - HBC: 20050020023992 DF, Relator: JOÃO MARIOSA, Data de Julgamento: 02/08/2005, Conselho Especial, Data de Publicação: DJU 27/09/2005 Pág. : 177)

> PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI. DIREITO AO SILÊNCIO. TESTEMUNHA. AUTO-ACUSAÇÃO. LIMINAR DEFERIDA PARA DESOBRIGAR A PACIENTE DA ASSINATURA DE TERMO DE COMPROMISSO. PREJUDICIALIDADE SUPERVENIENTE. I - É jurisprudência pacífica no Supremo Tribunal Federal a possibilidade do investigado ou acusado permanecer em silêncio, evitando-se a auto-incriminação. II - Liminar deferida para desobrigar a paciente da assinatura de Termo de Compromisso. III - A realização da oitiva, garantidos os direitos da paciente, implica a prejudicialidade do feito. IV - HC conhecido e julgado prejudicado. (STF - HC: 89269 DF, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 21/11/2006, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 15-12-2006 PP-00096 EMENT VOL-02260-05 PP-00867)

Portanto, apesar de o direito ao silêncio alcançar as testemunhas, estas podem abster-se de revelar ou confirmar fatos que lhes tragam prejuízo, mas possuem o dever

de comparecer ao interrogatório, responder ao que for indagado e dizer somente a verdade.

2.2 A assistência técnica do advogado

Consiste em determinar que os advogados se façam presentes e estejam participando dos procedimentos judiciais e administrativos.

No âmbito das Comissões Parlamentares de Inquérito, esses profissionais devem participar das investigações, oferecendo as orientações necessárias aos seus clientes e até mesmo vir a intervir diretamente caso haja claro desrespeito à lei ou à Constituição.

Assim, tem o advogado a prerrogativa de cuidar da defesa técnica do seu cliente de maneira pura para que exista o cumprimento do seu mandato profissional de forma a satisfazer os interesses daquele que o constitui como patrono.

2.3 O direito ao sigilo profissional

Justifica-se no sentido de que deve haver confiança e sigilo entre as partes enquanto houver o desempenho da profissão, sendo, portanto, perfeitamente justo o reconhecimento desse privilégio em nosso ordenamento jurídico.

Diante deste fato, as CPI's e nem o Poder Judiciário podem determinar a quebra do sigilo profissional, bem como é vedado à violação dos meios em que se exercite o sigilo profissional, seja através de correspondências, documentos confidenciais e computadores.

2.4 Dos Requisitos para a Criação das CPI's

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece os limites à atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito, sendo imprescindível a observância destes para que haja legitimidade em seu procedimento. É o que se depreende do exposto no artigo 58, §3º:

> Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.
> § 3º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Assim, para que exista a CPI na Câmara dos Deputados, Senado Federal, legislativo estadual ou municipal, este último em razão do disposto no artigo 29, caput, XI, CF/88, é necessário cumprir três requisitos cumulativos: requerimento de 1/3 (um terço) dos membros, apuração de fato determinado, prazo certo e, sendo o caso, que as conclusões sejam remetidas ao Ministério Público.

2.5 Poderes e Limites das CPI'S

A discussão que envolve as Comissões Parlamentares de Inquérito reside justamente nos poderes investigativos e os limites de atuação. Isto porque, como não há uma lista de atribuições do Poder Legislativo em suas atividades no inquérito, ocorrem divergências entre os limites constitucionais nessa atividade e a capacidade investigativa. Tais divergências são solucionadas pelo Poder Judiciário que decide com base em casos concretos o que pode e o que é vedado.

Assim, as Comissões Parlamentares de Inquérito estão limitadas pela competência, pelo seu conteúdo e pela matéria de investigação político-administrativa.

Como cediço, a Constituição de 1988 previu a existência das comissões temporárias e permanentes no artigo 58, situando-se nesse mesmo dispositivo as CPI's como um meio de exercício investigativo do Poder Legislativo.

A expressão inscrita no artigo 58, §3º "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais" é criticada por alguns doutrinadores, pois não foram dados todos os poderes que as autoridades judiciais possuem. Em conclusão, podemos afirmar que o primeiro limite da tarefa investigativa das comissões parlamentares é a cláusula de reserva de jurisdição.

Essa reserva de jurisdição diz respeito aos atos que precisam da determinação de juízes ou dos Tribunais. Diante disso, é vedado às CPI's determinar a busca e apreensão domiciliar, pois conforme o artigo 5º, XI, CF/88, a casa é asilo inviolável do indivíduo e ninguém pode adentrá-la sem o consentimento do morador, salvo nos casos de desastre, flagrante delito e para prestar socorro, sendo durante o dia, por determinação judicial.

Também é proibido determinar quebra de sigilo das comunicações telefônicas, diante do exposto no artigo 5º, XII, CF/88. Tal implementação depende da ordem judicial, na forma que a lei estabelecer e para fins de investigação criminal ou instrução penal.

Para que ocorra a decretação da prisão, segundo a Constituição no artigo 5º, inciso LXI, salvo a de flagrante delito e transgressões disciplinares militares, é necessária a ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

Por fim, as Comissões Parlamentares de Inquérito não possuem o poder geral de cautela, sendo proibido o consentimento de cautelar seja típica ou atípica. Este poder só pode ser exercido pelos juízes, pois a tarefa da CPI é meramente investigativa, não havendo que se falar em uma sentença futura a ser prolatada e, como as cautelares servem para assegurar a eficácia dessa decisão, incabível e inviável a decretação de medidas acautelatórias.

Em respeito à separação dos Poderes registrada em nossa Constituição, cabe assinalar que o alcance das atividades das CPI's está dentro da atuação do Poder Legislativo, só podendo ser investigado os fatos que estejam diante da competência de controle e fiscalização deste Poder.

Nesse sentido, a CPI não pode anular atos de outros poderes que não seja o Legislativo, bem como é vedado rever o mérito de determinada decisão judicial de modo a convocar o magistrado para investigar a sua atuação.

Quanto ao pacto federativo consagrado também na Constituição em sua organização dada pela aliança entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, é proibido a CPI de esfera federal se prontificar a investigar assuntos aos quais não sejam de seu interesse, como por exemplo, interesse regional ou local que não tragam reflexos no plano nacional.

Feita as considerações mais importantes sobre as limitações das CPI's, pode-se apresentar os poderes que possuem as comissões, com base em decisões consolidadas da jurisprudência.

Pois bem, o Supremo Tribunal Federal tem entendido pela possibilidade de a comissão determinar a busca e apreensão de documentos e equipamentos que não impliquem em violação de domicílio.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A doutrina também compactua da mesma ideia, no sentido de que a busca pessoal nas dependências e nas cercanias das Casas Legislativas em razão do exercício do poder de polícia de que dispõe o Poder Legislativo na guarda e proteção de seu patrimônio, conforme prescreve os artigos 51, IV e 52, XIII, da Constituição Federal. Desta forma, nada impede que dentro dos limites geográficos que circunscrevem a Câmara dos Deputados e o Senado Federal seja exercido o poder de polícia com a busca pessoal e até a prisão daqueles que porventura coloquem em perigo o patrimônio e a integridade física dos seus componentes.

Enquanto doutrina e jurisprudência admitem essa possibilidade supracitada, o mesmo não se pode afirmar quanto à busca e apreensão domiciliar, sendo esta vedada por ser cláusula de reserva de jurisdição conforme exposto anteriormente, podendo ser requerida somente ao magistrado.

As CPI's também podem determinar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico através de decisão fundamentada com embasamento no artigo 3º da Lei 9.296/96, artigo 1º, §4º da Lei Complementar 105/01 e artigo 198, §1º do Código Tributário Nacional.

No entanto, a quebra de sigilo bancário pelas CPI's é excepcional, pois constitui direito fundamental à intimidade, considerando-se legítima apenas a partir do momento em que se objetiva elucidar delitos patrimoniais e financeiros, conforme ementa abaixo transcrita:

> COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PODERES DE INVESTIGAÇÃO (CF, ART. 58, § 3º)- LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS - LEGITIMIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL - POSSIBILIDADE DE A CPI ORDENAR, POR AUTORIDADE PRÓPRIA, A QUEBRA DOS SIGILOS BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO - NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DO ATO DELIBERATIVO - DELIBERAÇÃO DA CPI QUE, SEM FUNDAMENTAÇÃO, ORDENOU MEDIDAS DE RESTRIÇÃO A DIREITOS - MANDADO DE SEGURANÇA DEFERIDO. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. - Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, em sede originária, mandados de segurança e habeas corpus impetrados contra Comissões Parlamentares de Inquérito constituídas no âmbito do Congresso Nacional ou no de qualquer de suas Casas. É que a Comissão Parlamentar de Inquérito, enquanto projeção orgânica do Poder Legislativo da União, nada mais é senão a longa manus do próprio Congresso Nacional ou das Casas que o compõem, sujeitando-se, em conseqüência, em tema de mandado de segurança ou de habeas corpus, ao controle jurisdicional originário do Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102, i, d e i). Precedentes. O CONTROLE JURISDICIONAL DE ABUSOS PRATICADOS POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES . - A essência do postulado da divisão funcional do poder, além de derivar da

necessidade de conter os excessos dos órgãos que compõem o aparelho de Estado, representa o princípio conservador das liberdades do cidadão e constitui o meio mais adequado para tornar efetivos e reais os direitos e garantias proclamados pela Constituição. Esse princípio, que tem assento no art. 2º da Carta Política, não pode constituir e nem qualificar-se como um inaceitável manto protetor de comportamentos abusivos e arbitrários, por parte de qualquer agente do Poder Público ou de qualquer instituição estatal. - O Poder Judiciário, quando intervém para assegurar as franquias constitucionais e para garantir a integridade e a supremacia da Constituição, desempenha, de maneira plenamente legítima, as atribuições que lhe conferiu a própria Carta da Republica. O regular exercício da função jurisdicional, por isso mesmo, desde que pautado pelo respeito à Constituição, não transgride o princípio da separação de poderes. Desse modo, não se revela lícito afirmar, na hipótese de desvios jurídico-constitucionais nas quais incida uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que o exercício da atividade de controle jurisdicional possa traduzir situação de ilegítima interferência na esfera de outro Poder da República. O CONTROLE DO PODER CONSTITUI UMA EXIGÊNCIA DE ORDEM POLÍTICO-JURÍDICA ESSENCIAL AO REGIME DEMOCRÁTICO . - O sistema constitucional brasileiro, ao consagrar o princípio da limitação de poderes, teve por objetivo instituir modelo destinado a impedir a formação de instâncias hegemônicas de poder no âmbito do Estado, em ordem a neutralizar, no plano político-jurídico, a possibilidade de dominação institucional de qualquer dos Poderes da República sobre os demais órgãos da soberania nacional. Com a finalidade de obstar que o exercício abusivo das prerrogativas estatais possa conduzir a práticas que transgridam o regime das liberdades públicas e que sufoquem, pela opressão do poder, os direitos e garantias individuais, atribuiu-se, ao Poder Judiciário, a função eminente de controlar os excessos cometidos por qualquer das esferas governamentais, inclusive aqueles praticados por Comissão Parlamentar de Inquérito, quando incidir em abuso de poder ou em desvios inconstitucionais, no desempenho de sua competência investigatória. OS PODERES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO, EMBORA AMPLOS, NÃO SÃO ILIMITADOS E NEM ABSOLUTOS . - Nenhum dos Poderes da República está acima da Constituição. No regime político que consagra o Estado democrático de direito, os atos emanados de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, quando praticados com desrespeito à Lei Fundamental, submetem-se ao controle jurisdicional (CF, art. 5º, XXXV). As Comissões Parlamentares de Inquérito não têm mais poderes do que aqueles que lhes são outorgados pela Constituição e pelas leis da República. É essencial reconhecer que os poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito - precisamente porque não são absolutos - sofrem as restrições impostas pela Constituição da República e encontram limite nos direitos fundamentais do cidadão, que só podem ser afetados nas hipóteses e na forma que a Carta Política estabelecer. Doutrina. Precedentes. LIMITAÇÕES AOS PODERES INVESTIGATÓRIOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO . - A Constituição da República, ao outorgar às Comissões Parlamentares de Inquérito "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais" (art. 58, § 3º), claramente delimitou a natureza de suas atribuições institucionais, restringindo-as, unicamente, ao campo da indagação probatória, com absoluta exclusão de quaisquer outras prerrogativas que se incluem, ordinariamente, na esfera de competência dos magistrados e Tribunais, inclusive aquelas que decorrem do poder geral de cautela conferido aos juízes, como o poder de decretar a indisponibilidade dos bens pertencentes a pessoas sujeitas à investigação parlamentar. A circunstância de os poderes investigatórios de uma CPI serem essencialmente limitados levou a jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal a advertir que as Comissões Parlamentares de Inquérito não podem formular acusações e nem punir delitos (RDA 199/205, Rel. Min. PAULO BROSSARD),

nem desrespeitar o privilégio contra a auto-incriminação que assiste a qualquer indiciado ou testemunha (RDA 196/197, Rel. Min. CELSO DE MELLO - HC 79.244-DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE), nem decretar a prisão de qualquer pessoa, exceto nas hipóteses de flagrância (RDA 196/195, Rel. Min. CELSO DE MELLO - RDA 199/205, Rel. Min. PAULO BROSSARD). OS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS NÃO TÊM CARÁTER ABSOLUTO. Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas - e considerado o substrato ético que as informa - permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros. A QUEBRA DO SIGILO CONSTITUI PODER INERENTE À COMPETÊNCIA INVESTIGATÓRIA DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO . - O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico (sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos e que não se identifica com a inviolabilidade das comunicações telefônicas) - ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X, da Carta Política - não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar. As Comissões Parlamentares de Inquérito, no entanto, para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação), justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CF, art. 5º, XXXV) . - As deliberações de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, à semelhança do que também ocorre com as decisões judiciais (RTJ 140/514), quando destituídas de motivação, mostram-se írritas e despojadas de eficácia jurídica, pois nenhuma medida restritiva de direitos pode ser adotada pelo Poder Público, sem que o ato que a decreta seja adequadamente fundamentado pela autoridade estatal . - O caráter privilegiado das relações Advogado-cliente: a questão do sigilo profissional do Advogado, enquanto depositário de informações confidenciais resultantes de suas relações com o cliente. MOTIVAÇÃO PER RELATIONEM CONSTANTE DA DELIBERAÇÃO EMANADA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. Tratando-se de motivação per relationem, impõe-se à Comissão Parlamentar de Inquérito - quando esta faz remissão a elementos de fundamentação existentes aliunde ou constantes de outra peça - demonstrar a efetiva existência do documento consubstanciador da exposição das razões de fato e de direito que justificariam o ato decisório praticado, em ordem a propiciar, não apenas o conhecimento do que se contém no relato expositivo, mas, sobretudo, para viabilizar o controle jurisdicional da decisão adotada pela CPI. É que tais fundamentos - considerada a remissão a eles feita - passam a incorporar-se ao próprio ato decisório ou deliberativo que a eles se reportou. Não se revela viável indicar, a posteriori, já no âmbito do processo de mandado de segurança, as razões que deveriam ter sido expostas por ocasião da

deliberação tomada pela Comissão Parlamentar de Inquérito, pois a existência contemporânea da motivação - e não a sua justificação tardia - constitui pressuposto de legitimação da própria resolução adotada pelo órgão de investigação legislativa, especialmente quando esse ato deliberativo implicar ruptura da cláusula de reserva pertinente a dados sigilosos. A QUESTÃO DA DIVULGAÇÃO DOS DADOS RESERVADOS E O DEVER DE PRESERVAÇÃO DOS REGISTROS SIGILOSOS . - A Comissão Parlamentar de Inquérito, embora disponha, ex propria auctoritate, de competência para ter acesso a dados reservados, não pode, agindo arbitrariamente, conferir indevida publicidade a registros sobre os quais incide a cláusula de reserva derivada do sigilo bancário, do sigilo fiscal e do sigilo telefônico. Com a transmissão das informações pertinentes aos dados reservados, transmite-se à Comissão Parlamentar de Inquérito - enquanto depositária desses elementos informativos -, a nota de confidencialidade relativa aos registros sigilosos. Constitui conduta altamente censurável - com todas as conseqüências jurídicas (inclusive aquelas de ordem penal) que dela possam resultar - a transgressão, por qualquer membro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, do dever jurídico de respeitar e de preservar o sigilo concernente aos dados a ela transmitidos. Havendo justa causa - e achando-se configurada a necessidade de revelar os dados sigilosos, seja no relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (como razão justificadora da adoção de medidas a serem implementadas pelo Poder Público), seja para efeito das comunicações destinadas ao Ministério Público ou a outros órgãos do Poder Público, para os fins a que se refere o art. 58, § 3º, da Constituição, seja, ainda, por razões imperiosas ditadas pelo interesse social - a divulgação do segredo, precisamente porque legitimada pelos fins que a motivaram, não configurará situação de ilicitude, muito embora traduza providência revestida de absoluto grau de excepcionalidade. POSTULADO CONSTITUCIONAL DA RESERVA DE JURISDIÇÃO: UM TEMA AINDA PENDENTE DE DEFINIÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O postulado da reserva constitucional de jurisdição importa em submeter, à esfera única de decisão dos magistrados, a prática de determinados atos cuja realização, por efeito de explícita determinação constante do próprio texto da Carta Política, somente pode emanar do juiz, e não de terceiros, inclusive daqueles a quem se haja eventualmente atribuído o exercício de "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais". A cláusula constitucional da reserva de jurisdição - que incide sobre determinadas matérias, como a busca domiciliar (CF, art. 5º, XI), a interceptação telefônica (CF, art. 5º, XII) e a decretação da prisão de qualquer pessoa, ressalvada a hipótese de flagrância (CF, art. 5º, LXI)- traduz a noção de que, nesses temas específicos, assiste ao Poder Judiciário, não apenas o direito de proferir a última palavra, mas, sobretudo, a prerrogativa de dizer, desde logo, a primeira palavra, excluindo-se, desse modo, por força e autoridade do que dispõe a própria Constituição, a possibilidade do exercício de iguais atribuições, por parte de quaisquer outros órgãos ou autoridades do Estado. Doutrina . - O princípio constitucional da reserva de jurisdição, embora reconhecido por cinco (5) Juízes do Supremo Tribunal Federal - Min. CELSO DE MELLO (Relator), Min. MARÇO AURÉLIO, Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Min. NÉRI DA SILVEIRA e Min. CARLOS VELLOSO (Presidente) - não foi objeto de consideração por parte dos demais eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal, que entenderam suficiente, para efeito de concessão do writ mandamental, a falta de motivação do ato impugnado. (STF - MS: 23452 RJ, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 16/09/1999, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 12-05-2000 PP-00020 EMENT VOL-01990-01 PP-00086)

Portanto, a determinação da quebra deve ser pautada em interesse público que se manifeste de forma excepcional, fixando ainda o momento ao qual a investigação tem interesse, com a finalidade de evitar que a intimidade do investigado seja violada mais do que o necessário.

O sigilo telefônico diz respeito aos dados históricos de comunicações telefônicas. Guarda também, de maneira intrínseca, o direito à intimidade, mas pode ser determinada a sua quebra pela CPI que pode exigir das companhias de telefonia que lhes sejam cedidos os dados indispensáveis à investigação.

Com isso, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de qualquer pessoa sujeita à investigação legislativa pode ser legitimamente decretada pela Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que esse órgão estatal o faça mediante deliberação adequadamente fundamentada e na qual indique a necessidade objetiva da adoção dessa medida extraordinária.

Ainda, as Comissões estão autorizadas a utilizar os meios investigativos, fazendo uso para tanto de alguns mecanismos que possibilitem a realização de suas tarefas, bem como pedir informações e documentos que forem necessários serem requisitados pelo órgão de investigação político-administrativa. Dessa forma, a Comissão pode requerer auditorias, acareações, reconhecimento de pessoas e outras, inclusive colheita de provas que tenham o condão de esclarecer fatos.

Há também a possibilidade de oitiva de indiciados e testemunhas, além de autoridades para prestar esclarecimentos e informações necessárias à investigação. A citação deve seguir a dicção e o trâmite processual do Código de Processo Penal, sendo feita de forma pessoal.

É possível também a condução coercitiva da testemunha que se recusa de forma injustificada a depor. Ou seja, se o depoente se isenta, sem razão plausível, de comparecer ao ato para o qual foi convocado, como testemunha, pode valer-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da condução debaixo de vara do que há de depor.

Para encerrar o capítulo, necessário fazer a análise agora da locução final do artigo 58, §3º que preleciona que as conclusões serão encaminhadas ao Ministério Público, o qual promoverá a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Isto significa dizer que as conclusões de Comissões Parlamentares de Inquérito são decisões definitivas, cuja executoriedade independe de apreciação ou aprovação de outro órgão.

Ou seja, as conclusões das CPI's não obrigam o Ministério Público e nem o vinculam, tendo este último autonomia para atuar da maneira que julgar necessário, já que não existe qualquer obrigação para que cumpra o que for recomendado pelo relatório final.

Citamos, como exemplo, a CPI do Sistema Prisional, criada com o objetivo de apurar possíveis falhas no sistema prisional de Roraima, onde o relatório final, também de autoria do deputado Jorge Everton, pediu pelo indiciamento de 13 (treze) pessoas, entre elas a ex-governadora Suely Campos, por crime de responsabilidade administrativa.

Na referida investigação, restou comprovado que foram pagos R$ 3,5 milhões a duas empresas sem o devido processo licitatório e sem o aval da Proge (Procuradoria Geral do Estado); manipulação da Vigilância Sanitária na concessão da documentação da Qualigourmet (empresa que fornecia alimentação ao sistema prisional); e o abastecimento de 700 (setecentos) litros de combustível em um veículo que estava quebrado e na oficina.

Ainda, foi discutida a decretação de Estado Emergencial no Sistema Prisional em Roraima, realizada em 19/01/2015, a qual perdurou por 19 (dezenove) meses – quando a lei prevê 180 (cento e oitenta) dias.

E mais. De 14 de julho de 2016 a 30 de novembro de 2016, ou seja, por mais 4 (quatro) meses, o Estado deu continuidade à prestação de serviço, onde a empresa contratada no período emergencial forneceu as refeições preparadas mesmo que não amparada por qualquer contrato ou aditivo contratual, vindo a receber o pagamento deste período como verba indenizatória.

Por fim, tal trabalho concluiu que o montante superfaturado nos meses de contrato emergencial e período indenizatório chegou a, pelo menos, R$ 15.259.666,55 (quinze milhões duzentos e cinquenta e nove mil seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

3. INSTALAÇÃO DA CPI DA SAÚDE

A Assembleia Legislativa de Roraima (ALERR) instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar possíveis irregularidades na área da saúde estadual, após denúncias do ex-secretário da Saúde Ailton Wanderley.

O requerimento para a criação da CPI foi protocolado em abril de 2019, com a assinatura de 18 deputados para dar início às investigações. Quatro meses depois, a Mesa Diretora respondeu, no Plenário, que o setor jurídico do Poder Legislativo deu parecer favorável à instauração.

Sendo assim, em 27 de agosto de 2019, durante a sessão plenária, o presidente desta Casa Legislativa à época, Jalser Renier, leu requerimento que marcou a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar denúncias de irregularidades na gestão da Secretaria Estadual de Saúde (Sesau), devendo apurar a conduta da pasta em contratos licitatórios e investigar denúncias referentes ao desabastecimento de medicamentos e materiais nos hospitais, descumprimento dos prazos de entrega por parte de empresas contratadas, entre outras questões referentes à assistência à população.

Atendendo ao critério da proporcionalidade, para garantir a paridade partidária exigida pela Constituição, o grupo foi composto pelos deputados Betânia Almeida, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Jorge Everton, Nilton Sindpol, Soldado Sampaio e Renato Silva.

Antes da instalação da CPI, a deputada Betânia Almeida enfatizou que a comissão deve apurar as possíveis irregularidades não somente das gestões anteriores, sugerindo que os contratos mais recentes também fossem investigados.

O deputado Nilton Sindpol também se pronunciou sobre o assunto e apresentou um requerimento na sessão plenária, solicitando informações da Sesau sobre os processos de licitação e as contratações, assim como o histórico de frequência dos médicos do Hospital Materno Infantil (HMI), do Hospital Geral de Roraima (HGR) e do Hospital de Rorainópolis.

3.1 Definição da Presidência e Relatoria da CPI

Em 03 de setembro de 2019, foram definidos o presidente, vice-presidente e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que deve investigar as denúncias de irregularidades na Sesau.

Portanto, ficou estabelecido que a comissão seria presidida pelo deputado Coronel Chagas, tendo como vice-presidente o deputado Nilton Sindpol e relator o deputado Jorge Everton.

Importante mencionar que, quando a CPI foi instalada, sete deputados faziam parte, mas a deputada Betânia Medeiros optou por se retirar da comissão por não concordar com a forma como os cargos foram distribuídos.

Continuaram, então, na comissão: Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Jorge Everton, Nilton Sindpol, Soldado Sampaio e Renato Silva.

Por fim, mais precisamente em junho de 2020, o deputado Eder Lourinho assumiu o lugar do deputado Soldado Sampaio, licenciado na época para comandar a Casa Civil do Estado.

4. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

O presente capítulo tem como finalidade apresentar as atividades desenvolvidas por esta CPI.

Para demonstrativo claro e preciso, será dividido nos seguintes tópicos:

1) das reuniões;

2) das oitivas;

3) das diligências;

4) informações e documentos;

Os autos da CPI possuem, no momento, 21 (vinte e um) volumes autuados, 01 (um) anexo ao volume 16 (dezesseis) e mais 05 (cinco) volumes referentes à quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário.

4.1 Das Reuniões

Foram realizadas, até o período em epígrafe, 87 (oitenta e sete) reuniões. As quais ocorreram nas seguintes datas:

Reunião	Data	Folhas
1ª	03/09/2019	Fls. 45
2ª	05/09/2019	Fls. 112
3ª	12/09/2019	Fls. 148
4ª	16/09/2019	Fls. 171
5ª	17/09/2019	Fls. 260
6ª	18/09/2019	Fls. 302
7ª	25/09/2019	Fls. 344
8ª	27/09/2019	Fls. 358

30

9ª	08/10/2019	Fls. 491
10ª	10/10/2019	Fls. 620
11ª	14/10/2019	Fls. 708
12ª	15/10/2019	Fls. 809
13ª	16/10/2019	Fls. 957
14ª	22/10/2019	Fls. 998
15ª	06/11/2019	Fls. 1.252
16ª	12/11/2019	Fls. 1.265
17ª	13/11/2019	Fls. 1.301
18ª	18/11/2019	Fls. 1.342
19ª	26/11/2019	Fls. 1.445
20ª	27/11/2019	Fls. 1.529
21ª	28/11/12019	Fls.1.595
22ª	18/02/2020	Fls. 1.661
23ª	03/03/2020	Fls. 1.718
24ª	10/03/2020	Fls.1.887
25ª	04/05/2020	Fls. 1.988
26ª	11/05/2020	Fls. 2.178
27ª	18/05/2020	Fls. 2.318
28ª	20/05/2020	Fls. 2.388
29ª	26/05/2020	Fls. 2.526
30ª	01/06/2020	Fls. 2.609

31

31ª	02/06/2020	Fls. 2.809
32ª	08/06/2020	Fls. 2.971
33ª	10/06/2020	Fls. 3.006
34ª	15/06/2020	Fls. 3.159
35ª	18/06/2020	Fls. 3.308
36ª	22/06/2020	Fls. 3.435
37ª	23/06/2020	Fls. 3.454
38ª	24/06/2020	Fls. 3.559
39ª	15/07/2020	Fls. 3.604
40ª	20/07/2020	Fls. 3.786
41ª	24/07/2020	Fls. 3.853
42ª	27/07/2020	Fls. 3.890
43ª	28/07/2020	Fls. 3.910
44ª	29/07/2020	Fls. 3.949
45ª	03/08/2020	Fls. 4.067
46ª	04/08/2020	Fls. 4.114
47ª	05/08/2020	Fls. 4.156
48ª	11/08/2020	Fls. 4.229
49ª	12/08/2020	Fls. 4.265
50ª	13/08/2020	Fls. 4.312
51ª	18/08/2020	Fls. 4.353
52ª	27/08/2020	Fls. 4.424

32

53ª	09/09/2020	Fls. 4.570
54ª	16/09/2020	Fls. 5.336
55ª	23/09/2020	Fls. 5.443
56ª	13/10/2010	Fls. 5.490
57ª	11/12/2020	Fls. 5.526
58ª	15/12/2020	Fls. 5.549
59ª	16/12/2020	Fls. 5.590
60ª	15/03/2021	Fls. 5.615
61ª	17/03/2021	Fls. 5.682
62ª	23/03/2021	Fls. 5.716
63ª	30/03/2021	Fls. 5.762
64ª	13/04/2021	Fls. 5.850
65ª	20/04/2021	Fls. 5.890
66ª	27/04/2021	Fls. 5.931
67ª	04/05/2021	Fls. 6.029
68ª	06/05/2021	Fls. 6.159
69ª	11/05/2021	Fls. 6.247
70ª	13/05/2021	Fls. 6.266
71ª	18/05/2021	Fls. 6.308
72ª	20/05/2021	Fls. 6.416
73ª	25/05/2021	Fls. 6.593
74ª	01/06/2021	Fls. 6.880

33

75ª	15/06/2021	Fls. 7.045
76ª	22/06/2021	Fls. 7.133
77ª	01/07/2021	Fls. 7.155
78ª	17/08/2021	Fls. 7.255
79ª	23/08/2021	Fls. 7.271
80ª	30/08/2021	Fls. 7.282
81ª	08/09/2021	Fls. 7.318
82ª	16/09/2021	Fls. 988 até 1.007 – Volume 05 - SIGILOSO
83ª	21/09/2021	Fls. 1.105 até 1.132 – Volume 05 - SIGILOSO
84ª	26/10/2021	Fls. 7.415
85ª	04/11/2021	Fls. 7.439
86ª	09/11/2021	Fls. 1.135 até 1.149 – Volume 05 - SIGILOSO
87ª	10/11/2021	A partir da Fls. 1.150 – Volume 05 - SIGILOSO

4.2 Das Oitivas

Ao total, 98 (noventa e oito) depoimentos foram tomados pela CPI. Vejamos:

N.	Depoente	Cargo/Função	Data	Folhas
1	**Ailton Rodrigues Wanderley**	Ex-Secretário de Saúde do Estado	16/09/2019	Fls. 169
2	**Luana Paula Bezerra Pereira**	Fiscal no processo de alimentação	10/10/2019	Fls. 606
3	**Joicy Vania Miguel da Cruz Silva**	Fiscal no processo de alimentação	10/10/2019	Fls. 609
4	**Andrea de Souza Nascimento Oliveira**	Fiscal no processo de alimentação	10/10/2019	Fls. 612
5	**Azenilton de Lima Silva**	Fiscal no processo de alimentação	10/10/2019	Fls. 615
6	**Klauberth Alberth da Silva Reis**	Fiscal no processo de alimentação	10/10/2019	Fls. 618
7	**Francisco das Chagas Cordeiro**	Fiscal no processo de alimentação	14/10/2019	Fls. 700
8	**Edgar Hoover de Souza Cruz**	Coordenador no processo de alimentação	14/10/2019	Fls. 703
9	**Jacqueline Voltolini de Oliveira**	Gestora no processo de alimentação	14/10/2019	Fls. 706
10	**Helenira Macêdo Barros**	Coordenadora no processo de alimentação; Coordenadora Geral de Urgência e Emergência no processo 020601.001441/15-90 da Empresa CARBOXI	15/10/2019	Fls. 794

11	**Alessandra Gonçalves Corleta**	Coordenadora no processo de alimentação	15/10/2019	Fls. 797
12	**Marcio Luiz de Mattos Muller**	Proprietário da Empresa ANDOLIN	15/10/2019	Fls. 800
13	**Rui Oliveira Figueiredo**	Jornalista	15/10/2019	Fls. 805
14	**Adriana Casselli de Abreu**	Diretora da Maternidade	16/10/2019	Fls. 955
15	**Sandonayde da Silva Bichara**	Fiscal no processo 020601.001441/15-90 da Empresa CARBOXI	18/11/2019	Fls. 1.334
16	**Helenira Macêdo Barros**	Coordenadora no processo de alimentação; Coordenadora Geral de Urgência e Emergência no processo 020601.001441/15-90 da Empresa CARBOXI	18/11/2019	Fls. 1.337
17	**Pedro Lindemberg Silva Ruiz**	Coordenador Geral de Urgência e Emergência no processo 020601.001441/15-90 da Empresa CARBOXI	18/11/2019	Fls. 1.340
18	**Katia Regina Cavalcante**	Gerente Geral de Cotação no processo 020601.07304/16-12 e contrato 186/2017-COOPEBRAS	26/11/2019	Fls. 1.397
19	**Elinalda da Silva Oliveira**	Gestora no processo 020601.07304/16-12 e contrato 186/2017-COOPEBRAS	26/11/2019	Fls. 1.400
20	**Consolata Faria Alves**	Coordenadora Geral de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde	26/11/2019	Fls. 1.403

		no processo 020601.07304/16-12 e contrato 186/2017-COOPEBRAS		
21	**Renato Michel Moreno Benedetti**	Pregoeiro no processo 020601.07304/16-12 e contrato 186/2017-COOPEBRAS	26/11/2019	Fls. 1.408
22	**Maria Lucia de Lucena**	Fiscal no processo 020601.07304/16-12 e contrato 186/2017-COOPEBRAS	27/11/2019	Fls. 1.494
23	**André Nentwing Silva**	Fiscal no processo 020601.07304/16-12 e contrato 186/2017-COOPEBRAS	27/11/2019	Fls. 1.506
24	**Vanusa Lopes Silva**	Fiscal no processo 020601.07304/16-12 e contrato 186/2017-COOPEBRAS	27/11/2019	Fls.1.509
25	**Caio Fabio Reis Monteiro**	Auditor Fiscal de Tributos	28/11/2019	Fls. 1.587
26	**Ana Lucia Alves de Figueiredo**	Gestora no processo 020601.07304/16-12 e contrato 186/2017-COOPEBRAS	28/11/2019	Fls. 1.590
27	**Tedy Francisco da Silva Sobrinho**	Fiscal no processo 020601.07304/16-12 e contrato 186/2017-COOPEBRAS	28/11/2019	Fls. 1.593
28	**Victor Silva Pereira**	Fiscal no processo 020601.03602/15-06 da Empresa União	03/03/2020	Fls. 1.710
29	**Walter Carnauba Bezerra Junior**	Fiscal no processo 020601.03602/15-06 da Empresa União	03/03/2020	Fls. 1.712
30	**Leandro Souza dos Santos**	Fiscal no processo 020601.03602/15-06 da Empresa União	03/03/2020	Fls. 1.715

31	Allan Quadros Garcez	Ex-Secretário de Estado da Saúde	10/03/2020	Fls. 1.813
32	Rodrigo dos Santos Santana	Ex-Secretário Adjunto de Estado da Saúde	10/03/2020	Fls.1.885
33	Francisco Monteiro Neto	Ex-Secretário de Estado da Saúde	11/05/2020	Fls. 2.061
34	Francisvaldo de Melo Paixão	Ex-Coordenador de Urgência e Emergência CGUE-RR	11/05/2020	Fls. 2.071
35	Bernardo Lusitano Esteves	Ex-Coordenador Geral de Administração CGA	20/05/2020	Fls. 2.364
36	Flávio Alves da Costa	Ex-Gerente de Cotação	20/05/2020	Fls. 2.367
37	Wilden da Silva Bezerra	Ex-Presidente da Comissão de Licitação	20/05/2020	Fls. 2.376
38	Cirrame Soares Alexandre	Gerente CGUE	01/06/2020	Fls. 2.690
39	Yonara Karine Corrêa Varela	Ex-Diretora CGAF e Coordenadora Interina	01/06/2020 e 20/07/2020	Fls. 2.692 e Fls. 3.641
40	Edson Pereira Moreira	Gerente Administrativo na CGAF	02/06/2020	Fls. 2.704
41	Edileuza Alves Soares da Silva	Coordenadora CGPLAN	02/06/2020	Fls. 2.707
42	Edna Carvalho de Matos Silva	Diretora Financeira e respondendo pela FUNDES	02/06/2020	Fls.2.710
43	Felipe Antonio Carlos Cordeiro	Coordenador da Saúde responsável por receber os EPI's	10/06/2020	Fls. 3.003
44	Roger Henrique Pimentel	Sócio- Proprietário da Empresa Quantum	18/06/2020	Fls. 3.188
45	Rizolmar Alves Oliveira	INFORR Soluções e Tecnologia	22/06/2020	Fls. 3.432

38

46	Marco Aurélio Marques Félix	Sócio- Proprietário da empresa Drake	23/06/2020	Fls. 3.452
47	Ana Maria Dantas de Alencar Belfort	Sócia- Proprietária da empresa Belfort Comércio	23/06/2020	Fls. 3.453
48	José Maria Nogueira	Empresa Acácio Medicamentos	24/06/2020	Fls. 3.557
49	Rodrigo Rezende Ferreira	Empresa Acácio Medicamentos	24/06/2020	Fls. 3.558
50	Yonara Karine Correa Varela	Ex-Diretora CGAF e Coordenadora Interina	20/07/2020	Fls. 3.641
51	Júlio Rodrigues Ferreira	Empresa HAIPLAN	24/07/2020	Fls. 3.849
52	Rita Sinezia Neta de Souza	Empresa HAIPLAN	24/07/2020	Fls. 3.850
53	Gilce de Oliveira Pinto	Empresa HAIPLAN (esposa do proprietário da empresa)	24/07/2020	Fls. 3.852
54	Eudney Pereira de Sousa	Empresa CARBOXI	27/07/2020	Fls. 3.888
55	Carlos Atini Pinheiro	Empresa Nova Médica	28/07/2020	Fls. 3.908
56	Silvana Ruiz da Silva	Bucomaxilo	29/07/2020	Fls. 3.941
57	Juliene Monaur Amorim	Coordenadora do Setor Bucomaxilo	29/07/2020	Fls. 3.944
58	Ednaldo Rodrigues Pereira	Paciente de Bucomaxilo	03/08/2020	Fls. 4.064
59	Erike Barbosa de Carvalho Araújo	Empresário	04/08/2020	Fls. 4.112
60	Daniel do Carmo Carvalho	Bucomaxilo	05/08/2020	Fls. 4.150
61	Rodrigo da França Acioly	Bucomaxilo	05/08/2020	Fls. 4.155
62	Ronise Maria Melo de Souza	Paciente de Bucomaxilo	11/08/2020	Fls. 4.228
63	Ednalucia Batista de Souza	Paciente de Bucomaxilo	12/08/2020	Fls. 4.262

39

64	Elias do Nascimento Paiva	Empresa BP Comércio e Serviço de Edição de Livros	13/08/2020	Fls. 4.290
65	Elizabete Cardoso Lindoso de Sousa	Paciente de Bucomaxilo	18/08/2020	Fls. 4.341
66	Dennis Dinelly de Souza	Bucomaxilo	27/08/2020	Fls. 4.389
67	Leandro Gabryell Praia Matos de Carvalho	Bucomaxilo	27/08/2020	Fls. 4.392
68	Frededrico Aurelio Bispo	Empresário	09/09/2020	Fls. 4.550
69	Valdan Vieira Barros	Contador	16/09/2020	Fls. 4.646
70	Rodrigo da Franca Acioly	Bucomaxilo	23/09/2020	Fls. 5.433
71	Ava Patrícia Lima de Moraes		15/12/2020	Fls. 5.546
72	Sandonayde Silva Bichara	Fiscal do Processo	23/03/2021	Fls. 5730
73	Helenira Macêdo Barros	Coordenadora CGUE	23/03/2021	Fls. 5718
74	Marciana Batista Carneiro	Pregoeira	30/03/2021	Fls. 5763
75	Gerson Castro	Responsável pela Cotação	30/03/2021	Fls. 5774
76	Pedro Lindemberg Silva Ruiz	Coordenador da CGUE	13/04/2021	Fls. 5851
77	Victor da Silva Pereira	Fiscal do Processo	13/04/2021	Fls. 5858
78	Maria Oélia Paulino de Lima	Diretora Financeira da Coopebras	27/04/2021	Fls. 5933
79	Jorrimar da Silva Amorim	Ex-Diretor Presidente da Coopebras	27/04/2021	Fls. 5953
80	Edivaldo Pereira Vieira	Vice-Presidente da Coopebras	04/05/2021	Fls. 6.031
81	Edilson Pereira Vieira	Gerente Operacional da Coopebras	04/05/2021	Fls. 6.114
82	Murilo Cesar de Melo Sena	Médico	06/05/2021	Fls. 6.160
83	André Cesar Coelho Rosa da Silva	Médico	18/05/2021	Fls. 6.309

40

84	Fernando André Martins Ferreira	Médico	18/05/2021	Fls. 6.338
85	Débora Maia da Silva	Médica	18/05/2021	Fls. 6.366
86	Raphael Antônio Brunelli Silva	Médico	20/05/2021	Fls. 6.417
87	Antônio Adenilson Santos Delmiro	Médico Cirurgião Geral	20/05/2021	Fls. 6.445
88	Marcelo Lima Lopes	Ex-Secretário de Saúde do Estado de Roraima	25/05/2021	Fls. 6596
89	Humberto Alves Nogueira	Coordenador da CEGAF	01/06/2021	Fls. 6882
90	Renato Michel Moreno Benedeth	Pregoeiro	15/06/2021	Fls. 7.047
91	Alessandra Barbosa Arruda	Diretora de Ensino e Pesquisa do DEP-HMINSN	01/07/2021	Fls. 7.156
92	Ana Célia da Costa	Enfermeira Coordenadora do SCIH/HMI	01/07/2021	Fls. 7.186
93	Isac José Soares	Químico do SCIH/PGRSS	01/07/2021	Fls. 7.195
94	Cecília Smith Lorezon	Ex-secretária de Saúde do Estado de Roraima	08/09/2021	Fls. 7.318 a 7.342
95	Tarley Vasconcelos Doi	Sócio- Administrador da Loteria Boa Vista Ltda	16/09/2021	Fls. 7.367 a 7.374 e 987 a 1.004 SIGILOSO
96	Ana Roberta Moratelli	Sócia Gerente da Loteria Boa Vista Ltda	21/09/2021	Fls. 7.384 a 7.389 e 1.105 a 1.133 SIGILOSO
97	Erike Barbosa de C. Araújo	Sócio da Femax Serviços e Comércio Eireli	09/11/2021	Fls. 7.444 a 7.502 e 1.135 a

41

				1.149 SIGILOSO
98	**Jean Frank Padilha Lobato**	Empresário	10/11/2021	Fls. 7.503 a 7.507 e a partir de 1.150 SIGILOSO

4.3 Das Diligências

As diligências ora apresentadas são aquelas que foram encontradas nos autos, por meio de documentação e/ou relatório. Vejamos:

Local	Data	Folhas
Secretaria de Estado da Saúde	09/09/2019	Fls. 165
Secretaria de Estado da Saúde	26/09/2019	Fls. 366
Hospital Geral de Roraima	17/10/2019 e 18/10/2019	Fls. 977, 978 e 981
Hospital das Clínicas	21/10/2019	Fls. 982 e 996
Centro de Saúde José Cosme e Silva	21/10/2019	Fls. 982 e 996
Secretaria de Estado da Saúde	27/11/2019	Fls.1.389
Secretaria de Estado da Saúde	05/05/2020	Fls. 2.028
Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré	02/07/2021	Fls. 7.237 a 7.239
Coordenadoria Geral de Administração – CGA/SEGAD	02/07/2021	Fls. 7.237 a 7.239

Importante pontuar que outras diligências podem ter ocorrido durante o trabalho de investigação; porém, como não se têm os relatórios ou documentos que fazem menção, como ofício e demais informações, aqui não foram listadas.

4.4 Informações e Documentos

Neste tópico, estão descritos alguns dos documentos recebidos por esta CPI. Por cautela, cabe ressaltar que não foram listados todos, uma vez que estes, em sua grande parte, referem-se às questões administrativas da CPI.

A seleção apresentada se deu com base nos mais importantes e imprescindíveis para elucidação dos fatos. São eles:

- Estatuto da Coopebras- fls. 122;
- Análise preliminar do contrato de alimentação (processo 020601.010804/16-13) realizada pelo Deputado Jorge Everton- fls. 291;
- Relação dos médicos efetivos do Estado cedidos para o Município do Cantá- fls. 369;
- Memo 4005/2019 encaminhado pela Secretaria de Estado da Saúde, o qual traz a listagem dos efetivos e cooperados que atuam como buco maxilo e médicos ortopedistas- fls. 387 e 384.
  Ressalto que os anexos referentes ao memo não estão nos autos, pois conforme informação do Secretário desta Comissão, tais foram distribuídos aos Deputados.
- Relação de médicos que fazem atendimento no Hospital da Mulher- fls. 384;
- Relação dos médicos que compõem o quadro de servidores do Município de Boa Vista-RR- fls. 389 e 404;
- Resposta da Coopebras com relação dos médicos que trabalham na Cooperativa- fls. 402.
  Ressalto que os anexos referentes a tal resposta não estão nos autos, pois conforme informação do Secretário desta Comissão, tais foram distribuídos aos Deputados.
- Relação dos médicos que trabalham no Hospital Lotty Iris- fls. 524;
- Relatório de visita realizada pela Comissão de Saúde à Maternidade- fls. 782;
- Requerimento, entregue pelo Senhor Rui Figueiredo, dos nutricionistas lotados na SESAU- fls. 950;
- Relatório e lista de materiais OPME do Hospital Geral de Roraima-fls. 1.119;
- Escala mensal dos médicos lotados na Secretaria do Estado de janeiro de 2015 a setembro de 2019- fls. 1.191;
- Análise preliminar do contrato Carboxi (processo 020601.001441/15-90) realizada pelo Deputado Jorge Everton- fls. 1.275;
- Relatório preliminar do Deputado Nilton SINDPOL e Deputada Lenir Rodrigues, referente a análise do processo 20601.07304/16-12 e contrato 186/2017 e aditivos da Coopebras- fls. 1.292;
- Planilha de estimativa de preços feita pela Gerência Especial de Cotação CGPLAN/SESAU para o processo 20601.00730416/12- fls. 1.411;

- Documentos referentes a Coopebras apresentados pela servidora Maria Lucia de Lucena- fls. 1.496;
- Documentos referentes a Coopebras apresentados pela servidora Vanusa Lopes Silva- fls. 1.511;
- Informações relativas ao processo 020601.00329/19, que tem como objeto aquisição de medicamentos- fls. 1.564;
- Documentos apresentados pelo Ex-Secretário Allan Quadros Garces- fls. 1.817;
- Ofício 1.237/20 da SESAU com cópias de processos solicitados no Requerimento 12/2020 de autoria do Deputado Jorge Everton- fls. 2024;
- Termo de apreensão de processos realizados pela CPI- fls. 2.028;
- Documentos apresentados por Francisvaldo Melo Paixão- fls. 2.073;
- Requerimento de quebra de sigilo feito pelo Deputado Jorge Everton e aprovado na 27ª reunião- fls. 2.299 e 2.318;
- Parecer da Procuradoria da Casa sobre como realizar a guarda das informações obtidas na quebra de sigilo- fls. 2.345;
- Ofício 273/20 da empresa Nota Ambiental destinado ao Deputado Jorge Everton- fls. 2.358;
- Documentos encaminhados por Flávio Alves Costa- fls. 2.369;
- Ofício 820/20 da SESAU encaminhando processos indenizatórios e da empresa CALL MED, via digital- fls. 2.379;
- Ofício 854/20 da SESAU encaminhando, via digital, processos, empenhos e pagamentos de funcionais programáticos- fls. 2.385;
- Documentos fornecidos por Flávio Alves da Costa- fls. 2.713;
- Relatório Preliminar, realizado pelo Deputado Renato Silva, sobre os contratos da COOPEBRAS, processo 020601-607304/16-12- fls. 2.865;
- Relatório Preliminar, realizado pelo Deputado Renato Silva, sobre os contratos de dispensa de licitação da empresa Haiplan, processo 20601.01889/20-61-fls. 2.903;
- Relatório Preliminar, realizado pelo Deputado Renato Silva, sobre o contrato da empresa Carboxi, processo 00001827/20-04- fls. 2.924;
- Relatório Preliminar, realizado pelo Deputado Renato Silva, sobre o contrato da empresa Belfort, processo 00001837/20-68- fls. 2.938;
- Relatório Preliminar, realizado pelo Deputado Renato Silva, no processo 00001823/20-53- fls. 2.960;
- Notas fiscais Haiplan- fls. 3.076;
- Documentos apresentados pelo Sr. Roger Pimentel, Sócio-Proprietário da empresa Quantum- fls. 3.193;
- Relatório Preliminar, realizado pelo Deputado Renato Silva, sobre os contratos do Bucomaxilo- fls. 3.372;

- Processos indenizatórios, requeridos pelo ofício nº. 025/2020, enviados pela SESAU- fls. 3.182.
- Decisão da SESAU para quebra de ordem cronológica e pagamento de notas para a empresa CMOS DRAKE DO NORDESTE EIRELI- fls. 3.577;
- Ofício 49/2020/SESAU/CGAN/DEPAEP encaminhando cópias de processo da COOPEBRAS- fls. 3.585;
- Ofício 223/2020 da Controladoria Geral o Estado contendo proposta da empresa CMOS DRAKE DO NORDESTE EIRELI para conciliação de devolução de valores recebidos- fls. 3.588;
- Documentos apresentados pela Senhora Yonara Karine Corrêa Varela- fls. 3.644;
- Ofício da SESAU contendo cópia de processos- fls. 3.834;
- Ofício da SESAU com cópias de processos indenizatórios- fls. 4.107;
- Ofício da SESAU com processos administrativos do SEI- fls. 4.110;
- Documentos fornecidos pelo Senhor Elias do Nascimento Paiva- fls. 4.293;
- Documentos fornecidos pelo Senhor Leandro Gabryell Praia Matos de Carvalho- fls. 4.396;
- Ofício da SESAU com informações sobre quantidade de dentistas generalistas e especialistas – fls. 4.634;
- Ofício SESAU com cópia de processo da COOPEBRAS- fls. 4.644;
- Documento referente a processos do bucomaxilo- fls. 4.651;
- Documentos fornecidos pelo Senhor Valdan Vieira Barros- fls. 4.661;
- Documentos fornecidos por Juliene Monaur Amorim- fls. 5.253;
- Ofício SESAU com informações sobre pagamento da empresa RIO MEDI- fls. 5.418;
- Ofício SESAU com informações sobre pagamento da empresa LIFEMED- fls. 5.422;
- Anexo ao volume 16 com documentos do Senhor Valdan Vieira Barros, os quais são referentes a proposta de filiação dos cooperados ativos- fls. 5.489;
- Requerimento do Senhor ERIKE BARBOSA DE CARVALHO ARAÚJO, protocolado no dia 14/10/20, requerendo disponibilização de cópia reprográfica ou em mídia digital ou e-mail, de todo o teor processual que o mesmo, conste como citado, ou a Empresa FEMAX SERV ISOS E COMÉRCIO EIRELI - fls. 5.520;
- Requerimento dos Senhores DANIEL DO CARMO CARVALHO e RODRIGO DA FRANCA ACIOLY, protocolado no dia 22/10/20, requerendo o fornecimento de cópia integral dos autos do inquérito, objeto desta CPI – fls. 5.522;
- Documento com a Relação dos servidores da CGUE-Coordenação de Urgência e Emergência da SESAU que estavam trabalhando no período de julho de 2019 à fevereiro de 2020 – fls. 5.609;

- Solicitação de depoimento da Senhora AVA PATRICIA LIMA MORAES – fls. 5.611;
- Requerimento do Advogado PEDRO LINDEMBERG SILVA RUIZ, requerendo o adiamento da oitiva – fls. 5.702;
- Relatório final da investigação deflagrada pela Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Administração Pública – DRCAP – fls. 5.794;
- Ofício da Policia Civil encaminhando documento sigiloso – fls. 5.872;
- Documento apresentado pela Senhora MARIA OÉLIA PAULINO DE LIMA – fls. 5.888;
- Documento fornecido pelo Senhor EDIVALDO PEREIRA VIEIRA, referente Processo COOPEBRÁS – fls.6.001;
- Nota nº 60/2021 – RFB/Copes/Diaes – fls. 6.197;
- Justificativa de não comparecimento do Dr. MURILO CESAR DE MELO SENA – fls. 6.201;
- Justificativa de não comparecimento do Dr. RAPHAEL ANTONIO BRUNELLI – fls. 6.207;
- Justificativa de não comparecimento do Dr. ANDRÉ CESAR COELHO ROSA DA SILVA – fls. 6.209;
- Requerimento do Dr. ANDRÉ CESAR COELHO ROSA DA SILVA, protocolado no dia 11/05/2021, requerendo carga e cópia dos autos dessa CPI – fls. 6.214;
- Parecer nº 253 da Procuradoria Geral do Estado sobre indenização por plantão extra – fls. 6.216;
- Portaria nº 1055 da SESAU que estabelece critérios para recebimento da Produtividade de Serviços na Saúde - PSS – fls. 6.221;
- Portaria nº 1045 da SESAU que estabelece critérios para recebimento da Gratificação de Estímulo ao Trabalho na Saúde – GETS – fls. 6.224;
- Portaria nº 1044 da SESAU que estabelece critérios para recebimento da Produtividade de Serviços na Saúde – PSS – fls. 6.230;
- Portaria nº 663 da SESAU que estabelece critérios para recebimento da Função Comissionada Técnica – FCT – fls. 6.241;

46

- Justificativa de não comparecimento do Dr. ANDRÉ CESAR COELHO ROSA DA SILVA, juntamente com requerimento solicitando o reagendamento da oitiva – fls. 6.293;
- Justificativa de não comparecimento da Dra. DÉBORA MAIA DA SILVA, juntamente com requerimento solicitando o reagendamento da oitiva – fls. 6.294;
- Justificativa de não comparecimento do Dr. ELIAS CARVALHO SOUSA, juntamente com requerimento solicitando o reagendamento da oitiva – fls. 6.295;
- Cópia dos documentos: contracheque e escala de plantões do Dr. RAPHAEL ANTÔNIO BRUNELLI SILVA – fls. 6.397;
- Ficha Financeira do Dr. ANTONIO ADENILDO SANTOS DELMIRO – fls. 6.413;
- OFÍCIO Nº 2640/2021/SESAU/CGTES/NCAP – Resposta ao Requerimento dos contracheques dos profissionais da saúde que receberam acima do Teto Constitucional – fls.6.482;
- Despacho 1897/2021/SESAU/CGTES/NCAP, informando que a resposta ao Ofício 011/2021/1/ALE/RR/CPISAÚDE, foi enviada ao e-mail do Deputado Coronel Chagas, Presidente da CPI-da Saúde, por meio do OFÍCIO Nº 2640/2021/SESAU/CGTES/NCAP – fls 6.483;
- Despacho 2157/2021/SESAU/GABINETE, que encaminha o Ofício 011/2021/1/ALE/RR/CPISAÚDE à Coordenadora Geral de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – fls. 6.485;
- Portaria nº 1489/SESAU/CGTES/NCP, de 22 de dezembro de 2020, que cria a gratificação GETS-050-Véspera de Natal e Ano Novo – fls. 6.489;
- Documentos recebidos por meio do OFÍCIO Nº 2640/2021/SESAU/CGTES/NCAP – fls.6.489 a 6.582;
- Ofício nº 131/2021/PDPP/MPRR, solicitando informações apuradas na CPI da Saúde – fls. 6.592;
- Documentos enviados por meio do MEMO Nº 064/2021 – fls. 6.654 a 6.728;
- OFÍCIO Nº 39/2021/CBMRR/CMDGR/SUBCMD/DEIP/CEIB, referente à intimação _CAD BM HUMBERTO ALVES NOGUEIRA – fls. 6.735;
- Documentos apresentados pelo Senhor _CAD BM HUMBERTO ALVES NOGUEIRA – fls. 6.738 a 6.875;

47

- Documentos apresentados pelo Senhor Humberto Alves Nogueira – Fls. 7.013 a 7.033;
- Relatório do Tribunal de Contas da União – Fls. 7.091 a 7.107;
- OFÍCIO Nº 125/2021/SESAU/CGA/DCPT, referente à cópia integral de processos administrativos da Secretaria de Estado de Saúde de Roraima – Fls. 7.248 a 7.249;
- OFÍCIO Nº 256/2021/SESAU/CGA, referente à solicitação de informações e documentos da Secretaria de Estado da Saúde de Roraima – Fls. 7.251 a 7.253;

Dessa forma, eis todas as informações relevantes que estão constantes nos autos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

48

5. SAÚDE PÚBLICA DE RORAIMA: FALTA RECURSOS OU TEM CORRUPÇÃO?

A fim de compreender de que modo as formas de corrupção impossibilitam a plena realização do direito à saúde, e, após, buscar soluções para que esse tipo de comportamento seja impedido, é imprescindível, em um primeiro momento, compreender esse direito em suas diversificadas perspectivas, o que passamos a fazê-lo.

5.1 Definição de saúde

O conceito de saúde possui implicações legais, sociais e econômicas dos estados de saúde e doença; sem dúvida, a definição mais difundida é a encontrada no preâmbulo da Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS): saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças.

Esta definição vai contra os conceitos, muitas vezes, enraizados nos indivíduos, que assumem que estar saudável é apenas não apresentar qualquer doença.

5.2 Direito à saúde na Constituição Federal de 1998

O direito à saúde foi inserido na Constituição Federal de 1988 no título destinado à ordem social, que tem como objetivo o bem-estar e a justiça social. Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 6º, estabelece como direitos sociais fundamentais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância.

Mais adiante, no artigo 196, a nossa Constituição Federal reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Vejamos tais garantias constitucionais:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
> (...)
> Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

49

Pois bem, ao reconhecer a saúde como direito social fundamental, o Estado obrigou-se a prestações positivas, e, por conseguinte, à formulação de políticas públicas sociais e econômicas destinadas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde.

E mais. A previsão no capítulo dos Direitos Sociais garante ao direito à saúde o status de Direito Fundamental; sendo, portanto, um direito inerente à existência humana.

Desta forma, pela primeira vez na história, uma Constituição tratou expressamente dos objetivos do Estado brasileiro, ao definir a dignidade da pessoa humana como fundamento da República e valorizar o direito à vida como direito fundamental do cidadão. Tutelou, pois, no seu artigo 3º, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, "de promover o bem de todos, construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento, permeando os fundamentos do Estado Democrático de Direito, que são: a soberania popular, a cidadania, a dignidade da pessoa humana", conforme o artigo 1º da CR/88.

Portanto, a saúde é uma condição essencial à dignidade da pessoa humana, cabendo ao Estado, por meio de políticas públicas e de seus órgãos, assegurá-la como direito de todos os cidadãos. Ainda, o direito à saúde se consubstancia em um direito público subjetivo, exigindo do Estado atuação positiva para sua eficácia e garantia.

Por essa razão, as ações e os serviços de saúde no Brasil são considerados de relevância pública e devem estar sujeitos aos mecanismos de controle social de uma democracia, para evitar eventuais abusos. Não obstante, ao reconhecer as ações e os serviços de saúde como de relevância pública, o Constituinte também deixou claro que o bem jurídico à saúde prepondera no sistema jurídico brasileiro.

Diante disso, o direito à saúde é classificado como direito fundamental de segunda geração ou dimensão. Isto significa dizer que são direitos positivos, pois exigem uma tutela positiva do Estado.

Já como direito social, o direito à saúde é efetivado mediante políticas públicas e submetido a alguns princípios, como exemplo o princípio da reserva do possível e o princípio do mínimo existencial, conforme será melhor abordado.

50

Além das previsões vistas acima, a saúde foi colocada como um dos ramos da seguridade social. Prevê o artigo 194, da Constituição Federal:

> Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Portanto, disciplinando nos artigos 196 a 200, a Constituição prevê que a saúde é direito de todos e dever do Estado, definindo também a aplicação de recursos mínimos em serviços e ações de saúde devidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (§2º do artigo 198).

5.3 Financiamento da saúde no Brasil

Os percentuais mínimos a que se refere o §2º do artigo 198 da Constituição Federal são regulados pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Esta Lei Complementar institui o valor mínimo e normas de cálculo do montante mínimo a ser aplicado, anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde; percentuais mínimos do produto da arrecadação de impostos a serem aplicados anualmente pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em ações e serviços públicos de saúde; os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados aos seus respectivos Municípios, visando à progressiva redução das disparidades regionais; e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.

Em síntese, no caso da União, houve uma alteração no texto constitucional após a vigência da referida Lei, mas que não prejudica a sua aplicação. A União deve aplicar um percentual nunca inferior a 15% da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro e ainda, segundo o artigo 5º da mencionada Lei complementar: "Art. 5º: A União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior, apurado nos termos desta Lei Complementar, acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no ano anterior ao da lei orçamentária anual." "[...]§ 2º Em caso de variação negativa do PIB, o valor de que trata

51

o caput não poderá ser reduzido, em termos nominais, de um exercício financeiro para o outro."

Em relação aos Estados e ao Distrito Federal, preceitua o artigo 6º da referida Lei Complementar nº 141:

> Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

Por fim, em relação aos Municípios e ao Distrito Federal, no que concerne as competências de Município, preceitua o artigo 7º: "Art. 7º: Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal."

5.4 Princípios da Reserva do possível e do Mínimo Existencial

Conforme já demonstrado, a saúde está positivada na Constituição como um direito de todos e um dever do Estado, que deve ser garantido por meio de políticas sociais e econômicas que objetivem a redução do risco de doença e de outros problemas, bem como proporcionem o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação. Prova disto é que a Constituição protege a prevenção e o tratamento de doenças, por meio de medidas que assegurem a integridade física e psíquica do ser humano.

No entanto, como demonstrado acima, ocorre que todas as receitas e despesas do Estado estão limitadas pela legislação, de modo que o Estado não pode realizar, por si, investimentos para os quais não haja recursos suficientes.

Desse modo, o direito à saúde, em que pese consubstanciar uma norma constitucional de caráter programático, encontra óbice na escassez de recursos e na seleção de prioridades do administrador público.

Quando se fala em direitos sociais e no financiamento das políticas públicas, dois princípios devem ser lembrados: os princípios da Reserva do Possível e do Mínimo

52

Existencial. A Reserva do Possível afirma que o Estado deve garantir os Direitos previstos na Constituição na medida da sua capacidade financeira, tendo em vista que não se pode exigir que o Estado dê algo que não possui condições financeiras de suportar, podendo, caso contrário, levar ao colapso financeiro e assim nenhum direito ser garantido.

Por outro lado, o princípio do Mínimo Existencial obriga o Estado a garantir ao indivíduo, pelo menos, quantia digna do direito fundamental. Não pode, diante disso, o Estado deixar de tutelar um direito fundamental alegando não ter recursos financeiros suficientes.

Em outras palavras, pelo princípio da Reserva do Possível, para a prestação do direito social, deve-se levar em consideração, além da disponibilidade financeira do Estado e do possível beneficiário do serviço, a importância do direito a ser garantido, para que sejam salvaguardados os direitos a quem mais necessita, observando, para tanto, o Mínimo Existencial.

Assim, eventual impacto trazido pela Reserva do Possível deve ser reduzido pelo controle das decisões políticas, quanto à alocação de recursos e à transparência das decisões, viabilizando o controle social sobre a aplicação dos recursos alocados no âmbito do processo político.

Há de se observar que o Mínimo Existencial depende da avaliação do binômio necessidade-capacidade, tanto do Estado, quanto da pessoa. Com efeito, deve-se ter em mente a ideia de que a Reserva do Possível não consiste em uma limitação à atuação do Estado na prestação dos direitos sociais, mas na obrigação do Poder Público reservar o total de recursos disponíveis para a gestão e execução das políticas públicas ligadas a tais direitos prestacionais.

Diante disso, a saúde, sendo um direito fundamental social inerente à vida, deve ser assegurada pelo Poder Público, conforme disposto no artigo 196 da Constituição. Tal artigo, embora seja uma norma de caráter programático, a qual trata de diretrizes e projetos futuros do poder executivo para ver assegurada a intenção do legislador, não deve ser interpretado como uma mera promessa, pois a saúde, como dito, é um direito fundamental, tendo aplicação imediata.

53

Nesse contexto, o Poder Público criou o Sistema único de Saúde— SUS, por meio das Leis 8.080/1990 e 8.142/1990, que tem o objetivo de melhorar o acesso à saúde, por meio da criação de uma política descentralizada e solidária, cabendo à União, em conjunto com os estados e municípios, assegurar a prestação desse direito, bem como disponibilizar hospitais e postos de saúde e outros meios que facilitem o atendimento da população, priorizando as ações preventivas, nos moldes da Carta de 1988.

Diante da limitação de recursos do Estado, aliada à escassez dos mesmos, o Estado deve obedecer ao princípio da Reserva do Possível, segundo o qual o Poder Público atua balizado por cada caso, levando em consideração a concreta necessidade do cidadão, a distributividade dos recursos e a efetividade do serviço, para que seja assegurado o direito pretendido, observando, ainda, o Mínimo Existencial, ou seja, as mínimas e dignas condições necessárias de sobrevivência.

Ultrapassadas as explicações a respeito do conceito saúde na nossa Constituição Federal, bem como os limites impostos aos chamados direitos sociais, sendo o setor de saúde apontado como um dos principais alvos da corrupção em todo o Brasil, necessário esclarecer também as espécies de corrupção, a fim de levantar o seguinte questionamento: a desordem na saúde pública em Roraima justifica-se pela falta de gestão, recursos ou corrupção?

5.5 Espécies de corrupção

Conforme a classificação extraída do Portal de Combate à corrupção criado pelo Ministério Público Federal, existem várias práticas de corrupção reprovadas e punidas pelo atual ordenamento jurídico, porém nos atentaremos as principais e suas respectivas características: 1) Corrupção ativa; 2) Corrupção passiva; 3) Improbidade administrativa; 4) Crimes da Lei de Licitações; 5) Emprego Irregular de verbas ou Rendas Públicas.

5.5.1 Corrupção ativa

Essa prática é reprovada pelo Código Penal e está prevista no artigo 333. Praticada por terceiros contra a administração pública, consiste em oferecer ou promover vantagem indevida a servidor público, em troca do uso do cargo para beneficiá-lo de alguma forma.

Para caracterizar o crime, não é necessário que a propina seja aceita, basta a oferta ou promessa. Vejamos:

> Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:
>
> Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)
>
> Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

5.5.2 Corrupção passiva

De acordo com o artigo 317 do Código Penal, esse tipo de corrupção ocorre quando um servidor público solicita ou recebe direto ou indiretamente, ainda que esteja fora da função ou mesmo antes de assumi-la, mas em razão dela vantagens indevidas, ou aceita a promessa de tal vantagem.

5.5.3 Improbidade Administrativa

Os atos que são caracterizados como improbidade administrativa estão previstos na Lei n. 8.429/1992. Caracterizam-se por dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios administrativos.

Importante mencionar que entrou em vigor, em 26 de outubro de 2021, a Lei 14.230/21, a qual reformou aquela. A principal alteração do texto é a exigência de dolo (intenção) para que os agentes públicos sejam responsabilizados, de forma que a ação deverá comprovar a vontade livre e consciente do agente público de alcançar o resultado ilícito, não bastando a voluntariedade ou o mero exercício da função.

Sendo assim, danos causados por imprudência, imperícia ou negligência não podem mais ser configurados como improbidade. De igual modo, não poderá ser punida a ação ou omissão decorrente de divergência na interpretação da lei.

Outra novidade foi a criação do acordo de não persecução civil, podendo o Ministério Público, conforme as circunstâncias do caso concreto, fazê-lo, desde que dele advenham, ao menos, o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

5.5.4 Crimes da Lei de Licitações

Como sabido, a Lei 8.666/93 define entre os artigos 89 a 98 os atos que são caracterizados como tipo penal. Todos constituem infrações contra a licitação e possuem como sujeitos ativos os licitantes, servidores públicos e pessoas a eles vinculadas, possuindo a pretensão de inibir que o interesse de terceiros se sobreponha ao público e reforçando o caráter de imparcialidade do processo licitatório.

Acontece que, em vigor desde 1º de abril de 2021, data em que foi sancionada e publicada, temos a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos de nº 14.133/2021, a qual incluiu um novo Capítulo ao Código Penal. Com isso, reproduziram-se crimes que já eram previstos na antiga Lei nº 8.666/93 e acrescentaram-se novas condutas.

5.5.5 Emprego Irregular de verbas ou Rendas Públicas

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, estatui os casos que deverão passar pelo processo de licitação para que seja efetuada sua contratação: as obras, os serviços, compras e alienações.

O objeto jurídico do crime em tela é ainda a regularidade da administração pública, no que concerne, agora, à aplicação dos recursos públicos de conformidade com a destinação legal prévia. Visa o referido preceito impedir o arbítrio administrativo.

Pois bem, ao questionar a corrupção na saúde pública do nosso Estado, tão logo, importante deixar claro que a insatisfação é um sentimento presente na opinião pública, uma vez que, ao recorrer a esse serviço, verificam-se longas filas, indisponibilidade de atendimento ou remédios, falta de manutenção de equipamentos e, muitas vezes, ausência de materiais básicos. Vejamos apenas alguns exemplos que consolidam a crise:

- https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Roraima-tem-mais-de-7-9-mil-pacientes-na-fila-por-cirurgia-eletiva/60032;
- https://al.rr.leg.br/2019/05/10/falta-de-medicamentos-e-a-principal-dificuldade-enfrentada-pelos-portadores-de-lupus;
- https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/07/05/pacientes-depressivos-denunciam-falta-de-remedios-na-rede-publica-de-rr.ghtml;

- https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/roraima-passa-por-uma-situacao-preocupante-na-saude-alerta-presidente-da-sociedade-de-pediatria-do-estado;
- https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/03/04/busca-por-atendimento-medico-na-fronteira-sobrecarrega-a-pequena-pacaraima.htm;

Tais situações parecem mitigar a proteção constitucional ao direito à saúde, bem como enfraquece a credibilidade nas Instituições relacionadas.

Igualmente, os casos de corrupção no setor são constantemente propagados pelos meios de comunicação, já que os indivíduos responsáveis pela administração do dinheiro público são aqueles que promovem o caos, uma vez que ao praticarem o desvio, objetivando apenas a interesses pessoais, impedem o funcionamento desse serviço.

Ao falar especialmente de Roraima, temos que, após entregar o cargo de Secretário Estadual de Saúde, em 04 de abril de 2019, em comunicado ao Palácio Senador Hélio Campos, Ailton Wanderley publicou um texto no Facebook criticando a corrupção na Pasta e afirmando que empresas privadas são prioridades dentro da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU).

No post, o ex-secretário escreve que a saúde está *"mergulhada em um pântano de corrupção"*, fazendo duras críticas à prioridade na escolha de empresas que, segundo ele, pertencem a deputados estaduais, federais e senadores, para prestar serviços à Secretaria. Inclusive, foi exatamente este o motivo de criação desta CPI.

Como mais um exemplo de corrupção, citamos a operação *Godfather* da Polícia Federal, em 19 de dezembro de 2019, com o fim de desarticular um grupo criminoso que seria responsável por fraudes em licitações e desvios de recursos públicos da Saúde Pública em Roraima.

As investigações levantaram indícios da formação de um conluio entre os participantes de procedimento licitatório para fornecimento de alimentos para unidades de saúde estaduais de Roraima, inclusive do Hospital Geral de Roraima – HGR, no ano de 2017. O objetivo seria garantir a vitória de uma empresa já investigada no âmbito da

operação Escuridão, deflagrada pela PF em 2018 para apurar desvios de recursos públicos no sistema penitenciário.

Entretanto, uma empresa que, em princípio, não fazia parte do esquema, logrou-se vencedora do certame e teria sido cooptada pela organização para a participação da fraude e pagamentos de propinas. O esquema teria envolvimento de familiares de membros do poder executivo estadual, à época, e servidores públicos, além de empresários.

As propinas eram distribuídas para viabilizar os pagamentos de faturas, permitir a renovação de contratos e garantir o atesto fraudulento de recebimento de refeições.

As investigações também apontaram para a atuação criminosa da empresa investigada em outros contratos, como um firmado com a Prefeitura de Boa Vista, por exemplo, para fornecimento de alimentos ao Hospital da Criança Santo Antônio.

Apenas do governo estadual, a empresa já teria recebido mais de 14 (quatorze) milhões de reais entre agosto de 2017 e abril de 2019, período cuja documentação bancária e fiscal já constavam consolidadas pela investigação.

Já em 09 de maio de 2020, o Jornal Nacional repercutiu casos de corrupção e o descaso com a saúde pública de Roraima, numa reportagem de mais de três minutos sobre o lixo espalhado em todos os corredores da principal unidade hospitalar do Estado, o Hospital Geral de Roraima (HGR).

Com a falta de limpeza, funcionários gravaram durante essa semana vários vídeos que mostram jalecos empilhados no chão, caixas de papelão, restos de comida e lixo hospitalar espalhados por todo o hospital.

A referida reportagem também abordou a compra superfaturada de 30 (trinta) respiradores que custaram mais de R$ 6 (seis) milhões aos cofres públicos, sendo considerados os mais caros do Brasil. A compra, com dispensa de licitação e pagamento adiantado, findou com a demissão pública do ex-secretário Francisco Monteiro, durante uma coletiva de imprensa.

Dentro desse contexto, enquanto o dinheiro público vai para o ralo, o Hospital Geral de Roraima (HGR), principal instituição de saúde do estado que concentra os atendimentos de urgência, emergência e internação, não tem estrutura para atender à

58

grande demanda que recebe. É comum haver pessoas internadas e colocadas em maca no corredor ou até mesmo em cadeiras.

Essa situação agrava-se pelo grande fluxo de pacientes que chegam de cidades do interior em busca de atendimentos complexos ou de emergência. As deficiências encontradas passam também por falta de medicamentos, equipamentos e outros recursos necessários para atendimento às necessidades dos pacientes. Os prédios possuem falhas estruturais, como projetos arquitetônicos antigos, espaços físicos mal dimensionados e problemas elétricos e hidráulicos.

Embora inexistentes condutas devidamente delineadas e que se enquadram como exaustivas quanto aos atos corruptos que acontecem na saúde, são consideradas práticas mais comuns: suborno, fraude, outros pagamentos ilícitos, compra e comprometimento de valores, abuso de poder e quebra de confiança, apropriação indevida de recursos públicos e conflitos de interesses, condutas essas analisadas ao longo dos trabalhos desta CPI.

Sendo certo que a corrupção tem como características uma vasta fundamentação e nexos causais e é abordada em diversos campos do conhecimento, estas características tornam extremamente complexo o seu entendimento enquanto conceito.

No entanto, o que pode ser observado, voltando-se para seus efeitos, é que os atos corruptos violam direitos humanos e direitos fundamentais. Não há dúvidas sobre a existência de conexão entre violações dos direitos humanos e fundamentais e corrupção, especialmente quando esse comportamento é usado como forma de violação do sistema jurídico inteiro, afetando não só a ordem jurídica, mas também a rede de direitos e garantias em vigor.

Como foi visto, existem múltiplas formas de corrupção dentro do Estado brasileiro e a área da saúde pública não é exceção para se tornar um ambiente propício para a proliferação desse tipo de conduta.

Partindo do princípio que um dos problemas mais graves enfrentados pela coletividade é justamente garantir uma administração que seja proba, visto também o anseio da população por uma mudança nos valores vigentes nas ações dos entes públicos, uma vez que há uma grande resistência à naturalização das patologias

59

corruptivas, cabe justamente ao Poder Legislativo, representante da vontade dos cidadãos, apresentar inúmeras formas de enfrentamento às práticas de corrupção.

60

6. DA ANÁLISE DOS PROCESSOS FIRMADOS COM A SESAU

6.1 Sobre o contrato de alimentação

Processo 020601.010804/16-13

Valor do contrato: R$ 23.923.189,38

O referido processo tem como objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de preparo e fornecimento e distribuição de alimentação hospitalar, com fornecimento de fórmulas lácteas destinadas a pacientes legalmente instituído, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, englobando a operacionalização e desenvolvimento de todas as atividades de produção e distribuição, incluindo todo o fornecimento de gêneros alimentícios de todas as atividades de produção destinadas aos pacientes, funcionários e acompanhantes da rede hospitalar da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Roraima.

Acerca do assunto, a Constituição prevê o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, com regionalização e hierarquização, descentralização com direção única em cada esfera de governo, participação da comunidade e atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

E mais. A Lei nº 8.080, promulgada em 1990, do Ministério da Saúde, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Sobre a qualidade alimentar nas clínicas e hospitais públicos de Roraima, em que pese todos terem a consciência da importância que tem o cuidado nutricional dos pacientes hospitalizados, não só para que estes devam ser mantidos com boa nutrição, mas também para aproveitar o momento e sua alimentação, podemos afirmar que os alimentos fornecidos não gozam de boa reputação.

Isto porque os cardápios servidos não passam pelo controle rigoroso da qualidade dos alimentos, tampouco por um longo processo de planejamento para garantir que cada paciente receba os nutrientes de que precisa, evitando os alimentos ou aditivos nocivos à saúde e desfrutando o bem-estar que fornece o tempo da comida.

61

Por outro lado, um corpo malnutrido ou subnutrido está exposto a uma diminuição significativa das defesas e, nesse estado, não será capaz de combater as agressões, tornando-se ainda mais vulneráveis a doenças. Com isso, a comida fornecida deve ter como objetivo claro garantir que o paciente se recupere mais rápido e melhor – o que nem de longe ocorre na prática.

Em junho de 2019, após realizar uma visita no Hospital Geral de Roraima (HGR), o deputado Jeferson Alves criticou a alimentação servida na unidade de saúde, chegando a compará-la à comida servida aos porcos, devido à sua péssima qualidade. Em seu pronunciamento, ressaltou que ouviu relatos de pacientes sobre a alimentação, afirmando na ocasião que "*o Estado paga por um serviço caro, com contratos altos, mas de péssima qualidade. Hoje, mais parece uma lavagem de porco, o que é uma falta de respeito com o cidadão".*

Seguindo as mesmas críticas, o deputado Nilton Sindpol também criticou a qualidade do alimento servido na maternidade, destacando que é inadmissível ter mosca, cabelo e outras coisas que a gente não enxerga na comida.

Na mesma época, a deputada estadual Betânia Almeida desafiou, nas redes sociais, o governador a comer a refeição servida no Hospital Geral de Roraima (HGR), levar uma marmita para casa e dar para o filho, condenando por completo a comida ofertada aos pacientes.

Em 17 de outubro de 2019, os membros desta CPI fizeram uma vistoria no Hospital Geral de Roraima, em Boa Vista. Durante a inspeção, foi verificada a produção das refeições entregues aos pacientes internados no hospital, que é o maior do estado. Vejamos alguns registros:

62





63





64



Voltando-se para o histórico do processo, sua solicitação de abertura teve início em 31 de outubro de 2016 (fl.1), considerando as recomendações do relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado – TCE/RR Nº007/2016, subitem 5 "c", no qual determina a abertura de novo procedimento licitatório.

Contatou-se nos autos que foi enviado um memorando SESAU/CGUE/MEMO CIRC nº103/2016, 01 de dezembro de 2016, solicitando que fosse realizado um levantamento do quantitativo de alimentação por unidade de saúde, para inclusão no projeto básico de alimentação. Tendo sido recebido pelos setores HMI, DIREÇÃO/HGR e Policlínica Cosme e Silva (fl.10)

SESAU/CGUE/OFICIO nº 041/2017, 09 de fevereiro de 2017 (fl.26), Ofício enviado à Secretaria de Infraestrutura do Estado – SEINF, solicitando avaliação do espaço físico das cozinhas das unidades de saúde (HMI, DIREÇÃO/HGR e Policlínica Cosme e Silva- PCS) para fins de locação.

Em resposta (fl.29) GAB/SEINF/OFICIO nº283/2017, de 16 de fevereiro de 2017, laudo técnico com valor de locação dos espaços supracitados para prováveis fins de locação.

SESAU/CGUE/MEMO nº215/2017, de 20 de fevereiro de 2017 (fl.36), solicita planilha de formação de preços e a memória de cálculo para fazer parte integrante do

65

Projeto Básico, considerando o documento SESAU/GAB/PORTARIA nº313/2017, na qual nomeia a COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS na contratação de serviços de alimentação hospitalar, o qual não foi anexado aos autos.

SESAU/CGUE/OFICIO nº062/2017, de 02 de março de 2017 (fl.77), solicita avaliação do espaço físico das cozinhas das unidades de Saúde (HMI, DIREÇÃO/HGR e Policlínica Cosme e Silva- PCS) para possível instalação de contador de água e energia elétrica individual para cada unidade indicada.

SEINF/DEO/MEMO nº076/17, de 09 de março de 2017 (fl.79), em resposta à solicitação da avaliação do espaço físico das cozinhas das unidades de Saúde (HMI, DIREÇÃO/HGR e Policlínica Cosme e Silva- PCS) com o intuito de instalação de medidor de energia e água individual afirmou, diante da constatação pelo engenheiro responsável, a IMPOSSIBILIDADE de isolamento dos circuitos de medidores de consumo independentes, ficando INVIÁVEL as instalações nas edificações supracitada.

Edital de convocação (fl.142) com objeto de contratação divergente a abertura de processo "Processo nº 020601.010840/16-87 – Locação de equipamento com fornecimento de insumos e reagentes, para realização de exames laboratoriais, para atender ao Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN/RR.

Justificativa da cotação de preços superior a 2(dois) anos:

> • Lei 8.666/93, art. 15, § 1º: O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.
> • Lei 8.666/93, art. 43, IV: ...conformidade de cada proposta (...) com os preços correntes no mercado
> • Lei 10.520/01, art. 3º, III: dos autos do procedimento constarão (...) o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados
> • Decreto 3.555/00, art. 8º, § 2º, II: ...propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado

Ainda, de acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

> II. contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
> III. pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou
> IV. pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

- Do item 6.2 Quantitativo (fls.304 a 308), quantitativo estimado de refeições mensais por unidade sem um prévio estudo de leitos/pacientes/acompanhantes e funcionários efetivamente utilizam este serviço por mês.

- Item 10 (fl.326). Termo de cessão de uso: A cessão de uso de bem imóvel com ônus estará destinada a preparação de pequenas refeições hospitalares a pacientes, acompanhantes, doadores e servidores. Considera-se pequenas refeições, os desjejuns, colação, pré-lanches, lanches e ceia definidos nos itens 4.26, 4.27, 4.30, 4.31 e 4.29 respectivamente. A cessão de uso de bem imóvel com ônus está fundamentada no art.1º, inciso III, do Decreto nº 99.509/90, devidamente pacificado pela jurisprudência do TCU, em que não mais se admite aos órgãos e entidades da administração à cessão de imóveis, a título gratuito, principalmente quando destinada a empreendimento de fins lucrativos em que a cessão deverá ser sempre onerosa.

Ficando assim acordado em Termo de Referência o valor a ser ressarcido de R$ 7.214,41 com base na consulta realizada e Secretaria Estadual de Infraestrutura – SEINF, conforme GAB/SEINF/OFICIO nº283/2017.

- Item 11.2 (fl. 326 v). Do ressarcimento de despesas com o consumo de água e energia elétrica. O valor à título de indenização pelo consumo de água e energia elétrica nas unidades de cedência de espaço físico, ficando estabelecido um percentual de 20% do valor total pela cessão do imóvel com ônus:

Unidade	M²	Valor Total R$
HGR	409	5.451,97
HMI	104	1.472,64
PSC	30	289,80

Total	543	7.214,41
20% (Indenizat. Consumo água /energia elétrica)		1.442,88
Total geral do ressarcimento		8.657,29

Ocorre que o edital foi impugnado várias vezes (fl.517 a 599), inclusive a respeito do item 11.1.4: Os locais destinados à cessão de espaço físico (instalação de cozinha) HMI, DIREÇÃO/HGR e Policlínica Cosme e Silva- PCS, segundo informações do Ministério Público do Trabalho de Roraima, estavam em péssimo estado de conservação e uso, e sem condições sanitárias.

Prova disto é que as péssimas condições foram objeto de uma ação na Justiça do Trabalho sob número 0001079-62.2016.5.11.0053, inclusive com condenação ao estado de Roraima por danos morais coletivos. Explica-se:

No dia 23 de agosto de 2012, instaurou-se Inquérito Civil (IC) timbrado sob o n.000094.2012.11.001/3, a partir de denúncia colhida na Procuradoria do Trabalho no Município de Boa Vista-RR, tendo por objeto irregularidades trabalhistas ocorridas no âmbito da cozinha do Hospital Geral de Roraima (HGR), especialmente no que tange ao meio ambiente de trabalho.

Durante a tramitação do Inquérito Civil, requisitou-se ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e ao Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado de Saúde de Roraima a realização de inspeção nas dependências do HGR, especialmente na área da cozinha, a fim de verificar a veracidade das irregularidades relatadas, como risco de explosão de fornos, materiais de trabalho desgastados e insuficiência da eficácia dos EPI's. Em resposta a solicitação ministerial, o Departamento de Vigilância Sanitária encaminhou o Relatório de Inspeção Sanitária, no qual foram verificadas as seguintes irregularidades:

SITUAÇÃO ENCONTRADA:

- As instalações sanitárias em geral estão em condições impróprias para o uso, e os mesmos não estão sendo mantidos limpos, há presença de odores;
- Não foi apresentado aos fiscais, carteiras ou documento de funcionários que comprove as vacinas atualizadas;
- Há presença de material de limpeza dentro do banheiro destinado as funcionárias da cozinha (vassoura, rodo etc.);

- Os funcionários da cozinha estão utilizando copos coletivos, sendo proibida a prática;
- Os funcionários não possuem armários individuais para a guarda de objetos pessoais e armários para a guarda dos equipamentos de proteção individual-EPI;
- Os funcionários não recebem treinamento quanto à proteção à saúde do trabalhador e os riscos existentes no ambiente de trabalho;
- Todos os funcionários da cozinha não recebem os equipamentos de proteção individual, completo;
- Na cozinha não foi visualizado placa de advertência "Proibido Fumar;
- Os exaustores apresentam sujidade;
- As fiações elétricas se encontram desprendidas das paredes;
- A tampa do forno apresenta má conservação e deficiência no funcionamento;
- Algumas tomadas elétricas não estão com espelho de proteção;
- Algumas bancadas apresentam azulejos danificados e/ou ausentes, que poderá ocasionar acidentes com cortes aos trabalhadores;
- O teto apresenta infiltrações com presença de acúmulo de sujidade;
- Há presença de lâmpadas queimadas,
- Ausência insuficiente de recipiente para lixo com tampa, saco e de fechamento automático;
- Os utensílios de manipulação de alimentos em geral encontram-se danificados necessitando-se substituídos.

Igualmente, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST/RR) apresentou o Relatório de Visita Técnica, realizada na Unidade de Alimentação e Nutrição – UAN do Hospital Geral de Roraima, por meio do qual foram confirmadas as inúmeras irregularidades no meio ambiente do trabalho, tais como: pintura das paredes deterioradas; presença de infiltrações e rachaduras; cantoneiras de alumínio desprendidas e avariadas; higiene insatisfatória; banheiro feminino sem saída de ar; ausência de sabão e toalha descartável nos banheiros; fiação exposta nos ambientes; tomadas elétricas sem tampa; caixas de disjuntores abertas; pisos com desgastes, desníveis e incrustado com restos de alimentos e água; portas de ferro enferrujadas; máquinas e equipamentos com avarias, sem aterramento e sem identificação; presença de insetos; falta de manutenção do abastecimento de gás e da rede elétrica; caixa de gordura sem tampa que exala forte odor; presença de pombos; abastecimento de Gás Liquefeito de Petróleo-GLP feito por cilindros de gás sem sinalização adequada; resíduos sólidos descartados de forma inadequada; batedeira industrial com ruído intenso; liquidificador que causa choque; mobiliário sucateado; utensílios de alumínio desgastados; exaustores com ruídos; calor excessivo; Equipamentos de Proteção Individual danificados e em quantidade insuficiente; armários em quantidade insuficiente;

ausência de Equipamentos de Proteção Coletiva; fornos com risco de explosão; ausência de PPRA e PCMSO; falta de pagamento do adicional de insalubridade, etc.

Da análise dos relatórios supramencionados, verificou-se a necessidade de inspeção do Corpo de Bombeiros em relação ao eventual risco de explosão, notadamente quanto o armazenamento e utilização de gás liquefeito de petróleo (GLP), motivo pelo qual tal disposição foi devidamente requisitada.

Paralelamente à investigação, novas denúncias foram perpetradas em face da empresa MEGA FOODS e do HGR, corroborando ainda mais com as irregularidades atinentes ao não pagamento de adicional de insalubridade, não fornecimento de EPI e condições inadequadas do meio ambiente laboral.

O Corpo de Bombeiros efetuou a fiscalização técnica, encaminhando parecer técnico n° 016/2013, o qual, visando verificar as condições de segurança e sistemas de prevenção a combate de incêndio, declarou o não atendimento a diversas exigências, tais como: saída de emergência, alarme de incêndio, iluminação de emergência, sistema de proteção por Extintores de incêndio, fiação exposta, quadro de luz desprotegido, acúmulo de material inflamável, ausência de Projeto de Prevenção do CBMRR, etc.

As inspeções e visitas técnicas realizadas pela Vigilância Sanitária, CEREST e Corpo de Bombeiros confirmaram a situação degradante do ambiente laboral em questão, razão pela qual o representante legal do HGR fora notificado para que informasse a existência de interesse em firmar o Termo de Ajuste de Conduta.

O Sr. Secretário Adjunto de Estado da Saúde de Roraima à época, em resposta a notificação ministerial, solicitou a realização de audiência com o fim de demonstrar o saneamento das irregularidades verificadas no procedimento e a consequente perda do objeto do possível Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

A audiência supramencionada ocorreu no dia 26 de março de 2014, momento em que o secretário alegou a inexistência de contrato entre o Estado de Roraima e empresa MEGA FOODS, desde maio de 2013. Sustentou que, naquela ocasião, era a empresa Thaiti que prestava serviço de fornecimento de alimentação às unidades de saúde e, por fim, ressaltou a realização de fiscalização pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), a qual constatou irregularidades, porém todas se encontravam sanadas.

70

Diante de tal quadro, concedeu-se prazo para que o Estado de Roraima comprovasse o alegado, principalmente quanto o cumprimento das recomendações expedidas pelo TCE, bem como perante o contrato de prestação de serviços firmado com a empresa Thaiti. Visando a continuidade da investigação, oficiou-se o Presidente do TCE, para que encaminhasse o relatório de fiscalização efetuado no âmbito do HGR.

O Conselheiro do TCE encaminhou a cópia do relatório de inspeção n° 013/2013, porém o Estado de Roraima permaneceu inerte.

Novamente, diante da necessidade de verificar a situação atual das dependências da Unidade de Alimentação e Nutrição do HGR, requisitou-se, por meio da Notificação nº 3623/2014, uma visita técnica a ser realizada pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST/RR), com posterior envio do relatório respectivo à Procuradoria do Trabalho. Instado a se manifestar, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST/RR) informou que persistiam as irregularidades trabalhistas relacionadas ao meio ambiente de trabalho da Unidade de Alimentação e Nutrição do HGR.

No referido relatório, foram determinadas as seguintes recomendações:

I. Adotar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA): inspeção ambiental para antecipação, reconhecimento, avaliação (qualitativa/quantitativa) e análise de riscos ambientais de trabalho e da exposição dos trabalhadores para criar medidas de controle para a promoção de ambiente sadio para os trabalhadores;
II. Contemplar o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), com ênfase na prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho; assistência psicológica, ações de promoção da saúde de todos os trabalhadores; preservar a saúde dos trabalhadores com ênfase no instrumental clinico-epidemiológico (realizar os exames médicos);
III. Realizar Laudo de inspeção do local de trabalho para avaliar o exercício de trabalho nas condições de insalubridade e assegurar ao trabalhador a percepção de adicional;
IV. Constituir a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, NR-5 de acordo com o Quadro I Dimensionamento de CIPA com o objetivo de prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador;
V. Identificar e monitorar a natureza dos riscos ambientais, resultados de avaliações: ambiental, biológica e clínica, existentes nos locais de trabalho com abordagem na relação entre a saúde do trabalhador e o trabalho;
VI. Adequação das condições ambientais de trabalho por meio de medidas administrativas, coletivas e individuais., bem como a adoção de programas de manutenção preditiva, preventiva, corretiva e procedimentos conforme determina a legislação vigente;

71

VII. Manter as instalações sanitárias sempre limpas, higienizadas com recurso de papel higiênico, papel toalha e sabão líquido nos seus devidos suportes, sendo o cesto para papel com tampa.

Pois bem, em cumprimento a determinação desta Procuradoria do Trabalho, a Secretaria de Estado de Saúde encaminhou o Relatório de Inspeção N° 04/2016/NPST, realizado pelos técnicos da Vigilância Sanitária Estadual que fiscalizaram a Unidade de Alimentação e Nutrição – UAN do Hospital Geral de Roraima no dia 04 de maio de 2016.

Constou no referido relatório que a empresa PASOS RAVEDUTTI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME foi contratada para fornecer alimentação aos pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Geral de Roraima, bem como que foram encontradas as seguintes irregularidades:

• Colaboradores sem crachás de identificação profissional;
• Setores sem placas de identificação;
• Presenças de mobiliários sem ergonomia;
• Durante a inspeção não foi apresentado nenhum calendário atualizado de imunização dos servidores em geral;
• Durante a inspeção não foi apresentado o Procedimento Operacional Padrão-POP, referente a cada ambiente de trabalho;
• Ausência de sinalização de segurança, com informativo dos riscos existentes em cada ambiente de trabalho;
• Ausência de armários individuais para os colaboradores administrativos do setor de nutrição;
• Iluminação deficiente pela presença de algumas lâmpadas queimadas;
• Ambiente com desconforto térmico (calor excessivo);
• Ambiente úmido devido a utilização de água na limpeza periódica do piso;
• Presença de alguns equipamentos eletrodomésticos danificados;
• Não foi apresentado nenhum documento informando o procedimento utilizado em caso de acidente de trabalho;
• Extintor de combate a incêndio encontra-se com a carga vencida e acesso bloqueado;
• Central de ar do setor encontra-se danificada;
•Alguns dispensadores para sabonete líquido e papel toalha encontram-se desabastecidos e danificados;
• Porta do banheiro do setor administrativo da nutrição encontra-se sem fechadura e maçaneta;
• O Sanitário dos colaboradores administrativos não possui separação por sexo;
• Desde a entrada, incluindo a da sala de preparo de nutrição enteral, as paredes se encontram com muita sujidade e com áreas apresentando fungos, propiciando a proliferação de microrganismos;
•Os pisos em argamassa de alta resistência se encontram desgastados apresentando rugosidade e áreas de difícil limpeza e higienização.
• Os revestimentos cerâmicos apresentam ausência de peças ou algumas delas estão danificadas, podendo ocasionar acidentes;

72

• O revestimento do teto apresenta áreas danificadas devido a infiltrações na laje de cobertura;
• Algumas bancadas em granito apresentam áreas danificadas que podem ocasionar acidentes e pela rugosidade acumular sujidade e propiciar a proliferação de microrganismos;
• Presença de trincas e fissuras em paredes;
• As instalações elétricas necessitam revisão e reparos, pois há presença de fiação exposta, tomadas e interruptores danificados, iluminação insuficiente para atender os serviços ali executados, quadros de disjuntores sem a proteção interna, lâmpadas queimadas;
• Canaletas de drenagem de água servida no interior da cozinha apresentam grades de proteção com partes danificadas ou a ausência delas.
• A c1imatização dos ambientes encontra-se comprometida, pois não há exaustão suficiente para eliminar os vapores emanados durante a cocção dos alimentos;
• Aparelhos de acondicionamento de ar existentes em algumas salas apresentavam-se com sujidade e algumas partes danificadas;
• Esquadrias metálicas e de madeira apresentando partes danificadas, vidros trincados ou ausentes, ausência de tela de proteção nas aberturas externas, fechaduras e maçanetas apresentando mau funcionamento ou ausência de partes, sujidade;
• Câmara frigorifica sendo utilizada como escritório e deposito de produtos lácteos;
• Presença de fezes de felinos no interior do depósito da cozinha;
• Container de armazenamento de carnes apresentava forte odor fétido devido à ausência de drenagem do sangue da carne in natura quando do seu recebimento e limpeza adequada do local;
•A nutrição enteral é preparada elou distribuída por funcionários próprios do hospital. A sala para o armazenamento e preparo não se encontra em condições higiênicas sanitárias adequadas, pois apresenta as seguintes irregularidades :bancada em granito apresenta áreas danificadas que podem ocasionar acidentes e pela rugosidade acumular sujidade e propiciar a proliferação de microrganismos; presença de mobiliário com partes danificadas; vidros de esquadrias trincados; ausência de torneira na pia;
• Presença de caixas de papelão, material de alta porosidade e difícil limpeza, diretamente sobre o Piso;

Cumpre ressaltar que, mesmo após a realização de várias inspeções realizadas pelo CEREST, Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, desde 2012, o Estado de Roraima NUNCA sanou as ilegalidades constatadas.

Assim, não restou alternativa ao órgão Ministerial a não ser o ajuizamento da respectiva Ação Civil Pública, visando o cumprimento dos dispositivos legais relativos ao meio ambiente de trabalho em atividade na cozinha do Hospital Geral de Roraima.

A partir daí, em audiência realizada no dia 06/12/2016, foi homologado acordo parcial entre o MPT e o Estado de Roraima, que abrangeu os pedidos referentes às

73

obrigações de fazer. Conforme o Acordo, a cozinha do Hospital seria desativada no que se refere à produção em larga escala.

Estes foram os termos do acordo:

> "HOUVE ACORDO PARCIAL: o Estado de Roraima se obriga a manter inativa a cozinha do Hospital Geral de Roraima, no que se refere à produção de refeição em larga escala (grandes refeições) obrigação esta que deve prevalecer até que seja realizada a devida reforma, no sentido de que sejam atendidas as condições de segurança no trabalho constantes na petição inicial, independentemente de outras obrigações estipuladas por outros órgãos competentes, sendo certo que, concretizada a reforma, a retomada do referido serviço somente será levada a efeito após prévia inspeção do MPT, no que se refere à segurança e saúde do trabalho. termos da Resolução 39 INSS/DC, de23/11/2000 (DOU de 24/11/2000). PARA O CASO DEINADIMPLÊNCIA APLICAR-SE-Á MULTA DIÁRIA DE R$ 1.000,00 (um mil reais) até o implemento da obrigação ora pactuada. Pelo Juízo: HOMOLOGA O PRESENTE ACORDO PARA QUE SURTAM SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS."

Quanto ao pedido de condenação do réu na obrigação de pagar indenização por danos morais coletivos, o juízo da 3ª Vara do Trabalho de Boa Vista julgou parcialmente procedente a Ação Civil Pública, condenando o estado na obrigação de pagar a importância de R$100.000,00 (cem mil reais).

Não obstante, visando averiguar o cumprimento das obrigações de fazer e não fazer assumidas no Acordo Judicial, foi determinado na r. decisão a realização de ação fiscal pela SRTb junto ao Hospital Geral de Roraima – HGR. Assim, em 03/09/2019, data posterior a criação da CPI, a SRTb juntou aos autos a resposta com as seguintes informações: "(...) informo que, em 22 de junho de 2019, foi iniciada ação fiscal, que está em andamento até a presente data, e foi constatado que referido hospital está produzindo refeições em grandes quantidades. Ainda informo que são duas empresas terceirizadas responsáveis pela produção da alimentação, bem como na prestação de serviço de limpeza, a INSECO SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELLI – CNPJ: 13.363.789/0001-97 e a M L DE MATTOS MULLER EIRELLI – CNPJ: 01.443.959/0002-45."

Na mesma data, a SRTb juntou os seguintes documentos:

I. Cópia do auto de infração n. 21.815.994-3 lavrado em face da ML DE MATTOS MULLER EIRELLI (por deixar de apresentar o contrato firmado com o Estado de Roraima no dia e hora previamente fixados pelo Auditor Fiscal do Trabalho (Capitulação: art. 630, § 4º da CLT). No auto de infração, há a informação de que a fiscalização foi realizada na cozinha do hospital;

74

II. cópia do contrato de prestação de serviço contínuo com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva firmado pela empresa ANDOLINI COMÉRCIO ESERVIÇOS LTDA EPP e a INSECO SERVIÇOS E COMÉRCIO e seus aditivos cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza técnica e administrativa visando atender as necessidades nas unidades hospitalares atendidas pela contratante com a Secretaria de Estado de Saúde no Estado de Roraima. Esses contratos juntados indicam à pactuação da realização do serviço desde setembro de 2017;
III. quadros demonstrativos da Secretaria Estadual de Saúde especificando a grande quantidade das refeições e os vários tipos de dietas fornecidas em maio de 2019;

Portanto, considerando as informações apresentadas pela SRTb/RR, é possível concluir que o Estado de Roraima descumpriu o Acordo firmado, em dezembro de 2016, com o MPT. Logo, lamentável e preocupante o posicionamento do Estado de Roraima que segue com renitente abuso ao insistir que sejam produzidas refeições na cozinha do Hospital Geral de Roraima, sem antes comprovar a devida reforma.

No entanto, continuando a análise do contrato, temos que o seu objeto não permite que a empresa vencedora reforme as instalações das cozinhas sob pena de desvirtuação do objeto licitado (serviço de alimentação não se confunde com reforma predial). Ainda segundo informações do MP/RR, essas cozinhas NÃO POSSUEM ALVARÁS SANITÁRIOS, justamente pelo fato da necessidade de reforma.

Despacho da Coordenadoria Geral de Urgência e Emergência (fl.1.417) do dia 14 de agosto de 2017, encaminha o presente processo para emissão de nota de empenho conforme nota fiscais emitidas, sendo que o contrato até esta data não tinha sido efetuado. Conforme os itens abaixo:

- Item 4.1 – Do prazo de execução:
4.1.1. O serviço será iniciado no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do contrato, posterior a emissão e recebimento da nota de empenho (fl.1.457).
- Item 4.1.2(fl. 1.457) – A produção das refeições far-se-á mediante requisição diária da demanda quantitativa de refeições estimadas por Técnicos responsáveis de casa Unidade de Saúde do Termo de Referência.
- Item 7.9.7(fl. 1.468) – Efetuar mensamente o (s) pagamento (s) da (s) Nota (s) Fiscal (ais)/ Fatura(s) da CONTRATADA, as quais estejam devidamente atestadas pelo Fiscal e Gestor do contrato.

A fim de demonstrar outras irregularidades do referido contrato, SESAU/CGAE/MENO nº 688/2017, de 22 de setembro de 2017 (fl.2.308) – Solicita que seja *providenciado coffee break* diferenciado para visita técnica no setor Centro de

75

Atenção Psicossocial Álcool, o qual foi autorizado pelo responsável do setor competente (Coordenadoria Geral de Urgência e Emergência – CGUE/SESAU/RR), fugindo totalmente ao objeto e objetivo do presente processo.

Ainda da solicitação, foi efetuado um OFICIO nº 352/2017 – CGUE/SESAU/RR, de 22 de setembro de 2017, solicitando não somente o pedido do SESAU/CGAE/MENO nº 688/2017 do Centro de Atenção Psicossocial Álcool, como também lanches para a Unidade de Acolhimento Adulto – UAA.

MEMO nº 151/2017 – Coordenação de Nutrição e Dietética/HMINSN, de 04 de outubro de 2017, Ocorrências do mês de setembro a empresa ANDOLINI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME (fls. 2.445 a 2.447).

Segue nas páginas 2.448 até 2.462, várias alegações e reclamações aos mais diversos pontos de não cumprimento ao estipulado no contrato (de não distribuição de EPI`S suficiente, falta de itens na realização dos serviços alimentares (descartáveis, sobremesa, falta de itens no serviço do almoço), entrega de insumos vencidos (doce de banana, foto folha 2.451), falta de marmitas com divisórias para atender os serviços de almoço e jantar.

Desta feita, é certo que a contratada vem, reiteradamente, cometendo faltas e descumprindo o contrato celebrado nº 241/2017, em decorrência da prestação de serviços nas Unidades de Saúde do Estado, seja no atraso de fornecimento, repetição do cardápio, falta de fardamento dos colaboradores ou o fornecimento em desacordo com o instrumento contratual em várias unidades.

Na sequência, a contratada foi notificada por cada infração cometida e exerceu plenamente o contraditório e ampla defesa, quando então tentou desqualificar os fatos, mas não juntou nenhum documento comprovando suas alegações.

Considerando a conduta da empresa ANDOLINI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, em relação obrigacional pactuado por meio do Contrato 241/2017, destaca-se o PAR 03 CA COJ 501/2017/CONSULTORIA JURIDICA PGE/RR/SESAU (fls.2.583 a 2.589), o qual assegura que a Secretaria deveria aplicar a penalidade de multa de 1% (um por cento) do valor informado por cada unidade – Cláusula Nona – item 9.10.1.

76

Despacho da folha 2.677 do dia 27 de outubro de 2017 da Coordenadoria Geral de Urgência e Emergência – CGUE/SESAU, solicita providências quanto ao recomendado.

- Item 11.87.1 - Transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia anuência da CONTRATANTE;

- Item 11.87.4 - Subcontratar empresa para execução do objeto deste Termo de Referência, exceto em caso específico, a critério da CONTRATANTE, e mediante sua expressa autorização, salvo no que tange ao laboratório de análises microbiológicas, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais.

Quanto ao levantamento das necessidades de alimentação pelas unidades atendidas, deu-se tão somente mediante apresentação de memorando com as demandas, sem a efetiva comprovação apresentando as reais necessidades. Ou seja, foi feito apenas um quantitativo entre os servidores em regimes de plantão e o setor de leitos, blocos, especificidades de tipos de alimentação, quantitativos de pacientes internados e os acompanhantes das respectivas unidades.

Após a aplicação da multa de 1%, ocorreram várias sequências de fatos em desacordo com o contrato, motivo pelo qual foi aplicada uma nova sanção; porém, mesmo diante de tais irregularidades, foi efetuado um termo aditivo.

Em razão das diversas reclamações recebidas e da péssima qualidade da alimentação fornecida, observado também o não cumprimento das cláusulas processuais conforme já demonstrado, o relator manifestou-se pelo encaminhamento, por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de um relatório parcial à Secretaria de Saúde atual para que, levando em consideração todos os pontos ali discutidos, suspendesse de imediato o referido contrato de alimentação.

Foi desta forma que, em setembro de 2019, a CPI pediu a suspensão do contrato de alimentação dos hospitais públicos de Roraima, após o levantamento de desvio na prestação de serviço, referente à empresa Andolini Comércio e Serviços Ltda-ME. O contrato ocorreu em 2016 e resultou em mais de seis mil páginas para análise, divididas em 33 volumes, tendo custo de R$ 23,9 milhões.

Pois bem, como já dito, durante as investigações, o relator da comissão entregou um relatório prévio informando inclusive que o contrato de alimentação do Hospital

77

Geral de Roraima (HGR), Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré (HMINSN) e Policlínica Cosme e Silva, firmado em 2016, tinha irregularidades como falta de alvará sanitário para prestação de serviços na cozinha das unidades de saúde e ausência de materiais para as refeições.

Acerca das atividades administrativas e financeiras ligadas às refeições fornecidas nos hospitais, serviço que é terceirizado, várias pessoas foram ouvidas pelos membros desta CPI, estando entre elas fiscais de contrato, gestores, o dono da empresa vencedora da licitação e outras citadas durante as investigações.

A falta de qualidade na alimentação, entrega de produtos vencidos e descontrole de quantitativo atestado nas notas fiscais emitidas pela empresa foram confirmadas pelas testemunhas. Na verdade, era atestado um valor único no total, mas os fiscais jamais conseguiram conferir se é realmente aquela produção que foi consumida durante o mês.

Com isso, importante esclarecer que os fiscais possuem o papel de conferir as faturas, analisar os documentos e checar se o serviço está sendo executado, mas foi constatado que a maior parte desses servidores apresentou dificuldades para conferir o quantitativo dos itens fornecidos.

Assim, durante os depoimentos colhidos, os deputados questionaram atrasos e quantitativos das refeições, também indagando sobre a maneira que os cardápios eram montados, além das condições físicas das cozinhas.

Entre os depoimentos, destacamos:

- Francisco das Chagas Cordeiro, fiscal do HGR e do HMI, ouvido em 14/10/2019, confirmando que havia pedidos para *coffee break* e solicitação de lanche para qualquer evento realizado pela direção. Além disso, reconhece que não havia uma conferência sobre a quantidade que os fiscais atestavam e aquela realmente consumida no mês:

> "(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** –Em algum momento, a alimentação foi solicitada para algum *coffee break*?
> O Senhor **Francisco da Chagas Cordeiro –** Foi.
> O Senhor Relator **Jorge Everton** – Foi?
> O Senhor **Francisco da Chagas Cordeiro –** Várias vezes, não só *coffee break*. Qualquer evento que tivesse era solicitado lanche pela direção.
> O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor, como fiscal, o senhor tinha conhecimento do teor do contrato?
> O Senhor **Francisco da Chagas Cordeiro** – Às vezes. Como a gente vai criar dificuldade se a própria direção manda que a gente cumpra isso?
> O Senhor Relator **Jorge Everton** –Não, seu Francisco, eu fiz uma pergunta. O senhor, como fiscal do contrato, o senhor tinha conhecimento do

teor do contrato?
O Senhor **Francisco da Chagas Cordeiro** –Tinha.
O Senhor Relator **Jorge Everton –** E lá estava especificado *coffe break*?
O Senhor **Francisco da Chagas Cordeiro –** Eu não lembro.
O Senhor Relator **Jorge Everton –**Não lembra? Ok. O senhor sabe dizer o nome dos proprietários da empresa ou alguém que representava a empresa com quem o senhor teve contato?
O Senhor **Francisco da Chagas Cordeiro –** Não, a pessoa que eu tinha contato, às vezes, que eu via lá no HGR, era o Márcio, que era o dono da empresa.
O Senhor Relator **Jorge Everton –** Somente ele?
O Senhor **Francisco da Chagas Cordeiro –**Somente ele.
O Senhor Relator **Jorge Everton –** Ok**.** O senhor falou de algumas reclamações. Eu gostaria que o senhor falasse de todas as reclamações que o senhor teve conhecimento referente à alimentação e se houve alguma notificação para que a coordenação ou a algum responsável fizesse à empresa, por favor.
O Senhor **Francisco da Chagas Cordeiro –** Não, reclamação, às vezes, pelo atraso. As pessoas reclamam da comida de hospital, porque não é uma comida como na casa da gente. Sempre vai ter reclamação.
O Senhor Relator **Jorge Everton –** Mas, a reclamação que eu digo é de teor nutricional, de validade, de produto vencido, produto diferente do contrato, esse tipo.
O Senhor **Francisco da Chagas Cordeiro –** Não, produto vencido, não. Eu nunca vi isso. Eu acho, que não procede. Se colocaram alguma situação... até porque é crime fazer isso.
O Senhor Relator **Jorge Everton –** O senhor não viu né, mas pode ter acontecido.
O Senhor **Francisco da Chagas Cordeiro –** Pode ter acontecido num plantão diferente.
O Senhor Relator **Jorge Everton –** Quando finalizava o mês, o senhor como fiscal e os demais fiscais, isso já foi dito aqui, eu só quero ouvir sua versão, como era feito o atesto das notas? O senhor conferia tudo que foi solicitado no seu plantão e conferia com os outros fiscais para ver se a quantidade que vocês estavam atestando era a quantidade que foi consumida efetivamente no mês?
O Senhor **Francisco das Chagas Cordeiro –** Geralmente, era feito esse quantitativo, a gente via que estava dentro do normal e enviando para ser feito o pagamento.
O Senhor Relator **Jorge Everton-** Não. Eu estou falando na hora de estar atestando a nota fiscal. O senhor não assinava como fiscal?
O Senhor **Francisco das Chagas Cordeiro** -Isso aí, para a gente atestar, era chamado na SESAU. Eles ligavam para a gente, porque se atestavam notas, eram vários hospitais que recebem. Então, era um calhamaço de notas, de quantitativos, a gente era chamado para assinar lá.
O Senhor Relator **Jorge Everton-** Ou seja, o senhor só chegava e assinava a nota, não checava folha por folha.
O Senhor **Francisco das Chagas Cordeiro-** Não. Até porque se eu fosse checar eu não vou saber o quantitativo lá do HC, de todos os hospitais. Eu vou saber de onde eu estou lotado.
O Senhor Relator **Jorge Everton-** Perfeito**.** Por isso que nós solicitamos que mudasse essa dinâmica, para que cada fiscal apresente o seu quantitativo para conferência. Mas eu só queria constar a pergunta para o senhor.
O Senhor **Francisco das Chagas Cordeiro-** Não teria como. É uma pasta enorme, e a minha parte do HGR onde eu era fiscal, eu posso saber porque a gente fez junto.

O Senhor Relator **Jorge Everton-** O senhor verificava a regularidade da empresa? Se ela estava regular, se estava com as certidões?
O Senhor **Francisco das Chagas Cordeiro-**Não tinha como (...)"

- Jaqueline Voltolini de Oliveira, gestora do processo, ouvida em 14/10/2019, a qual ratifica que a quantidade de alimentação era excessiva:

> "(...) A Senhora **Jaqueline Voltolini de Oliveira** – Meu nome é Jaqueline, trabalhei no período de 2015 a 2018 e trabalhei depois no período de dezembro a abril de 2019. Tive contato mais próximo ao processo no período de dezembro de 2018 a abril de 2019 no qual fui gestora do processo. No momento em que fui gestora do processo, a primeira identificação deu-se graças às inúmeras reclamações que todos os fiscais mandavam, com relatos, fotos e documentos de todas as unidades. Questionando tanto a qualidade ruim da alimentação como demonstrando atrasos e não cumprimento dos cardápios propostos que têm que ser entregues e os ficais colocam essa situação em todos os relatórios de todas as unidades, inclusive, não só das unidades hospitalares, como também das unidades pequenas, como o Hemocentro, que recebe lanches e relataram vários atrasos e questionaram a qualidade ruim servido no hemocentro e insuficiente, segundo a equipe de nutrição, falando que não tinha a quantidade de nutrientes para os doadores. Assim também, como os CAPs, que também fornecem lanches e questionavam a questão da qualidade. Observamos também os valores da alimentação servida, porque o valor, dependendo da alimentação, do cardápio prestado, vimos que tinha um valor diferenciado na nutrição. Valor financeiro. Além do valor financeiro tinha também a quantidade das refeições. A gente tentou, enquanto eu estava lá junto com a equipe da coordenação de urgência e emergência, tentamos identificar porque o valor das alimentações eram tão altos, e aí, a gente via que tinha muitas alimentações para servidor e acompanhantes e tentamos descobrir como era feito esse controle, como os fiscais faziam esse controle das alimentações. Os fiscais tinham um mapa, e eles anotavam nesse mapa quantos pacientes recebiam alimentação, paciente, acompanhante e servidores. E foi pensado em algumas estratégias, como fornecer a alimentação na "beira leito" tanto para o paciente quanto para o acompanhante, porque o acompanhante se servia no refeitório. Alguns setores dos hospitais também recebiam essa alimentação no setor como UTI, Centro Cirúrgico, começarem a receber essa alimentação dentro do refeitório também para ter um controle mais rigoroso dessa alimentação, bem como as alimentações servidas a quem de direito. Acompanhantes de direito receberem a alimentação e não todos os acompanhantes, porque às vezes a gente via que o paciente estava no pronto atendimento, passava a alimentação e perguntavam se queria uma marmita e às vezes a pessoa tinha acabado de entrar no hospital, não estava internada e acabava almoçando no hospital porque estavam passando com a marmita naquele momento e acabavam pegando uma marmita e comendo, o que ia dando um acréscimo maior ao contrato. E aí, convidamos os diretores das unidades para discutir essas propostas de como fazer para reduzir o contrato. Outra coisa que eu fiz na época foi tentar abrir um novo processo, e, segundo informações, o processo não foi aberto, não correu. Eu chamei os fiscais, nós pensamos em uma estratégia de melhorar o cardápio, com os fiscais elaborando o cardápio para a gente colocar dentro do processo um cardápio que seria mudado a cada quatro meses, porque alguns fiscais, como a fiscal do Cosme e Silva, ela reclamava muito que vinha sopa no jantar e que sopa não era um prato principal. Sopa era uma entrada, aí a proposta era que os nutricionistas como conheciam a alimentação, elaborassem uma proposta de cardápio para a empresa e o processo ser licitado conforme essa proposta, porque o contrato

também não coloca as especificidades de alimentação, como a alimentação para a população indígena, alimentação para diabético, hipertenso, hipocalórico, hiperprotéico, pois não tinha a alimentação para esse público. Como também não tinha alimentação para vegetariano, entre outros. Era uma outra proposta. O processo, quando eu ainda estava como coordenadora, só não foi para a frente porque a gente precisa de uma pessoa que fizesse a composição de custo e tem que ser um contador. Na época, encaminhamos um documento para o FUNDIS e para o Planejamento, solicitando o apoio de um contador para fazer a elaboração de custos da alimentação e não teve, segundo eles, na secretaria da SESAU, não tinha nenhum. E ficou de uma equipe talvez da Controladoria, que o secretário na época, o Dr Aílton ia conversar com a Controladoria para ver se existia a possibilidade de um contador fazer aquela composição de custos. Aí sai de licença maternidade e não acompanhei mais o processo, e não sei dizer hoje como está. Como eu acompanhei por três meses e meio, não tenho tanta informação, assim, anterior a isso.
O Senhor Relator **Jorge Everton** – Senhora Jaqueline qual foi a data, o período que a senhora identificou essas irregularidades? Foi a data final de 2019?
A Senhora **Jaqueline Voltolini de Oliveira** – Foi. Na verdade, eu entrei lá no período de transição. 13 de dezembro foi o meu primeiro dia, mas só fui nomeada em janeiro. Então, fiquei só identificando e fazendo um relatório pessoal para iniciar os trabalhos. A data exata é de dois de janeiro a 21 de abril. Foi a data que eu fiquei na Secretaria.
O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora é concursada?
A Senhora **Jaqueline Voltolini de Oliveira** – Sim. Sou concursada como enfermeira.
O Senhor Relator **Jorge Everton** – Essas irregularidades, essas reclamações, qual foram as providências que foram adotadas pela Coordenadoria?
A Senhora **Jaqueline Voltolini de Oliveira** – Todas elas eram encaminhadas para a Coordenação de Assuntos Normativos, a SEGAN, para parecer jurídico e a notificação da empresa. Nós recebíamos a notificação do fiscal, encaminhava para a empresa ter o conhecimento e nos dar uma resposta à notificação e ia para a SEGAN. E os assuntos normativos iam com o secretário de saúde para o secretário definir qual era a penalidade, se seriam advertência ou multa, qual era a penalidade aplicada mediante àquelas notificações.
O Senhor Relator **Jorge Everton** – Essa empresa que a senhora se refere, qual seria o nome dela?
A Senhora **Jaqueline Voltolini de Oliveira** – Eu conheço como M.L. de Matos, antigamente era conhecida como ANDOLINI, mas atualmente é M.L. de Matos.
O Senhor Relator **Jorge Everton** – Repita os dois nomes por favor.
A Senhora **Jaqueline Voltolini de Oliveira** – ANDOLINI e, se não me engano, M.L. de Matos.
O Senhor Relator **Jorge Everton** – Essa empresa, no período anterior, a senhora falou que entrou no período de 2015 a 2018, a senhora era o que nessa época, coordenadora ou fiscal?
A Senhora **Jaqueline Voltolini de Oliveira** – Não, eu não era nem coordenadora e nem fiscal nessa época. Trabalhava na Secretaria, mas não tinha acesso ao processo.
O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora só teve acesso ao processo nesse segundo momento?
A Senhora **Jaqueline Voltolini de Oliveira** – Sim. Nesse segundo momento.
O Senhor Relator **Jorge Everton** – Nesse período que a senhora esteve

à frente, a senhora tomou conhecimento de alguma solicitação que foi feita para coffee break referente a esse processo?

A Senhora **Jaqueline Voltolini de Oliveira** – Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Com relação a essa planilha de elaboração de projeto básico que a senhora solicitou e não conseguiu, a senhora sabe dizer se no processo da ANDOLINI havia esse projeto básico com essa planilha?

A Senhora **Jaqueline Voltolini de Oliveira** – Não sei dizer.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem fazia o controle específico das alimentações que iam ser solicitadas e quem fazia essa conferência?

A Senhora **Jaqueline Voltolini de Oliveira** – Os fiscais. Eles colocavam quantos pacientes estavam internos e quantos acompanhantes solicitavam da alimentação para a empresa e a empresa entregava a alimentação. Antes de a alimentação ser servida para pacientes, acompanhantes, profissionais, entre outros, eles têm que checar se ela tem ou não qualidade para ser servida, só após a liberação do fiscal é que a alimentação é servida.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E ao final do mês como era feito o atesto nas notas?

A Senhora **Jaqueline Voltolini de Oliveira** – Pelos fiscais. Os fiscais recebiam o mapa, conferiam o mapa e, baseado no mapa que eles conferiam com a quantidade de alimentações diárias, eles atestavam a nota. Quando eu trabalhava lá eram três fiscais, o fiscal da maternidade, o fiscal do Cosme Silva e o fiscal do HGR, aí nós solicitamos o fiscal das unidades pequenas que foi publicado, se não me engano, em abril, quando entraram os fiscais dos CAPs e do Hemocentro que não tinha. Nós pedimos para a nota ser individual, para cada unidade, para cada fiscal, porque essa era uma reclamação dos fiscais. Eles assinavam uma única nota, e eles não tinham a totalidade. Vinha um mapa que constava todas o valor final da nota, mas eles não tinham como olhar e falar essa nota é da minha unidade, então nós solicitamos isso que ficou para um parecer jurídico para mudar naquele momento ou não. Foi quando eu saí e não acompanhei mais.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora falou que inicialmente a quantidade da alimentação era excessiva, mas comparada a quê? Número de pacientes, número de contratado. A senhora comparou isso a que para chegar a essa conclusão.

A Senhora **Jacqueline Voltoline De Oliveira** – Na verdade, era o valor da nota fiscal. Quando chegou a primeira nota fiscal que eu olhei e falei não, está muito alto, nós temos que conferir se todas essas alimentações têm que ser conferidas. Foi quando eu chamei os fiscais e eles mostraram o mapa de alimentação diária. Pelo mapa de alimentação que os fiscais têm, nós fomos comparar com o mapa que tinha dentro do processo para ver se batia e realmente bateu, aí nós identificamos o porquê que estava alto, é por conta de quantidades das pessoas que comiam? Aí nós fomos buscar na lei quem é quem tinha direito à alimentação. Nós vimos que um monte de gente que se alimentavam não tinha o direito prerrogativo por lei para se alimentar. Foi quando se estabeleceu que só ia se alimentar nas unidades as pessoas com direitos legais, todos os pacientes internados, mas só os acompanhantes que realmente a lei determinava que tinha que se alimentar.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então quem fazia essa solicitação estava fazendo da forma errada, é isso?

A Senhora **Jacqueline Voltoline de Oliveira** – Estavam fazendo para todos os pacientes, todos os acompanhantes e todos os servidores. Então nós fomos buscar na lei e só tinha direito acompanhante de idoso, criança menos de treze anos, portadores de necessidades especiais, pacientes fora de domicílio e funcionários que trabalham acima de doze horas, porque comiam os funcionários que trabalhavam seis horas e os demais acompanhantes todos comiam.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Esses de seis horas que não tinham direito à alimentação, quando eles dobravam o plantão eles teriam direito a essa alimentação?

A Senhora **Jacqueline Voltoline de Oliveira** – Aí ficou a caráter da direção da unidade e ao serviço social determinar as pessoas que iriam comer que não existiam prerrogativa por lei. (...)"

- Márcio Luiz de Mattos Muller, dono da empresa ANDOLINI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP, ouvido em 15/10/2019, que, além de tentar justificar as deficiências da empresa, confirmou a ligação da esposa de Rui Figueiredo no referido contrato;

"(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** – Seja bem-vindo, Márcio. Justamente, essa oitiva é para que você possa esclarecer as dúvidas que surgiram no processo, para que você possa apresentar todas as informações necessárias para o andamento da CPI. Márcio, todos os fiscais que foram ouvidos, em sua maioria, falaram em deficiências da empresa, como cardápio repetido, ausência de fardamento, atraso na alimentação e fornecimento em desacordo com o contrato. O que você teria para falar para a gente sobre esses itens que foram citados aqui nas oitivas?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Diariamente, são servidas mais de 6 mil refeições por dia. Vou falar da realidade de hoje: estamos com cinco meses de atraso, e já estamos no 16º dia do sexto mês. Aí, vêm os problemas de uniforme. Existe, porque, pelo contrato, tem que trocar o uniforme a cada quatro meses, de todo mundo. Acaba não trocando, trocamos a cada seis meses. Vai ficando velho, vai ficando feio, mas são casos pontuais. Nós temos hoje 180 funcionários, atendemos duas unidades hospitalares, sendo 4 com produção. O fiscal, se ver uma pessoa sem uniforme, dos 180, ele registra. Assim funciona o contrato. Não são todos. A falta de uma bota, ele registra, mas não é registrado da forma que tem que ser. Um exemplo: se ele colocasse que um está sem bota, não é todo mundo que está sem bota, ou está sem farda, ou sem uniforme. Existe também casos de pessoas que desobedecem, que vai sem uniforme, inventa uma desculpa que rasgou, que não secou. Então, não é a totalidade da empresa, são fatos pontuais. A gente pune o funcionário, mas não podemos dispensar porque a gente precisa dele. Atraso de refeições acaba sendo um círculo vicioso se você não tem dinheiro. Você tem sete veículos para entregar, eles não têm manutenção adequada, eles quebram, aí tem que usar um veículo para fazer dois serviços. O cardápio funciona assim: é entregue o cardápio do mês seguinte 20 dias antes de começar o mês. A SESAU aprova ou não aprova; se ela reprova, a gente conserta. Tem o cardápio do mês: hoje tem bife, amanhã assado de panela, depois frango ao molho... Um desses dias repete, vai bife ou bife. Está errado contratualmente, mas ninguém é lesado. Por exemplo, quem trabalha hoje na Secretaria folga três dias, então, se eu repetir o cardápio, não vai ser a mesma pessoa que vai comer o bife. Está errado, acontece, mas volto a lhe dizer que tudo é por dificuldades financeiras. Mas nada é deixado de servir, nem a menor nem a maior. Nesses últimos dois anos, a gente nunca deixou de fornecer nenhum dia por conta de problemas acarretados pela falta de recursos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quanto à questão do fornecimento em desacordo com o contrato?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Se o senhor olhar, todo mês a gente recebe notificações, os apontamentos dos fiscais. Então, em desacordo, teria que ver em que ponto foi o desacordo, porque é muito generalizado.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Produtos diferentes do que está no contrato.

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Vou dar um exemplo para o senhor. Vamos falar do servidor. Tem lá uma regra, eu tenho que fornecer vinte dias de carne bovina e dez dias de carne de frango, suíno e peixe. Certo. Aí, todo dia tem que ter arroz e feijão. São quatro guarnições, sendo purê, pirão, macarrão e vegetais cozidos, certo. Então é isso que acompanha o prato, uma dessas guarnições e essas proteínas, suco de fruta natural e sobremesa, salada crua e salada cozida. Sempre é batido em cima do cardápio. Como eles têm o cardápio nas mãos, se tem lá sobremesa, suco de manga, é desacordo. É uma coisa muito amarrada e aqui nós temos muitas dificuldades de arrumar polpa, carne também, porque temos que processar todos os dias 600 quilos de carne, metade frango e metade bovina, ou peixe, depende do cardápio. Então, os fiscais levam aquilo com muito rigor. Não é que aquilo seja deficiente ou insuficiente; que é em desacordo é, nesse caso é, mas teria que ver cada notificação, cada apontamento que foi feito para poder fazer uma explicação mais apurada.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Com relação aos EPIs, eram fornecidos ou não?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Foram fornecidos, sim. Nós somos muito fiscalizados pelo Ministério do Trabalho, muito no HGR e na Maternidade, por conta das empresas anteriores que tiveram muito problema com funcionários. Antes de mim, tiveram mais três empresas e todas deixaram o pessoal na mão quanto a salário, rescisões e etc.. Aí eles têm o hábito de irem lá constantemente, a cada dois meses estão lá, falam com todo mundo, perguntam sobre o salário. Mas os EPIs são entregues como manda a lei, com recibo e tudo. Como eu falei para o senhor, às vezes um ou outro não está usando, mas a nutricionista do local, ela tem que advertir a pessoa e, muitas vezes, nem deixar entrar, no caso de EPI, que seria a bota, luva.... Para o açougueiro, é a malha de aço; quem carrega peso, a cinta lombar; na cozinha, uma vez ou outra, usa um óculos quando limpa a coifa.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Chega ao ponto de as vezes não ter esse material?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Eles receberam, mas não usam. Pediram que a gente enviasse todos os recibos para a Secretaria, depois que ela foi notificada.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem é que teria que fiscalizar da empresa, o responsável da empresa que seria responsável por fiscalizar isso?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Na verdade, nós tínhamos uma nutricionista.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não, falo da questão do EPI. Quem era o responsável? Era a nutricionista da empresa?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Como são quatro unidades mais a sede, são cinco, cada unidade tem uma chefe, uma nutricionista. O RH entrega, mas quem está convivendo com a pessoa no dia a dia é a nutricionista. Ela comunica ou leva advertência.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Já ocorreu de algum insumo vencido?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Ocorreu. Vou explicar esse fato porquê... foi uma Bananinha da Saci, ela vem em um envelope e está como sobremesa. Esse fato que aconteceu, tenho que ajuntar com a nota fiscal da compra. Comprei no Frios Roraima um doce feito pela Saci aqui de Roraima, um doce muito gostoso de banana. Nessa caixa de 50 unidades, vieram alguns itens vencidos, certo? Foi detectado, foi registrado por foto e foi recolhido. Ninguém comeu aquilo lá, mas foi uma falha da produção, pois, quando eu contatei o fornecedor, que é o Frios Roraima, ele contatou a Saci, acho que é o Yucatan o proprietário, falou que colocaram vencidos dentro de uma caixa com os não vencidos. Tenho até a nota fiscal da compra, e foi vencido depois de uma semana, não foi uma coisa que estava no estoque velho. E isso ocorreu bem no início do contrato, no mês de setembro ou outubro, uma falha de uma

indústria. É como se o senhor comprasse um fardo de arroz e, no meio deles, vem um quilo de arroz vencido. Ninguém vai ver uma validade dessas, está dentro de um pacote, né? Mas isso aí é uma coisa industrializada que compramos de terceiros, nada que a gente forneceu. Acharam, detectaram e recolheram.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem achou?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Não me recordo. Pode ter sido um fiscal da empresa ou um dos nossos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor não tem certeza?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Só se eu olhar na ocorrência.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Aqui é para o senhor lembrar.

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – É possível que tenha sido um fiscal do contrato.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu estou com um documento aqui que foi encaminhado para o senhor Pablo de Souza Barros, porque esse processo, ele tem trinta e três volumes, é muito volumoso, e o alvará de funcionamento que consta é esse provisório, que já está, inclusive, vencido. O senhor tem o alvará definitivo?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Sim, nós temos alvarás, tanto este quanto o sanitário do início. É que ele vale por um ano, nós temos todos eles. É um *kit*; venceu, renova; venceu, renova.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O Senhor apresentou à SESAU? Porque não está aqui no processo. Vou solicitar da SESAU que encaminhe, porque nós só temos esses dois aqui, o alvará e a licença sanitária que já venceu em fevereiro.

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Sim. Ela pediu e foi apresentado à SESAU. Mas uma coisa importante é que, no site da Prefeitura, tem todos eles, ano a ano. É bem fácil de consultar.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem faz parte da empresa? Quais são os sócios, proprietários e gerentes que tratavam diretamente sobre esse contrato?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Nesse contrato, sempre fui eu. Sempre fui eu, tanto para lidar com o Secretário quanto com os fiscais. No dia a dia da cozinha, no dia a dia de tudo, sempre fui eu. O que ocorre é muita fofoca.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Outros nomes foram citados pelos fiscais aqui durante os interrogatórios, como o Pablo. Quem é Pablo? Ele faz o que lá?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – É um funcionário do faturamento. É do faturamento até hoje.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Acho que o nome do Dr. João também apareceu nos depoimentos, o nome do senhor Rui Figueiredo. Qual a participação do senhor Rui Figueiredo?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – O Rui participou no início, ajudando no processo, pois foi bem cansativo e bem complicado, durou três meses entre a licitação e a contratação. Só que o Rui é um amigo, nunca teve participação nenhuma. Ele tem o jeito dele de ser, quem conhece ele sabe que ele é falador, explosivo e é jornalista. Ele tem o mal do jornalista, desculpa quem é e está aqui presente, mas jornalista tem que falar, eles têm que falar. E eu não tenho nada a ver com isso, o que ele fala é um problema dele, não sou eu que peço a ele para fazer nada disso, não tenho nada a ver com isso, entendeu? Ele vai ter que responder pelo que ele fala, certo? Me ajudou até um certo momento, sim, porque ele conhecia. Nós passamos por oito secretários de saúde, e ele conhecia grande parte deles. E, realmente, esse processo sempre fica parado em coordenações, procuradorias, o MPC mesmo entendeu, e sempre tem que ter alguém atrás dele para ele poder se movimentar, senão você não consegue realizar.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você está falando do período da licitação. Só que as informações que a gente tem são, inclusive de informações recentes, de ele ter se apresentado para gestores, para fiscais, como representante da empresa.

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Quando ele faz isso, na minha ausência, é no intuito de ajudar; mas, pelo que ele fala, ele nunca falou isso, de se dizer representante, sócio, como nada.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor já participou de alguma reunião com a coordenadoria na presença do senhor Rui Figueiredo?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Participei. No começo, com a Helenira, que esteve aqui hoje.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Este ano?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Não, não. A Helenira ficou pouco tempo lá.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Este ano?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Sim, com a Jaqueline, que estava aqui ainda agora.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Houve uma reunião que participou o senhor, o Dr. João e mais quem?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Na coordenação? Não, não me lembro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não? Ou o senhor não lembra?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Não me lembro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O Rui tinha autorização para falar pela empresa? ele recebia algum valor financeiro? existia algum contrato entre vocês?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Não. Não existe contrato e nem valor financeiro. Ele acompanhou o início do processo e acompanhou um pouco a caminhada, mas ele nunca teve que cumprir nada, receber nada. Ele está muito doente, o Rui, então, ele trabalha um dia hoje, e daqui a cinco dias, ele volta à ativa. Então, não posso contar com uma pessoa dessas, ele me ajudou como amigo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor já deu algum recurso financeiro, já fez algum pagamento pelo serviço dele?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Não, não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Nunca?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Nunca.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor falou que ele é seu amigo. O senhor conhece a família do Rui?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Conheço, conheço.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Conhece a esposa dele?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Conheço.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Como é o nome dela?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – É Luana.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ela era fiscal do contrato?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Ela foi coordenadora, fiscal não. Coordenadora, né? Correto. Coordenadora de nutrição. As coordenadoras têm a CGUE, que fica na Secretaria de Saúde; a de nutrição fica nas unidades. Então, cada unidade tem uma coordenação: HMI, HGR, Cosme e Silva, clínicas, né? (...)"

Questionado pelo deputado Jeferson Alves, esse depoente afirmou que Rui Figueiredo esteve com alguns políticos para tratar dos interesses da Andolini:

"(...) O Senhor Deputado **Jeferson Alves** – Não tem. Durante esse período aí, de agosto de 2017 até os dias de hoje, o senhor Rui Figueiredo teve acesso ou

participou de alguma reunião com algum político para tratar desse assunto da empresa Andolini?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Eu não posso responder se ele teve, né?

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** – Pergunto se o senhor teve conhecimento disso, se ele esteve reunido com agente político ou algum político com mandato, para tratar justamente sobre os interesses da empresa. É do seu conhecimento?

O Senhor **Márcio Luiz de Mattos Muller** – Sim.(...)"

Voltando a questão do envolvimento do Senhor Rui Figueiredo com uma fiscal do processo, ouvida em 10/10/2019, na 10ª Reunião, **Luana Paula Bezerra Pereira** c-onfirma viver em união estável com ele:

"(...) O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Sampaio, seu questionamento é pertinente. A doutora Luana informa que ela é solteira na sua ficha de identificação, mas eu desconhecia esse fato. Isso tem a ver com a investigação. Então a testemunha não pode deixar de responder. Então, eu pergunto: a senhora teve alguma relação com o Senhor Rui figueiredo, que vai ser ouvido?

A Senhora **Luana Paula Bezerra Pereira** - Eu sou esposa, tenho uma relação, vivo junto com ele, mas oficialmente eu sou solteira, por isso eu coloquei solteira.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas a senhora vive com ele?

A Senhora **Luana Paula Bezerra Pereira** -Vivo com ele e tenho um filho dele de dois anos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** –União estável. Tem mais pergunta, Senhor Relator?

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Tenho sim.

(...)
O Senhor Relator **Jorge Everton -**Essa informação nova, realmente, surpreendeu porque na ficha está como solteira. Na época que você era fiscal, já tinha um relacionamento com o Senhor Rui Figueiredo?

A Senhora **Luana Paula Bezerra Pereira**-Na época que era fiscal, já. Inclusive já era coordenadora antes de casar com o Rui Figueiredo.

O Senhor Relator **Jorge Everton –** Qual o vínculo dele com a empresa? Você como esposa dele, você tem conhecimento de algum vínculo...

A Senhora **Luana Paula Bezerra Pereira**-Efetivamente, não tenho nenhum conhecimento de nenhum vínculo dele com a empresa.

O Senhor Relator **Jorge Everton-** Qual o interesse dele nesse contrato? Você como esposa dele.

A Senhora **Luana Paula Bezerra Pereira** – O que posso apenas lhe falar é que ele conhece, assim como eu conheço, o Márcio Miller.

O Senhor Relator **Jorge Everton –** Você já conhecia o Senhor Márcio Miller, durante o período que você era fiscal do contrato?

A Senhora **Luana Paula Bezerra Pereira** – Conheço o Márcio Miller desde a adolescência.

O Senhor Relator **Jorge Everton –** Desde a adolescência. Existe um vínculo de amizade, então?

A Senhora **Luana Paula Bezerra Pereira** – Amizade não. Não é frequentador de minha casa, não é assim. Conheço, como conheço o pai. Como Boa Vista é bem pequena, a gente tem um conhecimento das pessoas. Como conhecia o André Vilória da Taiti.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A senhora está afirmando, então, que a senhora desconhece que o Rui Figueiredo tem alguma relação de sociedade, mesmo que informal com essa empresa?

A Senhora **Luana Paula Bezerra Pereira** – Desconheço.

(...)"

E mais. Embora a depoente **Luana Paula Bezerra Pereira** quis negar a relação de sociedade entre Rui Figueiredo e a ampresa Andolini, o deputado Renato Silva relatou nessa ocasião que, quando servidor do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima, chegou a receber Márcio Miller e Rui Figueiredo, o qual se apresentou como um dos representantes da empresa. Vejamos:

"(...) O Senhor Deputado **Renato Silva –** Presidente, obrigado pela sensibilidade, agradeço também ao Relator.

Eu não lembro o período, mas foi no início desse contrato. Foi muito bom. Eu não sabia dessa informação que o Deputado Sampaio levantou aqui.

Quando fui servidor do Ministério Público de Contas, teve uma denúncia sobre esse contrato de alimentação, que possivelmente teria sido um favorecimento para essa empresa Andolini, e disseram, na época, que tinha políticos envolvidos com essa empresa. Eu, como era servidor, fui acompanhando o procurador, Doutor Paulo Sérgio, com papel e caneta para fazer a oitiva. Tanto estava na mesa o secretário como o presidente da CPL, fiscal de contrato e o Márcio Miller chegou lá junto com o Rui Figueiredo se apresentando, que participava junto com a empresa, com o Márcio Miller. Então, é muito estranho você levantar isso, Soldado Sampaio, porque estamos aqui com a fiscal do contrato que é esposa do Rui Figueiredo, e quando eu era do Ministério Público, se apresentou como se tivesse participação na empresa e hoje ele levanta suspeita de parlamentares em redes sociais. E eu fiz a intimação dele, eu que fiz o pedido para intimá-lo pelas coisas que ele vem falando nas redes sociais e agora estou protocolando aqui na sua frente que é esposa dele, a intimação dele. Eu fiz verbalmente, Deputado Soldado Sampaio, e agora estou fazendo por escrito para ele ser intimado. Então, a gente tem que entender, de fato, qual é o objetivo dele, e buscar a clareza. Foi muito bom

o que o senhor falou, vai somar muito com restante dessa oitiva hoje e, com certeza, com a de terça-feira também. Porque eu já tenho provas concretas e liguei uma coisa a outra, de que o Rui Figueiredo fazia participação dessa empresa e nós tínhamos a esposa dele fiscal da empresa? Temos denúncias dessa empresa que teve comida com mosca, da própria diretora da Maternidade, a qualidade da comida era péssima. Eu estive pessoalmente fazendo diligência com os Deputados Ione, Neto Loureiro e a senhora falando aqui que não tinha nenhuma irregularidade, que nunca teve denúncia, nunca teve reclamação, nunca teve nada de errado. Então, começa um outro patamar de investigação.(...)"

Também na mesma reunião foi ouvida **Joyce Vânia Miguel da Cruz,** fiscal no processo de alimentação, que, ao ser questionada se conhecia o proprietário da empresa Andolini, assim respondeu:

"(...) O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Vou direto na pergunta. A senhora conhece o proprietário da empresa?

A Senhora **Joicy Vânia Miguel da Cruz Silva** – É como falei no começo, o que chega para a gente e não tem fundamento falar porque não temos certeza de nada, ninguém sabe quem é o proprietário! Quem é sócio! Não sabemos de fato quem é. Eu conheço o Márcio e a esposa. Quando eles assumiram a empresa eu tive a oportunidade quando ele foram visitar a unidade, saber das instalações, reparações que poderiam ser feitas de imediato, tal e tal. Tive a oportunidade de conversar, e fiquei sabendo que eles eram proprietários, mas, que teriam outros sócios e esses sócios não conheço, e também não sei se isso procede ou não, se são sócios realmente ou não, se são proprietários realmente ou não. Eu não sei!

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Algum deles conhecido por Rui Figueiredo? Ouviu falar nesse nome? Você conhece esse cidadão?

A Senhora **Joicy Vânia Miguel da Cruz Silva** – Perguntei uma vez, porque ele é esposo de uma nutricionista do HGR, a Luana. Eu soube como todo mundo soube que ele era um dos sócios. E mais tarde, conversando com outros colegas, disseram que realmente ele chegou a ser sócio no ingresso dessa empresa e que depois não era mais, também não souberam dizer o porquê e nem por quanto tempo ele permaneceu sócio. (...)"

Rui Oliveira Figueiredo, o qual, embora tenha feito várias postagens em redes sociais do tipo *"a coisa está escancarada na Secretaria de Saúde: empresário que aceita pagar propina recebe e continua faltando tudo"; "a empresa trabalha além de suas atribuições; passa 6, 7 meses sem receber o que o governo lhe deve e, quando recebe, entrega lucro e parte do dinheiro pego com agiota e paga propina a político com anuência do governo"; "é preciso valorizar quem trabalha com responsabilidade, e uma empresa que procura cumprir com a sua missão, com respeito àqueles que atende, merece, no mínimo, receber em dia. Depois de quase 5 meses trabalhando para levar alimentação*

***adequada ao sistema de saúde do estado, sem nunca ter recebido um só pagamento integral, a empresa que presta os serviços corre o risco de ter que parar contra sua vontade. Os grandes prejudicados são pacientes, acompanhantes, servidores do Hospital Geral de Roraima, Maternidade Cosme e Silva, Coronel Mota, do Hemocentro e do CAPSI"*, em seu depoimento disse apenas os nomes dos políticos que costumava ver na Sesau, citando nominalmente Mecias de Jesus e o presidente da Assembleia Legislativa Jalser Renier;**

"(..) O Senhor Relator **Jorge Everton** – Boa tarde. Chegou ao conhecimento da CPI, que você teria interesse em colaborar com a CPI, que você teria informações importantes, e eu gostaria que você nos falasse. Fique à vontade e nos fale o que você pode trazer ao processo para a gente fazer um trabalho que o objetivo é melhorar a saúde do nosso estado.

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – É exatamente na condição de cidadão que estou aqui. Fui Secretário de Estado por quase dez anos seguidos e tenho compromisso com esse estado que escolhi para viver há 38 anos. Eu tenho dever moral com a população desse estado. Como meu nome foi mencionado diversas vezes, eu tinha conhecimento através das redes sociais, era mais um motivo para eu vir aqui depor. Estou me colocando à disposição para depor como cidadão que quer o melhor para a saúde do estado, até porque eu vivo muito no hospital. Até em função de problemas particulares de saúde, eu sei da situação que vive aquele hospital. Tenho uma preocupação especial muito grande com a situação da alimentação enteral que é servida aos pacientes das unidades de terapia intensiva. Todos os dias morre gente naquele hospital por falta de alimentação enteral ou alimentação enteral inadequada; todos os dias eu vejo pacientes sofrendo de dor por falta de morfina ou dolantina no bloco C, que é o bloco para pacientes portadores de câncer; todos os dias eu vejo pacientes morrendo no bloco C por falta de alimentação enteral também. Alimentação enteral não é responsabilidade da empresa Andolini, do senhor Márcio Muller. Alimentação enteral é de responsabilidade da NutriNorte. Eu vi uma coisa absurda acontecer, se não me engano, no ano passado, que foi a renovação de um contrato com a mesma empresa que prestava o serviço de alimentação enteral. A renovação de um contrato de forma absurda. Quando os alimentos chegaram, já estavam vencendo; ou foram servidas vencidas ou venceram, e não tinha mais para os pacientes, e os pacientes estavam morrendo. Isso foi levado ao conhecimento do Ministério Público. Eu, pessoalmente, estive no GAECO. A empresa NutriNorte fica na Av. Ville Roy, ela fornece alimentação enteral. Eu vi casos absurdos e eu tenho interesse, sim, na saúde do meu estado. Eu vejo centenas de pessoas ali sofrendo no dia a dia; eu tenho interesse em contribuir e falo honestamente que venho aqui de coração aberto, sem mágoa, sem ressentimentos. Não venho para machucar ninguém; vim para dizer a verdade.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quais seriam as informações que você teria, não de fofoca, de ouvi dizer, mas do seu conhecimento? Qual a participação e envolvimento de algum político? Porque o secretário que saiu disse que não conseguia fazer um bom trabalho porque haviam políticos envolvidos. Você tem conhecimento de algum parlamentar, seja estadual ou federal, que prejudica a saúde do nosso estado?

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Que prejudica a saúde do estado não. Eu ouvi comentários, inclusive da boca do Secretário que veio aqui...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ouvi dizer não, do seu conhecimento, da certeza de que parlamentar está envolvido na corrupção da saúde pública.

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Que eu tenha visto não, que eu vi processo, não. Das vezes em que eu estive na Secretaria, que eu fui acompanhando o senhor Márcio Muller, meu amigo pessoal, uma pessoa que me acompanha no dia a dia, encontrei lá, na época o deputado Renato Silva, a Deputada Aurelina, Soldado Sampaio. Sempre os encontrava por lá, os via como pessoas que estavam ali com interesse na área de saúde, nunca cometi a insanidade de acusá-los de estarem ali transgredindo lei, tentando beneficiar alguém, buscando algum benefício próprio. Nunca cometi isso, a minha preocupação é com a saúde, no seu geral.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você participou de alguma reunião com parlamentares para tratar de assunto de contrato da SESAU?

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Em um determinado momento, quando comecei a participar desse processo com o senhor Márcio Muller, nós abrimos o Compras Net e identificamos que tinha um contrato que ele tinha empresa que tinha autorização para atuar nessa área de alimentação hospitalar, porque, ao contrário do que foi dito nas redes sociais, a empresa de engenharia tem mais de uma empresa com o mesmo nome, mas com mais de um CNPJ. E esse CNPJ autoriza a empresa em alimentação hospitalar. Vimos aquilo ali, e ele disse que tinha interesse em concorrer, e eu o ajudei naquele processo, na elaboração do processo, no oferecimento de proposta, pesquisa de preço. Foi isso que eu fiz, ajudar um amigo a vencer aquele processo. Esse processo demorava muito, passou num período só. Eu estou aqui, mas tem coisas que vou me reservar ao direito de não dizer, até porque assumi compromisso. Eu fui à Polícia Federal, Justiça Federal, Ministério Público Federal, antes de estar aqui. A todos eles eu prestei essas informações e fui muito esclarecedor em relação a isso. O processo demorava muito e não saía. Na Polícia Federal mesmo perguntaram por que levou 3 meses para a publicação do resultado. Um dia tinha uma declaração de um secretário no jornal Folha online, dizendo que nenhuma das 3 empresas estavam habilitadas, não tinham condições de assumir o contrato. Depois eu fui olhar, as duas primeiras empresas eram de fachada, empresas jogadas como boi de piranha, que não tinham condições mesmo. Os valores eram inexequíveis, até abaixo dos valores do projeto básico do termo de referência; no entanto, a terceira colocada era a Andolini. Ela preenchia todos os requisitos. Então, fui procurar saber como a gente faz para mostrar que isso está errado. Fomos atrás do Secretário de Saúde, fui atrás do político que indicou o secretário de saúde.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem era?

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – O Mecias de Jesus. Falei: deputado, gostaria de conversar com o Secretário, ele é indicação sua, se é possível. E fomos conversar sobre isso. E conversamos sobre o processo, foi visto o que estava acontecendo, não havia nenhuma irregularidade. Poucos dias depois, o processo foi homologado e a empresa foi vencedora do contrato.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Após essa reunião.

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Não. Após a reunião com a Secretaria de Saúde.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Primeiro, você participou dessa reunião com o deputado Mecias de Jesus para que ele, junto ao secretário, atendesse.

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Não. Só para que ele pudesse facilitar um encontro com o Secretário.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Houve essa reunião e logo após a empresa foi homologada?

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Tivemos acesso ao Secretário, pudemos conversar com o Secretário, depois a empresa teve homologação, porque foi esclarecido para o Secretário que não havia nenhum erro e que a empresa preenchia todos os requisitos. Ele mandou então para análise da

Procuradoria, a Procuradoria emitiu parecer dizendo que não contrariava, que estava tudo normal e o contrato foi assinado depois.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você presenciou algum pedido de benefício por algum político, algum parlamentar, seja ele deputado estadual, federal ou senador?

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Não, em momento algum.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você tem conhecimento de que algum político recebia ou recebe dinheiro de contratos referentes à SESAU?

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Não tenho conhecimento.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você tem conhecimento de algum político que tem empresa que presta serviços à SESAU?

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Não tenho conhecimento.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas isso está diferente do que você coloca nas redes sociais.

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – O que eu coloco nas redes sociais é que eu tenho visto políticos lá.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tem chegado para mim impressos sobre as publicações...

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Deputado, eu estou falando para a Comissão Parlamentar de Inquérito e não para as redes sociais.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É referente ao que você falava que sabia, essa é a minha dúvida.

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – O que eu falei em ralação à participação de parlamentares foi que eu vi parlamentares por lá, assim como eu vi, por exemplo, o deputado Renato Silva algumas vezes na companhia do Procurador de Contas do Estado. E o Procurador de Contas do Estado é uma pessoa que pegou o contrato durante o período, colocou embaixo do braço por 21 dias. Sabendo que a nota corria dentro do processo, ficou com o contrato durante 21 dias e devolveu o contrato sem qualquer despacho, prejudicando a empresa no recebimento da fatura daquele mês.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tem uma postagem aqui que diz o seguinte: "a coisa está escancarada na Secretaria de Saúde: empresário que aceita pagar propina recebe e continua faltando tudo". O senhor reconhece sendo sua essa postagem?

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Eu postei alguma coisa no *Facebook* na intenção de ser convocado para esta comissão. Chamei atenção nas redes sociais com a intenção de ser chamado para esta comissão.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O seu advogado é bom.

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Obrigado.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu estou elogiando o Doutor Leocádio porque conheço o trabalho dele como profissional. Eu gostaria de ler mais uma postagem: "a empresa trabalha além de suas atribuições; passa 6, 7 meses sem receber o que o governo lhe deve e, quando recebe, entrega lucro e parte do dinheiro pego com agiota e paga propina a político com anuência do governo". É certo isso? E as ameaças? É o governo do investidor ou de agiotas e perseguidores? O senhor confirma essa publicação?

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Confirmo, fui eu quem publiquei com a intenção de ser chamado a esta comissão, para ser ouvido.

(...)

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu vou continuar perguntando e, se chegar em algum assunto sigiloso, se você entender que vai atrapalhar as investigações, é lógico que a gente não vai querer que isso aconteça. Existe outra publicação sua: "é preciso valorizar quem trabalha com responsabilidade, e uma empresa que procura cumprir com a sua missão, com respeito àqueles que atende, merece, no mínimo, receber em dia. Depois de quase 5 meses trabalhando para levar alimentação adequada ao sistema de saúde do estado, sem nunca ter recebido um só pagamento integral, a empresa

que presta os serviços corre o risco de ter que parar contra sua vontade. Os grandes prejudicados são pacientes, acompanhantes, servidores do Hospital Geral de Roraima, Maternidade Cosme e Silva, Coronel Mota, do Hemocentro e do CAPSI". Você confirma que essa publicação é sua?

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Confirmo, essa publicação é minha.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tem uma publicação que diz aqui: "CPI da Saúde não vai dar em nada pelos membros da CPI envolvidos até o pescoço com o governo e empresários".

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Não foi eu.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você compartilhou essa publicação.

Bom, então todas as publicações que você colocou era no sentido de vir aqui na CPI e falar?

O senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Não, não absolutamente. A maioria daquilo que eu postei são fatos muito além e que estão em depoimentos meus prestados a outros órgãos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Estou perguntando com relação a essas afirmações que eu passei a você.

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Exatamente em relação a essas aqui eu... Sim, o que eu deixei de postar, eu não postei em função do segredo de justiça.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Em postagens suas você chegou a afirmar que parlamentares estaduais estariam envolvidos até o pescoço.

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Quais delas, senhor Deputado?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Vou pegar aqui a postagem, é uma postagem que eu estava olhando nesse instante.

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Sobre isso, o senhor já se referiu ainda pouco e já foi comentado.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – "Deixa o circo pegar fogo com a CPI sob suspeita e maracutaia". Você confirma ter afirmado isso aqui?

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Não me lembro. Em referência ao processo, na época em que fui secretário em 2017, relativo a 2016.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Leia, por gentileza, e se você achar que deve responder, você responde.

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – "Os indícios de maracutaia de fato de seriedade estão no ar. Coloquei-me à disposição para depor e colaborar com a CPI da Saúde, que fala em apurar desvio, corrupção, à Secretaria que tem o segundo orçamento público de Roraima. Ainda não fui convidado e convocado, mas a CPI divulgou os documentos, dizendo que devo depor sobre fatos relativos a 2016. Nesse caso, eu não era Secretário de Estado e nem tive nenhuma ligação com o governo ou secretaria. Deve ser para instigar lá e, de fato, dizer que só sei que nada sei". Isso foi eu que postei e quero falar, mas de outros tempos, ou de quando fui secretário, ou de quando acompanhei o processo da SESAU, de meados 2017 para cá, que aquilo a que me referi, aquilo que me reportei, devo ter alguma contribuição para dar. Posso falar da notificação sem pé e sem cabeça juntada ao contrato da empresa que fornece alimentação hospitalar desde 25 de agosto e que pretende agora beneficiar empresas de meio dia do governo do norte. Essa maracutaia com a empresa do meio dia envolveria pelo menos quatro deputados. A trama singela, sob vários aspectos, e fraudulenta foi descoberta em tempo hábil. Isso aqui eu tenho conhecimento, Deputado, não carece de... É *post* meu, eu não vou ler aquilo que escrevi, foi eu que escrevi.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É porque tem que estar consignado na ata para podermos dar continuidade.

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – A trama é ilegal, sob vários aspectos, foi descoberta em tempo hábil pela Procuradoria e pela Secretária de Saúde e abortada, mas resultou na exoneração da funcionária da CGUE, suspeita de pôr no documento falso, dentro do processo, essa informação. Eu obtive, por

acaso, né, Deputado, a notificação falsa que não dava à empresa nem a chance de se defender. Aplica multa descabida de cento e cinquenta e sete mil reais com o objetivo: tirá-la da próxima licitação por idoneidade. A CPI da Saúde poderia começar por ouvir os deputados Aurelina Medeiros, Jeferson Alves, Neto Loureiro e Renanzinho. Tudo estava conduzido para um contrato beneficiando a empresa POTIGUAR, que é de energia. E a empresa local que se quebrasse, apesar de passar cinco meses sem receber e fazer benfeitorias em cozinha, inclusive as que não são responsabilidades suas, e ainda ter que pagar propina.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você confirma essa postagem?

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Isso é informação de fonte jornalística e eu me reservo ao direito profissional de não revelar a fonte. E isso já consta também em depoimento meu na Polícia Federal.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você tem como provar essas afirmações, de forma documental, o envolvimento de todos que você citou?

O Senhor **Rui Oliveira Figueiredo** – Tenho. O que eu afirmo eu afirmei em segredo de justiça.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas isso aqui está público, não está em segredo de justiça. Você publicou algo que é sério, é grave e que a CPI está apurando, e eu preciso que você apresente as provas sobre...(...)"

Apesar de ter negado, em seu depoimento, vínculo com a referida empresa Andolini, Rui Figueiredo configura como um dos seus representantes, ou seja, na espécie de sócio oculto, cobrando o pagamento e tratando, inclusive, sobre os apontamentos feitos em cima da alimentação fornecida.

Além disso, foi observado que Rui Figueiredo vive em união estável com uma das fiscais do processo, mais motivo que indica que tal contrato foi beneficiado na sua execução. Assim, sua companheira tinha o dever legal e moral de rejeitar sua indicação como fiscal, comunicando os fatos aos seus superiores hierárquicos, o que não foi feito e restou comprovada sua atuação na execução contratual.

Possuindo os fiscais o papel de conferir as faturas, analisar os documentos e checar se o serviço está sendo executado, foi constatado que esses servidores sequer conferiam o quantitativo dos itens fornecidos.

Em outras palavras, além de haver indícios que a referida empresa foi beneficiada na execução do contrato, houve falha também na execução. Isto porque, como já dito, o levantamento das necessidades de alimentação pelas unidades atendidas deu-se tão somente mediante apresentação de memorando com as demandas, sem a efetiva comprovação apresentando as reais necessidades.

Sendo assim, em razão de indícios de ilegalidades na contração e má prestação de serviço, uma vez que a empresa descumpriu cláusulas contratuais (como repetição de cardápio, fornecimento de alimentação vencida, falta de uniforme dos funcionários, quantidade de alimentação fornecida que não era devidamente conferida pelos fiscais, espaço utilizado para elaboração da comida e ausência de alvará sanitários), cabe o indiciamento da empresa, bem como daqueles servidores designados para auxiliar o gestor do contrato na fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos da contratação.

6.2 Sobre o contrato de limpeza

Processo 20601.003602/15-06

O Processo Administrativo nº 20601.003602/15-06 foi aberto na data de 29 de abril de 2015 (fls. 01) pela Secretaria de Estado da Saúde/RR – SESAU/RR, tendo por objeto a "eventual contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de limpeza, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes do PROJETO BÁSICO".

Pois bem, este procedimento administrativo deu origem ao Edital do Pregão Presencial nº 0025/2015 - Sob Sistema de Registro de Preços, que, após homologado, possibilitou ao Governo do Estado de Roraima, por intermédio da SESAU/RR, firmar o Contrato nº 67/2016 com a empresa UNIÃO COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA – EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, CNPJ sob o nº 10.872.796/0001-26.

Consta então no Processo Administrativo nº 20601.003602/15-06 – SESAU/RR os seguintes atos administrativos:

Ordem	Ato	Agente/Servidor	Cargo/Função	Data	Fls.
01	Pedido de Aquisição de Material/Serviço – PAM	Kalil Gibran Linhares Coelho	Secretário de Estado da Saúde	29/04/2015	01
02	Pedido de Abertura de Processo Administrativo	Assunção Barroso de Vasconcelos	Coordenador(a) Geral de Administração – CGA/SESAU	17/04/2015	02

03	Projeto Básico e Anexos	Charles Gonçalves Silva	Coordenador(a) Geral de Administração – CGA/SESAU	08/07/2015	05/175
04	Certidão de Realização de Cotação	Kátia Regina Cavalcante Alves	Gerente Especial de Cotação de Preços – GEC/SESAU	05/08/2015	177
05	Declaração do Ordenador da Despesa concernente ao exercício atual	Kalil Gibran Linhares Coelho	Secretário de Estado da Saúde	18/08/2015	182
06	Justificativa da Modalidade	Fredson Barauna Bento	Coordenador Geral de Planejamento – CGPLAN/SESAU	18/08/2015	183
07	Ficha de Análise	Pedro Lindemberg Silva Ruiz	Gerencia Especial de Análise de Processos - GEAP/CSL/SESAU	18/08/2015	196
08	Determinação da Modalidade	Diego Victor Rodrigues Barros	Presidente Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	18/08/2015	196
09	Minuta de Edital e Anexos – Eletrônico	Ana Virginia Moura Santos	Gerente Especial de Elaboração de Editais – GEEE/CSL/SESAU	19/08/2015	197/281
10	Justificativa de Modalidade – Pregão Presencial	Kalil Gibran Linhares Coelho	Secretário de Estado da Saúde	19/08/2015	285/286
11	Minuta de Edital e Anexos – Pregão Presencial	Ana Virginia Moura Santos	Gerente Especial de Elaboração de Editais – GEEE/CSL/SESAU	20/08/2015	288/375
12	Parecer Jurídico	Antonio Pereira Costa	Procurador do Estado de Roraima – PGE/RR	21/08/2015	377/381
13	Projeto Básico atendendo ao Parecer Jurídico	Charles Gonçalves Silva	Coordenador(a) Geral de Administração – CGA/SESAU	26/08/2015	385/502

14	Minuta de Edital e Anexos – atendendo ao Parecer Jurídico	Ana Virginia Moura Santos	Gerente Especial de Elaboração de Editais – GEEE/CSL/SESAU	26/08/2015	502/589
15	Edital Pregão Presencial nº 025/2015 – Publicado	Renato Michel Moreno Benedetti	Pregoeiro da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	26/08/2015	590/678
16	Pedido de Alteração e Adequação	Franciléla Batista Rodrigues	Representante Legal - SILVA E ARAUJO LTDA-EPP - 02.965.445/0001-31	28/08/2015	679/681
17	Projeto Básico atendendo ao Pedido de Alteração e Adequação	Charles Gonçalves Silva	Coordenador(a) Geral de Administração – CGA/SESAU	01/09/2015	383/737
18	Ficha de Análise	Pedro Lindemberg Silva Ruiz	Gerencia Especial de Análise de Processos - GEAP/CSL/SESAU	15/09/2015	739
19	Minuta do Edital Pregão Presencial alterado conforme Pedido de Alteração e Adequação	Charles Gonçalves Silva	Coordenador(a) Geral de Administração – CGA/SESAU	01/09/2015	741/837
20	Parecer Jurídico	Antonio Pereira Costa	Procurador do Estado de Roraima – PGE/RR	21/09/2015	841/844
21	Edital Pregão Presencial nº 026/2015 – Publicado	Renato Michel Moreno Benedetti	Pregoeiro da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	23/09/2015	845/936
22	Aviso de Licitação – Retorno "Sine-Die"	Renato Michel Moreno Benedetti	Pregoeiro da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	23/09/2015	937
23	Pedido de Esclarecimento	Rodrigo Augusto Aguiar de Souza	Representante Legal - Importação e Exportação Cometa	30/09/2015	940/948

			LTDA - 84.046.630/0001-97		
24	Errata de Publicação	Renato Michel Moreno Benedetti	Pregoeiro da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	30/09/2015	949
25	Pedido de Impugnação e Anexos	Maria de Fátima Carvalho	Representante Legal - LBC Conservadora e Serviços Ltda - 07.8532.566/0001-29	07/10/2015	958/974
26	Despacho a PROGE/RR para Parecer	José Deodado de Aquino Junior	Coordenador(a) Geral de Administração – CGA/SESAU	13/10/2015	975
27	Parecer Jurídico das Impugnações/Pedido de Esclarecimento	Antonio Pereira Costa	Procurador do Estado de Roraima – PGE/RR	20/10/2015	976/978
28	Resposta a Impugnação/Esclarecimento - Importação e Exportação Cometa LTDA - 84.046.630/0001-97	Nadistony Peixoto Pinheiro	Coordenador(a) Geral de Administração em Exercício – CGA/SESAU	11/11/2015	980/987
29	Resposta a Impugnação/Esclarecimento - LBC Conservadora e Serviços Ltda - 07.8532.566/0001-29	Nadistony Peixoto Pinheiro	Coordenador(a) Geral de Administração em Exercício – CGA/SESAU	11/11/2015	988/992
30	Resposta a Impugnação/Esclarecimento - ELOA SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA-ME	Nadistony Peixoto Pinheiro	Coordenador(a) Geral de Administração em Exercício – CGA/SESAU	11/11/2015	993/998
31	Projeto Básico atendendo aos Pedidos de Impugnação/Esclarecimento	Nadistony Peixoto Pinheiro	Coordenador(a) Geral de Administração – CGA/SESAU	13/11/2015	1001/1060

98

32	Certidão de Realização de Cotação	Kátia Regina Cavalcante Alves	Gerente Especial de Cotação de Preços – GEC/SESAU	17/11/2015	1061/1078
33	Ficha de Análise	Pedro Lindemberg Silva Ruiz	Gerencia Especial de Análise de Processos - GEAP/CSL/SESAU	20/11/2015	1081
34	Minuta do Edital Pregão Presencial alterado conforme Pedido de Alteração e Adequação	Nadistony Peixoto Pinheiro	Coordenador(a) Geral de Administração – CGA/SESAU	13/11/2015	1082/1186
35	Ficha de Análise	Pedro Lindemberg Silva Ruiz	Gerencia Especial de Análise de Processos - GEAP/CSL/SESAU	20/11/2015	1187
36	Parecer Jurídico	Antonio Pereira Costa	Procurador do Estado de Roraima – PGE/RR	23/11/2015	1189/1192
37	Edital Pregão Presencial nº 026/2015 – Publicado	Renato Michel Moreno Benedetti	Pregoeiro da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	24/11/2015	1193/1286
38	Aviso de Licitação – Retorno "Sine-Die"	Renato Michel Moreno Benedetti	Pregoeiro da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	24/09/2015	1287
39	Cópia DOERR nº 2649 – Publicação Aviso de Licitação – Retorno "Sine-Die"	Renato Michel Moreno Benedetti	Pregoeiro da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	24/11/2015	1288
40	Errata de Publicação	Renato Michel Moreno Benedetti	Pregoeiro da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	24/11/2015	1290/1291
41	Pedido de Impugnação e Anexos	Willame Santos da Costa	Sócio Administrador - LBC Conservadora e Serviços Ltda - 07.8532.566/0001-29	03/12/2015	1293/1303

99

42	Resposta a Impugnação/Esclarecimento - LBC Conservadora e Serviços Ltda - 07.8532.566/0001-29	Nadistony Peixoto Pinheiro	Coordenador(a) Geral de Administração – CGA/SESAU	04/12/2015	1306
43	Resposta a Impugnação/Esclarecimento - LBC Conservadora e Serviços Ltda - 07.8532.566/0001-29	Renato Michel Moreno Benedetti	Pregoeiro da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	04/12/2015	1307/1310
44	Credenciamento Licitante - SILVA E ARAUJO LTDA-EPP	Franciléia Batista Rodrigues	Representante Legal - SILVA E ARAUJO LTDA-EPP - 02.965.445/0001-31	10/12/2015	1311/1324
45	Credenciamento Licitante – União Comercio e Serviço LTDA – EPP	Aurilene Pereira Silva	Representante Legal - União Comercio e Serviço LTDA – EPP	10/12/2015	1325/1348
46	Proposta de Preços Licitante - União Comercio e Serviço LTDA – EPP	Aurilene Pereira Silva	Representante Legal - União Comercio e Serviço LTDA – EPP	10/12/2015	1349/1367
47	Habilitação Licitante - União Comercio e Serviço LTDA – EPP	Aurilene Pereira Silva	Representante Legal - União Comercio e Serviço LTDA – EPP	10/12/2015	1370/1613
48	Ata da Sessão	Renato Michel Moreno Benedetti / Andreia Esquivel Bressani	Pregoeiro da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU / Equipe de Apoio	04/12/2015	1614/1615
49	Parecer Controladoria Geral de Roraima - Planilhas	José Carlos dos Prazeres Melo	Diretor do Departamento de Analise Contábil, Gestão e Ajuste Fiscal	12/01/2016	1627/1645
50	Parecer Jurídico	Antonio Pereira Costa	Procurador do Estado de Roraima – PGE/RR	25/01/2016	1649/1653

100

51	Resultado da Licitação	Renato Michel Moreno Benedetti	Pregoeiro da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	26/01/2016	1654
52	Parecer Controladoria Geral de Roraima – Licitação				1658/1661
53	Comprovante de Lançamento informações Sagres/TCE	Andreia Esquivel Bressani	Equipe de Apoio Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	03/02/2016	1662
54	Homologação	Kalil Gibran Linhares Coelho	Secretário de Estado da Saúde	01/02/2016	1663
55	Ata de Registro de Preços	Renato Michel Moreno Benedetti / Osvaldo da Silva Nogueira Juniro	Pregoeiro e Presidente da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	02/02/2016	1664/1669
56	Síntese da Ata de Registro de Preços	Renato Michel Moreno Benedetti	Pregoeiro da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU	02/02/2016	1670
57	Nota de Empenho	Cesar Ferreira Penna de Faria	Secretário de Estado da Saúde	17/02/2016	1685
58	Contrato nº 067/2016	Cesar Ferreira Penna de Faria	Secretário de Estado da Saúde	22/02/2016	1686/1700

Partindo para análise propriamente dita, primeiro torna-se necessário pontuar que não existe nos autos do Processo Administrativo nº 20601.003602/15-06 – SESAU/RR estudo prévio das necessidades que sustentassem a pertinência de licitar sempre o mesmo quantitativo de mobiliário, contrariando o preconizado no inciso I do art. 3° da Lei n° 10.520/2002.

Poder-se-ia aventar a hipótese de que os gestores responsáveis não deram a devida atenção aos estudos das necessidades por se tratar de pregões com registro de

101

preço, as quais desobrigam a Administração de adquirir as quantidades inicialmente licitadas.

No que tange ao quantitativo das áreas dos diversos setores hospitalares, o processo alusivo ao PP 025/2015 adotou Área Interna (hospitalares) 7.618,16 m³, Esquadrias externas 548,59 m³, Fachadas envidraçadas 1002,79 m³, Área externa (Pátios e áreas verdes com média (frequência) 5.979,25 m², conforme evidenciado na documentação página 44 do referido processo. As especificações de material de limpeza e os respectivos quantitativos se encontram elencados nos Editais e seus anexos.

Não obstante, as pesquisas de preços realizadas no Pregão Presencial 025/2015 para a prestação de serviços de limpeza, foram consultados três fornecedores, conforme "Tabela de Cotação de Preços", fls. 178, de lavra da servidora Kátia Regina Cavalcante Alves, Gerente Especial de Cotação de Preços – GEC/SESAU.

Este item se repete as fls. 1078, "Tabela de Cotação de Preços", também de lavra da servidora Kátia Regina Cavalcante Alves, Gerente Especial de Cotação de Preços – GEC/SESAU.

Foi aventado que o pregão teria sido realizado de maneira errônea na forma presencial. Contudo, em análise ao Decreto Estadual nº 8.334-E, de 01/07/2007, percebe-se que a obrigatoriedade é de se utilizar a modalidade Pregão, mas a sua forma eletrônica é disposta como preferencial, e não vincula o gestor sua realização de maneira eletrônica, vejamos:

> *Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.*

Assim, conforme quadro acima disposto, o então Secretário de Saúde optou por sua realização de forma presencial.

Especialmente sobre ocorrências na sessão pública, vislumbramos que duas empresas participaram: a SILVA E ARAÚJO LTDA-EPP (CNPJ nº 02.965.445/0001-31) e a empresa UNIÃO COMÉRCIO E SEVIÇOS LTDA-EPP (CNPJ nº 10.872.796/0001-26):

● A empresa SILVA E ARAÚJO LTDA-EPP (CNPJ nº 02.965.445/0001-31), apresentou apenas os documentos de Credenciamento, fls. 1325/1348, e, conforme Ata da Sessão (fls. 1614/1615) de Lavra do Pregoeiro o Sr. Renato Michel Moreno Benedetti e da

Servidora na condição de Membro da Equipe de Apoio a Sr. Andreia Esquivel Bressani, ambos da Comissão Setorial de Licitação – CSL/SESAU, sendo desclassificada por não apresentar a documentação exigida no item 6.1. do Edital;

● Não consta na Ata da Sessão (fls. 1614/1615) a assinatura da Sr. Franciléia Batista Rodrigues, Representante Legal - SILVA E ARAUJO LTDA-EPP – CNPJ nº 02.965.445/0001-31.

Vejamos então o referido depoimento de **Renato Michel Moreno Benedetti**:

> "(...) Senhor Renato, eu solicito que quando for responder aos questionamentos, que fale claramente ao microfone, tendo em vista que a Ata desta reunião será transcrita na íntegra. O senhor será ouvido aqui na condição de testemunha, e para tanto, deverá prestar o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade e responder o que lhe for perguntado. O senhor presta este compromisso?
>
> O Senhor Renato Michel Moreno Benedetti – Sim.
>
> O Senhor Presidente Coronel Chagas – Informo-lhe que o seu depoimento será registrado através de gravação de vídeo e áudio, registrado em CD-ROM, e está sendo transmitido ao vivo pela TV Assembleia. Tem alguma objeção a isso?
>
> O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Não.
>
> O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A testemunha não fez nenhuma objeção à transmissão ao vivo feita pela TV Assembleia e outros meios de comunicação. A forma que vamos tomar o seu depoimento, senhor Renato, será da seguinte maneira: inicialmente, nós vamos passar a palavra ao deputado Jorge Everton, relator, para que proceda com os questionamentos que julgar pertinentes. Após, caso algum outro deputado tenha questionamento a fazer, poderão proceder dessa forma. E ao final, caso o senhor ache necessário trazer mais alguma informação que seja objeto desta CPI, será oportunizado ao senhor. Com a palavra, o deputado Jorge Everton.
>
> O Senhor Relator **Jorge Everton** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente, Coronel Chagas, a deputada Lenir e os deputados Renato Silva e Evangelista, todas as equipes que estão aqui presentes dando apoio, os servidores, e vocês que nos acompanham pelo Instagram, Facebook, TV Assembleia. Bom dia, senhor Renato.
>
> Senhor Renato, eu separei em alguns blocos as perguntas para que o senhor possa nos responder com clareza, referente a esse processo, e foi de uma forma didática que eu procurei fazer, apesar de algumas perguntas nós já termos conhecimento, em virtude da análise de 64 volumes desse processo, mas é necessário que conste em ata essas perguntas. Qual a sua formação?
>
> O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Eu tenho nível superior completo em Gestão Ambiental.
>
> [...]
>
> O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor poderia nos dizer quais são as competências de um pregoeiro?
>
> O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Pregoeiro seria: ele recebe o processo, faz a publicação, espera, se não der recurso, não der nada, aí tem a licitação. Seria analisar a documentação, as certidões, se estiver... quando pede capacidade técnica, essas coisas, nós recolhemos, suspendemos a licitação e encaminhamos ao setor técnico para que seja analisada a documentação. Tipo: às vezes pedem, quando é medicamento, nós mandamos para a farmácia lá da própria Sesau, aí eles analisam e mandam de volta para nós, se estiver tudo ok ou não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor tinha equipe de apoio?

O Senhor Renato **Michel Moreno Benedetti** – Tinha. Tinha equipe de apoio, mas para analisar a documentação pertinente, onde compete o pregoeiro, que seriam as certidões, se estão todas válidas. Aí a equipe de apoio analisava, conferia pela internet para ver se estava ok ou não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor tem curso de capacitação como pregoeiro, o senhor sempre se preocupou estudar a matéria, as decisões do Tribunal de Contas, do Tribunal de Contas da União. O senhor sempre pesquisou?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – **Tenho sim**, às vezes, sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor era o responsável pela análise dos documentos durante o pregão...

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor sabe da possibilidade de o pregoeiro diligenciar, em caso de irregularidade, ou alguma dúvida, ou algum complexo, que precisa ser analisado? O senhor tem conhecimento disso?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Sim. Aí o que nós faríamos? Quando chegava nesse ponto que... quando eu não tinha conhecimento, tem sempre um setor técnico que nós encaminhávamos o processo, não é? Tipo, quando era medicamento, Anvisa, essas coisas, nós não temos conhecimento, o pregoeiro, aí nós encaminhávamos para o setor técnico que analisa, no caso lá seria Cgaf. Aí eles faziam um relatório, se estava de acordo ou não, e devolviam para nós o processo. Quando estavam de acordo, nós mandávamos para frente, quando não, aí mandava para outro...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor recorda do Pregão n. 025 de 2015, referente à contratação de serviço de limpeza hospitalar, que teve como vencedora a empresa União?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Lembro sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor recorda?

O Senhor Renato **Michel Moreno Benedetti** – Recordo desse, só não detalhes né, mas recordo sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não recorda de detalhes, não é? Então eu vou pedir que o senhor responda o que o senhor realmente lembrar.

O Senhor Renato **Michel Moreno Benedetti** – Tá, tudo bem.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ele foi feito de forma presencial ou eletrônica?

O Senhor Renato **Michel Moreno Benedetti** – Presencial.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Por qual motivo?

O Senhor Renato **Michel Moreno Benedetti** – **Quando chega para o pregoeiro, ele já vem... quem escolhe é o Secretário da pasta**, que eu acho que na época era o Kalil ou o Paulinho, um dos dois, eu não recordo. **Mas foi o primeiro, acho que era o Kalil**. Ele já chega para mim determinado se seria presencial, ou não. Não é o pregoeiro quem escolhe, ele já vem determinado.

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor recorda, se houve algum recurso administrativo contra o pregão?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Não recordo, faz tempo, hein? Mas quando há recurso, se houve, o que nós fazemos? Nós recolhemos e mandamos para o setor técnico, que, no caso, à época, eu acho que era Cgue, que era... na época o processo era de lá, não era do RH, porque depois ele mudou para o RH. Mas aí nós encaminhamos o processo, quando tem, para o setor técnico para eles avaliarem. Eles avaliam e devolvem para nós. Nós tomamos a decisão em cima, baseado no relatório que eles fazem né...o setor técnico que a gente manda. Eu creio que foi Cgue, eu acho, na época.

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Perdão, presencial, da sessão, além da empresa União, a empresa Silva e Araújo...

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Silva e Araújo...e acho que teve mais outra...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Somente ela.

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Só?

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Consta na ata da Sessão, do pregão vinte e cinco, que participaram duas empresas: Silva e Araújo, que é uma EPP, que estava representada pela senhora Franciléia Batista Rodrigues, e a outra era a União Comércio e Serviços Ltda, representada pela senhora Aurilene Pereira Silva.

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A empresa Silva e Araújo foi desclassificada, por qual motivo?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Não recordo, tem que ver se ela não apresentou documentação ou, tem que ver os autos, pois colocamos nos autos. Se ela foi desclassificada ou ela não apresentou a documentação adequada, ou, tem que ver...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tudo bem que o senhor não recorda pelo tempo...

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas quando a empresa é desclassificada?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Pega a segunda.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tudo bem, mas ela estava na Sessão, consta na ata que ela estava na Sessão, por que ela não assinou? Por que ela simplesmente se retirou sem a assinatura que é uma exigência da lei?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Se eu me recordo, foi assim: eu abri o pregão, encaminhei a documentação para o setor técnico, e marquei a reabertura, e ela não compareceu nessa reabertura.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não, veja só...

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Eu acho que, pelo que eu me recordo. Não lembro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não foi bem isso que aconteceu. Ela estava presente a empresa Silva e Araújo, que é representada pela senhora Franciléia...

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Na abertura da Sessão não estava presente.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ela apresentou apenas os produtos de credenciamento...

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ela simplesmente não levou a proposta, ela não apresentou proposta e se retirou. Ela foi embora e não assinou a documentação, que deveria, por lei, ser assinada pelo senhor, e pelos representantes...

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Mas se ela se retirar, eu não tenho como obrigar.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Se ela se retirar, a obrigação do pregoeiro é constar na ata que ela se retirou e não assinou. Por que não consta na ata que ela se retirou?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Não lembro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Essa sua afirmação...

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – **Se não tem, foi uma falha, mas geralmente quando a pessoa não assina, a gente consta que esteve presente a representante e se ausentou, foi embora da sessão**.

[...]

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Na época, pelo que eu me recordo, ele foi, mandei para o setor analisar e quando retornou, a pessoa não

compareceu mais. Eu tenho quase certeza que foi isso. Não é que ela estava lá e não saiu não, foi assim, a gente abre a proposta, o credenciamento e encaminho para o setor analisar aquela documentação...

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor, como pregoeiro, fez proposta de um preço melhor, que fosse melhor para a administração?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Faço, a gente faz, só que se a pessoa não aceitar, não posso comprar acima do estimado que está no processo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor fez...

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – O mesmo valor...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor fez ou não fez?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Normalmente, o pregoeiro faz... (...)"

Ao fim, o depoente afirmou que todos os atos por ele praticados foram com convicção e vontade própria, assumindo então a responsabilidade:

"(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** – **Então, o senhor fez por convicção e por vontade própria todos os atos que o senhor praticou nesse certame**?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – **Isso**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – **O senhor assume a integral responsabilidade por tudo que foi feito**?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – **Onde compete a mim, sim. O que pode ter sido falha minha...**

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Sem mais perguntas, Presidente. (...)"

Ante todo o exposto, é de fácil constatação que o pregoeiro foi no mínimo negligente na condução do certame, ao cometer diversas falhas, como na lavratura da ata em desconformidade com o que realmente aconteceu na sessão, levantando diversas dúvidas sobre o passo-a-passo adotado durante aquele ato público. Conforme o interrogatório acima transcrito, o pregoeiro não deixou claro se suspendeu a sessão para análise de documentação de credenciamento; deixou de colher assinatura de um dos representantes na ata da sessão; não comprovou se enviou os autos para análise das planilhas da proposta de preços.

Há de se destacar que, de acordo com o conjunto normativo, as atribuições do pregoeiro são rigorosamente definidas e não há como o interrogado alegar falta de conhecimento. E mais, ante afirmação do mesmo, ele fez capacitação para exercer a função.

Assim, denota-se que há uma falta de esmero ao se lavrar as atas das sessões públicas. Desse modo, sugerimos que a comissão setorial de licitação da SESAU, por meio

de seus pregoeiros, elabore *cheklist* e/ou minutas de atas com conteúdo indispensável em cada fase da sessão, evitando assim omissões, contradições e/ou dúvidas para os órgãos de controle que por ventura possam auditar os processos.

Durante a instrução da CPI, foi aventada a oferta do curso específico em serviço de limpeza e conservação hospitalar, do qual os funcionários da empresa contratada UNIÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP participaram e, posteriormente, foi exigência editalícia no certame em tela.

Constam nos autos do processo diversos certificados, uns em papel timbrado da Diretoria de Ensino e Pesquisa do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth e outros em próprio papel timbrado da Empresa União Comércio e Serviços, o que de início levantou deveras suspeitas, visto que a aludida empresa não possui em seu CNAE atividade compatível com a oferta de cursos de capacitação, além do fato de ter usado tais certificados para cumprir um dos requisitos de habilitação do certame licitatório.

Com a oitiva dos servidores da Diretoria de Ensino do HMINSN, a nosso ver, ficou elucidada a dúvida sobre a disponibilização do mencionado curso.

De início, se questionou o fato de o poder público ofertar um curso para uma empresa privada que, depois, participou de licitação na mesma Secretaria. Contudo, válido destacar trechos da oitiva da senhora **Alessandra Barbosa Arruda.**

Nomeada para o cargo em comissão em janeiro de 2015 e exonerada em dezembro de 2018, assinou 62 (sessenta e dois) certificados - constantes no processo em análise - como Diretora do Departamento de Ensino e Pesquisa do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth (todos os certificados com logo do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth, nenhum da União), tendo sido ouvida em 01 de julho de 2021:

" (...) O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu solicito à senhora para que, quando for responder aos questionamentos, fale bem próximo ao microfone, porque seu depoimento está sendo registrado através de gravação de vídeo e áudio, e registrado em CD-ROM. Informo também à senhora que o seu depoimento está sendo transmitido, ao vivo, pela TV Assembleia. A senhora tem alguma objeção?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Não, senhor.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A senhora vai ser ouvida na condição de testemunha. Portanto, a senhora deverá prestar o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade do que lhe for perguntado. A senhora presta esse juramento?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Bom, eu sou o deputado Coronel Chagas, presidente desta CPI. O vice-presidente é o deputado Nilton Sindpol,

que está aqui ao meu lado; o relator da CPI é o deputado Jorge Everton. A CPI também tem como integrante o deputado Renato Silva, que foi o autor do requerimento de instalação desta CPI. Presencialmente, somos nós quatro, e, também, está acompanhando por videoconferência esta reunião o deputado Evangelista Siqueira.

O procedimento do seu depoimento vai ser da seguinte forma: inicialmente nós passaremos a palavra ao relator, que foi o autor do seu requerimento de convocação para lhe fazer os questionamentos que julgar necessários. Logo após ele encerrar, nós daremos oportunidade a outros deputados, caso queiram fazer algum questionamento, e, ao final, caso a senhora tiver algo mais a acrescentar para contribuir na investigação que esta CPI está fazendo, a senhora poderá fazer. Ok?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Está certo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Muito bem. Com a palavra, o deputado Jorge Everton, relator desta CPI, para inquerir a testemunha Alessandra Barbosa Arruda Coelho.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Bom dia, senhor presidente, deputado Nilton, deputado Renato, deputado Evangelista, que está *on-line*, servidores desta Casa, vocês que nos acompanham na TV Assembleia, *facebook*. Senhora Alessandra, bom dia! Seja bem-vinda!

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Bom dia!

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Senhora Alessandra, a senhora está sendo ouvida referente ao contrato da empresa de terceirização de serviço de limpeza, a empresa União. A senhora ainda é servidora pública?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Na época, a senhora era servidora comissionada do Hospital Materno-Infantil. Qual era o cargo que a senhora exercia?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Eu exercia a função de diretora de ensino e pesquisa**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Poderia nos explicar como funciona esse departamento, essa direção?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **A Direção de Ensino e Pesquisa é responsável por todo os treinamentos que são realizados com os servidores da Maternidade. Então, nós éramos responsáveis por organizar e realizar os treinamentos de capacitação, junto com os servidores, e acompanhávamos também os programas de residência médica dentro da Maternidade**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Existia alguma regulamentação dessa atribuição, desse departamento?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Dentro do Regimento Interno da Maternidade, existem as atribuições de cada diretoria, e lá possui as atribuições da direção de ensino e pesquisa.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu tive acesso a essas atribuições, e elas são muito...

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Elas são muito vagas né, porque ela é um cargo de gestão, então ela fica também muito a critério da direção-geral e gestão técnica, que, eventualmente, às vezes, acabam atribuindo alguma ou outra atividade**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Qual era a rotina de trabalho da senhora, poderia nos dizer?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Nós fazíamos, anualmente, o plano de treinamento, onde nós identificávamos quais eram as lacunas de qualificação que faltavam para os servidores: técnicos, enfermeiros, fonoaudiólogos, todas as funções da Maternidade. Dentro desse plano de treinamento, nós fazíamos orçamento, claro, e buscávamos junto à Secretaria de Saúde a viabilização desses treinamentos. Conforme os treinamentos iam sendo liberados, nós fazíamos a execução. Daí tinha toda a organização de**

auditório, material gráfico, o convite para os servidores, a disponibilização da carga horária junto às suas áreas para estarem dentro do auditório no treinamento. Aí nós acompanhávamos com a frequência, depois, a emissão do certificado; quando tinha a parte prática, nós acompanhávamos a execução da atividade prática. Basicamente era essa a rotina, não era uma coisa muito rotineira. Eventualmente, nós conseguíamos realizar algumas atividades.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem ministrava esses cursos, essas capacitações?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Olha, alguns treinamentos nós conseguíamos com o próprio corpo de funcionários da Maternidade. Tinha alguns cursos que nós tínhamos alguns profissionais que tinham qualificação para executar, outros, nós dependíamos de vir alguém de fora, quando era convênio da Secretaria de Saúde. Na maioria das vezes, nós acabávamos resolvendo internamente por conta de custo, aí nós buscávamos um médico, um enfermeiro. Nós também pedíamos, às vezes, ajuda do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária. Nós sempre buscávamos parcerias para poder estar realizando as capacitações**.

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Esses cursos eram ministrados na própria estrutura de auditório do hospital?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Dependendo da capacitação, nós conseguíamos, mas, às vezes, nós pedíamos auditórios emprestados. Algumas vezes usamos o da Universidade Federal, da própria Vigilância, que tem um auditório grande. Da Secretaria de Saúde, nós também chegamos a usar o auditório. Quando nós precisávamos, nós buscávamos, dependendo da quantidade de pessoas que iriam participar**.

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então o público alvo dos cursos eram os servidores?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Os servidores da unidade. Existiam alguns treinamentos que nós realizávamos para terceirizados também, dependendo do treinamento. Se o terceirizado estava envolvido na atividade, aí nós os botávamos**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora exercia, apresentava algum curso para empresas que não tinham relação com o hospital?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Não, não, nenhuma vez**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora foi contratada por alguma empresa para prestar algum tipo de curso utilizando a estrutura do hospital?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Não. Inclusive, eu, Alessandra, não ministrava cursos. Existia alguma outra capacitação que nós fazíamos a introdução, como direção de ensino, boas-vindas. Mas dizer que eu, Alessandra, ministrava curso de capacitação na Maternidade, não**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas a senhora assinava os certificados.

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Sim, por conta de direção, então a direção que era responsável**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora assinou algum certificado em que, efetivamente, não houve a prestação do curso?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Não. Todos nós realizávamos mediante a lista de presença**.

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton -** Validade de um ano. A senhora me falou que não presta nenhum curso para empresas, para empresas privadas, que o público alvo...

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Que não tenham vínculo com a Maternidade.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Que o público alvo são servidores e empresas que tenham vínculo com a Maternidade.

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Prestadores de serviços**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora certificou algum curso para a empresa União Comércio e Serviços Ltda?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **No período que eu estava trabalhando na Maternidade, a União era a empresa responsável por limpeza e conservação da Maternidade. Então, essa empresa, os funcionários que estavam atuando dentro da Maternidade, eles participavam sim dos nossos treinamentos, por conta de que eles precisavam ser orientados e treinados quanto às práticas de limpeza, desinfecção corretamente do hospital, de leitos, por conta de segurança.**

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas a senhora certificava. Então vou mudar a minha pergunta. Esses cursos que a senhora certificava, eram feitos durante a semana ou final de semana?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Eu acredito que havia alguns que aconteciam nos finais de semana**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Existiam servidores que faziam o curso, que ministravam as aulas?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Sim, tinha pessoas que realizavam.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eles eram remunerados por isso?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Não sei lhe dizer, acredito que não. Eram servidores que vinham e faziam o treinamento. Em nenhum treinamento nosso, o servidor local, da unidade, era remunerado.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Era um serviço utilizando a carga horária deles?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Isso, utilizando a carga horária de trabalho.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E durante o final de semana, eles recebiam hora extra? Como é que funcionava?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Não recebiam. Nós fazíamos sempre pela carga horária de trabalho.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A empresa União apresentou certificados emitidos pela própria empresa. A própria empresa ministrando o curso de capacitação e ela utiliza, aqui no certificado, dizendo que esse curso foi feito lá no auditório da Maternidade. A senhora confirma isso?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Eles, provavelmente, usavam sim o espaço nos finais de semana. O espaço era cedido para quem precisasse utilizar.

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas eu estou perguntando sobre o certificado feito pelo seu departamento.

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Certificados emitidos pela minha direção, os treinamentos eram acompanhados pelos funcionários da nossa direção.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E era feita uma frequência?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E onde estão essas frequências? Elas estão arquivadas?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – Ficaram, até onde eu estava...nós arquivávamos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Com o controle de quem prestava o curso e tudo mais?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Com folhas onde tinham o nome do curso, data, local que estava sendo realizado, quem estava ministrando o curso e a carga horária. E as pessoas que participavam do curso assinavam a lista de frequência. Por exemplo, um curso que tinha dois horários, que era de manhã e à tarde, nós fazíamos frequências separadas, frequência da manhã e a frequência da tarde. Para a pessoa receber o certificado, ela tinha que ter mais de 50% de participação do treinamento. Se ela participava só de um horário e não completava a capacitação no horário seguinte, ela não recebia o certificado, porque ela não tinha carga horária completa.**

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – ... Na época em que a senhora coordenava esses cursos da terceirizada, quem era o responsável pela a empresa, que a senhora tinha contato para organizar esses cursos?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Havia uma senhora chamada Sueli. Ela era como se fosse a líder da empresa e era ela quem passava as informações, de quem eram os servidores que iriam participar dos treinamentos**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você só tinha contato com essa senhora?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda** – **Sim, porque ela trabalhava lá dentro do hospital e ela sempre estava ali fazendo a fiscalização dos serviços deles. Por exemplo, se tinha alguém que não participava, nós a buscávamos, verificávamos e dizíamos: "olha, esse funcionário não participou, ele precisa participar". Era sempre o contato com ela**....

[...]

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** Perfeito. E foi questionado a sua pessoa, a questão dos cursos, certificados que a senhora disse que assinava na confiança, na boa-fé de seus colegas. Um curso desses, que nem o de "Segurança do Paciente em Serviço e Saúde; Limpeza e Desinfecção de Superfícies", as técnicas do curso, ele tem validade de quanto tempo?

A Senhora **Alessandra Barbosa Arruda –** Eu acredito que ele tenha validade de um ano, **que a gente precisa reciclar anualmente os funcionários, até por conta da rotatividade de funcionários terceiros, que é grande**. Certo? (...)"

Na mesma reunião também foi ouvida a Senhora **Ana Célia de Araújo Costa**, servidora efetiva do Estado que foi designada para a coordenação de serviço de controle e infecção do hospital. Vejamos trechos de sua oitiva:

"(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** - Bom dia, senhora Ana Célia. A senhora é servidora concursada da Sesau desde novembro de 2013. A senhora foi nomeada para o cargo em comissão de coordenadora de serviço de controle e infecção do hospital, em junho de 2014. Quem lhe convidou para assumir este cargo?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa -** A então diretora da Maternidade, doutora Ana Carolina Brito.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - A própria diretora da Maternidade lhe convidou?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa -** Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Qual foi a data da sua exoneração do cargo comissionado?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa -** Retornando, eu nunca tive cargo comissionado.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - E esse cargo de coordenação?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa -** Foi uma função, apenas uma função na minha carga horária, com os meus vencimentos em folha. Nunca tive remuneração...

O Senhor Relator **Jorge Everton** - A senhora não era remunerada para exercer essa função, a senhora era designada então?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa –** Sim

O Senhor Relator **Jorge Everton**- E qual era a atribuição dessa função?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa -** No início, quando eu assumi, eu tinha pouco conhecimento da função. Fui aprendendo, porque nós estávamos com uma questão de saúde em relação à infecção hospitalar, que é muito comum em todos os hospitais. Não existe o que nós chamamos de microbiota própria de um hospital, que é diferente de uma microbiota da comunidade e, então, desde 1986, foi criado o serviço de controle de infecções no Brasil. Aí, nesse momento de 2014, o serviço da Maternidade estava passando por uma dificuldade. O então o coordenador havia saído, ele tinha função comissionada. Saiu e foi embora, assim eu soube. Então, aí ficou sem ninguém, e aí como sempre eu trabalhei com vigilância epidemiológica e sanitária - trabalhei em outro estado da Nação nessas funções, eu vim do Maranhão para cá - então, eu já tinha uma certa familiaridade com este tipo de trabalho. E aí, a minha diretora de enfermagem, a senhora Zoraia, falou com a diretora Ana Carolina sobre mim e me convidou para assumir, por conta da vacância dessa função na Maternidade.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - A senhora ministrou algum curso de capacitação durante este período?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa -** Em 2014, eu não tenho memória disso. Eu creio que a partir de 2015. Realmente, eu não me recordo. Mas, em 2015, eu creio que sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Quantos cursos? A senhora lembra?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa-** Não, senhor. Eu acredito que foram, no mínimo, dois anuais. **Porque é assim, é importante que os senhores saibam, que, independente da empresa ser terceirizada ou não, o Serviço de Controle de Infecção Hospitalar, anualmente, ele presta relatório para a Vigilância Nacional. Nesse relatório, constam as capacitações realizadas, inclusive para a equipe de limpeza, inclusive, independente do vínculo dessa empresa com a instituição que você está trabalhando**. **Então, sim, eu ministrei e quem está lá hoje tem obrigação de ministrar, independente da empresa ser terceirizada ou não, por conta da legislação das Comissões de Controle de Infecções Hospitalares, que recai sobre nós essa responsabilidade de atualizar o funcionário ou servidor, no exercício daquela função**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Eu entendi o que a senhora explicou. Mas a senhora, como servidora pública, tem essa obrigação, na qualidade de estado, na qualidade de prestação do curso através do hospital?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa -** Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Mas não através da empresa.

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa -** Não, não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - A senhora foi contratada pela empresa para ministrar curso de capacitação pela empresa?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa -** Em 2015, não me lembro, deve ser 2015 ou 2016, nas minhas férias. Veja bem, no meu período de férias, a empresa União precisava capacitar seus funcionários do interior do Estado: Rorainópolis, São Luiz ou São João, São João da Baliza, eu lembro assim. E, como eles não tinham uma pessoa aqui no Estado de referência como eu já tinha - e isso não estou falando aqui algo para eu me envaidecer, mas eu estudei muito para chegar onde eu estou - então eles confiaram muito na minha expertise no assunto e me convidaram para ministrar esse curso pela empresa, não pelo Estado, nas minhas férias. E foi o que aconteceu. Isso está em registro no RH, está tudo certo.

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Sem querer lhe interromper, mas já lhe interrompendo. Eu preciso que a senhora responda o que estou lhe perguntando, a senhora está fazendo um arrodeio e não está respondendo. Eu estou aqui com certificado emitido pela empresa União. Esse certificado está assinado pela senhora e diz que a senhora realizou esse curso de capacitação nas dependências do hospital. Uma empresa privada utilizando uma instituição pública para ministrar o curso. Uma coisa é o curso que a senhora dava como Estado. A senhora exige que a empresa tenha o curso, é a senhora é contratada pela empresa para dar o curso. Não estou entendo isso. A senhora tem contrato referente a esse curso que a senhora ministrou?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa** – Não, nenhum.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora declarou no imposto de renda?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa** – Não tem contrato, não tem...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora não declarou essa receita?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa**– Não teve receita.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora foi contratada pela empresa e não recebeu por isso?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa** – Não teve receita e não teve contrato. **Quem ofertou foi o grupo técnico do hospital, que estou enquadrada nele...**

[...]

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa** – Em março não estava de férias, eu estava na função. **E nesse momento que a gente fez esse curso, eu lembro bem, foi o momento que houve uma mudança grande de funcionários da empresa, é uma mão de obra extremamente flutuante. E em nossas vistorias, a gente faz as verificações e verificou a existência, e aí tem que treinar. O hospital, através da Direção de Ensino e Pesquisas, que é quem cede o espaço pelo hospital, não é comigo isso, eles cedem o espaço e a gente treina. Por que o certificado foi emitido pela empresa? Porque na época em que foi ofertado, a gente não tinha como dar certificado bonitinho, porque não tínhamos uma impressora na época adequada. Tínhamos muita dificuldade de impressão**, aí foi solicitado, não sei se foi a colega que estava na época, mas foi comunicado: eles precisam de um certificado e a empresa se ofereceu para fornecer o certificado. **Mas o treinamento, a mão de obra do treinamento e toda programação foi nossa. Quem ofertou fomos nós, a gente não recebeu pagamento nenhum**.

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É, no mínimo, suspeito. A senhora foi obrigada por alguém para assinar esses certificados?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa** – Não, não. Na verdade, não houve nenhum constrangimento quanto a isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Esses certificados que a senhora assinou, a senhora participou diretamente das aulas presencialmente e viu quem estava nas aulas?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa** – **Sim**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Há um controle de frequências?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa** – **Sim**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora tem como garantir que as pessoas que receberam o certificado foram as mesmas que participaram do curso?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa** – **Tem assinatura de todos na folha de frequência.**

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora tem certeza que os certificados que a senhora emitiu foram para as pessoas que participaram do curso?

A Senhora **Ana Célia de Araújo Costa** – **Todos os que assinei, sim**. (...)"

Pois bem. Da análise das oitivas acima transcritas, verificamos que, na verdade, a empresa UNIÃO já possuía outro vínculo contratual com o Estado e as capacitações realizadas foram ministradas pela Diretoria de Pesquisa e Ensino da maternidade, em observância às normas sanitárias, visto que os funcionários terceirizados da União atuavam diretamente na unidade hospitalar.

Restou elucidado também a questão dos certificados emitidos em papel timbrado da empresa, que induziu a um entendimento de que as capacitações teriam sido ministradas por ela. Contudo, a Servidora Ana Célia afirmou o motivo de tais impressões: *"**Porque na época em que foi ofertado, a gente não tinha como dar certificado bonitinho, porque não tínhamos uma impressora na época adequada. Tínhamos muita dificuldade de impressão..."***, e ressaltou: *"**Mas o treinamento, a mão de obra do treinamento e toda programação foi nossa. Quem ofertou fomos nós, a gente não recebeu pagamento nenhum**."*

Também merece destaque nas oitivas o fato de as testemunhas afirmarem que os cursos foram realizados e os certificados eram emitidos mediante apresentação da lista de frequência, além de se exigir presença de no mínimo de 50% (cinquenta porcento) da carga horária total.

Por fim, lembramos que o vice-presidente desta Comissão, Deputado Nilton do SINDPOL, verificou *in loco* os arquivos da direção de pesquisa e ensino da maternidade e constatou o acervo, registrando os cursos realizados pela mencionada diretoria.

6.3 COOPEBRAS – Cooperativa Brasileira de Serviços Múltiplos Médicos

Processo 20601.07304/16-12

Valor do contrato R$ 170.994.122,40

Trata-se da análise de processo licitatório nº 20601.07304/16-12 referente ao contrato de prestação de serviços médicos nº 186/2017 e aditivos, o qual tem como objeto a contratação de pessoa jurídica de direito privado composta por equipe técnica de médicos clínicos gerais, médicos especialistas e outros profissionais de nível superior e médio da área de saúde, visando a prestação de serviços de forma contínua para atender a Secretaria de Estado da Saúde de Roraima – SESAU/RR e suas unidades da capital e do interior.

O presente processo foi instaurado em 12 de julho de 2016, Fls.02, Vol. I, por solicitação da Coordenadora Geral de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Sra. Consolata Faria Alves. Na época, a justificativa para tal contratação foi a insuficiência de profissionais médicos especialistas e outros profissionais na SESAU/RR, impossibilitando o atendimento de saúde à população de forma adequada e satisfatória.

A partir daí, o processo licitatório foi realizado por meio de pregão presencial, sob o sistema de registro de preços nº 014/2017. O valor contratado foi de R$ 170.994.122,40 (cento e setenta milhões novecentos e noventa e quatro mil cento e vinte e dois reais e quarenta centavos) e muito embora, nos termos das leis de nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e nº 10.520 de 17 de julho de 2002, essa modalidade de licitação deva ser precedida de ampla pesquisa de mercado, não houve concorrência, pois a empresa Coopebras (Cooperativa Brasileira de Serviços Múltiplos Médicos) foi a única a apresentar proposta, logrando êxito no certame.

De imediato, verificou-se que as folhas do processo foram rasuradas, alguns números encontram-se em duplicidade e sequer foi obedecida uma cronologia na juntada dos documentos;

Existem falhas no processo licitatório, desde a cotação de preços, uma vez que não foi juntado aos autos qualquer documento que comprove a veracidade dos valores apresentados como parâmetro para a tomada de preços. De igual modo, não constam ofícios ou quaisquer outros documentos solicitando orçamentos às empresas Clínica São Mateus; Hospital Lotty Íris e Coopebras (juntado às fls. 177- 178, Vol. I, datada de 12 de abril de 2017) citadas nos autos pela gerente geral de cotação, Sra. Kátia Regina Cavalcante Alves, com valores que supostamente seriam cobrados como preço médio dos profissionais no mercado local;

Destaca-se, ainda, nos termos do documento juntado pela gerente de cotação, que a empresa contratada Coopebras apresentava o menor preço de mercado;

Importante pontuar a incongruência encontrada nos autos do processo licitatório para contratação do serviço, qual seja, foram juntados vários documentos na mesma data, 12 de abril de 2017, tais como: a tabela de cotação de preços, fls.177-178; a minuta do edital para análise e continuidade dos trâmites legais, às fls. 214, Vol. II.1; a solicitação de parecer da PGE, às fls. 215; o Parecer da PGE, emitido pelo procurador Antônio Pereira Costa, às fls.216-218, Vol. II.1; aviso de licitação, às fls. 263, Vol. II.1; a publicação em diário oficial de nº 2982, fls. 264;

Além dos citados acima, todas as certidões entregues pela empresa Coopebras no dia 28 de abril de 2017, certidões negativas de regularidade tributárias, no âmbito estadual, municipal e federal, certidões de regularidade no FGTS, débitos trabalhistas, foram emitidas também na data de 12 de abril de 2017. Inclusive atestado de capacidade técnica da empresa Coopebras, emitida pelo então Secretário de Saúde do Estado, César Ferreira Penna de Faria, juntado às fls. 365, Vol. II. 2, contrariando ao que estabelece a legislação vigente ao dispor que a primeira fase é a de caráter interno, sem qualquer publicidade dos atos, e se comprovado a divulgação de informações para beneficiar algum concorrente, considerar-se-á fraude à licitação, passível de pena nos termos do art. 90 da Lei nº 8.666/93;

O contrato foi elaborado com as seguintes especificações: *Médico Clínico Geral - carga horária 40 horas: quantidade mensal 40; Médico Especialista Geral - carga horária 40 horas: quantidade mensal 130; Médico Clínico Geral/Especialista - plantão 12 horas: quantidade mensal 6.000; Médico Clínico Geral/Especialista - plantão 12 horas (item 8.2 do termo de referência 50% mais): quantidade mensal 1.000* sem fazer constar quais especialistas estavam sendo contratados;

Em 10 de julho de 2017, o Ministério Público de Contas do Estado de Roraima, por intermédio do procurador de contas Paulo Sérgio Oliveira de Sousa, emitiu uma Notificação Recomendatória de nº 02/2017, endereçada ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. César Ferreira Penna Faria, juntada às fls.467-470, com as seguintes orientações: *A SESAU/RR não autorize os pagamentos dos cargos de Direção e Coordenação através da COOPEBRAS; Que todos os Procedimentos realizados na SESAU*

NÃO sejam pagos em forma de PLANTÃO; Que os procedimentos sejam realizados e pagos em forma de mutirão, organizados conjuntamente pela SESAU e pela COOPEBRAS; Que a SESAU fica PROIBIDA de contratar qualquer outro profissional pela COOPEBRAS QUE NÃO SEJAM MÉDICOS OU CIRURGIÕES DENTISTAS com ESPECIALIZAÇÃO em BUCOMAXILO; Que seja remetido cópia desta Recomendação a Exma. Governadora do Estado, Sra. MARIA SUELY SILVA CAMPOS, para ciência, sob pena de crime de responsabilidade;

Nos termos do item 2.3.2 do contrato (juntado às fls. 451-464, Vol. III do processo), a prestação de serviços dar-se-á da seguinte forma: *40 (quarenta) horas semanais ou 20 (vinte) horas semanais, em regime de plantões de 06 (seis) ou 12 (doze) horas e; plantões de sobreaviso tendo como valor a redução de 50% (cinquenta por cento) do plantão presencial de 06 (seis) horas ou do plantão presencial de 12 (doze) horas*. Todavia, às fls. 484 foi juntada fatura de nº 009/2017, no valor de R$ 10.988.292,60 (dez milhões novecentos e oitenta e oito mil duzentos e noventa e dois reais e sessenta centavos) referente ao faturamento do mês de agosto de 2017 e a nota fiscal de serviços eletrônica de nº 00000082, com pagamento de carga horária de 12, 34, 8, 16, 4, 17, 10, 8, 43, 30, 24 e até 60 horas, em total disparidade com o contrato e com a recomendação do MPC nº 02/2017. Ressalta-se também que existe nesta folha de produção médicos recebendo 40 e até 60 horas semanais mais plantões na mesma unidade de saúde, bem como o pagamento de 40 horas semanais mais plantões em unidades ambulatoriais, como é o caso do Hospital Coronel Mota em Boa Vista/RR, cujo horário de funcionamento é durante o período da manhã e tarde, não existindo internações, razão pela qual, obviamente, nem de longe comporta esse excesso de carga horária e deixa evidente o descumprimento contratual e legal;

As notas fiscais eletrônicas de nº 00088 (fls. 1659) no valor de R$ 10.974.684,96 (dez milhões novecentos e setenta e quatro mil seiscentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos); nº 00106 (fls. 2347) no valor de R$ 7.409.880,00 (sete milhões quatrocentos e nove mil e oitocentos e oitenta reais); nº 00108 (fls.2404) no valor de R$ 517.103,25 (quinhentos e dezessete mil cento e três reais e vinte e cinco centavos); e nº 00119 (fls. 2861) no valor de R$ 8.565. 970, 98 (oito milhões quinhentos e sessenta e cinco mil novecentos e setenta reais e noventa e oito centavos), sem atesto do fiscal do

contrato como preconiza a norma, o que é imprescindível para o pagamento das referidas notas;

De igual modo, encontram-se as notas de nºs 0084 (fls.1559) no valor de R$ 10.964.155,15 (dez milhões novecentos e sessenta e quatro mil cento e cinquenta e cinco reais e quinze centavos); 0086 (fls.1508) no valor de R$ 10.852.537,26 (dez milhões oitocentos e cinquenta e dois mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte e seis centavos); 0087 (fls. 1602) no valor de R$ 10.798.592,40 (dez milhões setecentos e noventa e oito mil quinhentos e noventa e dois reais e quarenta centavos); 0089 (fls. 1721) no valor de R$ 10.437.980,66 (dez milhões quatrocentos e trinta e sete mil novecentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos); 0090 (fls. 1670) no valor de R$ 10.134.230,66 (dez milhões cento e trinta e quatro mil duzentos e trinta reais e sessenta e seis centavos); 0091 (fls. 1756) no valor de R$ 10.779.151,35 (dez milhões setecentos e setenta e nove mil cento e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos); 0093 (fls.1820) no valor de R$ 10.861.447,07 (dez milhões oitocentos e sessenta e um mil quatrocentos e quarenta e sete reais e sete centavos); 0096 (fls. 1881) no valor de R$ 10.879.105,90 (dez milhões oitocentos e setenta e nove mil cento e cinco reais e noventa centavos); 0097 (fls. 1966) no valor de R$ 11.117.408,07 (onze milhões cento e dezessete mil quatrocentos e oito reais e sete centavos); 0098 (fls. 2016) no valor de R$ 11.352.470,06 (onze milhões trezentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e setenta reais e seis centavos); 0099 (fls.2071) no valor de R$ 11.265.800,06 (onze milhões duzentos e sessenta e cinco mil oitocentos reais e seis centavos); 00100 (fls.2122) no valor de R$ 11.355.547,89 (onze milhões trezentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e nove centavos); 00102 (fls.2281) no valor de R$ 10.975.819,82 (dez milhões novecentos e setenta e cinco mil oitocentos e dezenove reais e oitenta e dois centavos); 00111(fls.2483) no valor de R$ 8.670.236,59 (oito milhões seiscentos e setenta mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e nove centavos); 00113 (fls.2557) no valor de R$ 8.231.475,61(oito milhões duzentos e trinta e um mil quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavo); 00116 (fls. 2606) no valor de R$ 8.209.579,02 (oito milhões duzentos e nove mil quinhentos e setenta e nove reais e dois centavos); 00117 (fls. 2654) no valor de R$ 8.458.059,16 (oito milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil cinquenta e nove reais e dezesseis centavos); 00118 (fls. 2720) no valor de R$

8.476.962,36 (oito milhões, quatrocentos e setenta e seis mil novecentos e sessenta e dois reais e trinta e seis centavos), com atesto do fiscal de tributos Caio Fábio Reis Monteiro;

Em outras palavras, temos que foi realizado processo licitatório para a contratação da empresa Coopebras para suprir a lacuna de profissionais médicos existentes na Secretaria de Saúde do Estado. A empresa apresentou então os valores que supostamente pagaria a cada profissional, sem nem juntar aos autos o contrato firmado entre Cooperativa e cooperados, tornando impossível a análise detalhada referente à carga horária, escalas e valores.

Desta feita, não há transparência quanto à distribuição dos valores pagos mensalmente pelo Estado a cada profissional, valor por plantão, pois sequer consta se tais plantões são de 12 (doze) ou 06 (seis) horas, se os profissionais são clínicos ou especialistas.

Ademais, dos documentos juntados aos autos, é de clara conclusão que a notificação recomendatória do Ministério Público de Contas não fora acatada, incorrendo em crime de responsabilidade. Já em relação as exigências contratuais, está a obrigatoriedade de apresentar o registro ou inscrição no Conselho Regional de Medicina e a certidão de regularidade e quitação de 203 (duzentos e três) médicos aptos, enquanto nas notas fiscais o total de médicos contratados é superior a esse número, de forma que essas contratações foram irregulares por não atenderem aos requisitos pactuados.

Também não foi comprovado o vínculo dos profissionais contratados pela cooperativa, em virtude da cláusula contratual de nº 2.3.3, que estabelece que a contratação dos profissionais dos quadros efetivos municipais, estaduais e federais somente será permitida em regime de plantões de 06 (seis) ou 12 (doze) horas, desde que comprovada compatibilidade de horário, ainda nos moldes do permissivo constitucional - art.37, XVI.

Após a análise formal dos autos, esta Comissão iniciou as oitivas dos envolvidos no processo.

Na 19ª reunião da CPI, foram ouvidos: **Kátia Regina Cavalcante Alves**, gerente geral de cotações da SESAU; **Elinalda da Silva Oliveira**, gestora no processo; **Consolata**

Faria Alves, coordenadora geral de gestão do trabalho e da educação na Saúde; **Renato Michel Moreno Benedetti,** pregoeiro; todos com atuação no processo em comento.

A primeira oitiva foi da Sra. **Kátia Regina Cavalcante Alves**, gerente geral de cotações da SESAU, na época da instrução processual. Vejamos trechos de suas respostas:

> "(...) O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Vamos dar início ao seu depoimento, passando a palavra à deputada Lenir, uma das autoras do relatório preliminar do contrato que está sobre análise, que é o contrato da Secretaria de Saúde com a COOPEBRAS.
>
> A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues -** Boa tarde. Senhora Kátia, a senhora foi nomeada pelo Decreto nº 130P, de 23 de janeiro de 2015, e estava na função de Gerente-Geral de Cotação. Nos autos da COOPEBRAS, consta orçamento somente das empresas Clínica São Mateus e Hospital Loty Iris, **e tem uma justificativa de que não foi realizada pesquisa no site Banco de Preço, dizendo que o serviço de mão de obra não constava**, mas nós entramos em contato com o site e tem sim no Banco de Preço. A que a senhora atribuia à época esse caso?
>
> A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** – **Realmente, no Banco de Preço tem alguns serviços referentes à cooperativa, mas não especificado como está especificado no processo da SESAU. São especificações totalmente diferentes como consta no Banco de Preço**.
>
> A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues -** Então, a senhora realizou a pesquisa?
>
> A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** - **Sim. No Banco de Preço tem. Tem algumas pesquisas, entendeu? Em relação à cooperativa, porém, não como é feito o pedido pela Secretaria de Saúde, as especificações são totalmente diferentes. Então, quando a gente faz uma cotação pelo Banco de Preço, a especificação tem que ser compatível com a do pedido do processo**.
>
> A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues -** Então, essas especificações da COOPEBRAS aqui em Roraima são diferentes do resto do país?
>
> A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** - Pelo menos do estado de Roraima, sim. **Se a senhora verificar também no Banco de Preço, todos os estados são diferentes. Nenhum estado é igual ao outro**.
>
> [...]
>
> A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues -** A senhora tinha quantas pessoas na sua equipe?
>
> A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** - Cinco pessoas comigo.
>
> A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues -** E a senhora acompanhava pessoalmente e assinava tudo da pesquisa?
>
> A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** - Sim. Pessoalmente.
>
> [...]

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Boa tarde, Dona Kátia.

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** - Boa tarde.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - A senhora disse que tem o curso de Pregoeira. A gente verificou nos autos que essa modalidade de licitação não teve uma ampla pesquisa de mercado e a senhora como conhecedora, sabe informar aqui por que não houve essa ampla pesquisa e por que foi pregão presencial?

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** - Esse da CARBOX que o senhor está falando?

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Da COOPEBRAS. Estamos analisando os contratos da cooperativa, já que é um processo de valor vultuoso. Então, a senhora há de concordar que todo cuidado em obediência à legislação, ela deve, é claro, sempre primar...

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** - **Esse processo da cooperativa, ele foi publicado no jornal Folha de Boa Vista, que é o jornal de maior circulação. Ele foi publicado no site da Secretaria de Saúde e a gente enviou e-mail para algumas empresas. Tem tudo no processo isso**.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - É porque nós não temos isso aí, pelo menos não está no processo que a gente fez análise.
Dona Kátia, nós encontramos colocados no processo, segundo o que está no processo, pesquisa, da clínica São Mateus, Hospital Loty Iris e COOPEBRAS. Só que não encontramos em local nenhum uma formalização dessas solicitações de valores. Tem lá os valores...

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** - **Quando a gente faz a cotação, a gente publica primeiro na folha de Boa Vista, que é um jornal de ampla circulação. Publica que nós estamos fazendo a cotação para aquele serviço. Publicamos no site da SESAU, que é um site que todo mundo tem. Está lá, está publicado. Esse processo, a gente passou quase três meses para fazer a cotação. Está lá dentro do processo, a planilha de cotação, a publicação do jornal Folha, a publicação no site da Secretaria de Saúde e os e-mails. Estão tudo dentro do processo**.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Eu estou perguntado é sobre a resposta. Se vocês formalizaram as empresas, como encontramos as três e as respostas? Porque o que temos lá é um quadro onde a senhora mesmo chancelou, assinou. Entendeu? E nós não encontramos documento algum dessas empresas.

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** - Mas se eu publico num jornal de ampla circulação, eles pegaram aquele jornal de ampla circulação e foram entregar a cotação na Secretaria. Já está ali divulgado. É o que gente faz

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Mas é isso que eu estou insistindo Dona Kátia. Não há no processo que nós analisamos qualquer documento dessas empresas. O que nós temos é um quadro que a senhora assinou com os valores. Nós não temos as empresas se manifestando, colocando os valores.

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** - Vocês estão dizendo que não tem dentro do processo a cotação das empresas. É isso?

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Justamente.

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** - Mas tem.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Não há.

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** - **Se vocês forem à Secretaria de Saúde, está lá os documentos, tudo arquivado**. Estou estranhando que não tenham dentro, mas tem sim. Tem a planilha, a publicação do jornal de ampla circulação, tem a publicação no site da Secretaria de Saúde, está tudo publicado.

[...]

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Certo. Apenas três empresas compareceram ao certame e diante dessa ampla divulgação, a deputada Lenir perguntou sobre esse Banco de Preço. A senhora sabe dizer porque em 2015 a empresa ainda não existia Banco de Preço que a Secretaria de Saúde pudesse utilizar essa ferramenta para dirigir as licitações?

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** – Eu não sei lhe dizer, porque quando eu entrei nesse processo já estava em andamento e eu nem sabia que existia o Banco de Preço na época. Com o tempo fomos entrando e se habituando com a cotação, fiz pesquisa com relação a esse Banco de Preço e foi quando foi feita a contratação, mas, nesse processo não existia o Banco de Preço. A SESAU não utilizava o Banco de Preço ainda.

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton –** Na licitação referente a COOPEBRAS, a senhora lembra o ano?

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** – 2017.

O Senhor Relator **Jorge Everton –** Já existia o Banco de Preço?

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** – Já existia o Banco de Preço.

O Senhor Relator **Jorge Everton –** Eu não quero repetir a pergunta dos colegas, mas, a senhora solicitou a pesquisa no Banco de Preço e viu que o referencial daqui era diferente do que constava no serviço, é isso?

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** – De outros estados, é isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton – Foi feita uma pesquisa em outras empresas que poderiam fornecer esse mesmo serviço**?

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** – **Foi feito**.

O Senhor Relator **Jorge Everton –** E não foi localizado?

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves**– Não. **É como eu falei, a gente dispara e-mail, a gente manda...**

O Senhor Relator **Jorge Everton –** Quantas cotações foram apresentadas nesse sentido?

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** – Nenhuma cotação.

O Senhor Relator **Jorge Everton –** Por qual motivo?

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** – **Eles não respondem. A gente liga, eles dizem que não estão interessados, que o estado não paga, é o que a gente mais ouvia na época. Eles não tinham interesse.**

O Senhor Relator **Jorge Everton – Então, no processo da COOPEBRAS não houve nenhuma cotação?**

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** – **Teve três cotações**.

O Senhor Relator **Jorge Everton –** Então, estamos tendo falha de comunicação, porque eu perguntei e a senhora disse que nenhuma empresa apresentou.

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** – **Não. Fora essas três empresas. Teve três cotações fora essas três empresas...**

O Senhor Relator **Jorge Everton – Então, essas três empresas apresentaram? Teve o mínimo de três cotações?**

A Senhora **Kátia Regina Cavalcante Alves** – **Sim**. (...)"

Seguindo a reunião, foi ouvida a Sra. **Elinalda da Silva Oliveira**, gestora no processo em estudo:

"(...) A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Boa tarde. A senhora foi nomeada gestora do contrato e antes a senhora era Coordenadora do CGTES, de 23 de junho de 2017 e passou a ser coordenadora a partir de 24 de julho de 2017. A Senhora confirma esse período?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira**– Fui nomeada coordenadora no dia 23 de junho de 2017. Eu estava na direção e passei a ser a coordenadora.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Como gestora do contrato nessa portaria, um mês depois, a senhora confirma?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira**– Sim. Quando eu assumi, quem é o gestor do contrato, é a função de coordenadora que assume essa gestão. Então, automaticamente, foi feita uma portaria para que eu fosse a gestora.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Nós verificamos que houve uma solicitação para aumento quantitativo estimado mensal com base na inauguração do Hospital da Clínicas e bem como anexo do Coronel Mota. Na verdade, nunca houve inauguração desse anexo. Como é que a senhora explica os valores informados e o aumento desse quantitativo?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira**– O quantitativo de profissionais?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Sim**.**

[...]

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Nos autos consta que foram aumentados seis mil plantões. Desses seis mil plantões, pelo que a gente analisou, a gente viu que eram seis mil na capital e mil no interior, mas, foi colocado só seis mil. Então, o que foi que a levou a basear esses dados, essa quantidade?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – **Primeiro, quando eu assumi, já tinha passado a fase da licitação, certo? Estava na fase apenas de assinatura do processo, foi quando foi detectado, pelos secretários que o acompanhavam- lá são três secretários- que não seriam o suficiente pela estimativa que fizeram, foi logo que assumi, para atendimento, inaugurando, primeiro o Hospital das Clínicas, segundo, a previsão de inauguração do anexo que não tinha – se é daqui a um mês, se é daqui a dois meses, que ia inaugurar e não inaugurou, não sei o porquê. Então, com base nisso... Esses seis mil plantões, são plantões, se não me engano, de doze e vinte e quatro horas. É isso ou são seis horas? São plantões/hora, resumindo, entendeu? Que seriam distribuídos**.

A Senhora Deputada a **Lenir Rodrigues –** A senhora estava no cargo de gestora do contrato quando o Ministério Público de Contas fez a recomendação nº 02/17?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – Eles pediram antes. Foi feita essa recomendação. Quando eu assumi, já tinha um pedido, a gente já estava caminhando, tentando cumprir com essa recomendação. Inclusive, passou por todos os órgãos de controle. Mesmo com esse aumento, que foi feita essa planilha, não foi logo de imediato assinado esse contrato não, esse processo volta para a CCE para que sejam novamente analisados esses aumentos e tudo. Se for observar, dentro dos autos é para estar a passagem dos autos pelos órgãos de controle.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Olha, na sua gestão, nós detectamos que tinha uma folha de produção de médicos recebendo de quarenta até sessenta horas semanais e plantões nas mesmas unidades. Tipo: eles tinham o pagamento de quarenta horas semanais mais plantões em unidades laboratoriais, inclusive, detectamos que houve plantões no Coronel Mota, e o Coronel Mota não existe à noite, é só de manhã e à tarde.

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – É ambulatório.

[...]

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Então, como a senhora explica esse excesso de carga horária ficando evidente o descumprimento contratual e legal que ultrapassa a questão da carga horária? Como vocês, já que a senhora pegou em andamento a recomendação do Ministério Público de Contas, se a senhora sabe explicar como vocês responderam isso e como contornou a situação?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – **Quanto à questão de como contornou, eu não tenho como explicar, porque foi feito via Secretário. Era o Secretário da pasta, o titular, que tratava desses assuntos com o MP de Contas, com o Ministério Público Estadual, qualquer um. O RH, em si, não participava dessas reuniões. Vinham as determinações, vinham as ordens e a gente cumpria**. Tá?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues – Dona Elinada, nessa época da senhora como gestora de contrato, quem era o seu chefe imediato**?

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – o **Titular era o César Pena**. Paulo Linhares era o Segundo-Secretário e o Terceiro era a Betânia. Depois trocou, porque houve várias trocas. Paulo Linhares passou a ser titular por pouco tempo e a Betânia continuou como Segunda-Secretária, não lembro quem era o terceiro. Só sei que o terceiro titular depois do Paulinho, foi Ricardo que era controlador na época desse processo, dessa licitação, era ele quem era o controlador e foi trocando. Aí teve o Marcelo Batista e vários titulares. Durante o tempo que eu passei na gestão, foi um troca-troca de secretários.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** E esses números de plantões, quando se colocou esses números de seis mil plantões na capital, eles foram baseados em quais unidades?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – **Na inauguração do Hospital das Clínicas que foi inaugurado de fato e a previsão de que seria inaugurada, ainda naquele ano, o anexo, que tinha necessidade e ainda tem, mas não houve. E também, está falando sobre os excessos de atendimentos, não sei se a senhora chegou a ler isso, atendimentos a venezuelanos que estavam aumentando naquela época, que foi quando começou a migração. Então, foi uma base nisso e foi feito com a ajuda da Secretária à época**.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Qual Secretária?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – Secretária Betânia.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Houve algum pedido pessoal, ou de chefe imediato ou de alguém do primeiro escalão do governo na época, para que a senhora atestasse esses plantões a maior?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – Pessoal, não. Foi tudo tratado na própria Secretaria com os Secretários, nunca tive acesso ao primeiro escalão.

[...]

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Dona Elinalda, assim, na gestão do contrato, a senhora tinha a oportunidade de checar uma planilha das cargas horárias para saber? Se a senhora desconfiasse de algum plantão inexistente, a senhora teria capacidade de enxergar isso?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – **Conferir, né? O processo, o contrato, ele tem, além dos fiscais, que a gente chama de fiscal, que ficavam nas unidades, não é? Porque os diretores de unidades eles controlam a escala de todos os servidores efetivos, cooperados, comissionados e etc..., então, eles enviavam isso para a gente assinado, que eles cumpriram aquela carga horária, que eles cumpriram aqueles plantões, e quando vinha para a gente, nós consolidávamos, eu e a fiscal, porque tinha uma fiscal, não sei se ela vai vir aqui, e nós conferíamos de acordo com quando a cooperativa mandava a fatura. Então, nós pegávamos todas as informações que as unidades mandavam para conferir se o médico X fez aqueles plantões e quando tinha erro, a gente pedia para corrigir.**

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Certo? Então, a senhora mesmo não tinha como verificar se aquele plantão tinha sido cumprido ou não, quem tinha que verificar era o fiscal da unidade?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – **Era o diretor da unidade, por quê? Porque, um exemplo, no Uiramutã, não tinha como estar e então a gente tinha que confiar em nosso subordinado que ele está mandando uma informação verídica**.

[...]

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a palavra, o deputado Nilton.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Boa tarde, Dona Elinalda. Gostaria que a senhora respondesse o seguinte: quando, efetivamente, o Hospital das Clínicas começou a funcionar, ou seja, ele começou a receber os pacientes, já que vocês fizeram um prognóstico de demandas do HC e, também, da possibilidade de inauguração do HGR?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira – Então, o HC, não me recordo a data exatamente, mas foi no final de 2017, se não me engano, mas se quiser, posso confirmar. Os pacientes que estavam no HGR em excesso, foram transferidos para o HC, automaticamente, precisávamos de médicos, porque se eles estavam lá internados e eram diferentes as patologias, precisam de diferentes especialistas. Inclusive, nessa época, houve até problema de pessoal mesmo, porque não estava batendo carga horária. A gente teve que organizar, porque tínhamos que tirar de um canto para levar, entendeu? Sobrecarregar, porque se tinha só vinte, passava a ser quarenta, e organizar a vida desse servidor, pois eles tinham outras coisas particulares, que não vem ao caso. Então, foi organizado para que eles pudessem dar suporte ao HC e o anexo, como vou repetir, não sei por qual motivo não foi inaugurado, não vem ao caso, o meu negócio era só o pessoal, era para ser a mesma coisa. Sobrecarregou um, levar para o outro e ter atendimento, mas não aconteceu, porque não pode ficar sem assistência.**

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Certo. A senhora como sendo a gestora do contrato, teve conhecimento da quantidade de médicos que faziam parte dessa contratação, já que há um contrato com valor vultoso? E, como houve a projeção de vocês, só para médicos, tanto do anexo quanto do HC, esses médicos continuaram recebendo mesmo sem ter a inauguração do anexo do HGR?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – **Não, olha só, eles não recebiam se não produzissem, deputado**. **O diretor da unidade mandava uma escala de serviço dizendo que o médico X cumpriu enes plantões. Então, aquilo ali era a informação da unidade que aquele médico trabalhou naquele dia e naquela hora. O anexo nunca teve médico, porque não está funcionando. Agora, o HC, sim, foi formado uma equipe de alguns profissionais, não me recordo a especialidade, porque lá tem vários tipos de patologias, para que atendesse aqueles pacientes que foram para lá, porque funciona 24 horas, tem que ter médico na unidade**. O anexo nunca teve médicos. **Na verdade, não foram nem contratados, foi disponibilizada carga horária, o plantão é carga horária, para que aquele médico atendesse naquela outra unidade. Entendeu**?

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Como a senhora falou, a senhora fazia a conferência dos serviços médicos, ou seja, da carga horária e essas planilhas eram encaminhadas pelos diretores das unidades.

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – Isso mesmo.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Então, a senhora não teria, em tese, como fazer essa conferência. A senhora estaria acreditando cegamente naqueles dados, não é? Naquelas informações encaminhadas pelos diretores? Em algum momento, a senhora reuniu com esses diretores para conversar sobre essa situação da carga horária dos médicos? Como a senhora falou sobre o Município de Uiramutã, distante da capital de Boa Vista e de difícil acesso. Então, como a senhora, como gestora, tinha certeza do que a senhora estava atestando, já que as informações eram encaminhadas pelos diretores e a senhora, evidentemente, não tinha como aferir. Como a senhora fazia ou fez? Formalizou algum ato para se certificar disso, já que a senhora ficava restrita às informações do diretor?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – **Contato com os diretores a gente tinha sempre, não reuniões com todos ao mesmo tempo, mas, o que era sabido é que informações erradas é crime, então, eles tinham ciência de que eles tinham que mandar uma informação verídica de escala, não só de médico, repito, eles me mandavam frequência de todos os servidores, enfermeiros, administrativos e etc, tudo isso ia para a folha, o que era da cooperativa ia para a cooperativa e o que era da nossa folha ia para nossa folha. Então, como nós temos 14 municípios, já que Boa Vista está aqui perto, é quase que impossível a gente ficar acompanhando de perto essa presença de médico, uma vez que não tinha ponto eletrônico, que era uma coisa que poderia ser algo que poderia dizer que aquele servidor foi lá no horário de trabalho, mas, mesmo assim, ele poderia bater o ponto e ir embora. Então, a gente tinha que confiar, inclusive hoje ainda continua assim. É quase que impossível deputado, eu fui muito no interior, fui em quase todos, não fui em Santa Maria do Boiaçu e nem Uiramutã, mas os outros todos eu fui e, quando chegava lá verificava não só os médicos, porque não eram só eles que eu geria, todos os profissionais, quem estava na escala e quem estava no plantão. Era muito difícil se ausentar muito do trabalho, uma vez que o RH da Sesau cuida de todos os profissionais da saúde, até os federais. Então, era um pouco difícil está toda semana no interior, eu ia nos mais próximos, fui muito em Rorainópolis. Mas, no fim a gente tinha que confiar**.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Com qual frequência a senhora chegou a ir nesses municípios, e, quando a senhora chegava lá, pegava a escala e conferia se o médico estava lá? A senhora ia lá e visualizava o médico? Tinha contato com ele e com os outros servidores?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – Sim, senhor. Chegava a falar com ele. Em Rorainópolis fui muitas vezes, até por ter o maior hospital da região sul, tinham muitos problemas funcionais ou administrativos que tinham que resolver e nos pediam ajuda. Então, a gente ia só para orientar, para dizer como funciona. **Eu ia muito lá e falava com os médicos.**

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Em algum momento a senhora teve conhecimento de algum servidor que constava na folha e ele não trabalhava efetivamente na unidade e que estaria à disposição de algum parlamentar ou até fora do país? A senhora teve esse tipo de informação, senhora Elinalda?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira**– Não. Na minha gestão não, deputado.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – A senhora teve algum conhecimento de pagamento de direção de unidade hospitalar, por meio de plantões?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira**– Que tipo de plantão?

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O diretor de unidade hospitalar ser pago via plantões?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – Da saúde, nosso? Não. Primeiro porque nós não temos plantões, a gente, a saúde, tem hora extra que são poucas hoje, é só para a enfermagem e acho que algumas outras categorias, se não me engano. Mas, não tem para servidor administrativo, nem entra na folha, pelo menos na minha gestão não acontecia isso.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Diretor de unidade hospitalar nenhum era pago via plantão?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira**– Não. Os diretores que recebiam, tinham cargos comissionados. Vou dar um exemplo do Baliza, que era unidade mista, onde o diretor não recebia pelo estado, recebia pela prefeitura, por ser unidade mista. E, quando não era unidade mista, era nomeado em um cargo comissionado, cujo valor variava porque não tinha um cargo determinado naquela unidade. Então, para o servidor não ficar sem gratificação, ele recebia em cargo comissionado. Isso é o que eu sei.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Em notas, a gente teve acesso a notas onde diretores recebiam por plantões, como funcionava isso? O diretor da unidade também recebia plantões?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira**– Mas, por onde?

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Pelo contrato da COOPEBRAS, nós estamos tratando aqui única e exclusivamente do contrato da COOPEBRAS.

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira**– O Senhor não está falando do diretor administrativo, o senhor está falando do diretor clínico, diretor médico, não é isso?

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Isso.

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – Como eu lhe disse, a unidade me informava uma escala de trabalho de plantão, então, em meu conhecimento, com a afirmação daquele diretor administrativo, aquele médico cumpriu plantão tal dia, tal dia e tal dia. Então, é assim, se ele não fez o serviço dele naquele dia, aí cabe ao diretor daquela unidade responder, porque ele provou e assinou que fez o plantão, e o plantão de um médico é na assistência.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Nunca chegou para a senhora, mesmo que informalmente, nenhum tipo de denúncia que estaria ocorrendo esses tipos de atos?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira**– Nenhuma denúncia.

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Boa tarde, dona Elinalda. Boa tarde, Dr. Leandro. Eu não vou repetir as perguntas que meus colegas já fizeram, mas, gostaria de tirar uma dúvida que ficou com relação as respostas. **O anexo que não foi inaugurado, ele foi previsto ou foi pago pelo serviço desses funcionários? Houve uma previsão dos funcionários que iriam atuar no anexo,**

se ele fosse inaugurado, ou eles estavam sendo pagos à empresa como se estivessem trabalhando?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – **Uma previsão. Nunca houve lotação de nenhum tipo de servidor, de médico ou servidor no anexo**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E o Coronel Mota que ele só funciona no período matutino e vespertino, esse noturno era pago como plantão noturno para servidores, como a deputada Lenir afirmou?

A Senhora **Elinalda da Silva Oliveira** – A produção que vai das unidades, acredito que deva ir até hoje, é o horário em que ele está. Mas, ele não diz que o médico está lá de oito a meio-dia, de sete às dezoito, é tantas horas, o total de horas trabalhadas, é pago por plantão, 12 horas e seis horas. Então, não sei onde está. Não aparece dizendo se é noite ou dia, porque realmente o Coronel Mota só funciona no horário diurno. Mas, os médicos trabalham no ambulatório, no atendimento. (...)"

No ato seguinte foi procedida a oitiva da Sra. **Consolata Farias Alves**, coordenadora geral de gestão do trabalho e da educação na Saúde, conforme trechos abaixo descritos:

"(...) A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Nós vamos tratar aqui inicialmente sobre o contrato da COOPEBRAS, e, nesse contrato a senhora constava como Coordenadora-Geral de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e gestora do contrato. A sua nomeação, conforme nossas pesquisas, foi pelo Decreto nº 1.573P, de 06 de novembro de 2016; e uma portaria como gestora do contrato de nº 2289/2015, de 24 de novembro de 2015?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Sim.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Tivemos inicialmente, nesta CPI, um problema, pois requeremos o processo nº 048/2011, que não foi disponibilizado e a senhora tinha uma função de gestora desse contrato anterior, com o mesmo objeto da COOPEBRAS.

A Senhora **Consolata Faria Alves** – 2011, eu não estava lá mais não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Não? Muito bem. Tem um outro problema no contrato no processo que foi o seguinte: a senhora assinou um memorando como coordenadora-Geral, dia 12 de julho de 2016, e só foi juntado o Termo de Referência, na página 6, volume 1, em seguida, mas, datado de 13 de janeiro de 2017, de acordo assinado com o seu nome e autorizado pelo Secretário César Pena, elaborado pela CGTS. Pergunto: Qual foi o motivo da demora da solicitação? Ou se é um erro formal de datas?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – **É um erro formal de datas, porque esse processo foi aberto em julho de 2016, por se tratar de um processo que a gente teria que ter muito cuidado com cargas horárias de médicos e plantões. A gente demorou para fazer esse termo de referência, nós ficamos fazendo esse termo e ele entrou realmente em janeiro de 2017**.

[...]

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Então, qual o período que a senhora ficou como coordenadora e gestora do contrato?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Eu fiquei de novembro de 2015, quando eu entrei, se não me engano entrei dia 11 e sai dia 23 de junho de 2017. Eu fiquei uns seis, sete meses, um ano mais ou menos.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu gostaria de saber se foi feita uma pesquisa ou um acompanhamento diante dos números quantitativos informados dos plantões dos médicos.

A Senhora **Consolata Faria Alves** – A senhora se refere ao processo novo?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sim.

A Senhora **Consolata Faria Alves**– **Sim. Foi feito todo um trabalho para a gente poder chegar àqueles plantões**.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora sabe me informar o motivo da demora, entre o período da abertura do processo e a execução da licitação?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Nós tivemos muito cuidado com o processo, tanto que o processo, se a senhora for ver, deputada, ele foi aberto para pessoa jurídica. Qualquer empresa qualificada poderia participar. A gente teve muito cuidado ao abrir e ao fazer o termo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora informou que já trabalhou na sindicância, tem 37 anos de serviços, a maioria na SESAU e isso lhe dá muita experiência. A senhora alguma vez se preocupou em comparar os números informados de plantões dos médicos, se esse plantão estava compatível com também casos de médicos que já tinham o contrato de 40 horas, por exemplo?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – **Nós seguíamos uma orientação da PROGE, que a gente não podia, não me lembro bem com dados, mas a gente seguia essa orientação da PROGE que limitava a quantidade de plantões devido a carga horária. A gente se preocupava com a carga horária. Essa parte de plantões, quem se preocupava em fazer tudo mais era a direção das unidades. Então, a gente se preocupava com essa parte de carga horária sim, a gente tinha uma orientação da PROGE**.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Porque é assim, olha só, a senhora como Coordenadora-Geral de Gestão do Trabalho tinha acesso também da lotação dos médicos? Por exemplo: Como é possível um médico estar em outro município e estar recebendo plantão em Boa Vista?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – De município eu não tenho, eu tenho acesso aos médicos efetivos do estado.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Em hospitais, em atendimentos fora da capital?

A Senhora **Consolata Faria Alves**– Fora da capital? A senhora fala em municípios.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sim, uma unidade municipal. Estou falando assim, um médico do estado que está a serviço do estado e que vai receber um plantão em Caracaraí. A senhora detectou isso alguma vez?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – **Nós seguimos todo esse trabalho. O que acontece é que nós recebíamos das unidades, dos diretores, a escala de plantão. Nós temos que acreditar na boa fé do diretor, acreditar que realmente aconteceu aquela escala, que o médico tenha recebido e tudo o mais. E, nós nos preocupávamos com essa parte de não exceder essa quantidade de hora prevista por lei sobre a orientação da PROGE, né? O que acontece é que nós não íamos atrás de saber, se por exemplo, tinha médico que ganhava mais. Isso não, nós não fazíamos**.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O que eu estou perguntando é se a senhora tinha conhecimento, por exemplo, de que um médico com quarenta horas no HGR aparece na planilha da COOPEBRAS, ganhando plantões em Caracaraí?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – **Não. Eu não me preocupava. Se a direção manda dizendo que ele fez aquele plantão, é como eu lhe disse, tenho que acreditar na boa fé, não me preocupava se ele estava dentro da legalidade ou não. Caso eu recebesse alguma denúncia, aí sim, eu tinha, como servidora pública, a obrigação de apurar**.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E nesse período que a senhora foi coordenadora, a senhora não recebeu nenhum tipo de denúncia desse nível?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – **Não. E é assim, nós, os órgãos de controle, eles pediam mensalmente esse processo, essas escalas e nós mandávamos em mídia, entendeu. O RH todo mês recebia visita de um órgão de controle**, então, se nós detectássemos algo, a administração pública é passível de erro e nós procuraríamos, mas não me recordo de ter recebido nenhuma denúncia nesse sentido não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Olha, na justificativa da contratação, tem uma justificativa assinada pela senhora, dizendo que foi pela insuficiência de profissionais médicos especialistas e outros profissionais da SESAU, impossibilitando o atendimento de saúde à população de forma adequada e satisfatória, aquela justificativa padrão. Mas, na hora do contrato, não tem especificando que tipo de especialistas estavam necessitando.

A Senhora **Consolata Faria Alves** – É porque é feito de uma maneira geral, essa justificativa, ela é genérica. Mas, quando você vai lá para o processo, tem mais detalhado.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora, com sua experiência, mesmo sendo um valor estimado esse valor contratado de R$ 170.000.000,00, ultrapassando a folha normal dos médicos efetivos do estado, a senhora não achou um valor exagerado?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Eu não me lembro do valor, não sei se era 170. Porque é assim, eu abri esse processo em 2016, em julho, e em 2017, em janeiro, se não me engano, a gente colocou o termo. A partir do momento que ela sai da CGTES, eu passo a não ter mais nenhum contato com ele. Quando ele volta, no caso de ter sido homologado o contrato, quando isso aconteceu, eu já não estava mais no URH. Eu sai dia 23 de junho de 2017, e

nesse período eu adoeci também, tirei férias de 15 dias. Então, é de praxe eu não acompanhar a partir do momento que ele sai da licitação, eu não acompanho mais o processo, porque aí vai licitação, cotação, pregoeiro, e etc. Eu só teria de volta contato com ele após a contratação e efetivação do novo contrato, aí eu não estava mais, então, não lembro de valores.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Até que data a senhora ficou?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Até 23 de junho de 2017. Se não me engano o contrato foi publicado em 14 de julho de 2017, eu já tinha saído de lá.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O que acontece é o seguinte, esse contrato tem folhas de processo rasuradas, alguns números encontram-se em duplicidade e tem uns que sequer obedecem a cronologia da juntada dos documentos nos autos. Então, tem um fenômeno, uma incongruência encontrada nos autos que é a juntada de vários documentos na mesma data, 12 de abril de 2017.

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Acho que nesta época eu estava de férias, tirei 15 dias se não me engano, eu estava doente, eu adoeci.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Não foi na sua gestão?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Mas eu não lembro. Abril de 2017? Não, eu estava lá, eu acho que eu estava, mas essas juntadas de documentos foi de onde?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Todos com a mesma data.

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Mas foi de onde, da CGTES?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Aqui tem a tabela de cotação de preços na medida de tal, a situação do parecer, solicitação do parecer da PGE, o próprio procurador assinou também na mesma data, o aviso e licitação na mesma data, publicação na mesma data.

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Só que como eu lhe disse, eu abri, fiz o termo e mandei para frente, a partir daí eu não tenho mais contato com o processo, eu só iria ter de volta contato com esse processo após a publicação do contrato do objeto, mas eu saí dia 23 de junho de 2017, ele foi publicado dia 14 de julho. Então eu não tive mais contato nenhum e mesmo se eu estivesse ficado, não seria eu que teria juntado isso, porque isso aí faz parte da licitação e os órgãos de controle.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Olha só, o contrato quando foi elaborado, ele colocou assim: "Médico Clínico Geral - carga horária 40 horas, quantidade mensal 40; Médico Especialista Geral - carga horária 40 horas, quantidade mensal 130; Médico Clínico Geral Especialista, plantão 12 horas, quantidade mensal 6000 mil; Médico Clínico Geral/Especialista, plantão 12 horas, item 8.2 termo de referência em 50% a mais, quantidade mensal 1000, que a gente, analisando, achou que exatamente esses mil seria para o interior, mas nessa quantidade não faz constar quaisquer dos especialistas que estavam sendo contratados, não especificava. Então, a senhora disse que era geral.

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Deputada, eu não elaborei o contrato, eu não estava mais lá, eu não tive contato com isso aí.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora não estava mais?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Eu não estava mais, ele foi inclusive no Diário Oficial de lá que ele foi assinado no dia 5 de julho de 2017 e publicado no dia 14. Eu não estava mais na SESAU, já tinha sido exonerada, eu não fiz nenhum contrato.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Tá bom, então sem mais perguntas, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a palavra o deputado Nilton Sindpol.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Dona Consolata, a gente verificou aqui que até a capacidade técnica emitida pela COPERBRAS foi assinada pelo então Secretário de Estado da Saúde, o senhor Cesar Penna. A senhora tem conhecimento disso?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Não, não tenho. Como eu falei ou você abre o processo porque ele já está sendo extinto e você tem que abrir que tem o procedimento de seis meses antes, porque você tem que ter muito cuidado ao fazer o termo de referência, ou porque o secretário manda. A partir do momento em que o processo sai da minha coordenação, no caso que eu era a coordenadora, eu passo a não ter mais contato, teria contato sim se ele voltasse e eu ainda estivesse no cargo. Então, eu não estava mais no cargo e eu realmente não sei muito. Eu posso falar de todo o termo de referência e da abertura do processo, agora o que aconteceu depois, realmente, eu não tenho conhecimento.

[...]

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Certo. A senhora tomou conhecimento da notificação recomendatória n°02/2017, do Ministério Público de Contas para que a SESAU não realizasse qualquer tipo de pagamento de serviço, tipo diretor de unidade hospitalar através de plantões?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Sim, mas diretor de hospital não recebia, até onde eu sei, não recebia salário, recebia uma gratificação, não é do meu conhecimento não.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Não tem conhecimento. Então, os diretores, até onde a senhora sabe, a unidade era cargo comissionado?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Cargo comissionado ou através de portaria.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Certo, e esses diretores também recebiam plantões?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Não, se eles não fossem médicos não teriam como receber plantão, mas você está perguntando ele como médico?

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Eles acumulando de diretor de unidade hospitalar e médico, eles recebiam dois? Seriam duas fontes como comissionado e como médico plantonista?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Não, não pode receber plantão e comissionado.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Em nenhum momento a senhora tomou conhecimento dessa...

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Não, não pode, até porque se isso aconteceu os órgãos de controles vão detectar e solicitar o procedimento.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Certo. Dona Consolata, já foi dito aqui inclusive pela senhora que essas informações que constam nas unidades hospitalares, que vocês faziam esse controle em cima desses dados informados pelos diretores. Existia alguma forma de vocês aferirem em si aqueles dados disponibilizados, enviados por eles, que eram verdadeiros, para que vocês pudessem fazer o controle dessa gestão dos contratos?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – **Olha, eu, como gestora, costumava ir nos hospitais, às vezes ia uma hora da manhã. Eu sou atendida até hoje no HGR e o processo tem fiscal, então o fiscal fez esse trabalho. E eu, como gestora, tenho que acreditar na boa fé do fiscal, dos diretores e dos médicos. E a gente sempre procurava acompanhar sim. Eu, como gestora, a minha obrigação era acompanhar sempre que eu podia. Não vou te dizer que eu estava todo dia no hospital, porque não é humanamente possível, mas quando eu podia, eu passeava nos hospitais e ia olhar se o médico estava. Meus atendimentos todos são no Hospital Geral, que é um hospital público.**

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Quando a senhora chegava nas unidades hospitalares, a senhora fazia isso. Era no município ou só capital?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Era só na capital, muito pouco no interior, para onde eu viajava, às vezes. Era uma ou outra demanda. Eu ia nos hospitais e ia mais em Rorainópolis, que é um hospital maior né e verificava se estava tudo ok, não é?

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – E ao chegar nessas unidades hospitalares a senhora solicitava a escala do dia e conferia para ver se aqueles profissionais escalados estavam lá ou a senhora só perguntava aos diretores pelos profissionais que ali estavam naquele dia?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – Na verdade, a escala tem que estar no hospital lá para todo mundo ver, para o paciente, ela é pública, mas isso é um trabalho mais do fiscal, eu era gestora do contrato fiscal e ele tinha que ir acompanhar e fazer todo esse trabalho.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – É porque a gente faz esse questionamento, inclusive em visitas aqui em bloco, a gente já constatou, a escala é uma e a quantidade de profissionais na unidade no momento era outra. Então, por isso que estamos fazendo esse questionamento à senhora, porque precisamos buscar esses dados e informações, até para que nosso relator consiga consignar isso no nosso relatório. E são muitas as denúncias, tanto é que está acontecendo esta CPI justamente para isso, de médicos que estariam recebendo sem trabalhar. Chegou alguma vez ao seu conhecimento essa informação de que profissionais estariam recebendo sem trabalhar?

A Senhora **Consolata Faria Alves** – **Não. Nunca chegou essa denúncia, o que nós recebíamos era questão de acúmulo de cargo e todas as vezes que chegou nós mandamos apurar. Inclusive eu, que antes passei nove meses como diretora do RH da SEGAD , nós mandamos abrir mais de setecentos pads, eu acho, à sindicância e muitos lá na Sesau, quando eu recebi de acúmulos, mas quando o processo era aberto eles somavam e eram chamado ao processo e tinham que optar. E o processo procedia, mas de falta de médico não! Não recebi nada com relação a isso.**

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Quando a Deputada Lenir perguntou sobre a quantidade de profissionais médicos a senhora falou que a justificativa era geral. Como vocês solicitaram, requeriam com a quantidade de médicos em cima do geral? Porque a gente sabe que determinadas especialidades tem uma demanda maior que as outras. Como contratar profissionais de áreas específicas se as demandas são maiores para suprir aquelas necessidades, se vocês fizeram um geral? Como chegar a essa conclusão já que foi geral?

A Senhora **Consolata Farias Alves** – **Eu falei genérico a ela, mas eu completei e disse que lá no processo estaria as especialidades. Nós tivemos suporte de médico que não lembro o nome dele agora, até porque não sou médica, então tinha que ter um suporte, a gente fez todas as demandas, consultamos com consultoria jurídica lá de dentro mesmo. Quando falei dessa parte genérica eu falei para a deputada que no processo tem todas as especialidades que seriam necessárias**.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Nós estamos analisando esse de 2017, e lá nos autos nós não encontramos, por isso o meu questionamento, porque não existe que deveria ter em tese relator, deveria ter uma planilha com especialidade, quantidade de carga horária para poder suprir a demanda.

A Senhora **Consolata Farias Alves** – **Tem sim, não sei se entregaram o processo completo, mas tem sim a especialidade, senão não teria como nós fazermos**.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Porque uma das justificativa Consolata, é justamente a questão dos venezuelanos que 2017 já tinha a imigração, mas não como temos hoje.

A Senhora **Consolata Farias Alves** – Nós tínhamos estudos sobre esse aumento e realmente naquela época aumentou consideravelmente a demanda dentro do Hospital Geral.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Como foi feito a análise desse prognóstico com relação ao HC que foi inaugurado depois e a possibilidade do anexo ao HGR que nunca chegou até hoje?

A Senhora **Consolata Farias Alves** – **É uma previsão, que na verdade a gente faz, tinha previsão em abrir o anexo, temos uma previsão de usar a quantidade de leito, e a gente usa a quantidade de corpo de enfermagem, quantidade de quantos eles têm que atender por pacientes e o HC também tinha uma previsão de como iria funcionar. Foi tudo feito através de previsão, demanda de leito e o quanto iria comportar. Se não me engano são 200 leitos nesse novo anexo**.

[...]

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhora Consolata, pairou uma dúvida. Em algum momento foi usado pagamento de horas da cooperativa para pagamento de plantões para compensar os médicos?

A Senhora **Consolata Farias Alves** – Não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora tinha acesso à escala de plantão do contrato efetivo diferente da escala de plantão do trabalho da cooperativa?

A Senhora **Consolata Farias Alves** – Não. Porque essa escala de plantão era feita pela unidade, não era pela CG10. Então, eles faziam a escala de plantão baseado na previsão mensal. Lógico que isso deve ter falha, deve mudar também, mas quem fazia eram eles. Nós recebíamos essa escala, nos preocupamos com a questão da carga horária, dentro das orientações que nós tínhamos. E a efetividade de cumprir esse plantão era da direção do hospital, como falei, era humanamente impossível. Eu não era fiscal, eu era gestora, minha responsabilidade era outra. Eu ia uma vez ou outra para verificar e aproveitava, como sou hipertensa e virava e mexia, estava por lá e verificava como estava por lá.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Mas, não tinha como saber que o médico que estava atendendo, se estava pelo contrato efetivo ou pela cooperativa?

A Senhora **Consolata Farias Alves** – A cooperativa nas unidades tem uma sala em cada unidade, e lá eles tinham uma escala de plantão daquele dia. Agora, dizer que aquele tal médico ele estava efetivo ou não, se tivesse recebido uma denúncia, claro que eu iria ver por onde estava, seria minha obrigação.

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Boa tarde, Consolata. Não vou repetir as perguntas, mas fiquei em dúvida com relação a uma única situação. Qual foi o período que a senhora passou?

A Senhora **Consolata Farias Alves** – Fiquei de novembro de 2015 a 23 de junho de 2017.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Passaram alguns secretários nesse período?

A Senhora **Consolata Farias Alves** – Quando eu entrei era o Doutor Kalil, se não me engano fevereiro ou março ele saiu, e entrou o doutor César.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Foram esses dois Secretários apenas?

A Senhora **Consolata Farias Alves** – Sim. Quando entrou o Paulo Linhares eu não estava mais lá.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Os dois são médicos?

A Senhora **Consolata Farias Alves** – São médicos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eles recebiam pela cooperativa?

A Senhora **Consolata Farias Alves** – Não. Não poderiam

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não recebiam. Nem médicos nem secretários, nem diretores.

A Senhora **Consolata Farias Alves** – Não, não pode.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Que não pode a gente sabe. Nenhum deles recebiam?

A Senhora **Consolata Farias Alves** – Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A Senhora tem certeza ou a senhora acredita que não?

A Senhora **Consolata Farias Alves** – Eu acredito que não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Sem mais perguntas, Senhor Presidente. (...)"

Finalizando a 19ª reunião da CPI, foi ouvido o senhor **Renato Michel Moreno Benedetti**, pregoeiro que atuou no processo que culminou na contratação da Coopebras:

"(...) A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Houve o pedido da abertura do processo da COOPEBRAS e nós detectamos um ponto muito estranho, que foi no trâmite da questão da celeridade do processo, em que vários atos foram praticados, todos num dia só, 12 de abril de 2017. Como o senhor foi nomeado dia 23 de janeiro de 2015, eu lhe pergunto: o senhor estava nesse período de 2017?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – 2017 estava sim.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O Senhor trabalhou nesses autos da COOPEBRAS?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Não. Trabalhava nos autos, conforme chegava na CSL, passa por uma triagem e o presidente encaminha para o pregoeiro, aí eu tomo conhecimento do processo nessa hora.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E nessa data, a tabela de cotação foi juntada nesse dia à minuta do edital para análise e continuidade dos trâmites legais. Também foi colocada nesse dia a solicitação do parecer da PGE e o Procurador Antônio Pereira Costa colocou o parecer no mesmo dia que o aviso de licitação. A publicação no Diário Oficial foi também no mesmo dia, com sua experiência o que ocorreu?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Não tenho ideia. Quando eu recebo eu encaminho a PGE, para o procurador dar a celeridade. Pode ter sido o secretário que pode pedir, mas não recordo. De minha parte, eu recebo o processo e encaminho para o PGE, para análise da minuta. Depois retorna para mim e mando para a publicação no diário e jornal. Demoram uns 08 dias e quando retorna é que sai a licitação.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Consta que era o senhor que estava nos autos do processo da COOPEBRAS, além de todos esses documentos que

coloquei aqui, todas as certidões foram entregues pela empresa também no dia 28 de abril de 2019. As certidões de irregularidade negativas, irregularidades tributárias e essas certidões foram emitidas todas no dia 12 de abril, inclusive o atestado de incapacidade técnica da COOPEBRAS, emitida pelo secretário de estado, na época, o doutor Cesar Ferreira Pena, também foi toda nessa celeridade. O senhor como pregoeiro não recebeu nenhuma ordem que fosse realizado tudo nesse dia?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Não recebi, quando a gente recebe o processo eu encaminho logo para PGE e assim que retorna já público, e aviso na Folha e no Diário Oficial.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E quando o senhor...

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – E no compras net.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E quando o senhor recebe normalmente os autos de um processo, quando o senhor encaminha a PGE, demora quanto tempo?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Alguns a gente recebe no mesmo dia. Mas, às vezes é uma semana, dois dias, depende do processo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Qual o prazo máximo para o procurador entregar?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Não tem.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Tem não?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Não tem prazo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Mas não é normal ser no mesmo dia?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Pode entregar no mesmo dia, não é que é normal, mas já aconteceu de recebermos no mesmo dia. Depende da necessidade da secretaria. Parece que na época, não me recordo, mas parece que estava vencendo o contrato da cooperativa que tinha no caso, e tinha que licitar um novo processo.

[...]

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Senhor Renato, você sabe me dizer por que foi realizado esse processo licitatório na modalidade pregão presencial?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Presencial, porque não é o pregoeiro, é o secretário que decide a pasta, no caso é quem decide se é presencial ou pelo eletrônico.

[...]

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Como o senhor falou, a modalidade fica definida pelo secretário.

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Secretário da pasta.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Pelo secretário da pasta. Então, pela sua experiência de pregoeiro, você não acredita que a modalidade de pregão presencial, ela restringiu a ampla concorrência?

O Senhor **Renato Michel Moreno Benedetti** – Eu acho que não, mas aí é um caso especial, mas aí não restringi não, tanto é que antigamente era somente pregão presencial. Não tinha eletrônico. Mas não restringe não, as empresas que queiram participar, vem. (...)"

Seguindo a instrução da CPI, foram ouvidos três fiscais do contrato da Coopebras, **Maria Lúcia de Lucena e Vanusa Lopes da Silva**:

Iniciamos destacando trechos dos depoimentos da senhora **Maria Lúcia de Lucena**:

"(...) A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Boa tarde dona Maria Lúcia. Nós vamos falar inicialmente sobre o contrato da COOPEBRAS, que a senhora foi fiscal de contrato. Qual a sua formação?

A Senhora **Maria Lúcia de Lucena** – Eu sou administradora.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora trabalhava lá na sede da SESAU mesmo?

A Senhora **Maria Lúcia de Lucena** – Sim. Eu sou concursada do estado.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Na época, como fiscal de contrato, a senhora também tinha cargo comissionado?

A Senhora **Maria Lúcia de Lucena** – Eu fui convidada em janeiro, assim que o Dr. Ailton entrou, antes eu só era servidora normal, não tinha cargo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Na verdade, em 2019, a sua nomeação está com a data de 26 fevereiro de 2019.

A Senhora **Maria Lúcia de Lucena** – Isso, eu fiquei dois meses. Fui nomeada no dia 26 de fevereiro, dia 02 de janeiro e fui exonerada no dia 19 de março de 2019.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A gente analisando os autos, viu que no volume 3, nas folhas 461 e 462, temos as atribuições do fiscal. Chegaram a apresentar à senhora quais eram as suas atribuições?

A Senhora **Maria Lúcia de Lucena** – Sim.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Ainda no volume 3, nas folhas 112, referente aos atestos no verso das notas, não consta no processo digitalizado os versos das notas, e, assim ficou impossível verificarmos a veracidade. A senhora quando ia atestar as notas, olhava realmente a prestação de serviços?

A Senhora **Maria Lúcia de Lucena** – Sim. Eu atestei duas notas. Janeiro e fevereiro.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E a senhora se preocupou em saber se aquelas pessoas que estavam recebendo pela cooperativa eram ou não concursados, efetivos do estado e, se, elas realmente prestaram esse serviço?

A Senhora **Maria Lúcia de Lucena** – Não. Porque é assim, logo no início de janeiro, a coordenadora que assumiu junto com o Dr. Ailton me chamou e foi feito um documento para a cooperativa, que a partir daquela data tinham orientações que deveriam ser seguidas, todas as solicitações teriam que passar pela autorização do secretário, para então entrar na folha. E quando chegavam das unidades as solicitações, assinadas por cada diretor, as quantidades, o que faziam, quanto que iam, e aí, a gente levava para o Dr. Ailton, no verso, para ele autorizar ou não. Mas, eu não ia procurar o nome de cada servidor ou qual era o vínculo dele não, porque vinha lá o pedido, o nome e o quantitativo. A preocupação era passar pelo Dr. Ailton as solicitações, que ele autorizava no verso, aí só então a gente voltava para o RH, tirava cópia e repassávamos para a cooperativa. No final aquele bolão de coisas que vinha do mês, a cooperativa levava as cópias e no final ele trazia um consolidado, aí eu ia novamente conferindo se estavam ok as quantidades e estando ok, já levava para o Dr. Ailton dar a autorização para a emissão da nota.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Olha, nosso objetivo aqui, apurando possíveis falhas, claro que o objetivo em nenhum momento é prejudicar os médicos, que já trabalham tanto e nós precisamos muito desses médicos, mas, nós observamos que na folha de produção de carga horária e de plantão médico aparecem pessoas que têm o seu salário, a função gratificada, e mesmo assim aparece com plantões, por meio da cooperativa. A senhora detectou isso nos dois meses que a senhora fez o seu atesto nas notas fiscais?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – Não! O que a gente fez foi fazer um apanhado e elaboramos um documento para diminuir e melhorar o serviço. Tanto é que saiu no diário umas orientações que foram vistas com a CGAN, o secretário Roberto na época, tipo um fluxo, uma normatização, de como deveria ser. Às vezes vinha sem assinatura, às vezes só pedido do próprio médico, então a gente fez uma normatização e saiu no diário; está publicado, eu trouxe até uma cópia porque não sei se deu tempo, porque como a gente saiu dia 19 e ele saiu dia 11, não deu tempo de efetuar as mudanças, pois lá tinha todo um detalhamento de como deveria ser. Eu não fazia essa, até porque é assim, quando chegava eram de todas as unidades, como eles vinham primeiro e entregavam no gabinete e acertavam primeiramente com os secretários, depois já vinha só autorizado para a gente, então, realmente, não era feito esse detalhamento.
A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora sabe que esta CPI foi aberta exatamente, pelas denúncias do ex-secretário Dr. Ailton Wanderley. A senhora nesses dois meses que esteve à frente de um trabalho tão importante, que era fiscal do contrato, quais as irregularidades que a senhora observou?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – Eu não vi irregularidades. Eu entrei e já fui orientada, não passa nada, ninguém entrega documento, a não ser direto do gabinete e autorizado pelo secretário. A minha preocupação era de catalogar os documentos, ver se estava ok, levava para autorização dele e depois entregava para cooperativa. Então era muito restrito. Secretário, gabinete, vinha e voltava para sala, assim, eu não tinha nem como fazer, porque a determinação era que os diretores das unidades que estão pedindo... então esse detalhamento de conferir eu não fazia. A minha parte eram as orientações que era restrita e orientada.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora foi das pessoas que entrou com o Dr. Ailton, fazendo parte da equipe administrativa dele e ele afirmou, reafirmou que haviam várias irregularidades na SESAU, a senhora está sobre compromisso legal de falar a verdade. Quais as irregularidades que a senhora teve conhecimento?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – O período que ele ficou, eu não ia muito no gabinete, então nesses dois meses a gente fez o levantamento, tanto é que a orientação era de fazer essa normatização até para ter um fluxo para gente saber quem ia cobrar, e quem não ia, tá publicada, então uma das grandes preocupações dele era essa. A gente estava nos ajustes, até porque estava no início, estávamos adequando para melhorar e fiscalizar mais e ter mais conhecimento. Então esses dois meses fiquei restrita a isso, eu não participei de reunião, porque eram os três secretários, aí logo depois ele saiu, dia 19 fomos exonerados. Logo em seguida ele montou eu não sei nunca foi participado comigo, foi autorizado tudo que entrou nesses dois meses por ele, ou pelo Dr. Mário Marciel, que atestava no verso de cada documento, tudo que ia entrar e tudo que saia. Tem autorização dele no verso carimbado e assinado.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora trouxe, porque nas cópias que vieram digitalizada para CPI não consta os versos, quais os documentos?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – de quê? Das duas notas?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Isso! A nomeação dela é de 26 de fevereiro de 2019 e a exoneração de 19 de março.

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – 3 de abril é a substituição, a partir do dia 19 já entrou outro fiscal.

[...]

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Então, a senhora deve ter pelo menos noção dos médicos que são... a senhora deve pelo menos conhecer por nomes, quem são concursados, até porque a senhora é concursada, e aqueles médicos que são cooperados. Porque uma das justificativas para o estado contratar essa cooperativa é a ausência de profissionais para atender as demandas. A gente recebe muita reclamação de profissionais da área de saúde, no caso os médicos, que eles têm carga horária em várias unidades ao mesmo tempo. Em algum momento foi questionada essa situação, tipo, médico estar em Boa Vista e também em Caracaraí, por exemplo, ou em Rorainópolis? A senhora observava esses detalhes na nota?

A Senhora **Maria Lúcia de Lucena** – Não, nos dois meses que eu realmente fiquei não. Não, porque quando chegavam, corríamos, porque tínhamos que pagar. Eu me atentava a ver se estava certo, se estava, realmente, o autorizo dele no verso e como eu já trabalhava e trabalho no Núcleo de Processos, porque no RH, cada núcleo é separado, Folha de Pagamento, a que cuida de servidores estaduais. Então, assim, eu entro em uma sala e fico os dois meses em que eu tive esse contato.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Mas essa fiscalização que a senhora se refere, que o próprio secretário determinou, e agora a senhora diz que era sempre correria para o atesto, não contradiz a determinação de fiscalizar com rigor para que seja, realmente, constatado, para que seja, realmente, exercida a fiscalização desse contrato?

A Senhora **Maria Lúcia de Lucena** – Então, o que a gente se atentou foi que, realmente, só entrasse na folha o que ele autorizava, que já vinha com a justificativa de cada unidade, de cada diretor, para estar na folha e, realmente, passar por ele o que, realmente, poderia entrar na folha.

[...]
O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu não vou repetir as perguntas dos colegas, eu prestei atenção em todas. Mas alguns pontos eu gostaria de esclarecer. A senhora efetivamente começou a trabalhar nesse contrato, a partir de que dia, e qual mês?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – Foi em janeiro, primeira semana.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Primeira semana de janeiro?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – Janeiro, porque as nomeações que estavam logo no início de janeiro, foi aquela troca de todo mundo, então só saiu publicado dia 26, mas ele foi retroativo a 2 de janeiro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Qual a data do primeiro atesto que a senhora deu referente a que mês?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – Janeiro, em 05/02/19.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A primeira?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – A primeira, que foi referente ao pagamento do mês de janeiro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora falou que atestou duas. Qual foi a segunda?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** –Foi essa no valor de 670 aí teve...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não, veja o valor direito, que eu acho que é 8 milhões, não é 800 não.

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – Ah tá, 8.670.236,59.

O Senhor Relator **Jorge Everton** –Essa foi a primeira?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – É, essa foi a primeira do mês de janeiro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Referente ao mês de janeiro?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – E no mês de janeiro, quando veio a folha, ficaram ainda alguns profissionais fora, que deu um valor de 335 que não foi pago aqui, que foi atestada sem... de janeiro que era um resíduo que tinha.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora só atestou essas duas notas?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – Não. Aí tem a do mês de fevereiro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tá.

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – Janeiro e fevereiro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ok.

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** –Fevereiro, 8.231.475,61 e teve glosa de 668.475,01 que foi atestado no dia 20/03.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Durante o período em que a senhora ficou lá, a senhora atestou notas do mês de janeiro a fevereiro?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – Isso. De janeiro a fevereiro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu volto a perguntar o que foi perguntado pelos meus colegas. Diretores, Secretários eles poderiam receber pela cooperativa?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – Não. Não sei, porque, quando vem o documento vem o nome de todos os diretores.

O Senhor Relator **Jorge Everton** –Veja bem, agora a pouco a senhora falou, em uma das respostas que eu ouvi, que não poderia diretor receber pela cooperativa. Quero saber se a senhora falou isso, ou não falou, se sabe ou se não sabe.

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – Não falei isso, de diretor não. Não me recordo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não existia nenhuma recomendação, que não se pagasse através da cooperativa, diretores, cargos comissionados, secretários?

A Senhora **Maria Lucia de Lucena** – Não, assim específico nominal, não. Só sei dizer que quando me chamavam... a lista você só vai conferir e pagar o que foi autorizado pelo secretário. Então, os diretores vinham falar com o secretário, mas o quantitativo eu me atentava para fazer o valor. Não sei se era separado ou não. Não tenho essa informação (...)"

Finalizando os trabalhos da 20ª reunião da CPI, foi ouvida a Senhora **Vanusa Lopes Silva**, fiscal do contrato:

"(...) O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** Boa tarde Senhora Vanuza, por gentileza, a senhora pode confirmar o período em que a senhora foi fiscal desse contrato com a Cooperativa Médica- COOPEBRAS?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Foi em agosto de 2017 a dezembro de 2018.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** Ok**.** Como é que a senhora procedia para fazer os atesto dessas notas, desses serviços prestados? Quais os cuidados que a senhora tomava antes de fazer o atesto?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Todo mês as unidades de saúde, os diretores das unidades encaminhavam para a SESAU, para a CGTES, documentos indicando, informando os médicos que receberiam os plantões, o número de vezes de cada mês e o cuidado que eu tinha era de verificar as certidões, se estavam dia, se os documentos estavam de acordo com o que foi solicitado, se tinha autorização do secretário. Era esse cuidado que eu tinha.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** A senhora em algum momento buscou saber dessas unidades se realmente aquelas escalas que os médicos, escalas médicas enviadas, se realmente os médicos cumpriram aquela carga horária?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Não, porque eu não era fiscal setorial, eu era fiscal administrativo, era para analisar as certidões, os documentos, não era fiscal para verificar se o médico realmente trabalhou ou não.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** Então, a senhora não atestava as notas fiscais dos serviços prestados?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Atestava, mediante essa documentação.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** Sim**,** é justamente isso que eu estou lhe perguntando, das unidades hospitalares, elas encaminham para o setor de vocês para conferência com as escalas e seja realizado o consolidado dessas cargas horárias para que sejam pagas, não é? Essa consolidação não é numa nota fiscal para que, eventualmente, vocês depois de fazerem toda essa conferência, elas sejam atestadas e posteriormente, pagas?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** É, a gente verificava os documentos. **Agora, assim, para verificar se realmente o médico trabalhou, não tinha como a gente verificar por meio de escala, vinham só os documentos, não vinha a escala.**

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** E o consolidado não vinha com as cargas horárias dos médicos e especialidades?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Vinha a carga horária, informando a quantidade de plantões, mas as escalas não vinham.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** Em algum momento a senhora verificou se os médicos que seriam diretores de unidades, eles também estariam recebendo plantões pela COOPEBRAS?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva -** Os diretores, todos eles, recebem plantões pela cooperativa.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** Mesmo com a recomendação do Ministério Público de Contas?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Eu não tive conhecimento dessa recomendação do Ministério Público de Contas.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** A senhora sucedeu ao André Nentwig Silva, certo?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Isso.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** Pois é, à época em que ele esteve à frente da fiscalização dos contratos, foi expedida pelo Ministério Público de Contas, uma recomendação, que a SESAU se ativesse à contratação de médicos por especialidades, conforme o contrato, e cirurgiões dentistas, somente buxo-maxilar, certo? uma recomendação! A senhora não teve conhecimento dessa recomendação do Ministério Público de Contas?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Não, da recomendação não, tive não.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** E confirma que todos os médicos, diretores, recebiam como plantonistas?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Diretores recebem sim, recebiam plantões, vinha uma informação no documento que eram plantões de supervisões médicas.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** Vocês receberam esses documentos das unidades até atesto da nota, em média quantos dias, senhora Vanusa?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Nós tínhamos pouco prazo para analisar toda a documentação. Geralmente, chegava no primeiro dia útil do mês seguinte, e logo em seguida, a gente tinha que enviar essa nota para os órgãos de controle. Então a média de análise do documento, a gente passava uma média de três dias, analisando.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** Os órgãos de controle, vocês faziam atesto e retornavam para o secretário de saúde para ele também chancelar?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Tudo era autorizado pelos secretários, toda a documentação, nenhum pagamento era solicitado sem a autorização dos secretários.

[...]

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- Boa tarde senhora Vanuza, qual é a sua formação?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Eu sou pedagoga.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues-** A senhora, atualmente, trabalha onde?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Hoje eu estou como gerente de núcleo dos recursos humanos do HGR.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- A senhora é efetiva?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Sim, sou servidora efetiva.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues-** E quanto tempo a senhora passou? Porque eu vi aqui a sua nomeação 1897, a portaria de 2017, é a partir do dia 23 de junho de 2017, quando foi a sua exoneração?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Exoneração de fiscal?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- De fiscal do contrato?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Foi em dezembro.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues-** A senhora foi fiscal de contrato em outro contrato sem ser da COOPEBRAS?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Sim, eu fui fiscal de contrato das terceirizadas há muito tempo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues-** Das terceirizadas?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** É

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues-** Muito tempo é?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Foi, mas já faz algum tempo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues-** E de outro, não?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues-** Só das terceirizadas e COOPEBRAS?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva-** Isso.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues-** A senhora afirmou que, e a senhora afirmou de um jeito, como se fosse comum, normal, os coordenadores e diretores receberem da COOPEBRAS. Lá é assim? É comum mesmo todo mundo receber da COOPEBRAS?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Não. É assim, todos os médicos, coordenadores, que assumem alguma função de coordenador na unidade, ele recebe pela cooperativa, diretor clínico, diretor geral, eles são pagos pela cooperativa. Eles não assumem cargo comissionado.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Isso que nós queremos saber. E aqueles coordenadores que nós detectamos, uns dois casos pelo menos, que eu vi de coordenadores, que são coordenadores, tem cargo comissionado, são efetivos e ganharam pela cooperativa também. A senhora como fiscal do contrato, alguma vez achou essa situação?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – **Não, porque se ele recebe pela cooperativa ele não pode receber pelo cargo comissionado, ele tem que ser exonerado e o cargo tem que ficar vago para não onerar o erário. A orientação era essa.**

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora quando assumiu como fiscal de contrato, a senhora tinha ciência das suas funções?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Sim.

[...]

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora passou de junho a dezembro, não é? Quantas notas a senhora assinou?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Todos esses meses eu assinei.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Todos esses meses?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Sim.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Alguém alguma vez propôs para a senhora receber algum presente, algum agrado, ou recebeu pressão para acelerar o atesto das notas?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Não. Assim, quando a nota chegava, os secretários pediam "Tem que agilizar para pagar logo!", mas doutor a gente tem que analisar as notas. Pelo menos os documentos, as certidões, se estão

em dia, que a nossa função era essa, analisar as notas de documentos, se estavam de acordo com que cada direção de unidade hospitalar informou e se, realmente, estava consolidada na nota aquela quantidade de carga horária, e os plantões.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Qual entre os secretários e adjuntos, seus chefes imediatos, qual a pessoa que tinha mais essa função de cobrar o andamento da nota?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Todos os secretários que passaram, todos eles tinham essa preocupação.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora trabalhou com quais nesse período em que a senhora foi fiscal de contrato

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Trabalhei com o Dr. Ailton Wanderley, o Coronel o último.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Nós estamos aqui falando de 2017, de junho de 2017 a dezembro, com quem a senhora mais trabalhou?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Não me recordo, agora, o secretário da época, mas trabalhei com todos eles.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sem mais perguntas, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Senhora Vanusa, não há mais perguntas a serem feitas, pergunto se senhora tem alguma informação que julga importante sobre esse contrato em que a senhora foi fiscal, para a CPI?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Tenho. Agora, no momento, a partir de maio, quando eu estava no HGR, a partir desse mês de maio quando entrou um secretário, Coronel, ele pediu que todas as informações e pagamentos de cooperativas passassem pelos recursos humanos porque, anteriormente, isso não se passava e agora, está passando. E aí quando eu peguei os documentos foi quando eu consegui chocar as escalas, porque ele também pediu que encaminhassem as escalas, juntamente com a quantidade de plantões e eu consegui fazer essa análise e choquei alguns plantões e identifiquei. Aí eu encaminhei para a secretaria e informei que houve esses choques de plantões e pediram os descontos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A senhora identificou os choques de plantões? Como a senhora descreve isso?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – São médicos que estão na função do cargo efetivo no mesmo dia e horário da cooperativa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em unidades diferentes?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Não, só do HGR.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – No mesmo hospital estavam recebendo como efetivo no plantão, quando deveria tirar normalmente como servidor efetivo e estavam também recebendo pela cooperativa é isso? A senhora tem esses dados?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Tenho. Os dados estão de posse da Polícia Civil, mas eu tenho do último mês aqui de maio, que foi quando começou.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Foi quando a senhora conseguiu identificar. A senhora pode disponibilizar a cópia desse documento, de maio que a senhora identificou? A senhora sabe informar se em meses anteriores isso estaria acontecendo, esse choque de plantões?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Eu não sei se poderia estar havendo, porque tem que analisar o documento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A senhora está de posse desse documento aqui?

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Eu trouxe uma cópia do mês de maio.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – OK. Por favor, então a senhora nos disponibilize para que possamos tirar uma cópia.

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – Assim, quero deixar bem claro que a função...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Essa informação é muito importante, que a senhora está trazendo para a CPI.

A Senhora **Vanusa Lopes Silva** – A minha função na época era analisar os documentos e, agora, estou na gestão do RH do HGR e, depois que começou a passar essa documentação, deu para a gente fazer a análise direitinho, que até então não se passava. Então, por isso que não dava para fazer esse choque de escalas. (...)"

Na reunião seguinte, foram realizadas as oitivas do senhor **Caio Fábio Reis Monteiro**, fiscal de tributos, **Ana Lúcia Alves de Figueiredo**, gestora no processo e **Tedy Francisco da Silva Sobrinho**, fiscal do contrato.

Vamos seguir a linha destacando os trechos relevantes dos depoimentos na ordem cronológica. Iniciamos pelo senhor **Caio Fábio Reis Monteiro**, fiscal de tributos:

" (...) O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Como o senhor sabe, esta CPI foi instalada justamente para que nós possamos buscar averiguar denúncias feitas pelo ex-Secretário Ailton Wanderley. Então, nós verificando essa questão do contrato da COOPEBRAS com o estado, através da Secretaria de Saúde, constatamos diversas notas fiscais que foram atestadas, somente pelo senhor na condição de fiscal de tributos. Então, isso nos chamou a atenção. E nós gostaríamos de saber do porquê o senhor fez o atesto das notas, mesmo elas não terem a chancela dos demais responsáveis pelo contrato, que nem os fiscais, por exemplo. O próprio secretário da pasta, como foi dito aqui por outras testemunhas, que ele fazia o atesto das notas também, confere para ser enviada ao pagamento. Esse é o questionamento inicial.

O Senhor **Caio Fábio Reis Monteiro** –De antemão, eminente deputado, as minhas atribuições por conta das informações, eu estou aberto a fornecer qualquer tipo de informação. No entanto, as minhas atribuições são resguardadas pelo sigilo, inclusive temos um parecer da procuradoria que resguarda esse sigilo em determinada informações, mas estou aberto a prestar

as informações, ainda que resguardada pelo sigilo, desde que seja seguido o procedimento regular, ou seja, vocês podem fazer por escrito que a gente informa.
Agora, quanto à sua pergunta, não tenho problema em responder, até porque posso entregar para o senhor a cópia dessa portaria, que é a 223, que respaldava no momento, que foram algumas notas no passado, 2017, no caso 2018. Não me recordo o ano, até o início de 2019, respaldava esse tipo de procedimento que eram executados. **E o que ocorre? Praticamente, ela se restringe a minha função naquele momento, tratando de compras governamentais, em verificar a idoneidade da nota fiscal, que todas elas eram idôneas, e a regularidade, quanto a débitos fiscais. Só praticamente a isso se restringia. Então, quando eu faço um carimbo de nota fiscal, de qualquer das empresas, fiz o carimbo à época que exercia essa função e elas se restringiam a essas funções. Verificar se há idoneidade da nota fiscal, se a nota fiscal estava regularmente emitida, e, se havia débitos perante o fisco. Esse carimbo significa isso. Ok?** Independente da assinatura do secretário, que com a sua assinatura tem as suas funções, a assinatura que ele profere. A Procuradoria Geral do Estado também, a Secretaria de Finanças. **A minha atribuição era praticamente essa, verificar a regularidade do documento fiscal e o pagamento dos tributos pertinentes...**
[...]

A Senhora deputada **Lenir Rodrigues** - Ao atestar nota, o senhor detectou que o fiscal do contrato, não tinha atestado as notas?

O Senhor **Caio Fábio Reis Monteiro** – Eu não me preocupo com essa parte, **a minha parte, é única e exclusivamente atestar se a nota tem débito ou não**.
[...]

A Senhora deputada **Lenir Rodrigues** - Então, o senhor acha normal receber nota sem o atesto fiscal do contrato?

O Senhor **Caio Fábio Reis Monteiro** – **Essa fase não faz parte das minhas atribuições, que é única e exclusivamente verificar se há ou não débitos. Se não houver débito, que é o caso, aí eu apanho o meu carimbo**.

A Senhora deputada **Lenir Rodrigues** - Então, quais os outros critérios que o senhor utilizou para atestar a nota?

O Senhor **Caio Fábio Reis Monteiro** – **O único critério é as notas fiscais estarem ou não idôneas, nada mais que isso. Esse é o meu atesto**.

[...]

O Senhor deputado **Soldado Sampaio** - O senhor está se apegando que não é atribuição sua conferir outras possíveis irregularidades nas notas**.** O senhor apenas atesta se aquela tem algum problema com o fisco ou não. Essa sua atribuição está amparada em quê?

O Senhor **Caio Fábio Reis Monteiro** – Nessa Portaria 223 que eu acabei de passar para o deputado Jorge Everton.

O Senhor deputado **Soldado Sampaio** - Isso é uma prática comum em todas as notas que passam?

O Senhor **Caio Fábio Reis Monteiro** – **Em todas as notas. É só a preocupação da idoneidade do documento fiscal.**

[...]
O Senhor Relator **Jorge Everton –** Boa tarde, Caio. Eu entendi o que você falou com relação, tanto na portaria que eu li, e realmente a sua atribuição é fazer a conferência da idoneidade ou não da nota. Eu preciso entender o contexto, porque a análise do processo foi feita pelo deputado Nilton e pela Deputada Lenir, e quando chegou aqui, que você teria atestado a nota sem passar pelo secretário, não é isso. Você atestou a regularidade da nota, a regularidade tributária?

O Senhor **Caio Fábio Reis Monteiro** – **Só do documento fiscal. Nada mais**.

O Senhor Relator **Jorge Everton –** Isso. Era esse o seu papel.

O Senhor **Caio Fábio Reis Monteiro** – **Só, único e exclusivo com a portaria**.

[...]
O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você recebe o processo já com a nota fiscal, você já vai na nota fiscal e só olha a regularidade...

O Senhor **Caio Fábio Reis Monteiro** – **Consulto no sistema, no SIAT. Se tem débitos, tem débitos, então a gente não pode carimbar e se não tem débitos, a gente carimba**.
[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ou seja, se fizer o pagamento sem passar pelos fiscais, coordenadores, secretários, isso não é atribuição sua?

O Senhor **Caio Fábio Reis Monteiro** – **Não**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ficou claro agora. Muito obrigado. Sem mais perguntas, Presidente.
[...]

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. **Parece que ficou esclarecido a participação do auditor fiscal no contrato. Na verdade, não é no contrato, é sim verificar se a nota fiscal é realmente verdadeira e se a empresa está devendo algum tributo. Se estiver devendo algum tributo, não irá receber até pagar. A finalidade é essa**.

[...]

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Na verdade, essa é uma forma do estado arrecadar daquelas empresas inadimplentes.

O Senhor **Caio Fábio Reis Monteiro – Uma maneira do estado arrecadar o imposto. É uma fase de receita. A fase de despesa, que é o pagamento, é uma fase posterior**.
[...]

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Ok. **Então, em relação ao carimbo e a verificação de auditor fiscal, no caso da sua atuação nesse contrato, nessa nota, é só para ver a questão da idoneidade, ou seja, se a nota realmente é de uma empresa atuante, se é uma nota verdadeira, e se ela está adimplente com o Tesouro Estadual. Não tem nada a ver com a verificação de prestação de serviço, pois isso quem faz é a secretaria de origem**. (...)"

Ante o acima exposto, resta esclarecida a participação do Auditor Fiscal no mencionado processo, sua atribuição era apenas de controle fiscal sobre a nota emitida pela prestadora de serviço, ou seja, uma maneira do Estado controlar nas compras governamentais, a regularidade fiscal das empresas fornecedoras de produtos e/ou serviços.

Seguindo os trabalhos, foi a vez da Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** prestar esclarecimentos sobre sua atuação no processo da Coopebras:

> "(...) A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Ok. Nos autos do processo, há a informação de que a senhora também atuou como coordenadora do contrato.
>
> A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Gestora do contrato.
>
> A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Gestora do contrato?
>
> A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Exatamente.
>
> A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Em algum momento a senhora foi fiscal do contrato?
>
> A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Não, só gestora.
>
> A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Foram dois meses, não é?
>
> A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Dois meses.
>
> A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – De qual contrato?
>
> A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – O da Cooperativa.
>
> A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Da COOPEBRAS. Existe nos autos uma Portaria nº 515/15, de 22 de abril de 2015, com a sua nomeação, e tem uma outra Portaria nº 318/19, deste ano, 26 de fevereiro de 2019, retroativo a 01 de janeiro de 2019, como gestora do contrato.
>
> A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Exatamente.
>
> A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Procede?
>
> A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Procede.
> [...]
>
> A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora, ao administrar, por ser gestora do contrato, a senhora comparava algum tipo de quadro, acompanhamento de prestação de serviço das pessoas que estavam relacionadas para poderem ir para pagamento?
>
> A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – A senhora se refere ao período de 2015 ou ao de 2019?
>
> A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Primeiro de 2015.

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – 2015, bom. Em 2015 eu era gestora do contrato e tinha uma fiscal. Porém, naquele período, tinham muitas divergências em relação ao papel do gestor e do fiscal em relação à determinação dos secretários, não é? Então, tínhamos algumas divergências nessa posição e na forma de acompanhamento. Resultado disso, é que eu passei, nesse período de 2015, entrei em janeiro e saí em dezembro. Durante esse período, mesmo como gestora, não houve assinatura minha nos atestos das notas, porque eu acreditava que ali tinha muitas coisas que a gente teria que rever e teria que ponderar. Então, naquele momento, ao sair, em outubro, eu entreguei, eu protocolei um documento no gabinete, em 2015, dizendo que eu estava saindo e que não havia nenhuma assinatura no ato das notas, como gestora.

[...]

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Trabalhando nessa área, como a senhora não assinou e protocolou o documento? A senhora trouxe esse documento?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Não, eu não trouxe esse documento, mas eu posso ficar no compromisso de procurar uma cópia e trazer.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Certo. Nesse período que a senhora esteve lá, quais as irregularidades que a senhora teve conhecimento, para a senhora não ter coragem de assinar?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Na época, o que eu verificava é que a gente não poderia sentar e discutir de como seria o serviço de distribuição da carga horaria médica e das distribuições dos plantões da cooperativa. Então assim, a partir do momento em que você não senta, não discute, você não constrói aquele trabalho, eu me vi naquele direito de não ter responsabilidade de assinar também uma nota. Não é isso? Se eu não participei, eu não posso receber algo pronto, apenas para assinar. A partir desse momento que eu tinha essa postura, de que eu fui buscando esses caminhos e fui verificando que a gente não tinha essa construção, de um serviço, uma construção de uma política de RH para uma gestão. Então naquele momento eu comecei a perceber que eu não poderia ter esse tipo de atitude.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora tinha conhecimento, quando as unidades faziam os pedidos, a senhora tinha como detectar se o profissional estava realmente naquele plantão?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Veja bem, em 2015 era todo um processo que era fechado e discutido com os secretários, fechado. Quando chegavam com a nota pronta que era encaminhado, então tanto eu, como a fiscal, nós tínhamos essa postura de não assinar, e não aceitar esse tipo de serviço. Porque o serviço como eu lhe disse, ele tinha que ser construído, tinha que ser planejado, e tinha que ser também constatado posteriormente esse planejamento. Então, por isso, a gente tinha essa postura.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Já que a senhora e a fiscal não assinavam, tinha ordens superiores para outra pessoa, ou outro profissional assinar?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Não. O próprio secretário e a própria caneta dele pesava mais do que a de um gestor.
[...]
A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Em 2019, e senhora entrou logo no início do governo, como gestora.
[...]

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu lhe pergunto senhora Ana Lúcia, tinha muita mudança nos nomes que vinham das unidades para entrar nessa folha de pagamento da COOPEBRAS?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Desse período de 2015, tinham sim. Algumas alterações, que algumas vezes, a gente olhava quando chegava, e eu dizia não, não pode. Mas isso tudo, era acordado entre: **Dr. Kalil, Dr. César e Paulo Linhares**. Especificamente **Dr. César, que era quem sentava e fazia toda a distribuição, junto com o pessoal da Cooperativa**.

[...]

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Ouvindo, atentamente, as suas respostas, e isso muito me alegra, de a senhora estar realmente dizendo, como é o trâmite, que a senhora acompanhou ao longo desse exercício de 2015, que a senhora foi gestora, primeiramente. Então essas demandas da cooperativa vinham das unidades, como a senhora falou, com os buraquinhos, as lacunas, mas como é que eles faziam essas justificativas para ter mais demandas de carga horária médica? Porque nós não encontramos dentro do processo as especialidades médicas que eles necessitariam, já que existem a questão do médico concursado, como disse a deputada Lenir. Recebe como concursado, como comissionado, e como cooperativado. A senhora se recorda se existia uma justificativa para essa crescente demanda de profissionais médicos nas unidades, tanto da capital como no interior?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Veja bem deputado, quando eu falei em relação as caixinhas, os buraquinhos, elas deveriam vir vazias, para que fossem preenchidas. Na verdade, ela já vinha toda pronta. É esse o questionamento, de que a política do RH, ela tem que ser fortalecida. Porque se a gente ver hoje, as questões dos plantões da cooperativa, é apenas um detalhe dentro da gigantesca política do RH, que deve ser sim pensada e implantada. Por que o estado profissionalmente não cuida dessa parte dos profissionais, médicos também? Porque não há um plano, onde eles possam ter um melhor desenvolvimento. Então assim, ela já vinha pronta, não tinha, é isso que eu disse. Ela é uma prestadora, mas ela já vinha com o serviço pronto. E não vinha para essa discussão. Ela já vinha com tudo pronto.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Perfeito. E essa questão, dos médicos serem gestores, e receberem através de plantões médicos? Já existia essa prática em 2015? Porque nós detectamos que agora nesse período, nessa nova gestão, continua existindo, conforme os consolidados.

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Já. Já existia.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Já existia. Certo! E o trabalho desses profissionais nas unidades hospitalares já havia sido consolidado. Em algum momento a senhora, ou sua equipe, os fiscais, vocês tiveram a preocupação de mesmo via telefônico procurarem saber se aquela escala, aqueles profissionais que estavam ali naquela escala, se eles compareciam, se eles cumpriam a carga horária? Houve algum questionamento neste sentido?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Sim. Como eu lhe disse nós passamos pouco tempo. Nós não conseguimos efetivar nenhuma parte do que a gente estava planejando realmente fazer. Então, quando a gente colocava, pegava a frequência, por que esse médico aparece nesse contrato efetivo dele se ele tem 40 horas? Por que determinado médico, ele tem mais plantão sobre/aviso, e plantão presencial pela cooperativa? Por que que não poderia ser o inverso, e ir preenchendo? Alguns detalhes, nós íamos pegando, quando nós estávamos fazendo esses levantamentos. Não sei se ele foi concluído, não sei se foi para frente. Realmente, eu não tenho essa informação a lhe dar. Mas nós tínhamos começado a fazer esse desenho. Porque na verdade era um desenho, que a gente tinha que fazer.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Agora a senhora se refere ao exercício de 2019.

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – 2019.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Então não há esse cheque liste que venha se fazendo os preenchimentos das necessidades. Ontem aqui a senhora Consolata nos relatou que foram abertos mais de 700 PADs, salvo engano, que foram instalados, justamente por questões de cargas horária dos médicos, a senhora tem conhecimento desses PADs?

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – Tenho conhecimento desses PADs, e assim não foram referentes a cargas horária de médicos, foram referentes a vários profissionais da saúde, de vários cargos, porque eu cheguei a ver, não foram só médicos. E esses vários cargos, se a pessoa tem 30 horas, se um técnico de enfermagem tinha 30 horas, vamos dizer no Santo Antônio, 30 horas no HGR a lei faculta, tem que bater a questão do horário, se ele tem mais, ele faz um plantão à parte, então o que que vinha? E o servidor ele tinha que ser notificado e ele tem que fazer opção para poder constar dentro do processo. Isso se refere a todos os profissionais da saúde, inclusive os médicos.
O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Certo! Então pelo que a senhora falou pela questão das notas, elas saltavam e não iam para a SEFAZ com a assinatura nem do fiscal, nem do gestor, e mesmo assim elas eram pagas?

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – Eram!

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Perfeito! E a pessoa que procurou a fiscal na época, era ligada a Cooperativa, ou era ligada a SESAU?

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – Não. Foram as pessoas que nos substituíram dentro da secretaria.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Na época que a senhora esteve lá, tanto em 2015 e como agora 2019, a senhora presenciou algum político, seja ele deputado estadual, federal, senador, ou qualquer outro cargo político ou preposto, com interesse direto na questão desse contrato milionário da Cooperativa, dentro da SESAU fazendo loby? Porque chegam informações para nós que a Cooperativa manda na SESAU. Na Cooperativa teriam pessoas instaladas lá dentro que faziam toda a tramitação do processo. E esse processo seria conduzido e encaminhado pelos empregados da Cooperativa dentro da SESAU e que a Cooperativa se sobrepõe à secretaria. A senhora viu ou presenciou esse tipo de conduta dentro da SESAU, tanto 2015, como 2019?

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – Não! Eu não presenciei esse tipo de conduta, não vi nenhum político, nem estadual, federal e nem senador. Me surpreendi com algumas situações que tivemos a prova de vida de militares, e nessa prova de vida teve uma determinada situação, que teve um servidor, quando chegamos no setor, eu acompanhei em dezembro, uma tenente na prova de vida, não sei se é o caso, esse servidor não trabalhava, ele tinha uma frequência informada não recordo qual o setor, e quando passou eu disse: e esse rapaz? Aí a tenente disse que não trabalhava, e realmente os colegas disseram que não trabalhava e ela fez toda a anotação dele. Aí ela disse, não esse aí não trabalha aqui, esse rapaz é da Cooperativa, ele sempre está aqui atrás dos processos. Eu disse não! Ele era o que estava ontem aqui, tenho certeza, agora vou ter que descobrir.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – A senhora pode nos dizer o nome dessa pessoa?

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – Eu fui atrás para ver se essa pessoa realmente era funcionário, cargo de assistente administrativo, e na época ele não estava presencial, mas estava na questão, quando ela disse da Cooperativa. Mas como assim? E ele entrou para pedir abertura de um PAD por não estar... Foi informado da frequência e acho que está lá trabalhando como cargo comissionado.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – A senhora por gentileza, verifique aqui dentre esses nomes, se essa terceira pessoa que foi procurar a fiscal está relacionada nessa folha?

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – Não está aqui! Essa pessoa, inclusive, passou um tempo trabalhando dentro do RH, junto com a Consolata e a Cecília, e depois ela saiu. Quero lembrar o nome dela.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Faça um esforço para lembrar o nome dessa pessoa, assim como desse empregado da COOPEPRAS, que também é servidor público, não é?

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – Sim.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – E continua trabalhando na SESAU?
A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – Eu acredito que sim.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – A senhora sabe qual o setor?

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – Eu me comprometo de trazer o nome da pessoa. Não sei qual o setor. Amanhã ou segunda, trago essa informação aqui.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Essas gratificações que foram ditas aqui, foram pagas para os gestores das unidades através da Cooperativa, sem problema nenhum?

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – Eram.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Tanto capital, como interior?

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – No interior, nem tanto, porque as unidades do interior até hoje, elas não constam dentro das estruturas de cargos comissionados da Secretaria de Saúde. Todos esses hospitais que nós

temos não tem na estrutura. Quando foi em janeiro, fevereiro, que foi pedido para que fosse feito, rapidamente, que iriam apresentar para a Assembleia uma nova estrutura do estado, nós conseguimos montar. E a própria coordenadora da SEGUI, na época, ela também teve essa preocupação de criar os cargos das unidades do interior, porque, o que ficava... Em 2015 foram remanejados 11 cargos do gabinete civil para a SESAU, para que fossem nomeados esses do interior. Quando foi agora esses cargos ainda estavam permanentes, lá. São cargos de assessorias, cargos pequenos, quem ocupa essas direções do interior normalmente não são médicos, então são cargos comissionados, não são médicos. Na capital são os médicos que ocupam os cargos de direção.

[...]

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Nesse exercício de 2019 e 2015, a senhora chegou a ir a alguma unidade tipo HC, na capital, ou em outro município?

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – Sim!

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – A senhora verificou a escala dos plantões e se aqueles profissionais lá estavam?

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – Em 2019 eu cheguei a ir. Em 2015 eu tinha feito uma planilha para a partir de abril andar com minha equipe checando escala por escala, foi quando eu sai, talvez exatamente e por estar no lugar errado no dia 19 de março.

[...]

O Senhor Deputado Relator **Jorge Everton** – Boa tarde. Talvez eu acabe repetindo algumas perguntas que a Deputada Lenir e o Deputado Nilton fizeram. Qual o período total da senhora na SESAU?

A Senhora **Lúcia Alves de Figueiredo** – Em 2015 eu fiquei de 01 de janeiro até 15 de outubro. Em 2019 eu entrei no momento de transição em dezembro e sai no dia 19 de março.

O Senhor Deputado Relator **Jorge Everton** – Qual a sua função durante todo esse período lá na SESAU?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Coordenadora Geral da Gestão do Trabalho e Educação em Saúde.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Nesse processo específico a senhora atuou tanto em 2015 como em 2019?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Sim, como gestora.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tanto em 2015 como em 2019? Nesse período todo?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Como gestora, nos dois anos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Qual era a sua efetiva atribuição como gestora, tanto em 2015 como em 2019, nesse processo?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Verificar o processo, ver nos autos como está sendo correlato toda a distribuição da documentação, participar das discussões, criar a linha de serviço da cooperativa. Junto, isso faz parte do gestor fazer toda essa discussão. E o fiscal, olhar realmente se aquilo está sendo feito.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Essas irregularidades que a senhora falou aqui, que encontrou e fez com que a senhora não assinasse, não atestasse o processo, a senhora encontrou quando?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Em 2015.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – 2015? **Então do período de janeiro a outubro de 2015 a senhora não atestou nada no processo?**

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – **Não, não tinha atesto por conta de que eu não poderia assinar um documento onde eu não vi o que gerou o documento, se eu não participei das discussões, se a gente não fez aquela construção, eu me sentia muito aviltada, até por isso. Por que como é que chega para mim?**

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem era o secretário na época?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Na época era o Dr. Kalil, o Paulo Linhares e o César, como adjunto.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Dr. Kalil era o secretário?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – O Dr. Kalil como titular, o César Pena e o Paulo Linhares, como adjunto.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E esse foi o motivo de a senhora sair?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Acredito que sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora se sentiu pressionada por algum dos três secretários para fazer o atesto dessas notas?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Questionada? Questionada, principalmente pelo Dr. César, porque ele que fazia e quando chegava ele dizia que a gente tinha que fazer porque essa era a nossa atribuição. E eu, como vocês estão vendo, sou muito peculiar em questionar e em falar, e eu dizia que não podia ser dessa forma, não. Um trabalho, ele é construído, quando ele não é construído, você pode duvidar.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas em algum momento o Dr. César obrigou a senhora a fazer algo que a senhora entendia que era ilegal?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Não, não me obrigou a fazer porque ele fazia toda a distribuição e eu não participava.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Na estrutura desses cargos comissionados da SESAU, qual é o valor de fato? A senhora lembra, do valor pago ao diretor, na estrutura?

158

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – O Diretor das unidades de saúde de grande porte é em torno de R$ 7.000,00. Este é o cargo que está na estrutura, nas caixinhas.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Isso é o cargo comissionado?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Sim, o cargo comissionado, esse é o que está na caixinha, na estrutura hoje, em torno de R$ 7.000,00, é o SINETS 1.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então eles são pagos no cargo comissionado?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – São pagos como?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Não são pagos no cargo comissionado porque se ele tiver cargo comissionado ele não pode. Não é? Então, à época, em 2015, eram nomeadas outras pessoas, à parte, nesses cargos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Outras pessoas que não eram diretores? E essas pessoas faziam o quê?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Trabalhavam nas unidades, mas sem a atribuição do cargo de Direção-Geral, porque seria o cargo de Direção-Geral que é esse valor. Isso para as unidades de saúde de grande porte, as de médio porte o valor era em torno de R$ 5 mil e pouco.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E como eram pagos os que efetivamente atuavam? Os que eram contratados?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Eram lançados os plantões da cooperativa pelos próprios secretários.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas eles efetivamente trabalhavam como diretores ou recebiam sem trabalhar?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Não, eram os diretores que recebiam os plantões como sobreaviso para a função de diretor.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A Senhora ouviu falar de um pagamento por produção, que foi criado na SESAU?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem criou esse pagamento por produção? A senhora recorda?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – **Eu acredito que foi em 2015 também, na gestão do César, do Kalil e do Paulo**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Como funcionava esse pagamento por produção?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Pelo que eu entendi, à época, era o que eles faziam, além do plantão, a produção, não um plantão, mas a

159

produção, do que o médico tinha feito no dia, e talvez, por esse trabalho a folha fosse um pouco mais enxuta, se fosse pensado nesta produção. A mudança do pensamento, é aonde eu digo, se a política do RH tivesse feito isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, para eu entender, o médico fazia procedimentos que geravam uma produção e a forma de pagamento era através de plantão. Isso estava regulamentado?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Não estava regulamentado e era uma das coisas que eu questionava. Se essa era a forma por que a gente já não muda dentro do processo? Por que a gente já não muda mesmo no caminhar, já faz um referencial?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – **Bom, então deixa eu refazer minha pergunta. Essa produção que o médico recebia tinha que ter autorização de um superior, porque ele não iria receber se o secretário não tivesse autorizado. Não estava normatizado no papel, mas, havia uma ordem direta para ser cumprido. Então o médico que fazia essa produção, ele estava fazendo, acreditando que a via estava correta por que o secretário tinha determinado?**

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – **Sim.**

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, no caso o erro foi do secretário, não normatizar?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – **Sim. O erro é de gestão. Não é de produção. A produção era feita.**

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eles trabalhavam e efetivamente produziam?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – **Sim, trabalhavam e efetivamente produziam. O erro era de gestão em normatizar.**

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu queria entender por que alguns médicos, alguns profissionais da saúde, passaram pela função de secretário e eu queria, se você puder e souber, que me explicasse como um secretário recebe seu salário, seu subsídio? Vamos dizer que se ele for concursado ele pode receber como secretário, como concursado, e ainda ser cooperado. Eu queria entender esse contexto, me explica por favor!

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – **Não. Ele pode ser efetivo e ele pode receber o subsídio dele, que é de direito, por ele está exercendo a função, mas receber da cooperativa, jamais**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ele é efetivo e aí ele recebe 20 horas trabalhadas, ele recebe o salário de efetivo, recebe o salário de secretário, são essas 20 horas?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Ele pode trazer para o gabinete, ele pode trazer as vinte horas dele porque ele está ali exercendo aquela função. Ele pode trazer.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, ele recebe mesmo sem ter a necessidade de trabalhar? Não há impedimento?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Ele pode trazer as 20 horas, não há impedimento.

160

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Aí ele é concursado, tem 20 horas, recebe, leva para o gabinete, como a senhora falou e aí, ele pode receber pela cooperativa, como plantão?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – **Não, não pode**.

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora tem conhecimento de alguém que recebe e que não trabalha na SESAU? Já tomou conhecimento de alguém que recebia seu salário sem efetivamente trabalhar?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – **Não. Inclusive na fala do Dr. Ailton eu acompanhei quando ele veio na oitiva, então, por isso me permitam fazer essa referência, ele disse que detectou 52 pessoas sem trabalhar, eu também gostaria de saber dessas 52 pessoas, tendo em vista que os dados que ele tinha foram os dados que eu apresentava para ele**. Talvez, ele tivesse se reportando a um ofício que foi encaminhado pelo General, quando foi feita a prova de vida e algumas pessoas não foram achadas. Ali foi só na capital, mas já era alguma falha, porque tinham algumas pessoas que estavam naquela relação, porém, eram algumas pessoas que estavam na transição. Então, a gente já viu que tinham algumas coisas que nós tínhamos que pontuar. Aí ele pediu que fosse aberto um processo administrativo para que fosse encaminhado e eu já deixei lá esse processo encaminhado para que fosse alimentado.
[...]

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Senhora Ana, aqueles que de fato exerciam as direções de hospitais, qual era a quantidade de plantões que eles recebiam para exercer esses cargos? Por exemplo no HGR.

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – É, até porque são as duas unidades de grande porte, o HGR e o HMI. Em 2015 não me recordo, mas, tenho certeza que era maior que agora em 2019. E em 2019, eu não participei de como ficaria, não participei da conversa, mas, o Dr. Ailton me passou que para as direções gerais das unidades de saúde de grande porte seriam 13 plantões.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – 13 plantões? Quanto é um plantão?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Se não subiu é R$ 1.250,00. Não sei se teve algum reajuste agora, não sei. Seriam 13 para as direções clínicas ou técnicas, que seriam ocupadas por médicos, seriam de 9 plantões.

O Presidente **Coronel Chagas** – Então a referência maior era 13?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Sim. Não sei se foi mantido. Me perdoem, mas não sei se foi mantido.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A senhora sabe dizer se isso era regulamentado ou se estava descrito no contrato com a COOPEBRAS?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Não, não havia regulamento, não havia nada.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu lhe pergunto isso porque chegou até nós, que para um determinado profissional eram pagos 13. Aí eventualmente, lá na frente, quando esse profissional saía ou não queria mais, ou por uma

161

questão ou outra, ele era substituído, e quando vinha um novo, esse recebia mais de 20. Então, não havia um padrão. Isso procede?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Nesse início do ano o que me foi passado, pois, não participei dessa discussão, foi esse quantitativo. Em 2015, eu sei que os valores eram maiores e havia essa queixa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quais eram os valores de 2015?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Não me recordo, presidente. Não sei se eram 20 ou 25, mas tinha essa queixa de ser assim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Isso era estabelecido pelo secretário, juntamente com a direção da COOPEBRAS?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Não havia normatização.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Sim, mas alguém decidia?

A Senhora **Ana Lúcia Alves de Figueiredo** – Sim, o secretário, juntamente com a equipe gestora.
[...]

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio –** A senhora poderia nos falar o que levou o doutor Ailton fazer aquelas declarações, associando, não só com relação à cooperativa, a senhora teve conhecimento de outro fato, de outro contrato, de ato de gestão que levou o doutor Ailton a fazer aqueles comentários que a classe política não permitia ter uma gestão de qualidade?

Depoente **Ana Lúcia Alves de Figueiredo –** Não, eu desconheço. Ele tinha muitas angústias em relação ao financeiro, porque a despesa era maior do que a receita, então isso era realmente uma pendência financeira que a SESAU tinha, muito grande, e deve ter ainda hoje, principalmente quando você parava para pensar na folha de pagamento, quando você consumava a folha de pagamento, você pensava nos encargos, você pensava nas terceirizadas e tudo isso realmente era um quantitativo muito alto. E o fato de também de terem alguns processos que estavam encerrados e era realmente necessários para o andamento. Ele realmente tinha muitas angústias, como todos da equipe, em relação a fazer com que a máquina funcionasse. E talvez essa angústia, a de não ter talvez sanado algumas situações, foi o que o levou a isso. Eu acredito também no fato dele ter tido um desgaste também com os médicos, porque a priori ele também culpou tanto a classe política quanto a classe médica. E se a gente, realmente, for colocar no balanço, eles não são os culpados da crise que se instalou, do que a gente vê aí. Os médicos, muitas vezes, à parte, eu digo os médicos e estendo também aos demais profissionais de saúde, eles estão principalmente na ponta, tentando fazer o seu melhor. Tanto é que a gente vê que muitos profissionais estão adoecendo, eu via e era uma coisa que me chamava a atenção. E era uma coisa que eu já ia começar a trabalhar com eles, era a questão da estatística dos profissionais, aqueles que passavam por psiquiatra. Era uma outra coisa que eu já ia começar a trabalhar, porque que me chamou a atenção. E vou dizer para vocês, isso me chamou atenção porque um dia eu estava e me chamaram no gabinete, a chefe de gabinete me chamou, e tinha um servidor, ele era técnico em enfermagem estava ali porque ele tinha duas cargas horárias de 30 e ele queria mudar de lotação. Aquilo me espantou, porque o senhor veio no gabinete e via que ele falava se balançando muito, ele não tinha um controle físico. E eu comecei a conversar com ele, o que o senhor tem? Vamos tentar resolver. Eu o levei para

a minha sala, conversei, acalmei. Eu disse, eu vou com a direção, vamos ver o que gente vai fazer. Saí da SESAU, e em pouco tempo depois me mandaram dizer: Olha Ana, aquele rapaz cometeu suicídio. Isso foi uma das coisas que já estava me chamando a atenção, o porquê desses profissionais estarem adoecendo lá dentro, por que que eles passam por isso? Talvez a gente tenha que ter essa política e gestão de RH. (...)"

Após a esclarecedora oitiva da Senhora Ana Lúcia, a CPI ouviu **Tedy Francisco da Silva Sobrinho**, na qualidade de fiscal do contrato, conforme abaixo exposto:

"(...) A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- Senhor Tedy, o senhor foi nomeado na Portaria nº 833, de 2019, de 18 de junho com o efeito de 17 de abril. Foi a primeira vez que o senhor foi fiscal de contrato?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho –** Primeira vez

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - O senhor leu as suas atribuições?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho –** Na verdade, quando eu fui nomeado fiscal eu procurei me inteirar das atividades de que seria o gestor do contrato e me baseei no Decreto de 2015, 19213. Ele explicita bem qual é dever do fiscal, quanto a fiscalizar os contratos. Então eu me baseei nele, que é muito claro e nos diz como nos conduzir, de maneira que a gente possa acompanhar um contrato com maior clareza na maior brevidade possível.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- O senhor assinou como fiscal de contrato nesse... qual sua formação?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho -** Eu sou administrador de empresa, contador, e professor de matemática.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Então, quando você assinou o contrato, atestou as notas. Quantas notas você atestou?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho – Eu atestei as notas do mês de maio, junho, julho, agosto e setembro**.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – De 2019?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho - De 2019**.

[...]

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Quando vai atestar uma nota, alguma vez teve alguma nota que o senhor ficasse sem querer assinar?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho – Sim, todas as notas eu fazia uma prévia análise**. Como funciona a COOPEBRAS? É feita uma escala pela COOPEBRAS, onde são enviadas para as unidades de saúde, a unidade de saúde manda os plantões médicos de 30 dias e, no final do mês, os diretores das unidades mandam para a gente a quantidade de plantões que foram realizados por aquela escala. **Às vezes, tem médico que tem dez plantões e, na verdade, ele não tira os dez. Inclusive, eu como fiscal do processo, se os senhores quiserem verificar, nos autos do processo, existem várias glosas que**

eu fiz com relação a isso daí, principalmente em comparação a confronto de plantões. Tem nos autos, eu solicitando a glosa de alguns valores de alguns médicos cooperados.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** O senhor foi atendido na glosa?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho – Fui atendido**.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** O senhor, como fiscal, detectou alguma vez a questão de o médico que prescreve, ele tá um dia, então, é para ele ir quatro vezes, um dia ele vai, cobre todo mundo e folga os outros três dias. Existia isso?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho –** Do meu conhecimento não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Então, todos que estavam naquele plantão, cobriam o plantão?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho –** Sim, mesmo porque vem um documento das unidades com assinatura do diretor mandando a escala dos plantões que são feitos nas unidades de saúde.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Desses que o senhor pediu as glosas quais foram os problemas que o senhor detectou como fiscal de contrato?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho – Choque de horário. Por exemplo: médico A, trabalhou na unidade de sete às treze na unidade e, no mesmo dia das sete às treze em outra unidade. Quando acontecia isso eu pedia a glosa.**

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Certo. Como o senhor é um servidor antigo o senhor sabia quem era efetivo para poder fazer essa comparação?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho –** Como fiscal eu solicitei, mesmo porque quando somos fiscais do processo, a cooperativa é vinculada ao CGTS que é o RH, na verdade, eu tenho a relação dos médicos que eram efetivos.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** O senhor ainda está como fiscal de contrato?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho –** Não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Qual foi o motivo que o senhor saiu?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho –** Eu trabalhava na CGTS e fui convidado para trabalhar com o secretário-adjunto Monteiro.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Nesses meses que o senhor foi gestor do contrato, caso o senhor não assinasse, atestando as notas, como os seus superiores fariam para dar andamento para pagamento, se uma fase processual não fosse concluída?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho –** Na verdade, para efetivar o pagamento tem que ter o atesto do fiscal e do gestor do contrato. São essas duas pessoas que atestam a veracidade dos serviços.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Então, sem esse atesto do fiscal e do gestor do contrato não tem andamento a nota?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho –** Não tem andamento, precisa ser atestado pelos dois, o fiscal e o gestor do contrato.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues –** Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol -** Boa tarde. É importante que o senhor, como fiscal, tenha toda essa experiência e ainda mais como professor de matemática, contador, habilidade com os números não lhes falta. O senhor tem conhecimento de alguma nota, ou notas, que sem os atesto do fiscal e do gestor do contrato tenha seguido para a SEFAZ e efetivamente pagas?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho –** Do meu conhecimento, não. Enquanto fiscal, nesse período, **não foi paga nenhuma nota sem constar o atesto do fiscal e do gestor, todas as notas, enquanto eu fui fiscal, foram atestadas pelo gestor e pelo fiscal**.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** O decreto que o senhor citou o de 2015?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho –** O 19213.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** No mesmo decreto ele faz referência a uma instrução normativa, que seria elaborada pela Controladoria Geral do Estado. O senhor tem conhecimento dessa instrução normativa?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho –** É uma norma técnica que eles nos forneceram para que possamos seguir os trâmites legais no andamento do processo. Eu tenho a norma técnica que foi emitida pela Controladoria Geral do Estado.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** O senhor pode nos disponibilizar cópia dessa instrução normativa?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho –** Posso. Não tenho aqui comigo, mas, amanhã trago, com certeza.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** Nessa sua responsabilidade com relação ao contrato da COOPEBRAS, ao senhor, em algum momento, foi oferecida vantagens, presentes, ou mesmo o senhor foi pressionado a assinar essas notas sem os devidos cuidados? O senhor tinha que conferir os dados encaminhados pelas unidades hospitalares, como o senhor fazia esse controle para saber se aqueles profissionais realmente realizaram aqueles plantões?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho – Eu, enquanto fiscal do processo, eu fazia a conferência da nota e só liberava depois que chegavam todos os documentos das unidades de saúde. Eu comparava e, se houvesse alguma inconsistência a gente avisava a cooperativa, tem município tal que não tem dez plantões, só tem oito, para ele poder fazer a emissão da nota. Só era liberada a nota depois de todas as conferências**.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** Então, as inconsistências eram comunicadas à cooperativa e não diretamente ao secretário de estado da saúde?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho – O gestor tinha conhecimento das inconsistências. Além das inconsistências, a gente fazia o cruzamento dos**

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

plantões, inclusive, nos autos dos processos vocês vão encontrar algumas glosas que efetuamos.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol —** Esse cruzamento era manual ou tinha algum sistema que auxilia, tanto o gestor quanto o fiscal do contrato para que tenham maior clareza para poder atestar essas notas, já que estamos falando de um contrato vultuoso. Perguntamos no princípio que encontramos no processo várias notas fiscais que não tem atesto do gestor e nem do fiscal e, mesmo assim foram atestadas pelo fiscal de tributo e efetivamente pagas. O senhor tem conhecimento desse mecanismo?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho — Como eu citei, enquanto fiscal do processo, não foi efetuado nenhum pagamento sem as duas assinaturas, tanto do fiscal quanto do gestor**.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol —** Quem era o responsável da COOPEBRAS por esse fluxo dentro da secretaria de saúde para estar encaminhando esses dados? Quem eram as pessoas da COOPEBRAS responsáveis por esse trâmite da documentação? Quanto tempo antes vocês recebiam esses consolidados das unidades hospitalares para que vocês pudessem fazer essa análise?

Depoente **Tedy Francisco da Silva Sobrinho —** As unidades hospitalares têm um prazo para entregar até no segundo ou terceiro dia útil todas as escalas dos médicos dos interiores. Mediante isso, a gente recebe do interior e compara com a escala da COOPEBRAS, que vai para os municípios. Então, a gente só faz a conferência depois que chegam todas as escalas e elas são feitas manuais, não tem programa nenhum.

[...]

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O senhor tem conhecimento de pessoas que receberam por direção ou outra situação através da COOPEBRAS, tipo é diretor de unidade, é médico, é comissionado e também receber pela cooperativa acumuladamente?

O Senhor **Tedy Francisco da Silva Sobrinho** – Não, existe que os diretores de unidade não recebem cargo comissionados, eles recebem plantões para gerir as unidades de saúde.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Mas eles não deveriam ser nomeados por decreto para que eles fizessem isso?

O Senhor **Tedy Francisco da Silva Sobrinho** – Com certeza!

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Então eles recebem esses plantões pela COOPEBRAS e não pela SESAU?

O Senhor **Tedy Francisco da Silva Sobrinho** – Sim.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Isso não é ilegal?

O Senhor **Tedy Francisco da Silva Sobrinho** – Creio que sim, não é?

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Mas mesmo assim, o senhor estava ali atestando?

O Senhor **Tedy Francisco da Silva Sobrinho** – Atestei, com certeza.

166

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Mas, consciente de uma irregularidade.

O Senhor **Tedy Francisco da Silva Sobrinho** – Sim, porque todos diretores de unidades nenhum é cargo comissionado, todos recebem plantões.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Pela cooperativa?

O Senhor **Tedy Francisco da Silva Sobrinho** – Pela cooperativa. (...)"

De outra banda, após as oitivas de todos os servidores públicos atuantes no processo da cooperativa, a CPI então passou a ouvir os dirigentes da Coopebras.

Nas 66ª e 67ª reuniões, foram ouvidos respectivamente, **Maria Oélia Paulino de Lima**, Diretora Financeira, **Jorrimar da Silva Amorim**, Ex-Diretor Presidente da Coopebras, **Edivaldo Pereira Vieira**, Vice-Presidente da Coopebras, **Edilson Pereira Vieira**, Gerente Operacional da Coopebras.

O depoimento da Senhora Maria Oélia chama atenção, visto que, embora responsável pelos pagamentos realizados pela Coopebras, afirmou que não acompanhava ou fazia parte da vida administrativa da cooperativa, conforme se observa dos trechos a seguir citados:

"(...) O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Bom dia, dona Maria Oélia. Deputado Nilton Sindpol. Analisando os processos da cooperativa e também o relatório da Polícia Civil, que também investiga essa questão da cooperativa e relacionamento com os médicos cooperados, nós verificamos que a senhora fazia parte do Conselho de Administração da cooperativa, e também tinha um contrato de prestação de serviços de consultoria e assessoria de administração financeira. É isso?

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – É isso mesmo, está na Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Nilton, o senhor me permita. Eu preciso falar com a senhora Maria Oélia. A senhora está se fazendo acompanhar de advogados?

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eles estão presentes com a senhora neste momento? É o senhor Flauber Rocha Moreira?

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Não, presente não. Eles estão por telefone.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Por telefone. E o senhor Ciro Brito da Silva?

A senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Sim.

167

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eles podem acompanhar também por videoconferência, é só a senhora passar para eles o seu celular. Eles podem adicionar o *link* e aqui nós vamos recepcioná-los. A senhora pode fazer isso, para ficar mais fácil o acompanhamento da sua defesa. A senhora tem o *link* que lhe passaram? A senhora compartilha por *WhatsApp* para eles.

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Eu tenho o *link*. Irei passar agora, deputado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então eu quero apenas registrar que a senhora Maria Oélia, está acompanhada pelos seguintes advogados: Ciro Brito da Silva, OAB/BA 2279 e o senhor Flauber Rocha Moreira, OAB/BA 56239. Obrigado, deputado Nilton, o senhor pode prosseguir com os seus questionamentos.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Obrigado, Presidente Coronel Chagas. Dona Maria Oélia, aquilo que consta em documento, inclusive em ata, é que a senhora fazia parte da Coopebras desde sua fundação. Eu pergunto à senhora se é isso mesmo.

A senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Sim.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – E que a senhora recebia um salário fixo e por produção. Quanto chegava a totalizar, em média, o salário de uma diretora, como a senhora, já que a cooperativa não tem fins lucrativos?

A senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Eu recebia meu salário -o salário, não- minha produção, de R$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais) bruto e o Pró-Labore de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e umas frações, isso o Pró-Labore, por ser diretora administradora e R$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais) é a minha produção de trabalho de 8 horas por dia.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Certo. Quem assinava os documentos da cooperativa, nas questões financeiras, além da senhora, era o presidente que consta no Estatuto ou o vice-presidente? Por que isso? Em análise, nós percebemos que a figura do presidente era apenas proforma, então quem realmente assinava essa documentação junto com a senhora, diretora-financeira?

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – O presidente pode assinar e o vice-presidente. Na ausência do presidente, eu assino. O presidente, como todos sabem, ele mora longe de Boa Vista. Então eu assinava junto com o vice-presidente. Ele pode assinar, o vice-presidente, mas ele nunca assinava, porque nunca estava aqui.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Certo. Então era constante a ausência do presidente, pelo fato dele residir no município de Rorainópolis, e a senhora assinava como vice-presidente?

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Isso.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Dona Oélia, nós recebemos inúmeras informações de que os médicos, para que fossem participantes da cooperativa, não era somente a questão de se propor a ser filiado a esta instituição, mas sim, ficavam a dispor do vice-presidente, de fazer a escolha dos médicos que integrariam o corpo técnico da cooperativa. Isso procede?

168

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Não procede.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – E a senhora, como diretora administrativa financeira, quais as suas atribuições dentro da Coopebras? Para que fique claro para nós.

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Deputado, a minha função é de pagamento. Na minha sala eu fazia todos os pagamentos que chegavam à minha mesa, todos eu assinava. Então a minha função exclusiva era para pagamentos, antes de encerrar o contrato, a minha função era para pagamentos. Essa é minha função.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – A senhora tinha conhecimento que alguns médicos recebiam indevidamente plantões para haver compensações? Por exemplo, por ocuparem cargo como o de diretor de unidade hospitalar?

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Não tenho. Pois como eu expliquei para o senhor, eu não fazia parte disso e também tenho certeza absoluta que isso não existia. Mas a minha parte, na verdade, era pagamento. Na minha sala, comigo, isso jamais existiria, jamais existiu. Na minha sala, não.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Então, antes de assinar o documento, a senhora se certificava de que o médico, realmente, cumpriu os plantões determinados pela escala e que ele fazia jus àquele valor mensal?

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Não deputado, isso não era comigo. Eu não fazia parte disso.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – E quem realmente fazia essa conferência? Porque a senhora era uma das pessoas que assinava, endossava, os pagamentos. É isso que estou perguntando, como a senhora se certificava desses valores, para que não acontecessem possíveis fraudes?

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Eu recebia por remessa, eu conferia as remessas. Essas conferências feitas, eram feitas na Sesau, não eram feitas na cooperativa, a cooperativa fazia a folha porque já vinha da Sesau as escalas, então ela confeccionava as folhas. Mas não faz parte de mim. Eu conferia as remessas que chegavam para mim líquidas, valor líquido. Eu trabalhava com valores líquidos. Essa parte aí, eu confesso ao senhor, é a que eu fazia.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Pois é, porque o papel da cooperativa era justamente fazer, confeccionar, as escalas dos médicos. Certo?

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Não! As escalas, como o senhor e todo mundo sabe, eram feitas lá pelos diretores, vinham para a Sesau, e da Sesau é que era enviado para cá. Aqui eram confeccionadas e devolvidas para a Sesau, conferidas pelos órgãos fiscalizadores e depois era enviado para a PROG e para a Controladoria. Voltava para a Sesau, onde o Secretário assinava para o valor poder chegar à cooperativa.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Qual era exatamente o setor da Sesau que fazia esse serviço burocrático para encaminhar para a cooperativa?

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Quantas pessoas?

169

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O setor da Sesau que fazia a formalização desses serviços prestados ao Estado, para que a cooperativa fizesse o pagamento.

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – O setor eu não posso dizer, deve ser o Recursos Humanos. Acho que tudo ia para o Recursos Humanos. Porque como eu já falei para o senhor, a minha parte é só pagamento. Quando chegava na minha mão, já chegava tudo pronto e eu efetuava os pagamentos.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Então a senhora só se limitava a assinar esses pagamentos?

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Somente.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Além da senhora que é diretora, membro do conselho fiscal, conselho de administração na realidade, tinha mais alguém que estivesse no conselho e que tivesse contrato com a cooperativa, ou todos tinham?

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Os médicos, o conselho fiscal médico.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Nós verificamos junto à documentação, e uma das exigências estatutárias é que o médico seja filiado à cooperativa para que ele possa exercer suas atividades. E nós identificamos que muitos não tinham esse vínculo com a cooperativa, mas mesmo assim eram contratados, ou seja, estava divergente com o que preceitua o estatuto e o que na realidade acontecia na prática.

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – O senhor não está se referindo, deputado, aos pró-labores dos conselheiros? Por que eles têm a produção normal do trabalho deles e tem o pró-labore? Eu não estou entendendo bem a sua pergunta, não sei se é isso.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Não. O que eu disse é que identificamos muitos profissionais da área de saúde, os médicos, que o Estatuto da Cooperativa diz que para o médico trabalhar na cooperativa, ele precisa ser associado, mas muitos não eram. E perguntei se todos os conselheiros tinham contrato com a cooperativa, tinham outras atribuições.

A Senhora **Maria Oélia Paulino Lima** – Sim, os associados. Eu, por exemplo, sou associada, sou fundadora, sou associada da cooperativa, mas o contrato pela cooperativa pago pela Sesau é só os médicos. Eu, como associada, e alguns conselheiros que também são associados da cooperativa, nós recebemos através do recurso da cooperativa.
[...]

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quero registrar também a presença da Deputada Lenir Rodrigues. Seja bem-vinda, Deputada. Passo a palavra a ela, para que faça os questionamentos que julgar pertinentes.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Bom dia. Quero cumprimentar o Presidente e os demais pares.
Queria fazer algumas perguntas para a senhora, já que a senhora afirmou que era responsável pelos pagamentos. Nós tivemos em 2017, uma notificação recomendatória do Ministério Público de Contas, foi para o Secretário e com certeza. Consta nos autos que a coordenação da Coopebras também foi notificada, para que, na época, não fossem pagos em forma de plantão os

trabalhadores da classe médica; e os procedimentos que fossem realizados, fossem pagos em forma de mutirão, fosse feito esse trabalho juntamente entre a Sesau e a Coopebras e a Sesau ficou proibida de contratar qualquer outro profissional pela Coopebras, que não fosse médico ou cirurgião dentista com especialização em bucomaxilo. O que a senhora tem a dizer quanto a essa recomendação de 2017?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Deputada, essa parte não é de minha competência. Eu não participo de licitações. Não é da minha competência. Eu não tenho como responder exatamente para a senhora. Isso aí foi um acerto entre... como a senhora falou, do Ministério Público, mas não foi, não é da minha competência e eu não tenho como lhe responder.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Mas a senhora disse que sua atribuição era pagar, e aqui está dizendo exatamente que não deveriam pagar, e já que a senhora pagou, é isso que eu quero dizer, por que a senhora pagou já que a senhora estava incumbida, exatamente, dessa parte de pagamentos?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Pronto. Porque eu recebo a folha pronta. A folha chega para mim, líquida, eu confiro a folha e envio para pagamentos.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E a senhora, como responsável pelo pagamento, junto com o vice-presidente, a senhora não tinha acesso, não sabia, a senhora trabalhava na empresa, a senhora não sabia que estava tendo um problema jurídico, proibindo de fazer pagamentos? A senhora como responsável de pagar...

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora nunca soube disso? A senhora nunca soube desse fato dentro da empresa?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – A minha parte é sobre pagamentos, deputada. Eu não faço parte, isso aí não é comigo, aí tem uma outra equipe, não é comigo. Eu faço pagamentos.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sim, mas eu estou falando exatamente de pagamentos. Eu estou falando de pagamentos, já que a senhora conferia todos os procedimentos para poder pagar, porque ninguém está em uma empresa que recebe milhões, vai pagar e não confere, ou a senhora não conferia?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Essa parte não. Eu conferia as remessas que eu enviava para o banco. Mas essa parte aí não é comigo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E a senhora conferia as notas fiscais?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – As notas fiscais saiam direto da contabilidade para a Sesau, não é comigo também. A minha parte é na minha sala, fazendo os pagamentos.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Deixe-me dizer, a senhora conferia o atesto do fiscal do contrato?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Conferia?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sim? E a senhora conferia o atesto do fiscal do contrato?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Não. Também não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Então o que chegasse para a senhora pagar, a senhora pagava?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Tudo que chegava na minha mesa para pagar, eu pagava.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Não conferia nada?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Conferia. Conferia os pagamentos, eu conferia as remessas. Todas as remessas que chegavam para mim, eram conferidas, as remessas que eu enviava para os bancos, essa é a minha parte.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Dona Maria Oélia, a senhora fez pagamentos de milhões de reais, porque juntando tudo dava milhões de reais. Olha, nós, eu vi nas notas fiscais, nos autos, por exemplo, a nota fiscal eletrônica 00088, está na folha 1659, tinha valores de R$ 10.974.684,96 (dez milhões novecentos e setenta e quatro mil seiscentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos), e na folha 2347, nota fiscal 00106, tinha valores de R$ 7.409.880,00 (sete milhões quatrocentos e nove mil e oitocentos e oitenta reais). Em seguida, tinha mais uma nota fiscal, 00108, no valor de R$ 517.113,25 (quinhentos e dezessete mil cento e treze reais e vinte e cinco centavos), e outra, a 0019, no valor de R$ 8.565.970,98 (oito milhões quinhentos e sessenta e cinco mil novecentos e setenta reais e noventa e oito centavos), sem o atesto do contrato como preconiza a norma jurídica do nosso país. Então, quer dizer que mesmo assim a senhora pagou. Eu não entendo, a senhora tem alguma explicação para isso?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Tenho.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Então explique, porque eu estou doida para saber.

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – A explicação que eu tenho... olha, deputada, a explicação que eu tenho é que eu estava na minha sala, tudo que chegava para a minha sala, eu pagava. Essa parte que a senhora está falando, essa parte aí de nota fiscal, de folhas, de confecção de folhas, não é comigo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E quem era a responsável? Porque isso aqui é um dinheiro que foi assim, ó, no Estado, e a senhora pagou. A senhora foi pagando, foi pagando. E aí eu quero saber então, quem era a pessoa que deveria explicar para a CPI, quem é que era o responsável para conferir se estava correto? Porque até na nossa casa, se nós vamos no supermercado, nós olhamos rapidamente aquela nota fiscal, e nós conferimos se o caixa passou mesmo as coisas que nós compramos. A senhora não fez isso?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Com as remessas sim. Com as remessas eu conferia, lhe garanto, com as remessas. Agora quando se trata de nota fiscal, de valores, aí não é comigo, isso aí é entre...

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E quem é que era o responsável para conferir para a senhora ter a certeza que a senhora estava pagando dinheiro

público corretamente, nesse monte de remessas? Quem era essa pessoa? Deve ter alguém antes da senhora.

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Eu acabei de falar para a senhora. Isso aí é com o presidente e o vice-presidente, para chegar para mim, passava por eles, pela vice-presidência.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Olha, eu penso assim... a senhora lá na empresa, a senhora ficava na sua sala para pagar remessas. A senhora participava das reuniões administrativas da empresa?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Não tinha reunião?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Eu nunca participei de nenhuma reunião. Eu nunca participei de licitação, eu nunca assinei nenhum contrato, nunca. O contrato era assinado pelo presidente. Quando tinha alguma coisa chamavam o vice-presidente e o presidente na Secretaria de Saúde, eu nunca fui chamada para nenhuma reunião. A minha preocupação era ficar na minha sala, fazer os pagamentos, corrigir, ver as remessas, verificar as remessas, se vinha tudo certinho, e pagar, e outras coisas que eu pagava com recursos da cooperativa. Quando se trata de folhas, de nota fiscais, não era comigo, deputada.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E a senhora... quem é que lhe dizia que as contratações estavam regulares?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Quem dizia?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – É, como é que a senhora sabia que as contratações estavam regulares?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Não, isso aí não é comigo não. As contratações vêm pelo RH. São contratadas pelo RH, fazem, e contratadas pela Sesau, aliás, admissão, as fichas eram feitas na cooperativa, mas as contratações vinham da Sesau, tudo vinha da Sesau.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Agora eu estou achando estranho que uma empresa grande que lida com milhões, não tem reunião administrativa, não tem nenhuma fofoca. Todo setor público ou privado tem um "Olha! Chegou uma notificação do Ministério Público de Contas, vamos ver aqui o que nós vamos responder"

Não Identificado – Pela ordem, pela ordem, foque nas perguntas, porque a senhora está dramatizando, está fazendo campanha eleitoral em plena audiência.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sim, quem é que está falando?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Doutor, por favor, o senhor se reserve a orientar sua cliente, e não interfira...

Não Identificado – Tudo bem, mas é porque eu não estou entendendo a pergunta (resto do áudio inaudível).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Por favor, o senhor não tem essa autorização para fazer isso, ok?

Prossiga, Deputada Lenir Rodrigues.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sou muito grata, senhor Presidente. É bom esclarecer, que a CPI tem um caráter da busca da verdade real. Nós temos aqui a prorrogativa de buscarmos a verdade real, e infelizmente nós não estamos obtendo a informação. Esse: "não, não é comigo". Como é que a pessoa paga milhões e não é com ela? Eu quero entender isso.
Eu acredito assim, senhor Presidente, que nós perguntamos e a mesma coisa e é respondido: "não, não participo de licitação; não, meu trabalho é só pagar..." Eu quero saber quem era a pessoa, quem era seu chefe imediato?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Edivaldo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Ele que se reportava à senhora, sempre?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Sim.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E ele não lhe comunicou dessa notificação do Ministério Público de Contas?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Sim, notificou sim. Eu não tinha entendido. Ele me comunicou sim, e foi feito o termo de ajuste e conduta.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Era isso que eu estava, Dona Maria Oélia, querendo saber se a senhora sabia.

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Eu não estava entendendo, desculpa.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Está bom. Deixe-me lhe fazer outra pergunta: a senhora, esses lotes que a senhora pagava, quando havia erros, com quem se falava para fazer as retificações?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Deputada, isso aí já vinha tão bem corrigido, passado por tantas mãos, que não tinha como ter erros, porque passava pela Secretaria de Saúde, passava pelos órgãos públicos. Aqui, quando elaboravam a folha, era corrigida. Então, não tinha, de maneira alguma, como ter erros. Não tinha, porque se tivesse, ele parava lá na PROG, ou na Controladoria, ou na própria Sesau, não chegava até aqui. Se tivesse por acaso alguma divergência, a Secretaria de Saúde detectava na hora e mandava para a cooperativa refazer. Então não tinha como o médico receber errado, porque essa folha era muito fiscalizada.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Olha, o que é que eu vi nos autos: as folhas dos processos estavam rasuradas, alguns números dos autos dos processos estavam em duplicidade, e na verdade, nem foi observado a ordem cronológica da juntada dos autos. Nós observamos, a senhora já disse que não tinha nada a ver com licitação, só com pagamento, mas só para ficar esclarecido, que desde a cotação de preço... esses não foram juntados os autos corretamente. Tudo na empresa, desde o início, para a população entender, e as pessoas entenderem, tem a data de 12 de abril de 2017. Essa data foi maravilhosa para a Coopebras, por quê? Porque foi juntado os ofícios, a cotação de preço. Na mesma data de 12 de abril de 2017 foi juntado a tabela de cotação, o parecer da PGE, tudo no dia 12 de abril. Todas as certidões da Coopebras, também, foram juntadas em 28 de abril, logo em seguida, mas elas foram todas emitidas no mesmo dia, 12 de abril de 2017, a capacidade técnica também.

174

Então assim, essa fase, que é de caráter interno da empresa, eu pensava, a meu ver, que quem pagava era a senhora e o vice-presidente que assumiu, realmente, a vida da empresa, que poderiam saber desses detalhes. Mas, como a senhora não sabe, não é? Agora que a senhora me disse que lembrou, que soube sim do termo de ajuste de conduta, e aí eu quero saber da senhora, se vocês cumpriram o termo de ajuste de conduta?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Eu afirmo para a senhora que não é que eu não lembrei, é que eu não tinha entendido a sua pergunta. Eu não tinha entendido, e respondi.
Foi feito o termo de ajuste sim, com o Ministério Público. E quanto ao contrato que a senhora está se referindo, eu lhe digo com sinceridade, quero que a senhora acredite em mim, eu vim para cá não foi para mentir, eu vim para falar a verdade, é o que eu faço. Então, deputada, eu não tenho acesso à tratativa alguma de contrato entre Coopebras e Secretaria de Saúde. Qualquer pessoa, qualquer secretário, qualquer pessoa que for, vai confirmar o que eu estou dizendo para a senhora. Estou sendo bem sincera com a senhora, não vim aqui para mentir, vim aqui para falar a verdade, e o que eu estou dizendo para a senhora é a verdade. A senhora pode acreditar em mim.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Tá. Dona Maria Oélia, me diga uma coisa, a história de médicos recebendo quarenta ou até sessenta horas semanais, e mais os plantões, a senhora percebia, na hora do pagamento isso?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Não. Não, porque esses aí já chegavam para mim no líquido.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Chegava só o líquido para a senhora pagar?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Exato.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, eu estou satisfeita.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Senhora Maria Oélia, eu também tenho algumas perguntas a fazer à senhora. A senhora falou que a senhora foi fundadora da cooperativa.

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Fui sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A senhora e quem mais? Que fundou essa cooperativa?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Na época era o Dr. Airton Rocha, eu fui até a convite dele, porque eu o conhecia também. E aí eu ia ver essa assembleia lá no Setrabes, e ele nos convidou, a mim, na verdade. Eu fui a convite do Dr. Airton Rocha.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quem foi o primeiro Presidente da cooperativa? Foi o Dr. Airton Rocha?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Foi o Dr. Airton Rocha.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E depois?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Depois do Airton Rocha veio...não recordo agora...Veio... não me recordo agora, não estou recordando agora.

175

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor Edivaldo, o vice-presidente hoje é o senhor Edivaldo?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – É sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Qual o nome completo dele por favor?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Edivaldo Pereira Vieira.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Edivaldo Pereira Vieira, é isso? Ele foi presidente também, não foi?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Foi um período.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Houve um período em que o senhor Edivaldo foi presidente, e chegou um momento que houve, foi uma informação que recebemos, uma recomendação ou exigência, me parece não sei se do Tribunal de Contas ou do Ministério Público, por se tratar de uma cooperativa de médicos, deveria ser presidente um médico. Procede essa informação, já que a senhora está desde a fundação?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Procede, procede acho que foi sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. E isso aconteceu? Essa recomendação foi a uns quatro ou seis anos, não foi isso?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Perfeito. Até então era o presidente o senhor Edivaldo?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Era sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E a partir disso, então, passou a ser um médico o presidente? Faço esses questionamentos, essas observações, aliás, porque ouvi a senhora falar antes que o presidente atual, não reside em Boa Vista, perfeito?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Perfeito.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em razão disso é que senhora assinava como vice-presidente os pagamentos?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Sim, sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas se ele morasse em Boa Vista, quem assinaria seria o presidente com a senhora?

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Isso, comigo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a diretora financeira no caso. Entretanto, observando o estatuto da Coopebras...

A Senhora **Maria Oélia Paulino** – Só um minuto, cortando o senhor, ele poderia assinar tanto comigo ou com o vice-presidente.

176

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Certo. Entretanto, vejo aqui que, na verdade, o estatuto, senhora Deputada Lenir Rodrigues, ele não dá ao presidente... quem é responsável por praticamente tudo, conforme o estatuto da cooperativa, é o vice-presidente? É ele quem manda, não é isso? Observamos aqui nas atribuições de cada membro da diretoria, do capítulo nove, diretores, artigo 29, diz qual são as competências do diretor, e aqui não encontrei dentro das atribuições do diretor-presidente, que é o médico, a não ser representar a cooperativa, assinar contratos, zelar pelos cumprimentos das leis, de forma bem genérica, efetuar programação de serviços, enfim, convocar assembleias, proferir voto de desempate. Ele não tem a atribuição que tem o vice-presidente. No vice-presidente a primeira atribuição dele é supervisionar e controlar as produções dos associados e decidir sobre os respectivos pagamentos. Isso deveria ser uma atribuição do presidente, que é o principal na parte administrativa. Deveria ser o presidente, mas isso ficou para o vice-presidente. O vice seria apenas para substituir na ausência do presidente, mas no estatuto da Coopebras está assim. Pergunto para a senhora: a senhora que foi fundadora e deve ter participado, a senhora que redigia as atas das assembleias gerais da Coopebras, se antes de ter essas exigências, de ser um médico da Coopebras, as atribuições do Presidente e do vice-presidente eram assim no estatuto ou elas alteraram após essa recomendação de que o presidente fosse um médico e não mais o senhor Edivaldo? Houve alteração no estatuto?

A Senhora **Maria Oélia Paulino –** Houve uma alteração, mas não sei informar exatamente se houve mudanças. Houve uma alteração sim, mas não nessa parte, essa parte que está no artigo 34 do estatuto, que fala sobre a movimentação financeira que o diretor, vice-diretor, o diretor presidente, o vice-presidente, que assinaria, isso não mudou.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Não mudou isso, não? Era assim antes?

A Senhora **Maria Oélia Paulino –** Diretor-presidente, diretor, vice-presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Tudo bem, mas estou falando aqui neste item, decidir sobre os respectivos pagamentos, essa era uma atribuição que já existia no estatuto antes quando o Edivaldo era o presidente? Essa era a atribuição do vice-presidente ou ela mudou?

A Senhora **Maria Oélia Paulino –** Não recordo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Ou ela mudou quando o senhor Edivaldo não pôde mais ser presidente e passou a ser vice-presidente?

A Senhora **Maria Oélia Paulino –** Não recordo, porque, não recordo. Não recordo, tem que olhar no estatuto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Muito bem. Vejo aqui no estatuto que a ordem de comando, ordem hierarquia, dentro da cooperativa era, era o presidente, o vice-presidente e a diretora-financeira, e que na ausência do presidente, o vice-presidente respondia pela empresa; na ausência do vice-presidente quem respondia pela empresa era a diretora-financeira. Isso colide com as informações da senhora, que não tinha muitas informações dentro da empresa. A senhora era terceira na escala de comando, e na verdade, a partir de 2015 ou 2016, quando um médico passou a ser presidente, ele não reside em Boa Vista, a senhora passou a ser a número dois na hierarquia dentro da empresa. Portanto, todas as informações, tudo que acontecia na empresa, seguramente, passava pela senhora, porque a senhora tinha que assinar tudo

177

com o vice-presidente, que era de fato, e é até hoje o presidente da cooperativa. A colocação do médico me parece que foi apenas para atender uma exigência do órgão fiscalizador, se não me falha a memória, não sei se foi o TCE ou se foi o Ministério Público Estadual, mas ao colocarem um médico, o senhor Edivaldo, que era o Presidente passou a ser o vice-presidente e recebeu toda aquela competência que deveria ser do presidente para ele. Não é isso? A senhora concorda com a nossa observação?

A Senhora **Maria Oélia Paulino –** É isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Enfim, ok. Pergunto se os Deputados têm mais algum questionamento a fazer à senhora Maria Oélia? Bom, não havendo mais nenhum questionamento à senhora Maria, agradecemos o seu comparecimento. A senhora esteve enferma e não pôde ser ouvida na semana passada.

A Senhora **Maria Oélia Paulino –** Sim, ainda estou, mas fiz questão de comparecer.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Desde o início a senhora se colocou à disposição da CPI. Agradecemos o seu depoimento e vamos encerrar. A senhora tem mais alguma coisa para falar?

A Senhora **Maria Oélia Paulino –** Só quero agradecer a todos vocês e dizer que eu compareci, porque tinha que esclarecer os fatos. Tudo o que eu falei aqui, esclareci com clareza mesmo o que eu faço, não tenho muita autonomia dentro da empresa, mas o que falei para vocês é a realidade. (...)"

Em sequência foi colhido o depoimento do Senhor **Jorrimar da Silva Amorim**, ex-presidente da Coopebras, *ex vi*:

"(...) O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** Em análise, nessas questões que envolvem as investigações da CPI da Saúde, que iniciaram com as declarações do primeiro-secretário, o senhor Airton Wanderley, onde o mesmo afirmou que a saúde pública do estado de Roraima não melhorava por conta da interferência de políticos dentro da Sesau. E a cooperativa, dentro dos nossos levantamentos preliminares... muito se fala que a cooperativa, na realidade, alimentava parlamentares de diversas esferas, nas questões de dinheiro, então fizemos as convocações após fazer essas análises da sua pessoa, justamente por acreditar que você tem muito para contribuir com esta CPI. Inicialmente, quero franquear a palavra a você, senhor Jorrimar, e no que você pode ajudar esta CPI nesta análise deste contrato milionário com a cooperativa, onde temos muitas incongruências. E além da CPI, também a Polícia Civil e a Polícia Federal fazem investigações quanto a isso. o que você preliminarmente tem, o que você pode colaborar com esta CPI, por gentileza?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim –** Bom dia novamente, senhor deputado. Deixa-me falar. Sinceramente, não tenho nada para esconder Sempre trabalhei de modo profissional. Nunca fiz nada ilícito. Entrei nessa cooperativa contratado. Fui convidado para me associar como profissional técnico, pois já trabalhava em duas outras cooperativas anteriores, então fui convidado para fazer esse trabalho e durante a gestão do meu trabalho, cinco anos após estar trabalhando na Coopebras, fui convidado para fazer parte da chapa como presidente. Jamais, jamais alguém me chamou no canto, às escuras, para ser presidente a fim de cometer algo ilícito. Sempre trabalhei de forma correta, coerente, dedicado e profissional. Com quem vocês conversarem sobre minha

pessoa na Saúde, vão lhe dar esse respaldo. O que aconteceu também sobre infelizmente eu estar na condição de preso, vejo que aconteceu um grande equívoco, pois há seis anos não faço parte de conselho de administração, não faço mais parte da gestão, deixei o cargo de direção em 2015 e a partir dessa data, não participei de absolutamente nada, não assinei esse contrato atual. Não sei se houve desvios, realmente não sei, pois simplesmente nos últimos seis anos eu era profissional técnico. Volto a repetir, não tenho nada para esconder, até porque se eu estou preso, é porque alguém provavelmente deve ter feito "coisa errada" e estou pagando por isso. Então, não tenho que defender ninguém e esconder as coisas, só não posso inventar ou mentir. Vou falar o que eu sei e o que tenho conhecimento, mas estou à disposição. O que sei é que estou com a consciência tranquila e tenho um nome para zelar. Não tenho nada, não devo nada, não tem nada de desvio, pelo menos da minha parte, não. Sempre trabalhei de forma profissional e técnica nesta cooperativa, sempre.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** Certo. A primeira pergunta que tenho para fazer é: o senhor é sócio-fundador da cooperativa Coopebras?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim –** Não, senhor.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** Porque tenho aqui em mãos uma ata. Na realidade, ela é a ata da 17ª Assembleia Geral Ordinária, e aqui consta o seu nome Jorrimar da Silva Amorim como, realmente, como técnico. Certo? E o período...

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Só lhe interrompendo, desculpa o equívoco. Talvez o equívoco seja porque a denúncia me coloca como fazendo parte do conselho. Eles colocam: Jorrimar é o do conselho administrativo. O equívoco pode ter sido isso. Na eleição de 2016, na formação da chapa, precisava ter um suplente técnico e, como não tinha ninguém, os próprios cooperados pediram para eu entrar para compor. Eu entrei como suplente técnico, mas deixe eu lhe explicar o que é um suplente técnico: suplente técnico não é absolutamente nada. O suplente técnico, ele só assume se algum membro da diretoria pedir desligamento, aí o suplente técnico é convocado. Mas, enquanto isso, ele não participa de gestão nenhuma, ele não participa de reunião, de decisão, de assinatura, ele não participa de nada. Talvez o equívoco tenha sido isso. Eu fui suplente técnico realmente, mas até pedi para sair. Se vocês forem pesquisar, eu não sou mais suplente técnico. Em cada assembleia, há dois suplentes técnicos e nem isso sou mais. Então, foi um equívoco deles acharem que eu fazia parte do Conselho, o que não procede.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Tranquilo, o nosso objetivo é esclarecer os fatos. Por isso fizemos o Requerimento que foi aprovado pelos Membros da CPI. E nós temos ata. Uma das coisas que nos causa bastante estranheza, porque, antes do senhor, foi a senhora Maria Oélia, e ficou repetindo reiteradas vezes que ela só assinava o que já vinha devidamente conferido e reconferido pelas pessoas da Cooperativa, da Sesau e que ela não sabe, enfim, dizer os porquês das coisas erradas que foram identificadas por esta CPI e também pelas Polícias Judiciárias que investigam. Mas, no depoimento que temos em mãos da Polícia Civil, senhor Jorrimar, o senhor diz exatamente: "afirmou que nunca foi funcionário da Cooperativa e que o termo de adesão que assinou com a Cooperativa é igual ao termo de adesão que foi assinado pelos profissionais médicos". Senhor Jorrimar, o estatuto da cooperativa diz que, para um profissional médico fazer parte dela, ele tem que realmente ter feito adesão, o termo. Mas a gente identificou vários profissionais médicos que não têm esse termo de adesão com a Cooperativa. Como o senhor foi diretor-

presidente por um período, gostaria de saber qual a explicação nesse ponto exato, por gentileza.

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Um esclarecimento quanto a minha declaração à polícia: quando falei que não era funcionário, deputado, é porque cooperativado não é funcionário. É questão de CLT. Cooperado é associado. Porque fica dando a entender que eu não trabalhava, não é? Eu não fui funcionário, porque funcionário é carteira assinada, CLT, o que não cabe em caso de cooperado ou associado de cooperativas. Agora, me causa estranheza, porque todos os cooperados têm que assinar o termo de adesão. Se ele começar a trabalhar sem o termo de adesão, ele está irregular. Eu desconheço. Inclusive é o RH que é o setor responsável para chamar o médico quando ele vai se associar e fazer o termo de adesão. Então, eu sinceramente desconheço cooperados trabalhando sem ter assinado esse termo, é surpresa para mim.

O Senhor Deputado Relator **Nilton Sindpol** – Ok. Seguindo suas declarações: "sua função é de fechar a folha dos médicos cooperados, e o RH fecha a folha dos funcionários; e não soube dizer qual a nomenclatura do salário que recebe". Como o senhor tinha essas atribuições e praticava esses atos, empregado da cooperativa, e não soube explicar esse detalhe? Por que esse questionamento?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Deputado, preciso fazer um parêntese para que vocês entendam a conjuntura. Das pessoas indiciadas, que são oito, eu fui o único que me apresentei. Fui com meus pés, no meu carro, e me apresentei. Não fugi e nem me omiti em nenhum momento. Primeiro, estava com minha consciência tranquila e jamais achava que iria ser preso. Fui espontaneamente. Dois meses antes de ser preso, eu estive entubado em uma UTI, tive Covid grave, os médicos me desenganaram, pediram para minha família orar, rezar, que não tinha mais o que ser feito. Então, eu estava muito abatido quando fui preso, tanto que minha domiciliar foi justamente pelo meu estado de saúde. Eu não tinha a mínima condição naquele momento de ser preso, de ir para uma penitenciária. O senhor sabe, todo mundo sabe da Covid, ela deixa sintomas por muito tempo e principalmente no meu caso, que foi grave. Primeiro, foi uma surpresa saber que ia ser preso. Imaginem a minha cabeça. A Covid deixa a gente debilitado, muito mesmo, tinha dois meses que estava em uma UTI sedado, em coma. Então, tinha perguntas que eu nem entendia. A questão é o seguinte, eu não entendi o contexto da delegada, mas a nomenclatura do salário do cooperado é produção. A gente recebe produção, não é salário. A gente não chama salário, porque salário é de vínculo empregatício, funcionário CLT, por isso, na hora, não soube explicar essa questão, mas é produção, não tem problema nenhum, não tem nada de errado com isso.
Desculpa, qual é a outra pergunta?

O Senhor Deputado Relator **Nilton Sindpol** – Sim, a questão era de fechar a folha dos médicos cooperados, dos associados. O senhor tinha essas atribuições na cooperativa?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Não! A folha dos cooperados, desde 2010, eu não fechava essa folha. Eu ajudava a fazer a conferência. A encarregada da folha era a senhora Maria do Socorro, inclusive, ela que deu depoimento à polícia. Eu nunca fui chamado, antes de ser preso, para depor, simplesmente descobri que ia ser preso no dia da minha prisão, quando me apresentei na delegacia. Nem declaração eu dei. Então, o que aconteceu, eu estava fora da folha, eu ajudava dona Socorro a conferir. Eu era da folha antes, 2005, 2006 e 2007. Fui presidente e, depois que deixei de ser presidente,

nunca mais fiquei responsável pela folha. Aí ajudava a dona Socorro na conferência, pois, como era muito trabalhoso e eu tinha experiência, ela me pedia só para eu conferir os lançamentos dela, para ver se não havia erro de lançamento. O que aconteceu também? Em abril, não estavam satisfeitos com o trabalho da dona Socorro, estava atrasando muito a folha, estava entregando com muito atraso para a Sesau, então o Valdam me chamou e disse: Jorrimar, eu queria você de volta à folha. Você entende, você conhece, você já trabalhou, você pode assumir? Eu disse: posso, Valdam! Porque, em todos trabalhos que eu tive, sempre fui muito prestativo, sempre colaborei. O que aconteceu? Entrei em abril e em abril eu comecei a ter sintomas da Covid, foi quando me afastei, fui internado e entubado, passei mais de 35 a 45 dias no hospital, fiquei de licença, voltei em agosto, debilitado, e foi quando fui preso. Então, nessa segunda vez, de passagem como encarregado da folha, eu praticamente não exerci a função por causa da Covid. Então, era a folha dos médicos que ajudava, pois, nos últimos anos, eu só ajudava na conferência. A folha dos associados, da qual eu fazia parte, o meu pagamento, não era atribuição minha, quem fecha é o RH da Cooperativa, é outro setor. O setor que fecha a folha de pagamento é o setor de pagamento, o setor que fecha a produção dos cooperados e funcionários é o RH. Então, a essa eu não tinha acesso.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Certo. Qual foi o período que o senhor foi Presidente da Cooperativa?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Deputado, creio que foi 2010 a 2015.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Certo! A gente verificou também que o senhor é efetivo do Estado. Nesse período, o senhor acumulava ou pedia afastamento para exercer a Presidência da Cooperativa?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Eu estava afastado, licença para tratar de interesse particular.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Perfeito! E quem fazia essa folha dos médicos? Era a Sesau ou a Cooperativa?
Vou retificar a minha pergunta, quem fazia a escala dos médicos e bucomaxilos? Era a Cooperativa ou a Sesau? Porque, pelo que o senhor falou, a folha era a Cooperativa.

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Deixa lhe explicar: a folha recebe os dados e lança. O trabalho da folha de pagamento é receber as informações, escalas, frequências, documentos e alimentar o sistema para gerar o pagamento.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Recebe de quem?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Da Sesau. Todas as escalas, documentos têm que vir para Sesau. A Sesau é que tem que mandar através das unidades de saúde, HGR, HMI, Cosme Silva, interiores, eles fazem as escalas, fazem os documentos, encaminham para a Sesau, e a Sesau encaminha para a Cooperativa.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Jorrimar, então, nós, contribuintes, o Estado tinha um contrato com a Cooperativa, mas parte desse trabalho, o qual o senhor acabou de narrar, era realizada por servidores do Estado e simplesmente entregues à Cooperativa para fazer o lançamento. É isso ou estou equivocado?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Vou dizer o que entendo: o nosso contrato era com a prestação de serviço, para apresentar o profissional. O Estado precisa do profissional, ele, gente, solicita e a Cooperativa encaminha o profissional. A Cooperativa não tem como dizer se aquele profissional vai pro centro cirúrgico, vai para o bloco, vai para UTI, isso é a unidade que sabe da necessidade. A unidade que sabe onde está precisando. A Cooperativa não tinha como chegar dentro da unidade e administrar isso. A nossa função era apresentar o profissional à unidade. A Sesau dizia: olha, eu preciso de um cirurgião, preciso de um cardiologista, preciso de um clínico, e a cooperativa disponibilizava. Agora, em que atividade ia ser utilizado, a unidade é que distribuía. A cooperativa não tinha como gerenciar o cooperado nas atividades que são inerentes ao Estado.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Então, traduzindo, o contrato milionário era só, praticamente, para Cooperativa apresentar o médico à Secretaria Estadual de Saúde?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – É, conseguir o médico, o profissional, apresentar e depois gerar o pagamento desse profissional.
O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – E aquele escritório, aquela sala que tinha no Hospital Geral, onde a Cooperativa fazia os contatos médicos? O que realmente funcionava ali, já que o senhor acabou de dizer que a Cooperativa apenas contratava o médico e enviava à Sesau, e que esta fazia as escalas e distribuía as atividades do profissional médico?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Aquela sala, ela dava apoio aos médicos quando o médico tinha dúvida na sua escala. Eles verificavam se estava faltando médicos. Quando faltava médicos, as meninas comunicavam ao diretor ou elas mesmo ligavam para que outro médico viesse substituir. Às vezes, o próprio ia na sala e dizia "olha, não tenho como fazer o plantão amanhã, eu não consegui um substituto, vocês conseguem?". Então era isso, era um apoio à unidade. Elas também verificavam se os médicos estavam presentes, trabalhando. A elaboração da escala, deputado, fazer a escala e distribuir a escala, é atribuição da unidade de saúde.
[...]
O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Deputado, como eu já disse, eu não tenho motivo nenhum para esconder nada, para proteger ninguém, até porque eu estou em uma situação difícil e eu não fiz nada. Mas eu peço ao senhor e aos deputados da CPI para chamarem os diretores dos hospitais, técnicos, chamem esses cargos da SESAU, chamem esses secretários, que eles irão confirmar tudo isso, porque as escalas não eram feitas pela Cooperativa. Simplesmente, a Cooperativa recebia as escalas para lançamento. Quanto a essa questão dos valores milionários, era porque grande parte era pagamento dos médicos, dos próprios profissionais. Agora eu não vou entrar nessa seara do desvio, do valor absurdo, porque realmente eu não sei, eu não posso testemunhar o que não presenciei, o que não testemunhei, porque, se houve desvio, foi às sombras, às escondidas, e o senhor sabe que quem faz isso não fala para ninguém. O que eu posso lhe falar é que o único valor que eu recebi, em todo o meu tempo na Cooperativa, foi a minha remuneração, a minha produção, só isso.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Certo. Na época em que o senhor foi Presidente da Cooperativa, quem realmente mandava: o senhor ou o Edvaldo?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Deixa eu lhe falar, na Cooperativa, se o senhor pegar o Estatuto, se o senhor pegar a Lei Geral das Cooperativas, a Lei

n. 5.674, a lei, ela não diz que é o presidente quem manda, nem na Lei das Cooperativas diz isso, fala que a cooperativa é administrada pelo conselho de administração. E tanto que, nas reuniões, cada voto vale um, e o presidente não chega e diz: sou eu quem manda, porque eu sou presidente. É o conselho de administração quem manda e cada um com suas atribuições do Estatuto. O que acontece quando eu fui presidente? Pelo estatuo, o responsável pelas finanças era o vice-presidente e a parte operacional cabia a mim, atendimento aos cooperados, assinatura de contratos, assembleia, então, essa parte financeira nunca foi comigo. Realmente, eu não tenho como testemunhar nada nessa questão.
[...]

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Senhor Jorrimar, quem é que tinha o contato lá na SESAU para fazer os pagamentos, as escalas, produzi-las, a questão de fazer, digamos, "fazer o lobby" lá na SESAU, porque o que nós temos aqui, segundo alguns médicos e servidores que trabalham ou trabalharam na Secretaria de Saúde, soubemos que o seu Edvaldo era quem mandava e desmandava lá na SESAU, o que tinha acesso ao Secretário de Saúde, que o mesmo lhe obedecia, sendo que o inverso era o que deveria acontecer. Ou seja, ele e o irmão eram os bam-bam-bam na Secretaria de Saúde. O senhor teve conhecimento disso aí?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Deputado, quem ia muito na SESAU era Edilson e Edvaldo, eles que iam mais vezes na SESAU. E eu não vou dizer realmente o que eles iam tratar, mas os representantes na SESAU eram os dois. Mas o Edilson era para resolver mais problema operacional, que eu saiba, de escalas, de médicos faltosos. Às vezes chamavam, ele ia lá. Ele era o gerente operacional nas unidades. Mas eu desconheço que ele fosse lá fazer algo irregular, não sei. Edvaldo também ia lá na SESAU, mas eu não sei dizer se era para fazer lobby, fazer algo ilegal, eu não vou testemunhar algo que eu não tenha certeza.
[...]

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Para finalizar essa questão das escalas dos médicos, o senhor falou que eram feitas pela Sesau, mas a Cooperativa não verificava essa questão de os médicos terem vários contratos e escalas de quinze dias ininterruptos, sabendo que, se fossem verificar outros vínculos empregatícios, eles estariam, em tese, em outros locais. Como a Cooperativa administrava isso aí junto com a SESAU?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Deputado, simplesmente as escalas chegavam e a folha de pagamento lançava o pagamento. A folha realmente não se preocupava com isso, até porque o tempo era muito exíguo para lançar. Então não era a responsabilidade da folha de pagamento ver se o médico estava em outro lugar, a gente entendia que as escalas estavam ok, que não estavam cruzando. Inclusive, esse sistema de São Paulo, ele mudou com o Sistema Pega Plantão, que eu nem aprendi, porque foi quando eu adoeci. O Pega Plantão é um sistema *online* e o próprio sistema acusa se houver cruzamento, ele não deixa ter cruzamento, é impossível no Pega Plantão. É difícil lembrar exatamente... há um ano já funcionando, só sei que é impossível no Pega Plantão ter cruzamento, porque o próprio sistema acusa. Mas, na época que era manual, eu não vou afirmar se não tinha cruzamento, mas eu creio que o que a SESAU mandava não tinha cruzamento, excesso de carga horária, mas não era atribuição da Cooperativa fiscalizar isso, até porque a Sesau tem o fiscal do contrato, e o fiscal, ele tem que verificar toda essa situação.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – E esse sistema Pega Plantão ele é da Sesau ou da Cooperativa?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – É da Cooperativa.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – É auditável esse sistema?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – É. A fiscal do contrato, os últimos fiscais do contrato auditavam e acessavam tudo.
[...]
A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Quem dentro da empresa era o responsável? Porque, quando chega aqui na CPI, ninguém sabe, ninguém viu, não entende, não era a minha função. Como você já foi diretor-presidente, pela sua experiência, quem era, lá dentro da empresa, responsável para saber pelas folhas de frequência, se tinham sido cumpridos os plantões, carga horária, quem é?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Olha, por essa experiência técnica que a senhora está dizendo, quem mais tem conhecimento dessa função, porque ele trabalhava dentro das unidades, era o Edilson, gerente operacional. Ele era quem trabalhava dentro das unidades, junto com os médicos, nesse apoio, na fiscalização e tudo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Certo. E nós também encontramos muita diferença entre a carga horária trabalhada em regime de plantão. E nota-se que, em tese, alguém fez um trabalho, tipo assim, se, na sua época, alguma vez, pelo menos de ouvir dizer que alguém fez uma cirurgia e foi pago com o plantão? Ocorreu isso?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Sim, ocorreu.
[...]
A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor falou aqui também da questão do termo de adesão, mas nós encontramos nos autos a ausência dos contratos devidamente assinados pelos profissionais contratados, também a ausência da proposta de filiação, a ausência do termo de adesão, da ficha de matrícula. Na sua época...

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Deputada, só uma correção, é um documento só. Se a senhora pegar o documento, esse termo de adesão, lá em cima, vai estar: Termo de adesão, ficha de matrícula. É um documento que vale os três. É o documento que temos no contrato. Entendeu? E, eu vou repetir o que eu falei para o deputado Nilton: desconheço. Não estou defendendo ninguém. Desconheço que um médico tenha começado a trabalhar, um profissional, sem assinar isso, porque é prioridade, é primordial que tenha assinatura nesse termo de adesão. Como é que se coloca um profissional para trabalhar e ele não assina nada com a cooperativa? Se houve falha, foi do RH, porque o RH é que é o responsável, mas eu desconheço. Sinceramente, desconheço.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Não, mas, o senhor desconhece, mas nós estudamos aqui os autos e encontramos. Na verdade, não encontramos tais documentos, encontramos o nome na lista de pagamento, a pessoa recebeu, mas não tem o contrato de adesão assinado, e é por isso que estou lhe perguntando.

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Não estou dizendo que não aconteceu, mas, se aconteceu isso, está errado.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Nós também observamos muitas informações referentes à compatibilidade de carga horária pelo profissional cooperado, de acordo com o vínculo dele pré-existente. Uma pessoa já tinha um vínculo com o Estado, com o Município, vamos supor, de Boa Vista mesmo, e ainda tinha um contrato com a Cooperativa. Como era dentro da estrutura da Cooperativa que vocês faziam uma forma para que esse profissional não ultrapasse 24 horas de trabalho diário, se tem gente que tem contrato de 60, de 40?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Essa parte aí era o senhor Edilson, o gerente operacional, que cuidava desta parte, para não deixar ninguém extrapolar a carga horária de plantão, o limite de plantão. Isso caso viesse o nome de alguém que tivesse com muitas horas de plantão.
[...]
O Senhor Relator **Jorge Everton** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente Coronel Chagas, deputada Lenir, deputado Nilton. Não sei se o deputado Evangelista ainda está conectado. Cumprimentar o senhor Jorrimar. Inicialmente, acredito que muitas perguntas já foram feitas e é capaz de o senhor já ter respondido a esta pergunta, mas quero criar um raciocínio aqui com o senhor. Qual a sua função efetiva? Porque você falou que estava licenciado, estava afastado para interesse particular. Então, qual sua função e seu salário na Sesau com seu vínculo efetivo?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Eu sou Administrador e o valor líquido é R$ 3.950,00 (três mil novecentos e cinquenta reais)

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O valor líquido é R$ 3.950,00 (três mil novecentos e cinquenta reais). O senhor pediu licença sem remuneração e foi trabalhar na Cooperativa pela sua experiência, como o senhor relatou aí. Qual era o salário que o senhor recebia na Cooperativa?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Eu já respondi. Não tenho certeza, mas, em torno de R$ 12.000,00 (doze mil reais) bruto.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tá, ok. A gente sabe que o servidor público que tem dedicação exclusiva, ele é impedido de assumir uma outra função remunerada, mas, no seu caso, o senhor pediu licença sem remuneração por interesse particular. O senhor já deixou claro isso. O senhor, como presidente, participou desde a criação, desde o início da Cooperativa. Esse pagamento feito aos profissionais contratados, aos médicos contratados através da Cooperativa, eles eram feitos por plantão ou por procedimento? Eu queria esclarecer isso para que a gente possa entender esse contexto todo.

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Era por plantão e carga horária.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Por plantão e carga horária. O senhor sabe que foi criado, não sei se na época que o senhor era presidente, mas foi criada uma espécie de pagamento para os profissionais por procedimentos que atribuíam em plantão. Para que todos entendam, isso já foi amplamente discutido aqui na CPI, mas se criou, em determinado momento desse contrato, através da SESAU, pela informação que nós recebemos, para diminuir a fila de cirurgias e procedimentos, que estava grande, criou-se um valor que seria pago por cirurgias de pequeno, médio e grande porte, tá? E esse valor não tinha uma forma de se pagar por procedimento, teria que ser pago por plantão. Essa transição aqui, o senhor ainda era presidente nessa época?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Antes de eu ser presidente, já era assim, já tinha essa forma de pagamento, porque era a única moeda que tinha na época para os médicos que faziam procedimentos e cirurgias ou iam fazer mutirões no interior. Então, a única moeda que a Cooperativa tinha eram os plantões, pagava-se em forma de plantão.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem criou essa moeda? Vamos chamar assim, moeda. Para entender e não ter que repetir toda a história. Quem criou esta moeda? Foi a Cooperativa ou a Sesau?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Deputado, como foi antes da minha gestão, mesmo na minha, eu não lembro, mas foi a Secretaria. A Secretaria de Saúde que criou essa forma de pagamento, de pagar o médico em forma de plantão.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, esse pagamento não quer dizer que efetivamente... vou dar um exemplo: quer dizer que uma cirurgia de grande porte seria correspondente a dois plantões, um plantão, dois plantões, não sei, estou chutando. O senhor tem esse valor mais ou menos aproximado?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Não, já faz muitos anos, não lembro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas então vamos supor que fossem dois plantões. Se o médico fizesse dez cirurgias, ele receberia por 20 plantões?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – É, mas, o valor está muito alto, não sei se seria isso porque o valor ficaria muito alto. Mas o cálculo seria esse.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Sim, estou dando um exemplo hipotético, mas não quer dizer que, naquele mês, ele efetivamente tivesse trabalhado o referente à carga horária de 20 plantões, mas ele efetivamente fez o procedimento.

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim – A questão é toda o seguinte: plantão fantasma. Quando se fala plantão fantasma, se dá a entender que o médico recebeu sem trabalhar**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É esse o ponto principal que eu quero entender.

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim – Não, deputado. Ele não fez o plantão de doze horas, o que tem que chegar às sete da manhã e sair às dezenove. Ele fez o trabalho para o qual o valor recebido é igual ao plantão de doze horas. Ele trabalhou, só que foi pago em forma de plantão**.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Isso já foi explicado aqui na CPI, durante as oitivas anteriores que fizemos. Agora, a minha dúvida principal sobre isso é se foi normatizado. Foi escrito, alguém colocou no papel, o secretário que teve essa ideia de fazer, ele escreveu alguma portaria, alguma regulamentação? Como é que foi feito esse acordo com a Cooperativa?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim –** Que eu lembre, não tem uma normatização, nenhum edital. Que eu lembre, não. **Simplesmente fizemos ofício: abaixo, pagamento dos médicos que atuaram no mutirão do Baixo Rio Branco: doutor João – 3 plantões; doutor Adonias – 5 plantões; doutor Francisco... Já vinha assim. Quer dizer, a formalização é o pedido, é o**

documento, mas eu desconheço que tenha havido uma normatização, uma tabela. Desconheço.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Essa forma de pagamento consta no contrato da Cooperativa?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim –** Não consta.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E como era cumprido isso, efetivamente junto com a Sesau, se a administração pública só pode fazer o que estiver escrito, seja na lei ou no contrato? É o princípio da legalidade restrita. Temos que observar a norma. Quem tinha coragem de fazer esses pagamentos se não tinha nada documentado? Qual o respaldo legal que vocês tinham para efetivar esse pagamento?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim –** Eu penso assim, como estava lhe dizendo, isso aconteceu bem antes de eu ser presidente, já era um fato normal. Inclusive, até hoje, acontece. Para mim, é difícil explicar isso porque o secretário é o ordenador de despesa. **Então, se o Secretário de Saúde faz um documento para a gente pagar três plantões para o João, ou cinco para o Alfredo, a Cooperativa ia atender, porque é o tomador de serviço que está solicitando**. Eu, realmente, juridicamente, não sei até que ponto, não vou entrar nessa seara para dizer até que ponto a Cooperativa tinha poder para negar e dizer que não ia pagar, depois de o médico ter trabalhado. Eu acho que quem solicitou é que tem que responder. Não é? A Cooperativa simplesmente pagava a solicitação. É o que entendo, posso estar errado.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – **Eu fiz essa pergunta porque o que efetivamente eu não concordo é com a tentativa de criminalizar os profissionais de saúde onde efetivamente trabalharam. Uma coisa é aquele profissional que tem vínculo no Município, no interior, no Estado, na União, tem dez, quinze, vínculos oficiais e todos sabemos que a Constituição não permite. Agora, aquele profissional que efetivamente faz o procedimento, faz a cirurgia, faz o atendimento... Nosso estado é diferenciado, pois precisamos ter um atendimento numa dimensão territorial absurda. Então, criminalizar esse profissional da saúde eu não concordo.** O que eu quero entender é quem foi o primeiro secretário que iniciou esse procedimento, que enviou o primeiro ofício, o primeiro documento para que a Cooperativa pagasse pelo procedimento que foi feito. Porque não passa pela minha cabeça que a Cooperativa, por mera vontade, escolha pagar A ou B, ela recebe uma determinação de alguém da Sesau e essa determinação tem que ser cumprida com base na lei. Então, é essa a minha pergunta para você. Você recorda em qual momento, qual foi o secretário que começou esse pagamento por plantão?

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim –** Não, infelizmente, não, deputado. Tenho uma sugestão: chamem os cooperados que receberam e se identificaram e perguntem a eles como se deu, quem convidou, como foi para eles fazerem esse trabalho. É a sugestão que posso dar, porque realmente não lembro quem foi, faz muitos anos. A Cooperativa começou em 2005, há muitos anos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Na realidade, acho que o que nós precisamos aqui na CPI é oficiar para que a Cooperativa nos informe quem deu origem a essa modalidade de pagamento, pois o médico que efetuou o pagamento, ele tem que receber.

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – Concordo com o senhor, deputado. O médico não tem culpa nenhuma, ele está prestando serviço.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O que nós temos que verificar aqui na CPI é se houve algum médico que recebeu e não prestou o serviço. Aí, sim, presidente, peço até que a gente oficie para que a Cooperativa nos informe onde surgiu, em qual momento surgiu essa determinação da Sesau e qual foi o Secretário que deu a ordem para efetivar o pagamento através de procedimento utilizando plantão, porque eu não consigo imaginar a penalização de um profissional de saúde que está lá fazendo o seu procedimento, estando lá salvando vidas, cuidando e está recebendo pelo procedimento que ele fez.

O Senhor **Jorrimar da Silva Amorim** – O profissional não tem culpa nenhuma. (...)"

Pois bem, **Jorrimar da Silva Amorim** é administrador e foi diretor-presidente da Coopebras no período de 2010 a 2015. Foi ouvido em 27/04/2021, ocasião em que, apesar de ser do conhecimento da CPI que foi criada, em algum momento, uma forma de pagamento entre a Sesau e Coopebras para recompensar os médicos por procedimento e não por plantão, havendo um valor estabelecido para cirurgias de pequeno, médio e grande porte, afirmou que a remuneração feita aos profissionais médicos contratados através da cooperativa só tinha uma forma: plantão e carga horária.

Além disso, declarou, em um primeiro momento, que nenhum médico recebeu sem trabalhar, mas em seguida afirmou que o profissional de saúde não cumpria plantão de 12 horas. Explicou que o médico não fazia plantão de 12 horas, onde teria que chegar as 07h00 e sair às 19h00 ou chegar às 19h00 e sair às 07h00; realizava na verdade o trabalho com valor equivale a esse plantão.

Ao ser questionado sobre a existência de algum documento capaz de legalizar tal procedimento, respondeu que não havia normatização por escrito e que o papel da cooperativa era apenas o de cumprir as solicitações da Sesau.

Como visto, os depoimentos de Jorrimar da Silva Amorim e Maria Oélia Paulina Lima afirmaram que o poder dentro da Coopebras em Roraima estava na mão do vice-presidente, Edivaldo Pereira Vieira.

O vice-presidente da Coopebras, **Edivaldo Pereira Vieira,** foi ouvido pela CPI. Em relação à elaboração das escalas médicas, o referido depoente limitou a responder que a escala era elaborada pelas unidades hospitalares conforme demanda/necessidade da

instituição. Destacamos parte do depoimento em que foram respondidas as perguntas deste relator:

"(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** – Bom dia, Presidente. Bom dia, Deputado Nilton, Deputada Lenir e Deputado Evangelista, que acompanha *online*. Todos que nos acompanham e assistem pela TV Assembleia, *Facebook* e *Instagram*. Bom dia, senhor Edivaldo.
Eu queria começar por um dos questionamentos que a Deputada Lenir fez. Eu acho importante nós esclarecermos aqui para a CPI que a cooperativa iniciou no governo Ottomar, passou por dois governos, o do Anchieta, passou o final do governo do Anchieta com o Chico, depois a Suely e o Denarium.

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Dois anos com o Denarium, dois anos e dois meses.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Exato. Foram vários governadores, alguns opostos a outros. A que o senhor atribui a permanência da Cooperativa, mesmo havendo essa alternância de poderes no Executivo?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eficiência na administração. A Coopebras, ela estava...a minha esposa é auditora do ESO, nós estávamos fazendo a gestão do ESO/9001, estávamos implantando na Coopebras. Quando colocamos o Pega Plantão, que hoje o Estado está usando, foi nosso sistema ali. Nós colocamos... estava modernizando tudo, então sempre estávamos procurando isso na Coopebras, na administração, nos recursos humanos, na estrutura, estrutura física, logomarca, tudo. E procurar o médico, receber corretamente, não enganar eles. Por isso que durou esse tempo todo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Durante esses governos, algum desses governadores procurou o senhor para fazer algum acerto financeiro ou privilégio financeiro?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Nenhum.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor tem algum padrinho político ou algum senador, deputado federal ou deputado estadual que porventura abraçava a cooperativa?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Tinha. Só um padrinho político, digamos assim, era Deus que me abençoava. Eu não tinha ninguém não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Vamos ser precisos, porque já tem muito tempo do seu interrogatório, e eu quero ver se nós fazemos uma coisa mais rápida e eficiente para chegarmos a um entendimento. Responda: houve algum padrinho político, algum governador, algum senador, deputado federal ou deputado estadual, que beneficiou de alguma forma a cooperativa?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Pelo contrário, sempre tive muitas pessoas que queriam tomar a Coopebras. Eu não tinha padrinho político nenhum. Nós íamos lá, cara a cara, mostrava... o Ottomar mesmo, por exemplo, eu tive que mostrar para ele o custo e benefício. Ele era muito safo nisso, eu mostrei três vezes e ele não queria, falou que ia acabar com a Coopebras, e quando eu cheguei com ele e mostrei um dia para ele lá na CERR, eu mostrei o custo e benefício, a partir daí mudou, porque ele via números muito rápido, leitura dinâmica, ele ficou com a Coopebras. Eu passava o dia inteiro estudando o

meu relatório, para chegar lá e falar em um minuto, era o tempo que tinha, um minuto, dois minutos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor, poderia explicar melhor... a contratação da cooperativa, ela foi contratada inicialmente para suprir a necessidade de médicos do Estado, para fazer esse vínculo de contratação direta. Como surgiu esse pagamento por produção ou não existia esse pagamento por produção?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não existia. O que existia aí, era que o médico trabalhava dentro da unidade do Estado, produzindo mesmo, ele estava produzindo porque ele estava ali com o mutirão, era um valor acertado antes. Então essa produção que falam "pagamento de produção", eu tentei, nessa licitação de 2017, eu passei um ano tentando lá na Sesau, que o médico recebesse produtividade. Eles falaram que ia fazer, mas nunca fizeram. Mas o que fazia a produção a qual o senhor está se referindo, eram exatamente as cirurgias. O médico trabalhou, ele operou.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Deixa eu ser mais claro na minha pergunta. Não é que houve pagamento por produção. Chegou ao nosso conhecimento que um determinado secretário teria feito um acordo com os médicos de que todo pagamento que fosse ser feito por procedimento, iria ser determinado "x" horas de plantão?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Nunca existiu isso? Como era efetivamente isso?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Bom, pegava-se as cirurgias de ortopedia, de hérnia, de apendicite, algo que tinha, pois existia uma fila enorme. Então, o que ficou combinado? Quanto custaria essas cirurgias pequenas? R$ 300,00 (trezentos reais). Calculamos, e o médico se convenceu que iria ganhar R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Diziam: "eu consigo fazer oito cirurgias, eu consigo fazer dez, mas quero a sala cirúrgica só pra mim". Aí, outro médico ortopedista queria uma sala, então no Hospital Geral de Roraima tem "x" salas, aí separava ortopedia, hérnia, procedimentos de complexidade, e o médico fazia o procedimento lá, ele fazia as cirurgias e recebia em forma de plantão. Isso existia, mas o próprio Ministério Público de Contas concordou em fazer isso, disse que podia fazer com mutirão. O Ministério Público de Contas deu um parecer, dizendo que poderia fazer por mutirão, porque ficava barato para o Estado e tinha uma fila enorme, e tem, hoje deve ter uma fila em dobro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Algum médico recebeu sem efetivamente prestar o serviço?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Qualquer médico que nós descobríssemos que estava recebendo, era cortado na hora. A Coopebras não trabalhava com isso, não precisava. Imagina que tem um contrato milionário, como dizem por aí, porque quando fala de um milhão, passa a ser milionário, se tem um contrato bom, para quê fazer besteira? Para quê fazer essas coisas para perder um contrato? Essas auditorias que tiveram, nenhuma comprovou nada contra nós, e o próprio Marcelo, como secretário, disse agora em 2021, que o contrato da Coopebras era um dos mais bens elaborados. Em 2020 ele disse que não encontrou nada errado no contrato da Coopebras. E nós continuamos, mas, infelizmente, quando venceu, não renovou mais por causa

de pressão. Essa pressão aí, eu também estava foragido e não pude fazer nada, porque não podia aparecer, tinha que ficar escondido.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A cooperativa possui algum fim lucrativo?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não. Ela distribui sobras, todos os anos a cooperativa distribui sobras, menos nesses dois últimos anos que não, e está aí para resolver. Mas nos outros anos, os médicos quando chegava em março do ano seguinte, faziam uma assembleia e eles recebiam. Quem produziu mais, recebia mais, quem produziu pouco... porque na cooperativa tem médico que ganha dez mil, outro ganha cinco, outro vinte, trinta, quarenta, cinquenta, o máximo era cinquenta mil. Só na Covid que nós dispensamos a taxa, a Coopebras não ganhou nada para que o Governo pagasse o quisesse para o médico. Aí liberou para o médico ganhar, mas nós não ganhamos nada.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – As suas empresas, o senhor citou algumas empresas, elas possuíam apenas contratos com o estado de Roraima?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não. Por exemplo, a Dendê ela trabalha com muitas empresas aqui, nós também temos a matriz em Salvador, e lá não temos nada com o governo e aqui nós temos contrato com o Governo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Essas empresas, elas têm relações em outros Estados, com outros tipos de negócios?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim, eu tenho frete..., mas é a Dendê que tem lá em Salvador, a matriz é lá. A Dendê é mais velha que a Coopebras, ela tem 24 anos, fez agora, vamos fazer o aniversário dela aí.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Vou insistir nessa pergunta que a Deputada Lenir fez sobre as caravanas. Essas caravanas, elas eram organizadas por quem? Pela Coopebras ou pela Sesau? E essas movimentações nas caravanas, havia preocupação de checar se algum médico que estava de plantão, efetivamente, ele estava na caravana ou não estava, pois era obrigação dele, por já estar recebendo por aquele serviço. Não sei se o senhor...O senhor poderia me responder?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Tenho sim. Como eu lhe disse, se fosse um médico especialista da área tal, por exemplo, um oftalmologista, que ele tinha que estar no Hospital Coronel Mota durante a semana naqueles três dias, tinha que fazer três mapas; na semana seguinte mais três, então ele antecipava os pacientes dele para aqueles dias, para que na próxima semana ele estivesse na caravana para o interior. Ele ia ficava lá uma semana, às vezes duas semanas, mas recebia o plantão de caravana, o plantão que no governo aí foi extinto. O governo encerrou o plantão, esses mil plantões, ele cortou. Não existiu caravana nesse governo agora, nunca existiu, não teve.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Algum médico fez alguma proposta indecorosa para que a cooperativa pudesse fazer algum acerto financeiro com devolução de recurso?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Isso não, mas já teve médico que me fez proposta indecorosa. Uma certa vez, eu estava na cooperativa e um médico... nós temos um fundo, que é um Fundo de Apoio ao Cooperado para quando ele estiver doente. Então a cooperativa ajuda na recuperação dele, recurso próprio nosso, é depositado em uma conta do Banco do Brasil para cuidar disso. E o médico tinha um relacionamento com o Governador Anchieta, e foi

lá com ele para que arrumasse R$ 100.000,00 (cem mil reais) desse fundo, porque ele teve uma parada cardíaca, teve uma coisa no coração em São Paulo, não sei onde foi, ele gastou dinheiro lá. Ele foi lá com o governador, para eu arrumar... o governador me chamou para me falar: "ajuda o fulano, está aqui há muitos anos conosco". Eu falei: "governador, o que ele quer é R$ 100.000,00 (cem mil reais) do fundo que nós temos na Coopebras e eu não vou arrumar para ele. O máximo que podemos arrumar é o valor do teto, porque lá tem quinhentos médicos, então o valor é quatro mil e seiscentos reais", mas o dinheiro é nosso, não é dinheiro do governo. Ele disse: "você sabe o que faz". Quando ele chegou lá comigo, ele me esculhambou, disse: "você, que é o dono da cooperativa?". Eu disse: "não é que eu sou dono da cooperativa, eu tenho responsabilidade aqui, e o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração irá ver se eu pegar R$ 100.000,00 (cem mil reais) e arrumar para você, para não ficar ruim para você, eu arrumo cinco mil, quatro mil seiscentos do fundo e mais quatrocentos reais de adiantamento, para ser descontado do seu próximo pagamento". Ele não quis e foi lá e pediu cinquenta, foi lá de novo, no final acabou recebendo cinco mil reais e pronto. Mas nenhum médico fez proposta indecorosa para mim, porque sabia que nós não trabalhávamos assim. Nós nunca fizemos isso, nenhum um tipo de rolo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Chegou em minhas mãos um relatório da Polícia Civil, e eu não vou divulgar, porque eu não sei se está com restrição para haver divulgação, não é, Lenir? Se há sigilo no processo. Eu não sei se o advogado está aqui presente, não sei se está correndo em segredo de justiça.

O Senhor Advogado **Ciro Brito da Silva** – Tem alguns documentos que estão em sigilo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então eu não vou fazer a leitura, para não violar esse segredo de justiça. Mas eu vou fazer uma pergunta, com base no próprio questionamento que a Deputada Lenir fez. O senhor, com alguma empresa sua, fora a cooperativa, recebeu algum recurso financeiro oriundo do Fundo de Saúde?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Nunca. Existia um negócio de umas transferências...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Para a Dendê, Fazenda Esmeralda, para a Igreja Batista, o senhor recebeu algum recurso do Fundo de Saúde?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não. Porque, por exemplo, se eu tinha algum cheque meu, eu depositava onde quisesse, o cheque era meu, digamos do meu rendimento, mas a Coopebras nunca pagou para a igreja, nunca. A igreja vive dos dízimos, eu pago meus dízimos, mas isso não tem nada a ver com a Coopebras pagar dízimo para a igreja. Não existe isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então isso seria um pagamento que o senhor teria recebido e teria feito deposito nessas contas. É isso?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu não sei do que o senhor está falando, mas eu...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É porque eu não posso detalhar informação...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu estou entendendo. Eu nunca usei dinheiro para empresa, por exemplo...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu entendo que fica até difícil para o senhor responder, eu entendo doutor, perfeitamente, mas o senhor tem que entender que eu não posso divulgar para não ocorrer nenhuma irresponsabilidade.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu trouxe até aqui para mostrar para vocês, umas transferências que tiveram na Cooprebras, valores altos, que era valor de novecentos e tantos mil, de um milhão e cem. Estão aqui os comprovantes que o dinheiro foi e voltou. Por que isso? A Coopebras tinha um processo de um médico, que inclusive o pessoal conhece, pois foi prefeito em Mucajaí, e esse processo chegava a mais de um milhão e meio. O advogado perdeu o prazo, e aí veio os bloqueios das nossas contas, ficou aquela ameaça: "vai bloquear, vai bloquear o nosso dinheiro", e quando bloqueia, bloqueia tudo. Conversamos com a diretoria, para tirar o dinheiro da conta, para nós resolvermos isso com o advogado dele, e após resolver... aí nós tiramos, por exemplo, foi de 11 de abril, dia 16 voltou, está aqui e posso deixar com vocês, trouxe para isso. Dia 12 de abril foi para a Contad, cento e trinta e seis mil e depois mais um milhão e cem, mas no dia seguinte volta. Por quê? Porque, enquanto estávamos negociando com o advogado que ganhou a causa, nós estávamos tirando dinheiro da conta, porque senão podiam bloquear. Nós conseguimos negociar a causa por R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) e pagou mais o advogado. o advogado recebeu R$ 100.000,00 (cem mil reais), o que estava fazendo esse acordo e o dinheiro voltou todo para a Coopebras. Não roubamos nenhum centavo. No relatório da polícia, eles colocaram tudo isso lá. A própria polícia disse que não entendeu o porquê o dinheiro ia e voltava, mas eu fiz o relatório, anexei os documentos, para mostrar que em nenhum momento... se quiser eu posso deixar aí com o senhor.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas entenda, a minha pergunta é se alguma dessas empresas recebeu alguma transferência direta do Fundo de Saúde para a conta delas.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Nunca. Da Coopebras que está falando?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Ah, sim, recebeu. Dos serviços do Fundo Estadual de Saúde para a Dendê, por exemplo, é isso que está perguntando? Mas do serviço dela...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Isso. Para a Dendê, para a Fazenda, para a igreja, para a Contad...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Para a fazenda não, não. Para a Contad, sim, pelo contrato que nós temos com a Contad com a Sesau. O contrato com a Dendê, porque tinham dois contratos, Dendê Gerador e Dendê Ar-condicionado, ela recebeu dinheiro da Sesau, empenho, normal.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Do Fundo?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Do Fundo Estadual de Saúde, porque o contrato era com o Fundo Estadual de Saúde, era com a Sesau. Eu trouxe os comprovantes, com os valores que foram recebidos. Nós recebemos do fundo...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu peço, Senhor Presidente, que a assessoria anexe aos autos esses comprovantes...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – A relação de faturamentos...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Bom, Presidente, sem mais perguntas.

Finalizando as oitivas do processo da COOPEBRAS, foi realizada a oitiva do senhor Edilson Pereira Vieira, Gerente Operacional, que trouxe várias informações de como ocorriam os serviços prestados pela cooperativa, vejamos os trechos de seu depoimento:

[...]
O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Bom dia, presidente, relator, deputada Lenir e membros. Senhor Edilson Pereira Vieira, eu sou o deputado Nilton Sindpol. Temos aqui a missão de esclarecer muitos pontos obscuros com relação ao contrato da cooperativa com a Sesau. A primeira pergunta é se o senhor poderia nos descrever se aconteceu da cooperativa pagar médicos como uma forma de moeda para que eles fizessem as cirurgias eletivas durante o período de vigência da cooperativa com a Sesau.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Deputado Nilton, em abril de 2015, o doutor Kalil, pelo fato de a fila de cirurgias estar muito grande, ele fez uma reunião com os cirurgiões-gerais, ortopedista e ali definiram, a cooperativa não participou. Definiram que fariam um mutirão de cirurgias que seriam pagas conforme a presença no centro cirúrgico. Fecharam um valor de um plantão de três cirurgias. Cirurgias de porte pequeno, médio ou grande. Eu tenho aqui um relatório para deixar à disposição de vocês com o nome de pacientes e cirurgias. Quando chamaram a cooperativa, quem estava sempre nas unidades da cooperativa e Sesau era eu. Eu que convivia nos hospitais. Ele chamou e disse que tinha feito este acordo e que passaria a ter cirurgias dia e noite. Esse plantão que o médico ganhava, custava mais ou menos uma cirurgia, 200 ou R$ 300,00 (trezentos reais), ou então descontava tudo. Era R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais) por três cirurgias. Isso conta com pré-operatório e pós-operatório. Ele internava o paciente, cuidava, preparava, operava e dava alta. Então houve sim, começando a partir de abril de 2015. Nesse 2015, o centro cirúrgico operou como nunca tinha acontecido desde a época de Ottomar de Sousa Pinto. Eu faço essa gestão lá. Em 2015 aconteceram 3.887 cirurgias. Eu estive aqui e o secretário Wanderley participou desse mutirão. Trouxe aqui alguns relatórios com o nome de pacientes, de todos esses pacientes. Para o médico receber, ele tinha que, quando saísse do centro cirúrgico, passar na sala da cooperativa e entregar a guia dele e do paciente, o segundo cirurgião entregava a dele, com o mesmo paciente, e o anestesista a dele. A gente fazia a conciliação e ali fazia o lançamento, que é o lançamento de todas as cirurgias. O primeiro paciente foi Antônio D. R. Mota, que foi operado pelos doutores Jorge Neves e Itamar. O anestesista foi o doutor Eudes. Eu também me preocupei em ir ao SUS e tirei um relatório do SUS para saber se os pacientes foram lançados e se o Estado arrecadou desse paciente. Eu também trouxe aqui esse relatório do SUS.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Eles estão lançados no SUS?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Estão lançados, todos os pacientes. Temos guardadas as guias na cooperativa, porque fazia uma conciliação. Quando recebia os três, iam diretamente para a sala da cooperativa, a cooperativa lançava, fazia o relatório com o nome do paciente, do anestesista, do primeiro e segundo médico; quando recebiam alta e só aí que a gente passava para o

lançamento. Todos os pacientes. Foram 3887 cirurgias, em 2015. Hoje, por exemplo, nós não temos cirurgias no centro cirúrgico. Tem um parecer do Ministério Público dizendo que não poderíamos pagar em forma de plantão, desde que fosse em mutirão. Mas naquela época tínhamos uma fila grande e ele tomou essas providências, e foi a melhor coisa que o Estado teve. Se estivesse acontecendo isso o custo da cirurgia. Uma hérnia, para operar hoje em hospital particular, custa em torno de R$ 12.000,00 (doze mil reais), só da equipe médica, fora os hospitais. Tem gente que está vendendo suas coisas para fazer sua cirurgia porque não tem. Era briga para operar no centro cirúrgico. Era médico querendo que tirasse logo a maca de pré-operatório para poder operar. Então, foi a melhor coisa que aconteceu na época, o mutirão de 2015, 2016, 2017 e 2018. Desses pacientes, deputado, temos todas as guias de depósitos. E se consultar, eu trouxe um relatório aqui, pode pegar alguém da Sesau e consultar o SUS para ver se esse paciente consta. Eu já trouxe a guia do SUS aqui, mas só alguns porque o volume é bastante. Se todo o paciente operado entrou no sistema do SUS, o Estado arrecadou com esse serviço efeito, se eu não me engano através da Contad. Foi tanto que ele arrecadava três milhões e pouco. Hoje está em torno de dez milhões que o Estado arrecada do SUS.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - O senhor tem conhecimento se até o encerramento do contrato da cooperativa, se aconteceu alguma cirurgia nessa modalidade que o senhor acaba de contar para nós?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Não, não está tendo mutirão mais, já há um bom tempo.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Senhor Edilson, o senhor era responsável pela logística da cooperativa dentro das unidades da saúde. Qual era a sua remuneração pela sua atividade na cooperativa?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Sete mil e seiscentos e pouco. Está aí o relatório até menos do que eu declarei.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol**- E as escalas, era realmente a Sesau ou a Cooperativa que fazia essas escalas, porque a gente bate muito nesse ponto, que ficam umas respostas meio obscuras, porque alguns depoentes disseram que era a Sesau que fazia essas escalas; outros, que não, que era a cooperativa e o Governo do Estado através da Sesau com a ciência da própria cooperativa, claro, em harmonia com a Secretaria de Saúde. Na realidade, como é que se dava essas escalas porque nós temos alguns problemas crônicos aqui em Roraima, porque, às vezes, nós temos a sobreposição do horário de trabalho. Quem fazia essas escalas, por gentileza?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Antes da minha resposta, eu trouxe aqui três depoimentos da Polícia Civil, que foi da Vanusa, do diretor clínico do Hospital, o meu e até da enfermeira Joelma que fala sobre isso. A escala é feita e o Ministério da Saúde também fala isso, pelo diretor clínico da unidade de saúde. Cada especialidade tem o seu coordenador, eles não aceitam interferências: olha, coloca fulano, coloca sicrano. Não existe entre eles ali a redistribuição dos plantões. Vou chegar já na carga horária. E a cooperativa está dentro da unidade de saúde, ela tem um serviço que no Brasil inteiro eu desconheço, porque eu trabalhei em outra cooperativas, não existe, porque a cooperativa trabalhava dentro das unidades de saúde, ela supria as necessidades das escalas, por exemplo, ela é coordenadora, entrega as escalas da cirurgia geral, tem duas vagas, aí sim a cooperativa corria atrás dos plantonistas para poder saber quem daqueles plantonistas tem aquele perfil

para poder fazer parte daquela escala. Nas especialidades, dificilmente tinha buracos, porque sempre já preenche, clínico sim, porque a cooperativa fez a escala, e num depoimento na Polícia Civil eu fiquei surpreso da minha prisão. Lá eu falei que a escala da cooperativa supria a necessidade daqui a Santa Maria do Boiaçu. A gente chegou de avião para levar o médico lá, porque o médico adoeceu para suprir a necessidade. Então a escala é feita pelo coordenador, diretor clínico. Eles preparam a escala no dia 25 do mês anterior. No dia 25 eles já entregam a escala, mandam para a Sesau, uma cópia para a cooperativa e uma para a sala deles. Dali para a frente, a cooperativa começa a gerenciar vendo o suprimento. Nós temos o relatório, hoje, deputado Nilton, de entrada e saída de médicos, relatório de substituição de médicos porque o médico chegou quinze ou trinta minutos atrasado e ligou e não atendeu, você imediatamente acionava outro médico para o lugar dele. Isso era tudo por escrito, assinado, então, a cooperativa não confeccionava escalas, ela gerenciava o suprimento da escala o que era preciso para não faltar médicos, mas quem sempre fez escalas, está aqui em depoimento na Polícia Civil, era o diretor, coordenador, a Vanusa, que era uma pessoa supercorreta, que era diretora do RH do HGR. Em cada unidade da saúde existe um RH da Sesau, que quando o concursado sai da Sesau ele sai com um memorando para entregar no seu RH e ali que é distribuído a carga horária do concursado. Por exemplo, um cirurgião foi lá para o HGR, ali distribui doze horas de escala no plantão. Quando aquela escala vem para nós, a nossa responsabilidade naquele dia é do plantão do concurso e não colocá-lo no plantão da cooperativa Mas ele tem quarenta horas e as outras horas dele não compete à cooperativa, compete ao RH da Sesau, que cuida da distribuição da carga horária do concursado, até porque eles não gostavam. Muitas das vezes o diretor dizia liga para o médico, porque na sala da cooperativa ele dizia: "hoje é meu dia do concurso, o que vocês têm a ver comigo?" Então, isso acontece, a carga horária do concursado não é distribuída pela cooperativa.

[...]
A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Presidente, eu tenho uma pergunta ao senhor Edilson. No depoimento do Seu Edivaldo, ele falou que na caravana os médicos levavam os seus próprios equipamentos. O uso particular desses equipamentos desses profissionais eram pagos também com plantões e se isso, de alguma forma, onerava o contrato da cooperativa e dava mais lucro? Como é que o senhor explica essa situação?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira –** Deputada, já existia uma quantidade de plantão da Caravana do Povo. Isso já deve estar fazendo falta hoje, só para falar para vocês porque o povo do interior não está tendo esse atendimento. Então, tinha o valor do plantão que era diferenciado. Ouça bem, nós temos a escala de Caracaraí, Mucajaí, nós temos a escala de todo o Estado, mas a Caravana do Povo, como estava tendo muita dificuldade, eles estavam entrando em contato com o médico. Por exemplo, um oftalmo deixar o seu consultório aqui para passar cinco dias nos ribeirinhos aí da vida. Então foi feito um valor para um contrato de uma quantidade de plantão que era para pagamento de itinerante, mas isso gastava muito pouco. E o médico levava seu equipamento. Teve médico que seu equipamento queimou e ficou por conta dele. O valor era "x", a Sesau levava, encaminhava, porque quem fazia tudo isso era a Sesau. A cooperativa recebia da Sesau a quantidade de plantões, quem foi e quem não foi, aí a gente fazia o pagamento, entrava na folha de pagamento da itinerante. Mas o valor do plantão era diferenciado, já constava no contrato.

[...]

O Senhor Presidente **Coronel Chagas-** Eu me recordo que a gente esteve fazendo uma visita ao HGR nesta CPI e nós chegamos numa sala lá no HGR da Coopebras, e foi o senhor que nos recebeu lá. O senhor era o encarregado, de acordo com a escala fornecida pela Secretaria de Saúde, de encaminhar os médicos para cumprirem esses plantões.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Tinha uma equipe de dezoito pessoas que ficavam na sala, que acompanhava, funcionárias cooperadas: no pronto socorro duas, duas de dia, duas de noite, na maternidade, na policlínica, então as funcionárias gerenciavam, supervisionavam os médicos, hora de entrada e de saída. E quando tinha qualquer problema que era mais grave ou algum problema que tinha que resolver, eu era chamado para ir à unidade de saúde. Eu mesmo já fui várias vezes, com a doutora Jeane Sampaio, meia noite, duas horas da manhã.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas -** Senhor Edilson, chegaram denúncias aqui que haviam alguns profissionais de saúde que efetivamente não cumpriam com o plantão dele. Denúncias de profissionais de saúde terem o dia de ter cinquenta horas para poder cumprir as obrigações do plantão dele: era médico efetivo, tinha contrato na Prefeitura, trabalhava na Unimed, trabalhava no Hospital, ainda tinha o seu consultório e ainda tinha a Coopebras. Então, o senhor, como gerente que coordenava isso, a escala, uma escala que necessitava, mas o senhor era o responsável de colocar os médicos nesta escala. Vocês tinham algum controle de algum médico fulano de tal, que já tem comprometido o seu horário diário, de tantas horas ele vai dar conta disso aqui, vocês tinham esse controle?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** A cooperativa já recebia, como eu já falei, o servidor sai diretamente para o RH de cada unidade do Estado, ali que é distribuída a carga horária dele

O Senhor Presidente **Coronel Chagas -** O senhor não está entendendo, vou reformular a pergunta: dentre os médicos cooperados, o senhor, para atender essa demanda da Sesau, do contrato, para fazer tantos médicos prestarem serviço nas unidades de saúde, a cooperativa tinha algum controle dos médicos com suas respectivas horas de trabalhos, que eles já tinha compromissadas, tinha esse controle, o médico X já tinha um contrato com a Unimed, ele é servidor efetivo da saúde, ele também tem sua clínica particular que ele atende todos os dias nos horários de tanto a tanto, eu não posso chocar o horário dele aqui, vocês tinham esse controle?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Não tem como fazer isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Eu já estou satisfeito com a sua resposta, vamos ser bem objetivos. Havia também o caso do médico efetivo concursado, que trabalhava no Coronel Mota, a escala dele, como efetivo, digamos, seria das seis da manhã a meio dia, dando um horário hipotético de segunda a sexta-feira, os senhores, pelo menos isso, acho que tinha que ter esse controle. Poderia ter acontecido do médico fulano de tal, que atendia nesse horário, de segunda a sexta, das seis da manhã e para isso ele recebe o salário efetivo, ele cumprir o plantão pela cooperativa neste mesmo horário, mesmo dia e mesmo local?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Não. Quando tinha, quando ele estava escalado não. Quem coloca o concursado na escala é o coordenador e o RH das unidades de saúde. Quando nós recebemos a escala já recebemos com o nome dele. O médico que tem 40 horas, se ele tem dois plantões ali, já cobriu

24 horas. Agora, as demais cargas horárias dele, se ele cumpre de noite ou se ele sentindo e tal, a gente não pode se envolver até porque a gente estava ali para ver o suprimento da escala. Quando a gente acionava o médico para tapar um buraco daquele, aí sim a gente verificava se ele estava em algum lugar ocupado ou não. A gente tinha um relatório de quem estava de folga naquele dia. Agora, a escala, quando a gente recebia, recebia já com o nome dos médicos e não tinha como a gente fazer uma checagem geral para saber se ele tinha carga horária. Acho que isso vai muito do compromisso do servidor. Se ele tem duas horas aqui, quatro horas ali de serviço público. A gente recebe o plantão dele. Entendeu?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Senhor Edilson, há algum caso de pagamento de plantões para médico que não reside em Roraima?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Já teve médicos que vieram fazer cirurgias, nós começamos antes, por exemplo, não pagamentos que não existe, que não trabalhou, que trabalhou. Nós começamos com o buco, pois, de primeiro não tinha, quem iniciou o bucomaxilo foi o finado Dimitri, então, vinha o Dr. Bunila, de Manaus, um grande profissional que fazia as cirurgias de cabeça e pescoço. Então, esses vinham, tem CRM local e vinha, fazia a cirurgia aqui, ficava um período na escala. Hoje não, nós temos 4 ou 5 cirurgiões de cabeça e pescoço, mas, de primeiro, não tinha, era só o finado Dimitri e mais um só. Então, para esses que vieram e trabalharam, receberam. Mas, se perguntar que estamos pagando gente fora do Estado, não existe. Mas, se ele veio fazer algum serviço, ficou na escala e trabalhou, porque o médico cooperado, se ele tiver o CRM local, ele pode vir aqui e passar duas semanas, tirar plantão e depois ir embora.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Muito bem. Edilson, com relação ao plantão dos médicos, ao senhor cabia designar qual médico iria para cada setor, é isso? Conforme solicitado pela Secretaria de Saúde, era o senhor que definia quem ia? Quem definia?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Não. O coordenador que definia.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Que coordenador?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira –** O coordenador de cada especialidade e de cada unidade de saúde.

[...]

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Dando continuidade, eu já cumprimentei todos da Mesa, quero cumprimentar o senhor Edilson. Vou fazer uma pergunta, mas gostaria que o senhor respondesse em poucas palavras.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Tá certo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quais efetivamente eram suas funções na cooperativa?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Gerenciava a parte operacional nas unidades de saúde para não faltar médicos nas escalas de todas as unidades de saúde, tanto da capital quanto do interior. Tinha uma equipe que eu gerenciava.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quantos tipos de pagamento existiam para os médicos. Deixe-me explicar minha pergunta porque pode ficar estranho. O pagamento era apenas por plantão? Existia pagamento por plantão e por

198

procedimento? No papel, no contrato, quantos pagamentos poderiam ser feitos? Quantos tipos de pagamentos poderiam ser feitos?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Plantão e carga horária, que é produção.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Plantão e carga horária. Explique-me, por favor, essa carga horária.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira-** A carga horária, por exemplo, o Coronel Mota, conforme o Ministério da Saúde, são dezesseis pacientes por cada 4 horas, mas foi baixada uma norma aqui que passou para doze pacientes. Então, o médico tem no Coronel Mota 8 horas de carga horária, então, ele tem que fazer dois mapas por semana. Daqueles dois mapas por semana, ele cumpriu, ele vai na segunda feira de manhã, tem dois mapas, marcou, daí ele já fez as 8 horas da semana dele, aí ele está livre.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, no contrato, não havia uma flexibilização, porque a gente entende que a função médica é uma função diferenciada. O senhor mesmo falou aí que o médico tem plantão, ele tem que passar visita. Passar visita é ver os pacientes que estão internados e ele está liberado para ir embora, tem cirurgias, tem procedimentos, tem mutirão. Isso não deveria estar delimitado no contrato para não dá essa confusão toda que deu? Por que não houve essa delimitação?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira -** Deveria. Eu acredito que não teve interesse, talvez do Estado. Por exemplo, hoje há um déficit muito grande de pacientes que faltam no Coronel Mota. Digamos que de 4 mil pacientes agendados, vão 2,5. Então, é uma perda muito grande para o Estado. Eu mesmo, deputado, levei várias vezes sugestões para a Secretaria de Saúde: vamos mudar isso, é muita perda, você tem 4 mil pacientes agendados e só vão 2 mil. Então, o médico está lá com a agenda de 12 e chegaram só 4 ou 5 pacientes, ele não tem por que ficar ali esperando até porque ele tem que desocupar a sala para outro. Isso já foi conversado, na época, com a Dra Jeane Sampaio, pois ela queria que fossem cumpridas as 4 horas. Se fossem cumpridas as 4 horas, o Coronel Mota não suportaria nem se funcionasse de madrugada. Então, isso realmente era cobrado por produtividade, como existiu o mutirão no centro cirúrgico que foi a época que o Estado mais produziu e salvou muitas vidas, pode dar uma olhada. Tem gente hoje correndo para fazer uma cirurgia que custou R$ 300,00 (trezentos reais), R$ 400,00 (quatrocentos reais) que hoje está custando R$ 12.000,00 (doze mil reais) um apêndice, é muito complicado! (...)"

Após todo o supra articulado, temos que foram elucidados alguns apontamentos feitos pelos nobres parlamentares que analisaram os autos do processo. Durante as oitivas, restou comprovado que foram realizadas 03 (três) cotações na fase interna, bem como ficou demonstrado pelos fiscais ouvidos que os atestos das notas fiscais eram realizados no verso do documento e que, na verdade, a cópia dos autos entregue à CPI não contemplou os versos das notas. Contudo, para fins de responsabilização os fiscais ouvidos afirmaram que atestaram as notas no período em que ficaram à frente do contrato.

199

No tocante a previsão contratual de profissionais para o anexo do HGR, que até a presente data não foi inaugurado, também ficou esclarecido que, com o aumento dos atendimentos dos Venezuelanos que migraram para o Brasil devido à crise no país vizinho, os plantões foram remanejados para outras unidades.

Face todos os depoimentos supramencionados, restou claro que havia uma falta de controle efetivo sobre o contrato em análise. Visto que a maioria dos gestores e fiscais do contrato, devido ao alto volume de documentos a analisar mensalmente no fluxo de atesto das notas fiscais, deixavam de exercer com rigor suas atribuições, alegando existir relação de confiança com os diretores das unidades de saúde, imputando uma responsabilidade solidária com os encarregados pela elaboração das escalas, tudo como forma de justificar o andamento do processo mesmo com as falhas existentes afirmadas por eles mesmo em seus depoimentos.

Não podemos olvidar a responsabilidade dos dirigentes da Coopebras na execução contratual, visto que a cooperativa tinha papel fundamental no controle da carga horária e fiel cumprimento das escalas de plantões.

Ressaltamos também que, durante as oitivas, os dirigentes da Coopebras foram indagados sobre o funcionamento interno e a forma de remuneração de seus integrantes. Com a devida vênia aos demais integrantes da CPI, este relator entende não ser de responsabilidade desta Comissão apurar as regras de funcionamento, remuneração e distribuição de lucros da cooperativa, mesmo que sua taxa de administração seja fruto de recurso público. Explica-se:

O processo tem seu fluxo administrativo resumidamente na prestação dos serviços médicos, emissão de nota fiscal, conferência e atesto pelos gestores e fiscais contratuais e, por último, o consequente pagamento.

Assim, após o crédito na conta da Cooperativa, há o repasse aos médicos via folha de pagamento de cooperados, encerrando-se, a nosso ver, a natureza de dinheiro público do recurso.

A partir daí, cabe tão somente à diretoria e seus cooperados decidirem qual a melhor forma de aplicação dos valores provenientes da taxa de administração contratual.

200

Voltando ao eixo do debate, é medida que se impõe que os fiscais e gestores do contrato que tramitaram e atestaram os serviços prestados, além da já mencionada diretoria da Coopebras, sejam responsabilizados, conforme irá constar em capítulo próprio deste relatório.

Não obstante, temos que tecer alguns comentários sobre a verdadeira moeda de pagamento que se criou dentro da SESAU via Coopebras. A deficiência de profissionais e procedimentos era suprida por meio de pagamento via "produção". Conforme depoimentos acima colhidos, tal prática ocorria pelo menos desde o governo Suely, devidamente autorizada pelos secretários que pela SESAU passavam.

Por outro lado, como já dito por este relator durante as oitivas, não cabe aqui nenhuma criminalização dos médicos que recebiam pela referida produção, visto que efetivamente prestavam os serviços em forma de mutirões na capital e no interior por meio de caravanas.

Por fim, cabe pontuar que, durante os trabalhos desta CPI, o Governo do Estado encerrou o contrato com a Coopebras. Em 26/02/2021, o Secretário de Saúde, Marcelo Lopes, informou o encerramento deste, afirmando que as contratações passariam a ser diretas com o médico, sem intermediário.

6.4 Do processo para contratação de empresa especializada para o fornecimento ininterrupto de gases medicinais liquefeitos e não liquefeitos com disposição de tanques, cilindros e central de reservas, bem como suas manutenções preventivas e corretivas (Contrato com a CARBOXI)

Processo nº 020601.001441/15-90

Tão logo, observa-se que o processo Volume I – consta mais de 200 (duzentas) folhas e não seguiu a cronologia dos fatos. Já nas folhas 38 e 98, constam apenas duas propostas na cotação de preço para os itens do Anexo I e uma proposta para os itens do Anexo II.

Sendo assim, importante mencionar que se, após exaustiva pesquisa de mercado juntada aos autos – comprovada por solicitações de orçamento e pedidos de cotação por

201

e-mail – não acudirem pelo menos três orçamentos para o objeto da contratação, aí sim será o caso de justificar o manifesto desinteresse do mercado.

Corrobora com este procedimento a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 3.506/2009-TCU-1ª Câmara, 1.379/2007-TCU - Plenário 568/2008-TCU-1ª Câmara, 1.378/2008-TCU-1ª Câmara, 2.809/2008-TCU-2ª Câmara, 5.262/2008-TCU-1ª Câmara, 4.013/2008-TCU-1ª Câmara, 1.344/2009-TCU-2ª Câmara, 837/2008-TCU - Plenário e 3.667/2009-TCU-2ª Câmara, a determinar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade, consistindo essa pesquisa de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos.

É, portanto, necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. E mais, não sendo possível a obtenção de três orçamentos e ainda que exista justificativa, o processo estará suscetível a fiscalização e apontamento pelo Tribunal de Contas.

Verificou-se que consta na cotação a Empresa WHITE MARTINS como participante (fl.38), mas, após a reformulação do Projeto Básico e nova cotação, a referida empresa não mais aparece cotando e sim a empresa CARBOXI (fl. 98);

No Termo de Abertura do Volume 03, as informações fazem referência ao volume 06 e folhas 104, não se relacionando com o Volume 03, que se inicia com a numeração 401.

Na folha 486, a Empresa Mamumed Comércio Serviços e Representações entrou com a impugnação do Edital, em 22 de setembro. Ou seja, fora do prazo previsto que se encerrou em 21 de setembro, motivo pelo qual a referida impugnação não foi aceita pela equipe de licitação (fl. 497).

Já nas folhas 613 a 640, ATA da Realização do Pregão Eletrônico nº 00023/2015 (SRP), a Empresa CARBOXI – Indústria e Equipamentos de Solda Ltda, CNPJ 05.914.165/0001-92, realizou apenas um lance para cada item, valor este no limite da média de preços cotados, e a Empresa IPES Indústria Comércio de Gases Ltda, CNPJ 04.613.444/0001-53, realizou diversos lances, chegando, em alguns itens, abaixo da metade do valor médio, conforme exemplo a seguir:

Valor Médio R$ 8,76 (fl. 613) - "item 1 – Grupo 1 – Manutenção Rede Oxigênio (Oxigênio Líquido Medicinal).

VALOR DO LANCE	CNPJ/CPF	DATA/HORA DO REGISTRO
R$ 8,76	04.613.444/0001-53 - IPES	24/09/2015 – 09:00:48:443
R$ 8,75	05.914.165/0001-92 - CARBOXI	24/09/2015 – 09:00:48:443
R$ 8,74	04.613.444/0001-53 - IPES	24/09/2015 – 09:05:35:777
R$ 6,00	04.613.444/0001-53 - IPES	24/09/2015 – 09:07:02:723
R$ 4,00	04.613.444/0001-53 - IPES	24/09/2015 – 09:07:28:600
R$ 3,00	04.613.444/0001-53 - IPES	24/09/2015 – 09:07:28:600

Pois bem, o pregão, diz a lei, é aplicável às licitações para contratação de "bens e serviços comuns". Mas, o que é um bem ou serviço "comum"?

Entendemos que o bem que se pretende adquirir mediante realização do pregão deve ser suscetível de especificação precisa de sua qualidade. Obviamente, somente se pode comparar bens de qualidade idêntica ou equivalente.

Se o edital não especificar, com precisão, a qualidade do bem, a administração poderá, em certos casos, contratar o bem "mais barato", mas não aquele que apresente a melhor relação custo/benefício (princípio constitucional da economicidade, art. 70 da Constituição Federal). Nesses casos, a administração adquire o bem de menor preço nominal, mas não o de menor preço real e a economia terá sido ilusória, embora estatisticamente se possa demonstrar que se adquiriu o bem mais barato**.**

Igualmente, isso ocorre com a contratação de serviços quando estes são de execução imediata e não exigem uma técnica diferenciada, aí sim o pregão é adequado. E não poderia ser diferente, pois os serviços contratados, quando exigem uma técnica diferenciada para sua execução, podem apresentar consideráveis falhas em sua prestação, o que traz prejuízo para a administração na etapa de execução contratual.

Por outro lado, quando o serviço é de execução continuada (serviço contínuo), o preço efetivamente pago nem sempre coincide com aquele que foi ajustado inicialmente. Isto por um motivo simples: um dos principais problemas verificados na prática das contratações administrativas é o "mergulho" nos preços, resultante de propostas inexequíveis. Esse "mergulho" pode conduzir à necessidade de aumentar o preço

inicialmente combinado, a fim de evitar-se a descontinuidade do serviço, o que não terá respaldo jurídico ou à rescisão indesejada do contrato, com prejuízo às vezes vultoso, mas de difícil mensuração econômico-financeira.

A possibilidade de ser inexequível a proposta vencedora é agravada pelo esquema de oferta de "lances" previsto na lei. A proposta mais vantajosa é – ou deve ser – "firme e séria". A confiabilidade entre as partes contratantes é condição necessária para uma boa contratação.

Assim, quando uma empresa apresenta sua proposta, supõe-se que ela calculou seus custos e sobre eles estabeleceu a margem do lucro.

Por exemplo, se, na fase dos lances, uma proponente que apresentou um preço de 100 (cem) baixa seu preço para 80 (oitenta), das duas, uma: ou os 100 (cem) incorporavam um lucro excedente a ser eventualmente eliminado nos lances ou os 80 (oitenta) correspondem a uma proposta inexequível.

Em nenhuma das duas hipóteses acima a proposta terá sido "firme e séria". Não haverá confiabilidade e, se a apresentação de lances favorece o "mergulho" e quebra a confiabilidade que deve nortear a contratação, ela possibilita, igualmente, em certos casos, o conluio entre os licitantes.

Portanto, após análise formal, verificou-se que o processo se encontra eivados de erros formal, como cronologia dos fatos, diversos carimbos em uma mesma folha etc. e que a Empresa WHITE MARTINS cotou inicialmente os preços, mas, na segunda chamada, após correção do edital, não mais participou.

Apenas duas empresas seguiram no certame, as mesmas que cotaram os preços, havendo indícios de "mergulho" nas quantias por parte da Empresa IPES - Indústria de Produtos e Equipamentos de Solda Ltda.

Sobre este contrato específico, vejamos o depoimento de Sandonayde da Silva Bichara, em 18/11/2019, o qual foi fiscal do contrato e atuou na elaboração do projeto básico, ou seja, no documento que contém os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação, que sequer soube justificar a ausência de folhas no processo e as rasuras encontradas:

> " (...) O Senhor Relator **Jorge Everton** – A sua atuação como fiscal, qual o teu papel? O que você desempenha como fiscal desse contrato? Faça um resumo, um apanhado geral para a gente.

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Ele baseia-se na entrega de oxigênio líquido e gasoso. O líquido é fornecido nos tanques e o gasoso, através de cilindros e na prestação de serviço em todas as unidades que são quatro: HGR, Maternidade, HMI, Policlínica e Rorainópolis. Esses são tanques. O gasoso é entregue em um local só, em um depósito cedido pelo HGR, que fica no HGR e de lá parte para distribuição.

A empresa entrega nas unidades. Quem dá o recebimento é o responsável pela unidade, no caso, o farmacêutico, e a gente fecha o nosso relatório a partir do recebimento deste, e aí a gente monta, fecha o relatório mensal através do recebimento de cada unidade e o serviço também é prestado nas unidades com o aval do chefe de manutenção de cada unidade. É assim que funciona.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você é funcionário público concursado da SESAU em qual cargo?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Técnico de Refrigeração.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você atuou na elaboração do edital para o processo licitatório, projeto básico?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Isso, no processo básico.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu verifiquei que nesse processo existem muitas folhas faltando, folhas com numeração adulteradas. Como você, como fiscal, explicaria essa falha no processo, já que deveria estar obedecendo a uma ordem cronológica bem enumerada, inclusive com assinatura? Como é que você consegue explicar isso?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Bom, o processo é extenso, é longo. Eu sei que o projeto básico tem uma numeração, a partir dela, do projeto básico, onde estão as minhas assinaturas, ela segue uma numeração a partir dali, pode ter havido um erro humano, não sei se pode ter havido, mas eu desconheço essa informação, agora.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Durante os atesto que você faz como fiscal, você tem acesso ao processo físico?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você não se ateve a essa questão da numeração das páginas e das rasuras?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Não. Algumas numerações, a partir da numeração da assinatura do projeto básico, tiveram sim algumas alterações.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você nunca questionou?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Não, porque eu cuido do fechamento do mês. Eu cuido do fechamento do relatório mensal. Então, o relatório mensal está baseado em oferecer o fechamento do mês do fornecimento e do serviço e apresentar à Secretaria para os trâmites legais. Então, a partir daí, existe essa numeração e se houve essa rasura, essa falta de sequência, deve ter havido por outra situação que eu não sou responsável.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Durante o processo do projeto básico, foi feito orçamento de quantas empresas? O senhor se recorda?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Vou tentar lembrar, mas se não me falha a memória, na época, no estado do Amazonas, acredito que tenha sido lá, por ser o estado mais próximo, só tem 03 empresas habilitadas para fornecimentos de gás medicinal. Existe a Carbox, a Secretaria tinha acabado de reincidir com a Nitron, não sei se havia interesse da Nitron, e havia a White Martins. Não sei lhe responder com total certeza porque não é a minha área.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O projeto básico, não foi você que ficou encarregado de coletar os orçamentos?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Não!

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Qual foi o seu papel?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** -o meu papel foi só na elaboração das demandas das unidades, o que determinada unidade poderia

precisar para seu consumo mensal e anual. Não cuidei dessa parte de cotação de preços e valores, tinha outra área.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você tem conhecimento da participação da empresa chamada IPES?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Não, eu acredito que não tenha sido cotada, por não ser empresa da área específica, mas não tenho conhecimento por não participar dessa...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem foi o responsável por essa parte dessa coleta de orçamento?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Na Secretaria, não vou saber lhe dizer o nome da pessoa, sei que tinha o setor de cotação, tinha um coordenador, não vou lembrar o nome porque eu não era funcionário, eu ficava mais nas unidades, fiscalizando as unidades. Eu sou funcionário da SEGUI até hoje, da Secretaria de Saúde, mais rodo as unidades para ver como está a funcionabilidade do processo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Nós meses de agosto, setembro e outubro de 2015, eu observei que o consumo totalizou 106.273 metros cúbitos.

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Quais meses, por favor?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Agosto, setembro e outubro de 2015. Você era fiscal do contrato, certo? Sendo que isso excedeu a média em 19.810 metros cúbitos. O que aconteceu de especial para ter a necessidade de um consumo bem maior nesses meses? Você recorda?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Agosto, setembro e outubro em 2015. Infelizmente, eu teria que olhar o processo direitinho, mas talvez o alto consumo deva ter sido ocorrido por questão migratória, eu teria que olhar o processo para responder sua pergunta.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas esse consumo foi fora da média total, inclusive atualmente, ele excedeu... a questão migratória ela perdura.

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Mas, o que acontece? O consumo e o fornecimento é dado para a empresa e para a unidade, e quem cuida do recebimento é o farmacêutico de cada unidade. Então, eu só atesto o relatório após o recebimento dessas pessoas, a mesma situação é o serviço.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você percebeu que nesse processo licitatório, apenas duas empresas participaram do certame, ou você não chegou a tomar conhecimento disso?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Eu vou tentar explicar melhor. No Estado de Roraima, não existe nenhuma empresa habilitada para esse tipo de fornecimento, o estado mais próximo é o Estado do Amazonas, e lá só temos três empresas, é o conhecimento que tenho. Então, a partir disso aí, talvez por isso tenha sido só essas empresas.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas, não foi um pregão eletrônico onde o Brasil todo poderia participar?

O Senhor **Sandonayde da Silva Bichara** – Eu não consigo lhe responder por ser uma área que não detenho maior informação (...)"

Igualmente, tal depoente não soube justificar o aumento de consumo nos meses de agosto, setembro e outubro de 2015, bem como o motivo pelo qual só duas empresas participaram do certame.

Seguindo essa mesma linha, este relator questionou, também na 18ª Reunião, **Pedro Lindemberg Silva Ruiz**:

206

"(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** – Nessa análise de projeto básico antes da licitação, o senhor percebeu a quantidade de orçamentos que foram feitos?

O Senhor **Pedro Lindemberg Silva Ruiz** – Foram feitos dois orçamentos na época, porque não conseguiram outros orçamentos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas não conseguiram por qual motivo?

O Senhor **Pedro Lindemberg Silva Ruiz** – Porque consta no processo, quando eu fiz a análise do processo, e tinham vários e-mails solicitando de empresas para poder fazer a cotação e, nessa época, não era utilizado ainda parte de sistemas ao Banco de Preço. Então, foi logo no começo da gestão.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Por que não era utilizado o Banco de Preço?

O Senhor **Pedro Lindemberg Silva Ruiz** – Porque ainda não tinha sido firmado um contrato com relação ao Banco de Preço.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas, nacionalmente, não têm várias empresas que poderiam ter sido convidadas a apresentar o orçamento?

O Senhor **Pedro Lindemberg Silva Ruiz** – Sim, foi feito isso através de e-mails. Consta dentro do processo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Foi fundamentado então pela ausência de interesse de outras empresas?

O Senhor **Pedro Lindemberg Silva Ruiz** – Sim, conforme está lá no relatório da cotação que é responsável.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quantas empresas participaram do certame, o senhor lembra?

O Senhor **Pedro Lindemberg Silva Ruiz** – Não, porque aí já não é a minha parte.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor não chegou a analisar essa parte?

O Senhor **Pedro Lindemberg Silva Ruiz** – Não, isso aí futuramente não passava mais pela gente lá na parte da análise de processo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Como coordenador, nesse momento, todas às vezes que você iria atestar, houve alguma preocupação em dar uma olhada no processo, se ele estava bem enumerado, se estava dentro das normas técnicas?

O Senhor **Pedro Lindemberg Silva Ruiz** – Sim, com certeza.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E o que é que justifica ter mais de duzentas páginas faltando, folhas rasuradas sem assinatura nesse processo específico?

O Senhor **Pedro Lindemberg Silva Ruiz** – Com relação às folhas rasuradas, eu não lembro dessa parte, porque eu tenho cópia do processo em casa que eu sempre

207

tiro para mim e, com relação às folhas rasuradas, deve ter tido algum tipo de falha com relação a algum documento ou até erro na hora da escrita, como você acabou de falar, que são vários volumes. Então, o quantitativo de erro com relação à falha tem, se eu não me engano, tem tudo justificado no processo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas qual justificativa se daria para sumir folhas do processo ou rasurar a enumeração dela?

O Senhor **Pedro Lindemberg Silva Ruiz** – Com relação a sumir folha de processo ou rasurar processo eu não tenho nem como lhe falar, porque é como eu falei para você, depende muito do que está dentro do processo e com cinco processos na mão aqui eu não tenho como afirmar nada. (...)"

Ouvida no mesmo dia, **Helenira Macêdo Barros,** coordenadora Geral de Urgência e Emergência no processo 020601.001441/15-90 da Empresa CARBOXI, ao ser questionada sobre os mesmos pontos, assim respondeu:

" (...) O Senhor Relator **Jorge Everton** – Bom dia, Helenira. Algumas perguntas que eu teria para lhe fazer, eu já fiz na última vez em que a senhora esteve presente aqui, então, vou pular a fase das que tenho conhecimento, pois se torna desnecessário. Mas, esse processo em si, qual o período em que você atuou ou atua especificamente?

A Senhora **Helenira Macêdo Barros –** Ele foi instaurado em 2015, no exercício de 2015. Eu assumi em janeiro de 2015 a Coordenação Geral de Urgência e Emergência e sai em abril de 2018 da Coordenação Geral de Urgência e Emergência. Atualmente, não participo da gestão do atual governo do Estado. Em relação a esse processo, ele foi celebrado o contrato em meados de outubro de 2015 e até a minha saída da a Coordenação Geral de Urgência e Emergência, ele mantinha a sua execução pela empresa Carbox.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Na realidade, é anterior a outubro esse processo.

A senhora **Helenira Macêdo Barros –** Ele foi aberto em fevereiro de 2015, 1441, mas o contrato mesmo só foi celebrado em outubro de 2015.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você então participou desde a elaboração do projeto base?

A senhora **Helenira Macêdo Barros –** Sim. O projeto básico foi elaborado na nossa gestão.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem ficou encarregado de colher os orçamentos?

A senhora **Helenira Macêdo Barros –** É a Gerência Especial de Cotação, ela não é um núcleo dentro da Coordenação Geral de Urgência e Emergência. A Gerência Especial de Cotação é uma ramificação da Coordenação Geral de Planejamento dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Saúde do Estado. A competência da Coordenação Geral de Urgência e Emergência é levantar das demandas das unidades hospitalares, a questão da precificação, do custo, é um núcleo específico dentro da Secretaria

208

de Estado da Saúde, que ainda hoje se mantem, conforme Regimento Interno da SESAU.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Por que apenas dois orçamentos foram apresentados nessa cotação, a senhora sabe?

A senhora **Helenira Macêdo Barros –** Não, Excelência. Agora, olhando os autos do processo, existe uma justificativa pela gerente especial da cotação à época, e ela justifica em relação à questão de não interesse por parte de algumas empresas e aí ela faz uma vinculação, acreditando ser porque, na época, quando a gente assumiu o governo, algumas empresas estavam em dívida, o estado estava com dívidas com algumas empresas e a gerente especial de cotação nomeada na época ela justifica a não cotação por três empresas e sim por duas empresas. Por duas vezes ela faz essa cotação e levanta essa justificativa. Prova é que ela comprova, dentro dos autos, vários e-mails encaminhados à outras empresas, mas não se manifestaram no período para que pudessem fazer a cotação.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Na época, quem era a gerente especial de cotação?

A Senhora **Helenira Macêdo Barros –** A senhora Kátia Regina Cavalcanti.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Kátia Regina Cavalcanti. E a sua atuação foi de outubro, então essa pergunta que eu tenho referente aos meses de agosto, setembro e outubro, ficaria prejudicado. Mas, tenho percebido que do inicial até agora, tem aumentado muito o quantitativo do consumo. O que seria essa justificativa plausível para esse aumento? Você poderia nos dizer?

A Senhora **Helenira Macêdo Barros –** Deputado, assim, tecnicamente, o consumo, a gente acredita em relação à alta demanda das unidades hospitalares em relação aos pacientes. Porque, assim, veja bem, o consumo de oxigênio hoje, falando tecnicamente como enfermeira, ele ocorre da porta de entrada da unidade hospitalar até o centro cirúrgico, não é? Então, hoje, o fornecimento, em especial é o oxigênio, ou seja, se o paciente chega com desconforto respiratório no pronto atendimento, ele vai precisar de oxigênio, não é? E se a gente observar uma trajetória nos últimos três anos, esse consumo referente à internação hospitalar, ele tem aumentado gradativamente, em especial no Hospital Geral e na Maternidade. Quando a gente instruiu esse processo, o que a gente fez? Ele é pago pelo consumo de oxigênio, conforme o abastecimento pelos tanques criogênicos. Então, a gente acredita que sejam concernentes em relação a essa demanda de internação hospitalar, porque se o paciente precisa, a gente vai ter que dar esse aporte, seja no oxigênio na rede canalizada ou no cilindro de oxigênio, que também é o consumo do oxigênio gasoso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Como é feita essa contabilização da necessidade da utilização?

A senhora **Helenira Macêdo Barros –** Mediante...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem é o responsável por isso?

209

A Senhora **Helenira Macêdo Barros-** Pronto, em relação à demanda de oxigênio da necessidade de oxigênio, é prescrita pelo médico. Quem faz a necessidade de oxigenioterapia é o médico, porque oxigênio é gás medicinal e é um medicamento. Então, a entrega do oxigênio é feita pela empresa, o recebimento é atestado pelo farmacêutico, se for o produto, se for manutenção, é o chefe de manutenção de cada unidade hospitalar. Agora, esse recebimento quem atesta é o profissional farmacêutico, haja visto, que ele é profissional que tem legitimidade para atestar o produto. Agora, a necessidade de consumo ou não de oxigênio é o profissional médico que prescreve.
(...)
A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues-** A senhora sabe que não pode haver pagamento sem prévio empenho e prestação de serviços sem contratos. Quem forneceu o oxigênio de fevereiro de 2015 a outubro de 2015, já que a empresa saiu do emergencial e o início efetivo do contrato só se deu em outubro de 2015, com a Carbox?

A Senhora **Helenira Macêdo Barros-** Foi celebrado um contrato emergencial com a empresa Carbox, em meados de fevereiro de 2015. O que aconteceu? A Nitron que é a empresa anterior, votou uma licença e verbalizou o nome da empresa que o estado tinha contrato anterior, ela só saiu quando o contrato foi celebrado por processo emergencial com a empresa Carbox. Então, foi instruído o processo emergencial, foi validado pela Procuradoria Geral do Estado e Controladoria Geral do Estado e a gente celebrou esse contrato por 90 dias, podendo renovar por mais 90 dias, até o final da licitação com a empresa Carbox. Aliás, até o final da licitação com o contrato anterior que era o pregão eletrônico. Nesse ínterim, a Nitron, ela só podia sair da prestação de serviço, considerando a especialidade, a especificação, que é o fornecimento de gás, não pode haver interrupção dessa prestação de serviços, ela só saiu desse cenário quando celebrou o contrato com a empresa Carbox, que era a empresa que prestava serviços na emergência.

(...)
O Senhor Relator **Jorge Everton-** Eu tinha feito uma pergunta sobre o período que você atuou você falou que foi de outubro de 2015 até abril de 2018.

A Senhora **Helenira Macêdo Barros-** Não, desde janeiro.

O Senhor Relator **Jorge Everton-** Não, no contrato.

A Senhora **Helenira Macêdo Barros-** Janeiro de 2015.

O Senhor Relator **Jorge Everton-** Então, nesse contrato você atuou em janeiro de 2015?

A Senhora **Helenira Macêdo Barros-** Porque é assim, eu fui nomeada em janeiro de 2015, eu saí em abril de 2018. O contrato com a Carbox ao qual o senhor se refere foi o 1441 que, foi no pregão eletrônico onde o contrato foi celebrado em outubro.

O Senhor Relator **Jorge Everton-** Mas você estava no emergencial, você participou?

A Senhora **Helenira Macêdo Barros-** Estava no emergencial, como eu falei no início.

O Senhor Relator **Jorge Everton-** Então eu tenho algumas perguntas sobre esse período, no período de agosto, setembro e outubro de 2015, houve um número elevado de consumo de gases que chegou a dezenove mil oitocentos e dez metros cúbicos de excedente ao anterior. Você acredita que isso foi em virtude de qual motivo?

A Senhora **Helenira Macêdo Barros-** Deputado, a gente acredita que seja em relação à demanda hospitalar que teve nessas unidades de saúde. Porque, veja bem, a gente vinha de uma má prestação de serviço da empresa anterior, no TAC que foi celebrado com o Ministério Público e a empresa que antecedeu a empresa que estava com registro no contrato, lá consta que ela tinha uma obrigação de manter os tanques criogênicos em até 30% do nível dele, porque quando ela prestava esse serviço, ela não deixava essa margem de segurança para o Governo do Estado. Então, a gente acredita que no processo emergencial uma das exigências seria essa, que nos desse essa segurança, que esses tanques criogênicos que abastecem as redes canalizadas das unidades hospitalares, elas se mantenham de fato no seu teto, no seu limite, de modo que se mantenha o fornecimento com excelência nas unidades de saúde. Então, assim, a gente acredita que esse excedente ao qual o senhor se refere é de fato essa demanda das unidades de saúde e a segurança que o estado teve à época de manter os tanques criogênicos no limite. Porque vejamos: por uma série de fatores no contrato anterior a 2015, além do TAC, vários episódios de risco da falta de fornecimento de oxigênio às unidades de saúde, ocorreram. Foi registrado isso, submetido à Secretaria de Estado e instaurado, inclusive, Procedimento Administrativo Disciplinar – PAD para que se apurassem essas responsabilidades em razão do não abastecimento na sua totalidade desses tanques criogênicos. E aí, o MP entrou nesse cenário para que pudesse garantir esse fornecimento com excelência, a partir de 2014. Então, a gente acredita que esse fornecimento se dá em relação a esse abastecimento e também em relação à demanda porque esse alto consumo ao qual você se refere é essencialmente do gás medicinal oxigênio.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu percebi que nos lances que foram dados na licitação, a empresa Ipes, chegou a dar lances de R$ 3,00 abaixo do valor da Carbox, por que a Carbox que foi contratada e não ela que deu o lance menor?

A Senhora **Helenira Macêdo de Barros** – Deputado, me perdoe, mas essa seara não é da minha competência e sim da Comissão Setorial de Licitação. Como acontece o rito processual? A gente elabora um termo de referência, em relação ao lance é o pregoeiro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu entendi, eu sei, é porque você demonstrou ter conhecimento profundo do processo e acredito que você verificou isso durante a execução.

A Senhora **Helenira Macêdo de Barros** – Sim. Durante a execução do pregão.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É. Não que seja sua responsabilidade.

A Senhora **Helenira Macêdo de Barros** – Compreendo. Tudo bem, mas, não tenho assim propriedade para dizer ao senhor porque uma empresa não ganhou e sim ganhou outra empresa. O que

vem para a gente? O pregoeiro valida a proposta e vai para a gente apenas para dar o parecer técnico.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Você se recorda o nome do pregoeiro da época?

A Senhora **Helenira Macêdo de Barros** – Da licitação desse processo foi o Renato. Só não lembro o sobrenome dele, inclusive está lá no Comprasnet, se a gente entrar no Comprasnet está lá o nome do pregoeiro que licitou, só não lembro o sobrenome dele.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Outro fato que me causou estranheza é o fato de em um pregão eletrônico apenas duas empresas participarem e se interessarem. Você explicou aí e eu já sabia que a White Martins estava penalizada, impedida de participar. Mas, por que nenhuma outra empresa apresentou orçamento? Você poderia nos ajudar com essa informação?

A Senhora **Helenira Macêdo de Barros** – Deputado é assim, quando a gente olha o processo a gerente especial de cotação justifica ao que ela atribui, não sei se é suposição ou se ela tem alguma coisa que possa comprovar isso, mas, ela acredita que é o descrédito que as empresas tinham com o governo do estado anterior a 2015. Então, quando a gente recebeu a gestão uma das maiores dívidas que tinham realmente era inclusive com a prestação de serviço do gás medicinal. Era um dos contratos que já não vinham pagando há um tempo. É uma das prerrogativas que a gerente especial de cotação justifica nos autos, que acredita ter sido isso. Agora, nada impede que a própria empresa que estava impedida que ela participasse da cotação, mas, nem ela mesma teve interesse de fazer a cotação. Se o senhor observar na primeira vez, ela participa e, na segunda, ela desiste de cotar e a Kátia, que era a gerente especial da época, ela demonstra nos autos várias tentativas de e-mails junto à outras empresas. Agora, vale a pena ressaltar algo, enquanto técnica da área, uma empresa do Rio de Janeiro não vai ter interesse, porque o preço que ela vai propor para o estado de Roraima vai ser infinitamente maior, por quê? Porque ela tem que garantir a fabricação, o envasamento e a distribuição desse gás medicinal. Então, quanto mais distante do estado de Roraima, maior a precificação desse gás, desse produto. Então, a gente acredita que seja isso. E, na região norte à época só tinha IPES, Nitron, Carbox e White Martins, Nitron não ia participar porque já estava saindo, Carbox era a interessada no processo porque participou da licitação, Ipes também tinha interesse, participou da licitação, só que na época a Ipes não fabricava o gás. Não sei se hoje ela fabrica o gás.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Durante a sua atuação como coordenadora nesse processo, houve algum atraso no pagamento desde o contrato emergencial com a empresa Carbox?

A Senhora **Helenira Macêdo de Barros** – Teve, teve sim. A gente não conseguia pagar, como estava no contrato, tipo: prestou o serviço, pagava, porque tinha no contrato que ela tinha até trinta dias para receber posteriormente a emissão da nota fiscal. A gente também não conseguia honrar.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – No prazo de quanto tempo?

A Senhora **Helenira Macêdo de Barros** – Em torno de 60 dias, a gente não conseguia honrar, até porque a fonte pagadora era a 107109, então, a gente, às vezes conseguia pagar o produto que era fonte federal, mas a gente não conseguia pagar com a fonte do tesouro estadual a prestação de serviço concernente à manutenção.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Com a empresa Nitron, quanto tempo de atraso estava o contrato?

A Senhora **Helenira Macêdo de Barros** – Quando a gente recebeu a gestão, porque a Nitron só esteve conosco, se não me engano, dois meses, janeiro e fevereiro, e a Nitron já estava para mais de oito meses de atraso, se não me engano. Com precisão, ela estava há quase oito meses com atraso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Com a empresa anterior, a Nitron, que desistiu, ela chegou a ter oito meses de atraso. Com a empresa que foi contratada emergencialmente, o atraso era de aproximadamente 60 dias de atraso.

A Senhora **Helenira Macêdo de Barros** – Vejam bem, porque a gestão que a Nitron tinha não era conosco, era com a gestão anterior.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Sim, eu só queria firmar esse conhecimento.

A Senhora **Helenira Macêdo de Barros** – Se não me engano é isso, mas, a gente pode comprovar isso no processo da Nitron, que está na Secretaria de Saúde do Estado, inclusive, está na Coordenação de Urgência e Emergência e lá consta o atraso que a Nitron vinha sofrendo. A prova é que um dos motivos que sucedeu para que ela pudesse romper o contrato foi justamente a questão do atraso da gestão anterior de 2015, e ela ficou conosco até celebrar o outro contrato com a empresa atual.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem era o secretário à época?

A Senhora **Helenira Macêdo de Barros** – Teve muita mudança, mas assim, quando foi celebrado o contrato com a Carbox, foi o senhor Kalil Coelho. (...)"

Portanto, restam comprovadas as irregularidades apresentadas no processo, como falta de numeração/ausência de páginas e falta de justificativa das cotações, responsabilidades essas dos fiscais do contrato.

Ainda, observa-se que nas duas únicas empresas do processo há uma clara tendência de 'mergulho' de preço, onde a segunda empresa acaba sendo retirada e prevalece a de maior, causando dano à administração com a proposta contratada.

Assim, no tocante aos indícios de prática de mergulho, resta evidenciado suposto conluio entre as empresas participantes, visto que, conforme o quadro de lance já

exposto, após a empresa IPES ofertar o lance de R$ 8,76, a empresa CARBOXI ofereceu o valor de R$ 8,75 e, logo em seguida, novamente a empresa IPES começa a ofertar vários lances no curto espaço de menos de 3 minutos, chegando ao valor de R$ 3,00, causando a sua inevitável desclassificação por ter ofertado um valor inexequível.

Com isso, podemos afirmar que ambas as empresas frustaram o caráter competitivo e lisura do processo licitatório, devendo ser responsabilizadas nos termos da lei aplicável ao caso.

6.5 Sobre o contrato para aquisição de medicamentos básicos e hospitalares (TIDIMAX)

Processo nº 020601.000329/19-38

Valor R$ 45.000.000,00

Trata-se do processo nº 020601.000329/19-38, cujo valor do contrato é de R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) e tem como objeto aquisição de medicamentos básicos e hospitalares, em suas classificações éticos, genéricos, similares, biológicos, com base no maior percentual de desconto (%) constante na Tabela CMED de preços de medicamentos – Preço de Fábrica (PF), emitida pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED/SECRETARIA EXECUTIVA/AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA, destinados a atender as Unidades de Saúde de alta e média complexidade do Estado de Roraima.

Primeiro, importante lembrar que o direito à saúde está previsto na Constituição Federal de 1988 como um direito de todos e um dever do Estado, conforme artigos 5º, 6º e 196. Sua garantia deve ser feita por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, bem como ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Ademais, a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990) inclui, no campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS, a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive, farmacêutica, bem como a formulação da política de medicamentos,

imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e participação na sua produção (art. 6º, incisos I, alínea "d", e VI).

Pois bem, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica é parte integrante da Política Nacional de Saúde e envolve um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, garantindo os princípios da universalidade, integralidade e equidade. Essas ações têm o medicamento como insumo essencial e buscam, não só o acesso a ele, mas seu uso racional, envolvendo pesquisa; desenvolvimento e produção de medicamentos e insumos; seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação; garantia da qualidade dos produtos e serviços; e acompanhamento e avaliação da utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e melhoria da qualidade de vida da população[1].

Adentrando na análise do contrato em si, temos que sua solicitação de abertura teve início em 08 de janeiro de 2019 SESAU/CGAF/OFÍCIO nº 0006/2019 (fl. 01). Já o Termo de Referência, bem como anexos, foram juntados às folhas 10 a 23, concluindo que o valor estimado para contratação será de R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).

Às folhas 25 a 33 consta a justificativa técnica emitida pela Coordenadoria-Geral da Assistência Farmacêutica – CGAF, face a escolha do critério de julgamento na licitação sobre o maior desconto a incidir sobre a tabela CMED de "A" a "Z", alegando economicidade e agilidade na aquisição dos medicamentos, em razão do preocupante histórico de fracasso nas licitações e às tentativas frustradas de abastecimento.

Em despacho, após análise do Termo de Referência e solicitação de cotação, ficou estabelecido a fixação de um percentual mínimo de desconto que constituiria um limite máximo para os gastos com o futuro contrato (fl. 61). Sendo assim, chegou-se a um valor de desconto mínimo de 46,35% que, segundo a Gerência Especial de Cotação – GEC/SESAU, fora realizada uma ampla pesquisa de preços, junto ao Banco de Preços – NP Capacitações e complementarmente com fornecedores, ressaltando que apesar do Acórdão do TCU 16716/18 recomendar a pesquisa de preço no sistema BPS (Banco de

[1] BRASIL Tribunal de Contas da União. Orientações para aquisições públicas de medicamentos / Tribunal de Contas da União. -- Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde), 2018.

Preços em Saúde), não foi possível realizá-la, por se tratar de uma nova modalidade de julgamento das propostas (maior percentual de desconto) (fls. 62 a 78).

Em despacho, no dia 14.03.2019, foi relatada a impossibilidade para emissão da Declaração Ordenador de Despesa, tendo em vista que o orçamento de 2019 foi liberado através do Malote 68169 de 02.02.2019, justamente com o Decreto 26.521E de 29.01.2019, que libera o orçamento provisoriamente de acordo com o QDD – Quadro de Detalhamento de Despesa (fl. 82).

Em parecer, a Procuradoria do Estado aprovou as minutas do edital de pregão e do contrato (fls. 152 a 159).

Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2019, sob o Sistema Registro de Preço e anexos, bem como aviso de licitação (fls. 161 a 186) foi objeto de diversas impugnações (fls. 192 a 215), oportunidade em que foram alegadas a inviabilidade da licitação por lote face a ausência de demonstração da sua vantajosidade; imprecisão na descrição do objeto e a impossibilidade da nova modalidade de julgamento da proposta pelo critério do maior percentual de desconto sobre a Tabela CMED. Em continuidade, as folhas 216 a 345, seguem as respostas as impugnações, bem como o resultado da licitação, sendo empresa **vencedora TIDIMAR COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, com a proposta de 85% no total sobre o objeto da licitação**, distribuído da seguinte forma (fl. 345):

LOTE 1

Item	Especificações	Und	Qtd.	MAIOR Desconto Ofertado (%)
1	TABELA CMED – MEDICAMENTOS **GENÉRICOS** DE "A" a "Z" **PF**	UNIDADE	01	**35%**
2	TABELA CMED – MEDICAMENTOS **SIMILARES** DE "A" a "Z" **PF**	UNIDADE	01	**30%**

3	TABELA CMED – MEDICAMENTOS **BIOLÓGICOS** DE "A" a "Z" **PF**	UNIDADE	01	**1%**
4	TABELA CMED – MEDICAMENTOS **NOVO** (REFERÊNCIA/ETICOS) DE "A" a "Z" **PF**	UNIDADE	01	**1%**
5	TABELA CMED – MEDICAMENTOS **ESPECÍFICOS** DE "A" a "Z" **PF**	UNIDADE	01	**18%**

Total Global de maior percentual de desconto por lote: 85%. Perfazendo o valor total estimado para contratação de R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).

A partir daí, a Controladoria-Geral do Estado fez os seguintes apontamentos: a) ausente declaração do ordenador da despesa para o exercício de 2019; b) não ser possível localizar nos autos qual foi o parâmetro utilizado para obtenção do valor estimativo de R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) e c) que o valor disponível no FIPLAN para aquisição de medicamentos e materiais hospitalares é inferior ao valor estimado, resultando uma diferença de R$ 1.320.000,00 (um milhão trezentos e vinte mil reais) (fls. 330 a 331/v).

Em resposta (fls. 334 a 335), a SESAU alegou que, apesar do Acordão do TCU 392/2011 estabelecer a obrigatoriedade da divulgação de preço de referência em editais de licitação, na modalidade pregão, quando esse preço for utilizado como critério de aceitabilidade de preços, tal entendimento não se aplicará ao caso, uma vez que o percentual de desconto na Tabela CMED não está vinculado ao valor estimativo e, caso o orçamento não seja suficiente, pode solicitar a abertura de crédito suplementar ou suplementação orçamentária; e que os setores responsáveis farão constar nos autos a requisição do objeto, a declaração do ordenador de despesa, empenho e cópia do plano plurianual de trabalho (PAT/2019).

A SESAU emitiu comunicado listando os medicamentos que tinha a intenção de adquirir - total de 223 itens (fls. 357 a 366). A princípio, a empresa vencedora apresentou uma proposta que perfazia o valor total de R$ 18.770.186,19 (dezoito

milhões setecentos e setecentos e setenta mil e cento e oitenta e seis reais e dezenove centavos) já aplicando os descontos sobre Tabela do CMED (fls. 367 a 375).

Segue nas próximas páginas (fls. 377 a 583) a previsão dos medicamentos na Tabela CMED, sendo solicitada a elaboração da planilha de custos, seguida da cotação realizada pela SESAU (fls. 583 a 1327), atestando em certidão os mecanismos utilizados para elaboração da planilha estimativa de preços (fl. 1328 a 1337) apresentando proposta de negociação no valor de R$ 12.456.406,78 (doze milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil e setenta e oito centavos), sendo aceita pela empresa o valor mencionado (fls. 1342 a 1355).

A metodologia de levantamento de preços utilizada pela SESAU declarou que 98 (noventa e oito) itens foram obtidos em prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, e que 28 itens foram cotados com menos de três valores (fls. 1338 a 1340).

Em continuidade do certame, fora emitida Declaração do Ordenador de Despesa e Nota de Empenho (fls. 137 a 1392);

Em despacho sobre a metodologia, mais especificamente sobre no Anexo I – Termo de Referência, item 7 FORMA DE FORNECIMENTO (fl. 1396), a Controladoria-Geral do Estado fez referência exaustiva sobre a jurisprudência do TCU de que os preços divulgados na Tabela do CMED não são o parâmetro mais adequado para servir como referência para aquisições públicas de medicamentos ou como critério de avaliação de economicidade de tais aquisições por parte dos órgãos de controle, pois são referenciais máximos. Assim, a aquisição de medicamentos, ainda que inferior ao constante na Tabela CMED, pode dar ensejo à responsabilização do agente causador do prejuízo.

Ocorre que, mesmo ciente da posição do TCU, a Controladoria-Geral do Estado aduziu que o artigo 41 da lei 8.666/93 define que o edital é lei interna da licitação e, como tal, vincula aos seus termos, tanto aos licitantes, quanto à Administração Pública que o expediu. Não competindo, portanto, ao órgão de controle interno se manifestar no momento, ressaltando que a metodologia a ser seguida é aquela definida em edital ou termo de referência elaborado pela própria secretaria, pelo setor técnico competente (fls. 1396 a 1397).

218

Nas demais páginas (1398 a 1450) segue o contrato nº 123/2019 e autorização de fornecimento nº 01/2019.

Feita a referência documental presente nos autos, passamos então às fundamentações legais sobre os achados na análise:

● A SESAU chegou a um desconto mínimo de 46,35% que, segundo a Gerência Especial de Cotação – GEC/SESAU, fora realizada uma ampla pesquisa de preços, junto ao Banco de Preços – NP Capacitações e complementarmente com fornecedores;

● O apontamento feito pela Controladoria-Geral do Estado, no que concerne à impossibilidade de localizar nos autos qual foi o parâmetro utilizado para obtenção do valor estimativo de R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), não fora suprido pela SESAU, afirmando que o valor foi obtido através de orçamento em diversas fontes, tratando-se, pois, de uma previsão de quanto será gasto;

● Antes de celebrar qualquer contrato seja de procedimento licitatório ou de contratação direta, a Administração Pública deve apurar o valor estimado da contratação, conforme artigos 7º, §2º, inc. II e 40º, §2º, inc. II, da lei 8.666/93;

● Segundo Acordão do TCU 2150/2015, a mera alegação da Administração Pública de que foi realizada pesquisa de preço não é prova suficiente de sua realização, sendo imprescindível que os documentos que embasam a estimativa de preços sejam disponibilizados nos processos de aquisição, uma vez que a superestimação dos quantitativos a serem adquiridos pela administração infringe o art. 15, §7º, II, da lei 8.666/93 e pode limitar indevidamente o universo dos competidores, atentando também contra o artigo 3º da lei 8.666/93;

● A jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que a pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação não deve se restringir a cotações realizadas com potenciais fornecedores, uma vez que, para atender o disposto na Lei 8.666/1993, as compras públicas devem balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública (Acórdão 247/2017-TCU-Plenário, voto do Ministro Relator Walton Alencar Rodrigues);

Além disso, a SESAU adotou a seguinte metodologia: será emitido o Comunicado de Intenção de Aquisição, ocasião em que a contratada apresentará seu

219

orçamento, a lista de medicamentos será objeto de cotação pela Gerência Especial de Cotação – GEC/SESAU/RR e, caso o resultado obtido seja diferente da proposta apresentada pela empresa, será apresentado uma proposta de negociação em que a contratada deverá oferecer um desconto PLUS, para somente depois ser emitida a autorização de fornecimento.

Após este trâmite, o levantamento de preços realizado pela SESAU 98 (noventa e oito) itens foram obtidos em prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias e 28 itens foram cotados com menos de três valores (fls. 1338 a 1340).

Sobre isso, a Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN SLTI/MPOG) 5/2014, a qual dispõe sobre o procedimento administrativo básico para a realização de pesquisa de preços, elenca, como um dos parâmetros prioritários, as contratações similares de outros entes públicos em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preço.

Deste modo, de uma tabela com 223 (duzentos e vinte e três) itens, a cotação de 98 (noventa e oito) itens não seguiu a regra básica de pesquisa de preço.

Outro ponto importante foi a decisão da SESAU em licitar por lote e não por item, alegando economicidade, celeridade e eficiência no processo licitatório. Foi adotado como critério de julgamento o maior percentual de desconto dos medicamentos em lotes de "A" a "Z" relativos a Tabela CMED-ANVISA, tendo sido licitado todos os medicamentos que compõe a referida Tabela, distinguindo apenas em medicamentos "éticos", "genéricos", "similares", "biológicos".

A Súmula 247 do TCU assevera como obrigatória a admissão da adjudicação por item e, não, por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, o fornecimento ou a aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação se adequar a essa divisibilidade.

220

No caso de aquisições de medicamentos, a adjudicação por lote restringiu a participação ao certame a distribuidoras que vendam a totalidade dos medicamentos do lote e/ou a fabricantes que produzam a totalidade dos medicamentos, o que impede, inclusive, a participação de laboratórios públicos. Considerando o mercado de medicamentos, em que pode haver distribuidor exclusivo, bem como laboratórios que produzem apenas determinados medicamentos, uma alocação de medicamentos em lotes diminui a competitividade e, portanto, prejudica a escolha da proposta mais vantajosa[2].

Nesse sentido, a jurisprudência do TCU considera que, nas licitações para registro de preços, é obrigatória a adjudicação por item como regra geral, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e seleção das propostas mais vantajosas (voto do Ministro Benjamin Zymler, Redator do Acórdão 2.901/2016-TCU-Plenário).

Ademais, não há qualquer mensuração da quantidade necessária de medicamento quando da instauração do procedimento licitatório, comprometendo o planejamento das aquisições públicas, cujo limite encontra-se tão somente no valor máximo global da licitação estabelecido em edital (R$ 45.000.000,00).

Os artigos 14 e 15 da Lei nº 8.666/93 determinam expressamente o planejamento das compras governamentais de modo que se possa maximizar a eficiência nas aquisições com a minimização dos custos e despesas da operação. Vejamos:

> Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
>
> Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:
>
> (...)
>
> IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;
>
> (...)
>
> § 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:
>
> I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

[2] BRASIL Tribunal de Contas da União. Orientações para aquisições públicas de medicamentos / Tribunal de Contas da União. -- Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde), 2018.

221

> II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação.

Ao optar por licitar uma infinidade de medicamentos – possivelmente mais de 25 (vinte e cinco) mil itens – denota-se que o objeto não se encontra caracterizado, tampouco adequado aos fins perseguidos pela Administração Pública. Não há como se dizer não divisível a aquisição de medicamentos por lotes, ainda que o desconto auferido pela Administração Pública seja superior aos concorrentes.

Como dito anteriormente, a SESAU adotou como critério de julgamento o maior percentual de desconto (%) dos medicamentos em lotes de "A" a "Z" constantes na Tabela CMED de preços de medicamentos – Preço de Fábrica (PF). Ocorre que, a Tabela CMED apresenta o PREÇO MÁXIMO que cada medicamento pode ser comercializado.

Exatamente por isso, o TCU afirma que os preços referenciais apresentados nas tabelas da CMED não são elaborados para refletir os valores de mercado, mas, sim, com o objetivo de regular os preços de medicamentos no Brasil. Vale destacar que a Auditoria Operacional realizada pelo TCU constatou, à época, preços da tabela CMED significativamente superiores aos praticados em compras públicas, havendo casos em que ultrapassavam 10.000% (Acórdão 3.016/2012-Plenário, Ministro Relator Walton Alencar Rodrigues).

Ademais, a SESAU, na justificativa técnica, reconhece a desatualização de preços da Tabela CMED (fl. 28), e afirma que os preços da Tabela CMED não serão utilizados como parâmetro balizador de preço, para tanto será competência da Gerência Especial de Cotação a análise da proposta de preços apresentada pela empresa. Resta evidenciado uma incoerência quanto a utilização da referida tabela, senão vejamos: uma hora a tabela foi utilizada como CRITÉRIO DE JULGAMENTO PARA OBTENÇÃO DO MENOR PERCENTUAL DE DESCONTO VISANDO APURAR O MENOR PREÇO e assim estabelecer a empresa vencedora do certame; porém, quando da pesquisa de preços, não foi utilizada a tabela, pois ela apresentava preços defasados (fls. 28 e 33/v).

No que diz respeito às testemunhas, temos Marciana Batista Carneiro, pregoeira; Gerson Castro, responsável pela cotação, ambos foram ouvidos em

30/03/2021; e Humberto Alves Nogueira, Coordenador Geral de Assistência Farmacêutica quando da instauração do procedimento licitatório, ouvido em 01/06/2021.

Primeiro, destacamos o depoimento de **Maciana Batista Carneiro**, uma vez foi abordado o fato de a Tabela CMED ser uma referência de preço máximo, de modo que jamais poderia ser utilizada na compra de medicamentos usando aquele preço como mínimo. Ainda assim, mesmo existindo decisões de Tribunais Superiores no sentido de que na Tabela CMED tem item, produto, que chega a ter 10.000% (dez mil por cento) de lucro, ou seja, ridiculamente acima do preço normal. Vejamos:

> "(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas na época do processo de compra de medicamentos, onde teve como vencedora a empresa Tidimar, a senhora era a pregoeira?
>
> A Senhora **Marciana Batista Carneiro** – Sim, eu era a pregoeira.
>
> O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora poderia explicar esse processo para que os membros desta CPI e quem está nós acompanhando, possa entender?
>
> A Senhora **Marciana Batista Carneiro** – Sim. Eu entrei na Saúde em janeiro de 2019 e na época eles estavam vendo a questão da compra de medicamentos para abastecer todo o Estado. Eles trabalharam nesse processo, eu acho que era de R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões). Um processo de percentual de descontos. Esse processo, se não me engano, tinha sido feito apenas em Minas Gerais, só tinha apenas um estado do Brasil que tinha feito esse processo pelo o que eu fiquei sabendo, porque a responsabilidade mesmo de quem estava elaborando o Termo de Referência e o edital, foi todo da CGAF. Na época, eles fizeram esse processo como se fosse... foi o único que foi baseado na Tabela CMED, no qual englobava todos os medicamentos da Tabela CMED de A a Z. Esses medicamentos iriam cobrir o estado, acho que daria para cobrir por um ano, porque funciona assim: você iria pedir, fazia o processo, ele ganhava em cima do percentual de desconto e daria um maior percentual de desconto. O que acontece, deixa eu explicar melhor, o que eu vi dentro da secretaria é que existem muitos processos fracassados e desertos. Fracassam bastante as licitações e o que eles queriam, com isso, é que não houvesse mais esse tipo de acontecimento, que não houvessem processos fracassados ou desertos, porque eles iriam solicitar. Depois que o processo saísse, com a empresa vencedora, eles iriam solicitar a cada aquisição, então a empresa não poderia dizer "isso aqui eu não posso", ela vai ter que entregar a medicação e isso englobava tudo, de A a Z dentro da tabela.
>
> O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora praticamente já respondeu a segunda pergunta que eu vou lhe fazer agora. Por que foi instituída essas compras por lote de A a Z? A senhora está alegando que algumas licitações davam desertas, mas a senhora sabe que tem uma recomendação do Tribunal de Contas da União que proíbe que a licitação seja

feita dessa forma de A a Z, tem que ser proibida a lista fechada de medicamentos da forma que foi feita. Por que foi insistido na compra assim?

A Senhora **Marciana Batista Carneiro** – Porque, como pregoeira, eu recebo o processo já com Termo de Referência e o edital. Então essa parte de saber o porquê... eu sei que eles estavam trabalhando muito para isso. Existiam muitas reuniões com o Coordenador, com o Secretário e o Presidente da CPL, então havia reuniões onde eles discutiam a forma como iriam fazer. Então, essas partes das recomendações, eu sei que teve parecer e teve tudo, eu não sei lhe explicar o porquê insistiram em fazer.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas a senhora, como pregoeira, é responsável pelo processo e a senhora poderia sim suspender o pregão e entrar oficialmente em contato com a CGAF, informando que essa recomendação do TCU proíbe o pregão de lista fechada. Isso é básico no pregão. Para ser pregoeiro tem que ter conhecimento. A senhora, para exercer a função de pregoeira, fez curso?

A Senhora **Marciana Batista Carneiro** – Sou pregoeira, fiz curso de pregoeiro, sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora tem curso de pregoeira. A senhora fez capacitação, atualização, mais precisamente sobre legislação e jurisprudência dos Tribunais Superiores? A senhora tinha esse conhecimento?

A Senhora **Marciana Batista Carneiro** – Sim, eu tenho curso de licitações, que fiz pelo Tribunal.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Se tem conhecimento, então a senhora não pode alegar o desconhecimento, isso é fato. A senhora é responsável pelo pregão no momento em que passa todas as fases. Aqui nós vamos ouvir o responsável pela cotação. Mas, mesmo a cotação ao chegar à fase de pregão, a senhora tem essa prerrogativa de fazer ou não. A senhora tem que ter conhecimento de que está contrariando a Jurisprudência, que está contrariando a Legislação Federal. Por que a senhora não o fez? Só para que todos entendam a forma dolosa e lesiva que foi feito aqui nesse processo, a Tabela CMED é uma referência de preço máximo. Ela não é feita para ser utilizada na compra de medicamentos, usando aquele preço como preço mínimo, é o preço máximo. Inclusive, existem decisões de Tribunais Superiores que narram que na Tabela CMED tem item, produto, que chega a ter dez mil por cento de lucro, ou seja, acima do preço normal. Vamos analisar que um produto, um determinado item, tenha sido cotado e tenha sido feito o pregão e a empresa vencedora forneceu esse produto para a Sesau. Se esse produto está com o preço baseado na Tabela CMED, com certeza a empresa pode dar cem ou duzentos por cento de desconto, que não fará diferença, estará superfaturado do mesmo jeito. Então a recomendação do TCU e houve o parecer da Controladoria no processo, dizendo que não era para ser feito dessa forma, mesmo assim foi feito e mantido. Quem era o secretário da época?

A Senhora **Marciana Batista Carneiro** – Era o Secretário Ailton Wanderley. Foi na gestão dele que começaram a planejar e fazer tudo, a nascer o Termo de Referência. Mas o processo foi executado na gestão, acho que quem homologou foi o Coronel Elcio.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas a senhora está entendendo a gravidade desse processo? Ele traz um prejuízo ao erário enorme.

A Senhora **Marciana Batista Carneiro** – Até porque, esse processo, eu lembro bastante, foi logo quando entramos e estava aquela coisa da Sesau "vamos ter que fazer da forma tal, tem que mudar, tem que ter a medicação para abastecer o estado". Eu lembro que houve muitas discussões a respeito desse processo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É tanto que a senhora afirmou que só tinha ocorrido esse processo em Minas Gerais e aqui.

A Senhora **Marciana Batista Carneiro** – Eu não sei se foi só em Minas Gerais, quem sabe dizer diretamente onde ele ocorreu de fato, é quem era o Coordenador da CGAF, ele estava muito empenhado nesse processo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora acha que é coincidência que esse tipo de processo, que é lesivo ao erário e é prejudicial a nossa sociedade, só tenha ocorrido em Minas Gerais e aqui em Roraima e a empresa que ganhou é de Minas Gerais?

A Senhora **Marciana Batista Carneiro** – É estranho, mas como pregoeira eu só posso dizer para você assim: que dentro do procedimento licitatório foi respeitado todos os procedimentos, até porque não sabemos quem é a empresa que vai ganhar ou não, não cabe ao pregoeiro isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu ainda não cheguei a isso, eu estou antes disso. A senhora, como pregoeira, tem a obrigação de dizer "olha existe um entendimento do Tribunal de Contas da União, não vou fazer". Só para a senhora ter ideia, eu fiz uma anotação aqui e vou ler para a senhora: A Sesau adotou como critério de julgamento, um maior percentual de desconto de medicamentos de lote de A a Z, que foi o que a senhora falou, constante na Tabela CMED de preços de medicamentos, preço de fábrica. Ocorre que a Tabela CMED apresenta preço máximo e cada medicamento pode ser comercializado, por isso o Tribunal de Contas da União afirma que os preços referenciais, apresentados na Tabela CMED, não são elaborados para refletir os valores de mercado, mas sim com o objetivo de regular os preços de medicamentos no Brasil. Vale destacar que a auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União constatou à época, preços da tabela CMED, significativamente superior aos praticados em compras públicas, havendo casos em que ultrapassava dez mil porcento.

Isso é um acórdão do plenário do TCU. É lamentável que a senhora, como pregoeira, tenha dado prosseguimento a um pregão desse tipo, com essa gravidade de irregularidade. Não era nem para ele ter sido iniciado, quanto mais saber quem ganhou.

A senhora, como pregoeira na época, tinha conhecimento da súmula 247, que afirma a obrigatoriedade de admissão de adjudicação por item e não por preço global nos editais de compra, cujo objeto seja divisível?

A Senhora **Marciana Batista Carneiro** – Eu não lembro, deputado, eu não... porque já faz mais de um ano que nós fizemos esse processo. Eu não...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não, pera aí. Então vou reformular minha pergunta. A senhora me afirmou, anteriormente, que tem curso de pregoeira, que fez capacitação de jurisprudência. Para a senhora exercer a função de pregoeira, a senhora tem que estar capacitada para ser pregoeira. A súmula 247, fala sobre adjudicação. A senhora deveria ter conhecimento. A adjudicação tem que ser feita item por item, e não global. A senhora tinha, tem ou não tem conhecimento da súmula 247?

A Senhora **Marciana Batista Carneiro** – Não me recordo, não tenho.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Infelizmente, essa súmula é de conhecimento público, e a senhora, como pregoeira, tinha a obrigação de ter esse conhecimento, em especial, nesse processo, porque traz, de forma acintosa, um prejuízo enorme para o Estado. E isso faz com que faltem medicamentos nos hospitais. Isso faz com que faltem medicamentos, porque o recurso destinado à compra de medicamento acaba sendo gasto de forma indevida. Eu lamento essa situação. Presidente, eu não tenho mais perguntas para fazer à senhora Marciana Batista Carneiro. (...)"

No depoimento de **Gerson Castro** chama a atenção a forma que o levantamento de preço foi feito; a impossibilidade de localizar nos autos quais os parâmetros utilizados para obtenção do valor estimado, inicialmente, de quarenta e cinco milhões; a confirmação que este foi o único processo da Sesau com esse tipo de modalidade, a qual é repreendida pelo Tribunal de Contas da União justamente porque a Tabela CMED chega a ter um valor absurdo em cima de cada item; e, não menos importante, a comprovação que realmente não foram realizadas as cotações similares de outros entes públicos em execução ou concluídos nos cento e oitenta dias anteriores à data da pesquisa de preço, contrariando assim Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Vejamos:

"(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então explique para a gente quais eram suas atribuições na cotação.

O Senhor **Gerson Castro** – A função do gerente especial de cotação, ele tem a função de que os processos, eles são instruídos, são encaminhados, os projetos básicos são elaborados com as solicitações de material, tudo que a secretaria precisa adquirir, e vai para o setor de cotação para que ele faça uma pesquisa de preço. No caso específico da medicação, fazemos a pesquisa de preço com o parâmetro... primeiro, que quando eu fui para lá, que antes eu estava no setor de RH...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor poderia falar mais próximo do microfone, por favor?

O Senhor **Gerson Castro** – Posso! Antes eu estava no setor do RH, e fui, na época o Coronel Elcio e o Coronel Eduardo, me convidaram justamente para assumir o setor de cotação da secretária. O setor de cotação da secretária já, há muito, é estigmatizado. Eu relutei em torno de

quinze dias para poder dar o "sim" para ele. Fui para casa, pensei e estudei, me informei sobre um monte de coisas, e disse: sei como isso aqui funciona, então eu vou ajudar a gestão. E fui para lá e consegui fazer um trabalho que tinham muitos processos aguardando para fazer cotação, e fizemos um bom trabalho de poder dar seriedade para que os processos pudessem fluir e sair de lá. Especificamente, em relação à medicação, usamos assim um parâmetro: como na Sesau não tínhamos, não tem, uma cartilha, um regimento ou alguma coisa que diga como é o procedimento da cotação, então falei para o Coronel: Coronel, a minha cartilha vai ser o TCU, o que o TCU disser para eu fazer, vou seguir a ordem do TCU. E começamos a trabalhar em cima de, primeiro do banco de preço e saúde, que são os parâmetros que algumas instituições reúnem todas as licitações acontecidas no Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica. Ou seja, essa empresa consolida e a Sesau adquiriu esse pacote, que serve como parâmetro para fazer as pesquisas do banco de preço. Segundo, é o Banco que chama de BPS, que é o banco de preço, que serve como parâmetro também para poder aferir as cotações das medicações. E o terceiro, que usávamos era também o site de domínio amplo daqueles registrados, tudo bem organizado com CNPJ e tudo, fazíamos essas cotações, e também quando tínhamos dificuldades, mandávamos ou enviamos e-mail para as empresas para que elas pudessem estar se manifestando em relação ao preço. A cotação, na verdade, quem fazia não éramos nós, diretamente, porque sempre eu solicitei da CGF, que é a Coordenação-Geral de Assistência Farmacêutica, a presença de dois farmacêuticos para que pudessem estar acompanhando e verificando o banco de preço, pois tem muitos nomes que são bem difíceis da gente entender. Então chamavam os farmacêuticos e eles iam para lá. Eles mesmos faziam as pesquisas, liberavam a senha para eles, mas lá dentro mesmo, no setor de cotação, para poder formar a tabela, que se chama de composição, onde pega banco de preço, BPS, que é o banco de preço e saúde, o site de domínio amplo e outros, para a gente poder tirar uma média, mediana, que nós chamamos. E a partir disso, quando tudo estiver certo, tudo formatado, aqui, insere no processo e manda para a CSL fazer os trabalhos deles lá.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor, após realizar esse levantamento de preço, em que o senhor acabou de dizer, quais eram as fontes de pesquisa que o senhor utilizava? O senhor utilizava alguma técnica de descarte de desconsideração de preço ou o senhor fazia apenas a média em cima de todos os preços que foram levantados?

O Senhor **Gerson Castro** – Como assim descarte? Eu não entendi.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Vamos lá, vou dar um exemplo. O senhor pegou seis empresas cotadas, o senhor descartava a menor e a maior para tirar a média, ou o senhor só somava e dividia entre elas?

O Senhor **Gerson Castro** – Não, não era assim, acho que também não é assim, hoje. É assim, se o mesmo medicamento tem um preço na tabela. Vou abrir um parêntese aqui em relação ao banco de preço. Banco de preço é regionalizado nas cinco regiões. Então, começamos pela região Norte, onde, possivelmente, as licitações que aconteceram nessa região, está dentro da nossa realidade. Então, procuramos primeiro a região Norte, se não tiver, nós vamos para a região Nordeste e depois Sudeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, porque sabemos que somente pega do Sul e Sudeste quando não temos mais. Sendo que, às vezes não pegamos, pois não adianta colocar, porque o preço do Sul e Sudeste é diferente da nossa

realidade daqui. Então, geralmente, buscamos as licitações que já aconteceram aqui na região Norte, para podermos ter um parâmetro melhor de preço, entendeu? Porque se colocarmos do Sudeste e Sul, varia muito o preço. Então, só para responder sua pergunta. O preço de um medicamento no banco de preços é um, coloca lá, BPS, coloca lá, site de domínio amplo, coloca lá, e no final tem uma mediana. Então, soma todos esses daqui e se tem uma mediana e pronto. Temos o limite de uma mediana, que é o parâmetro, e assim sucessivamente, vai até o final, conforme à planilha enviada pelo setor que está solicitando. Conclui-se, terminamos a planilha, inserimos no processo e mandamos para a CSL, para que eles possam estar tomando as providências.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas é justamente em cima disso que estou perguntando. Nessa média, na hora de fazer a soma e dividir para tirar o preço médio, não se descartava o maior ou menor? Vou lhe dizer o porquê, porque isso desequilibra o preço médio. Você pode pegar um preço... vamos dar um exemplo, se forem cotadas cinco empresas, logo... vamos botar no valor de um real, só para entendermos, se as quatro primeiras empresas cotarem a um real, e a última em seis, na hora de tirar o preço médio vai dar dois, sendo que a maioria era um, ou seja, o dobro. É isso que estou falando. A necessidade de descartar o menor e maior preço é para evitar esse desequilíbrio. Então, como o senhor também, no processo não consta os parâmetros que foram utilizados, inclusive a Controladoria alegou isso, que apenas foi afirmado que houve essa consulta de forma ampla, mas no processo não consta as consultas e nem os parâmetros. A Controladoria bateu nisso. A própria Controladoria do Estado afirmou isso.

Outra questão que é apontada pela Controladoria: "o apontamento feito pela Controladoria-Geral do Estado no que concerne à impossibilidade de localizarmos nos autos, qual foi os parâmetros utilizados para obtenção do valor estimado, inicialmente, no valor de quarenta e cinco milhões, não foi suprido pela Sesau, afirmando que o valor obtido foi em diversas fontes, se tratando, pois de uma previsão de quanto será gasto". Não tem no processo. E o que me espanta é ter parecer da Controladoria-Geral do Estado, mostrando essa irregularidade e não foi sanada. Então, por qual motivo não foram colocados esses parâmetros no processo?

O Senhor **Gerson Castro** – Foram dois processos, um para medicamento e outro para material médico hospitalar.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu estou falando de medicamento em que a vencedora foi a Tidimar, valor do processo, inicialmente, cotado de quarenta e cinco milhões.

O Senhor **Gerson Castro** – Esse daí, acredito que foi nessa modalidade. Acredito que foi o único processo, até agora, que eu me lembro que aconteceu dessa forma. Foi o maior percentual, dada à Tabela Simpro e Tabela CMED; isso me lembro. Quando a CGAF fazia o pedido do rol de medicamentos que eles queriam, antes de fazer o pedido para a empresa, eles enviavam para cotação para que a cotação fizesse a parametrização. O que é isso? É justamente fazer essas pesquisas para ver se estava dentro daquele percentual ou não. Às vezes, tinham medicamentos que nós cotávamos mais baratos que o percentual que a empresa estava oferecendo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Isso, inclusive já falei aqui em depoimento que lhe antecedeu da pregoeira, a Senhora Marciana, que o senhor acabou de afirmar o que ela disse aqui, que foi único processo com esse tipo de modalidade. E esse tipo de modalidade é repreendido pelo Tribunal de Contas da União, porque a Tabela CMED chega

a ter dez mil por cento em cima do valor por item, tem item que ultrapassa dez mil por cento. Isso foi comprovado por auditoria do Tribunal de Contas da União. Então ela não é referência, se você pegar um produto que dá dez mil por cento, mesmo que a empresa que ganhe dê duzentos, trezentos, mil por cento, ainda está superfaturado. Então, se abomina essa técnica que foi utilizado.

Para que os colegas possam entender melhor e quem está nos acompanhando, essa parametrização que foi feita, após a vencedora, que no caso é a empresa Tidimar que, inicialmente, estava cotado em R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões) e venceu, salvo engano por R$ 18.770,186,19 (dezoito milhões setecentos e setenta mil e cento e oitenta e seis reais e dezenove centavos). Mesmo ela vencendo, a Sesau apresenta relação de medicamentos que ela tem interesse de comprar e é feito uma nova cotação para uma empresa, e é submetido novamente a uma cotação para nova análise e parâmetros. E essa análise chegou a R$ 12.456.406,78 (doze milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e seis reais e setenta e oito centavos), mas mesmo assim, não é referência para Tabela CMED. E mesmo assim, não há comprovação no processo dos parâmetros utilizados, das consultas feitas. Essa é a questão! Por que não consta no processo se isso deveria estar? Por que não foi feita a correção após a constatação da controladoria? Por que insistir em uma compra de tabela fechada, lista fechada de medicamentos, se isso contraria o entendimento do Tribunal de Contas da União? O senhor teria como responder algumas dessas perguntas?

O Senhor **Gerson Castro –** Tudo é uma sequência e um elo, cada um faz uma parte e o conjunto faz o todo. O senhor colocou de maneira bem ampla o todo, mas, no meu caso específico, eu sou uma parte desse processo. Essa parte que o senhor colocou Tabela CMED eu já tinha lido em relação ao TCU. O TCU tem vários informes que fala sobre a questão da Tabela CMED, porque a Tabela CMED fornece para a América do Sul e para o mundo inteiro. Então foi feito uma auditoria dentro do TCU em relação à Tabela CMED e verificou-se que o preço no Brasil, isso está no informativo do TCU disponível para quem quiser ler, é só consultar que o preço de alguns itens, de algumas medicações da Tabela CMED, feita pela auditoria do TCU, foi comprovado, realmente, que é isso que o senhor está falando aí.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu não estou atribuindo ao senhor a responsabilidade da decisão da Tabela CMED, estou falando dos parâmetros utilizados.

O Senhor **Gerson Castro** – Estou entendendo, vou chegar lá. O que acontece a gente lê e vai sabendo. Essa modalidade que foi colocada na Sesau para que pudesse trabalhar na questão da medicação, para nós, vou repetir o que já falei, no setor de cotação, qual era a função dela? Ganhou a Tidimar, como o senhor disse, a SEGAF fazia o pedido de medicamento que estava dentro da tabela que ela pedia. Quando ela pedia já tinha o percentual que a empresa oferecia de desconto. Essa mesma tabela, já com esse percentual, por exemplo; se era um, deu 20%, então vinha para a gente com oito centavos. Então, esses oito centavos iam para a cotação para ver se esse mesmo item era mais barato ou mais caro. Então, a gente pegava o banco de preço e ia fazer toda a parametrização, e ia dizer: esse aqui está mais, esse está menos. O que a gente aferia ali, devolvia para CGAF ou CSL, não lembro, devolvia o processo para quem solicitou. A partir daí, já não é mais com o setor de cotação, quem vai tomar as providências se vão comprar, ou se vão pedir mais descontos da empresa daquele preço que foi cotado, aí não é mais conosco, porque o setor de cotação fez o trabalho e encaminhou para

outro setor. Como o senhor falou que a controladoria fez essa ressalva, eu não estou sabendo, porque a gente perde, dentro do processo só tenho aquele conhecimento ali. O processo vai seguir e não volta mais para tomarmos conhecimento, só se for com relação à cotação aí, ele volta.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É referente à cotação específica esse apontamento da controladoria. Vou ler para o senhor: "Apontamento feito pela Controladoria-Geral do Estado, no que concerne à impossibilidade de localizar nos autos, qual foi o parâmetro utilizado para obtenção do valor estimado no valor de 45 milhões". Junto a isso, a gente sabe que tem o acordão do TCU nº 2.150/15, que diz, que é imprescindível que os documentos que embasem a estimativa de preços estão disponibilizados nos processos de aquisição. O próprio acordão do TCU diz isso e a Controladoria afirmou. Estou falando referente à cotação. Aí, o senhor me diz se estivesse algum apontamento voltaria para o setor de cotação e o senhor está me dizendo que não teve conhecimento?

O Senhor **Gerson Castro** – Pelo menos que me lembre. Quando a Controladoria ou Procuradoria faz algum apontamento e aquele setor tem que fazer a correção, o setor competente encaminha para o setor para que seja verificada aquela consistência, mesmo porque se não for sanada aquela consistência, a própria Controladoria não deixa ir pra frente o processo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E foi pra frente. Houve a compra e prejuízo enorme para o estado. Tá, a última pergunta que eu teria para fazer é referente ao seguinte. Consta na análise dessa nova pesquisa, que é a parametrização, que noventa e oito itens tiveram preços obtidos em pesquisa com mais de cento e oitenta dias, e que vinte oito itens foram cotados com menos de três fontes de pesquisa, que é o que se recomenda a Instrução Normativa da Secretaria de Logística, que o senhor tem conhecimento muito bem. O senhor, como responsável pela cotação, comprovou e justificou a impossibilidade da cotação em mais de uma fonte, e em contratações com mais de cento e oitenta dias?

O Senhor **Gerson Castro** – Eu não estou lembrado desse processo específico, eu não estou lembrado não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É porque não consta no processo, por isso que eu estou perguntando ao senhor.

O Senhor **Gerson Castro** – Eu não estou lembrado disso não. (...)"

Para terminar, cabe esclarecer que não foi encontrado o endereço e nenhum dos telefones de Dhiogo Neto Silva, sócio da empresa Tidimar, único motivo pelo qual este não foi ouvido pela CPI.

A intimação do sócio da empresa foi a pedido deste Relator, aprovado pelos demais membros. Contudo, com a tentativa frustrada de localizá-lo, causou ainda mais estranheza a empresa Tidimar ser de Minas Gerais e o único processo licitatório que

ocorreu nas mesmas condições também aconteceu no referido estado, havendo indícios assim de fraude à licitação tipificado no artigo 90 da lei 8666.

Isto é, a empresa que aqui ganhou essa licitação é do mesmo estado em que houve uma exceção a nível nacional. Não obstante, não há como aceitar que uma empresa ganhe licitação em Roraima, receba o pagamento, mas o responsável pelo contrato não é encontrado.

6.6 Aquisição de materiais para neurocirurgia e ortopedia, em caráter emergencial, através de consignação, com instrumentais e equipamentos em comodato;

Processo 020601. 009977/18-04

Valor do contrato: R$ 887.930,94 (inicial)

O presente processo tem como objeto a aquisição de materiais para neurocirurgia e ortopedia, em caráter emergencial, através de consignação, com instrumentais e equipamentos em comodato, bem como material de consumo para atender a Secretaria de Estado da Saúde.

Dando início ao volume 1, folha 01, em relação ao PAM sobre o qual é datado do dia 19 de dezembro de 2018. Em seguida, na folha 05, existe um memorando 475/18, de 29 de novembro de 2018, da Diretora Geral do Hospital Geral de Roraima, sra. Marcilene da Silva Moura, informando que já existe um outro Memo 068/2018 – Sala de órtese e prótese e materiais especiais de 27 de novembro de 2018, o qual fala da necessidade dos materiais dos procedimentos cirúrgicos por três meses.

Levando em consideração o que tem escrito no verso da folha 05 pelo Coordenador Geral de Urgência e Emergência – CEGUE, o sr. Pedro Lindemberg Silva Ruiz: "Para abertura de processo, por se tratar de itens essenciais até que se conclua o processo originário para o ano, que se encontra na cotação. Datado de 29/11/2018."

Segue memo 331/2018 – Gerência Técnica/CEGUE – fl.05 informando ao Secretário da época, o Sr. Antônio Leocádio Vasconcelos Filho, sobre a decisão da equipe médica de não confeccionar mapas cirúrgicos, suspendendo as cirurgias em virtude do desabastecimento crítico da SESAU.

É importante frisar que a administração informou que estava fazendo um levantamento no processo licitatório anual de nº 020601.004027/18-30, com o mesmo objeto, de acordo com a fl. 51.

Anexado ao processo, a documentação das empresas classificadas:

Empresa 1: Quantum Empreendimentos em Saúde LTDA EPP - fls. 326 a 384;

Empresa 2: Documentação da empresa Rodrigo Saran Azevedo Eirelli – ME (SAGA MEDICAL) – fls. 385 a 474;

Empresa 3: Pro Saúde Roraima Comercio Atacadista de Produtos Odontológicos Eirelli – EPP – fls. 476 a 541;

Empresa 4: Athena Medic Comércio de Produtos Hospitalares LTDA – fls. 542 a 605;

As propostas de preço apresentadas pelas empresas QUANTUM e PRO SAÚDE foram desclassificadas já na habilitação, restando assim a empresa SAGA MEDICAL classificada em primeiro lugar.

Cabe salientar que é um processo cheio de vícios e erros processuais, sendo observado também que não foi juntado aos autos o comprovante de inclusão da despesa no Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES.

Além disso, foi constatada, durante a instauração do processo, a existência de outros dois com objetos similares a este: Processo 20601.03730/15-88 que trata de eventual aquisição de materiais para cirurgias ortopédicas (valor do processo anual R$ 902.874,07) e o Processo 20601.01012/15-03 que trata da aquisição de implantes e instrumentais em consignação e equipamentos em comodato na especialidade de neurocirurgia (valor do processo anual R$ 792.848,00).

Verifica-se ainda que o valor de R$ 887.930,94 solicitado nesta dispensa de licitação visa atender as necessidades pelo período de 3 (três) meses, enquanto os processos acima citados foram celebrados para atender ao período de 12 (doze) meses.

Continuando a análise, quando da obtenção das propostas enviadas pelas possíveis empresas a serem contratadas, alguns itens encontravam-se superiores aos registrados no banco de preço (fls. 329/335, 338/392, 479/493) mesmo após as tentativas de negociação (fls. 607/608, 616, 620, 656/658, 660/661, 663 e 664), sendo assim o Secretário Adjunto da SESAU solicitou da Gerência de Cotação/GEC/SESAU que anexasse NOVA COTAÇÃO com valores pesquisados com fornecedores, a fim de obter novo parâmetro de preços (fl.694).

Desta forma, observa-se a juntada de 05 (cinco) novas propostas (fls. 727/765) alterando o total estimado para R$ 1.672.196,20 (um milhão seiscentos e setenta e dois mil e noventa e seis reais e vinte centavos), ou seja, um acréscimo de R$ 784.265,26 (setecentos e oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos).

Diante do exposto, é possível afirmar que o valor total a ser contratado era exorbitante quando comparado as execuções contratuais dos exercícios anteriores. A própria Controladoria do Estado opinou pelo não andamento do processo, tendo em vista que já existiam outros processos de objetos similares.

Em relação à aquisição de materiais de órteses, prótese, matérias especiais, para melhor compreensão do porquê de tantos processos, importante esclarecer o seguinte.

No Processo nº **9977/2019**, pedia-se apenas algumas numerações de parafusos (quase 6 mil parafusos de numerações especificas), algumas placas, quando em 99% dos estados brasileiros a compra de material OPME é feita por consignação.

Como devia funcionar: o estado pleiteia junto às empresas fornecedoras que querem fornecer o empréstimo da caixa, contendo martelo, alicate e outros instrumentos necessários à realização de cirurgia, e a consignação das placas e parafusos, de forma que só paga, efetivamente, aquilo que é usado no paciente.

Esse processo foi aberto em janeiro de 2019, pelo Secretário Dr. Ailton Wanderley, sendo **cancelado** no dia 27 de fevereiro de 2019, por comprar fora da Tabela SUS e não haver compatibilidade com os termos da Anvisa.

Isto significa que, quando se fez o processo 9977/2019, os preços foram totalmente absurdos, porque o Governo Federal envia um dinheiro para o estado, através de uma tabela chamada tabela SUS. Como exemplos citados: parafuso custa R$ 15,34 (quinze reais e trinta e quatro centavos) e, naquela época, pleiteava-se comprar parafuso por mais de R$ 50,00 (cinquenta reais); um fixador externo custa R$ 648,11 (seiscentos e quarenta e oito reais e onze centavos) e o estado de Roraima estava comprando através de da empresa Pró Saúde por R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

Posteriormente, em março de 2019, foi aberto o **Processo nº 1698**, também por compra emergencial – quando deveria ter sido através de um processo licitatório regular.

Tal processo foi finalizado 20 (vinte) dias depois, de forma correta, mas desprezou o material que já estava no HGR.

Quatro empresas ganharam no preço abaixo da tabela SUS e deveriam fornecer: Pro Saúde, Nova Médica, Quantum e a JS equipamentos. A Pro Saúde, venceu os lotes 1, 2 e 4, na totalidade; a Nova Médica, venceu o lote 3; a Quantum venceu o lote 5 e a JS equipamentos, venceu o item 43, que acabou restando frustrado.

No entanto, aconteceu que, das empresas que venceram, apenas duas forneceram: a Pro Saúde forneceu um lote e a Nova Médica.

No mês de julho de 2019, foi publicado no Diário Oficial a abertura de um novo processo de dispensa emergencial para compra de OPME, quando já tinha o processo 1698/2019. Assim foi gerado o **processo 5406/2019**, onde se observa as seguintes irregularidades: ao invés de publicar no Diário Oficial, com antecedência, a abertura de um novo processo de compra emergencial, foi publicado em um sábado, dando prazo de 24 (vinte e quatro) horas para as empresas apresentaram em cotação, não havendo assim publicidade naquele ato; ao contrário de abrir um processo licitatório regular, buscou-se exatamente a prorrogação de um contrato emergencial; nesse processo em especifico havia mistura de materiais SUS e não SUS (no caso do SUS, existe uma tabela e, no caso não SUS, é livre demanda o preço a ser praticado).

No dia 7 de agosto de 2019, **o processo 5406/2019 foi paralisado por determinação judicial.**

E mais uma vez, em setembro de 2019, a Secretaria, fez um processo de compra emergencial de **nº 7273/2019**.

6.7 Do processo para aquisição de materiais para cirurgia ortopédicas e neurológicas

Processo nº 20601.01698/19-20

Valor do contrato: R$ 1.392.758,44

Tal processo tem como objeto a aquisição de materiais para cirurgia ortopédicas e neurológicas, através de consignação de implantes, com instrumentais e equipamentos

em comodato, bem como material de consumo por requisição, em caráter emergencial, para atender a Secretaria de Estado da Saúde.

Sua solicitação de abertura teve início em 26 de fevereiro de 2019 pelo PAM 072/2019, através do MEMO 257/2019 CEGUE/SESAU-RR.

O processo, em sua folha 5, relata uma lista de pacientes à espera dessas cirurgias assinada pelo Sr. Edgar Hoover Cruz. Vale ressaltar que nesta listagem existe até paciente aguardando TFD (tratamento fora de domicílio) e mais 187 (cento e oitenta e sete) aguardando estas cirurgias.

Existe sentença (folhas 26 a 30) do Ministério Público Estadual de Roraima, cuja finalidade seria obrigar o Governo do Estado a realizar medidas necessárias para garantir o abastecimento regular, adequado e suficiente de medicamentos e material médico hospitalar do HGR.

Desta feita, o MPE pugnou pela execução da decisão, requerendo para tanto o bloqueio de R$26.322.576,12 (vinte e seis milhões, trezentos e vinte e dois mil, quinhentos e setenta e seis reais e doze centavos) e incluiu a empresa CENTRAL PHARMA – PRODUTOS HOSPITALARES EIRELLI-EPP (folha 27) no presente feito para que esta cumprisse o contrato firmado com a Secretaria Estadual de Saúde, sob pena de multa.

Conforme folha 38, o objeto deste contrato fora dividido em anexos para que tivesse viabilidade técnica. O projeto básico e seus anexos foram anexados às folhas 37 a 115; em seguida, há uma listagem de preços dos materiais licitados do SIGTAP- Sistema de gerenciamento da tabela de procedimentos, medicamentos e OPM dos SUS (folhas 51 a 85), concluindo o valor estimado para esta contratação de R$1.392.758,44 (um milhão, trezentos e noventa e dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), datado de 27 de janeiro de 2018.

Foi emitido o PED na folha 124 no mesmo valor da contratação.

É possível destacar que na folha 214 existe uma solicitação de esclarecimento quanto à divergência dos códigos nos itens 35 e 39, pois apresentam o mesmo código do SUS 07.02.01.009-0, mas a especificação dos itens encontrados é diferente e divergente da tabela CIGTAP.

Seguindo o andamento no processo com o cadastramento de empresas, percebe-se, entre a documentação entregue, algumas pendências:

NOVA MÉDICA COMERCIO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

- Folha 278: SICAF: débitos vencidos com FGTS;
- Folha 279: impedimento de licitar Estado do Pará/ Prefeitura Municipal de Belém;
- Folha 281: certidão de regularidade de natureza tributária constando débitos;
- Folhas 501 e 502: pedido de vistas ao processo pelo Diretor Executivo, Sr. Frederico Aurélio Bispo;

EMPRESA PRO SAÚDE RORAIMA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI

- Folha 449: proposta de preço e itens bem confusa, dados e lotes misturados, não condizendo com a quantidade e o lote solicitado no projeto básico;
- Folha 504: existe um Memo. 010/2019 Sala de órtese, prótese e materiais especiais/HGR/SESAU, assinado pela Enfermeira Dilene Cordovil Araújo, confirmando que os itens não condizem com as especificações do CIGTAP;

O valor estimado da contratação é de R$1.392.758,44 (um milhão, trezentos e noventa e dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais, e quarenta e quatro centavos), conforme a cotação de preço elaborada pelo setor competente da SESAU/RR, acostado nas folhas 167 a 174.

Nota-se que o processo foi enviado à Procuradoria Administrativa no dia 11/03/2019 e teve como saída a mesma data (11/03/2019), quando a Lei complementar 71/2003 estabelece 20 (vinte) dias úteis.

Outro ponto relevante é que este processo foi efetuado como contratação direta, no entanto o entendimento do TCU no informativo Nº 143/2013 assim estabelece: *"o gestor público, quando discordar dos termos do parecer jurídico cuja emissão está prevista no inciso VI e no parágrafo único do art. 38 da lei n° 8.666/93, deverá apresentar por escrito a motivação desta discordância".*

Isto significa que, caso a autoridade contratante venha a discordar dos termos do parecer cuja emissão está prevista no inciso VI e no parágrafo único do art. 38 da lei licitatória, deverá apresentar por escrito a motivação dessa divergência antes de prosseguir com os procedimentos relativos à contratação, arcando, nesse caso, integralmente com as consequências de tal ato.

Como já sabido, a própria Constituição, em seu artigo 37, XXI, acolheu a presunção (absoluta) de que prévia licitação produz a melhor contratação – entendida como aquela

que assegura a maior vantagem possível para a Administração Pública, com observação do princípio da isonomia.

De outra sorte, a própria Constituição se encarregou de limitar tal presunção, facultando contratação direta nos casos previstos em lei. Assim, há duas modalidades de contratação direta definidas em lei: a dispensa e a inexigibilidade.

A dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se objetivamente inconveniente com os valores norteadores da atividade administrativa. Os casos estão, taxativamente, no art. 24 da lei 8.666/93.

Já a inexigibilidade de licitação ocorre pela impossibilidade de competição. As hipóteses estão exemplificadas no art. 25 da referida lei.

Outro ponto a ser lembrado é a submissão da Administração Pública ao princípio da legalidade. Princípio basilar do regime jurídico administrativo.

O contrato 066/2019 segue com assinatura pela empresa **Pro Saúde Roraima Comércio Atacadista de produtos Odontológicos Eirelli**; o contrato 067/2019 segue com assinatura pela empresa **Quantum Empreendimentos em Saúde Ltda EPP**; o contrato 068/2019 segue com assinatura pela empresa **Nova Médica Comércio e Serviços de produtos hospitalares LTDA.**

Na folha 778, há uma nota de esclarecimento informando que o processo prosseguirá com uma ramificação de cada credor:

Credor	Anexo
Nova Médica Comércio e Serviços de Produtos Hospitalares LTDA.	A1
Quantum Empreendimentos em Saúde LTDA. EPP	A2
Pró Saúde Roraima Comércio Atacadista de Produtos Odontológicos Eirelli EPP	A3

E mais. Na folha 788, há um comunicado do Conselho Regional de Medicina de Roraima, informando que os profissionais de saúde do setor de ortopedia não irão realizar cirurgias eletivas que necessitem do uso de fluoroscopia enquanto não forem respeitadas as normas da Legislação Brasileira sobre o assunto (NR 16 e 32, Portaria Anvisa 453/98 e resolução do CNEN 164/14).

Apenas para esclarecer, a fluoroscopia é uma técnica de imagem comumente utilizada na medicina para obter imagens em tempo real em movimento das estruturas internas de um paciente através do uso de um fluoroscópio.

O exame de fluoroscopia consiste em um método de imageamento que permite ver o paciente através de raios-X com alta resolução temporal. São feitas imagens a 30 frames por segundo, o que possibilita gravação das imagens com alta qualidade, caso seja necessário.

Ainda, informa que os aventais de chumbo adquiridos pela SESAU e que foram colocados para uso da equipe são inadequados para uso diante das especificações:

- Possuem etiqueta com data de fabricação de março de 2016, sem ter a data de validade escrita no espaço adequado;
- A vida útil mostra que os aventais são de dois anos e que esta depende em grande parte do armazenamento e conservação;

Não obstante, a ANVISA define que testes anuais devem ser feitos para verificar a eficiência dos aventais, entre outras situações apresentadas no comunicado (fl.788).

Segue fl.793 – Ofício 009/2019 QUANTUM EMPREENDIMENTOS LTDA, tendo como objetivo apresentar uma rescisão contratual em virtude de desequilíbrio econômico-financeiro.

Por oportuno, cabe destacar os artigos 66 e 67 da lei federal licitatória:

> Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
> Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Dos fatos: a empresa Quantum e a SESAU estão em desconformidade em relação ao quantitativo de clips a serem entregues.

Compulsando os autos, observa-se também:

- A Empresa Quantum – venceu o LOTE 05 – assinou o contrato (fls. 680/688) e, posteriormente, solicitou rescisão contratual (fls. 793/796). Neste caso, consta despacho do gestor a época (fls. 768/769) para a convocação do segundo colocado, bem como o parecer da Procuradoria Geral do Estado (fls. 806/810) sobre a possibilidade dessa convocação e aplicação de penalidade a empresa;

- A Empresa Nova Médica – venceu lote 03 e os itens do anexo II. Em seguida, solicitou desistência dos itens vencidos (anexo II – fls. 704). Entretanto, não consta nos autos o contrato assinado pelo fornecedor referente aos demais itens e ao LOTE 03;
- A Empresa Pró Saúde – venceu os LOTES 01, 02, 04 – assinou contrato (fls.689/698) e solicitou ALTERAÇÃO CONTRATUAL (fls. 782/784) referente ao lote 01, com a exclusão do equipamento em comodato que faz jus ao LOTE 01;
- A Empresa JS Equipamentos (NOVAMAX) – venceu os ITENS 40 a 52, entretanto não consta nos autos o contrato assinado pela empresa, constando apenas uma notificação fls. 828.

Observa-se que nas situações referentes aos itens 2,3 e 4 não existe decisão da CGUE e tampouco do Secretário de Saúde sobre qual procedimento deve ser adotado.

6.7.1 Processo A1: NOVA MÉDICA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

O processo termina o volume 01 e inicia o volume 02 discutindo a anulação do processo 020601.009977/18-04 SESAU, cujo objeto é aquisição em caráter emergencial de materiais para neurocirurgia e ortopedia, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato e insumos para atender a Secretaria de Estado de Saúde.

Ainda assim, importante lembrar que a empresa Nova Médica foi notificada pela inadimplência na entrega dos materiais, nos termos do contrato 068/2019 (fls.214/222).

Nesse caso, a aplicação de sanção administrativa é obrigatoriedade da administração contratante. Tem previsão no art. 58, IV e art. 87 e seus incisos da lei geral de licitação, visando, com caráter repressivo e pedagógico, preservar o interesse público quando este é abalado por atos ilícitos cometidos por fornecedores que frustrem os objetivos da licitação ou da contratação.

Pois bem, a decisão de aplicação ou não de penalidade à empresa contratada cabe exclusivamente à autoridade contratante, no caso, o Secretário de Saúde que pontuará acerca do atraso ou da inexecução (parcial ou total) do contrato, afirmando ou não a ocorrência de prejuízo para o Estado, desde que devidamente comprovado nos autos e respeitado o princípio da proporcionalidade. Caso assim entenda, poderá aplicar uma das penalidades previstas na cláusula oitava do contrato 068/2019 (fls. 219/220).

No entanto, não houve no presente caso manifestação quanto ao interesse do gestor do contrato sobre qual penalização aplicar a empresa como mostra a fls. 234 do processo A1.

Dando seguimento a análise do processo, percebe-se que na folha 236 existe notificação da Diretora do Departamento de Assistência Hospitalar, Sra. Mariana de Sá Lima, juntamente com a fiscal do processo, a Sra. Eneida Melo de Sousa, quanto a não entrega de materiais e a falta de reposição, fazendo com que as cirurgias fossem canceladas.

As folhas 242 e 248 seguem o mesmo sentido: falta de materiais e a não reposição de parafusos; falta de material conforme o solicitado; e desabastecimento de caixas cirúrgicas ortopédicas.

Memorando 47/2019 do Coordenador do Serviço de Ortopedia/HGR, fl. 252, informa novas faltas de materiais, agora caixas de implantes, e ressalta que a empresa está fornecendo vários modelos de placas das quais não foram contemplados no contrato, ficando claramente impossível oferecer uma assistência minimamente adequada para os pacientes que já estão em listas de espera pela cirurgia.

Restou evidente que esta empresa apresentou dificuldade em cumprir o contrato ora firmado com a SESAU. Prova disto é que, nas fls. 332/335, o pedido da empresa é para que o contrato seja cancelado e que a contratada seja isenta de qualquer responsabilidade em relação ao ocorrido, requerendo ainda a devolução dos produtos consignados e comodatos perante a Secretaria.

E, assim, encerra se o volume A1.

6.7.2 PROCESSO A2: QUANTUM EMPREENDIMENTOS EM SAÚDE LTDA EPP.

Contém somente as documentações, contrato em relação à empresa e a SESAU e documentação pedindo a desistência do contrato. Apenas o volume 1.

6.7.3 PROCESSO A3: PRÓ SAÚDE RORAIMA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELLI EPP.

A folha 226 traz uma documentação assinada pela fiscal do processo, Sra. Eneida Melo de Sousa, informando que o material foi entregue de forma extemporânea, tendo em vista o término do prazo de 5 dias corridos que foi dado à empresa para tanto.

A empresa também entregou fixadores externos de marca divergente ao contratado, não foi entregue fixador externo híbrido e nada foi entregue referente ao lote 1 (hastes).

Além disso, foi informado no referido documento que a empresa entregou caixas incompletas com os implantes/instrumentais necessários ao manuseio do implante ortopédico e foram entregues quantidades divergentes (A MENOR) mesmo com a requisição elaborada pelo corpo técnico do HGR.

Na folha 228, o Diretor do HGR, Sr. Elias Carvalho Sousa, repete que a empresa não entrega os materiais na sua totalidade.

Na folha 229, o Coordenador de Serviço de Traumatologia e Ortopedia – HGR informa que outros materiais, como hastes intramedulares de fêmur e tíbia, igualmente não foram entregues.

Fl. 235 - Existe uma requisição de forma clara e objetiva dos materiais que não foram entregues.

Fl. 230 – Ofício 76/2019 SESAU/CGUE- 1º Notificação – Onde a SESAU se manifestou quanto a não entrega do material e a marca ter sido divergente daquela contratada.

Fl. 248 – Documento da Diretora do Departamento de Assistência Hospitalar, Sra. Mariana Damascena de Sá, informando que foram entregues pela empresa os itens em desacordo com a marca proposta, alegando que não houve alteração de qualidade e nem prejuízos, mas lembrando que esta decisão foi tomada somente pela parte da contratada.

Novamente no dia 27 de março de 2019 a Empresa Pró Saúde Roraima entrega materiais que não estão em acordo com o contrato, conforme a documentação assinada pela fiscal do processo, a Sra. Eneida Melo de Sousa.

Memorando 330/2019/DIREÇÃO GERAL/HGR/CGUE/SESAU – datado do dia 20 de maio de 2019, repete a mesma situação quanto a entrega de material divergente, material de marca diferente ou pior e material com quantitativo menor ao que foi solicitado.

Mais uma vez, resta demonstrada a falta de controle nas contratações feitas pelo estado, bem como na execução deles, visto que empresas se consagram vencedoras da licitação, mas não conseguem entregar o objeto contratado, solicitam rescisão e não há nos autos a aplicação das penalidades contratuais.

6.8 Do processo para aquisição de materiais para buco maxilo facial em consignação, com instrumentais e equipamentos em comodato, para atender o Hospital Geral de Roraima

Processo nº 20601.01202 /18-91

Este processo tem como objeto a aquisição de materiais para buco maxilo facial em consignação, com instrumentais e equipamentos em comodato, para atender o Hospital Geral de Roraima – HGR. Sua solicitação de abertura ocorreu em 07 de fevereiro de 2018 pelo PAM 033/2018, através do MEMO 056/2018 CEGUE/SESAU-RR.

O que mais chama atenção no referido processo refere-se aos valores dos materiais adquiridos muito distantes dos sugeridos pela tabela do SUS. Exemplo disso é o Parafuso cortical material em titânio, diâmetro de 1.5mm, cód. SUS 07.02.02.021-4: valor da aquisição R$ 51,75 (cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos), Tabela SUS R$ 18,06 (dezesseis reais e seis centavos), ou seja, quase três vezes mais. E isso segue na maioria dos itens de aquisição.

Ao final, percebe-se uma diferença entre a Tabela do SUS e valor praticado no montante de **R$ 1.956.262,20** (um milhão novecentos e cinquenta e seis mil duzentos e sessenta e dois reais e vinte centavos) nos itens analisados.

Portanto, em relação a todos esses processos para aquisição de materiais, com instrumentais e equipamentos, sugerimos que à SESAU proceder a um processo licitatório regular, utilizando-se a tabela SUS como parâmetro e considerando o material existentes no HGR.

6.9 Do processo para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Manutenção Preventiva e Corretiva dos equipamentos de rádio imagem das Unidades de Saúde da Capital e Interior do Estado de Roraima;

Processo 020601.06860/16-80

Temos que o MEMO nº 306/2016 de 17 de junho de 2016 tem data anterior ao PAM (27 de junho de 2016), não havendo cronologia dos fatos.

242

Fl. 05 – No Projeto Básico Nº 09/2019- CGAE/SESAU consta alteração do objeto previsto na fl. 01, Pedido de Aquisição de Material/Serviço - (PAM), acrescentando "reposição de peças originais ou similares";

Fl. 12 – No item 17.1 do Projeto Básico consta Elemento de despesa – 339032/339030, divergindo daquele constante na fl. 01, Pedido de Aquisição de Material/Serviço -PAM, que consta 339039/339030;

Fl. 36 – No despacho da Assessoria Técnica do Gabinete da SESAU, encaminhado à Gerência Especial de Cotação GEC/CGPLAN, consta o objeto divergente do Projeto Básico fl. 05;

Fl. 38 - A publicação do aviso para cotação prévia de preços abrange chamamento de fornecedores que não são do ramo do objeto licitado;

Fl. 92 – Na "autorização" do Presidente da CSL/SESAU/RR consta que o objeto do processo seja licitado na modalidade PREGÃO NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO na forma ELETRÔNICA;

Fls. 93 a 102, 183 a 260 - Observou-se que o Ofício nº 195/2016, de 06 de junho de 2016, e a Proposta da Empresa AMPLOMED LTDA não seguiram a cronologia dos fatos;

Fl. 103 – A Minuta do Edital item 1.1 determina que a modalidade de licitação será PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO, por LOTE, divergente do constante da fl. 92;

Fls. 103 e 120 – Na Minuta do Edital item 2.1. - Dotação Orçamentária e Projeto Básico item 17.1. constam ND 3390.30/ 339032, divergente do constante da fl. 02 – MEMO nº 306/2016, de 17 jun 19, ND 3390.30/3390.39;

Fl. 287 – Ata de Realização de Pregão Eletrônico, extraído do sistema COMPRAS NET, do Item I Grupo I – Manutenção de Material Hospitalar, consta a recusa da proposta. FORNECEDOR: CONSULTEC MEDICAL LTDA – EP, CNPJ/CPF: 21.148.864/0001-25, pelo melhor lance de R$ 999,99. Motivo: o licitante não atendeu as exigências do Edital nos itens: 12.1., 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4, 12.3.5, 12.3.6, 12.3.7, 12.3.8 e 12.3.11;

243

Fl. 421 - O sistema do SITE COMPRAS NET apresentou no dia 08/08/16, às 11:20:37, a seguinte mensagem: "Sr. fornecedor CONSULTEC MEDICAL LTDA-EPP, CNPJ/CPF 21.148.864/00001-25, solicito o envio do anexo do G1";

Ainda assim, o Pregoeiro às 11:23:08 emitiu a seguinte mensagem para a empresa CONSULTEC MEDICAL LTDA-EPP – "Sr. licitante, conforme Edital para de 2 horas, para apresentação de proposta e documentação, podendo ser enviada, via sistema COMPRASNET, e Email:csl.pregao@csl.gmail.com, ou presencial no endereço constante no instrumento convocatório".

O sistema às 13:10:45 - "Sr. Pregoeiro, o fornecedor CONSULTEC MEDICAL LTDA-EPP, CNPJ/CPF 21.148.864/00001-25, enviou o anexo para o Grupo 1".

Fl. 539 – A licitação foi realizada com preço estimativo formado por cotação apenas com empresas sediadas em Manaus, conforme planilha nº 45, ratificada pelo despacho nº 125/2016-PGE;

Fl. 539 – O Parecer da Procuradoria – Despacho 125/2016 – determina que os autos sejam encaminhados à Gerência Especial de Cotação GEC, para pesquisa e coleta de preço similares ao licitado, utilizando ferramentas Banco de Preços adotado nessa SESAU, como mecanismo padrão aos objetos postos a licitação;

Fl. 804 – A Nota explicativa do Pregoeiro Pedro Lindemberg Silva Ruiz consta o valor total da licitação de R$ 55.000.0001,20 (cinquenta e cinco milhões e um real e vinte centavos), entretanto na mesma folha – quadro resumo consta o valor de R$5.550.001,20 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta mil, e um centavo), referente à manutenção preventiva e corretiva com troca de peças por 12 meses, isto na capital e interior;

Fls. 906 a 916 – Nova proposta incluída no processo com redução no valor da manutenção preventiva de R$ 3.700.000,80 para R$ 3.659.626,44; Manutenção corretiva 50% de R$ 1.850.000,40 para R$ 1.829.813,22, total do novo valor R$ 5.489.439,66 para 12 meses, sem qualquer cronologia dos fatos;

Fl. 917 – Verificou-se que no Termo de Juntada por anexação consta o número do processo 20621.006068/16-00, ao invés de 20601.006860/16-00;

244

Fl. 918 – Na ata Registro de Preço, devidamente assinada, consta no preâmbulo o número do processo escrito errado (20621.006068/16-00, ao invés de 20601.006860/16-00);

Fl. 929 – Verificou-se que na folha 929 consta também o carimbo nº 930, dando sequência a folha 931, caracterizando a inexistência da folha 930;

Fl. 1213 – No Processo 020601.006 860/16-80 há declaração de que ele foi publicação no DOE/RR e no Jornal Folha de Boa Vista, teve seu aviso de licitação publicado nessa data na forma da Lei, mas não consta as referidas cópias do DOE e do Jornal;

Fls. 1213 e 1214 - As folhas 1213 e 1214 encontram-se em duplicidade;

Fls. 1217 e 1220 – Da relação constante nas folhas 1217 a 1220 houve supressão dos itens 1.75 – Aparelho de Tomografia Computadorizada, 1.76 – Mesa de Comando CT e 1.77 – Estabilizador Estático de Tensão do Ctcom constante da Relação das fl 918 a 925 - ATA Pregão Eletrônico 056/2016;

Fls. 1232 a 1333 – Houve um erro na sequência da numeração do processo: da folha 1232 a seguinte passa a ser folha 1333, continuando 1334, 1335 e assim por diante, uma diferença de 100 (cem folhas);

Fl. 1350 – No contrato consta a dotação orçamentária elemento de despesa 33.90.32 e não 33.90.39, conforme consta a folha nº 2 do processo;

Fls. 1371 a 1378; 1432 a 1436; 1471 a 1477, 1647 a 1650, 1700 a 1703, 1705 a 1707, 1742 – verificou-se que os Relatórios de Manutenção Preventiva Média e Alta Complexidade 30 Dias e Relatório de manutenção preventiva Baixa complexidade 60 Dias, referentes aos meses de outubro, novembro, dezembro de 2016 e janeiro, fevereiro, março de 2017 se encontram de forma genérica, sem data e assinatura do responsável pela empresa e fiscal do contrato;

Não consta relatório individual do serviço executado, tanto da preventiva como na corretiva, com as devidas assinaturas (técnico, fiscal de contrato e responsável pelo equipamento conforme contrato).

245

Fls. 1382 a 1392 – Nas ordens de serviço corretiva, folhas 1382, 1385 e 1388, constam autorização do coordenador da CGAE e não do Secretário de Saúde do Estado do Roraima;

Foi verificado também que, no campo serviço realizado da Ordem de serviço, das folhas 1382, 1385 e 1388, foram preenchidas pela mesma pessoa que emitiu as ordens de serviços corretivas e não pelo técnico que atendeu o Sr. Erick Wolbey Berger, coordenador operacional da AMPLOMED.

Fls. 1490 e 1491 – A Declaração de Despesas de Exercício Anterior, feita pelo Secretário de Saúde do Estado, o Sr. Cesar Ferreira Penna de Faria, consta a importância de R$ 297.436,80, na fonte 107 e R$ 145.105,92 na Fonte 109, datado de 23 janeiro de 2016 e não de 23 de janeiro de 2017;

Fls. 1544, 1546 e 1548 – Deixaram de constar a rubrica do encarregado do processo;

Fls. 1545, 1547 e 1549 - a folha 1545 encontra-se no verso da folha 1544 e sem assinatura no carimbo; folha 1547 encontra-se no verso da folha 1546 e sem assinatura no carimbo; folha 1549 encontra-se no verso da folha 1548 e sem assinatura no carimbo;

Fl. 1564 – No MEMO 059/17 de 14/03/2017, da CSL/Pregoeiro Encaminhado à coordenadoria de assistência CGAE/SESAU, o item assunto consta o nº do processo 020601.006068/16-80 e não o do processo 020601.006860/16-80;

Fls. 1587, 1590, 1593, 1597, 1600, 1603, 1606, 1609, 1613, 1616 e 1619 - nas Folhas de Serviço Corretivo não consta a descriminação do serviço realizado, bem como a assinatura do responsável pela Unidade HGR;

Fls. 1589, 1592, 1602, 1750, 1753, 1756, 1920, 1921 e 1924 – nos orçamentos da empresa KONICA MINOLTA não constam as datas de expedição;

Fl. 1594 – A proposta de preço nº 014/2017, da Empresa Amplomed, de 07 fevereiro, consta o preço da peça Station Work (CPU/Monitor/Mouse/Teclado) no valor unitário de R$ 17.989,00 (dezessete mil novecentos e oitenta e nove reais) com o desconto de 6% (seis porcento) no valor de R$ 1.560,00 (um mil quinhentos e sessenta reais), perfazendo o valor total de R$ 24.440,00 (vinte quatro mil

246

quatrocentos e quarenta reais), quando deveria ser o desconto de R$ 1.079,34 (um mil setenta e nove reais e trinta e quatro centavos) perfazendo um total de R$ 16.909,66;

Fls. 1800 a 1802 – Na folha 1800 consta a data do chamado da empresa Amplomed, em 9 maio 2017, para a realização do serviço e no campo "serviço realizado" a referida empresa atesta que foi substituída e instalada a nova peça (ampola), mas na folha 1801 consta proposta de preço da Empresa Amplomed datada de 3 julho de 2017 e na folha 1802 o orçamento da empresa PHILLIPS, de 6 de maio de 2017, não havendo a menor cronologia dos fatos;

Fl. 1804 – Verificou-se que na ordem de serviço de manutenção corretiva, datada em 26 de junho de 2017, não há assinatura do responsável pela unidade;

Fls. 1804 a 1806 – Ordem de Serviço de manutenção corretiva datada de 22 junho 17, a Proposta de Preço nº 025/17 da empresa Amplomed datada de 03 de julho 2017 e o Orçamento da Empresa SAYAE TECNOLOGIA LTDA datada de 22 junho 2017, não havendo cronologia dos fatos;

Fl. 1885 a 1887 – Na proposta de preço da Empresa Amplomed Ltda não consta data de emissão;

Fl. 1899 – Na Ordem de Serviço corretiva, datada de 15 maio de 2017, falta assinatura do gerente responsável pela Unidade;

Fls. 1891, 1893, 1895, 1899 e 1903 – Todas as ordens de Serviços/Manutenção corretivas, com data de chamada nos dias 11, 16 e 26 do mês de maio de 2017, fazendo parte da prestação de contas referente ao mês de julho 2017, conforme folha 1883;

Fls. 1906, 1910 e 1912 - Todas as ordens de Serviços Manutenção corretivas, com data de chamada em 20 abril 2017, fazendo parte da prestação de contas referente ao mês de julho 2017, conforme folha 1883;

Fls. 1975 a 1978 – Na Tabela de Cotação de Preços constam apenas duas propostas e não três como previsto;

247

Fls. 2060, 2063 e 2066 – Cotação da Empresa SUL -Processadores -Peças– Serviços, sem data de expedição e não contempla a placa eletrônica;

Fl. 2164 – No Despacho da CGPLAN consta que o demonstrativo é referente ao mês de outubro de 2017, no entanto refere-se ao mês de novembro de 2017;

Fl. 2166 – O Despacho da Controladoria no item 1: "*O pagamento da Nota Fiscal fica condicionado à juntada aos autos de esclarecimento relativo ao faturamento em desacordo com estabelecido na cláusula Segunda, item 2.1, do contrato (forma de execução de 60 dias), considerando o faturamento em outubro/17 (NF 419) e Novembro/17 (fl 728), dos itens 1.143, 1.144, 1.145, 1.147 e 1.148*". Serviços que deveriam ser realizados a cada 60 dias, conforme cláusula Segunda do item 2.21 do contrato; na fl. 2168 consta Carta de Correção da empresa Amplomed, reconhecendo o erro do lançamento de R$ 224.433,59 para R$ 217.096,30, com a diferença a ser restituída de R$7.337,29, porém nas folhas 2190, 2191, 2194, 2195 e 2197, OB nº 20601.0001.17.20119-6, OB nº 20601.0001.17.20115-3, OB nº 20601.0001.17.20118-8, OB nº 20601.0001.17.201196-1 e OB nº 20601.0001.17.20117-1, no valor total pago R$ 224.433,59 (duzentos e vinte quatro mil quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e nove centavos);

Fl. 2370 - A Ordem de Serviço de Manutenção Corretiva do Aparelho de Hemodinâmica Sub Item 1.5 Centro de Cardiologia e Diagnóstico por Imagem (CCDI) diz que a data do chamado para a manutenção corretiva foi solicitada no dia 25/10/2017, mas o serviço foi realizado em 21/03/2018. Entretanto, está previsto em contrato que a manutenção deve ser em até 48 horas após a emissão da Ordem de Serviço, conforme previsto no item 4.2 da Cláusula Quarta – Do Prazo de Execução dos Serviços;

Fl. 2532 a 2533 – Verificou-se que na Planilha de Manutenção Preventiva de Alta e Média Complexidade 30 dias não consta o visto da Empresa Amplomed, sem data de expedição e apenas visto do Fiscal de Contrata da SESAU na última folha;

Fls. 2412 a 2414, 2416 a 2418, 2536 a 2537 - Verificou-se que na Planilha de Manutenção Preventiva de Baixa Complexidade 60 dias não consta o visto da

248

Empresa Amplomed, sem data de expedição e apenas visto do Fiscal de Contrato da SESAU na última folha;

Fls. 2589, 2592, 2593 e 2594 – A Ordem de serviço de manutenção corretiva do Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Nazaré – HMINSN, sub item 1.5 – Aparelho Raio X portátil NA-200, Ordem enviada em 25 de maio de 2018, serviço executado na mesma data;

Fl. 2590 – proposta de preço da empresa Amplomed Ltda, nº 074/18, datada de 24 junho de 2018;

Fl. 2591 - Orçamento da empresa SAWAE TECNOLOGIA LTDA, datado de 25 julho de 2018, serviço executado dois meses após a solicitação do serviço, não havendo cronologia dos fatos;

Fl. 2600 - Ordem de Serviço Manutenção Corretiva emitida em 11 junho 2018 - Aparelho de Tomografia Computadorizada – marca PHILLIPS modelo Brilliance 6 - Tombo 358557, código 1.21 e na fl. 2601 consta a Proposta de preço da empresa AMPLOMED nº 70/2018, datado de 20 junho 2018, ou seja, orçamento após a execução do serviço;

Fl. 2602 - orçamento da empresa PHILLIPS no valor R$ 33.965,15 (trinta e três mil, novecentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos), datado 17 junho 2018, ou seja, fornecido após a execução do serviço, não havendo assim cronologia dos fatos;

Fl. 2979 - Ordem de Serviço Manutenção Corretiva emitida em 05 janeiro 2019 - Aparelho de Tomografia Computadorizada – marca PHILLIPS modelo brilliance 6 –Tombo 358557, código 1.21 e na fl. 2980 - Proposta de preço da empresa AMPLOMED nº 01/2019, datado de 01 janeiro 2019: peça – 01 (um) - Módulo Eletrônico CT Brilliance 6 slice valor R$ 9.665,59 (nove mil seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos);

Fl. 2981 - Orçamento da empresa PHILLIPS, no valor R$ 9.665,59 (nove mil seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), datado em 26 setembro 2018, 3 (três) meses antes da execução do serviço, havendo assim uma diferença de preço com relação ao orçamento (fl. 2602) de R$ 24.299,56 (vinte

249

quatro mil, duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis reais), o que configura dano ao erário;

Fls. 2606, 2614 - Na ordem de serviço de manutenção corretiva de 10 julho 2018 não consta a assinatura do responsável pela unidade;

Fls. 2744 a 2747 e 2748 a 2751 – Verificou-se o parecer da Procuradoria do Estado em duplicidade;

Fls. 2876, 2880 e 2881, 2886, 2888 e 2890 - Notas de Ordem Bancária sem assinatura do Liberador do Pagamento (Ordenador de Despesas);

Fls. 2896, 2897, 2898, 2899, 2925, 2995, 2997, 2999, 3031, 3032, 3034, 3038, 3039, 3040, 3041, 3043, 3044, 3046, 3047, 3050, 3051, 3053, 3055, 3102, 3104 e 3106 - Notas de Ordem Bancário sem assinatura do Liberador do Pagamento (Ordenador de Despesas) e sem assinatura do Chefe do Setor Financeiro;

Fl. 2928 – Verificou-se uma decisão do Secretário de Saúde, Sr. Ailton Rodrigues Wanderley, no sentido de, havendo disponibilidade financeira ainda que parcialmente, a fim de priorizar o funcionamento dos serviços de saúde mais essenciais e urgentes, autorizar a quebra de ordem cronológica para pagamento de prestador de serviço específico, em razão da existência de relevantes razões de interesse público, datado de 16 de janeiro de 2019;

Fls. 2930 e 2943 - Novas decisões do Secretário de Saúde, Sr. Ailton Rodrigues Wanderley, no sentido da anterior, ou seja, priorizar os casos imprescindíveis para manter o funcionamento dos serviços de saúde mais essenciais e urgentes, autorizando a quebra de ordem cronológica para pagamento de prestador de serviço específico, em razão da existência de relevantes razões de interesse público, datadas de 31 de dezembro de 2018 e 08 de fevereiro de 2019;

Portanto, resta demonstrado os erros formais encontrados, como cronologia dos fatos, faltas de folhas, numeração repetidas, ausência de rubricas, volumes com mais e outros com menos de 200 folhas e diversos carimbos em uma única página.

7. DAS CIRURGIAS BUCO – MAXILO – FACIAIS

De acordo com documentos analisados e testemunhas ouvidas por esta CPI, restou claro a conduta irregular por profissionais no HGR em relação às cirurgias buco-maxilo-faciais, especialmente em relação aos profissionais da saúde Daniel do Carmo Carvalho, Rodrigo da Franca Acioly e Dennis Dinelly de Souza.

O esquema criminoso de superfaturamento funcionava da seguinte forma: com o pretexto da falta de materiais (o que nem sempre procedia), muitas cirurgias deixaram de ser realizadas pelo SUS, tendo os pacientes que recorrer ao Poder Judiciário. O Ministério Público então autorizava a realização desses procedimentos na rede privada.

Para tanto, tornava-se necessário apresentar três orçamentos distintos. Ocorre que todas as estimativas de custos que chegavam ao referido órgão eram provenientes das clínicas particulares desses mesmos profissionais, com preço até três vezes maiores que os valores praticados em outras.

Nas palavras de uma testemunha ouvida, temos que *"(...) O paciente chegava, precisava da cirurgia, diziam que não tinha material. Às vezes, realmente não tinha o material, mas às vezes tinha. Diziam que não tinha material para operar, mandavam o paciente procurar a justiça. O paciente procurava a justiça e aí eles faziam o orçamento. Porque, na justiça, você tem que dar três orçamentos (...) A gente via o seguinte, quando a gente via os pacientes, no final, os pacientes já apareciam com esses orçamentos. Não sei, sempre das clínicas particulares deles, não era nem de dentro do HGR. Eu não sei como te dizer se além da doutora Jeanne, ia para outro lugar, não sei te dizer, mas só sei que a gente ficava sabendo, quando aparecia os três orçamentos, sempre dos três. Aí, um colocava um valor, vou dizer, um valor fictício, de 60 mil, o outro de 64 e o outro de 68. Era sempre assim para cair em um dos três."*

Ou seja, mesmo com mais clínicas especializadas em Boa Vista – RR, apenas três eram escolhidas, o que comprova que O ESQUEMA DENTRO DO HGR ENVOLVENDO CIRURGIÕES DENTISTAS CONSISTIA EM, BENEFICIANDO-SE DA SUSPOSTA FALTA DE MATERIAL, ANGARIAR OS PACIENTES ATENDIDOS INICIALMENTE NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE PARA CLÍNICA PARTICULAR.

Entre os depoimentos mais importantes, destacamos os das senhoras Silvana Ruiz da Silva e Juliene Monauer Amorim, as quais chegaram a assumir a coordenação do setor de buco-maxilo, que foram ouvidas em 29/07/2020, no Plenário desta Casa Legislativa.

O primeiro deles, o da **Silvana Ruiz da Silva**, traz à tona que só três buco-maxilos-faciais atuavam: Rodrigo, Dennis e Daniel Carvalho e os valores superfaturados das cirurgias judicializadas. Também confirma que, muitas vezes, alegavam a falta de material dentro do HGR quando tinha disponível e que foram feitas várias denúncias ao Ministério Público e nada foi feito. Vejamos:

"(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** – Lá no setor de bucomaxilo, quais as funções que a senhora desempenhou na coordenação?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Então, eu vou fazer um breve relatório se vocês me permitirem.

Eu fui criada aqui em Boa Vista. Sou de Manaus, mas fui criada aqui. Retornei ao estado depois que terminei a minha especialização. Eu estava morando em Manaus. Fiquei aqui 04 anos tentando entrar nessa cooperativa e nunca conseguia, porque era um grupo fechado, a cidade inteira sabe, e esse grupo não deixava ninguém entrar, com a justificativa de que só poderia entrar no HGR quem fosse concursado. Então, fiquei 04 anos tentando e não consegui. Após esses 04 anos, depois de muita insistência, muita luta, eu consegui entrar. A partir do momento em que eu entrei, o então coordenador, doutor Rodrigo Acioly, me colocou para o CEO e para o HGR. Eu não podia entrar no centro cirúrgico, não tinha plantão, não tinha escala, não tinha nada, porque eles diziam que só poderia entrar no centro cirúrgico e na escala quem fosse concursado e mesmo eu sendo da cooperativa, eu não tinha essa direito. Então, me colocaram 20 horas para eu ficar no CEO, Centro de Especialidades Odontológicas lá no Pintolândia e 40 horas na prescrição. Era só isso, eu não podia fazer mais nada. Eu não tinha o direito de entrar no centro cirúrgico e nem de estar no plantão.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O que a senhora tem para relatar sobre as denúncias que envolvem essas cirurgias de bucomaxilo?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Então. Aí consegui entrar na cooperativa, como falei para vocês, depois de muita luta. Após três meses em que eu estava na cooperativa, a então governadora Suely Campos, me convidou para eu assumir a coordenação, porque estava tendo problema com o atual coordenador, que estava fazendo campanha para um candidato ao senado. Inclusive, a esposa de um desses colegas era suplente desse então senador. Estavam fazendo campanha dentro do HGR.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Qual senador?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Mecias de Jesus.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A coordenadora ou a esposa do coordenador?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Não. A suplente dele é a esposa do doutor Rodrigo, que era o coordenador.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Como é o nome da suplente?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Roberta Acioly.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Roberta Acioly?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Inclusive eu tenho o print do nosso grupo do HGR, ele chamando para fazer reunião, pedindo para votar. Então, eu tenho como provar.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tá. A senhora Roberta Acioly é esposa do Rodrigo?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Do Rodrigo, que era o coordenador.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Que era o coordenador?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Isso. O coordenador que foi substituído por mim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Certo. Pode continuar.

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Aí eu assumi essa coordenadoria por 40 dias. E eu digo para vocês que foram os piores 40 dias da minha vida, porque foram 40 dias de difamação desses colegas, que eu fico muito triste, porque eles não têm ética. Só quem opera na cidade, sãos os três, os outros bucomaxilos não prestam. Era uma pressão grande. As mesmas coisas que estão fazendo hoje com a atual coordenadora, fizeram comigo. Diziam que eu não tinha o CRO, que eu não era especialista, que eu não operava, a mesma ladainha.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora tem CRO?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Tenho. Tenho CRO. Tenho título de especialista, tenho tudo. Sou tão bucomaxilo quanto eles, opero tanto quanto eles.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O seu título de bucomaxilo é registrado também no CRO?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Registrado também no CRO.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Pode continuar.

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Foram os piores 40 dias da minha vida. Decidi me afastar porque eu via um monte de irregularidades, eu e os outros colegas. Era um grupo de seis, sete, mais ou menos e daí era rachado. Tinha esses três que tinham sempre a prioridade de tudo e o restante ficava de lado. Eu e os outros colegas começamos a ver que a gente não podia deixar aquilo acontecer. E o que acontecia? Pacientes largados, cirurgias com valores exorbitantes, que não existem. Se vocês procurarem em todos esses....

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Vamos com calma. Valores exorbitantes. O que a senhora atribui a um valor exorbitante?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Uma cirurgia do CZO, Complexo Zigomático Orbitário, que seria fratura desse osso da face. Uma cirurgia dessas em São Paulo, vamos colocar aqui, onde os valores são mais elevados, de honorários, sairia no máximo 25 mil. Colocando muito. Aqui, a cirurgia saia, judicializada, de paciente do Hospital Geral de Roraima, por 60, 68, até mais. Então, foram cirurgias caríssimas, que não era a realidade do mercado, não só de Boa Vista, Manaus, São Paulo, do Brasil inteiro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Deixa eu perguntar uma coisa para a senhora, a senhora falou um valor médio ou a senhora falou um valor máximo?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Máximo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Pelo o que nós estudamos aqui na CPI, os colegas têm ajudado nisso, existe uma tabela de mínimo e máximo.

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Esses valores, eles podem oscilar de acordo com o profissional ou não?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Pode. Não com esse valor exorbitante.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não nesse valor de 60. Ele ultrapassa o máximo ou não?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Ele ultrapassa o máximo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ultrapassa o máximo. E as cirurgias eram efetivadas? Elas ocorriam realmente?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Ocorriam.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Se eu pegar esses pacientes para fazer uma perícia, eu vou constatar que as cirurgias foram exatamente as que foram cobradas?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Sim? Então, elas ocorreram?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Ocorreram.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ocorreram. Agora, os valores eram bem acima do valor normal?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Muito acima.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E esses valores, são os valores praticados no comércio local? Porque a senhora fez uma comparação com São Paulo, que é bem pertinente, em virtude às vezes até do nível do profissional, foi isso que a senhora quis expressar, mas não quer dizer que Roraima não tenha profissionais tão bons quanto São Paulo. Mas, eu quero saber a nível local, o valor cobrado nessas cirurgias judicializadas, elas eram acima do praticado no comércio local?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Com certeza.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Como? Me explica.

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Por exemplo, na cidade, o valor gira em torno de no máximo, de uma CZO dos bucomaxilos que operam aqui, no máximo 20 mil reais. A gente tem orçamento.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Esses valores de 60?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – 60, só eles.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Entendi. E no caso quem são eles que a senhora fala?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Doutor Rodrigo Acioly, Daniel Carvalho e Dennis Dinelly.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Em média, quantas cirurgias eles fizeram nesses valores superfaturados? A senhora tem ideia?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Não, mas foram várias, não vou dizer o quantitativo certo se eu não tenho a certeza, mas foram várias.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eles faziam orçamentos prévios, somente entre eles?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Somente entre eles.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Como é que funcionava isso no HGR? O paciente chegava, precisava da cirurgia? Explica essa rotina.

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – O paciente chagava, precisava da cirurgia, diziam que não tinha material. Às vezes, realmente não tinha o material, mas às vezes tinha. Diziam que não tinha material para operar, mandavam o paciente procurar a justiça. O paciente procurava a justiça e aí eles faziam o orçamento. Porque, na justiça, você tem que dar três orçamentos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Só um minutinho, para eu não perder o raciocínio, a senhora falou que o paciente chegava e às vezes eles diziam que não tinha material.

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Que não tinha material.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Às vezes tinha material e mesmo assim eles não faziam o procedimento?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Sim. Tanto é que tem uma paciente aqui por nome de Marizete, que foi dito que não tinha material e nós operamos a paciente com o material do HGR. Inclusive, eu tenho foto do local que tinha material, quando eu assumi a coordenação. Eu fui até à sala de OPME, que é materiais de órteses e próteses e constatei que tinha bastante placa. Podem dizer: Ah, mas as placas não são próprias para todo tipo de fratura. Tá, mas algumas dariam. Daria para a gente tentar resolver pelo menos o mínimo possível.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tá. Para deixar claro, na sua interpretação, o material que existia dava para fazer a cirurgia, tanto que foi feita. É isso?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Foi feita e a paciente está bem.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E esse material já existia na época em que foi dito que não dava para fazer o procedimento?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Já.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tá. Então, eles alegavam que não tinha material e aí o paciente procurava quem?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – A justiça. O Ministério Público, Doutora Jeanne.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Naturalmente, o Ministério Público, ao tomar conhecimento, isso é fato da função institucional, o Ministério Público deveria ingressar com alguma ação e apresentavam os orçamentos que esse paciente trazia. Era isso?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tá.

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Só que o orçamento era sempre dos três. O Ministério Público nunca procurou ver no estado outros bucomaxilo, sabendo que tem, para fazer o orçamento.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas esse orçamento era trazido pelo paciente?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, era o paciente quem trazia?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Levava já dos três, sempre dos três.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, vamos tentar voltar um pouco antes dessa judicialização. O paciente, ele chegava ao hospital e não tinha o material. Quem acolhia esse paciente para levar até o Ministério Público? Ou eram eles que mandavam o paciente ir para Ministério Público? A senhora tem como afirmar?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Não. Eu não sei te dizer essa rotina.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Como o paciente já chegava com esses três orçamentos prontos, desses três?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – A gente via o seguinte, quando a gente via os pacientes, no final, os pacientes já apareciam com esses orçamentos. Não sei, sempre das clínicas particulares deles, não era nem de dentro do HGR. Eu não sei como te dizer se além da doutora Jeanne, ia para outro lugar, não sei te dizer, mas só sei que a gente ficava sabendo, quando aparecia os três orçamentos, sempre dos três. Aí, um colocava um valor, vou dizer, um valor fictício, de 60 mil, o outro de 64 e o outro de 68. Era sempre assim para cair em um dos três.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A Senhora está questionando o fato de o Ministério Público não verificar outros orçamentos?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Estou.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Veja só. Quando chega a denúncia pronta para o Ministério Público, de praxe, já tem os orçamentos, não seria em virtude da urgência, emergência e necessidade a função do próprio Ministério Público pegar esses orçamentos e encaminhar para uma ação judicial?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Não sei.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Existe alguma rotina diferente que a senhora, como coordenadora, verificou?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Não. Não tenho como responder isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tá. Então, esses três orçamentos que vinham prontos, eles vinham com valores exorbitantes?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E aí ingressava com a ação, o dinheiro era, o termo técnico, era bloqueado judicialmente e a cirurgia era feita?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Feita no HGR?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – No hospital particular.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – No hospital particular?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Além desses três dentistas bucomaxilo, tem mais algum outro dentista que fizesse essa prática?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Me perdoe. Quantas cirurgias foram feitas nessa modalidade por esses bucomaxilos?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – É isso que eu lhe falei, eu não sei te precisar a quantidade, mas foram muitas. A gente não entrava. Os outros colegas, nenhum tinha acesso ao centro cirúrgico.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora sabe me dizer a partir de que data mais ou menos começaram essas cirurgias?

A Senhora **Silvana Ruiz da Silva** – Não. Eu sei que antes de eu entrar já tinha, em 2018. (...) "

Juliene Monauer Amorim, com intuito de comprovar a existência de uma organização criminosa no quadro dos servidores da Equipe de Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo-facial, cooperativados e concursados, que atuaram no HGR (Hospital Geral de Roraima) até setembro de 2019, entregou à CPI um relatório de 125 (cento e vinte cinco) páginas, formalizando assim todos os fatos encontrados por ela quando assumiu a coordenação do setor.

Relata que, no dia 09/09/2019, recebeu uma mensagem do Sr. Dennis Dinelly, por meio do aplicativo Whatsapp, através do grupo de bucomaxilos do HGR composto pelos concursados e cooperativados (Bruno Araújo, Daniel do Carmo Carvalho, Leandro Praia, Ricardo Brito, Rodrigo Acioly, Sérgio Kussaba), bem como pelos os cooperativados não concursados (Dennis Dinely e Silvana Ruiz), informando a não existência de material para a realização de procedimento cirúrgico na paciente MARIZETH DE OLIVEIRA PEREIRA.

No dia seguinte, houve mudanças na equipe por ato discricionário da gestão da Sesau, onde determinava que Daniel do Carmo e Rodrigo Acioly fossem remanejados para outra unidade e Dennis Dinelly retornasse ao seu setor de origem, o de Odontologia Clínico Geral.

Após o episódio, afirma que fez uma reunião com Bruno Araújo, Ricarbo Brito, Silvana Ruiz e Sérgio Kussaba para verificar a existência ou não de OPME (órteses, próteses e materiais específicos) necessários para as realizações de cirurgias. Nessa ocasião, foi constatada a existência de materiais de OPME dentro da unidade do HGR,

bem como um contrato vigente para o fornecimento desses materiais desde outubro de 2018.

Sendo assim, no dia 19 de setembro de 2019, foi realizada a cirurgia da paciente MARIZETH DE OLIVEIRA PEREIRA, sem nenhuma intercorrência e sem a compra de materiais, pois já existiam na unidade.

Informa que, no mesmo dia, foi procurada pela Sra. IANA PEREIRA DOS SANTOS, sobrinha da paciente MARIZETH, a qual lhe questionou o porquê da demora para sua tia ser operada, bem como o fato de o Dennis Dinely ter recebido a paciente na urgência, não mais a acompanhando durante sua internação que durou aproximadamente 20 (vinte) dias.

Ainda, a Sra. IANA disse conhecer um suposto esquema envolvendo alguns buco-maxilos, os quais internavam os pacientes que necessitavam de cirurgia e depois informavam que não havia materiais necessários na unidade, orientando esses pacientes e familiares a procurar o Ministério Público e/ou advogados para judicializar os procedimentos cirúrgicos, ocasionando o pagamento dessas cirurgias por meio do Estado com valores muito superiores aos do mercado.

Cita no referido relatório que, sem qualquer tipo de informação sobre o histórico dos pacientes já existentes, foi procurada por alguns dos enfermos, os quais questionavam a continuidade de seus tratamentos. Aponta, como exemplo, o paciente ELIZEU ALVES LEÔNCIO FILHO, que passou por diversos procedimentos cirúrgicos e estava sendo acompanhado no consultório particular de propriedade de 03 (três) integrantes da equipe: Rodrigo Acioly, Daniel do Carmo e Dennis Dinely.

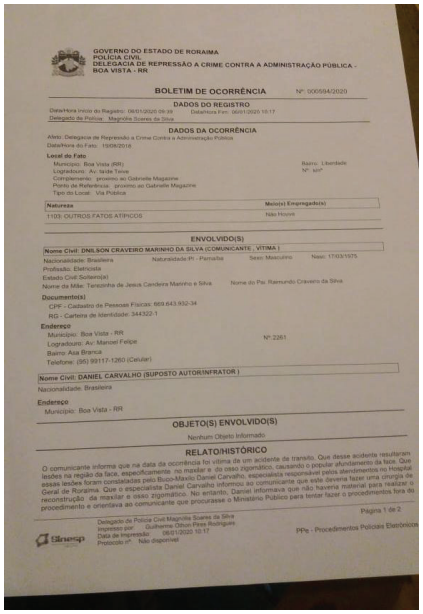
Não obstante, de uma lista de espera por cirurgia com mais de 400 (quatrocentos) pessoas entregue à Julianne Moura, enquanto coordenadora, havia divergências entre as informações declaradas por esses pacientes (normalmente procedimentos simples que poderiam ser realizados nas Unidades Básicas de Saúde) e o diagnóstico mencionado na referida lista (procedimentos sempre mais complexos e onerosos).

Vejamos mais exemplos:

● o caso do paciente EMERSON SCALABRIN ZANETT, o qual aguardou por mais de um ano e meio para a realização de uma simples biópsia na região da face, o que é

injustificável, já que não se faz necessária a utilização de OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) para o referido procedimento;

● o caso do DNILSON CRAVEIRO MARINHO DA SILVA, que fora atendido pelo Daniel do Carmo, em 2018, após sofrer um acidente de trânsito, ocasião em que o referido profissional afirmou não possuir material para correção de afundamento de face, orientando-o a procurar o Ministério Público para a realização dessa cirurgia fora do HGR. Como foi dada alta sem prestar qualquer tipo de orientação ou acompanhamento, o paciente registrou o B.O. abaixo, datado de 29/08/2018, narrando o descaso sofrido;



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
POLICIA CIVIL
DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BOA VISTA - RR

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 000594/2020

DADOS DO REGISTRO

DADOS DA OCORRÊNCIA

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: DNILSON CRAVEIRO MARINHO DA SILVA (COMUNICANTE - VITIMA)

Nome Civil: DANIEL CARVALHO (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado

RELATO/HISTORICO

O comunicante informa que na data da ocorrência foi vítima de um acidente de trânsito. Que desse acidente resultaram lesões na região da face, especificamente no maxilar e do osso zigomático, causando o popular afundamento da face. Que essas lesões foram constatadas pelo Buco-Maxilo Daniel Carvalho, especialista responsável pelos atendimentos no Hospital Geral de Roraima. Que o especialista Daniel Carvalho informou ao comunicante que este deveria fazer uma cirurgia de reconstrução da maxilar e osso zigomático. No entanto, Daniel informava que não haveria material para realizar o procedimento e orientava ao comunicante que procurasse o Ministério Público para tentar fazer o procedimentos fora do

Página 1 de 2

258



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
POLICIA CIVIL
DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BOA VISTA - RR

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 000594/2020

Hospital Geral. Porém, o comunicante obteve informações que no HGR havia material para realizar sua cirurgia e não sabe o motivo pelo qual o especialista não queria realizar o procedimento. Que o comunicante só conseguiu fazer a cirurgia aproximadamente 1 ano e meio após o acidente. Que passou dois meses sem conseguir trabalhar e se alimentar direito.

ASSINATURAS

Guilherme Othon Pires Rodrigues
Agente de Polícia
Matrícula 42000877
Responsável pelo Atendimento

Dnilson Craveiro Marinho da Silva
(Comunicante / Vítima)

● o caso da paciente EDNA LÚCIA SOUZA que, por orientação dos profissionais que a atenderam, judicializou ação para realizar cirurgia para colocação de uma prótese customizada de ATM (Articulação Têmporo Mandibular). Ela informou que foi orientada a fazer orçamentos do procedimento em clínicas particulares com o Sr. Daniel do Carmo e Sr. Dennis Dinely, sendo deferido pelo Magistrado a realização do serviço com o profissional detentor do menor valor ofertado, no caso o Sr. Dennis Dinely.

Nesse caso em particular, o Estado realizou dois pagamentos no dia 22/04/2019, nos valores de R$ 37.095,93 (trinta e sete mil noventa e cinco reais e noventa e três centavos) e de R$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil reais), totalizando R$ 216.095,93 (duzentos e dezesseis mil, noventa e cinco reais e noventa e três centavos).

No entanto, até março de 2020, a cirurgia não tinha sido realizada, tampouco a paciente tinha sido acompanhada pelos profissionais que realizaram o orçamento.

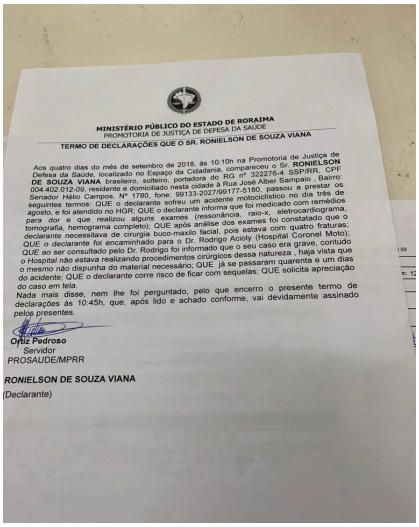
Assim, no dia 13/03/2020, a Coordenação de Bucomaxilo recebeu Ofício 0183/2020/CONSULTORIA JURÍDICA DA SESAU/RR, com um despacho do Magistrado

259

Luis Alberto de Moraes Júnior, solicitando a realização do procedimento cirúrgico pela rede pública de saúde no prazo de 10 (dez) dias.

Em resposta, o Ofício 015/2020-BUCO/HGR/SESAU/RR informou que o plano de tratamento da referida paciente foi feito em consultório particular, de forma que não foi solicitada qualquer tipo de prótese e, igualmente, não foi recebido qualquer tipo de material para a realização da cirurgia pela equipe do HGR;

● o caso do RONIELSON DE SOUZA VIANA, o qual também foi orientado pelo Rodrigo Acioly a procurar o Ministério Público para realizar a sua cirurgia. Este paciente procurou o MPE, conforme orientado, de acordo com Termo de Declarações de 04/09/2018 abaixo;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA SAUDE

TERMO DE DECLARAÇÕES QUE O SR. RONIELSON DE SOUZA VIANA

Aos quatro dias do mês de setembro de 2018, às 10:10h na Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde, localizado no Espaço da Cidadania, compareceu o Sr. **RONIELSON DE SOUZA VIANA** brasileiro, solteiro, portadora do RG nº 322276-4 SSP/RR, CPF 004.402.012-09, residente e domiciliado nesta cidade à Rua José Alber Sampaio , Bairro: Senador Hélio Campos, Nº 1780, fone: 99133-2027/99177-5180, passou a prestar os seguintes termos: QUE o declarante sofreu um acidente motociclístico no dia três de agosto, e foi atendido no HGR; QUE o declarante informa que foi medicado com remédios para dor e que realizou alguns exames (ressonância, raio-x, eletrocardiograma, tomografia, hemograma completo); QUE após análise dos exames foi constatado que o declarante necessitava de cirurgia buco-maxilo facial; pois estava com quatro fraturas; QUE o declarante foi encaminhado para o Dr. Rodrigo Acioly (Hospital Coronel Mota); QUE ao ser consultado pelo Dr. Rodrigo foi informado que o seu caso era grave, contudo o Hospital não estava realizando procedimentos cirúrgicos dessa natureza , haja vista que o mesmo não dispunha do material necessário; QUE já se passaram quarenta e um dias do acidente; QUE o declarante corre risco de ficar com sequelas; QUE solicita apreciação do caso em tela.

Nada mais disse, nem lhe foi perguntado, pelo que encerro o presente termo de declarações às 10:45h, que, após lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos presentes.

Ortiz Pedroso
Servidor
PROSAUDE/MPRR

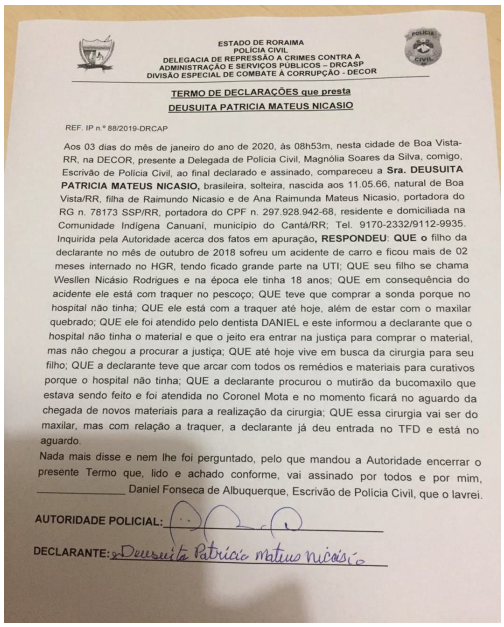
RONIELSON DE SOUZA VIANA
(Declarante)

260

● o caso do WESLLEN NICÁSIO RODRIGUES, que sofreu um acidente em outubro de 2018 e foi atendido pelo Daniel do Carmo.

Também foi orientado a buscar auxílio por meio do MPE, mas foi atendido pelo Mutirão realizado ao final de 2019 pela Coordenadora à época, Julianne Moura.

O referido paciente chegou a registrar em Termo de Declarações, por meio de sua mãe, Sra. DEUSUÍTA PATRÍCIA MATEUS NICASIO, na Delegacia de Repressão a Crimes contra à Administração e Serviços Públicos (DRCASP) e Divisão Especial de Combate à Corrupção (DECOR);



ESTADO DE RORAIMA
POLICIA CIVIL
DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – DRCASP
DIVISÃO ESPECIAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO - DECOR

TERMO DE DECLARAÇÕES que presta
DEUSUITA PATRICIA MATEUS NICASIO

REF. IP n.º 88/2019-DRCAP

Aos 03 dias do mês de janeiro do ano de 2020, às 08h53m, nesta cidade de Boa Vista-RR, na DECOR, presente a Delegada de Polícia Civil, Magnólia Soares da Silva, comigo, Escrivão de Polícia Civil, ao final declarado e assinado, compareceu a **Sra. DEUSUITA PATRICIA MATEUS NICASIO,** brasileira, solteira, nascida aos 11.05.66, natural de Boa Vista/RR, filha de Raimundo Nicasio e de Ana Raimunda Mateus Nicasio, portadora do RG n. 78173 SSP/RR, portadora do CPF n. 297.928.942-68, residente e domiciliada na Comunidade Indígena Canuaní, município do Cantá/RR; Tel. 9170-2332/9112-9935. Inquirida pela Autoridade acerca dos fatos em apuração, **RESPONDEU**: **QUE o** filho da declarante no mês de outubro de 2018 sofreu um acidente de carro e ficou mais de 02 meses internado no HGR, tendo ficado grande parte na UTI; QUE seu filho se chama Weslllen Nicásio Rodrigues e na época ele tinha 18 anos; QUE em consequência do acidente ele está com traquer no pescoço; QUE teve que comprar a sonda porque no hospital não tinha; QUE ele está com a traquer até hoje, além de estar com o maxilar quebrado; QUE ele foi atendido pelo dentista DANIEL e este informou a declarante que o hospital não tinha o material e que o jeito era entrar na justiça para comprar o material, mas não chegou a procurar a justiça; QUE até hoje vive em busca da cirurgia para seu filho; QUE a declarante teve que arcar com todos os remédios e materiais para curativos porque o hospital não tinha; QUE a declarante procurou o mutirão da bucomaxilo que estava sendo feito e foi atendida no Coronel Mota e no momento ficará no aguardo da chegada de novos materiais para a realização da cirurgia; QUE essa cirurgia vai ser do maxilar, mas com relação a traquer, a declarante já deu entrada no TFD e está no aguardo.

Nada mais disse e nem lhe foi perguntado, pelo que mandou a Autoridade encerrar o presente Termo que, lido e achado conforme, vai assinado por todos e por mim, _____ Daniel Fonseca de Albuquerque, Escrivão de Polícia Civil, que o lavrei.

AUTORIDADE POLICIAL: _____

DECLARANTE: Deusuita Patrícia Mateus Nicásio

261

● Outro caso que chamou atenção foi do paciente EDINALDO PEREIRA DE OLIVEIRA, morador de Pacaraima/RR, que deu entrada no HGR em novembro de 2018, vítima de um espancamento decorrente de assalto.

Alguns dias após sair do coma, foi atendido por Daniel do Carmo, ocasião em que foi informado por este profissional que não havia material para sua cirurgia, sendo orientado a procurar a Justiça, pois o preço do procedimento daria mais de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Como não dispunha de recursos, não entrou com ação na justiça, veio diversas vezes ao HGR para tomar conhecimento se havia materiais, até que soube pela televisão do mutirão que seria realizado.

Finalmente, realizou cirurgia ao final de 2019 com outra equipe de bucomaxilo do HGR;

Diante desses casos, não há dúvidas que o grupo mencionado desviava pacientes para clínica própria, visando ganhos em cirurgias e atendimentos particulares que poderiam ser realizados plenamente pela rede pública de atendimento.

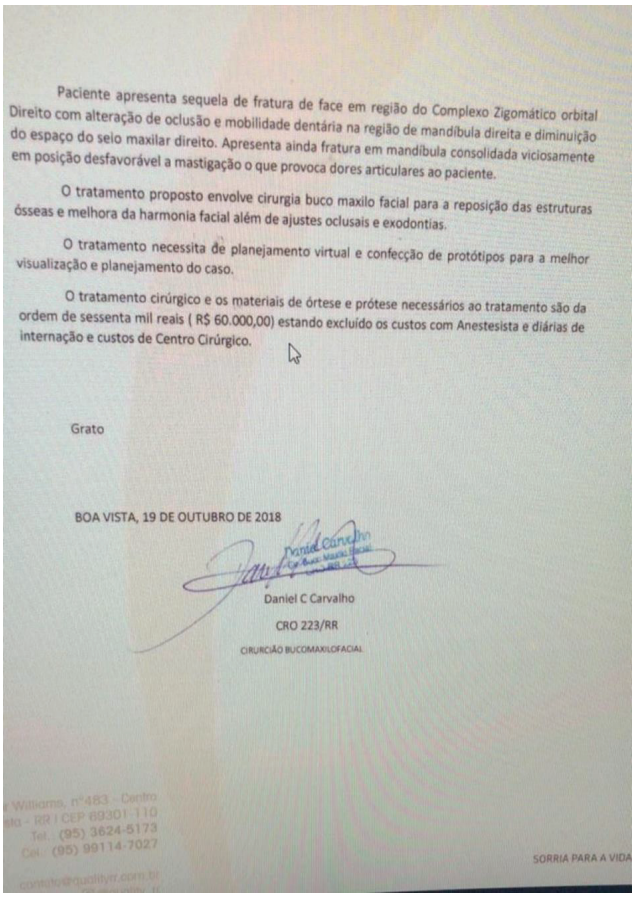
E mais. Como prova do superfaturamento dos procedimentos, Julianne Moura relata que teve acesso a três orçamentos para a realização de uma cirurgia judicializada, onde Estado efetuou o pagamento de R$ 77.760,00 (setenta e sete mil, setecentos e sessenta reais), em meados de outubro de 2018.

Por ter observado um valor muito superior à média nacional para a realização daquele serviço específico, solicitou orçamentos de outros colegas, mais de um ano e meio após os primeiros orçamentos, sem mencionar o paciente, apenas o tipo de procedimento.

Pois bem. O valor mais caro foi de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), três vezes menor que aquele orçado pelos membros do grupo que age para judicializar as cirurgias, quais sejam, Dennis Dinely, Daniel do Carmo e Rodrigo Acioly.

Vejamos o orçamento de Daniel do Carmo em R$ 60.000, 00 (sessenta mil reais), fora os custos do centro cirúrgico, anestesista e internação; Rodrigo Acioly apresentou orçamento de R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) mais R$ 4.000.00 (quatro mil reais) de anestesista; já Dennis Dinely apresentou de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais):

262



Paciente apresenta sequela de fratura de face em região do Complexo Zigomático orbital Direito com alteração de oclusão e mobilidade dentária na região de mandíbula direita e diminuição do espaço do seio maxilar direito. Apresenta ainda fratura em mandíbula consolidada viciosamente em posição desfavorável a mastigação o que provoca dores articulares ao paciente.

O tratamento proposto envolve cirurgia buco maxilo facial para a reposição das estruturas ósseas e melhora da harmonia facial além de ajustes oclusais e exodontias.

O tratamento necessita de planejamento virtual e confecção de protótipos para a melhor visualização e planejamento do caso.

O tratamento cirúrgico e os materiais de órtese e prótese necessários ao tratamento são da ordem de sessenta mil reais (R$ 60.000,00) estando excluído os custos com Anestesista e diárias de internação e custos de Centro Cirúrgico.

Grato

BOA VISTA, 19 DE OUTUBRO DE 2018

Daniel C Carvalho

CRO 223/RR

CIRURCIÃO BUCOMAXILOFACIAL

Williams, nº483 - Centro
Vista - RR | CEP 69301-110
Tel.: (95) 3624-5173
Cel.: (95) 99114-7027

SORRIA PARA A VIDA

263

:



LITY
A EM SAÚDE

DR. RODRIGO DA FRANCA ACIOLY
Cirurgião Buco-Maxilo-Facial
CRO-RR N° 257

ASSUNTO: ORÇAMENTO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO BUCO MAXILO FACIAL.
PACIENTE: INÁRIO SOUZA

Paciente apresenta sequela de fratura de face em região do Complexo Zigomático orbital Direito com alteração de oclusão e mobilidade dentária na região de mandíbula direita e diminuição do espaço do seio maxilar direito. Apresenta ainda fratura em mandíbula consolidada viciosamente em posição desfavorável a mastigação o que provoca dores articulares ao paciente.

O tratamento proposto envolve cirurgia buco maxilo facial para a reposição das estruturas ósseas e melhora da harmonia facial além de ajustes oclusais.

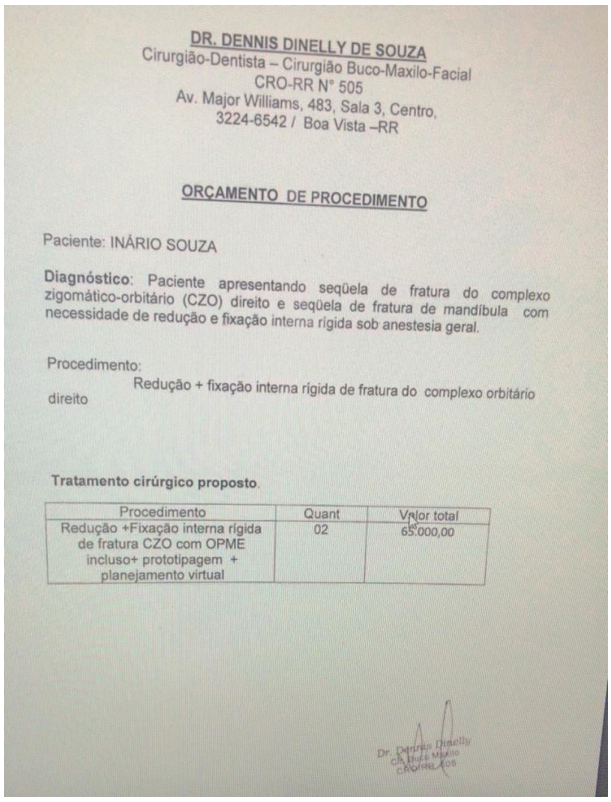
Honorários cirúrgico

Discrição	Valor Unitário	Valor totaL
Honorários cirúrgico (incluindo OPME necessário)		R$ 63,000,00
Hospital- 3 horas de centro cirúrgico	--------	(Cotar)
Internação- 2 diárias	--------	(Cotar)
Anestesista	--------	R$ 4,000.00

Boa Vista, 23 de Outubro de 2018

DR. RODRIGO DA FRANCA ACIOLY
CRO –RR 257

264



DR. DENNIS DINELLY DE SOUZA
Cirurgião-Dentista – Cirurgião Buco-Maxilo-Facial
CRO-RR N° 505
Av. Major Williams, 483, Sala 3, Centro,
3224-6542 / Boa Vista –RR

ORÇAMENTO DE PROCEDIMENTO

Paciente: INÁRIO SOUZA

Diagnóstico: Paciente apresentando seqüela de fratura do complexo zigomático-orbitário (CZO) direito e seqüela de fratura de mandíbula com necessidade de redução e fixação interna rígida sob anestesia geral.

Procedimento:
Redução + fixação interna rígida de fratura do complexo orbitário direito

Tratamento cirúrgico proposto.

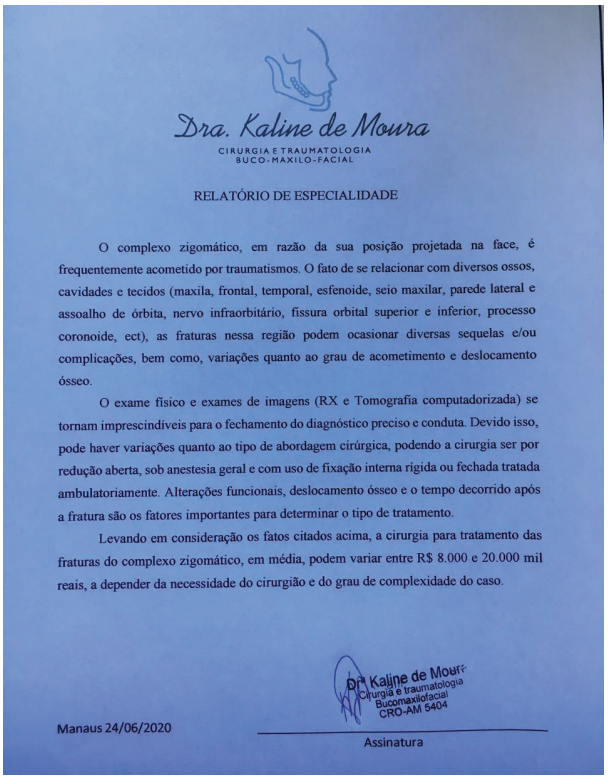
Procedimento	Quant	Valor total
Redução +Fixação interna rígida de fratura CZO com OPME incluso+ prototipagem + planejamento virtual	02	65.000,00

Dr. Dennis Dinelly
CD Buco Maxilo
CRO/RR 505

Apenas para provar os valores superfaturados, temos os orçamentos abaixo da Dra. Kaline Moura, profissional de Manaus, que orçou a cirurgia para tratamento das fraturas do complexo zigomático, em média, entre R$ 8.000,00 (oito mil reais) a R$

265

20.000,00 (vinte mil reais). Já Dr. Ricardo Dias Lourenço, com consultório no Ateliê do Sorriso Prime, apresentou orçamento de R$ 11.000,00 (onze mil reais):



Dra. Kaline de Moura
CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAL

RELATÓRIO DE ESPECIALIDADE

O complexo zigomático, em razão da sua posição projetada na face, é frequentemente acometido por traumatismos. O fato de se relacionar com diversos ossos, cavidades e tecidos (maxila, frontal, temporal, esfenoide, seio maxilar, parede lateral e assoalho de órbita, nervo infraorbitário, fissura orbital superior e inferior, processo coronoide, ect), as fraturas nessa região podem ocasionar diversas sequelas e/ou complicações, bem como, variações quanto ao grau de acometimento e deslocamento ósseo.

O exame físico e exames de imagens (RX e Tomografia computadorizada) se tornam imprescindíveis para o fechamento do diagnóstico preciso e conduta. Devido isso, pode haver variações quanto ao tipo de abordagem cirúrgica, podendo a cirurgia ser por redução aberta, sob anestesia geral e com uso de fixação interna rígida ou fechada tratada ambulatoriamente. Alterações funcionais, deslocamento ósseo e o tempo decorrido após a fratura são os fatores importantes para determinar o tipo de tratamento.

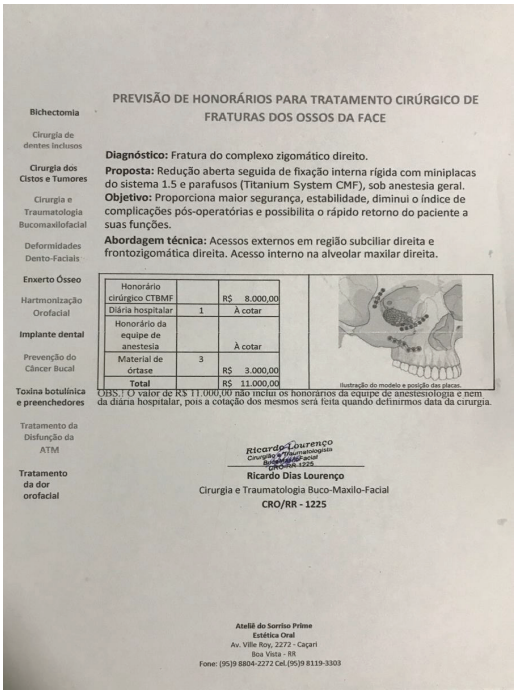
Levando em consideração os fatos citados acima, a cirurgia para tratamento das fraturas do complexo zigomático, em média, podem variar entre R$ 8.000 e 20.000 mil reais, a depender da necessidade do cirurgião e do grau de complexidade do caso.

Dr. Kaline de Moura
Cirurgia e traumatologia Bucomaxilofacial
CRO-AM 5404

Manaus 24/06/2020

Assinatura

266



PREVISÃO DE HONORÁRIOS PARA TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURAS DOS OSSOS DA FACE

Bichectomia
Cirurgia de dentes inclusos
Cirurgia dos Cistos e Tumores
Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial
Deformidades Dento-Faciais
Enxerto Ósseo
Hartmonização Orofacial
Implante dental
Prevenção do Câncer Bucal
Toxina botulínica e preenchedores
Tratamento da Disfunção da ATM
Tratamento da dor orofacial

Diagnóstico: Fratura do complexo zigomático direito.
Proposta: Redução aberta seguida de fixação interna rígida com miniplacas do sistema 1.5 e parafusos (Titanium System CMF), sob anestesia geral.
Objetivo: Proporciona maior segurança, estabilidade, diminui o índice de complicações pós-operatórias e possibilita o rápido retorno do paciente a suas funções.
Abordagem técnica: Acessos externos em região subciliar direita e frontozigomática direita. Acesso interno na alveolar maxilar direita.

Honorário cirúrgico CTBMF		R$ 8.000,00
Diária hospitalar	1	À cotar
Honorário da equipe de anestesia		À cotar
Material de órtase	3	R$ 3.000,00
Total		R$ 11.000,00

Ilustração do modelo e posição das placas.

OBS.! O valor de R$ 11.000,00 não inclui os honorários da equipe de anestesiologia e nem da diária hospitalar, pois a cotação dos mesmos será feita quando definirmos data da cirurgia.

Ricardo Lourenço
Cirurgião e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial
CRO/RR 1225

Ricardo Dias Lourenço
Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial
CRO/RR - 1225

Ateliê do Sorriso Prime
Estética Oral
Av. Ville Roy, 2272 - Caçari
Boa Vista - RR
Fone: (95)9 8804-2272 Cel.(95)9 8119-3303

Além disso, merece destaque memorando s/nº encaminhado à Direção Técnica do HGR, elaborado em 15 de junho de 2018, através do qual foi solicitada a alteração na escala da buco-maxilo-facial e a inclusão de dois cirurgiões da buco em regime de sobreaviso 24 (vinte e quatro) horas e pagos pela Cooperativa Coopebras, para atender a demanda do trauma e pronto atendimento do HGR.

Porém, a escala elaborada pelo então coordenador Rodrigo Acioly inclui alguns

267

concursados com sobreposição de carga horária, pois no mesmo dia e hora recebia como cooperativado na escala de sobreaviso e como concursado no vínculo estadual. Observou-se também que a escala não era preenchida por dois bucosmaxilos por sobreaviso e sim com apenas um, exceto aos finais de semana, de forma que os envolvidos nos esquemas de judicialização de cirurgias se revezavam entre si, deixando os demais concursados de fora das escalas ou os colocando conforme conveniência dos mesmos.

Ou seja, o profissional entrava na escala de dia pela cooperativa, no mesmo dia e horário em que estaria cumprindo horário como servidor público, recebendo assim dois salários por uma atividade.

Vejamos então o depoimento de **Juliane Monauer**, relatanto inclusive que foi intimada pelo Leandro Gabryell Praia Matos de Carvalho, quando assumiu a coordenação da equipe:

> "(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** – Bom dia, doutora Juliene.
> A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Bom dia, deputado.
> O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tenho em mãos aqui um relatório, que foi encaminhado através da sua advogada para o meu gabinete. A senhora confirma que este relatório foi feito pela senhora e pela sua advogada?
> A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim, eu que fiz, exatamente.
> O Senhor Relator **Jorge Everton** – É um relatório de 125 páginas.
> A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – É meu.
> O Senhor Relator **Jorge Everton** – Esse relatório eu apresentei à CPI e consta nos autos. Com base nesse relatório, eu fiz um estudo, uma análise detalhada. É lógico, já tem bastante informação aqui, mas, eu selecionei algumas perguntas para que a senhora tenha a oportunidade de falar um pouco sobre ele. Com certeza a senhora não vai lembrar de 100% do que está escrito aqui, mas, o que a senhora lembrar, é importante que a senhora fale. Eu começo perguntando para a senhora, primeiramente, sobre o período em que a senhora respondeu pela coordenação do setor de bucomaxilo?
> A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Do dia 4 de setembro de 2019 até a presente data.
> O Senhor Relator **Jorge Everton** – Como se deu a sua nomeação e quem lhe indicou para o cargo?
> A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eu terminei o curso em fevereiro de 2019, voltei para Roraima depois de ter passado 15 anos fora estudando, porque minha família mora aqui. E eu já tinha estagiado na época em que era aluna da especialidade de cirurgia e traumatologia buco maxilo facial. Então, eu já conhecia um pouco o serviço, já conhecia o coordenador, que era o Doutor Rodrigo na época, que foi quem me recebeu no estágio. Ele aprovou as horas do estágio que eu fiz. Foi um coordenador meu da Flórida, quem mandou a documentação para a gerência de ensino do HGR, solicitando esse estágio extramuros que eu necessitava de algumas horas. E eu acompanhei o serviço tanto na cirurgia, quanto nos blocos, quanto no sobreaviso, como aluna. Quando eu voltei para cá formada, o coordenador era o doutor Leandro Praia. Eu fui até ele. Antes de chegar nele, fui até a SESAU tentar conversar

268

com o secretário para ver se tinha possibilidade, porque eu já sabia que no Centro de Especialidades Odontológicas havia necessidade de bucomaxilo, porque tinha uma alta demanda e não tinha profissional no setor, bem como no hospital de Rorainópolis, que precisava de bucomaxilo e nunca foi disponibilizado, porque os bucos concursados já tinham outros vínculos na cidade. Então, para eles ficaria difícil deixar tudo aqui para ir para o interior. Aí ficou esta lacuna em Rorainópolis também. Sabendo disso, procurei a Secretaria de Saúde. Na época, o secretário era o secretário Ailton Wanderley. Nunca consegui falar com ele porque nunca ninguém me indicou, porque nunca marquei horário. Ia lá por mim mesma, tentava marcar horário e não conseguia. Fui ser recebida no gabinete quando já era o secretário Coronel Elcio, já substituindo o secretário anterior. Me apresentei, falei da minha situação, que eu queria voltar para Roraima, que eu precisava trabalhar. Falei da minha formação. Então, ele ligou para o coordenador Leandro Praia na minha frente e pediu que eu falasse com ele e combinasse para que ele me colocasse imediatamente na equipe, para suprir a necessidade ou no CEO (Centro de Especialidades Odontológicas), próximo ao Cosme Silva ou em Rorainópolis. Fui para Manaus, peguei todas as minhas coisas, deixei meu marido e meus filhos lá e vim embora para cá. Larguei meu emprego, larguei tudo, porque o Coronel já tinha me falado que eu ia entrar na escala e já ia trabalhar. O Leandro não aceitou a minha entrada na equipe. E isso foi se enrolando por dias, semanas e meses, procurei a Silvana, porque eu sabia que ela tinha carga horária no HGR e para ela estava pesado, porque ela ficava de segunda a segunda, e ela me propôs dividir a carga horária comigo, 20 horas para ela e 20 horas para mim. A gente dividiria os dias no HGR, no bloco, porque no centro cirúrgico eu não teria acesso. Procuramos o doutor Leandro para falar sobre isso, ele não aceitou. Ele disse que eu não iria entrar de forma alguma. Tudo bem, ele era o coordenador, se ele não queria, não adiantava. Fui com o Coronel Elcio e ele disse que iria resolver. Nada foi resolvido. Aí trocou de secretário. E eu em Boa Vista, sem meus filhos, meu marido, sem minha família, só com a minha família daqui, claro, sem emprego, sem nada. Depois de muitos e muitos dias sentada no gabinete da SESAU, a secretaria Cecília Lorenzoni me recebeu. Eu não a conhecia, ninguém me indicou, ninguém marcou horário, ninguém me falou para procurar esta pessoa. Mas, eu a procurei e certo dia ela me recebeu. Entrei e falei que era bucomaxilo. Contei o que vinha acontecendo isso e aquilo outro. Disse: "já estou há um tempo aqui esperando". Ela olhou para mim e disse: "você é a nova coordenadora da equipe". Aí eu falei: "o quê?". E ela disse: "você é a nova coordenadora da equipe, se você quer trabalhar, você é a nova coordenadora". Aí eu falei que não. Que eu queria ir para o CEO ou para Rorainópolis. E ela disse que não. Ou eu seria a nova coordenadora da equipe ou eu estava fora. Eu falei não, eu só quero trabalhar, me coloca em Rorainópolis que eu vou. Eu já estava decidida a ir para Rorainópolis. Ela disse: "Não, eu sei de um esquema dentro da bucomaxilo e você tem que dar um jeito para esse serviço andar e eu quero que você entre". Só que eu já sabia da fama que tinha a equipe e eu não queria isso. Mas, era a única oportunidade que eu tinha para entrar na equipe. Entrei. No outro dia ela falou que iria me apresentar, assim que saísse minha portaria, me apresentar para a equipe para então eu poder ficar a par do serviço. Antes de isso acontecer, o senhor Leandro Praia me procurou, dizendo que queria falar comigo. E eu estava na SESAU e eu falei que ele podia falar, mas ele disse que não queria falar por telefone, queria falar pessoalmente, e, eu falei para ele ir à SESAU atrás de mim. Se não me engano isso foi dia 05 de setembro. E ele foi. Quando ele chegou lá ele disse: "entre no meu carro que eu preciso conversar com a senhora". Aí eu perguntei para que eu iria entrar no carro dele e ele disse que não queria que ninguém visse ele conversando comigo. Disse para eu entrar no carro que ele iria me explicar. Então, eu entrei no carro do Leandro Praia,

269

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

dentro do estacionamento da SESAU, e ele começou a me falar diversas coisas, uma delas era que existia um esquema de corrupção dentro da bucomaxilo de cirurgias judicializadas, de procedimentos cobrados dentro do HGR. Isso eu ouvi dele, sem eu ver documento nenhum, e que ele tinha arrumado o serviço durante o ano em que ele foi coordenador, que ele não aguentava mais e que ele já estava para ir às vias de fato com os integrantes da equipe. Era nítida uma divisão dentro da equipe. A divisão daqueles que brigaram e a divisão daqueles que não tinham direito de operar. E ele disse que vinha tentando acabar com esse monopólio dentro da equipe, só que ele já estava muito desgastado. Então, era bom que uma pessoa de fora caísse de paraquedas, sem saber de nada, sem ter envolvimento e nem amizade com ninguém, para poder iniciar o serviço. E disse que quem iria fazer as escalas e todos os documentos dali para frente seria ele, e que eu iria só assinar, porque a senhora não conhece nada, não sabe de nada, e a sua vida financeira vai ficar muito bem. A senhora não vai precisar se preocupar com isso. E daí, ele falou que tinha acordos com a Coopebras e conseguiria deixar minha vida financeira tranquila. Daí a pouco ele falou que eles tinham bandidos na equipe. Temos bandidos, a senhora tem que fazer o que eu estou falando, porque eu estou do seu lado. Eu tentei coloca-la na equipe no início do ano, mas não consegui. Ele já me conhecia, porque eu tinha procurado ele quando eu queria trabalhar. E ele falou, inclusive que estava armado e foi colocar a mão embaixo do banco do carro e eu estava sentada no banco do passageiro e falei que não queria ver arma nenhuma. Disse a ele que não precisava me mostrar que estava armado.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora chegou a ver essa arma?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não, não vi a arma. Ele falou que andava armado porque esses caras são bandidos e que eles poderiam matar a ele e a mim, a qualquer momento. Então, a senhora só tem que assinar o que eu estou mandando. E eu disse que sim, claro, fiquei acuada. Eu não gravei nenhuma conversa, porque não passou pela minha cabeça que ele iria me falar essas coisas. Mas, fiquei assustada diante daquilo. Eu não entendia o desespero dele. Ele falou que eu não iria colocar ninguém na equipe, que eu não iria mexer na escala e que eu não iria responder documento sem falar com ele. E disse: a sua função é como coordenadora, mas quem vai fazer tudo sou eu. Insistindo que a minha vida financeira iria ficar tranquila. Não discuti, sai do carro e disse que tudo bem, tranquilo e, procurei imediatamente a secretária Cecília Lorenzoni e falei para ela do ocorrido. E ela disse para eu ir trabalhar tranquilamente que nada iria acontecer comigo. Imediatamente, já nomeada, recebi um documento do Centro de Especialidades Odontológicas, solicitando dois cirurgiões bucomaxilo para a unidade, porque havia uma alta demanda de pacientes. Porque é diferente, o bucomaxilo, ele tanto atua em ambulatório, que é consultório, quanto atua em unidade hospitalar. E no caso do CEO, é ambulatório. Então me solicitaram esses dois bucomaxilos. Fui à Secretaria de Saúde e entreguei para a secretária e falei que precisava encaminhar dois cirurgiões para lá e ela disse que iria ver quem iria. E ficou com o documento e eu fui fazer minhas coisas. A gente não tinha setor de bucomaxilo, era um computador e uma mesa dentro da sala de marcação de cirurgias. Cheguei lá e pedi os documentos para eu saber se tinha material, quantos pacientes tinham, o que tinha sido feito e o que precisava fazer. Eu encontrei o setor zerado, sem nenhum documento. Chamei o Leandro e falei que eu queria os documentos e ele disse que iria me entregar. E aí, me manda um áudio e imagens, dizendo que ele tem muitas denúncias contra os colegas dentro da equipe, que ele tinha muitas provas. E eu falei a ele que isso era grave, que se ele tinha essas provas, ele tinha que denunciar. E ele me disse que já tinha denunciado tudo e que inclusive a diretora do hospital fazia parte desse suposto esquema.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Como é o nome da diretora?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Débora. Isso foi o que ele me falou por áudio, por mensagens, que ele me enviou. Eu nunca recebi nada em mãos, eu só tenho imagens de prints que ele me mandou. E ele me falou que em pouquíssimo tempo eu iria ter conhecimento desse grande esquema que tinha lá dentro. E eu não recebi documento algum desse servidor. Aí eu fiz um memorando para a direção do hospital, dizendo que eu gostaria de ter acesso aos documentos da coordenação para ter noção do serviço. Eu preciso saber onde estou entrando, preciso ter conhecimento do andamento do serviço. Perguntavam: Leandro, você tem material? E ele dizia: não. Leandro, tem isso? E ele dizia: não sei. Nada ele sabia me responder. Então, oficializei à direção e até hoje, acho que fiz esse ofício no dia 12 de setembro, e, até a presente data, ele não foi respondido. Até hoje eu não tive acesso a nenhum documento. A secretária fez uma reunião e me apresentou para toda a equipe e na equipe estavam seis concursados. Leandro Praia, Ricardo Brito, Sérgio Kussaba, Bruno Araújo, Rodrigo Acioly e Daniel do Carmo. Um concursado como dentista clínico-geral, que estava com desvio de função na bucomaxilo, que era Dennis Dinelly e na cooperativa, Silvana Ruiz, como cooperativada e eu, que tinha acabado de entrar como cooperativada. A secretária fez a reunião, disse que eu era a nova coordenadora. Falou que agora seria uma nova fase da bucomaxilo, porque tinha uma lista imensa de pacientes na lista de espera, muita reclamação da buco. Pacientes internados há sete meses, um paciente com fratura de face, internado. Então, tinha muita coisa assim. Faltava uma estratégia, um trabalho mais hábil para fazer o trabalho andar. Depois dessa reunião, me reuni com todos eles e perguntei se tínhamos material e me responderam que não. Daí, fizeram um grupo no whatsapp e me colocaram. Um deles me mandou um recado, dizendo que precisava conversar comigo sobre o caso da paciente Marizete. Era uma paciente que estava internada há mais de dez dias na unidade com múltiplas fraturas de face. E ele dizia que o material que tínhamos não era suficiente para operar a paciente. E eu falei a ele que teríamos que ver isso. E ele falou que se virar sequela, não seria a melhor opção, ao que eu concordei. Chamei todos eles e falei para vermos o que tinha de material. Vamos ver qual o setor do HGR onde existe material, que são as OPME que fala. Levei todos eles comigo. Todos eles foram. Pedi para que o instrumentador da empresa abrisse todas as caixas de materiais, verificamos que, realmente, tinha muita coisa faltando, mas não sabia como era o processo desses materiais. Perguntei ao Leandro, mas ele não sabia me dizer, porque nada ele sabia me dizer, só sabia me dizer que estava tudo errado. Fui à SESAU e perguntei onde eu me informaria sobre processos de material...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Só um minuto. Esse material é consignado ou é comprado?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Agora que eu vou chegar lá. Então, tomei conhecimento, estou falando de setembro de 2019, tá? Tomei conhecimento de que havia um contrato vigente, desde outubro de 2018. Um contrato ativo e ininterrupto, de consignação de matérias para bucomaxilo. E perguntei como eu faria para conseguir material e me responderam que era muito simples, bastava eu fazer uma requisição. Ainda perguntei se era só isso e me disseram que sim, que bastava eu fazer uma requisição. Ótimo, então falei.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, quer dizer que a alegação de que as cirurgias não poderiam ser feitas por falta de material é improcedente, em virtude de haver um contrato que, com apenas uma solicitação do material necessário, supriria?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Isso. Nesse período não existe em virtude do contrato. Inclusive, no meu relatório que está com o senhor eu coloquei o da empresa e o número do processo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Sim, nós temos toda a documentação, mas, é preciso que a senhora fale sobre o que foi apresentado. Não precisa falar tudo, mas, aqui nós temos tudo em contrato.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Muitas coisas eu não vou saber responder ao senhor, anterior a este período, mas lhe garanto que o contrato iniciou em outubro de 2018 e foi até 31 de dezembro de 2019.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E nesse período específico, havia cirurgias que deixaram de ser feitas no HGR e eram feitas em clínicas particulares?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não sei se eram realizadas em clínicas particulares. Mas, muitas cirurgias não foram realizadas. Eu vou chegar lá, só para não me perder aqui no caminho. Então, eu perguntei: como só fazendo uma solicitação vem o material? E a pessoa me respondeu que vinha sim. Então, me reuni com os colegas e falei para pegarmos o caso da paciente Marizete, pois, essa paciente já estava internada há muitos dias e a gente sabe que era tão ruim para o paciente como para a unidade. E perguntei se o material que a gente tinha dava para operar essa paciente? E os colegas falaram para mim, o doutor Sérgio Kussaba e o doutor Bruno Araújo, que o material que a gente tinha dava para operar, só que íamos zerar e eu disse que não tinha problema, porque aí eu faria uma requisição, pois, já tinham me dito que era só fazer uma requisição que o material viria. A equipe ainda duvidou, porque disseram que não era tão simples assim pedir material. E eu disse que a SESAU me garantiu isso. O setor da CEGUE me falou isso. Vamos lá, vamos operar a paciente. Fizemos o pré-operatório, marcamos o dia da cirurgia, porque cirurgia eletiva tem que ser marcada previamente. E nisso, a secretária me chama e fala que tinha decidido quem iria para o CEO. Disse que iria o Daniel do Carmo e o Rodrigo Acioly. Dennis Dinelly, que é concursado como clínico geral, vai voltar para a coordenação dele. A cooperativa, tu podes substituir. "Coloque pessoas que queiram trabalhar e não tiveram oportunidade". Aí, eu falei assim: "mas como, Secretária, se nem eu posso entrar na escala, porque eu não sou concursada?" Ela disse: "de onde você tirou isso?" Eu falei: "não, mas a Silvana nunca entrou em uma escala, porque ela não é concursada". Ela disse: "você deve entrar na escala, você não tem o porquê de não entrar na escala. São coisas bem distintas, o seu serviço como coordenadora do seu serviço como profissional. Dê oportunidade para aquelas pessoas que nunca conseguiram, que estão há anos tentando". Fizemos uma reunião com todos eles, falei com os colegas que eles estavam sendo remanejados e eles me questionaram o porquê. Eu falei para eles procurassem a Secretaria de Saúde, que tinha sido um ato discricionário da gestão. Outro colega, o Dennis perguntou para onde ele iria e eu falei que ele voltaria para coordenação dele, de onde ele era, né e começamos uma nova fase da bucomaxilo ali. Operamos a paciente, foi uma cirurgia bem demorada, foi uma paciente com múltiplas fraturas. Operamos com material que tinha dentro do HGR, eu não fiz nenhuma solicitação para essa paciente. Operamos com o que tinha. A cirurgia foi muito bem sucedida. No outro dia, a sobrinha dela me procurou, da paciente. Quando eu entrei na equipe me disseram assim: "Doutora, é o seguinte, quem está na porta do trauma de sobreaviso e recebe o paciente..." Se eu sofri um acidente, eu estou no sobreaviso, eu atendo o senhor no trauma e o interno. Quem vai cuidar do senhor no bloco é quem está na prescrição, que no caso era a Silvana, o Sérgio e o Bruno. Eu só ia ver o senhor quando eu fosse lhe operar, porque o senhor é meu paciente, ninguém podia operar, só eu, porque eu que lhe recebi. Quando a gente decidiu operar eu falei que a gente ia mudar essa forma. Quem recebia o paciente no trauma... o paciente vai ser acompanhado pela equipe inteira, não tem isso de meu paciente. Quem é que vai passar no bloco? Cada dia vai ser um profissional. Não tem esse negócio de só Silvana ficar no bloco. Eu vou

passar, todos vão passar, e quem vai operar? Vai operar quem estiver escalado no dia. Então, não interessa se fui eu quem recebi o paciente.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Existia algum pagamento diferenciado para quem fazia cirurgia?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – No meu período?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não, porque o que dá a entender é de chegar esse paciente, e o paciente ser do profissional, é porque ele iria ganhar algo a mais. Existia isso?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Segundo o ex-coordenador Leandro Praia, existia.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Mas a senhora...

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eu desconheço. Então, fiz esse acordo com a nova equipe. Não foi uma nova equipe, apenas colegas foram remanejados. Falei: vamos fazer isso? Então, quem é esse do dia de segunda-feira no centro cirúrgico? Por exemplo, dia de segunda-feira no centro cirúrgico é eu e a Silvana. Se o paciente está apto para operar, vamos marcar para segunda. Quem é segunda? Todo mundo tem conhecimento de todos os pacientes. Ninguém vai para o centro cirúrgico olhando para exame na hora para ver o que tem que fazer. Todo mundo tem, todo mundo acompanha. Quando foi que isso me chamou a atenção? Depois da cirurgia quando a sobrinha da paciente me procurou. A paciente já ia ter alta e depois que tem alta é acompanhada no Coronel Mota. E aí você vai de acordo com cada cirurgião, se tem que comprar uma vez por semana, a cada 15 dias, até o paciente ter alta ambulatorial. E já estava próximo da paciente ter alta. Acho que ela teve alta com 48 horas, estava muito bem mesmo, apesar de uma cirurgia muito grande. Foram quase 5 horas de cirurgia. E a sobrinha falou para mim que era advogada, que ela tinha conhecimento de um esquema dentro da bucomaxilo onde os pacientes ficavam muito tempo internados. A equipe alegava... ela não me deu nomes, e a equipe alegava que não tinha material.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Essa advogada era sobrinha de qual paciente?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Da paciente Marizete.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É a Marizete ou Elizabeth?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Elizabeth é um caso judicial, antes de mim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E você tem o nome completo da Marizete?

A Senhora Juliene **Monauer Amorim** – Tenho.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Só para a gente frisar aqui.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Marizete de Oliveira Pereira.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Pode continuar.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Então a sobrinha me procurou, dizendo que... o nome da sobrinha se chama Iana Pereira dos Santos. Ela dizia conhecer, ouviu falar de um suposto esquema dentro da bucomaxilo, onde o paciente...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Perdão, Iana?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Pereira dos Santos, página 17. Então, dizia conhecer e se eu poderia acompanha-la até a delegacia. Eu falei: mas o que eu vou fazer na delegacia? Ela disse: só quero que a senhora me diga como que minha tia foi operada. E eu fui com ela. Peguei prontuário da paciente. Ocorreu um caso curioso, que depois a delegada me indagou sobre isso quando eu comentei, eu não sei se eu comentei contigo, mas o prontuário da paciente Marizete sumiu no dia da cirurgia. Na hora em que o maqueiro saiu do centro cirúrgico para pegar a paciente, o prontuário dela sumiu. A gente não podia levar a paciente para o centro cirúrgico sem o prontuário. A família ficou desesperada, porque a cirurgia ia ser cancelada e depois a gente descobriu que tinham sido alunos do curso de graduação de odontologia, que

faziam parte da equipe dos ex-integrantes, que botaram o prontuário meio que escondido para ninguém pegar e a cirurgia ser cancelada. Mas na época eu não tinha essa maldade. Eu pedi só depois.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Esconderam o prontuário.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Isso, para o paciente não poder ir para o centro cirúrgico. Então, a família me chamou, a cirurgia estava marcada para 2 horas da tarde. Isso aconteceu por volta do meio-dia. Eu larguei tudo que eu estava fazendo e corri para o hospital para ir atrás do prontuário. Sabia que os alunos tinham ido lá, porque enfermagem tinha me falado. Eu falei que esse prontuário tinha que aparecer e não me interessava como, porque a gente não ia cancelar a cirurgia da paciente. Paciente em jejum, centro cirúrgico já com tudo pronto, tudo certo. Vai para cá, vem para lá e vai para cá, alguns alunos: não eu dei para fulano, para ciclano, eu dei não sei para quem, apareceu o prontuário, depois de meia hora procurando.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Estava com quem, o prontuário?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Com os alunos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Exatamente com qual aluno?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eu preciso ver nas minhas mensagens, mas eles disseram que foi descuido deles. Eu também não vi maldade. Eles disseram que foi descuido deles, que deixaram em uma sala e foram para outra sala. Só que quando eu fui relatar isso com a sobrinha e com a delegada, de uma maneira informal, falaram: olha, isso é estranho sumir prontuário. Eu falei: enfim, mas a gente achou o prontuário. Então cheguei à delegacia, a sobrinha pediu para que eu fizesse o relato da paciente, tanto que não foi nem o BO que eu fiz, foi um termo de depoimento. E o delegado me perguntou: você comprou material para operar? Eu falei que não. Ele perguntou: de onde saiu esse material? Eu falei: de dentro da unidade. Ele perguntou: alguém entregou, alguém doou esse material? Eu falei: Não, também não. Ele perguntou: Ninguém comprou? Eu falei: Não. Ele disse: porque há uma investigação, referente aos bucomaxilos aqui na delegacia. Eu não sabia, tomei conhecimento a partir daquele momento.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Isso na Polícia Civil?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Polícia Civil. E aí fiz o depoimento, páginas 20, 21, fiz o depoimento, fui embora e aí começaram a vir diversos pedidos de documentos da delegacia, para a gente no HGR. O delegado já tinha me falado que havia uma investigação e, então, o que me solicitavam, eu mandava. Eu enviei o documento do Leandro, também, dizendo que eu não tinha recebido a documentação. Sobre o remanejamento dos dois colegas do CEO, foi remanejada a carga horária completa. A carga horária de um concursado é de 20 horas e eles foram remanejados com as 20 horas para o Centro de Especialidades Odontológicas.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O Senhor Daniel do Carmo e o seu Rodrigo Acioly.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Exatamente. Porém, quem é lotado no HGR com 20 horas, fica assim: 16 horas no HGR e 04 horas no Coronel Mota, porque tem que dar o atendimento pós-operatório ao paciente que é operado no HGR. Então, é de praxe isso. Eu tenho carga horária no Coronel Mota. Então, os colegas faziam 16 horas no HGR e 4 horas no Coronel Mota e eu entreguei esse remanejamento do Daniel e do Rodrigo no Coronel Mota. E não sei por que, até hoje eles assinam, eles batem ponto. Têm ponto deles aí no relatório do dia 25 de maio de 2020. Eles continuam assinando ponto no Coronel Mota. Não sei que carga horária deles é essa. Eles não atendem no ambulatório da buco, foram com as 20 horas para o CEO, mas continuam...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Só para a gente entender melhor. Eles foram remanejados para esse CEO (Centro de Especialidades Odontológicas) e lá eles deveriam trabalhar 20 horas, cumprindo a carga horária deles.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Além dessas 20 horas, eles batem ponto no Coronel Mota, é isso?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** - Eles têm uma carga horária no Coronel Mota, mas não sei de onde que foi essa carga horária.

O Senhor **Deputado Jorge Everton** – De quantas horas?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** - Rodrigo Acioly tem 6 horas; Daniel do Carmo, 8 horas e Dennis, 8 horas. Eu também não sei de onde sai isso, porque o Dennis é concursado como dentista clínico-geral e o Coronel Mota se chama clínica especializada Coronel Mota, ou seja, são para especialistas.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Me explica qual é esse problema, de além das 20 horas que eles têm lá, nesse centro, eles trabalharem mais 6 horas. Existe algum impedimento? É isso que eu não consegui entender na sua fala.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eles fariam o que no Coronel Mota?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É isso que estou perguntando e preciso que a senhora nos explique.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Porque o Coronel Mota é ambulatório daqueles pacientes que precisam ser operados ou que já foram operados, ou demanda espontânea da bucomaxilo. E, assim, eles têm carga horária, eles assinam todos os meses, só que eu não sei onde eles atuam.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eles são remunerados por isso?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não sei.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas a senhora, como coordenadora, não tem acesso?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Quando eu fui falar para a direção técnica do Coronel Mota sobre isso, eu levei para ela o ponto. Ela falou assim: você é a coordenadora da bucomaxilo no HGR, aqui você é só mais uma servidora.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem falou isso?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Kairu Sam. Ela é diretora técnica ou administrativa, alguma coisa assim do Coronel Mota. E aí, eu fui na SESAU, no RH e falei dessa situação e falaram que isso teria que resolver no Coronel Mota. Quando ela disse assim: "você não tem competência dentro do Coronel Mota, só no HGR" eu nunca mais falei nada. Diante disso, desse remanejamento dos colegas, eles entraram na justiça com o Mandado de Segurança, atribuído ao meu ato, ao remanejamento deles, dizendo que era um ato abusivo e que eles deveriam voltar imediatamente para o HGR. Com o mandado de segurança urgente, tutela antecipada, pedindo para voltar urgentemente para o HGR, porque eles tinham uma produção muito alta, a população de Roraima ia perder muito, pois eram os únicos profissionais habilitados no estado e a população ia sofrer pela falta deles. E o juiz interferiu dos dois, tanto do Rodrigo como do Daniel, dizendo que não via nada de ilegal, dizendo que o remanejamento não era ilegal, não era desvio de função, eles foram para mesma função, e o juiz não levou em consideração o fato de serem os únicos habilitados do estado.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A função, a atribuição deles lá nesse centro, seria exatamente o que?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Cirurgião bucomaxilo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, eles continuam atuando como cirurgião bucomaxilo? Eles não estão parados?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não. O CEO é um Centro de Especialidade Odontológica. O dentista, quando se forma, ele é clínico geral, ele pode fazer tudo. Quando ele faz especialização, então, o que o CEO tem?

O CEO tem especialista em prótese, tem especialista em canal, tem um especialista em gengiva, e tem especialista em bucomaxilo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E qual o problema de atuar no CEO e não no HGR? A condição de trabalho é diferenciada, é exigido mais do profissional?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Nem o trabalho e nem o salário.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Igual? Não há perda?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Exatamente. Nenhuma perda.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu só queria entender essa preocupação em retornar para o HGR.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eu também não entendi, exatamente.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Pode continuar.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Então, sobre essa fila de 400 pacientes na fila de espera, me reuni com a equipe que sobrou e perguntei se eles topavam fazermos um mutirão voluntário, uma ação, sem a gente cobrar hora extra, plantão extra, para podermos atender e reavaliar todos os pacientes da lista de espera. A lista de espera que eu encontrei, que a SESAU me entregou, foi uma lista de espera feita pelo ex-coordenador Rodrigo, onde tinha o nome do paciente, o procedimento, o cirurgião e o contato. Já achei estranho, por que tem que ter o cirurgião? É como os colegas haviam dito, que o paciente tinha dono. Então, se o senhor entrou no trauma e eu lhe recebi, o senhor é meu, ninguém lhe opera. Então, já achei estranho ali. Os colegas toparam fazer a ação. Perguntei da Secretária se ela autorizava, não é? Tinha que pedir autorização dela, porque a gente tinha que pegar o Coronel Mota em um dia de sábado, pois durante a semana não dava. Ela autorizou. Falei com a direção, com a Kairu mesmo, pedimos autorização, um sábado e quatro consultórios. Fomos para a imprensa, fomos para a televisão, demos entrevistas, publicamos nas redes sociais esse mutirão para chamar os pacientes. Eu mesma liguei para todos os pacientes. Óbvio que eu não consegui falar com todos. Alguns telefones desligados, outros não existiam, alguns nem sabiam o que era bucomaxilo, disseram que nunca tinha entrado no HGR. Mas, tudo bem.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E essa lista com esses nomes, a senhora falou que alguns nem sabiam do que se tratava porque, nunca teriam ido nem no HGR.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Teve um que teria que fazer uma cirurgia peniana e ele estava na lista. Ele falou: não, eu tenho problema em outro lugar, não no rosto.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora chegou a tentar descobrir como o nome dessas pessoas entrou na lista?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Quem colocou foi o coordenador antigo, Doutor Rodrigo. Então, a gente começou a reavaliar. Os colegas foram, revezamos, passamos o dia inteiro avaliando, não deu o número que a gente esperava, foi um número bem baixo, só que ao longo da semana foram aparecendo outros pacientes. Nesse dia do mutirão, cada um estava no consultório e a doutora Silvana me chamou para ouvir uma paciente. Quando eu entro, a paciente estava com os exames, estava com um processo na mão e me relatou o caso. Muitos anos atrás, ela teve um problema na articulação temporomandibular, que a gente fala muito de ATM. ATM que a gente chama. E essa paciente foi tirar um pedaço da mandíbula dela e colocar uma prótese, uma prótese de estoque que a gente chama, que é comercializada tamanho P, M, G. O cirurgião avalia qual a indicação do paciente. E essa prótese estava dando muito problema para ela, estava com dor e muitas reclamações. Ela procurou atendimento no HGR, os colegas disseram que não tinham condições de substituir essa prótese, porque não tem prótese de materiais. De fato, a gente não tem. E ela entrou na justiça, como os colegas haviam dito para ela.

Isso ela me contando, que o juiz determinou que ela fizesse três orçamentos e ela foi fazer. Ela fez com dois colegas, Daniel e Dennis, ela mesma conta que era um consultório do lado do outro e já que estava lá, ela fez lá mesmo. Ela falou que ela fez dois orçamentos, o juiz mandou fazer três, só que ela só fez dois, com o Daniel e ao lado tinha o consultório do Dennis. Eu não sei onde é que é o consultório. E então ela nunca tinha sido chamada para operar e estava com dor. Estava me procurando por causa disso. Já tinha mais de oito meses, não sei quantos meses, já tinha um bom tempo e ela queria uma resposta. Eu não sabia do que se tratava o caso dela, mas sabia que ela tinha entrado na justiça. Eu falei assim: olha, eu não tenho como ajudar a senhora aqui, agora, porque a gente não tem prótese. Vamos fazer o seguinte, vamos lá na SESAU, eu vou levar a senhora no setor jurídico para ver isso, porque se o estado já pagou, o nome dela nem constava na minha lista. Se o estado já pagou, o estado entende que o problema já foi resolvido. Então, ela foi na segunda-feira comigo na SESAU, e eu a levei até o setor jurídico. Ela com advogado da SESAU, e o advogado perguntou o caso. Ela começou a contar e eu estava junto. Ela disse assim: eu achei estranho, porque eu fui chamada na Polícia Rodoviária. Eu falei: Polícia Rodoviária? Polícia Federal? Ela falou sim, um prédio. Perguntei: a senhora foi chamada lá para quê? Ela disse: não, é porque o delegado queria saber desses três orçamentos, mas eu só fiz dois. Eu falei assim: mas a senhora fez dois e ele disse que a senhora fez três? Ela disse: é, ele disse que o terceiro é de um tal de Leandro Palha. Eu perguntei: Ué, mas a senhora não fez um orçamento com ele? Ela disse: Não, não fiz. Enfim, ela queria resolver o problema dela e com razão.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Como é o nome da paciente?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Edna Lúcia. Tem o processo dela aí no relatório.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Edna Lúcia Batista de Souza.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eu acho que é. A então advogada da SESAU, em minha presença, foi lá no setor jurídico, solicitou o processo dela, porque se o estado pagou tem que ter alguma coisa lá. E, de fato, havia pago, havia um comprovante de 37 (trinta e sete) mil e um comprovante de 179 (cento e setenta e nove) mil.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Foram pagos os dois procedimentos?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eram dois depósitos, um de 179 e um de 37, deixa eu lhe dar o valor exato.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E ela não tinha feito a cirurgia?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Ainda não. Página 53 e 54.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, já existia o bloqueio judicial com depósito na conta dos bucomaxilos.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim. Eu não sei de quem foi a conta, deixa eu ver aqui, uma foi Prosserv.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Para a empresa, houve pagamento para a empresa?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Isso. E a outra Ortoface Implante, não conheço.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – As duas empresas receberam?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Segundo o comprovante que consta aqui no processo delas, sim. E aí ela falou assim: não, porque vou botar uma prótese customizada. Prótese customizada? Se a gente tem a prótese de estoque. Bom, já mexeram na paciente. A paciente que é mexida na ATM dele, nunca mais é a mesma coisa. Se o senhor quebrar um copo de cristal e tentar remendar, vai dar certo? Não, a ATM é a mesma coisa. Existem estudos cientificamente comprovados que há procedimentos menos invasivos e tão eficazes para que não seja levado a uma prótese de ATM. Uma prótese de ATM é o último estágio de um tratamento. Então, paciente está no primeiro degrau e eu vou botar logo lá, no topo, sem deixar, sem permitir que ele passe pelas

outras etapas? Era o que de fato eu vi acontecendo com outros pacientes, mas no caso da Edna Lúcia, foi solicitado uma prótese de ATM para ela, customizada, que nem no Brasil é feita. Essa prótese custa mais 250 mil reais, só a prótese. Nós não temos no estado, hoje, nenhum profissional habilitado para colocar sozinho uma prótese de ATM.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E quem solicitou isso?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Dennis.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor Dennis Dinelly?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Isso, porque é ele quem estava como cirurgião responsável. Mas, enfim, a justiça acatou, fez o estado pagar e a paciente não foi operada até março, que eu saiba, a paciente não tinha sido operada. Mandou mensagem, dizendo: pelo amor de Deus me ajuda, eu estou com dor! Mas, isso foge da minha competência.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Só uma pergunta: essa mensagem de março também consta aqui no relatório?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eu não sei, mas eu tenho.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Se não constar, eu peço que a senhora imprima e nos encaminhe.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Deixa eu anotar aqui. Então até março eu tive contato com ela.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora Edna está intimada para ser ouvida aqui pela CPI.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Mas eu não sei se ela foi operada. Então, assim, até março eu lhe garanto que não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Por isso que é importante essa mensagem de março. Pode continuar.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – E então no caso da Edna Lúcia, ela falou assim: olha, ninguém está me procurando, não sei o que fazer. E aí eu tive acesso aos documentos dos colegas. Houve uma audiência entre eles e o juiz, está escrito assim: "opta pelo orçamento do senhor Dennis Dinelly" e mais embaixo está dizendo assim: "Como o cirurgião não será pago, porque será no HGR". Eu falei: que coisa mais contraditória, como ele ganha um orçamento por ser o menor preço e vai operar dentro do HGR, por ser do estado? Primeiramente, ele cobra só a mão de obra, 84 (oitenta e quatro) mil reais.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, a decisão judicial exclui o quê? A mão de obra?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Em um documento eu vi que exclui. Mas, eu não sei como foi o final, o que ficou acertado no final. Eu vou juntar documentos que eu peguei da PROGE, porque foram feitos esses dois depósitos de 179 mil e o de 37 mil e ele tinha dado um orçamento de 84 mil e outro de 104 mil, só que parece que houve um acordo depois, já com o Leandro na coordenação, que seria feito no HGR e só seria pago o material. Eu, de fato, não sei o desenrolar. Eu tenho que ver no processo. Outras situações que foram me chamando a atenção, havia uma grande demanda para prótese de ATM de pacientes que chegavam lá com a gente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Perdão. Retorna essa parte aí da cirurgia, do valor aí, que eu perdi um pouco a concentração aqui. A senhora estava falando do valor inicial de quanto?

A Senhora Juliene **Monauer Amorim** – O orçamento dele, segundo a PROGE?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Essa daí é aquela prótese que não tem ninguém apto para fazer aqui?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sozinho, não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O que seria esse sozinho não?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Ninguém opera sozinho.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quando há uma cirurgia, por exemplo, se o Dennis foi o que iria fazer a cirurgia, normalmente o outro cirurgião bucomaxilo o acompanha?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não acompanha. Mas no caso de prótese ATM, pela complexidade, vem um de fora.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – De fora de onde a senhora fala?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – De fora do estado.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Teria que vir alguém de fora do estado? Tá. Então, quanto foi que ele orçou só a mão de obra?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – 84 mil.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – 84 mil. E quanto seria efetivamente o valor normalmente pago, porque a senhora está falando que é algo complexo. Quanto seria pago uma mão de obra dessas?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Para colocar prótese de ATM? Só a mão de obra não chegaria a 30 mil.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não chegaria a 30 mil, mesmo sendo especializado, mesmo precisando. E o valor da prótese em si, porque isso é a mão de obra.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – A customizada, realmente, é superior a 200 mil reais. Só que a gente tem a prótese de estoque.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Essa que foi orçada, foi a customizada? Foi no valor de quanto?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Então, eu acho que são esses depósitos que eu lhe falei, né? 179 mais 37 mil.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Que chegaria a esses 200 e... Pelo que eu entendi, a mão de obra era pago ao dentista bucomaxilo e o material era pago à empresa. Esse valor, a senhora falou que tá superfaturado, da mão de obra. Esse valor que a senhora tá falando que está superfaturado, e a placa em si, que foi paga à empresa está no valor.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – A prótese customizada, realmente, é esse valor, só que a gente utiliza no Brasil e, principalmente no SUS, a prótese de estoque.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora sabe dizer... essa moça, aqui, ainda não foi operada até março?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Até março.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas o dinheiro já entrou na conta, tanto da empresa como do profissional?

A Senhora Juliene **Monauer Amorim** – Eu não sei de quem são essas contas.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tá, mas há um depósito.

A Senhora Juliene **Monauer Amorim** – Há dois. E deputado, só um adendo. Há uma possibilidade, por exemplo, o SUS, todos os colegas passaram todos os serviços de bucomaxilo do Brasil, não se usa prótese customizada no SUS, porque o custo é muito elevado. Existe a prótese de estoque, que custa em média dez, quinze mil reais, não sei lhe precisar o valor exato, mas não chega a vinte mil reais.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E o efeito é igual?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Customizada ela é toda desenhada para o senhor, mas uma prótese de estoque, também.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Antes que eu esqueça, a senhora continua ainda como coordenadora?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Até hoje sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora teria condições de fazer um levantamento, se é que a senhora já tem, de todos os processos que foram judicializados e que foram pagos?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Está no meu processo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Qual é a folha para que os meus colegas possam acompanhar? Esse que você passou não tem todos.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Ah, eu não tenho, realmente, eu não tenho. Esse aí eu peguei na SESAU.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu preciso de um mais detalhado e com o contato dos profissionais, porque eu pretendo solicitar, através da CPI. Vou apresentar um requerimento, solicitando perícia, inclusive, do Conselho Federal de Odontologia, que mande peritos oficiais do conselho para nos assessorar e nos apoiar, para constatar que as cirurgias foram feitas e o material que foi utilizado. Isso tudo eu pretendo fazer. Então, eu preciso desse detalhamento, do número do processo, nome do paciente, nome do médico com esses detalhes para que a gente possa...

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – No caso, queria falar sobre a prótese customizada. Essa prótese tem o valor tão elevado que quando a gente compra prótese, a empresa já fornece o cirurgião para a colocação da prótese.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E o preço já está incluso na prótese?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim. Eu não sei se dessa empresa, onde eles compraram, mas, assim, de praxe, no Brasil, é assim. Se eu tiver um paciente, hoje, particular, de prótese de ATM, de colocar uma prótese nele e for customizada, quando eu entrar em contato com a empresa, a empresa vai dizer: oh, a gente vai fornecer o cirurgião! Então, comecei a ver muitos pacientes com problemas de ATM. É comum, é muito comum, um paciente ter disfunção de ATM, provavelmente, aqui, de nós, um monte deve ter, só que para chegar em um estado do colocar uma prótese, é muito distante. Então, eu vi que os pacientes chegavam lá para gente, dizendo assim: "eu estou com problema na ATM e acho que vou precisar de uma prótese, então vou ter que entrar na justiça". Mas, calma aí, para que botar uma prótese? Eu dizia. E eles: "porque o doutor disse que eu tenho que colocar uma prótese". Eu falava: "calma, vamos olhar os exames". Então, eu vi que era muito corriqueiro. Era um protocolo, o paciente dizia que estava com dor na articulação, viam que estava ruim mesmo, e dizia que estava fora da cavidade e que iam colocar uma prótese. Não é assim. A gente vai mutilar um paciente para colocar uma prótese caríssima? Não existe isso, gente! Mutilou um paciente, nunca mais volta ao normal. Estão arrancando um pedaço do corpo dele. Esse osso nunca vai se regenerar. Mas, vamos lá, quando começamos a tratar os pacientes de articulação mandibular, a gente operou muitos até 31 de dezembro, porque tínhamos material. Aí, chega para mim uma mãe de uma filha de 14 anos de idade. A mãe senta na minha frente, lá no Hospital Coronel Mota, com um monte de documentos na mão e falou assim: "minha filha tem um tumor e eu estou desesperada". Eu pergunto: "o que aconteceu?" Ela disse: "minha filha está há mais de um ano na fila de espera, eu preciso que ela seja operada. Ela já foi levada para o centro cirúrgico do HGR e quando ela estava na mesa de cirurgia para ser operada, o anestesista cancelou a cirurgia" Perguntei: "Por que ele cancelou?" Ela disse: "Não sei, acho que não tinha remédio". A mãe falando, não sei se é verdade ou não. E ela com os documentos na mão. Pedi para ver os documentos da filha. Ela me entregou e está no meu relatório, lá, na página 61, a indicação do colega falando: remoção de tumor de maxila e osteotomia de maxila, que é o corte do osso. Me entregou isso aqui, eu olhei, depois ela me entregou o documento que ela tinha que entregar lá no HGR para ela poder ser internada, onde o profissional relata: dor e abscesso. Abscesso é quando está inchado, saindo pus, febre, que ela tinha um tumor de maxila. Também tinha o risco cirúrgico dela, a paciente passou por cardiologista com 14 anos de idade. Para fazer anestesia geral, ela precisava passar pelo cardiologista, é o risco cirúrgico. Eu perguntei para a mãe: o que você tem de exame aí? Ela me deu. Quando eu olhei o exame, eu quase caio para trás. Não tinha laudo, mas pela radiografia qualquer dentista

de graduação, se vocês levarem lá na Catedral, eles vão identificar. Era um dente no céu da boca, o tumor que eles disseram que ela tinha era um dente no céu da boca. Eu e a doutora Silvana tiramos o dente com anestésico local, com a paciente sentada na cadeira.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Não tinha tumor?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Nenhum.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Qual foi o bucomaxilo?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Rodrigo Acioly.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - A senhora pode continuar.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Essa foi uma das atrocidades que eu comecei a perceber. Paciente esperando há quase dois anos por uma biópsia e o paciente dizia que não existia material para fazer a biópsia. Para que os senhores entendam, para gente fazer uma biópsia a gente só precisa de uma lâmina de bisturi e isso tem na porta do trauma. E o paciente há dois anos, dizendo: está crescendo o meu tumor e não sei se isso aqui é um câncer. A gente fez dentro de uma salinha no PA do HGR. A gente removeu, fez a biópsia, o colega da equipe Dr. Sérgio mandou para análise, risco patológico, em Araraquara, se não engano São Paulo, por conta própria. Veio o resultado, a gente viu o resultado e viu que já envolvia glândula. Chamamos o pessoal de cabeça e pescoço, que é outra especialidade e resolvemos o problema do paciente. E o paciente há dois anos esperando, para quê?

O Senhor Relator **Jorge Everton** - E era apenas a remoção de um dente?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não, esse segundo aí era só fazer uma biópsia. A menina que foi do dente.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Essa do dente, demorou quanto tempo?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Na fila de espera? Mais de um ano. Para o senhor ter uma ideia, se a indicação da cirurgia dela foi marcada para o dia 10/05/2019 e eu a recebi em novembro e dezembro, antes ela já estava esperando.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Só um minuto, essa cirurgia que foi suspensa, que seria em tese um tumor e que foi um dente, houve pagamento dessa cirurgia ou seria feito pelo HGR?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Pagamento pelo estado? Não. Segundo o coordenador Leandro, da Cooperativa, haveria um pagamento de produção.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas essa situação foi judicializada?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não. Só a descrição que não era compatível com o paciente. Muitos pacientes que chegam para mim no Coronel Mota, falam que fazem tratamentos ortodônticos com o Dr. Rodrigo, na clínica dele, e que procuram o HGR para fazer osteotomia de mandíbula maxilo, que é a extração de dente. É necessariamente extrair dente de paciente em centro cirúrgico? Claro que não. Submeter paciente há uma anestesia geral para tirar um dente? Claro que não. Há casos que sim, um paciente portador de necessidades especiais, às vezes ele não para numa cadeira odontológica. Pacientes onde o dente é incluso e está perto de um osso, de um nervo, que possa trazer algum risco para o paciente, aí a gente faz. Nós já fizemos, a nossa equipe já fez extração de dente em paciente no HGR com anestesia geral. Nós colocamos no boletim operatório que nós fizemos extração de dente, A gente nunca colocou que era a remoção de um tumor, sendo um dente. Então, esses pacientes da ortodontia da clínica particular do colega, que me procuravam e me diziam que eles estavam ali para marcar, para remover o dente deles, eu mandava eles para o CEO (Centro Especializado de Odontologia), porque lá é que eles tinham que arrancar o dente, não tinha necessidade de eles fazerem no HGR. Então o coordenador anterior a mim, Leandro, dizia que isso era feito porque eles ganhavam por produção da cooperativa, e existia assim a produção P, M e G, pequena, média

e grande. Então vamos supor, eu não sei: extração de dente, pequeno. Osso quebrado, médio. Remoção de tumor, grande. Então, cada uma tinha um valor, não sei dizer quanto.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** - A senhora tinha acesso a esses pagamentos?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – A cooperativa nunca me deu. Eu já solicitei e disseram que não, só para a polícia.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** - Mas dos procedimentos. a senhora tem?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim, tenho e está aí no relatório.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Qual a página?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – 64

O Senhor Relator **Jorge Everton** - OK. Pode continuar.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Com isso, até 31/12/2019, que era o término do contrato vigente desses materiais, nos zeramos a fila de espera e zeramos todos os pacientes do HGR. Como que a gente conseguiu fazer isso? Eu solicitei da secretária a autorização para a gente fazer um mutirão, pagando sobreaviso para o profissional que fosse operar, dia de sábado, domingo, natal e ano novo, por quê? Porque dia 31 acabava o contrato, nosso material era consignado e a gente não ia ter em estoque. Então, senão operasse até dia 31 de dezembro, sabe Deus quando íamos operar de novo. Ela disse: vai lá pode fazer. Ela sempre me deu a maior abertura para eu fazer o melhor trabalho. Nunca colocou uma objeção. Tudo o que a equipe pedia, ela prontamente atendia. Ela falou: podem fazer. Eu mesma, Juliene, operei com o Dr. Ricardo Brito, no dia 24, na véspera de natal e no dia 31 de dezembro, o dia inteiro, e nós zeramos a fila. No Coronel Mota a gente recebe pacientes de fora, que é onde a gente tem acesso mais que no HGR. Paciente chegava para mim e dizia assim, isso já foi em janeiro: eu soube do mutirão que teve e vim operar. Nossa, eu ficava arrasada, porque o material tinha acabado no dia 31 de dezembro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Esse material existe hoje?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Até hoje, não, mas eu vou chegar lá. Aí eu perguntava do paciente: o que foi que aconteceu? Eu sofri um acidente no período tal, o fulano de tal me atendeu e disse para eu entrar na justiça, mas eu não quis entrar na justiça, porque a justiça é lenta. Então, eu falava para o paciente: olha, registra um boletim de ocorrência, me dá seus dados que quando chegar material, eu entro em contato. Os pacientes foram registrar os boletins de ocorrência e traziam para mim. Estão aí, no relatório, onde o colega atendia e dizia: eu quero atender, mas não tem material. Eu tenho um áudio de um paciente, onde o profissional o mandou entrar na justiça.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - O profissional o quê?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Orientou ele a entrar na justiça.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - A senhora poderia depois encaminhar para o Henrique, nosso secretário, esse áudio. Se preferir colocar em um pen drive os áudios que a senhora possuir para que a gente possa juntar.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Por e-mail, pode ser?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Pode, a senhora combina depois ao final.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Às vezes o paciente chegava lá no Coronel Mota. Não sou só eu que atendo no Coronel Mota, todos os outros colegas da equipe atendem no Coronel Mota, exceto a doutora Silvana, porque ela já está todos os dias de manhã lá no HGR. Então, a gente tem uma demanda muito grande lá. Quando se fala cirurgia de bucomaxilo no estado, eles vão ao Coronel Mota e isso cai na nossa mão. Quanto mais o paciente tem condições, dinheiro, para operar na Unimed ou no Lotty Íris, ou em qualquer hospital particular, primeiramente, ele vai passar por nós, porque o HGR é porta de

entrada. Qualquer um que se acidenta, o SAMU leva para onde? Para o HGR. Então, passa pela gente, a gente tem conhecimento disso. Então, chegava pacientes lá com laudo de clínica particular, alegando que tinha sido encaminhando para lá. Então, eu não vou me aprofundar muito, porque está aí no relatório. Se o senhor quiser depois mais dados, é só chamar o paciente. Eles me acusaram de ter ido atrás dos pacientes e ter conseguido essa documentação. Mas não, os pacientes também procuram outros colegas para relatar. Eu não fui atrás de ninguém. Quando eu assumi o serviço, o antigo coordenador disse para mim que estava tudo errado e se ele não me entregou nenhum documento, é obvio que tem algo errado. Algo está sendo escondido ali, não é? Quando foi dia 31 de dezembro o material já tinha acabado, e em janeiro começaram a me procurar e eu sabia que o pregão estava marcado para o dia 13 de fevereiro. A gente faz o processo de licitação de materiais oito meses antes, a gente monta o processo e quando a servidora da CEGUE veio me mostrar o processo, eu vi que tinha uma impressora 3D. Eu falei: para que essa impressora 3D? Não, o antigo coordenador pediu que colocasse. Mas para que? A gente não tem nem placa e parafuso para arrumar um osso quebrado, vai ter uma impressora 3D para que? Ela disse: Não, é porque a neuro também vai usar. Eu falei: não pede pela buco. Tiramos da lista e o pregão ficou marcado para o dia 13. Antes de chegar o dia 13, teve troca de secretários, assumiu o secretário Allan Garcês e o material nada. Não se ouvia movimentação, nada e a gente com os pacientes. O que a gente começou a fazer? Pacientes entravam e a gente não podia ficar segurando paciente por seis ou sete meses. Então, a gente fazia toda a medicação no paciente, fazia todos os exames pré-operatórios e quando o paciente estava bem, a gente mandava para casa e acompanhava no Coronel Mota. Eu vi um senhor comentar assim, eu estava acompanhando o depoimento da colega pela televisão: tantos anos de serviço e tão poucas cirurgias judicializadas, não é? Eu lhe afirmo: vai fazer oito meses que estamos sem material e não temos nenhuma cirurgia judicializada, e nós temos quase 70 pacientes esperando e nenhum paciente judicializou. Nenhum paciente judicializou, não foi porque a gente impediu, a gente nunca falou para o paciente não judicializar, mas a gente dá toda a orientação ao paciente. O paciente é acompanhado e assistido e não é abandonado. Eu tenho paciente que vai comigo toda segunda feira, sete horas da manhã, ele está lá me esperando, porque quer saber do material dele, é um direito. Se ele for para a justiça é um direito que ele tem, mas a gente não tem caso de paciente judicializado, apesar de ter uma lista de setenta pacientes na fila de espera. Então, teve a troca de Secretários, os colegas começaram a me pressionar com relação aos materiais, porque a gente tem que dar uma resposta ao paciente, e eu, como coordenadora, tinha que falar isso para o secretário. Demorou para me receber e quando fui falar com ele, ele me disse assim: você é a coordenadora da buco? Sim. Você é concursada? Eu disse: não. Então ele disse: agora tudo vai mudar, só vai ter concursado na equipe. Eu falei: Secretário, tudo bem que o senhor vai me mudar, é um ato seu, é uma escolha sua, só que o corpo de concursados do estado de bucomaxilo não completa o serviço, porque tem o Coronel Mota, tem o HGR, tem o CEO (Centro de Especialidades Odontológicas) e tem o sobreaviso. Então, a cooperativa complementa o que falta para os concursados. Ele falou: eu já estou sabendo que tem muito esquema dentro da bucomaxilo, eu vou ficar só com os concursados e eles já me procuraram. Eu falei: já lhe procuraram? Eu sabia que os concursados da minha equipe não eram, senão já tinham me falado alguma coisa. Daí, ele me deu nomes. Eu falei: olha, Secretário, não é bem assim. Eu acho que o senhor tem que se reunir com a equipe toda. A história não é bem essa. Há cirurgias que foram judicializadas. Nisso, eu esqueci de falar, eu fiz um acordo com o Procurador, que quando chegassem as demandas judiciais para o estado pagar cirurgia, porque tinha paciente de 2017 e só depois que a justiça determinou

pagamento. Então fiz um acordo com ele, com o Doutor Antônio. Disse: Doutor Antônio, toda a judicialização que chegar da buco, o senhor pede para o paciente procurar a gente para podermos reavaliar, porque o estado do paciente muda de um período para outro, imagina mais de dois anos. Nessas reavaliações, a gente percebia que ou não tinha indicação para aquele procedimento ou a gente realizou dentro do HGR e o estado não pagou nada.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Para deixar claro, a senhora está falando que nessas reavaliações não havia a necessidade da cirurgia, naquele momento ou mesmo anteriormente, quando foi solicitada a cirurgia? Porque a senhora disse assim, reavaliar para ver se hoje, ainda há a necessidade. Poderia acontecer de no momento em que foi solicitada do bucomaxilo e, depois de reavaliada, haver necessidade?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Poderia, mas não foram esses casos.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Aproximadamente, quantos casos não precisavam de cirurgia?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Foram poucos, três ou quatro. O caso da dona Edna Lúcia, porque ela precisa, ela está com uma prótese de estoque, já foi paga, customizada. Já que foi feita só para ela, tem que ser colocada nela agora, porque não adianta colocar a prótese dela em outro paciente que não vai servir, o estado já pagou. Então, o caso dela é um caso que precisa. Mas outro paciente de prótese de ATM, a gente avaliou e não tinha necessidade. Em outro paciente era só a gente fazer uma ancoragem de disco, a gente fez dentro do HGR, sem pagar nada. Então, foi um acordo que fiz com ele: Olha, não deixa mais, conversa lá com o Juiz para não bloquear o dinheiro do estado, que a gente reavalia e ver, se não tiver condições, aí o estado paga. Chegou para mim também uma demanda do Ministério Público Federal, de uma paciente em que diz assim a situação dela. Vocês não vão entender o termo técnico, então eu vou ser bem clara. Mais ou menos assim: que o profissional indica ou um curativo no dedo do pé ou uma amputação, contraditório não, é? Ele está falando para eu fazer um curativo ou para eu amputar? Não existe um meio termo? Então a paciente chegou assim para gente com a determinação da Defensoria Pública Federal ou do Ministério Público Federal. É um órgão federal porque ela é indígena, que diz assim: ou uma ancoragem de disco, que a gente fazia no HGR, ou uma prótese de ATM. A prótese de ATM é arrancar tudo e colocar uma prótese. Eu achei aquilo muito estranho. E os colegas sempre me falando: olha, isso é muito comum, a gente vê em muitos pacientes, só que nem todos procuram a justiça, alguns ficam sequelados, outros vendem o que tem. Eu já ouvi a Doutora Silvana comentando aqui com vocês de gente querendo vender o que tinham, eu já ouvi relatos, para poderem pagar a cirurgia, porque têm medo de ficares sequelados. Então, assim, era muito estranho, era muito distante uma coisa da outra. Eu sempre rebati isso. Então, eu respondi essa demanda, têm mais ou menos uns quinze dias, onde eu digo para o Defensor Público Federal que vamos optar pela primeira fase do tratamento, vamos tentar dentro do HGR, se não der, a gente passa para a outra fase, e se não der, vamos passando de fase até a última fase, que é uma prótese de ATM. Se cientificamente é comprovado, por que não podemos tentar? Essa é uma das demandas.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Uma questão, a senhora falou que tem um áudio de um paciente narrando que foi orientado para procurar a justiça. Foi o único caso que a senhora teve conhecimento?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não, eu tive conhecimentos de outros casos. Eu tive os boletins de ocorrências dos pacientes. De áudio, eu só tenho esse.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Era somente esse profissional que estava indicando ou outros profissionais também, de acordo com os boletins de ocorrência?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- E quem seria esses outros profissionais de bucomaxilo?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Esse do áudio é o Rodrigo Acioly e do B.O., é o Daniel do Carmo.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Esses dois?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Mais algum?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Os que chegaram até mim só foram esses.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Qual a média de cirurgias bucomaxilo realizadas no período de 2017 a 2019, no HGR?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eu fiz um levantamento.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Fale a página, por favor.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Página 65. Eu fiz uma divisão. Fui eu quem fez esse gráfico. No primeiro gráfico, eu botei 2016, 2017,2018 e 2019, sendo que eu separei 2019, eu separei de janeiro a agosto e setembro a dezembro, que foi o meu período. Então, assim, 2019 eu não consegui dados. Não tem no Centro Cirúrgico, não tem nos computadores do HGR. Eu não achei os dados desse período. De setembro a dezembro, foi quando eu entrei. Então, a gente realizou 96 cirurgias, foi a maior média mensal, desde que têm dados catalogados da bucomaxilo. Nós não cancelamos nenhuma cirurgia. Nenhuma foi realizada por falta de material e não colocamos nenhum paciente na lista de espera. O que me causa estranheza é o seguinte: não diziam que não tinha material? Pelo menos era o que me falavam, que anterior a mim não tinha material. Como eram realizados os procedimentos nos anos anteriores? Eu não sei dizer.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Esses procedimentos eram feitos pelo HGR ou pagos particularmente?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Feitos no centro cirúrgico do HGR. Bom, é o levantamento que eu tenho do centro cirúrgico. Eu não tenho como afirmar se já foi pago ou não.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Como?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Esses aqui são dados que eu peguei dentro do centro cirúrgico, eu não sei se as cirurgias foram pagas ou não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Cirurgias pagas particulares eram feitas dentro do HGR?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Segundo o ex- coordenador Leandro Praia, sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- A senhora tem esses dados?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eu tenho o áudio que ele me mandou.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Mas não tem as informações?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não, eu não tenho.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- A senhora já falou da disponibilidade dos materiais cirúrgicos?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Assim, eu estava falando do secretário Alan. Daí eu fiquei sabendo pelos próprios colegas da minha equipe, que Leandro era concursado e não saiu da equipe. Ele continuou na equipe do HGR. Ele me ameaçou, disse que estava armado e me fez outras ameaças. Ele entrou comigo no centro cirúrgico, com paciente na mesa de cirurgia, o paciente ainda acordado, sem ser anestesiado, e veio me pedir para eu assinar um documento, porque ele queria voltar para as escalas das cooperativas. Eu dizendo que eu não ia assinar.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Só um minuto, porque eu não entendi. Inicialmente a senhora falou que entrou no carro do Leandro para conversar.

O Leandro afirmou que existia uma máfia e que por isso ele andava armado. Mas, eu não compreendi que naquele momento a senhora se sentiu ameaçada por ele. Eu entendi assim, me corrija se eu entendi errado, que ele se sentia ameaçado pela situação e andava armado.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Ele se sentia ameaçado pelos colegas, porém, ele estava me ameaçando que eu deveria fazer tudo o que ele estava mandando.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Então, eu preciso que a senhora repita os termos utilizados por ele para que seja constatada e afirmada realmente essa ameaça.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim. Ele falou para mim, que eu não devo mexer na escala, porque a escala quem vai fazer é ele; que eu não devo fazer nenhum documento; que eu vou apenas assinar; porque a minha vida financeira vai ficar muito boa com ele fazendo tudo. Na página 11 tem o Boletim de Ocorrência.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Ok. Depois eu dou uma lida, é que eu não entendi isso como uma ameaça, mas continue.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – E então eu pedi o afastamento do Leandro da escala da cooperativa e do HGR. Da cooperativa eu consegui e do HGR, ele foi com a secretária adjunta da época e alegou que era concursado do HGR. E não existe isso; ele é concursado da Secretaria de Saúde. Enfim, ficou na equipe um clima terrível, mas ele está na equipe até hoje. Ele não aparece para trabalhar, exceto nos últimos dias, porque agora ele manda mensagem, dizendo que ele está lá para cumprir horário. O secretário já deu falta no ponto dele, porque ele não aparece comigo para assinar e quando é no final do mês ele aparece para assinar tudo de uma vez. Eu já disse que eu não vou assinar embaixo. Ele entrega atestado na SESAU. Isso vem acontecendo desde outubro, em que o chefe imediato tem que assinar. E eu avisei à direção, através de documento, que eu não ia assinar a assiduidade de um servidor que não comparece. Ele fala que eu o persigo e que não o deixo operar. Ele tem os dias dele de operar, só que ele não aparece, a não ser que eu tenha que pegar ele em casa pelo braço e leve para trabalhar. Então, ele entrou com uma ação popular, semana passada contra mim, pedindo a minha destituição do cargo, dizendo que eu não sou especialista, que eu não sou concursada, que eu não posso atuar nem como bucomaxilo e nem como coordenadora e o Juiz simplesmente indeferiu a liminar. Disse que não via prejuízo ao erário. Deixe-me ler o termo que ele utilizou: "os atos administrativos são presumidamente legítimos, cabendo a quem alega demonstrar. Em caso de pedido de tutela de urgência, de plano a sua legalidade, saliento que o descontentamento do autor, por si só, não é suficiente para que haja a destituição do cargo". Ou seja, era algo bem pessoal mesmo. E na época o secretário Allan Garcês entrou e fui conversar com ele. Eu tomei conhecimento de um abaixo assinado que estavam fazendo para eu sair. Esse abaixo assinado era feito pelo Daniel, pelo Rodrigo, Leandro, e Dennis que não é concursado como bucomaxilo. E eles fizeram um grupo no whatsapp, colocaram os bucos concursados da minha equipe e o Dennis incluso, sendo que não é concursado, e ele fala que precisa marcar uma reunião urgentemente, porque, a pedido do secretário Alan, para poder me tirar, através desse abaixo assinado. E o secretário negou, disse que era mentira, que se tinha que chamar alguém, me chamaria e não eles. Ele falou assim: me faça um relatório de como a senhora encontrou o serviço, o que você passou, como conseguiram enfrentar as dificuldades. Aí eu fiz um relatório. Esse relatório está na página 69. Fui surpreendida na CPI em Brasília, quando o secretário Alan falou que foi uma denúncia. Tanto que não foi uma denúncia, que no ofício tem o nome dele, que entreguei no gabinete. Não era uma denúncia, era um relatório de serviço, ou seja, um relatório de tudo o que a gente fez.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Ou seja, o secretário Alan mentiu na CPI quando ele afirmou que seria uma denúncia?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Mas, assim, eu não interpreto como uma denúncia quando vai o número de um ofício, quando tem o nome dele, quando tem O recebido do gabinete. Eu não vejo isso como uma denúncia.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Foi um relatório que a senhora fez?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim, foi um relatório, tanto que o assunto é: Equipe de cirurgia bucomaxilo facial. Nele sim, tem os B.O. que eu registrei por ameaça, mas assim, não era denúncia o que eu estava fazendo, eu estava mostrando para ele o meu serviço.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Me tire uma dúvida: A senhora opera também?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim

O Senhor Relator **Jorge Everton**- O fato de a senhora não permitir, como eles estão alegando, que operem, é verdade ou não procede? Porque, pelo que a senhora falou aí, eles estão no centro especializado, eles não concorrem à escala de cirurgia, É isso?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não, porque eles cumprem horário em outro setor, em outra unidade.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Então eles não concorrem?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- Isso, em tese, impede que eles façam as cirurgias que foram encaminhadas pela SESAU?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim, porque só opera quem está no HGR.

O Senhor Relator **Jorge Everton**- O fato de a senhora operar, a senhora ganha um adicional? Não ganha por cirurgia?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Pelo contrário, eu não ganho nem um real. Não ganho por cirurgia.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - A senhora é remunerada como?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Através dos sobreavisos que eu faço e eu tenho plantões de sobreaviso para ficar à disposição do hospital. Eu não posso ficar na escala todos os dias, porque eu tenho que ficar à disposição para os que eles chamam de ...

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Quem paga o seu salário?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – A cooperativa.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - A senhora recebe pela Cooperativa. E a coordenação?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Então, a portaria é sem ônus para o estado. Todos os coordenadores, de todas as especialidades são assim, inclusive a Direção Geral do Hospital. E, aí, eu recebo 10 sobreavisos. Um sobreaviso é seiscentos e vinte e cinco reais, bruto. Eu recebo para poder fazer plantão, fazer escalas, fazer a parte administrativa, para poder ficar à disposição. Vamos dizer assim, eu teria que ir três vezes ao hospital para ficar à disposição. Eu trabalho de segunda a segunda.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Presidente, isso foi algo constatado no início da CPI. Nos interrogatórios e oitivas de testemunhas no início, constatamos que os diretores, coordenadores, não recebiam o valor que deveria ser, porque eram pequenos atrativos e não eram atrativos. As informações que nós recebemos foi essa e que por esse motivo, era pago através da cooperativa. Lembra disso?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não, isso é para a direção. A direção é isso, realmente. Parece que o cargo de Diretor é bem baixinho, aí entra o complemento da cooperativa.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - E o coordenador?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – O coordenador não tem salário pela SESAU.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Não existe

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Que eu saiba, não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Eu acredito, Presidente, que exista sim e enquadra na mesma situação, que foi até uma sugestão que nós fizemos para alterar essa lei.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Foi. Inclusive, quando vocês falaram isso, o Coronel Olivan era secretário, e foi nesse que teve isso. A gente não recebeu nem o sobreaviso de chefia, de nada. Não recebemos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É porque soa estranho esse trabalho voluntário. Ninguém trabalha de graça. A gente tem escutado, chegam denúncias de todos os lados. Tenho procurado adotar uma postura afastada do sentimento de vocês, que vocês estão vivenciando. Mas, são denúncias gravíssimas que têm chegado aqui. E soa estranho, realmente, você não receber, ter um trabalho voluntário para ter toda essa confusão, todo esse problema, e não ter nenhuma vantagem por isso. Então, é importante que fique claro que, se a senhora, pelo fato de fazer as cirurgias e eles estarem lá no centro e não poderem fazer, se a senhora acaba se beneficiando com isso o que a senhora ganha com isso? Porque eu acredito que isso é um ponto que deve ser questionado, sim. Então, essas cirurgias que a senhora fez, a senhora recebeu um pagamento adicional pela SESAU?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não, nenhum pagamento.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Já faz parte da sua atribuição?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – O meu dia a dia no centro cirúrgico, eu entro quase todos os dias, mas os meus dias fixos são segunda e terça-feira. Segunda é o meu dia de coordenação, é o dia em que eu estou lá para fazer tudo o que eu tenho para fazer de escala, despachar documentos, sabem como é, é o dia que eu vou para o centro-cirúrgico. Então, eu cumpro minha carga horária no centro cirúrgico.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – As cirurgias que a senhora faz, já fazem parte da remuneração que a senhora já recebe ou receberia, independente de fazer ou não.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Exatamente.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora opera particularmente?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O fato de a senhora ser coordenadora lhe traz algum benefício para aumentar a sua demanda de trabalho particular?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Nenhuma.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora teria mais alguma coisa a acrescentar?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Claro. Fui surpreendida também, semana passada, dia de segunda, como eu falei, às sete horas da manhã. Eu atendo no Coronel Mota e quando saí do Coronel Mota fui para o HGR e como a gente está sem cirurgia, em torno de quatro, cinco horas da tarde, a cooperativa me comunicou que eu estava proibida de exercer as minhas funções, que eu estava afastada, que as minhas atividades tinham sido suspensas pelo Ministério Público de Contas e então me mandaram um documento. Era quase cinco horas da tarde, eu não estava na cidade, estava na área rural próxima a Boa Vista e pedi para que me mandassem por foto, para eu ter noção do que era. E, aí, o Procurador do Ministério Público de Contas determina, me proíbe de entrar no HGR. O Ministério Público de Contas, considerando o teor do PIP, eu não sabia nem que PIP era esse, tive que procurar na internet, descobri o número do PIP, não sabia do que se tratava e dizia que, de acordo com o conteúdo vinha determinar, ou seja: o Ministério Público de Contas determina o desligamento que deve ser feito imediatamente e informar a cooperada no prazo de até 24 horas, até a outra

manifestação deste órgão. Eu não sabia nem o porquê de estar sendo afastada. Eu sei que fui tirada, a escala ficou sem ninguém, ficou com outro colega que estava de sobreaviso. Eu não tive nem o direito de me manifestar. Eu não pude falar absolutamente nada. Eu perguntei: o que está acontecendo?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora descobriu qual foi o motivo do afastamento?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim, depois eu fui verificar. A cooperativa me disse que eu não tinha inscrição como especialista. Quando eu fui me cooperativar, eu entreguei a minha declaração de curso, declaração de conclusão de curso e a cooperativa aceitou. Nunca ninguém me pediu em canto nenhum que eu fosse inscrita como especialista. Eu sou inscrita no órgão e lá fala bem que eu posso exercer qualquer atividade dentro da odontologia. Eu não posso fazer propagandas, não posso pôr um outdoor e dizer quando não se é inscrito. Tanto que um dentista que faz implante não precisa ser implantodontista, ele pode ser só dentista, mas ele não pode pôr na placa que é implantodontista, porque ele não é, não tem registro. Então, a cooperativa falou assim: "então, você entrega o seu diploma". Peguei o meu diploma e entreguei. Perguntei: "o que eu tenho que fazer agora?". Disseram que eu teria que ir ao CRO e dar entrada. Fui ao CRO e dei entrada. Está aqui o documento também, como especialista. Perguntei novamente o que ainda deveria fazer. Nisso, eu entrei com um Mandado de Segurança em segunda instância contra o ato do procurador, mas o desembargador foi bem enfático, disse que não tinha os requisitos necessários para concessão de tutela de urgência. Vou ler: "por razões, entendendo que presentes pressupostos autorizadores à concessão de medidas liminar, inaudita, altera para determinar a suspensão da determinação, contida no ofício tal do Ministério Público Tal". Ele cita aqui também que: carecendo o ato praticado pelo procurador de Contas de legitimidade por não fazer parte do hall de suas atribuições. Então, o desembargador disse que o procurador não poderia ter feito isso comigo. E aí eu me questiono e falo para a minha advogada: quatro processos em uma semana? Três liminares favoráveis e um mandado de segurança para eu continuar trabalhando? Eu queria saber o que tem nessa bucomaxilo. O que tem?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É o que nós queremos saber e nós vamos descobrir isso.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Então, vamos. Todos esses documentos eu recebi no HGR pela cooperativa. Ontem, ao meio dia, eu cheguei em casa para almoçar com meu filho e meu filho sai gritando: "mamãe, Ministério Público no portão". Ele não sabe nem o que é Ministério Público. Aí, eu fui lá ver o que era. Um Mandado de Intimação do mesmo procurador do Ministério Público de Contas, determinando que eu me apresente amanhã e se eu não for, ainda vou ser presa. Então, assim, o que eu estou fazendo de ilegal? Tudo o que eu recebo, todo um real que entra na minha conta é trabalhado. Eu trabalho de segunda a segunda. Quando falam assim: "A Juliene tem muitos plantões". Sabem por que eu tenho muitos plantões? Porque todos os colegas têm vínculo com o estado e município, inclusive o Daniel e o Rodrigo têm três vínculos, que não pode. Eles têm dois vínculos no estado e um no município. Não sei se já pediram exoneração, nunca fui atrás e também não me interessa. Então, assim, como era feita a escala antes? Os colegas entravam na escala do dia, que é das sete da manhã às sete da noite, no mesmo dia e horário em que estavam cumprindo sua escala como servidores públicos. Então, recebiam duas vezes para fazer a mesma coisa. Realmente, eu tenho um monte de plantão.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Como é? A senhora pode repetir isso?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Claro. Todos os concursados têm um vínculo, que é o do concurso. Todos eles têm mais de um vínculo de concursados, todos, menos eu e a doutora Silvana. E eles entravam na escala

da cooperativa, que é um complemento. A cooperativa é para quê? Aquilo que o estado não consegue suprir com os concursados, a cooperativa entra. Não existe isso, somente concursado entrar na cooperativa. Na cooperativa deveria entrar qualquer um que preencher os requisitos. Então, o colega entrava na escala de dia pela cooperativa, no mesmo dia e horário em que ele estaria cumprindo horário como servidor público. Então, ele recebia dois salários por uma atividade. Por que eu entro todos os dias? Todos os dias eu entro nos dias que os colegas não podem.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Isso está sendo apurado.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – E agora, quando me afastaram, eu fui atrás deles e disse: gente, entrem no meu lugar. Mas disseram que não podiam porque tinham a Prefeitura, Hospital da criança, não sei o quê. Todos eles têm vínculo e eu não tenho. É óbvio que eu vou ter mais sobreaviso. Eu sou a que trabalha mais, querendo ou não. E a coordenação, o que paga para um suposto chefe, não é dez sobreavisos de seiscentos e vinte e cinco reais bruto. Faz as contas de quanto eu vou receber, é seis mil duzentos e cinquenta bruto, e o imposto de renda desconta, ainda.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora ainda tem mais alguma coisa que gostaria de falar?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Vou entregar esses documentos e só.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu agradeço o seu depoimento. Peço que faça a juntada de todos os documentos. Presidente, eu me dou por satisfeito e passo a palavra para os colegas. Obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao secretário desta Comissão que recolha os documentos que a testemunha está entregando para juntarmos aos autos. Pergunto se algum deputado tem algum questionamento a fazer à testemunha.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Presidente. Bom dia, doutora Juliene e suas advogadas. Ficamos bem impressionados com o relato. E lá no início, diante do que foi dito pela doutora Juliene, que a ex-secretária tomou conhecimento, sabia que existia esse problema dentro da SESAU. Então, Presidente, eu protocolei um requerimento, solicitando que a ex-Secretária Cecília venha à esta CPI para esclarecer esse ponto aí do depoimento da doutora Juliene. No mais, o nosso relator foi perfeito nas suas colocações, até porque ele já estava ciente da questão de um relatório antecipado. Então, essas são as minhas considerações. Obrigado.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Senhor Presidente, só quero deixar claro que já foi esclarecido alguns pontos. Doutora Juliene, nós iremos ouvir testemunhas, pacientes, para podermos ter maiores esclarecimentos. Estamos analisando esse processo, desde 2019. É um processo complexo, porque tem muitos fatos que são até difíceis de comprovar documentalmente, porque é o dia a dia do bucomaxilo, a verdade é essa, mas vamos à busca de todos os fatos para que possamos concluir o relatório. É o deputado Jorge Everton, como relator, quem faz o relatório final para termos o desfecho conclusivo e trazer benefícios à saúde pública. Tá bom? Obrigada por seu depoimento.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eu é que agradeço a oportunidade.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu agradeço, senhor Presidente. Vou fazer algumas perguntas para a doutora Juliene. Como eu fiz perguntas para a doutora Silvana, ela já deve saber o que eu vou perguntar. Ouvi atentamente a sua explanação e eu ouvi que ela se formou em 2019 e assumiu dia 04 de setembro de 2019. Eu pergunto: quando a senhora chegou a Roraima, a senhora já chegou com o curso de graduação ou esse diploma que a senhora está mostrando é da especialização, ou a senhora está penas mostrando o diploma da graduação?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – É o da especialização.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Então, em que data a senhora concluiu a graduação e a especialização?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – A graduação foi em 2011 e a especialização em fevereiro de 2019.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora está com essa especialização registrada no Conselho Federal de Odontologia?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim, já entreguei para o Presidente o protocolo do Conselho.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora entregou em que data.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Agora. Acabei de entregar.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Quando a senhora deu entrada no registro de especialização?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Semana passada.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Então, significa que a senhora operou no HGR sem ter o registro do Conselho Federal de Odontologia? A senhora confirma isso?

A Senhora Juliene **Monauer Amorim** – Sim, confirmo. A lei me habilita a operar na minha especialidade, através de uma certidão de conclusão do curso. O que eu não posso fazer é propaganda, marketing.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sim, mas o que eu estou lhe perguntando é objetivamente se a senhora confirma que operou no HGR sem estar ainda com registro no Conselho Federal de Odontologia?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora já explicou para o relator Jorge Everton que a senhora recebeu sim proventos em forma de plantão.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sobreaviso.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora tem os horários separadamente, enquanto coordenadora e plantonista? Confirma isso?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Sim. Confirmo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora falou que as cirurgias de próteses customizadas são muito caras e a senhora detalhou várias vezes questões judiciais. A senhora ouviu a minha pergunta para a doutora Silvana. Deu tempo de pesquisar no seu próprio relatório. Quantas decisões judiciais a senhora recebeu?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Cinco.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Essas decisões judicias eram do mesmo juiz?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Não. Na verdade, eu nem me atentei para isso. Eu não olho quem é que assina ou não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Ok. Muito grata pelas suas informações, doutora. Estou satisfeita, senhor Presidente, mas quero, após o depoimento, realizar alguns requerimentos.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Obrigada, deputada.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Doutora Juliene, estamos chegando ao final do seu depoimento. Depoimento com muitas informações, assim como o da doutora Silvana. Sinto-me contemplado com todos os questionamentos feitos pelo relator, mas eu tenho uma dúvida ainda. A senhora tem um levantamento da quantidade de pessoas que procuraram o HGR, que precisavam de cirurgia, e que foram orientadas a buscar a justiça? A senhora tem a quantidade?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Agora, neste exato momento, não. Dá para contar pelos meus relatórios, pelos BO que os pacientes me entregaram, mas se eu sentar com a equipe uma, duas horas, ali, a gente consegue montar e ver um quantitativo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A senhora informa que a partir do momento em que a senhora assumiu a coordenação, não houve mais nenhuma cirurgia feita por determinação judicial?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Nenhuma. Tem essa dessa senhora Edna Lúcia, que não foi realizada até março, agora eu não sei.

O Senhor **Presidente Coronel Chagas** – A senhora conseguiria obter esses dados da quantidade de cirurgias feitas anteriormente, ou seja, antes da senhora assumir? Quem são esses pacientes, qual o valor pago por cada cirurgia e qual foi a clínica?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eu entreguei os nomes dos pacientes com os processos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Aqui tem uma relação, mas de cirurgias que não dá para a gente saber se foram pagas.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eu posso acessar o número de processos judiciais. Porque assim, também não tenho acesso à essas coisas. A SESAU me dá o número do processo, não o processo em si.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O que a senhora entregou, são apenas esses casos?

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Que eu tenho conhecimento, mas o senhor pode perguntar para a SESAU.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Também estou satisfeito. Vamos oficiar a SESAU, requisitando essas informações. Queremos agradecer seu comparecimento, seu depoimento e pedir que a senhora assine o termo de comparecimento do seu depoimento e, logo em seguida, a senhora estará dispensada.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Eu é que agradeço.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, diante da conversa com o nosso relator da CPI, quero pedir a Vossa Excelência que retire o meu requerimento da Ordem do Dia de hoje.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Seu requerimento foi acatado e será deliberado em outra oportunidade, quando Vossa Excelência reapresentar. Obrigado, senhora Juliene. Caso haja necessidade de mais algum esclarecimento, esta CPI fará contato com a senhora.

A Senhora **Juliene Monauer Amorim** – Obrigada. Fico à disposição, deputado."

Assim sendo, esses depoimentos são suficientes para configurar a existência de um esquema de superfaturamento de cirurgias de bucomaxilo dentro do HGR, merecendo destaque o que segue:

- a alegação de que cirurgias não podiam ser feitas por falta de material era improcedente em virtude de haver contrato que, apenas com a solicitação do que era necessário, supriria;
- alguns profissionais do bucomaxilo possuem três vínculos com o estado e município, quando a Constituição Federal proíbe a acumulação de mais de dois cargos públicos para profissionais da saúde;
- alguns profissionais assinavam plantões com carga horária no HGR e Coronel Mota, sem, efetivamente, atuar no último;
- os valores superfaturados dos procedimentos;
- o antigo coordenador do bucomaxilo, Rodrigo Acioly, entregou uma lista de 400 (quatrocentos) pacientes a espera de cirurgias, sendo citado no depoimento o caso de um paciente dessa relação que precisava de cirurgia peniana e não no rosto;

- a escolha recorrente por usar prótese customizada no SUS, a qual possui custo superelevado, quando se tem prótese de estoque custando R$ 10.000,00 (dez mil reais), R$ 15.000,00 (quinze mil reais);
- pela complexidade, cirurgia para colocar prótese ATM necessita de acompanhamento de outro cirurgião que vinha de fora do estado, onde o valor de mão de obra não chega a R$ 30.000,00 (trinta mil reais), mas foi orçado em R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais);
- houve casos de demandas judiciais para realização de cirurgias na rede privada, onde foram realizados depósitos em contas de cirurgiões da buco-maxilo sem a cirurgia ter sido realizada;
- foi citado o caso absurdo de uma paciente de 14 (quatorze) anos que estava na fila de espera para ser operada há mais de 1 (um) ano com a indicação para remoção de tumor de maxila e osteotomia de maxila, quando, pela simples radiografia, as depoentes viram que se tratava de um dente no céu da boca.

Especialmente sobre a forma absurda que os pacientes eram orientados a buscar o Ministério Público para realização de cirurgia que deveria ser feita no próprio HGR, vejamos o depoimento da paciente **Ronise Maria Melo de Souza**, em 11/08/2020, a qual foi atendida pelo doutor Daniel Carvalho:

"(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora foi atendida pela SESAU, aqui, referente a algum procedimento bucomaxilo?

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Sim. Eu fui com o doutor Daniel Carvalho porque não conseguia nada da minha cirurgia. O meu problema de buco estava se agravando e eu não conseguia nada. Eu entrei com o pedido pelo Ministério Público e corri muito atrás, pois estava precisando. Estava até mesmo doente e sem poder ir até o local, mesmo assim eu ia de ônibus, porque eu estava precisando. Algumas vezes, a minha irmã me levou, porque ela sabia da minha situação, mas, deputado, eu tive uma decepção muito grande. Por quê? Porque eu corri atrás do que era de direito meu. Eu acredito que essa cirurgia seja direito meu, pois sou uma cidadã que paga imposto. No dia em que levei as minhas documentações, que estão aqui, após ter feito todos os exames que o doutor Daniel passou, para a minha surpresa, no dia em que cheguei lá com todas as minhas documentações, tanto das clínicas, como os Raios X, o Ministério Público também me mandou ir a três clínicas para fazer orçamento e eu fui. Fiz todo o trajeto a pé. Nessa época, eu não podia nem virar, tinha dificuldade, meu ouvido sangrava e eu fazia tudo isso a pé. Fui a três clínicas e em uma que é de material hospitalar. Eles disseram assim para mim: se você chegar aqui com esses documentos, no outro dia você já se interna no hospital que for mais barato. Aí, eu fui a três hospitais e nesse outro para ver os materiais hospitalares. Quando eu cheguei lá, eles simplesmente disseram para mim que o Ministério Público estava... que estavam trocando tudo lá dentro, os departamentos, não sei, não entendi nada, e que tinha sido cancelada. Isso foi uma tristeza muito grande para mim, porque, na verdade, eu estava necessitando e estou necessitando. Foi isso aí, passou muito tempo, tanto é que tenho todos os comprovantes de quando eu ia, de visitante. Quando eu fui depor na Polícia Federal, uma semana antes de vir para o Rio Grande do Norte, eu mostrei os documentos e o agente de lá me deu os parabéns por tudo o que eu tinha, por tudo o que levei. Estou aqui na espera.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A senhora então é residente do Rio Grande do Norte e veio a Roraima para fazer a cirurgia?

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Já tem um ano e meio que eu mudei.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Explica para a gente como foi. A senhora veio para Roraima...

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Não, eu morava aí, Deputado, eu residia aí. Sou de Roraima, residia em Roraima, mas eu tive um problema com meu filho no Rio Grande do Norte, que morava aqui, com o pai e ele pediu ajuda e vim para cá. Estou há um ano e meio aqui.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Tá. Qual foi o problema que a senhora teve e que necessita ainda de problema cirúrgico?

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Na época, eu não abria a boca. A minha boca abria só um pouquinho, no espaço não entrava uma colher. Os meus dentes estavam ficando todos tortos e meu ouvido sangrava. Eu não sabia que esse problema de bucomaxilo dá problema nas juntas. Eu não tinha mais tato para lavar uma louça, para fazer meus artesanatos e era isso o que eu sentia. Minha coluna, perto do pescoço, ficou alta. Então, eu precisava dessa cirurgia, mas não consegui.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Qual foi o diagnóstico que foi dado para a senhora? Que tipo de doença disseram que a senhora tinha? O que foi afirmado para a senhora?

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Eu não lembro bem o nome, porque o relato do que eu falava para o doutor Daniel ficou tudo lá. Tanto que eu precisei, mas no Hospital Coronel Mota eles não dão para a gente, nem para o dono, nem para mim, que sou a paciente. Eles não nos dão o que o médico escreve, fica arquivado lá. Só sei dizer que é um problema do maxilar, do buco, pois eu não abria a boca. Graças a Deus, hoje, estou abrindo a boca, pois estou fazendo uns exercícios pela internet e meu ouvido não sangra mais. Eu tive a oportunidade de fazer uma limpeza no dente, que não conseguia há quatro anos. Há quatro anos não fazia reparo na minha boca. Era difícil até para comer, eu comia empurrando com os dedos. Não tinha mais aquela liberdade de ir a um restaurante, porque eu tinha vergonha de empurrar com o dedo, porque a boca não abria mesmo. Então, foi aí que eu fui procurar, mas não sei, na verdade, o nome que dá para isso aqui, só sei que é um problema muito sério nas articulações. O doutor Daniel disse que esse problema começava com uns estalos, mas o meu não começou assim. No meu caso, eu dormi e acordei sem abrir a boca.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, apenas o exercício que a senhora tem feito já fez com que a senhora tivesse uma melhora, independente da cirurgia?

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Graças a Deus, independente da cirurgia.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem foi que orientou a senhora a procurar a justiça, a procurar o Ministério Público?

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Eu não conheço esse cidadão. Eu estava esperando, na fila de espera, para ser atendida pelo doutor Daniel e quando conversamos, eu falei que a cirurgia estava demorando, falei que meu ouvido sangrava. Isso a gente conversando, tipo quando você está em um consultório médico e você começa a conversar com uma pessoa e contar seus problemas e a pessoa conta os seus sobre doença mesmo. Essa pessoa falou para mim, foi um rapaz, ele disse: por que você não entra pelo Ministério Público, que você consegue. Eu disse: ah, não sei disso não. Ele falou: pois vá, minha irmã, ao Ministério Público, pois sei de gente que já conseguiu. E eu fui.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Aí a senhora foi, procurou o Ministério Público e eles solicitaram o que da senhora? Qual documentação foi solicitada?

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Eles solicitaram tudo o que a gente tem que é o RG, CPF, endereço e também sobre o médico que eu estava indo, que era o doutor Daniel Carvalho. Eu levei todos esses documentos de receita para eles, desde o dia da minha primeira consulta com o doutor Daniel; tudo isso eu levei. Mas, infelizmente, hoje eu não tenho, pois mudei e a única coisa que eu trouxe para cá foram esses documento aqui, agora o restante, nem existe mais, os da primeira consulta...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Foi a senhora quem foi nas clínicas solicitar os orçamentos ou alguém lhe indicou alguma clínica para a senhora procurar?

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Não, no Ministério Público disseram assim: olha, procure três clínicas para fazer orçamento. No caso, acredito que fui à Unimed, à clínica do doutor Daniel e à clínica que eu não lembro o nome, perto da beira do rio. Fui a essas três clínicas e fui à farmácia de produtos hospitalares, que fica pertinho da Feira de São Francisco. Eles que mandaram ir, eu fui e entreguei.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Com relação aos cirurgiões dentistas que a senhora procurou para fazer orçamento, além do doutor Daniel, a senhora lembra o nome de mais algum cirurgião dentista?

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Olha, outro cirurgião dentista que eu acho que está a par, não lembro bem, é o doutor, não sei se é Danilo, não lembro o nome dele; ele é um fortinho.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A Senhora fez orçamento com quantos dentistas? Estou perguntando apenas de dentistas, não de clínicas.

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Não, não, só foi o doutor Daniel e só teve outro dentista sem ser o doutor Daniel, lá no Hospital Coronel Mota, que foi quem olhou os meus dentes também, que foi esse fortinho do qual não lembro o nome e que atende no Coronel Mota.

O Senhor **Relator Jorge Everton** – Até hoje a senhora não passou por procedimento cirúrgico, então?

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Não. Infelizmente.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A Senhora não sabe a posição do seu processo?

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Sei não.

O Senhor **Relator Jorge Everton** – Porque a informação que a gente tem é que o seu processo foi julgado procedente, favorável à senhora, no dia 24 de junho deste ano. E o estado informou, em 15/07, que está buscando meios de cumprir, voluntariamente, a obrigação, tanto que irá marcar a consulta de reavaliação da paciente. Então, existe no processo aqui, no Tribunal de Justiça, essa informação. Então, espero que a senhora procure um órgão do Ministério Público aí da sua cidade para dar uma olhada nesse processo, porque aqui consta que no mês de junho saiu uma decisão favorável. Dia 24 de junho, foi dada uma decisão favorável para a senhora, tá? Acredito que a senhora ainda não tinha conhecimento disso.

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Mas, eu quero saber, eu preciso do número do processo para procurar, porque isso daí é um engano muito grande. Eu não estou sabendo de nada.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ok. Vou pedir para a assessoria que tem o contato telefônico da senhora que passe essa informação, para que a senhora possa consultar. Está bem? Quero agradecer a participação da senhora, já lhe desejando melhoras. Presidente, não tenho mais perguntas.

A Senhora **Ronise Maria Melo de Souza** – Está certo. Amém e obrigada. (...)"

Chama atenção também o depoimento do Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira**, ouvido pela CPI em 03 de agosto de 2020. Explicamos o porquê: em razão de ter levado

um tiro no rosto em 2003 e das fortes dores e dificuldade em mastigar desde então, em 2015 conseguiu acesso ao serviço público para tentar fazer a sua cirurgia, quando foi orientado pela equipe que o atendeu e pelo cirurgião Daniel do Carmo Carvalho a procurar o Ministério Público.

Pois bem, o orçamento total para realização da cirurgia foi de R$ 337.040,59 (trezentos e trinta e sete mil e quarenta reais e cinquenta e nove centavos), onde o valor só de mão de obra, apresentado pela empresa Quality, foi de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) e a placa indicada para fraturas, inclusive as cominutivas, nos terços médio e superior da face, foi orçada em R$ 256.640,59 (duzentos e cinquenta e seis mil seiscentos e quarenta reais e cinquenta e nove centavos).

A própria Procuradoria do Estado contestou tais valores, tendo apresentado orçamento referente à mão de obra em R$ 14.935,14 (quatorze mil novecentos e trinta e cinco reais e quatorze centavos) e os valores da placa em R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) e R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

A decisão então foi favorável e, até a referida data do depoimento, após 5 (cinco) anos de espera, foi liberado apenas o valor de R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) e a cirurgia não tinha sido realizada. Vejamos:

"(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor procurou a SESAU para realizar algum tipo de procedimento dentário ou mandibular? O senhor sofreu algum acidente? O senhor pode explicar um pouco mais aos membros da CPI o que aconteceu?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Eu acho que eu procurei em 2015, e até hoje está se arrastando.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor sofreu que tipo de acidente? Para que os colegas possam entender.

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Foi um tiro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor recebeu um disparo de arma de fogo e danificou que parte do seu rosto?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – O meu rosto todo, aqui.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ainda está danificado?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Está.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor perdeu massa óssea, dentária?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Perdi tudo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor procurou a SESAU no ano de 2015? É isso o que o senhor estava falando?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Sim, em 2015. Já tenho uns 5 anos aqui.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Certo. E o que aconteceu lá na SESAU? O senhor foi lá no HGR, foi atendido, foi prestado socorro ao senhor. O senhor foi dirigido ao hospital, e o que aconteceu lá?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – De lá para cá, só indo ao Ministério Público, na SESAU, aqui na Defensoria Pública.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor deu entrada na SESAU. O senhor teve o atendimento de urgência para resolver a sua situação?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E o que foi dito pela equipe que lhe atendeu? O senhor lembra o que foi falado?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Foi dito para eu procurar o Ministério Público.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem disse isso para o senhor?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Nem me lembro mais o nome.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor não lembra o nome da pessoa que o orientou?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas sabe dizer se foi o enfermeiro, o médico ou um técnico? O senhor sabe dizer se foi um dentista? O senhor sabe dizer quem passou essa orientação?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Foi o doutor que sempre me acompanha, o doutor Daniel.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Foi o doutor Daniel que recomendou que o senhor procurasse o judiciário ou o Ministério Público?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Foi, ele falou também.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor tem certeza disso?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Tenho.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O que ele falou para o senhor?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Ele falou que eu buscasse o Ministério Público e a Defensoria Pública.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E por que não foi feito o procedimento? Ele alegou o quê para não fazer o procedimento?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira –** Ele falou que era só para eu buscar a SESAU e o Ministério Público, esses órgãos, e ir atrás.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas por que a SESAU não fez o procedimento que tinha que ser feito naquele instante? Eles alegaram o quê? Que não tinha material? O que foi dito para o senhor?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Que não tinha material, que eles não podiam fazer.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Que não podia ser feito. Aí o senhor procurou quem: a Defensoria ou o Ministério Público? O senhor lembra?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira –** Eu fui ao Ministério Público.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – No Ministério Público? O senhor conversou com quem no Ministério Público?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Não lembro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não lembra se foi um promotor ou promotora, um assistente, uma pessoa, o senhor não lembra?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Eram dois rapazes novos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Dois rapazes novos, está certo. O senhor chegou a ir à Defensoria depois do Ministério Público?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Fui à Defensoria e no Ministério Público.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Foi nos dois, não é? Para dar entrada no procedimento, o senhor apresentou algum orçamento de quanto custaria o procedimento?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Quem me apresentou o orçamento foi o doutor Daniel.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O doutor Daniel apresentou o orçamento. Ele foi quem lhe deu todo o apoio, toda a orientação?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Sim. Foi.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor lembra quantos orçamentos foram dados?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Olha, foram bem uns dois.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E quem conseguiu esses dois orçamentos para o senhor?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Olha, foi no Ministério Público mesmo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Através do Ministério Público? Quem exatamente, o senhor lembra?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Não lembro, não, porque tem muito tempo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Consta no processo que foi liberado o valor de setenta e oito mil reais para a cirurgia. O senhor recebeu esse dinheiro?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Tem mais de ano.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor prestou conta sobre isso?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Já prestei uma conta sobre remédio, que eu peguei.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E com o dinheiro na conta, por que é que o senhor não fez o procedimento?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Porque eles disseram que tinha que ter mais dinheiro, tinha que ser uns trezentos e poucos mil.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quanto?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Trezentos e poucos mil.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ainda falta liberar recursos?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – É.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor tem esse dinheiro em conta e tem como provar para a CPI que o que gastou foi através da sua medicação?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Medicação.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor tem como provar isso?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Tenho.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor não gastou mais do que isso?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Gastei também com remédio e com comida, que eu precisei, mas foi pouco.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E o senhor pagou algum outro dinheiro para alguma outra pessoa? O senhor deu dinheiro para alguém?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Da sua conta, que o senhor recebeu, ficou só com o senhor?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Só comigo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quanto o senhor já gastou desse valor de setenta e oito mil?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Eu acho que, com remédio, eu gastei uns dois mil e pouco.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E com comida?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Esse total, dois mil, dois mil e quinhentos, por aí.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu preciso que o senhor encaminhe para a CPI, a comprovação dessas despesas, porque, quando o alvará é emitido e depositado o dinheiro em conta, o senhor tem que comprovar os gastos desse recurso. A sua assessoria jurídica, advogado, Defensoria, Ministério Público, ninguém lhe informou isso, não?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor juntou no processo essas informações? O senhor sabe dizer?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Não, não sei.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, não sei se o senhor está me compreendendo, mas eu preciso que o senhor apresente à CPI as informações dos gastos que o senhor teve com esse dinheiro que foi liberado e comprove o restante do valor que está depositado. O senhor me entende?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Eu tenho aqui na pasta.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor tem aí?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Tenho.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu peço que a assessoria pegue a documentação para que nós possamos juntar. Deixa eu registrar aqui para que os colegas entendam também e o seu Ednaldo. Seu Ednaldo, qual é o teu grau de escolaridade, de formação, por gentileza?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Ferreira** – Eu estudei até a terceira série só.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Até a terceira série, não é? Então tá. Senhor Ednaldo, veja só, o orçamento que foi apresentado para resolver o problema do teu rosto é de R$ 337.040,59 (trezentos e trinta e sete mil quarenta reais e cinquenta e nove centavos). Foi apresentado o orçamento e, só de mão de obra, o valor apresentado pela empresa Quality foi de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais). Esse valor foi contestado, foi questionado pela Procuradoria do Estado, que apresentou um orçamento de R$ 14.935,14 (quatorze mil novecentos e trinta e cinco reais e quatorze centavos). Uma diferença bem superior. E a própria placa também, o orçamento apresentado foi de R$ 256.640,59 (duzentos e cinquenta e seis mil seiscentos quarenta reais e cinquenta e nove centavos). A Procuradoria apresentou dois orçamentos, um de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) e um de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais). Então, os valores estão bem acima do que os valores praticados. E o processo está suspenso na justiça, porque está sob investigação policial. Então, o senhor acabou sendo prejudicado, até agora não fez o procedimento que já deveria ter feito há mais de cinco anos, por essa situação difícil e em virtude dessa dúvida que há no processo. É fundamental a comprovação desse gasto que o senhor teve, porque, senão, o senhor pode responder também pela utilização indevida desse recurso.

O Senhor tem mais algo que queira falar?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Não, é só isso mesmo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Só isso mesmo.

Presidente, as informações trazidas pela testemunha são suficientes para o meu entendimento. Obrigado.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Boa tarde, senhor Ednaldo.

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Boa tarde!

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Cinco anos de sofrimento, seu Ednaldo?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Sim, cinco anos.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – É uma coisa que realmente a gente fica sensibilizado e comovido. Eu só não vou pedir para tirar sua máscara para mostrar a quem nos assiste, porque entendo que é muito constrangedor, e o senhor já sofre há cinco anos. O senhor pode, por gentileza, dizer para nós aqui, quais as dificuldades que enfrenta desde o acidente com esse tiro?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Dificuldade de comer.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Além da dificuldade da alimentação, o senhor sente dores? Que mais prejuízos lhe trouxe essa situação, os reflexos desse acidente, senhor Ednaldo?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – A dor que sinto é devido a todo o tempo o meu rosto ficar inflamado.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O senhor trouxe o documento da representação do Ministério Público?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Esse papel deixei em casa.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Quando o senhor foi ao Ministério Público, o senhor disse que foi atendido por dois rapazes jovens. O senhor disse para eles o que estava sentindo e por que não tinha sido realizada a cirurgia, certo? O que lhe informaram? Por que não fizeram a cirurgia de urgência ou emergência? O que eles disseram? Seu Ednaldo, não vamos fazer a cirurgia porque não tem material? O que eles alegaram? O que eles justificaram?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Eles falaram para mim que não poderiam fazer nada e me encaminharam para a Defensoria Pública.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Eles disseram que não podiam fazer nada? Quantas vezes o senhor foi atendido por esses médicos? O senhor deu entrada na emergência do Hospital Geral?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Isso faz tempo já.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Sim. Quando o senhor sofreu o acidente no interior, trouxeram o senhor para o Hospital Geral, certo?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Sim.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Aí, o senhor deu entrada e foi atendido. Depois desse primeiro atendimento, o senhor voltou lá quantas vezes, lá ou no Hospital Coronel Mota?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Voltei várias vezes, inclusive no Coronel Mota.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – E o que foi dito para o senhor sempre foi a mesma coisa, que não poderiam fazer nada?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Sempre a mesma coisa. Às vezes, mandavam para outro órgão, para a Defensoria Pública. Eu fui para o Fórum Sobral Pinto. Fiquei esperando.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Mas não falaram detalhadamente para o senhor o que exatamente estava faltando para fazer a cirurgia?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Eles falavam para eu esperar, e até hoje estou esperando.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Mas, quando o senhor estava esperando, alguma vez lhe telefonaram pra o senhor ir lá ao hospital?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Não.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O senhor que sempre foi espontaneamente?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Eu que sempre ia procurar.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Esse acidente, além de questão de prejudicar na alimentação, das dores que o senhor sente, também diminuiu a sua capacidade de trabalhar? O senhor trabalha com o quê?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – No momento, não estou trabalhando, porque nem sol posso pegar, porque dói, incha.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Então, o senhor não pode trabalhar porque, quando faz esforço, dói e fica inchado?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – É.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O senhor sabe qual o remédio que o senhor toma para dor?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Doril.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Doril? Certo.

Sem mais perguntas, Presidente. Senhor Relator, gostaria de saber se tem a representação que ele fez para o Ministério Público. Por acaso, o senhor tem a representação que fez ao Ministério Público?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Aqui eu não tenho, só em casa.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O Senhor tem na sua casa?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Tenho.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O senhor poderia trazer pra nós?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Posso.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O senhor traz tudo que tiver lá e aqui a gente tira cópia.

Vou pedir para nossa assessoria. Senhor Presidente, peço que o senhor Henrique entre em contato com o senhor Ednaldo para que ele traga esses documentos, para que sejam xerocopiados, para termos acesso e poder fazer um histórico dessa situação de sofrimento do seu Ednaldo. O senhor tem alguma coisa pra dizer?

302

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Os documentos que tenho aqui são da Defensoria Pública.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Ok. Muito obrigado, senhor Ednaldo. Senhor Presidente, sem mais perguntas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Algum Deputado quer fazer questionamento?

O Senhor Deputado **Eder Lourinho** – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar Coronel Chagas, presidente da CPI; relator Jorge Everton; deputados Renato Silva e Nilton Sindpol.

Senhor Ednaldo, quando o senhor foi procurar o Ministério Público, já estava com os orçamentos na mão? Com os valores?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Não.

O Senhor Deputado **Eder Lourinho** – Nesse período em que o senhor foi intimado para depor aqui na CPI, alguém lhe procurou? Alguma pessoa?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Não. Só chegou esse documento para mim.

O Senhor Deputado **Eder Lourinho** – Ninguém ligou, ninguém lhe orientou?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Não.

O Senhor Deputado **Eder Lourinho** – O Senhor tem contato ainda com o doutor Daniel?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Tem uns 4 meses que não tenho contato com ele.

O Senhor Deputado **Eder Lourinho** – Mas sempre alegaram que não tinha material no hospital para fazer a cirurgia do senhor?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – O que o doutor Daniel fala é que, se dependesse dele, ele já teria feito a cirurgia.

O Senhor Deputado **Eder Lourinho** – Mas ele alega que não tem material para fazer?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Os hospitais alegam que não tem material para fazer.

O Senhor Deputado **Eder Lourinho** – Sem mais pergunta, senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Senhor Ednaldo, apenas para tirar uma dúvida. Quantos mil reais foram depositados na sua conta para fazer essa cirurgia?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – R$ 78.800,00 (setenta e oito mil e oitocentos reais).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em que ano foi depositado?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Agora o senhor me pegou. Tem mais de ano.

303

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor sofreu o acidente, pegou o tiro em 2015?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Não, foi em 2003.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Dezessete anos e o senhor falou inicialmente que foi 2015 que esteve no HGR.

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Em 2015 é que voltei para Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Aí o senhor procurou esse tratamento? Desses 78 mil reais, quanto o senhor gastou com remédios?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Chegou a dois mil e uns quebrados.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, o senhor deve ter 76 mil reais na sua conta, proveniente desse bloqueio.

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – É, por aí!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer questionamento, nós agradecemos o seu comparecimento, senhor Ednaldo, e pedimos ao secretário que colha a sua assinatura do depoimento. Essa é uma situação muito grave, o senhor está há tantos anos precisando de uma cirurgia e, quando procura a saúde pública, é informado de que não tem os equipamentos necessários, quando se sabe que a empresa que fornece o faz em consignação, ou seja, conforme a demanda. Mesmo assim, ele é orientado a procurar o Ministério Público, que acione o judiciário, para provocar a obrigação do Estado em fazer a cirurgia. E o orçamento apresentado pelas empresas supera trezentos mil reais. Então, é uma cirurgia cara. Agora, a Procuradoria-Geral do Estado comprova que houve uma cobrança muito alta dos equipamentos, dos instrumentos que seriam utilizados e também da mão de obra. E o senhor está todo esse tempo aguardando essa cirurgia. A gente lamenta isso. A CPI foi instaurada justamente para apurar diversos tipos de irregularidades para que se melhore o atendimento ao cidadão. Então, eu, como representante do povo, diante dessa situação, além do trabalho que a gente está fazendo, temos obrigação pedir desculpas, em nome do Estado, ao senhor e a todo cidadão que passa por situações dessa natureza. Porque passar tanto tempo assim, aguardando uma cirurgia, realmente é algo inconcebível. Então, senhor Ednaldo, a gente encerra seu depoimento com essas palavras, agradecendo a sua participação, seu comparecimento, e quero dizer que esta CPI não vai medir esforços no sentido de que sua cirurgia seja especialmente realizada no menor espaço de tempo possível. O senhor tem mais alguma coisa a falar?

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – Eu só tenho a agradecer e esperar, não é, doutor?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. A gente entende o seu sentimento. Isso deixa todos nós estarrecidos e com compromisso de trabalhar para que as coisas aconteçam, principalmente na saúde pública. Então, já está encerrado o seu depoimento. O senhor já pode sair. Se houver necessidade de o ouvirmos novamente, iremos fazer contato. Mas esperamos que não. Que o próximo contato seja para informar a data da sua cirurgia.

304

O Senhor **Ednaldo Rodrigues Pereira** – E todos esses documentos do Ministério Público, é para eu trazer que dia?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A assessoria, o seu Henrique, irá fazer contato com o senhor. Ele vai combinar com o senhor o dia que o senhor poderá vir. A gente agradece.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** pede Questão de Ordem – Eu quero sugerir algumas coisas. Primeiro: como a gente está vendo a questão do senhor Ednaldo, um homem humilde, quero sugerir que essa comissão vá até a residência dele buscar esses documentos para fazer a reprografia. Outra coisa, nos colocarmos à disposição, como representantes do povo, para que a gente leve essa situação do seu Ednaldo até o Secretário de Saúde, para verificar a situação desse cidadão, trabalhador, pai de família, que está desde 2003 nessa condição que nos sensibiliza. E para que a nossa apuração fique isenta, que seja feita uma perícia médica, uma perícia com bucomaxilo nesse senhor para que a gente tenha mais elementos, para formarmos a nossa convicção, porque, como eu disse anteriormente, não vou solicitar que ele tire a máscara por uma questão de humanidade também. A gente fica imaginando o sofrimento, as dores, esse jogo de empurra-empurra de um cidadão humilde como esse para os órgãos fiscalizadores. Como falei aqui anteriormente, são tantos órgãos fiscalizadores. Nós, na condição de cidadãos, pagamos tantos impostos para tantos órgãos fiscalizadores e a gente ainda vê corrupção, no caso, aqui, na pasta da saúde pública. Isso, para mim, como cidadão, hoje no cargo de deputado estadual, é uma situação, Presidente, sinceramente, de repulsa. Essas pessoas que roubam o dinheiro da saúde pública, elas deveriam, claro, infelizmente a Constituição da República Federativa do Brasil não permite, mas deveriam pegar prisão perpétua, quebrando pedra todo dia, porque isso aí é um crime que pode ser considerado hediondo, pois deixar uma pessoa passar mais de quinze anos sofrendo é inadmissível, Presidente Chagas. Inadmissível. Faço esse requerimento para que seja feita a perícia no seu Ednaldo. Obrigado."

Ao tomar conhecimento desse caso, o deputado Jorge Everton, como relator da CPI, entrou em contato com o Secretário de Saúde à época, Marcelo Lopes. Seguindo orientação deste, a CPI foi a SESAU, formalizou o pedido e conseguiu a realização da cirurgia que perdurava há anos.

A partir daí, restaram os seguintes questionamentos:

a) se não fosse o trabalho da CPI, quantos anos mais o depoente iria aguardar para poder ter seu direito básico à saúde atendido?

b) quantas pessoas estão na fila de espera por cirurgia e não terão a mesma oportunidade do Senhor Ednaldo Rodrigues Pereira, o qual acabou sendo ouvido pela CPI e assim sua situação foi encaminhada diretamente ao Secretário de Saúde?

Ainda, especialmente sobre o fato de os orçamentos serem feitos sempre na mesma clínica dos profissionais que atuavam no HGR, vejamos o depoimento de **Dennis Dinelly de Souza.**

305

Ouvido em 27/08/2020, este Relator questionou o fato de um paciente ser internado e não conseguir fazer um procedimento por falta de material, mas, em seguida, ser aberto processo judicial e os mesmos profissionais do HGR, pertencentes a mesma clínica particular. Vejamos:

"(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** - O Senhor tem consultório particular?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Tenho sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Qual o horário que o senhor atende?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Depende do dia. Geralmente, eu atendo no período da manhã. Depende da escala em que eu esteja, porque nossa escala ela muda um pouquinho. Porque, como somos muitos dentistas, eu mudo o horário e o dia de acordo com a minha escala.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Esse seu consultório é ou já foi, nesse espaço Quality?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Ele é no espaço Quality.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Juntos com os cirurgiões Daniel e Rodrigo?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Lá no espaço Quality, nós temos oito profissionais. Cada um aluga a sua sala. Cada um tem o seu alvará de funcionamento, tem seu alvará sanitário e um contrato de aluguel, que a gente aluga da empresa do Rodrigo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - É comum, que pacientes da SESAU procurem atendimento no seu consultório?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Às vezes, chegam pacientes, sim. Mas, por exemplo, eu não sei e eu não pergunto de onde eles vêm, eu simplesmente atendo paciente.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - O senhor já orientou algum paciente a procurar a justiça para ser feito algum tipo de cirurgia?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Quantas cirurgias o senhor já fez fruto de ação judicial?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Nenhuma.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Nunca fez nenhuma?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - No processo da paciente, Ednalúcia.

306

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Consta um orçamento seu?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Onde foi cotado o valor de honorários de R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas, no mesmo processo judicial, consta uma nota técnica do setor especializado do Tribunal de Justiça, que orça em R$ 10.845,00 (dez mil oitocentos e quarenta e cinco reais) e 32.537,00 (trinta e dois mil, quinhentos e trinta e sete reais), valor praticado pela seguradoras de saúde. O senhor pode explicar esse seu orçamento ser quase três vezes maior do que o valor orçado pelo Tribunal de Justiça?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Na nota técnica, da NAT-JUS, ele mostra aqui um orçamento feito para plano de saúde. É o pagamento mínimo que o plano de saúde tem que pagar para o profissional.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Na tua opinião o Tribunal de Justiça errou com esse orçamento?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** – Não, porque ela mostra, aqui embaixo, que é discricionário. Ela mostra bem aqui embaixo, que é discricionário e há de se considerar a inexistência de limites máximos para especificação e serviços médicos no âmbito privado. Sendo discricionário ao profissional estabelecer seus honorários. O que ela faz é um balizamento para a tabela CHBPM, que é uma tabela para planos de saúde e seguros, que é o valor mínimo que ela fala aqui. Então, o que ela está balizando é o mínimo que o profissional deve receber. Entendeu o que é balizado?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Sobre esse orçamento que o senhor fez, essa paciente foi atendida por quem?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Por mim, no meu consultório.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Não, não! Essa senhora Edna, ela foi primeiro atendida no HGR.

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** – Sim, mas eu nunca atendi.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Por qual profissional?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Não sei.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - O senhor não sabe informar?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Não sei onde foi que começou a atender. Só sei que ela fez uma cirurgia prévia com o doutor Luciano, e depois não sei quem a atendia, quem era o profissional que atendia ela lá dentro do Coronel Mota e no HGR.

307

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Como ela chegou até o senhor?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - No meu consultório, marcou uma consulta e foi ao meu consultório. E aí ela mostrou a documentação que ela tinha, as tomografias e ressonâncias, e aí eu fiz o orçamento para ela do que ela precisava.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Além desse orçamento, o senhor já fez outros orçamentos que foram judicializados?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Você lembra quais os profissionais que fizeram esses orçamentos?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** – Não, porque quando chega ao meu consultório, é meu consultório.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Deixa eu lhe explicar uma coisa...

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Apesar de você estar alegando que não tem esse conhecimento, a maioria dos orçamentos eles vêm da Quality, de profissionais que trabalham na Quality.

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Sim, no mesmo espaço você fala?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É, espaço Quality.

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Mesmo prédio, sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Por mais que você queira dizer que não há relação entre um consultório e outro, não tem como, vocês são profissionais, são colegas da SESAU.

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Vocês se conhecem. Vocês não estão por acaso no mesmo prédio, na mesma estrutura.

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Se vocês não tivessem nenhum vínculo, vocês não estariam na mesma estrutura.

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - E aí o que nos surpreende é o seguinte: um paciente buscar um atendimento no HGR e o profissional bucomaxilo atende. Alguém orienta para que esse paciente busque a justiça e para buscar a justiça é necessário orçamentos.

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Sim.

308

O Senhor Relator **Jorge Everton** - E os orçamentos vêm sempre do mesmo local. Até aí, tudo bem?

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Eu não estou questionando isso. Eu não estou questionando o valor, até mesmo porque eu não tenho a capacidade técnica para definir qual é o valor que tem que ser orçado. O senhor mesmo questionou a nota técnica do Tribunal de Justiça.

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Sim. Eu não questionei, eu só li.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Um momento. Isso nos deixa preocupado, e essa é a maior questão para que eu entenda e feche meu relatório, por que é que o bucomaxilo que atendeu os pacientes, por que é que ele, ao correr a ação judicial não abriu mão dos honorários, já que ele tem carga horária e é pago pelo estado para fazer essa atribuição? Eu acredito que você tenha acompanhado os depoimentos.

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - E tem visto que essa é a minha maior preocupação. Não há problema na questão da judicialização. Se um paciente não é atendido pelo estado, que tinha a obrigação de atender e, por sua omissão, acaba deixando de atender, o paciente tem direito de procurar a justiça. Isso é fato.

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Com certeza.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - O senhor, como profissional, tem direito a seus honorários, de fato. Mas o que não dá para entender é que o mesmo profissional que atende, é o mesmo que opera, e é pago pelo estado para fazer isso, mas recebe honorários para atuar no seu consultório, do mesmo paciente que ele atendeu, quando ele tinha obrigação de fazer e não fez. Porque, em tese, o estado não tinha o material. Se o estado não tem o material, que se judicialize o material.

O Senhor **Dennis Dinelly de Souza** - Sim.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Mas a mão de obra, vocês são pagos para isso. Não é aceitável!(...)"

Diante do exposto, temos que essa prática de indicar procedimentos muitas vezes desnecessários a rede privada com valores superfaturados, quando os mesmos deveriam ocorrer pelo SUS, expôs pacientes a risco e comprometeu o orçamento da saúde do estado de Roraima, motivo pelo qual não há dúvidas sobre a corrupção no setor, através da existência de um grupo de bucomaxilos, os quais nomino Dennis Dinely, Daniel do Carmo e Rodrigo Acioly.

309

8. DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS EM TEMPOS DE COVID-19

Como é de conhecimento público, anteriormente à contratação de qualquer empresa para realização de obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações, a Administração Pública deve respeitar a premissa maior que impõe a prévia realização de licitação, na lição do *caput* do artigo 2º da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – LLCA).

No entanto, em que pese a necessidade de se proceder ao certame licitatório, a própria LLCA dispõe, em seus artigos 24 e 25, exceções a esta regra geral, dispensando o administrador de realizar o certame por razões de conveniência, valor da contratação, urgência, impossibilidade de concorrência etc. De forma mais específica, no artigo 24, estão dispostas as hipóteses de dispensa de licitação e no dispositivo legal seguinte (artigo 25), as situações de inexigibilidade.

Merece destaque, a situação albergada no art. 24, inciso IV, que assim apregoa:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Pelo dispositivo acima reproduzido, se depreende que, nas situações de emergência ou calamidade pública, nas quais se constata haver um nítido embate entre a contratação/satisfação de um interesse público e a obrigatoriedade do certame licitatório, cuja viabilização requer razoável lapso temporal, o primeiro deve sempre ser priorizado, já que a excepcionalidade da situação não poderá causar prejuízo para o bem público.

Logo, a intenção do legislador ao disciplinar esta hipótese foi, simplesmente, evitar dano potencial, já que o decurso de tempo necessário ao procedimento licitatório normal impediria a adoção de medidas indispensáveis para evitar prejuízos irreparáveis.

310

Em razão da característica marcante do nosso gestor público de não planejar suas ações, é prudente que se registre que a urgência da situação não poderá ser argumento utilizado indistintamente por quem realiza contratação direta com base no artigo 24, IV, posto que devem ser fixados como pressupostos para isso:

> - Deverá existir urgência concreta e efetiva do atendimento à situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida de pessoas;
>
> - Que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso e
>
> - Que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado.

Sendo assim, os expedientes administrativos que tratem de contratação de dispensa fundados no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 devem ser assim instruídos:

> **a)** demonstração, com base em fatos, de que a situação que justifica a contratação direta qualifica-se como emergência ou calamidade pública, estando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares – nesse caso, devem ser narrados os fatos ocasionadores da urgência, bem como as consequências prejudiciais para o caso de não se realizar a contratação – artigo 26, inciso I, da LLCA;
>
> **b)** justificativa do preço, baseada em pesquisa de preços junto ao mercado; a pesquisa deve ser a mais ampla possível, e todas as propostas devem estar em consonância com as condições e

311

> especificações contidas no Projeto Básico/Termo de Referência, sob pena de ser desconsiderada ou, sendo o caso e se for possível, ser retificada, mediante solicitação do gestor ao representante da empresa consultada. A equivalência entre as propostas e o Projeto Básico/Termo de Referência é condição fundamental para se garantir a "*comparabilidade*" dos preços entre si, que, se for pertinente, devem ser detalhados em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários. Aliás, deve constar sempre nos autos administrativos, além de uma via destes documentos (Projeto Básico e Termo de Referência) devidamente aprovados e rubricados em todas as suas folhas, modelo de planilha de preços elaborada pela área técnica da instituição pública, bem como o comprovante de envio de solicitação de orçamentos às empresas (Ex.: cópia de e-mails ou Avisos de Recebimento com o requerimento da proposta financeira), para que se comprove a tentativa de se atender, com a máxima efetividade, a exigência inserta no inciso III do artigo 26 da LLCA;
>
> **c)** razões da escolha do fornecedor: pois se verifica uma relativa liberdade de escolha da proposta e do contratante – neste caso, a Administração poderá não se ater apenas à empresa que ofertou o menor valor para o objeto do contrato, podendo também optar pela empresa habilitada ou mais qualificada para aquela tarefa – requisito previsto no inciso II do artigo 26 da Lei nº 8.666/93. Leia-se, a propósito, trechos dos seguintes julgados do TCU[3]: *"A contratação de empresa por dispensa de licitação, ainda que em obras de natureza emergencial, não dispensa a exigência de comprovação de regularidade daquela junto à Seguridade Social"*.

312

Por derradeiro, cabe dizer que, mesmo nos casos de contratação emergencial, os autos processuais deverão ser encaminhados previamente para análise jurídica, como requer o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93.

Ultrapassadas essas explicações, como se não fosse o bastante a contratação direta por dispensa de licitação emergencial, com fulcro no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, ser legal e plenamente possível, desde que atendidos, no mínimo, os requisitos explanados, foi publicada a Lei Federal nº 13.979/2020, a fim de garantir mais segurança jurídica à Administração quando do enfrentamento da emergência de saúde pública causada pela Covid-19.

Isto porque o avanço da pandemia da Covid-19 no Brasil fez com que o poder público fosse incumbido da difícil tarefa de planejar e adotar medidas visando à contenção e ao combate à doença. Entre estas, optou-se pela flexibilização temporária de normas aplicáveis às contratações da Administração Pública, quando destinadas ao enfrentamento da doença e enquanto perdurar tal situação.

A referida medida está prevista na Lei nº 13.979/2020, sancionada pelo governo federal, que também inovou ao prever a possibilidade de contratação de empresas com a inidoneidade declarada ou com o direito de licitar ou contratar com a Administração Pública suspensos, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.

Em outras palavras, o legislador, ao flexibilizar o dever constitucional de licitar, agiu com o objetivo de incentivar os ideais de desburocratização, agilidade e eficiência nas compras e serviços destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública. No entanto, a flexibilização dessas regras representa um sinal de alerta, na medida em que ampliou os riscos de corrupção nestas contratações. Riscos, inclusive, já constatados na prática por esta CPI, com a compra dos respiradores pulmonares pelo preço mais alto do país, fora o superfaturamento de outros EPIs.

Além da flexibilização das regras de licitação, outros fatores podem ampliar os riscos de corrupção nas contratações públicas durante a pandemia. Um deles reside na edição da Medida Provisória nº 996, de 13 de maio de 2020, ao definir as hipóteses de

313

responsabilização civil e administrativa de agentes públicos pela prática de atos durante a pandemia. Vejamos:

> MEDIDA PROVISÓRIA Nº 966, DE 13 DE MAIO DE 2020
> Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da **covid-19**.
>
> **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
> Art. 1º Os agentes públicos somente poderão ser responsabilizados nas esferas civil e administrativa se agirem ou se omitirem com dolo ou erro grosseiro pela prática de atos relacionados, direta ou indiretamente, com as medidas de:
> I - enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da covid-19**;** e
> II - combate aos efeitos econômicos e sociais decorrentes da pandemia da covid-19**.**
> § 1º A responsabilização pela opinião técnica não se estenderá de forma automática ao decisor que a houver adotado como fundamento de decidir e somente se configurará:
> I - se estiverem presentes elementos suficientes para o decisor aferir o dolo ou o erro grosseiro da opinião técnica; ou
> II - se houver conluio entre os agentes.
> § 2º O mero nexo de causalidade entre a conduta e o resultado danoso não implica responsabilização do agente público.
> Art. 2º Para fins do disposto nesta Medida Provisória, considera-se erro grosseiro o erro manifesto, evidente e inescusável praticado com culpa grave, caracterizado por ação ou omissão com elevado grau de negligência, imprudência ou imperícia.
> Art. 3º Na aferição da ocorrência do erro grosseiro serão considerados:
> I - os obstáculos e as dificuldades reais do agente público;
> II - a complexidade da matéria e das atribuições exercidas pelo agente público;
> III - a circunstância de incompletude de informações na situação de urgência ou emergência;
> IV - as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação ou a omissão do agente público; e
> V - o contexto de incerteza acerca das medidas mais adequadas para enfrentamento da pandemia da covid-19 e das suas consequências, inclusive as econômicas.
> Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.
> Brasília, 13 de maio de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

Ora, esse texto prevê que os agentes públicos somente poderão ser responsabilizados *"quando agirem ou se omitirem com dolo ou erro grosseiro"*, porém não determina de forma clara e precisa o que se deve entender por dolo ou erro grosseiro. Contudo, lembramos que quase a totalidade dos atos adotados pelos gestores e servidores nos processos apreendidos por esta CPI, foram praticados antes da edição da medida provisória supracitada.

A constitucionalidade da medida já foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal, que decidiu, por maioria de votos, que os atos dos agentes públicos em relação à

pandemia devem observar critérios técnicos e científicos de entidades médicas e sanitárias e o princípio da autocontenção no caso de dúvidas sobre a eficácia de eventuais medidas.

Nesse cenário, os atos corruptivos acabaram por criar obstáculos ao fornecimento de equipamentos e insumos sanitários importantes, distanciando a gestão pública do seu objetivo inicial de conferir agilidade e eficiência às contratações emergenciais.

Oportuno pontuar que as limitações operacionais impostas pelo isolamento social e trabalho remoto criaram a percepção em alguns de que ações de fiscalização e controle poderiam ser adiadas ou sequer implementadas, ampliando os incentivos para a prática de ilícitos. No entanto, a CPI mostrou o contrário.

Em resumo, se por um lado o cenário de exceção criado pela pandemia tornou ainda mais sensível o risco de corrupção envolvendo as contratações públicas; por outro lado impulsionou uma nova onda de operações e investigações.

8.1 Da aplicabilidade da Lei nº 13.979/20, a Lei Nacional da Quarentena

O país e grande parte do mundo passaram pela maior crise sanitária do século em razão da proliferação do novo coronavírus, causador da Covid-19, que fez com que a Organização Mundial de Saúde decretasse uma pandemia mundial e que governantes de todo mundo adotassem medidas extremas para contenção da doença.

Especialmente no Brasil, merecem destaque as ações dos Poderes Executivos e Legislativos de todas as esferas (federal, estadual e municipal) na edição de leis e decretos reconhecendo estado de calamidade pública em seus territórios, com base no qual é possível adotar medidas administrativas de forma mais célere para que menos pessoas sejam contaminadas pelo vírus.

O estado de calamidade pública, dentre outras, possibilita o aumento do gasto público, o não cumprimento da meta fiscal anual estabelecida pelas leis orçamentárias e, em especial, a realização de contratações diretas pela Administração Pública, sem necessidade de licitação.

Conforme já dito, tal previsão já era contida no artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e foi mais detalhada na novel Lei 13.979/20, aprovada pelo Congresso Nacional para contenção da pandemia e parcialmente alterada pela edição da

Medida Provisória nº 929/20, pelo Presidente da República, conforme será melhor abordado a seguir.

Deve ser observado, contudo, que o Administrador Público não recebeu um "cheque em branco" para realizar contratações públicas sem a observância de critérios legais e nem mesmo de forma contrária ao interesse público e a necessidade sanitária vivida. Isto porque toda e qualquer contratação feita com respaldo nos mencionados dispositivos legais deve ter estrita relação com a pandemia vivenciada.

Pois bem, foi nesse contexto que, em 6 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Entre as várias ações implementadas pelo referido diploma, encontram-se as relativas a procedimentos licitatórios, à contratação direta de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência e aos contratos decorrentes desses processos.

Cabe destacar que o referido diploma não excluiu a regra do prévio procedimento licitatório, insculpida no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, para as aquisições de bens e serviços necessários ao atendimento da emergência de saúde pública. Entretanto, com a finalidade de atender não só à emergência, mas também aos princípios da celeridade e da eficiência, simplificou procedimentos previstos no regime jurídico de licitações existente.

Além disso, a referida lei, ainda com o propósito de abreviar as contratações públicas, também instituiu hipótese de dispensa de licitação para a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública.

Com isso, embora se justifiquem pela situação emergencial que as sustentam, as contratações decorrentes da Lei nº 13.979/2020 jamais afastam o dever de observância ao princípio da igualdade, que se cumpre evitando-se que os atos de convocação e os contratos admitam, prevejam, incluam ou tolerem cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos

licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da contratação.

Desta feita, não pode prosperar a justificativa do gestor público de que a cláusula ou condição restritiva, impertinente ou irrelevante decorreu de situação emergencial e de que não houve obstáculo à competitividade em razão do razoável número de participantes no certame realizado. Isto porque, mesmo diante de situação emergencial, deve a administração pública tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, evitando cláusulas ou condições restritivas, impertinentes ou irrelevantes para o específico objeto da contratação.

Já nas contratações diretas, também se apresenta a possibilidade de eventual direcionamento ilícito na medida em que a escolha do contratado, nada obstante o seu teor discricionário, esgrime indevidamente com a satisfação dos requisitos expressos em lei, quais sejam: a caracterização da situação emergencial, a justificativa do preço ou a razão da escolha do contratado. Em qualquer hipótese, o tratamento isonômico é conduta que à administração impõe, direta e expressamente, o artigo 37, XXI, da Constituição Federal.

Pois bem, as medidas implementadas pela Lei nº 13.979/2020 visam a atender situação de emergência na saúde pública e pelo tempo necessário ao seu enfrentamento, sendo vedado ao gestor público utilizá-las em contratações com fins ou propósitos diversos.

É defeso, portanto, ao gestor público fazer uso do procedimento licitatório ou da contratação direta para aquisições que transcendam o objeto indispensável ao enfrentamento da emergência, ou seja, que ultrapasse a dimensão e os limites da preservação dos valores em risco. Com isso, o objeto a ser contratado deve estar adstrito ao necessário para o atendimento da situação emergencial.

De forma idêntica, é razoável que a duração da emergência pode estender-se além do planejado. Isso, contudo, não afasta o dever de o gestor programar as contratações necessárias ao enfrentamento da situação fática e peculiar que se apresenta com base em adequadas técnicas de estimação e, ainda, com parcimônia, a fim de não

comprometer a política de austeridade que deve ser sempre perseguida pela administração pública.

Ainda, dispõe a Lei nº 13.979/2020 acerca da possibilidade de contratação de bens e serviços por valores superiores aos obtidos por meio da pesquisa de preços realizada pela administração pública, desde que justificadas as oscilações decorrentes da variação de preços. Oscilações de preços decorrentes de naturais fatores de mercado, tais como natureza do objeto (bem ou serviço), sazonalidade, câmbio, logística e outros componentes de custos não se traduzem em porta aberta para que as contratações públicas destinadas ao enfrentamento da emergência efetivem-se, amplamente, com sobrepreços.

Vejamos, então, os principais artigos da referida Lei:

> Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei
> § 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
> § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.
> § 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido
> § 4º Na hipótese de dispensa de licitação de que trata o caput, quando se tratar de compra ou contratação por mais de um órgão ou entidade, o sistema de registro de preços, de que trata o inciso II do caput do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderá ser utilizado.
> § 5º Na hipótese de inexistência de regulamento específico, o ente federativo poderá aplicar o regulamento federal sobre registro de preços.
> § 6º O órgão ou entidade gerenciador da compra estabelecerá prazo, contado da data de divulgação da intenção de registro de preço, entre dois e quatro dias úteis, para que outros órgãos e entidades manifestem interesse em participar do sistema de registro de preços nos termos do disposto no § 4º e no § 5º.
> Art. 4º-A A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.
> Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

> I - ocorrência de situação de emergência;
> II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
> III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
> IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.
> Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.
> Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.
> Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.
> § 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:
> I - declaração do objeto;
> II - fundamentação simplificada da contratação;
> III - descrição resumida da solução apresentada;
> IV - requisitos da contratação;
> V - critérios de medição e pagamento;
> VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:
> a) Portal de Compras do Governo Federal;
> b) pesquisa publicada em mídia especializada;
> c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
> d) contratações similares de outros entes públicos; ou
> e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e
> VII - adequação orçamentária.
> § 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.
> § 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.
> Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.
> Art. 4º-G Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade.
> § 1º Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.
> § 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo.
> § 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput.
> § 4º As licitações de que trata o caput realizadas por meio de sistema de registro de preços serão consideradas compras nacionais, nos termos do

> disposto no regulamento federal, observado o prazo estabelecido no § 6º do art. 4º.
> Art. 4º-H Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.
> Art. 4º-I Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

Diante do exposto, nada obstante as simplificações e liberalidades conferidas à administração pública pelos artigos supramencionados para o efeito de enfrentamento da emergência, não pode o gestor, responsável pelas contratações públicas, eximir-se do dever de observar os princípios da igualdade, da impessoalidade, da eficiência, da razoabilidade e da economicidade, traduzido este no dever de adquirir bens e serviços no limite do indispensável ao enfrentamento da emergência e de justificar a aceitação de propostas de valores superiores à pesquisa realizada com base em comprovada oscilação de preços.

Ademais, sublinhe-se que se aplicam às contratações realizadas com fulcro na Lei nº 13.979/2020 o disposto no artigo 113 da Lei nº 8.666/1993 (Lei Geral de Licitações), segundo o qual compete à administração pública a demonstração da legalidade e da regularidade da despesa e da execução do objeto contratado e, também, o disposto no §2º do artigo 25, o qual estabelece que, na hipótese de dispensa de licitação, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável.

No tocante à atuação do gestor público nos processos de contratação, ainda que decorrentes do enfrentamento da emergência de saúde pública, permanecem as responsabilidades:

> a) penal, cujos tipos e correspondentes sanções encontram-se previstos nos artigos 89 a 99 da Lei nº 8.666/1993;
>
> b) administrativa, com base nos artigos 82 e 84 deste último diploma (os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos da Lei Geral de Licitações ou visando

> a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções nela previstas e nos regulamentos próprios);
>
> c) por ato de improbidade administrativa, decorrente da aplicação da Lei nº 8.429/1992 (responderá o agente por qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que permita ou facilite a aquisição de bem ou serviço por preço superior ao de mercado, causando comprovada lesão ao erário, impondo-se o ressarcimento integral do dano e, ainda, responderá por ato de improbidade administrativa o agente que frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente); e
>
> d) decorrentes da atuação dos Tribunais de Contas, no exercício do controle externo (o Tribunal de Contas da União, considerada a gravidade da infração cometida, poderá aplicar ao responsável a sanção de inabilitação, por um período que variará de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública, podendo ser cumulada com multa).

8.2 Das diferenças entre a contratação emergencial de saúde pública prevista no artigo 4º da Lei 13.979/2020 e a contratação emergencial disciplinada no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993

No caso das Leis 8.666/1993, são três os pressupostos para a contratação emergencial: I) situações de emergência; II) urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; III) somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Exige-se, portanto, dos agentes públicos, no processo de contratação, a demonstração da presença desses três pressupostos, sob pena de ilegalidade do contrato emergencial e responsabilização perante os órgãos de controle.

Para a contratação emergencial de saúde pública decorrente do coronavírus, os pressupostos definidos nos incisos do artigo 4º-B da Lei 13.979/2020 são semelhantes: I) ocorrência de situação de emergência; II) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; III) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e IV) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência (juízo de proporcionalidade, necessidade e adequação).

Aparentemente, a única diferença é a possibilidade da prorrogação desses contratos emergenciais, os quais, nos termos do artigo 4º-H da Lei 13.979/2020, "terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública".

Porém, a diferença mais significativa é a que se extrai do caput do artigo 4º-B da Lei 13.979/2020, segundo o qual as condições de dispensa de licitação fundada na situação de Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) "presumem-se atendidas". Ou seja, a fim de propiciar máxima celeridade à contratação emergencial, a presença dos seus pressupostos não carece de demonstração (não há, pois, necessidade de prova circunstancial).

Trata-se, no entanto, de presunção relativa e não absoluta, admitindo-se prova em contrário, que poderá ser produzida pelos tribunais de contas quando da apreciação da matéria, ou por algum outro órgão no exercício de sua missão institucional.

Isso porque, diferentemente do comando do artigo 113 da Lei 8.666/1993, segundo o qual compete aos "órgãos interessados da Administração" a responsabilidade pela "demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução", há a presunção legal de que a contratação direta calcada na ESPIN atende a todos os pressupostos do artigo 4º-B da Lei 13.979/2020, presunção que só poderá ser afastada mediante prova em contrário. Tem-se, então, a chamada inversão do ônus da prova.

8.3 Da análise referente aos "processos" apreendidos, em 04/05/2020, durante diligência realizada na SESAU

Sendo certo que a pandemia global causada pelo novo coronavírus trouxe impactos grandiosos na economia, nas relações sociais e, principalmente, na saúde pública, surgiu a necessidade de gestores utilizarem ações compostas de flexibilidade e rapidez.

A partir daí, com os mecanismos legais que permitem às entidades governamentais as aquisições diretas (ou seja, sem licitação) de bens, serviços e obras, cresceu a preocupação desta CPI sobre a possibilidade de desvios dos recursos públicos na área da saúde.

Foi nesse contexto que, durante diligência realizada na Secretaria de Saúde (Sesau), em 04 de maio de 2020, foram apreendidos 21 (vinte e um) processos que somam aproximadamente R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais). Tais processos referem-se ao enfrentamento da covid-19, tendo em vista a compra de materiais e contratação de empresas por meio de dispensa de licitação feitas pela SESAU com base no Decreto de Calamidade Pública por conta da pandemia.

De imediato, restou evidente que, em muitos deles, sequer há necessidade emergencial.

Destes processos, alguns chamaram a atenção desta CPI que dedicou várias reuniões analisando e ouvindo os envolvidos, os quais passamos a detalhar.

8.3.1 Processo nº 020601.001823/20-53 - Aquisição de materiais equipamentos para atender as necessidades do Estado de Roraima, frente a pandemia da COVID-19 (aquisição de respiradores, testes para covid, dentre outros)

A corrida dos estados brasileiros para comprar respiradores no combate à Covid-19 mostrou grande variação entre os preços pagos, uma série de possíveis irregularidades e até questionamentos sobre a qualidade dos produtos.

Para entender melhor o superfaturamento na compra de respiradores pulmonares necessários para atender aos pacientes infectados em Roraima, vejamos a diferença do valor unitário do equipamento entre um estado e outro, segundo matéria da CNN Brasil

(https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/05/26/preco-de-respirador-comprado-por-estados-varia-ate-4-vezes-e-enfrenta-apuracoes):

Alagoas:

Governo informou que fez a compra de 50 respiradores a R$ 10,5 milhões, ou seja, R$ 210 mil por unidade.

Amazonas:

Segundo o Ministério Público de Contas, foram comprados 28 respiradores por R$ 2,9 milhões.

Bahia:

Adquiriu 300 respiradores por R$ 48,7 milhões, ou R$ 162,4 mil por unidade.

Ceará:

Adquiriu 700 unidades, mas não informou os valores. O Ministério Público de Contas informou à reportagem que existe um inquérito civil em andamento para apurar a compra.

Minas Gerais:

Informou que adquiriu 1.047 respiradores por R$ 51 milhões, ou R$ 48,7 mil por unidade.

Mato Grosso do Sul:

Governo informou que foram adquiridos 11 ventiladores pulmonares, no valor unitário de R$ 135 mil, e 25 ventiladores pulmonares portáteis com valor unitário de R$ 55.735.

Mato Grosso:

O governo informou que adquiriu 120 novos respiradores, por R$ 7,4 milhões, e 50 aparelhos de ventilação mecânica no Brasil, por R$ 2,2 milhões.

Pará:

De acordo com o Ministério Público do Estado, foram adquiridos 400 respiradores, por R$ 50,4 milhões, ou R$ 126 mil por unidade.

Paraíba:

O governo da Paraíba informou que adquiriu 30 unidades, com o valor unitário de R$ 164 mil.

Pernambuco:

O Ministério Público de Contas de Pernambuco protocolou representação ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) pedindo auditoria para apurar a compra de 500 respiradores pela Prefeitura do Recife. O estado não informou o valor unitário dos equipamentos.

Rio Grande do Norte:

Estimativa de cada unidade por R$ 70,4 mil.

Roraima:

O valor unitário foi de R$ 215,4 mil.

Rio de Janeiro:

Auditoria do Tribunal de Contas do Estado apurou três contratos para a aquisição de 1 mil respiradores, com valor de R$ 183,5 milhões.

Santa Catarina:

De acordo com o Ministério Público de Contas, foram comprados 200 respiradores por R$ 33 milhões, ou R$ 165 mil por unidade.

São Paulo:

O governo do Estado comprou, inicialmente, 3 mil respiradores pelo custo de R$ 550 milhões. Depois, repactuou a compra para 1280 unidades.

De acordo com o portal de transparência do estado, foram feitos dois pagamentos, um no valor de R$ 165,2 milhões e outro de R$ 77 milhões (cerca de R$ 189,2 mil por unidade).

Feito esse comparativo entre os Estados, independente da análise do processo de aquisição de tal equipamento, de imediato, resta evidente que os respiradores pagos pela Sesau - e não entregues pela empresa CMOS Drake do Nordeste S.A - custaram mais que o valor cobrado no mercado nacional.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O Processo nº 20601.01823/20-53 versa dentre outros itens, sobre a aquisição milionária de 30 (trinta) respiradores, pagos de forma antecipada em 31/03/2020 a empresa CMOS DRAKE DO NORDESTE S/A, no montante de R$ 6.464.730,00 (Seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e trinta reais), via transferência bancária, ou seja, cada respirador custou R$ 215.491,00 (duzentos e quinze mil, quatrocentos e noventa e um reais), fato este que ensejou a exoneração do Secretário de Saúde, Francisco Monteiro Neto.

Ante tal situação a CPI intimou o ex-secretário de Saúde, FRANCISCO MONTEIRO NETO, e o ex-coordenador geral de urgência e emergência da SESAU, Sr. FRANCISVALDO DE MELO PAIXÃO, para prestarem depoimentos a CPI.

Tais depoimentos, especialmente o do ex-coordenador da CGUE Francisvaldo, causou perplexidade a todos os membros da CPI, pois trouxe vários detalhes da compra de tais respiradores.

Em relatório escrito, entregue aos membros da CPI, o Sr. Francisvaldo relatou:

> "como mensionado (sic) anteriormente, elaboramos, eu, Francisvaldo e a Secretária Adjunta Patricia Renovato uma planilha de equipamentos para aquisição para atender as unidades do canarinho, HGR e Área de Proteção e Cuidados-APC. Planilha essa, enviada pela Secretária Patricia ao Secretário Monteiro e para minha surpresa o empresário Erick da empresa FEMAX e ~~CARBOX~~ (Norte Ambiental) – original grifado e manuscrito o texto entre parênteses – disse que ele iria entregar tais equipamentos, inclusive levou envelopes pardos com as propostas dos seguintes equipamentos:
> Ventilador pulmonar UTI – Empresa CMOS DRAKE
> Monitores Multiparametros – Empresa LEIFEMED
> ...
> Informei o Secretário Monteiro e o mesmo disse que esses itens seriam fornecidos pelo empresário citado acima, informei que tínhamos 50 ventiladores do processo 3060/2018 que eu estava tratando com a empresa LEISTUNG equipamentos LTDA, para entregar esses itens já vencidos nessa licitação do pregão eletrônico nº 019/2019, o qual estava na homologação das empresas vencedoras;
> Sobre os ventiladores e monitores, questionei os valores cotados, pois estavam altos e se haveria a possibilidade de baixar os valores, baixou somente o valor dos ventiladores de R$ 230.000,00 para R$226.000,00. Não me dei por satisfeito e falei ao Secretário que não tínhamos recursos para pagar os ventiladores de UTI, pois o quantitativo era de 80 inicialmente.
> O secretário reduziu para 30 ventiladores perfazendo um total de R$ 6.780.000,00 (seis milhões, setecentos e oitenta mil reais), para 30 ventiladores;
> Então fiz por conta própria, uma cotação de ventiladores de UTI e monitores multiparêmetros, junto às empresas RIOMEDI e PROSSERV, sendo que:
> RIOMEDI cotou os ventiladores no dia 27/03/2020 no valor de R$64.900,00 x 80+ 5.192.000,00;

> PROSSERV cotou os monitores no dia 23/03/2020 no valor de R$17.850,00 x 100+ 1.785.000,00;
> Fui novamente falar com o secretário Monteiro falar sobre os preços, e o mesmo confirmou que era pra continuar com as empresas do ERICK;
> Dia 28 de março de 2020 o empresário ERICK começou a cobrar o pagamento dos 30 ventiladores, fui novamente conversar com o secretário Monteiro, e o mesmo disse que iria pagar o que aconteceu no dia 31/03/2020;
> ...
> A empresa LEISTUNG Equipamentos LTDA, entrou em contato no dia 31/03/2020, se disponibilizando a entregar os 50 ventiladores de UTI do processo 3060/2018 – Pregão Eletrônico nº19/2019;
> ...
> Comecei a me recusar a abrir novos processo para aquisição de equipamentos de proteção individual/EPI'S teste COVID-19, mais de 30.000 unidades para a empresa do seu ERICK.
> No dia 17/04/2020 – fui exonerado do cargo." (original com erros de vernáculo), grifos nossos.

Em seu depoimento, o Senhor Francisvaldo foi enfático. O Presidente da CPI, Deputado Coronel Chagas, mandou entregar cópia de uma cotação de preços supostamente solicitada pelo Sr. Francisvaldo e a resposta da empresa. Tal cotação feita junto à empresa RIOMED, respondida no dia 31/03/2020, e indagou ao depoente se procedia tal documentação. O depoente foi enfático ao afirmar:

> "procede, eu fiz por conta própria essa cotação com essa empresa, porque achei os preços fora do normal"

O presidente da CPI, continuou e indagou sobre o segundo documento, que veio em anexo a resposta da empresa RIOMED, **"...a proposta de preços a SESAU Roraima de 80 (oitenta) ventiladores, da marca KTK, modelo servo ventilador carmel, valor unitário R$ 64.900,00, total R$ 5.192.000,00, conforme o Senhor falou em seu relatório. Isso chegou as suas mãos?"**

Mais uma vez o depoente foi firme na resposta:

"sim, chegou as minhas mãos."

O presidente da CPI ainda estarrecido com o teor das afirmações do ex-coordenador, voltou a perguntar: **"eu gostaria que o senhor me dissesse o que o senhor fez com essa proposta?"**

Francisvaldo respondeu: "**eu levei ao Secretário e disse que nós tínhamos 80 ventiladores, poderíamos comprar 80 ventiladores por um preço bem mais baixo."**

Deputado Coronel Chagas insistiu: "**qual foi a decisão do Secretário?"**

Francisvaldo respondeu: **"continuar com a proposta do empresário que tinha levado essas propostas".**

O Parlamentar continuou e perguntou: "Essa proposta que culminou no pagamento de R$ 6.464.730,00 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e trinta reais) por 30 ventiladores, é essa proposta que o Senhor se refere?"

Francisvaldo confirma: "sim".

Nota-se então que a SESAU adquiriu 30 (trinta) ventiladores por R$ 6.464.730,00 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e trinta reais), sendo que o então Secretário de Saúde Francisco Monteiro Neto possuía conhecimento de uma proposta de 80 (oitenta) respiradores por R$ 5.192.000,00 (cinco milhões, cento e noventa e dois mil reais).

A CPI ouviu ainda ex-servidores da Sesau do setor de Cotação, Gestão Administrativa e Comissão Setorial de Licitação, os quais apresentaram dados sobre processos para compras de equipamentos, materiais e produtos para o combate ao novo coronavírus no Estado. Os três foram exonerados em abril de 2020.

Além disso, importante ressaltar que a referida empresa contratada para fornecer os respiradores prorrogou o prazo para entregar os aparelhos, alegando dificuldade em adquirir material para a fabricação dos equipamentos. Tal prorrogação seria de 60 (sessenta) dias, a contar de 17 de abril, com previsão de entrega para final de maio de 2020.

Além do valor pago, de forma antecipada, o prazo solicitado pela empresa era inaceitável, vez que o Estado se encontrava em calamidade pública, sendo motivo mais que plausível para requerer a urgência na entrega dos equipamentos.

Na ocasião, foi confirmado que, no caso da compra de respiradores pulmonares, o setor de cotação chegou a um preço unitário médio de R$ 20,5 mil, mas, mesmo assim, a gestão optou por adquirir itens a um preço final dez vezes mais caro.

E mais. Tais depoimentos trouxeram a comprovação de cotações melhores para o erário, fato ignorado pelo então Secretário de Saúde Francisco Monteiro, o qual preferiu

optar pela compra do supercontrato, escolhendo comprar 30 (trinta) respiradores por mais de R$ 6,4 milhões, enquanto outra empresa ofereceu 80 (oitenta) respiradores por aproximadamente R$ 5 milhões.

Referida aquisição, paga de forma antecipada, teve outros capítulos, inclusive o Tribunal de Justiça de Roraima determinou o bloqueio do valor pago a empresa CMOS DRAKE DO NORDESTE S/A e, no dia 15/05/2020, o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, atendendo pleito do Ministério Público de Roraima, determinou a indisponibilidade dos bens da referida empresa e do ex-secretário de saúde Francisco Monteiro Neto. Citamos trecho da decisão judicial:

> "A dispensa de licitação não quer dizer que houve dispensa de procedimento administrativo; pelo contrário, apesar de maior simplicidade do que no procedimento licitatório ordinário, a lei ainda exige o cumprimento de formalidades. O edital é claro ao estabelecer o prazo para pagamento, no entanto, houve pagamento antes mesmo da formalização do contrato com a Requerida. Ademais, mesmo com pagamento adiantado, os ventiladores pulmonares sequer foram entregues pela Requerida ao Estado de Roraima, o que causa prejuízos à coletividade"

Após toda repercussão negativa, foi homologado acordo judicial (autos nº 1003202-12.2020.04.01.4200 – que tramitou na Justiça Federal) em que o Estado de Roraima conseguiu reaver os valores pagos de forma antecipada, devidamente corrigidos[4].

Ainda no âmbito da Justiça Federal, a 2ª Vara Federal de Roraima condenou o ex-secretário de saúde, Francisco Monteiro e o ex-coordenador da CGUE, Francisvaldo Paixão por improbidade administrativa[5] devido a atuação dos mesmos no processo ora em análise.

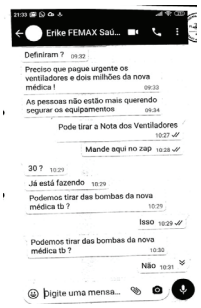
Conforme matéria jornalística divulgada, o ex-secretário foi condenado a pagar multa de 10% (dez por cento) referente ao valor pago pelos respiradores, já Francisvaldo a 2% (dois por cento) do mesmo valor.

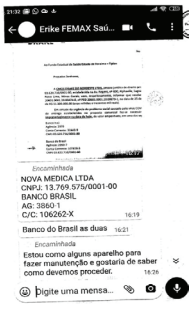
Conforme supra articulado e o depoimento de Francisvaldo, o então Secretário Monteiro optou pela proposta de respiradores apresentada pelo Empresário Erike

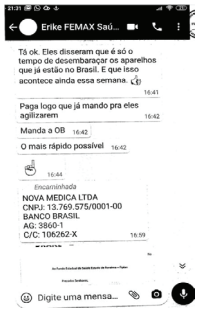
[4] https://portal.rr.gov.br/noticias/item/2499-dinheiro-de-volta-governo-do-estado-recupera-6-4-milhoes-de-compra-indevida-de-respiradores
[5] https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/10/22/ex-secretario-de-saude-de-rr-e-condenado-por-compra-superfaturada-de-respiradores.ghtml

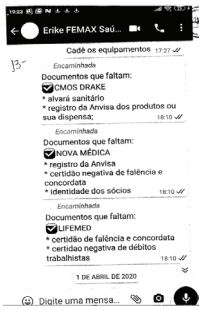
Barbosa, que, mesmo sendo negado pelo Sócio da CMOS DRAKE, foi o negociador da compra milionária.

Francisvaldo entregou "prints" de mensagens de *whatsapp*, comprovando que Erike cobrava a aquisição e apagamento dos equipamentos, vejamos:









Cabe abrirmos um ponto que merece total atenção: após a quebra de sigilo bancário determinada pela CPI, a Polícia Civil emitiu relatório de análise das

330

movimentações financeiras dos envolvidos, o que ensejou nova convocação do senhor Erike Barbosa na comissão.

Assim, na 86ª reunião da CPI, no dia 09 de novembro de 2021, foi colhido novo depoimento.

Cabe destacar o fato de Erike justificar o crédito em sua conta bancária, apresentando um contrato de prestação de serviços (sem reconhecimento de assinaturas em cartório) no valor de R$ 238.789,24 (duzentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e nove reais e vinte quatro centavos) firmado com a empresa A. L. de Almeida Santos – ME (que por sua vez teria sido contratada pela CMOS DRAKE DO NORDESTE), para o suposto serviço de *"instalação, calibração, montagem e testagem de todos os equipamentos"* e depois *"iria dar aquela garantia, que são de doze meses de manutenção"* que seriam feitos pela empresa de Erike.

Lembrando que os alegados serviços a serem prestados nos respiradores (os quais nunca chegaram) foram pagos antecipadamente.

A empresa A. L. de Almeida Santos – ME pertence a André Luiz de Almeida Santos, um dos sócios da também investigada NOVA MÉDICA LTDA.

Fazendo uma cronologia e enfatizando o trâmite, a empresa CMOS DRAKE recebeu antecipadamente no dia 31/03/2020 o montante de R$ 6.464.730,00 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e trinta reais), pelos respiradores que nunca foram entregues.

No dia 01/04/2020, paga de forma antecipada a empresa A. L. de Almeida Santos – ME de propriedade do senhor André Luiz, sócio da empresa NOVA MÉDICA, a quantia exata de 10% (dez por cento) do valor recebido da SESAU (R$ 646.4730,00), que, por sua vez, contrata e paga antecipadamente o senhor Erike Barbosa por serviços não prestados visto que a venda dos respiradores não foi concluída.

Assim, resta comprovado o exercício da atividade de lobista por Erike Barbosa e os valores movimentados acima também comprovam indícios de vantagem indevida. Ou seja, "propina" paga referente à negociação dos respiradores superfaturados.

Item do mesmo processo que também chamou a atenção foi a aquisição de testes rápidos. Constam no anexo I do Termo de referência:

331

Item 36 – Teste rápido para identificar pacientes infectados c/ coronavírus (IGM/IGG), 40.000 (quarenta mil) unidades, sendo a primeira entrega correspondente a 40% (quarenta por cento), ou seja, 16 mil unidades.

Item 37 – ECOTEST Coronavírus IGG/IGM, 20.000 (vinte mil) unidades, sendo a primeira entrega correspondente a 40% (quarenta por cento), ou seja, 8 mil unidades.

É cediço que no trâmite da CPI foram enviados diversos documentos à Polícia Federal que, após investigação, deflagrou operação denominada DESVID-19 com o objetivo de combater o desvio dos recursos públicos destinados ao enfrentamento da COVID-19.

O relatório da Polícia Federal também analisou a aquisição dos testes rápidos via contratação emergencial e detectou alguns pontos em comum com o analisado por esta relatoria.

Logo de início, a forma da descrição do item 37 do lote III, do anexo I do termo de referência, já aponta direcionamento, visto trazer taxativamente a marca do teste a ser adquirido, qual seja, ECOTEST. A empresa QUANTUM EMPREENDIMENTOS EM SAÚDE foi a vencedora no mencionado item.

No relatório da PF, há vasta análise sobre este item do processo, vejamos:

> ... Conforme destacado no bojo do Relatório de Análise de Material Apreendido confeccionado pela Controladoria Geral da União (fls. 1006/1034), decorrente dos trabalhos executados durante o cumprimento do mandado de busca e apreensão na sede da QUANTUM, há farta documentação apontando para o direcionamento da contratação.
>
> A começar pelo do fato de que a Secretaria de Saúde do Estado de Roraima (SESAU/RR) indicou a marca do material no pedido de orçamento, o que é vedado pela Lei de Licitações, sugerindo a marca ECOTEST CORONAVÍRUS IGG/IGM, vendido pela ECO DIAGNÓSTICA (Ofício SESAU/CGUE/OFICIO No 158/2020, de 25 de março de 2020, conforme imagem 21 à fl. 1021 do IPL), a mesma que seria objeto de fornecimento pela QUANTUM, por intermédio do Contrato no 07/2020-CGUE, de 2 de abril de 2020, ao preço unitário de R$ 161,00 para um total de 20.000 unidades (valor total: R$ 3.220.000,00). Destaca-se a emissão da Nota de Empenho no 20601.0001.20.00481-3, antes da assinatura do contrato, isto é, em 26/03/2020, no mesmo valor de R$ 3.220.000,00 (Imagem 24 - Nota de empenho emitida pela SESAU/RR à fl. 1022 do IPL).
>
> Não somente. Pelo teor das conversas obtidas a partir do celular cedido pelo denunciante FRANCISVALDO DE MELO PAIXAO, à medida que as demandas da Secretaria de Estado da Saúde surgiam, o denunciante imediatamente procurava pelos representantes formais e informais da QUANTUM, a exemplo da articulação desenvolvida por FRANCISVALDO junto a VALDENIR FERREIRA DA SILVA, procurador da empresa, e a JEAN FRANK

332

> PADILHA LOBATO, a fim de que a referida empresa lograsse êxito no mencionado contrato - inclusive com o envio de propostas de outras empresas para que esta tivesse uma referência de preços, conforme fls. 344 e seguintes do IPL.
>
> Esse favorecimento também se confirma a partir da análise do celular apreendido em poder do Senador CHICO RODRIGUES, conforme diálogo mantido com JEAN FRANK, em 16/04/2020, o qual demonstra que JEAN FRANK era o intermediário entre o Senador e os servidores da Secretaria de Estado da Saúde de Roraima, dentre eles FRANCISCO MONTEIRO, Secretário de Saúde à época do diálogo, e FRAN- CISVALDO DE MELO PAIXÃO, denunciante e então Coordenador da CGUE, setor que operacionalizou diversos aquisições sob a tutela de JEAN FRANK e da QUANTUM (fl. 705 do IPL).
>
> Conforme já demonstrado em momento anterior deste relatório, a QUANTUM EMPREENDIMENTOS EM SAÚDE tem como sócios VLADIMIR PINHEIRO ALVES NETO e ROGER HENRIQUE PIMENTEL. No entanto, quem evidentemente atua como representante de fato da empresa é JEAN FRANK PADILHA LOBATO, pessoa apontada por diversas vezes no bojo da investigação como operador do Senador CHICO RODRIGUES.

Nota-se que, com as investigações realizadas pela Polícia Federal, surgiram novos personagens. O Senador Chico Rodrigues, apontado como o núcleo político da suposta organização criminosa, e Jean Frank Padilha Lobato, empresário, que figura como real sócio da QUANTUM EMPREENDIMENTOS e interlocutor do Senador Chico Rodrigues junto à SESAU.

Neste inquérito, há um robusto detalhamento de como a QUANTUM pagou pelos testes que adquiriu da empresa fornecedora:

> **10.1.3. Da utilização de empresa interposta para pagamento de fornecedores**
>
> Ainda no que concerne aos testes rápidos, por outro lado, há outras evidências do processo fraudulento levado à efeito pela QUANTUM, intimamente relacionada ao Senador CHICO RODRIGUES.
>
> Verificou-se que o contato feito pela QUANTUM com a empresa ECO DIAGNOSTICA (responsável pela venda dos kits) se deu por intermédio de e-mail, na qual ERNILDO GLEISSON RODRIGUES SILVA (CPF: 511.035.832-04), que se apresenta como funcionário da QUANTUM, é informado sobre a necessidade de uma entrada no valor de R$ 450.000,00 para o fornecimento dos testes rápidos.
>
> Pelo que se pode apurar, ainda que não coincidente a princípio, o pagamento deste valor foi efetuado pela empresa WS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA (CNPJ: 30.140.841.0003-27), conforme comprovante de transação bancária de operação realizada no dia 07/04/2020, no valor de R$ 360.000,00 (constante à fl. 1024), cujo favorecido é a empresa ECO DIAGNOSTICA.
>
> Apesar de não haver vínculo societário aparente entre as empresas, ficou claro que a WS DISTRIBUIDORA foi utilizada para pagar os fornecedores da QUANTUM, pelos produtos revendidos por si à Secretaria de Estado da Saúde de Roraima (ver imagens 27, 36 e 38, às fls. 1024, 1031 e 1032, respectivamente, do IPL), possivelmente na tentativa de burlar a fiscalização dos órgãos fiscais. Nesse aspecto, vale ressaltar que o crime de lavagem de

333

dinheiro, por sua própria natureza e finalidade, é praticado através do uso de pessoas físicas e jurídicas interpostas para dificultar o rastreamento da origem ilícita dos recursos.

Foram realizados levantamentos acerca dos sócios da WS DISTRIBUIDORA à época dos fatos, ocasião em que se revelou que JONATHAS LIMA MACHADO e WALTER DA SILVA são prováveis pessoas interpostas, especialmente porque residem em regiões periféricas da cidade de Manaus/AM, um deles inclusive em conjunto habitacional humilde, o que demonstra a incompatibilidade patrimonial dos sócios com o volume de dinheiro movimentado pela WS DISTRIBUIDORA.

A autoridade policial concluiu ainda que o sobrepreço praticado na aquisição dos kits de teste rápido, segundo relatório da CGU, perfaz o montante de R$ 1.535.000,00 (um milhão quinhentos e trinta e cinco mil reais).

Assim, durante a instrução processual, restou demonstrado que tal superfaturamento/sobrepreço possui indícios de esquema de pagamento de vantagem indevida "propina" e outros crimes contra a administração pública tais como fraude a licitação, corrupção ativa, passiva, organização criminosa, improbidade administrativa, etc., que passaremos no momento oportuno.

8.3.2 Processo 020601.001889/20-61 – Processo indenizatório de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI'S:

Outro processo que repercutiu negativamente no Estado de Roraima é o procedimento indenizatório para pagamento da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, realizados pelas empresas HAIPLAN CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e QUANTUM EMPREENDIMENTOS LTDA, visto que também apresenta fortes indícios de superfaturamento e direcionamento das empresas para fornecimento de tais materiais, sendo, junto com o processo da compra dos respiradores, matéria jornalística a nível nacional no programa Fantástico da Rede Globo, no quadro: "*cadê o dinheiro que estava aqui?*".

Consta no processo indenizatório o mapa de cotação de preços realizado pelo setor competente da secretaria com base em pesquisa em banco de preços e sites especializados cujo o valor cotado de R$ 792.897,08 (setecentos e noventa e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e oito centavos), pelo material contido na Nota Fiscal nº 001 da Haiplan, que totalizou R$ 1.248.493,00 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais), portanto, um possível superfaturamento de R$

455.595,92 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e dois centavos) em relação aos preços sugeridos. Válido mencionar que percentual de superfaturamento foi de aproximadamente 56% em relação aos valores da cotação da SESAU, que por sua vez é acima do valor praticado no varejo.

Fato relevante é que o senhor Flávio Alves, então gerente de cotação da SESAU, durante seu depoimento, afirmou que os preços contidos na planilha de cotação eram os praticados durante a pandemia, o que rechaça qualquer argumento de que os valores estavam acima do normal devido ao período crítico que o país vivenciava na época.

Já a Nota Fiscal da empresa QUANTUM EMPREENDIMENTOS LTDA totaliza o valor de R$ 4.010.476,50 (quatro milhões, dez mil e quatrocentos e seis reais e cinquenta centavos).

Outros indícios que mostram falha ou manipulação do processo é o fato de a empresa Haiplan ter enviado um ofício para a secretaria no dia 06/04/2020, solicitando o pagamento da nota fiscal nº 001, sendo que a mesma nota só seria emitida no dia 08/04/2020. Outro ofício da Haiplan para a secretaria também no dia 06/04/2020 solicitou pagamento da nota fiscal nº 002 que só foi emitida no dia 23/04/2020, mais de duas semanas depois, sugerindo assim uma manipulação ou simulação do processo administrativo.

Quanto á comparação de preços em relação à cotação do setor competente da SESAU, o álcool em gel 70% de 430 gramas, o preço cotado foi de R$ 30,74. Na nota fiscal nº 001 da Haiplan foi pago R$ 34,00 sendo adquiridos 4.852 frascos e na nota fiscal nº 002 o mesmo valor e comprados 8.138 frascos. Também foi pago R$ 34,00 na nota fiscal nº 150 para empresa Quantum por 6.937 frascos. Esse mesmo álcool, de 500 gramas, era vendido no varejo por aproximadamente R$ 17,00.

Já as máscaras cirúrgicas descartáveis foram cotadas por R$ 4,47. A Haiplan vendeu por R$6,30. Foram adquiridas 8.000 unidades na nota fiscal nº 001 e 3.750 na nota fiscal nº 002.

E não parou por aí. Temos também o superfaturamento em relação à compra das máscaras PFF2 sem válvula, onde a empresa HAIPLAN entregou cópia da nota fiscal de origem do referido item e seu representante legal confirmou, em oitiva na CPI, que o

custo unitário foi de R$ 1,45, contudo o produto foi vendido à SESAU por R$ 53,50, ou seja, a empresa obteve um "lucro" de aproximadamente 3500%.

Para finalizar, há de se destacar que, conforme consulta ao sítio da Receita Federal, a empresa Haiplan foi fundada há 21 anos e somente em 2020 emitiu a primeira nota fiscal de venda, justamente a da compra direta da SESAU Roraima.

Uma informação pertinente é que o processo de compras de EPI's foi aberto sem nenhuma justificativa formal pela CGUE – Coordenação Geral de Urgência e Emergência, sendo que, pelo Regimento Interno da SESAU, seria competência da CGAF – Coordenação Geral de Assistência Farmacêutica.

O ex-Coordenador da CGUE, em seu depoimento, deixou claro que não foi dada nenhuma explicação ou justificativa por parte do então Secretário Monteiro do real motivo pelo qual o processo foi aberto por coordenadoria diversa da prevista no regimento.

Ademais, conforme consta na cópia dos autos, não há parecer jurídico acerca da legalidade do procedimento de dispensa de licitação.

Durante as oitivas, restou evidenciado o verdadeiro esquema de abertura e tramitação de processos fraudulentos na SESAU.

A ex-servidora da SESAU, senhora **Yonara Karine Correa Varela**, foi ouvida na 30ª reunião da CPI, no dia 01 de junho de 2020, e trouxe diversos fatos ao conhecimento desta comissão:

> "(...) Eu fui designada para representar a SESAU junto com o secretário Monteiro na Conferência de Governadores em Belém e, no último dia em que eu estava lá, **recebi uma ligação do Francisvaldo me orientado que seria necessário abrir uma dispensa de licitação para comprar EPIs e eu falei para ele: "eu não vou fazer porque eu tenho EPIs no processo 330". Falei: "vamos conversar com o secretário Monteiro". Na madrugada desse mesmo dia, 13 de março, eu estava aguardando o avião, conversei com o secretário Monteiro e perguntei a ele: "Secretário, é para eu fazer essa dispensa de licitação para comprar EPIs onde a Aiplan vai ganhar? Eu tenho que fazer isso?" Ele falou: "faça". Eu falei: "ok". Cheguei, fui trabalhar normalmente. Cinco horas da tarde recebi uma mensagem nesse mesmo dia em que uma servidora da CGAF mandou para mim a imagem do que estava sendo entregue pela Aiplan. Ou seja, eu tomei ciência de que teria essa dispensa de licitação dia 12, às dez horas da noite. Cinco horas da tarde a Aiplan estava entregando EPIs na CGAF. No dia 13 de março eles entregaram luvas para procedimento 20 mil, gorro sanfonado 15 mil, álcool em gel com 12 unidades de 500gr, 180 fracos e dispensas de álcool em gel 15 frascos. A ligação que eu recebi foi às 10 horas**

> **da noite do dia 12. Cheguei a Roraima uma hora da tarde do dia 13. Cinco horas da tarde do dia 13 a Aiplan estava entregando esses itens. Sendo que eu, como coordenadora, diretora da CGAF, eu não fiz nenhuma solicitação, não assinei nenhuma autorização de entrega, não solicitei e nem entrei em contato com a empresa**.
> [...]
> ... Foi numa sexta-feira, sábado e domingo eu falei para o Francisvaldo, falei para o secretário Monteiro que eu não ia aceitar ser feito dessa forma, que isso estava errado, que eu não concordava. **A princípio seria somente a Aiplan, depois entrou a Quantum. Então seria algo, eu posso errar na questão da porcentagem, mas seria 60, 40, 40. Eu não lembro direito como seria, mas seria Aiplan, Quantum e uma terceira empresa que eu, honestamente, não me recordo qual é no momento. Então, eu falei: "eu não faço, eu tenho o processo 330 que eu posso comprar, esse processo 330 ele está com a ata ativa eu já mandei a minha intenção, porque a gente se refere à intenção, eu já mandei a minha sétima intenção de aquisição de todos os EPIs necessários para a Covid-19 e não tem necessidade de abrir nenhuma dispensa. Mesmo que tenha o decreto presidencial não tem necessidade porque nós já previamos isso"**. Com relação a essa sétima intenção eu trouxe aqui a documentação que a gente encaminhou para a empresa. A empresa que ganhou o processo 330 é a empresa Decares de Manaus. A empresa apresentou a resposta, mas eu tive que cancelar porque foi ordem do secretário abrir a dispensa. Neste fim de semana que eu falei que não faria, o Francisvaldo me mandou uma mensagem: "não, Yonara, tudo bem, conversamos aqui e vai ser feito pela CGUE". **Eu falei: "ok. Só não entenda que eu estou me recusando ou sendo cabeça dura ou nada, eu só acho que isso está errado e eu não vou fazer"**. Foi feito pela CGUE. **Então, a partir do dia 16 de março, mais ou menos, o Francisvaldo, na CGUE, deu andamento no processo** e eu comuniquei ao núcleo de insumos estratégicos que, infelizmente, a gente teria que cancelar a nossa sétima intenção no processo 330 porque os EPIs seriam adquiridos pela CGUE. (...)"

Percebe-se que a então Diretora da CGAF, respondendo interinamente pela Coordenação, não adotou nenhum procedimento para a contratação ilegal que lhe foi determinada. Contudo, em menos de 24 horas, a empresa HAIPLAN já estava entregando EPI's na CGAF.

E mais. Como visto, afirmou ainda que, a partir de 16/03/2020, o coordenador da CGUE, Francisvaldo, passou a dar andamento ao processo e o mais grave, a então coordenadora deixou claro que existia o processo nº 330 com ata de registro de preços ativa para os referidos itens de EPI com intenção de compra já comunicada à empresa detentora da ata e que, após os fatos, se viu obrigada a cancelar a sétima intenção de compra substituindo os itens.

Outro ponto trazido ao conhecimento da CPI pela senhora Yonara é que se tornou uma conduta comum o atraso dos pagamentos dos contratos em vigor, impossibilitando assim os atuais fornecedores da SESAU de continuar abastecendo a secretaria, criando

"uma solução para os problemas" via abertura de processos emergenciais fundados na pandemia. Vejamos outro trecho de seu depoimento:

> "(...) Quando eu comuniquei a possibilidade de comprar pelo processo que tinha ata ativa: "a ata dos 330 ainda está ativa, a ata do 329 venceu agora em maio", expliquei que poderíamos comprar por lá, **mas nós não conseguimos continuar com a negociação porque o Estado estava inadimplente com a empresa, o representante da empresa conversou com o Secretário Monteiro, eu, o representante da empresa e o Secretário Monteiro. O Secretário Monteiro disse que faria o pagamento, mas não fez. A empresa estava sem receber desde dezembro, foi o que o rapaz explicou, disse que a dificuldade em fornecer era exatamente essa, a inadimplência do Estado**.
>
> **O Senhor Relator Jorge Everton** – Para que os colegas possam entender o que a testemunha está falando, isso é de uma gravidade absurda. **A Secretaria deixava de pagar o contrato existente com empresas de medicamentos e de insumos com objetivo da empresa não se habilitar para entregar o material já que tinha que receber recursos que não tinha sido pago, para justificar a contratação emergencial e o direcionamento para a empresa porque não há justificativa de um contrato emergencial se existe um contrato regular, onde esse contrato regular é mais benéfico para o Estado em virtude de trazer uma economia. Isso tudo, em resumo, foi o que a nossa testemunha acabou de falar.** A senhora poderia me dizer por que a senhora falou especificamente contrato de compra de EPIs. O mesmo aconteceu em contrato de compra de medicamentos?
>
> **A Senhora Yonara Karine Correa Varela** – Sim. O contrato de medicamentos, a medicação poderia ser adquirida através do processo 329, que é o maior percentual de descontos em cima da tabela Semed e a empresa fornecedora seria a Stidimar. Da mesma forma, o Estado estava inadimplente e a empresa enfrentava dificuldades para atender a nossa demanda e foi aberto esse processo de dispensa, que eu acho que é o 1824. (...)"

Para nossa surpresa, também neste processo, o relatório lavrado pela Polícia Federal na operação DESVID-19 trouxe à baila novamente a suposta atuação da mesma organização que atuou no processo dos testes rápidos, agora, citando a possível utilização de avião da Força Aérea Brasileira, por meio de tratativas do Senhor JEAN FRANK PADILHA LOBATO, apontado pela Polícia Federal como o verdadeiro proprietário da empresa QUANTUM EMPREEENDIMENTOS, com o Senador Chico Rodrigues, conforme trecho de mensagem de áudio enviada por Jean, citada no relatório:

> "**Boa tarde, chefe, tudo bem**? Eu to sem internet, tá horrível. Na quinta feira, nós vamos entregar alguns produtos, não é muito, mas pra poder segurar essa semana. **Aí depois eu quero alinhar com o senhor aquela questão do avião**, porque na quarta-feira que vem a gente começa a receber da indústria, em São Paulo, todo o material que a gente fez o pagamento hoje, é muita coisa, não sei se vai dar só um avião, aí vai vir muito material **(grifo no original)**".

O mesmo relatório segue mencionando as tratativas com o Senador Chico Rodrigues, que responde Jean também via mensagem de áudio:

> "Tá ok, tá ruim mermo, a internet cortando direto, eu passei quase duas horas sem internet também e agora não ta boa, mas mais tarde, lá pras nove, dez horas tú me liga pra gente fazer uma avaliação com o Monteiro como é que foi o dia hoje. Porque pelo o que eu tenho percebido várias decisões ... várias sugestões daquelas que nós demos aqui, o governador já ta tomando a iniciativa e o Monteiro, com certeza, é o responsável por isso ele ouviu e colocou em prática e tem outras iniciativas também muito importantes que podem correr paralelas, igualmente, no mesmo momento dessas que vocês tão tomando a decisão agora. Então tu me liga depois de dez horas e já faz uma avaliação com o MONTEIRO e a gente fala. Um abraço"

E segue relatando as negociações do uso da aeronave:

> Em 31/03/2020, o denunciante FRANCISVALDO retransmite a JEAN FRANK áudio de pessoa não identificada no qual foram requeridas informações relativas à possí- vel carga de Equipamento de Proteção Individual e a questões logísticas para a respectiva entrega, ora transcrita:
>
> > "Oi Francisvaldo. Ah... você tem qual... onde e que se encontra essa carga? Se está junto a uma empresa que já... ou para onde que foi comprado esse EPIs e essa empresa não consegue embarcar para cá., e isso? Me passa os detalhes. Quantos quilos ou o tamanho dessa carga. Onde e que ela está em São Paulo, especificamente... se está na capital... o que mais você puder me dar de detalhe, mais me facilita para passar os meus colegas de São Paulo e eles poderem agir no sentido de trazer isso para cá o quanto antes, tá? E aí, a planilha depois você me manda também né? Do quantitativo total de estoque de vocês... se você puder me deixar especificado o que tá faltando hoje no sistema de saúde de Roraima, para mim, me ajudaria bastante... as, se você me der o estoque, hoje, atual, a ótimo também"

No dia seguinte, em 01/04/2020, JEAN FRANK envia a FRANCISVALDO planilha com indicações de peso, volume, quantidade de EPI's "a serem transportados para Boa Vista-RR" (fl. 27).

Na mesma data, FRANCISVALDO encaminha ofício assinado pelo, à época. Secretário de Estado de Saúde de Roraima - FRANCISCO MONTEIRO NETO -, destinado ao Ministro de Estado de Defesa, por meio do qual se solicitou a realização de "transporte aéreo de Equipamento de Proteção Individual - EPI's do Estado de São Paulo para o Estado de Roraima, com vistas ao atendimento das necessidades e ações do Estado frente a pandemia de Covid-19" (fl. 28).

Ainda no dia 01/04/2020, consta diálogo de FRANCISVALDO com CHICO RODRIGUES, em que busca apoio junto ao Senador para tentar junto à Força Aérea Brasileira transporte do Equipamento de Proteção Individual. FRANCISVALDO se dirige ao Parlamentar com o pedido "Chefe Me ajude Com o Avião", ao que recebe como resposta "Ok falando. Manda a quantidade, o peso e o volume cúbicos. CORRETAMENTE" (fl. 33).

FRANCISVALDO, então, encaminha a planilha enviada por JEAN FRANK com as indicações de peso, volume, quantidade de Equipamentos de Proteção Individual "a serem transportados para Boa Vista-RR" (fl. 34). O Senador, após, encaminha ofício de sua lavra, cujo conteúdo e solicitação ao Ministro da Defesa de

disponibilização de aeronave da Força Aérea Brasileira, com o título "Disponibilização Emergencial de Aeronave para entrega de Medicamentos" (fls. 38-39).

No dia 03/04/2020, o Senador CHICO RODRIGUES envia uma mensagem a JEAN FRANK, aparentemente encaminhada, na qual um servidor do ministério da De- fesa informa ao Senador que o pedido dele tramitou em tempo recorde no âmbito do Ministério da Defesa e que na mesma a data à tarde, já estaria na Casa Civil para o planeja- mento do voo. O Senador CHICO RODRIGUES então adverte JEAN FRANK para que ROGER (muito provavelmente ROGER HENRIQUE PIMENTEL, sócio da QUAN-TUM) ficasse em alerta em São Paulo/SP. Outro fato curioso que demonstra a utilização da máquina pública em atendimento a benefícios privados é que JEAN FRANK afirma ter preenchido um formulário da escolta da PRF. (fl. 703 do IPL).

Posteriormente, em 06/04/2020, FRANCISVALDO pede que JEAN FRANK "es- creva sobre a logística de transporte até Roraima, quantos dias chegaria via terrestre". JEAN FRANK responde por mensagem de áudio, nos seguintes termos (fls. 29-30):

> *"Oi... eu vou fazer, parceiro, eu vou fazer... mas, eu e que preciso muito agora que tu me ajude nessa questão aí pra gente embarcar isso amanhã... eu acho que no voo da noite? No voo da manhã já não dá... E.. e como e que tá a transportadora que você falou que tinha lá em Manaus... porque o avião lá não pode esperar... as carretas têm que estar lá no aeroporto pra já embarcar as carretas e vir embora... entendeu? E, em relação a essa daí, você já falou aí... porque,* ***pode até pagar aí com recurso do chefe, também, né****? Mas, tem que negociar o preço aí, cara... e eu preciso que me diga*

como e que tá a programação aí, eu não posso ficar com o material rodado lá em São Paulo... bora cuidar disso hoje.... (grifo no original).”

O trecho do áudio em destaque aponta para possível utilização dos recursos públicos oriundos das emendas parlamentares de CHICO RODRIGUES para custear a logística de transporte do material, tendo em vista que o avião da Força Aérea Brasileira realizaria o voo de São Paulo/SP até Manaus/AM com a carga de EPI’s, cabendo o seu efetivo transporte a Boa Vista/RR por meio de carretas através da BR-174.

Ademais, minutos depois, JEAN FRANK retorna ao questionamento de logística de FRANCISVALDO e encaminha ofício da empresa QUANTUM. No documento, in- formou-se que o material referente a Nota de Empenho n. 20601.001.20.00519-4, para atender a pandemia de Covid-19, tem previsão de entrega de 28 (vinte e oito) dias uteis, razão do peso de 31 (trinta e uma) toneladas de Equipamento de Proteção Individual (fl. 30).

[...]

Conforme se desenhava nas conversas entre o Senador CHICO RODRIGUES e JEAN FRANK, a carga de EPI’s da QUANTUM foi transportada de avião da Força Aérea Brasileira até Manaus/AM e seguiu de caminhão, com frete doado pela empresa AMBEV, até Boa Vista/RR com escolta feita pela Polícia Rodoviária Federal desde a localidade de Jundiá/RR até Boa Vista/RR.

Neste ponto, o relatório policial conclui pela tipicidade dos fatos narrados o que dispõe o artigo 312 do Código Penal, ex vi:

Desta forma, entende-se pela tipicidade dos fatos descritos ao que prevê o art. 312 do Código Penal, no qual estão dispostas três variações de conduta:

342

“Peculato Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1o - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo- se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário” (grifos nossos).

No caso, resta evidente que FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES concorreu, na qualidade especial de Senador da República, funcionário público na forma do artigo 327 do Código Penal, para subtração do valor a ser pago a título de contraprestação pelo fornecimento de EPI’s pela QUANTUM EMPREENDIMENTOS EM SAÚDE, em especial, os custos destinados ao transporte e entrega deste material na cidade de Boa Vista/RR, tendo em vista a utilização de aeronave da Força Aérea Brasileira, vindo a beneficiar diretamente a empresa em questão e seus sócios ROGER HENRIQUE PIMENTEL e VLADIMIR PINHEIRO ALVES NETO, bem como indiretamente JEAN FRAN PADILHA LOBATO, revelado como proprietário de fato e beneficiário das contratações firmadas pela QUANTUM, e o próprio Senador, tratado como “chefe” por JEAN FRANK, a quem solicitava apoio e lhe reportava atualizações sobre as demandas da QUANTUM.

Nesses termos, também temos como sujeitos ativos dos crimes acima mencionados: a) FRANCISCO MONTEIRO NETO, então Secretário de Saúde do Estado de Roraima, por autorizar a realização a contratação emergencial de caráter indenizatório; b)

343

FRANCISVALDO DE MELO PAIXAO, ora responsável por operacionalizar a contratação emergencial de caráter indenizatório; c) FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES, na qualidade de Senador da República, que, embora não detenha atribuição em relação ao procedimento, interviu diretamente junto à Força Aérea Brasileira e se beneficiou, indiretamente; d) JEAN FRANK PADILHA LOBATO, particular beneficiado e ora identificado como operador do Senador CHICO RODRIGUES e representante de fato da empresa QUANTUM; e e) ROGER HENRIQUE PIMENTEL, particular beneficiado na condição de sócio formal da empresa QUANTUM.

O levantamento feito durante as investigações policiais também estabeleceu ligação entre o Senador Chico Rodrigues e a Senhora Gilce O. Pinto, representante de fato da HAIPLAN CONSTRUÇÕES E COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, empresa favorecida no processo em análise.

Segundo o relatório, houve atuação do Parlamentar em favor da aludida empresa, vejamos:

No decorrer desta investigação, identificou-se que a representante de fato da HAIPLAN CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA é a empresária GILCE DE OLIVEIRA PINTO, esposa de JULIO RODRIGUES, sócio majoritário da referida firma.

Observou-se das conversas constantes do telefone celular de FRANCISVALDO, que CHICO RODRIGUES solicitou informações sobre pagamentos realizados no âmbito Secretaria de Saúde a GILCE. O interesse de CHICO RODRIGUES nos fatos relativos à HAIPLAN é reiterado em 08/03/2020, quando FRANCISVALDO encaminha nova mensagem ao Senador com o teor *“Sobre a demanda atender Haiplan”*.

Após a devida apreensão e análise do aparelho de telefone celular do Senador CHICO RODRIGUES, as suspeitas de vínculo

344

existente entre GILCE e o Senador são confirmadas, em conversas datadas desde novembro de 2019, nas quais GILCE sempre procura pelo Senador CHICO RODRIGUES para tratar de procedimentos licitatórios no âmbito do Estado de Roraima, a exemplo da licitação conduzida pela Secretaria Estadual de Educação e Desporto – SEED, quando em 20/12/2020, GILCE informa ao Senador que o pregoeiro abriu novamente o certame e que ela estava preocupada em perder a disputa. Na sequência da conversa, GILCE chega a dizer *“E nos só temos Jesus e o senhor e senhor sei que não vamos ficar desamparadas”*, o que sugere a grande confiança depositada na atuação do Senador CHICO RODRIGUES na defesa de seus interesses. O parlamentar responde *“Vou me informar e apertar eles”* (fls. 722 do IPL).

[...]

A autoridade policial finaliza esse ponto do relatório amoldando a conduta ao previsto no artigo 321 do Código Penal:

Por essa razão, entende-se que tais fatos descritos amoldam-se a conduta típica prevista no art. 321 do Código Penal, uma vez que o Senador CHICO RODRIGUES atuou, perante o poder público, em defesa e em benefício de interesses privados de outrem, no caso, GILCE e a HAIPLAN, sendo que, por se tratar de crime formal, sua consumação independentemente da efetiva obtenção de vantagem, dinheiro ou utilidade, ou da efetiva influência exercida.

Assim, mais uma vez, estão presentes fortes indícios da prática de inúmeros crimes e diversos atos de improbidade administrativa na instrução do processo em exame.

8.4 Processo 020601.001824/20-16

345

Tratando-se de dispensa de licitação por emergência, o referido processo versa sobre a aquisição de medicamento e material médico-hospitalar utilizadas no combate do covid-19.

Na análise realizada após a apreensão dos autos, foram elencados os seguintes apontamentos:

- CÓPIA CONTENDO 05 VOLUMES, MAS NUMERADOS ATÉ A PÁGINA 04;
- SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DA CGAF, SRA. YONARA, AUTORIZADO PELA SECRETÁRIA ADJUNTA PATRÍCIA RENOVATO;
- CONSTAM CÓPIAS DOS ATOS NORMATIVOS DA COVID-19 (LEI, MP, DECRETOS, ETC.);
- TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS SEM ASSINATURA;
- CONSTAM DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA E FISCAL DAS EMPRESAS (ACÁCIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS, DMC, CINCO CONFIANÇA IND. E COMÉRCIO, DECARES COMÉRCIO LTDA, GOLDEN PLUS COM. DE MED. E PED HOSP. LTDA, HOSPDROGAS COM. LTDA, PRO-SAÚDE DIST. DE MED., PROSERV COM. E SERV. LTDA, TIDIMAR MÉDICO HOSPITALAR, W.M. COM. E SERV. LTDA, TECNOVA COM. E SERV. HOSPITALAR);
- CÓPIA DAS COTAÇÕES REALIZADAS NA INTERNET E BANCO DE PREÇOS;
- CONSTA PLANILHA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS REALIZADA PELA GERÊNCIA ESPECIAL DE COTAÇÃO, SR. FLÁVIO, NO MONTANTE DE R$ 32.455.846,15;
- PROCESSO FINDA COM ENCAMINHAMENTO A CGAF.

Este processo é mais um dos que foram apreendidos em fase de montagem. Além das constatações acima descritas, também foram citadas irregularidades durante as oitivas desta Comissão.

A ex-servidora **Cirrame** afirmou contato feito pelo empresário Erike Barbosa, questionando sobre esta dispensa e ameaçando a equipe do setor:

> **" (,,,) A Senhora Cirrame Soares Alexandre Silva** – Não. O que ocorreu? Eu até trouxe anotado aqui, deixa eu pegar o número. **Quando eu estava nessa semana que eles me colocaram para tentar ser coordenadora, tinha uma dispensa de licitação de número 1824, e ela já estava na fase de instrução e eu recebi uma ligação do empresário Erike dizendo que estava sabendo da minha**

> **nomeação, e eu falei que não tinha sido nomeada, que estava aguardando, e ele queria saber se essa dispensa já estava finalizada. Eu fui até o CGAF, com o corpo técnico do CGAF e eles me informaram que já estavam finalizadas as propostas, aí entrei em contato com ele e passei para ele que nessa dispensa ele não tinha mais como entrar porque já estava finalizada a proposta e ele falou que tinha mandado a proposta dele para a CSL aos cuidados da Lana**. Foi o nome da pessoa que ele falou. Então, uma das pessoas responsáveis do CGAF foi até essa pessoa e essa pessoa falou que não, que ele não tinha mandado, aí eu informei para ele o que foi dito. Primeiro, se ele mandou, mandou para o lugar errado; ele teria que ter mandado para o CGAF e não para a CSL. **Ele mandou um áudio que eu abri na frente de duas pessoas que trabalhavam no CGAF, aquelas pessoas que estavam me orientando e ele falou que iria participar porque ele tinha mandado a proposta a tempo, senão cabeças iam rolar. Então, o que eu fiz? Conversei com essas duas outras pessoas, marcamos com o secretário, ele não nos atendeu, e, dias depois, ele pegou o processo do CGAF, levou para o gabinete e passou para o Francisvaldo. A partir daí, o Francisvaldo passou a tomar conta desse processo**. Uns dias depois eu estava no CGUE e alguns empresários me procuraram para querer saber sobre esse processo e eu falei que não era comigo, que eu não tinha sido nomeada, que não poderia responder por isso e eles conversaram em uma reunião com o Francisvaldo. **Daí para a frente eu não sei mais lhe dizer o que foi feito, o que foi resolvido sobre isso. Sei que o processo foi levado para o CGUE, porque ficou com outro gerente, mas, as decisões que foram tomadas não me participaram** e, logo em seguida, ele foi exonerado, o Francisvaldo (...)"

Também em sua oitiva, a ex-servidora **Yonara Karine** mencionou a interferência do empresário Erike no processo, *ex vi:*

> "(...) Esse 1824, que é a dispensa do medicamento, foi feito todo de forma regular pela equipe da CGAF, foi instruído, feito todo o termo de referência, foram convidadas as empresas que já tinham contratos em andamento com a CGAF e, do período em que eu saí, quem assumiu foi a coordenadora Sara. Acho que ela ficou uma semana, ela deu andamento no período em que ela ficou e, depois a Doutora Patrícia teve uma reunião com quem já tinha apresentado a proposta, que já tinha ganhado e foi dado o prosseguimento. Isso eu sei por que os servidores comentavam comigo.
>
> **O Senhor Relator Jorge Everton** – Tinha alguma interferência nesse processo para que alguma outra empresa que não tinha participado, que não tinha sido escolhida entrasse nesse processo? A senhora tem conhecimento disso?
>
> **A Senhora Yonara Karine Correa Varela** – **Sim tenho. A empresa, o nome não vou recordar porque é do empresário Erike Cavalcante. Eu acho que ele representa algumas empresas. Eu tive contato com ele quando eu fui trabalhar na CGUE, ele é representante de algumas empresas. Enquanto a Cirrame passou como coordenadora provisória na CGAF ele a procurou porque ele disse que encaminhou a proposta dele e a proposta não estava no processo e a Cirrame conversou com o pessoal da equipe da CGAF e eu não sei mais como aconteceu. Eu sei que teve sim a questão do Erike querer entrar nesse processo, só que já tinha sido feito o convite, já tinha passado o período, já tinha passado o período de apresentação de propostas, as propostas já tinham sido avaliadas e já estavam encartadas nos processos quando ele quis entrar no processo**.(...)"

Por fim, o ex-servidor da CGAF, senhor **Edson Pereira**, corroborou o ocorrido no processo 1824:

> **"**(...) **O Senhor Edson Pereira Moreira** – Processo 1824, a coordenadora ainda era a Yonara, coordenadora interina da CGAF. Ela chegou para gente, era um fim de semana, ela pediu para que a gente fizesse a abertura e a instrução do processo. Inclusive, foi em um domingo e eu e outra servidora estávamos lá na SESAU, fizemos todo o procedimento e repassamos para ela, que seria a abertura do processo. Enquanto isso, havia uma equipe de farmacêutico, a partir do corpo técnico da CGAF, que estavam definindo o quantitativo, itens a serem adquiridos e repassariam isso para a gente, para ser o anexo ao nosso termo de referência e dar abertura ao processo.
>
> **[**...]
>
> Na mesma semana, a coordenadora Sarah, solicitou uma reunião, a pedido da secretária, com fornecedores que participariam dessa dispensa. No dia da reunião, a secretária não pode estar presente e quem presidiu a reunião foi a coordenadora Sarah. Basicamente, o que foi dito na reunião é que foi pedido que eles cotassem apenas o que tinha em estoque ou o que eles pudessem entregar em até 15 dias, que era o prazo que a gente tinha para entrega do nosso processo. Então, isso foi em uma sexta-feira. Na segunda-feira seguinte, seria o prazo máximo para entrega das propostas de preços e nisso, ela também solicitou que a gente também encaminhasse para empresas que habitualmente trabalhavam conosco, que habitualmente forneciam para a CGAF, pois trabalhavam com a CGAF. Então, foi encaminhado e-mail para essas empresas e solicitado às propostas das empresas locais. E essa foi a reunião. **No dia 31 de março, acredito que seja isso, voltando, ao dia da reunião com os empresários, eles solicitaram que a entrega das propostas fossem presenciais, porque queriam transparência para que não houvesse a possibilidade de alguém querer cobrir o preço do outro. Eles pediram que todos fizessem a entrega da proposta de forma presencial e que já saíssem com o mapa de preços. No dia da entrega das propostas, foi isso que aconteceu. Eles aguardaram fazer todo o mapa de preço com todas as empresas, inclusive, empresas de fora, assim como empresas locais e cada um saiu com uma cópia desse mapa. Ou seja, não tinha mais como mexer naquele mapa de preço, porque todas as empresas que estavam presentes, já saíram com preço.**
>
> [...] Demos prosseguimento ao processo da forma como estava. Por quê? Porque como já estava instruído, demos prosseguimento ao processo. **Quando foi na data entre os dias 14 ou 15, não recordo bem a data, a Cirrame que estava à frente da CGAF de forma ainda não nomeada, mas fui informado que ela seria a nossa coordenadora, e a gente estava repassando essas informações para ela. Nesse dia, ela procurou a gente na CGAF procurando informações sobre a empresa do empresário Erike . Nesse dia, ela tinha recebido uma proposta, algo assim, não recordo qual era a situação antes, se ele só estava questionando ou se ela tinha recebido a proposta, e ele queria informações sobre o porquê da empresa dele ter ficado de fora. No caso, a proposta não era da Femax, porque tenho conhecimento de que a Femax é a empresa dele. A proposta que ele apresentava era da empresa Nova Médica**, que não havia participado da dispensa. Ela não é uma empresa que fornece habitualmente para a CGAF, forneceu algumas vezes, poucas coisas, mas não é algo habitual de ela trabalhar na CGAF, por isso é que ela não foi consultada. E, na tarde desse dia, ela, em conversa com ele, estava sentada eu, ela, e outra servidora...
>
> **O Senhor Relator Jorge Everton** – Ela quem?
>
> **O Senhor Edson Pereira Moreira** – A Cirrame. **Ela apresentou para a gente um áudio em que ele citava que cabeças rolariam, que ele conversaria**

> **com o Monteiro e iria conversar com o pessoal na Casa Civil, os interessados na Casa Civil. Isso era o que dizia o áudio**.
>
> **A Senhora Deputada Lenir Rodrigues** – Quem mandou o áudio?
>
> **O Senhor Edson Pereira Moreira** – **O empresário Erike**. [...] E acontece que... a gente procurou o Secretário Monteiro e expôs a situação, **que a gente estava sendo coagido a incluir a empresa do empresário Erike** . Então, o Secretário não atendeu de forma alguma a gente. **Quando a gente narrou para a chefe de gabinete o que tinha acontecido, acredito que ela expos para ele e ele só pediu para deixar o processo com ele. Ele recolheu o processo e a gente protocolou e deixou no gabinete o processo naquele período. Posteriormente, é do meu conhecimento que o processo estava na CGUE e que o Francisvaldo era quem daria andamento ao processo, que o processo iria prosseguir pela CGUE, a partir daquela data. No dia seguinte, saiu a exoneração do pessoal que negou ao empresário Erike essas informações, que ele entrasse na dispensa. Então, basicamente é isso o que eu tenho a narrar**.
>
> [...]
>
> **O Senhor Deputado Jorge Everton** – O trâmite processual foi alterado então, foi retirado da CGAF e encaminhado para a CGUE como objetivo de atender exclusivamente a esse empresário?
>
> **O Senhor Edson Pereira Moreira** – **Isso. Posteriormente, é do meu conhecimento que, eram duas empresas, uma era a proposta da Nova Médica, que desde o início, desde o dia do áudio era essa a proposta que queriam incluir e, posteriormente, de outra empresa chamada Amazon, que também tinha uma outra proposta para esse processo**.
>
> **O Senhor Relator Jorge Everton** – Apresentadas pelo empresário Erike essas duas empresas?
>
> **O Senhor Edson Pereira Moreira** – **Sim, as duas propostas foram apresentadas pelo empresário Erike**. (...)"

Desse modo, resta evidente o direcionamento e manipulação do processo de dispensa para favorecer empresas ligadas ao empresário Erike Barbosa. Destaca-se que, mesmo após o mapa de preços encartado nos autos e entregue aos vários empresários participantes da dispensa, o processo foi encaminhado ao gabinete do Secretário Monteiro e a CGUE (lembrando que não é a coordenação competente para tal), a fim do Senhor Francisvaldo satisfazer o pleito de Erike.

Igualmente merece atenção o fato narrado pelo ex-servidor Edson de que, após o conflito gerado devido a manipulação do trâmite processual, os servidores que instruíam os autos foram exonerados no dia seguinte, concretizando assim a ameaça de Erike Barbosa enviada via áudio de *whatsapp*.

Neste contexto, nos deparamos mais uma vez, com indícios de vários ilícitos praticados pela organização criminosa atuante na SESAU no auge da pandemia.

8.4.1 Dos demais processos apreendidos

Feitos os apontamentos acima, como já dito, vários processos foram apreendidos em fase embrionária de sua montagem, faltando numeração, assinaturas indispensáveis, etc. Para tornar mais didático, trazemos abaixo uma tabela com o resumo de como foram encontrados alguns dos processos:

Processo 020601.001830/20-19

Objeto: O referido processo versa sobre a contratação de empresa para prestação de serviços especializados em fornecimento de link de internet com infraestrutura de rede wi-fi e equipamentos de informática, para atender a demanda do hospital de campanha do Canarinho.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA COM 93 PÁGINAS NUMERADAS;
- PEDIDO FEITO PELO DIRETOR DE T.I. DA SESAU, SR. MARCELO DA SILVA, EM CONJUNTO COM O CGA, SR. BERNARDO LUSITANO, AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS ASSINADOS PELO DIRETOR DE T.I, MARCELO, CGA BERNARDO E SECRETÁRIO MONTEIRO;
- SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO VIA EMAIL PARA AS EMPRESAS MSS, COMPUTEC E INFORR;
- MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS;
- CONSTA PEDIDO DE EMPENHO NO VALOR DE R$ 240.279,96;
- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL DA EMPRESA RIZOLMAR ALVES DE OLIVEIRA (INFORR) E PROPOSTA NO VALOR DE R$ 209.400,00;
- JUSTIFICATIVA DA DISPENSA ASSINADA PELO SECRETÁRIO MONTEIRO E MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR ASSINADA PELO CGA BERNARDO E SECRETÁRIO MONTEIRO;
- CONSTA PARECER JURÍDICO REFERENCIAL DA PROGE E SEUS ANEXOS;
- CONSTA RELATÓRIO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, FLS. 80/88, FAZENDO RESSALVAS, A SABER: NÃO CONSTA JUSTIFICATIVA PRECISA DOS

350

SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS / ANALISAR A VIABILIDADE DE AQUISIÇÃO DOS NOTEBOOK, AO INVÉS DE LOCAÇÃO, VISTO QUE O VALOR DA LOCAÇÃO FOI ORÇADO EM R$ 109.800,00 POR UM PERÍODO DE 06 MESES, ENQUANTO O ORÇAMENTO PARA AQUISIÇÃO DOS MESMOS EQUIPAMENTOS CUSTARIA AO ESTADO O VALOR DE R$ 55.980,00, OU SEJA, UMA DIFERENÇA (ECONOMIA) DE R$ 53.820,00 AOS COFRES DO ESTADO, ALÉM DOS EQUIPAMENTOS SEREM INTEGRALIZADOS AO PATRIMÔNIO DA SESAU / NÃO CONSTA CONSULTA TÉCNICA AO CETIF (SEFAZ) INDAGANDO A VIABILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA REDE LÓGICA DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA, PARA CASO DE NEGATIVA, JUSTIFICAR TAL CONTRATAÇÃO / OUTRAS IMPROPRIEDADES COMO DIVERGÊNCIA DA FONTE E PROGRAMA DE TRABALHO CONTIDOS NO PAM;

- APÓS AS RESSALVAS DA CONTROLADORIA, CONSTA NOS AUTOS A NOTA TÉCNICA DA CETIF (SEFAZ), RESPONDENDO PELA IMPOSSIBILIDADE EM ATENDER A DEMANDA DA SESAU;
- NOTA TÉCNICA ASSINADA PELO DIRETOR DE T.I. DA SESAU, SR. MARCELO, E PELO CGA, SR. RYCHAEL, NO INTUITO DE SANAR OS APONTAMENTOS DA CONTROLADORIA.

Processo 020601.001798/20-08

Objeto: Trata sobre o credenciamento em caráter emergencial de unidade hospitalar com leitos de internação para retaguarda do HGR e maternidade.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA CONTENDO NUMERAÇÃO ATÉ A PÁGINA 28;
- TERMO DE REFERÊNCIA SEM APROVAÇÃO DO CGUE, SR. FRANCISVALDO, E DO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- NÃO CONSTA COTAÇÃO DE PREÇOS, CONFORME EXIGIDO PELO ITEM 25.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA;
- NÃO CONSTA A DOCUMENTAÇÃO E CERTIDÕES DAS EMPRESAS, CONFORME EXIGIDO PELOS ITENS 12, 13, 18, 19 DO TERMO DE REFERÊNCIA;
- CONSTAM APENAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS DOS HOSPITAIS DA MULHER E LOTTY ÍRIS;

351

- CONSTAM OS CONTRATOS ASSINADOS, MAS INEXISTE NOS AUTOS O PARECER JURÍDICO QUANTO À LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO E ANÁLISE DA MINUTA CONTRATUAL.

Processo 020601.001837/20-68

Objeto: Dispensa de licitação para aquisição de células de oxigênio para ventiladores pulmonares servo da marca Maquet.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA COM 91 FOLHAS NUMERADAS;
- O SETOR COMPETENTE (CGUE), SR. FRANCISVALDO, SOLICITOU A AQUISIÇÃO DO MATERIAL, SENDO AUTORIZADA A ABERTURA PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- CONSTAM CÓPIAS DOS ATOS NORMATIVOS DA COVID-19 (LEI, MP, PORTARIA, DECRETO, ETC);
- CONSTA TERMO DE REFERÊNCIA APROVADO PELO SR. FRANCISVALDO E AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- CONSTA NOS AUTOS PROPOSTA DE PREÇOS E TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇAO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DA EMPRESA BELFORT COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS, INCLUSIVE COM DECLARAÇÕES DE EXCLUSIVIDADE NOS ESTADOS DO AMAZONAS E RORAIMA PARA FORNECER OS ITENS A SEREM ADQUIRIDOS;
- A TABELA DE COTAÇÃO DE PREÇOS ESTIMOU UM VALOR TOTAL DE R$ 64.600,00 PARA OS ITENS, SENDO COTADO EM APENAS UMA FONTE DE PESQUISA. MESMO CONTENDO TAL ESTIMATIVA, FOI REALIZADA A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA NO VALOR DE R$ 99.651,28, PERFAZENDO UMA DIFERENÇA MAIOR DE R$ 35.051,28;
- CONSTA DOCUMENTO EMITIDO PELA EMPRESA BELFORT JUSTIFICANDO O PREÇO ACIMA DAQUELE COTADO, VISTO A EXISTÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO INDEVIDA DOS EQUIPAMENTOS. OU SEJA, EMPRESAS NÃO CREDENCIADAS OFERTANDO AS CÉLULAS EM SÍTIO DE INTERNET;

352

- FOI REALIZADA DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTUDO, PELOS DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS, O CORRETO SERIA A INEXIGIBILIDADE (ART. 25, I, LEI 8.666/93), VISTO A EXCLUSIVIDADE DO FORNECEDOR;
- NÃO CONSTA PARECER JURÍDICO SOBRE A REGULARIDADE DA "DISPENSA" REALIZADA, TAMPOUCO A ANÁLISE DA MINUTA CONTRATUAL;
- A CÓPIA DA NOTA FISCAL NÃO CONSTA ATESTO DO RECEBIMENTO DO MATERIAL COMPRADO.

Processo 020601.001807/20-05

Objeto: Trata sobre a aquisição, em caráter emergencial, de equipamentos de proteção individual para atender às unidades de saúde da capital e do interior.

Análise no momento da apreensão:

- CONSTAM APENAS 07 FOLHAS NOS AUTOS (CÓPIAS), COM NUMERAÇÃO DIVERGENTE;
- O PROCESSO PAROU APÓS A AUTUAÇÃO FEITA PELA SEGAD.

Processo 020601.001819/20-86

Objeto: Diz respeito à aquisição, mediante processo de compra emergencial, de periféricos de monitores Nihon e periféricos dos ventiladores pulmonares da marca Maquet, para atender às necessidades das unidades de saúde do estado.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA CONTENDO 44 FOLHAS, SENDO 43 NUMERADAS;
- O SETOR COMPETENTE (CGUE) SOLICITOU A AQUISIÇÃO DO MATERIAL, SENDO AUTORIZADA A ABERTURA DO PROCESSO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- CONSTA TERMO DE REFERÊNCIA APROVADO PELO SR. FRANCISVALDO E AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO.

Processo 020601.001820/20-65

Objeto: Aquisição emergencial de acessórios para compor a rede de gases medicinais, no intuito de atender às necessidades das unidades de saúde do estado.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA CONTENDO 35 PÁGINAS NUMERADAS;

353

- CONSTA PEDIDO DE ABERTURA DE PROCESSO PELO SR. FRANCISVALDO (CGUE), AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- TERMO DE REFERÊNCIA APROVADO PELO FRANCISVALDO (CGUE) E AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- FOI ENCAMINHADO PARA A GERÊNCIA DE COTAÇÃO NO DIA 27/03/2020;
- NO DIA 28 DE ABRIL DE 2020, CONSTA TERMO DE ARQUIVAMENTO, UMA VEZ QUE OS ITENS FORAM INCLUÍDOS EM UM NOVO PROCESSO DE Nº 020601.001823/20-53, CONFORME DECISÃO DO COORDENADOR DA CGUE A ÉPOCA, SR. FRANCISVALDO. DESPACHO ASSINADO PELO NOVO COORDENADOR, SR. MIKAEL.

Processo 020601.001822/20-90

Objeto: Tem como objetivo a aquisição de colchões para as unidades de saúde da capital e interior.

Análise no momento da Apreensão:

- CÓPIA NUMERADA SOMENTE ATÉ A FLS. 21;
- CONSTA PEDIDO DE ABERTURA DE PROCESSO DA LAVRA DO SR. BRUNO, GERENTE DE NÚCLEO, E SR. FRANCISVALDO (CGUE), AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- POSSUI CÓPIAS DOS ATOS NORMATIVOS (LEI FEDERAL DE ENFRENTAMENTO COVID-19, MP 926, DECRETO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO COVID-19, ETC);
- TERMO DE REFERÊNCIA APROVADO PELO SR. FRANCISVALDO (CGUE);
- MEMORANDOS DAS UNIDADES, ESPECIFICANDO A DEMANDA DE COLCHÕES;
- PROCESSO FOI ENCAMINHADO PARA GERÊNCIA ESPECIAL DE COTAÇÃO. DEPOIS, FOI DEVOLVIDO COM MAPA DE COTAÇÃO CONTENDO VALOR ESTIMADO DE R$ 229.358,42;
- CONSTA AINDA PESQUISA NO MERCADO, ONDE FORAM CONSULTADAS AS EMPRESAS MED HAUS (MANAUS) E LOJAS PERIN (BOA VISTA), QUE APRESENTARAM VALORES INFERIORES AQUELES ANTERIORMENTE COTADOS;
- FOI CONFECCIONADO O MAPA ATUALIZADO CONTENDO O MELHOR PREÇO DE CADA ITEM, SEM A ASSINATURA DO COORDENADOR DA CGUE, SR. MIKAEL;

354

- CONSTA JUSTIFICATIVA DO PROCEDIMENTO ADOTADO E DOS VALORES ORÇADOS, SEM ASSINATURA DO COORDENADOR CGUE, SR. MIKAEL.

Processo 020601.001831/20-81

Objeto: Contratação para aquisição e instalação de aparelho de ar condicionado split, para atender as unidades pertencentes à rede estadual de saúde do estado de Roraima.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA COM 05 PÁGINAS NUMERADAS;
- CONSTA O PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL – PAM, SEM ASSINATURA DO SECRETÁRIO;
- CONSTA MEMORANDO DA CGA, SR. BERNARDO LUZITANO, SOLICITANDO ABERTURA, COM VISTO DE AUTORIZAÇÃO DO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- PROCESSO FINDA NO DESPACHO PARA A SEGAD, SOLICITANDO AUTUAÇÃO DO PROCESSO.

Processo 020601.001825/20-89

Objeto: O referido processo trata da aquisição, em caráter de urgência, do medicamento sulfato de hidroxicloroquina 400 mg.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA COM 14 PÁGINAS, SENDO NUMERADA ATÉ A FOLHA 03;
- PEDIDO DE AQUISIÇÃO FEITO PELO COORDENADOR CGAF, SRA. YONARA, AUTORIZADA PELA SEC. ADJUNTA, SRA. PATRÍCIA RENOVATO;
- CONSTA PROJETO BÁSICO SEM ASSINATURA.

Processo 020601.001827/20-04

Objeto: Tem como objeto o fornecimento e instalação dos equipamentos de rede de oxigênio medicinal, para atender o HGR e hospital de campanha Canarinho.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA CONTENDO 38 PÁGINAS, NUMERADAS ATÉ AS FLS. 35;
- CONSTA PEDIDO PELA CGUE, SR. FRANCISVALDO, AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO.

355

Processo 020601.001832/20-44

Objeto: Versa sobre o fornecimento de material de limpeza e produção de higienização para atender à Sesau e unidades hospitalares.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA COM 69 PÁGINAS, SENDO NUMERADAS ATÉ A FLS. 68;
- CONSTA PEDIDO SOLICITADO PELA CGA, SR. BERNARDO LUZITANO, AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- PROCESSO FINDA NO TERMO DE REFERÊNCIA APROVADO PELO CGA, SR. RYCHAEL, E AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO.

Processo 020601.001882/20-12

Objeto: Contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza com manutenção contínua, compreendendo capina manual, varrição sobre calçamento e sarjeta, roçagem mecânica, poda de árvores, retirada de entulhos com carga manual e mecânica de material de qualquer natureza para bota-fora, incluindo mão-de-obra, máquinas, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços, para atender as unidades da secretaria de saúde do estado.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA COM 06 PÁGINAS NUMERADAS;
- PEDIDO DE ABERTURA DA CGA, SR. BERNARDO LUZITANO, AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- PROCESSO FINDA NO PEDIDO DE AUTUAÇÃO FEITO A SEGAD;
- NÃO SE JUSTIFICA TAL CONTRATAÇÃO VIA PROCESSO EMERGENCIAL FUNDAMENTADO NA PANDEMIA.

Processo 020601.001883/20-85

Objeto: Contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza e higienização, desinfecção dos reservatórios de água (cisternas, castelos de água e caixa d´água), com fornecimento de mão de obra

356

especializada, equipamentos, EPI'S, EPC'S, bem como todos os insumos para a execução desses serviços, para atender as unidades da secretaria de saúde do estado.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA COM 43 PÁGINAS, SENDO 42 NUMERADAS;
- SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DA CGA, SR. BERNARDO LUZITANO, AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- CONSTA TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, APROVADOS PELO CGA, SR. BERNARDO, E AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- NÃO SE JUSTIFICA TAL CONTRATAÇÃO VIA PROCESSO EMERGENCIAL FUNDAMENTADO NA PANDEMIA.

Processo 020601.001884/20-48

Objeto: Contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza e esgotamento de fossa séptica, limpeza e desentupimento de caixas de esgoto e caixas de gordura, para atender as unidades da Sesau.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA CONTENDO 42 PÁGINAS, NUMERADAS ATÉ A FLS. 41;
- SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DA CGA, SR. BERNARDO LUZITANO, AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- CONSTA TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS APROVADOS PELO CGA, SR. BERNARDO, E AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- NÃO SE JUSTIFICA TAL CONTRATAÇÃO VIA PROCESSO EMERGENCIAL FUNDAMENTADO NA PANDEMIA.

Processo 020601.001884/20-00

Objeto: Contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada para prestação de serviço de desinsetização para atender a Sesau e suas unidades.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA CONTENDO 43 PÁGINAS, NUMERADAS ATÉ A FLS. 42;

357

- SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DA CGA, SR. BERNARDO LUZITANO, AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- CONSTA TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, APROVADOS PELO CGA, SR. BERNARDO, E AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- NÃO SE JUSTIFICA TAL CONTRATAÇÃO VIA PROCESSO EMERGENCIAL FUNDAMENTADO NA PANDEMIA.

Processo 020601.001886/20-73

Objeto: Tem como objetivo a aquisição, por dispensa de licitação, de equipamento médico-hospitalar, consumo e permanente, para atender às necessidades do HGR frente à pandemia do covid-19.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA CONTENDO 75 PÁGINAS, NUMERADAS ATÉ A FLS. 03;
- SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DA CGUE, SR. FRANCISVALDO, AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, BEM COMO PROPOSTA DE EQUIPAMENTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONTENDO ESPECIFICAÇÕES E PREÇO MÁXIMO PRATICAVEL;
- CÓPIA DO PARECER JURÍDICO REFERENCIAL DA PROGE.

Processo 020601.001887/20-36

Objeto: Versa sobre a contratação de empresa especializada para a aquisição de mobiliário, para atender às necessidades do hospital de retaguarda do estádio Canarinho.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA CONTENDO 38 PÁGINAS, NUMERADAS ATÉ A FLS. 37;
- SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DA CGA, SR. RYCHAEL VASCONCELOS, AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- CONSTA TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, APROVADOS PELO CGA, SRA. RYCHAEL VASCONCELOS, AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;

358

- CONSTA MINUTA CONTRATUAL E CÓPIA DO PARECER JURÍDICO REFERENCIAL DA PROGE;
- CONSTA NAS FLS. 13 O TERMO DE REFERÊNCIA REVISADO E APROVADO NO DIA 23/04/2020, SENDO QUE O HOSPITAL DE CAMPANHA DO CANARINHO JÁ ESTAVA EM FUNCIONAMENTO NESTA DATA.

Processo 020601.001888/20-07

Objeto: Dispensa de licitação para aquisição de equipamento de proteção individual – EPI, para atender as unidades e secretarias subordinadas ao governo do estado de Roraima durante o enfrentamento da pandemia.

Análise no momento da apreensão:

- CÓPIA CONTENDO 71 PÁGINAS NUMERADAS;
- SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DA CGUE, SR. FRANCISVALDO, AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- CÓPIA DE ATOS NORMATIVOS (LEI, MP, DECRETO, ETC.);
- TERMO DE REDERÊNCIA E SEUS ANEXOS, APROVADO PELO CGUE, SR. FRANCISVALDO, AUTORIZADO PELO SECRETÁRIO MONTEIRO;
- CONSTA COTAÇÃO DE PREÇOS REALIZADA PELA GERÊNCIA ESPECIAL DE COTAÇÃO, SR. FLÁVIO ALVES, ESTIMANDO O VALOR DE R$ 23.330.670,00;
- PROCESSO FINDA NA DEVOLUÇÃO DO AUTOS PARA A CGAF.

Ao fim da análise dos processos gerados em decorrência da pandemia e apreendidos no momento certo por esta CPI, visto que foi evitado um desvio de aproximadamente **R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)** dos cofres públicos, nos deparamos com fortes indícios de vários crimes e improbidades, inclusive de possível organização criminosa composta pelo ex-secretário Francisco Monteiro Neto; o ex-coordenador da CGUE, Francisvaldo de Melo Paixão; pelo núcleo empresarial composto por Erike Barbosa de Carvalho Araújo, Jean Frank Padilha Lobato, apontado pela Polícia Federal como verdadeiro sócio da empresa QUANTUM EMPREENDIMENTOS, Roger Henrique Pimentel e Vladimir Pinheiro Alves Neto, sócios da QUANTUM EMPREENDIMENTOS, Julio Rodrigues Ferreira e Rita Sinezia Neta de Souza, sócios da

359

empresa HAIPLAN Construções, Gilce de Oliveira Pinto, esposa de Julio que também atua em favor da HAIPLAN, Carlos Atini Pinheiro e André Luiz de Almeida Santos, sócios da NOVA MÉDICA COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES, Marco Aurélio Marques Félix (sócio) e Erica Cristina Pimenta (Diretora) da empresa CMOS DRAKE DO NORDESTE, Franco Maria Giuseppe Pallamolla, sócio administrador da LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALAR S.A, Michel Lima Ribeiro, Eudney Pereira de Souza, Valter Ribeiro e Marcelo Jose de Lima Dutra, todos sócios da CARBOXI – INDUSTRIA E COMERCIO DE GASES LTDA, além do Senador Chico Rodrigues como suposto núcleo político da organização.

360

9. DA INTERFERÊNCIA DO EMPRESÁRIO ERIKE BARBOSA DE CARVALHO ARAÚJO NA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Causa estranheza ter que dedicar um capítulo do relatório final desta CPI as ações de um dos investigados. Contudo, ao longo dos trabalhos da comissão, o nome do senhor Erike Barbosa de Carvalho Araújo tornou-se frequente em vários dos processos analisados pelos membros da CPI.

Passamos agora a elencar todos os depoimentos em que o senhor Erike foi citado no curso das investigações.

No dia 11 de maio de 2020, o ex-coordenador da CGUE, **Francisvaldo de Melo Paixão** foi ouvido na CPI e por diversas vezes citou Erike em seu depoimento:

> "(...) O Senhor Relator **Jorge Everton** –Houve alguma ingerência com relação à contratação dessas empresas?
>
> O Senhor **Francisvaldo de Melo Paixão** – Não que eu saiba.
>
> O Senhor Relator **Jorge Everton** – Porque você citou uma documentação que foi entregue diretamente pelo empresário. Foi referente a qual processo? Você lembra o número ou a especificação do processo?
>
> O Senhor **Francisvaldo de Melo Paixão** – Está aqui. Sobre os equipamentos, ventiladores, monitores, cama. Como mencionado anteriormente, elaboramos eu Francisvaldo e a secretária adjunta Patrícia Renovato uma planilha de equipamentos para aquisição para atender as unidades do Canarinho, HGR e área de proteção e cuidados. Planilha essa enviada pela secretária Patrícia ao secretário Monteiro, **e, para minha surpresa, o empresário Eric da empresa Femax e Carbox disse que que era ele que iria entregar tais equipamentos, inclusive levou os envelopes pardos com as propostas dos seguintes equipamentos: ventilador, monitor, cama fawler e o nome da empresa**.
>
> O Senhor Relator **Jorge Everton** – É referente à compra de EPIs também? É o mesmo processo? Porque eu estou falando de um indenizatório. Esse daí que você cita, esse empresário é referente ao processo emergencial de dispensa?
>
> O Senhor **Francisvaldo de Melo Paixão** –Processo emergencial, não. **Processo de dispensa, dos equipamentos foi feito com o senhor Eric**. O processo indenizatório foi feito com a empresa Quantum (...)"

Mais à frente no depoimento, Francisvaldo menciona a pressão de Erike pelo pagamento dos respiradores:

361

> **"(...) O Senhor Francisvaldo de Melo Paixão** – Deputada, vamos por parte. **Sobre a visita, eu mencionei antes que o empresário Eric ia lá, sim. Ele pressionava? Sim. Inclusive nas mensagens têm onde ele cobra o pagamento desses 30 ventiladores.** Eu passei as mensagens aí.(...)"

Em seguida, ao tentar explicar ao Deputado Evangelista sobre os preços dos respiradores, fez outra revelação sobre Erike:

> "(...) O Senhor **Francisvaldo de Melo Paixão** – Os servidores da CGUE. Todos nós ficamos impressionados com os valores. Eu acredito que eu reportei também à Edleuza, que é Coordenadora de Planejamento, mas eu não posso afirmar, porque os valores estavam alto demais. Mas os servidores da CGUE, todos eles sabiam disso. Inclusive, deputado, logo que assumi na CGUE, eu pedi para que nenhum empresário fosse lá, para que a gente não tivesse contato com empresário, **mas, infelizmente, esse empresário já era de gestões anteriores. Então, ele ia lá, a porta já era aberta para ele, não fui eu quem abri**.
>
> O Senhor Presidente **Coronel Chagas**– O senhor está se referindo a qual empresário?
>
> O Senhor **Francisvaldo de Melo Paixão** – **Ao empresário que levou as propostas dos ventiladores.**
>
> O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – **Ao Eric**?
>
> O Senhor **Francisvaldo de Melo Paixão** – – **Sim. E eu já mencionei aqui**.
>
> [...]
> O Senhor Presidente **Coronel Chagas**– Mas o senhor não questionou? Não falou ao secretário que o Estado iria deixar de adquirir uma quantidade maior, 50 unidades a mais?
> O Senhor **Francisvaldo de Melo Paixão** – Questionei, por isso que fiz ....
>
> O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O Senhor questionou?
>
> O Senhor **Francisvaldo de Melo Paixão** – Questionei.
>
> O Senhor Presidente **Coronel Chagas**– E ele falou por qual razão estava tomando essa decisão?
>
> O Senhor **Francisvaldo de Melo Paixão** – **Disse que era para continuar com a proposta do Eric porque ele era daqui, era conhecido, iria entregar e pronto** (...)"

Seguindo nas suas declarações, Francisvaldo afirmou que toda vez que se dirigia ao gabinete do secretário Monteiro, Erike estava lá:

> "(...) O Senhor Presidente **Coronel Chagas**– Senhor Francisvaldo, esse empresário Eric, qual é a relação dele com o ex-secretário Monteiro?
>
> O Senhor **Francisvaldo de Melo Paixão** – Deputado, não posso falar porque, **toda vez que eu chegava, ele estava lá, eu não sei**.

> O Senhor Presidente **Coronel Chagas**– Quando o senhor chegava onde? No gabinete do secretário?
>
> O Senhor **Francisvaldo de Melo Paixão** – **No gabinete. Quando eu chegava, ele já estava lá. Não posso dizer qual é a aproximação**, não sei dizer se são amigos, se se frequentam, não sei.(...)"

Já na 28ª reunião foi ouvido o senhor **Flávio Alves da Costa**, ex-gerente de cotação da SESAU, o qual também menciona o trânsito que Erike tinha na secretaria e citou episódio em que Erike cotou umas bombas de infusão:

> **"(...) O Senhor Flávio Alves da Costa** – Aí, o que aconteceu? Ela conseguiu com um **empresário chamado Eric**, acho que é esse o nome dele, mas a cotação veio normal, tipo assim, um objeto, uma bomba de infusão, o serviço de cinquenta reais, aí eu fiz a planilha toda e encaminhei para o setor. Depois, ela retornou com o processo, dizendo que tinha feito umas alterações nos itens, porque tinha que acrescentar mais uns itens e mudar outros. Quando ela veio, **eu solicitei de novo a cotação desse mesmo empresário e, quando veio, veio triplicado o preço. Eu cheguei e disse: eu não assino isso aqui. Eu não vou assinar porque eu vou me prejudicar, falei para ele.** O que eu fiz? Fui até a Secretária, na época e passei a situação para ela. Ela disse para eu não assinar que ela iria resolver e ficou por isso mesmo, o processo não andou, eu não assinei.
>
> [...]
>
> **O Senhor Presidente Coronel Chagas** – Então, aplicou-se a cotação inicial que o senhor colocou. Por quê?
>
> **O Senhor Flávio Alves da Costa** – Isso. Porque eles queriam alterar o valor da cotação, triplicar o valor.
>
> **O Senhor Relator Jorge Everton** – Quem queria fazer essa mudança na cotação?
>
> **O Senhor Flávio Alves da Costa** – Na época, na verdade, o empresário.
>
> **O Senhor Relator Jorge Everton** – **Esse empresário Eric?**
>
> **O Senhor Flávio Alves da Costa** – **Sim.**
> **[**...]
>
> **O Senhor Relator Jorge Everton** – É o processo de número 8242. Esse empresário tinha acesso à SESAU? Você o conhece? Você já o tinha visto por lá?
>
> **O Senhor Flávio Alves da Costa** – **Tinha sim, sempre estava por lá**.
>
> **O Senhor Relator Jorge Everton** – Você já tinha visto ele por lá outras vezes? Ele tinha liberdade com quem lá na SESAU?
>
> **O Senhor Flávio Alves da Costa** – **Sim ele sempre estava por lá, circulando por lá**....(...)"

Já a então servidora **Cirrame Soares** relatou a ameaça feita pelo empresário Erike se sua demanda não fosse atendida:

> **"(...) A Senhora Cirrame Soares Alexandre Silva** – Não. O que ocorreu? Eu até trouxe anotado aqui, deixa eu pegar o número. Quando eu estava nessa semana que eles me colocaram para tentar ser coordenadora, tinha uma dispensa de licitação de número 1824**, e ela já estava na fase de instrução e eu recebi uma ligação do empresário Erike dizendo que estava sabendo da minha nomeação,** e eu falei que não tinha sido nomeada, que estava aguardando, e ele queria saber se essa dispensa já estava finalizada. Eu fui até o CGAF, com o corpo técnico do CGAF e eles me informaram que já estavam finalizadas as propostas, aí entrei em contato com ele e passei para ele que nessa dispensa ele não tinha mais como entrar porque já estava finalizada a proposta e ele falou que tinha mandado a proposta dele para a CSL aos cuidados da Lana. Foi o nome da pessoa que ele falou. Então, uma das pessoas responsáveis do CGAF foi até essa pessoa e essa pessoa falou que não, que ele não tinha mandado, aí eu informei para ele o que foi dito. Primeiro, se ele mandou, mandou para o lugar errado; ele teria que ter mandado para o CGAF e não para a CSL. **Ele mandou um áudio que eu abri na frente de duas pessoas que trabalhavam no CGAF, aquelas pessoas que estavam me orientando e ele falou que iria participar porque ele tinha mandado a proposta a tempo, senão cabeças iam rolar. (...)"**

Também em sua oitiva, a ex-servidora **Yonara Karine** mencionou a interferência do empresário Erike no processo, *ex vi:*

> "(...) Esse 1824, que é a dispensa do medicamento, foi feito todo de forma regular pela equipe da CGAF, foi instruído, feito todo o termo de referência, foram convidadas as empresas que já tinham contratos em andamento com a CGAF e, do período em que eu saí, quem assumiu foi a coordenadora Sara. Acho que ela ficou uma semana, ela deu andamento no período em que ela ficou e, depois a Doutora Patrícia teve uma reunião com quem já tinha apresentado a proposta, que já tinha ganhado e foi dado o prosseguimento. Isso eu sei por que os servidores comentavam comigo.
>
> **O Senhor Relator Jorge Everton** – Tinha alguma interferência nesse processo para que alguma outra empresa que não tinha participado, que não tinha sido escolhida entrasse nesse processo? A senhora tem conhecimento disso?
>
> **A Senhora Yonara Karine Correa Varela** – **Sim tenho. A empresa, o nome não vou recordar porque é do empresário Erike Cavalcante. Eu acho que ele representa algumas empresas. Eu tive contato com ele quando eu fui trabalhar na CGUE, ele é representante de algumas empresas. Enquanto a Cirrame passou como coordenadora provisória na CGAF ele a procurou porque ele disse que encaminhou a proposta dele e a proposta não estava no processo e a Cirrame conversou com o pessoal da equipe da CGAF e eu não sei mais como aconteceu. Eu sei que teve sim a questão do Erike querer entrar nesse processo, só que já tinha sido feito o convite, já tinha passado o período, já tinha passado o período de apresentação de propostas, as propostas já tinham sido avaliadas e já estavam encartadas nos processos quando ele quis entrar no processo**. (...)"

Por fim, o ex-servidor da CGAF, senhor **Edson Pereira,** também confirmou o ocorrido no processo 1824:

"(...) O Senhor Edson Pereira Moreira – Processo 1824, a coordenadora ainda era a Yonara, coordenadora interina da CGAF. Ela chegou para gente, era um fim de semana, ela pediu para que a gente fizesse a abertura e a instrução do processo. Inclusive, foi em um domingo e eu e outra servidora estávamos lá na SESAU, fizemos todo o procedimento e repassamos para ela, que seria a abertura do processo. Enquanto isso, havia uma equipe de farmacêutico, a partir do corpo técnico da CGAF, que estavam definindo o quantitativo, itens a serem adquiridos e repassariam isso para a gente, para ser o anexo ao nosso termo de referência e dar abertura ao processo.

[...]

No dia 31 de março, acredito que seja isso, voltando, ao dia da reunião com os empresários, eles solicitaram que a entrega das propostas fossem presenciais, porque queriam transparência para que não houvesse a possibilidade de alguém querer cobrir o preço do outro. Eles pediram que todos fizessem a entrega da proposta de forma presencial e que já saíssem com o mapa de preços. No dia da entrega das propostas, foi isso que aconteceu. Eles aguardaram fazer todo o mapa de preço com todas as empresas, inclusive, empresas de fora, assim como empresas locais e cada um saiu com uma cópia desse mapa. Ou seja, não tinha mais como mexer naquele mapa de preço, porque todas as empresas que estavam presentes, já saíram com preço.

[...] Demos prosseguimento ao processo da forma como estava. Por quê? Porque como já estava instruído, demos prosseguimento ao processo. Quando foi na data entre os dias 14 ou 15, não recordo bem a data, a Cirrame que estava à frente da CGAF de forma ainda não nomeada, mas fui informado que ela seria a nossa coordenadora, e a gente estava repassando essas informações para ela. Nesse dia, ela procurou a gente na CGAF procurando informações sobre a empresa do empresário Erike . Nesse dia, ela tinha recebido uma proposta, algo assim, não recordo qual era a situação antes, se ele só estava questionando ou se ela tinha recebido a proposta, e ele queria informações sobre o porquê da empresa dele ter ficado de fora. **No caso, a proposta não era da Femax, porque tenho conhecimento de que a Femax é a empresa dele. A proposta que ele apresentava era da empresa Nova Médica**, que não havia participado da dispensa. Ela não é uma empresa que fornece habitualmente para a CGAF, forneceu algumas vezes, poucas coisas, mas não é algo habitual de ela trabalhar na CGAF, por isso é que ela não foi consultada. E, na tarde desse dia, ela, em conversa com ele, estava sentada eu, ela, e outra servidora...

O Senhor Relator Jorge Everton – Ela quem?

O Senhor Edson Pereira Moreira – A Cirrame. **Ela apresentou para a gente um áudio em que ele citava que cabeças rolariam, que ele conversaria com o Monteiro e iria conversar com o pessoal na Casa Civil, os interessados na Casa Civil. Isso era o que dizia o áudio**.

A Senhora Deputada Lenir Rodrigues – Quem mandou o áudio?

O Senhor Edson Pereira Moreira – **O empresário Erike**. [...] E acontece que... a gente procurou o Secretário Monteiro e expôs a situação, **que a gente estava sendo coagido a incluir a empresa do empresário Erike** . Então, o Secretário não atendeu de forma alguma a gente. **Quando a gente narrou para a chefe de gabinete o que tinha acontecido, acredito que ela expos para ele e ele só pediu para deixar o processo com ele. Ele recolheu o processo e a gente protocolou e deixou no gabinete o processo naquele período. Posteriormente, é do meu conhecimento que o processo estava na CGUE e que o Francisvaldo era quem daria andamento ao processo, que o processo iria prosseguir pela CGUE, a partir daquela data. No dia seguinte, saiu a exoneração do pessoal que negou ao empresário Erike essas informações, que ele entrasse na dispensa. Então, basicamente é isso o que eu tenho a narrar**.

[...]

O Senhor Deputado Jorge Everton – O trâmite processual foi alterado então, foi retirado da CGAF e encaminhado para a CGUE como objetivo de atender exclusivamente a esse empresário?

O Senhor Edson Pereira Moreira – **Isso. Posteriormente, é do meu conhecimento que, eram duas empresas, uma era a proposta da Nova Médica, que desde o início, desde o dia do áudio era essa a proposta que queriam incluir e, posteriormente, de outra empresa chamada Amazon, que também tinha uma outra proposta para esse processo**.

O Senhor Relator Jorge Everton – Apresentadas pelo empresário Erike essas duas empresas?

O Senhor Edson Pereira Moreira – **Sim, as duas propostas foram apresentadas pelo empresário Erike**. (...)"

Já comentando sobre outro processo, o então servidor explicou ainda uma alteração de processo com mudanças de páginas:

"(...) O Senhor Relator Jorge Everton – O senhor sabe dizer em que período exatamente foram trocadas essas páginas dentro desse processo do sistema fechado?

O Senhor Edson Pereira Moreira – Período exato eu não sei informar, mas acredito que foi aproximadamente no início desse exercício.

O Senhor Relator Jorge Everton – 2020. Essa mudança de página que foi feita na gestão do senhor Monteiro, tinha qual objetivo? Na sua ótica, qual o objetivo que tinham para mexerem nesse processo?

O Senhor Edson Pereira Moreira – **Eu acredito que para favorecer algumas empresas**.

O Senhor Relator Jorge Everton – Alguma específica? O senhor sabe dizer se tinha alguém que tinha interesse na Secretaria, algum empresário que cercava a secretaria com o objetivo de apresentar essa proposta?

O Senhor Edson Pereira Moreira – **No meu conhecimento, o empresário Erike era o que mais corria atrás desse processo**. (...)"

Evidente, portanto, o direcionamento e manipulação do processo de dispensa para favorecer empresas ligadas ao empresário Erike, sendo observado que, mesmo após o mapa de preços encartado nos autos e entregue aos vários empresários participantes da dispensa, o processo foi encaminhado ao gabinete do Secretário Monteiro e a CGUE (que não é a coordenação competente para tal), justamente para o Senhor Francisvaldo satisfazer o pleito do senhor Erike.

Também merece atenção o fato narrado pelo ex-servidor Edson que, após o conflito gerado devido à manipulação do trâmite processual, os servidores que instruíam os autos foram exonerados no dia seguinte, concretizando assim a ameaça de Erike.

Por fim, lembramos trechos da oitiva de um dos sócios da empresa CMOS DRAKE DO NORDESTE, senhor **Marco Aurélio Marques Félix**, que insistiu não conhecer o senhor

366

Erike, porém o presidente da CPI deixou clara as intervenções de Erike tentando agilizar a aquisição e pagamento dos respiradores:

"(...) O Senhor Presidente **Coronel Chagas – Eu queria entender como uma pessoa que nunca conversou com o proprietário da empresa, com nenhum diretor da empresa, com ninguém da empresa que o senhor representa, que o senhor é o dono ou o sócio, o porquê, qual é a razão dessa pessoa interceder por sua empresa, junto à Secretaria de Saúde, no tocante a esse processo da compra e venda dos respiradores?** O senhor poderia me explicar por qual razão alguém poderia interceder em seu nome, da sua empresa, junto à Secretaria de Saúde para que o senhor pudesse receber, antecipadamente, por esses respiradores? O senhor teria alguma explicação de forma objetiva?

[...]

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** Nós temos diversas mensagens aqui que foram juntadas aos autos, trocadas através de uma rede social. **Eu vou ler apenas uma delas do Senhor Erike Barbosa de Carvalho Araújo ao Senhor Francisvaldo, que era o encarregado da cotação de preços e pela coordenação dessas compras da Covid-19. Ele encaminha um ofício da Drake ao Fundo Estadual de Saúde de Roraima: "Prezados Senhores, a CMOS Drake do Nordeste Ltda, na pessoa jurídica - aí vem todas as especificações da sua empresa - estabelecida na Av. Regente, 600, Alphaville, Lagoa Nova Lima - Minas Gerais, vem respeitosamente informar que recebe, em virtude da urgência do problema social causado pelo vírus Covid-19, referente à entrega estabelecida na proposta comercial, faça-se necessário, impreterivelmente, o depósito na data de hoje do valor empenhado em uma das seguintes contas". Esse é um documento da Drake que o senhor Erike tinha posse. Ou seja, a sua empresa enviou para ele e o Erike enviou para o Francisvaldo, constando duas contas para o deposito dos 6 milhões. A sua empresa tem uma conta no Banco Itaú, agência 2979, Conta Corrente 324429?**

O Senhor **Marco Aurélio Marques Félix –** Temos no Itaú, mas, não sei de cor o número.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas –** A sua empresa tem uma conta no Banco do Brasil, agência 23507, conta corrente 107828-3?

O Senhor **Marco Aurélio Marques Félix –** Temos no Itaú, Brasil e Bradesco, não sei de cor o número das contas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas – O senhor diz que não conhece o Senhor Erike, que nunca conversou com ele, que ele não representa sua empresa, mas, ele encaminhou esse documento. E consta aqui na mensagem de whats o documento da Drake, que estava de posse do Senhor Erike e que ele enviou ao coordenador Francisvaldo.**

[...]

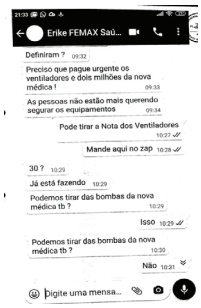
O Senhor Presidente **Coronel Chagas – É timbrado. Depois o seu advogado poderá consultar nos autos. O senhor disse que não conhece o senhor Erike, mas ele enviou um documento da empresa, pedindo que fosse depositado, imediatamente, naquela data, o valor correspondente ao contrato dos respiradores. E depois, temos aqui o comprovante de transferência de conta corrente, no valor de R$ 6.464.730,00 da conta do Fundo Estadual de Saúde de Roraima, agência 3797-4, conta corrente: 7858-1 para a conta**

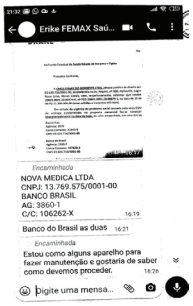
367

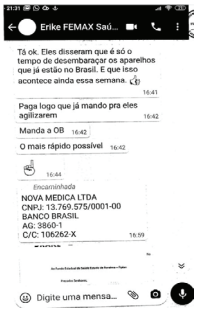
corrente 107828-3, agência 2350-7, Banco do Brasil, a mesma que consta no documento.

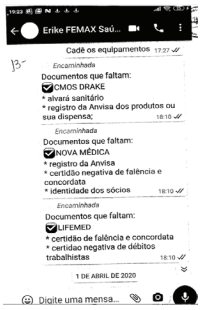
O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - .... a mesma que consta no documento que o senhor Erike mandou. Então, já lhe dei a oportunidade diversas vezes para que o senhor nos dissesse se o senhor conhecia ou não; se manteria a mesma afirmação de que não conhecia o Erike. **Está comprovado que os senhores têm uma ligação**. (...)"

Para corroborar o aqui demonstrado, seguem, novamente, as imagens apresentadas pelo senhor Francisvaldo à CPI, comprovando as mensagens enviadas por Erike via *Whatsapp*:









368

Intimado quatro vezes para prestar esclarecimentos sobre as acusações que lhe foram feitas, o Senhor Erike Barbosa de Carvalho Araújo prestou depoimento online, por videoconferência, em 04 de agosto de 2020.

Embora na maioria dos questionamentos tenha manifestado o seu direito constitucional de permanecer calado, importante destacar a sua declaração pública, uma vez que há indícios suficientes para o seu indiciamento.

Pois bem, o mesmo foi citado várias vezes na CPI, como sendo lobista dentro da Secretária de Saúde (conceito de lobista: representante de um cliente claramente identificável, seria o responsável por exercer pressão e influência na tomada de decisão, auxiliando o tomador de decisão através do assessoramento com informações técnicas e expondo o ponto de vista de agentes externos), afirmando inclusive o Senhor Francisvaldo de Melo Paixão, ex- Coordenador de Urgência e Emergência CGUE-RR, que o referido empresário chegava dentro da SESAU com cotação de preços dentro de envelope e ia direto junto ao Secretário.

Além disso, ainda que tenha negado qualquer vínculo com a empresa CMOS Drake do Nordeste, a qual ganhou o contrato para fornecer ao nosso estado respiradores que, no mercado, custavam cerca de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), mas aqui em Roraima cada item foi comprado aproximadamente por R$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais), o fato é que o Senhor Erike Barbosa de Carvalho Araújo enviou a funcionário da SESAU expediente, como se representante fosse da CMOS Drake, cobrando o pagamento antecipado e fornecendo os dados bancários para tanto, com contas do Banco Itaú e no Banco do Brasil. Nesta última, foram depositados mais de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) referentes aos respiradores que nunca foram entregues.

Após a análise da quebra de sigilo bancário determinada pela CPI, a Polícia Civil emitiu relatório de análise das movimentações financeiras dos envolvidos, o que ensejou nova convocação do senhor Erike.

Assim, como já dito, na 86ª reunião da CPI, foi colhido novo depoimento, onde chamou atenção o fato de Erike justificar o crédito em sua conta bancária apresentando um contrato de prestação de serviços (sem reconhecimento de assinaturas em cartório)

369

no valor de R$ 238.789,24 (duzentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e nove reais e vinte quatro centavos) com a empresa A. L. de Almeida Santos – ME (que por sua vez teria sido contratada pela CMOS DRAKE DO NORDESTE), para o suposto serviço de "instalação, calibração, montagem e testagem de todos os equipamentos" e depois "iria dar aquela garantia, que são de doze meses de manutenção" que seriam feitos pela empresa de Erike.

Lembrando que os alegados serviços a serem prestados nos respiradores foram pagos antecipadamente.

A empresa A. L. de Almeida Santos – ME pertence a André Luiz de Almeida Santos, um dos sócios da também investigada NOVA MÉDICA LTDA.

Fazendo uma cronologia e enfatizando o trâmite, a empresa CMOS DRAKE recebeu antecipadamente no dia 31/03/2020 o montante de R$ 6.464.730,00 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e trinta reais), pelos respiradores que nunca foram entregues.

No dia 01/04/2020, paga de forma antecipada a empresa A. L. de Almeida Santos – ME de propriedade do senhor André Luiz, sócio da empresa NOVA MÉDICA, a quantia exata de 10% (dez por cento) do valor recebido da SESAU (R$ 646.4730,00), que por sua vez contrata e paga antecipadamente o senhor Erike Barbosa por serviços não prestados visto que a venda dos respiradores não foi concluída.

Assim, resta comprovado indícios suficientes do exercício da atividade de lobista por Erike Barbosa, estando claros também os indícios de vantagem indevida, isto é, "propina" paga pela negociação dos respiradores superfaturados.

370

10. ESPECIALMENTE SOBRE A ATUAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Como durante a análise processual foi encaminhada muita documentação à Polícia Federal, oportuno trazer a este relatório as operações policiais resultadas dos apontamentos desta Comissão.

Pois bem, em 19/12/2019, com a finalidade de desarticular um grupo criminoso responsável por fraudes em licitações e desvios de recursos públicos da saúde em Roraima, a Polícia Federal deflagrou a operação *Godfather*.

Na ocasião, a PF cumpriu 7 (sete) mandados de prisão temporária e 15 (quinze) mandados de busca e apreensão.

Essa investigação levantou indícios da formação de um conluio entre os participantes de procedimento licitatório para fornecimento de alimentos para unidades de saúde estaduais de Roraima, inclusive do HGR, no ano de 2017. O objetivo seria garantir a vitória de uma empresa já investigada no âmbito da operação Escuridão, deflagrada pela PF em 2018 para apurar desvios de recursos públicos no sistema penitenciário.

Entretanto, outra empresa que, inicialmente, não faria parte do esquema, logrou-se vencedora do certame e teria sido atraída pela organização para a participação da fraude e pagamentos de propinas.

A partir daí, as propinas seriam distribuídas para viabilizar os pagamentos de faturas, permitir a renovação de contratos e garantir o atesto fraudulento de recebimento de refeições. Apenas do governo estadual, tal empresa já teria recebido mais de 14 (quatorze) milhões de reais entre agosto de 2017 e abril de 2019.

Já em 14 de outubro de 2020, a Polícia Federal, junto com a Controladoria Geral da União, deflagou a operação *Desvid-19*, segunda etapa da Operação *Godfather* - iniciada em dezembro de 2019, apontando desvio em emendas parlamentares destinadas ao combate à pandemia do novo coronavírus.

Os contratos com indícios de irregularidades foram firmados com a SESAU (Secretaria de Estado da Saúde de Roraima), tendo como objeto a aquisição, dentre outros itens, de equipamentos de EPI e teste rápido para detecção do vírus.

371

Sendo incontroverso o sobrepreço e superfaturamento nas contratações, estima-se que tal fraude poderia gerar prejuízo na faixa de R$ 20 (vinte) milhões aos cofres públicos. Explica-se:

Primeiro, os recursos destinados ao combate contra o vírus foram direcionados, por meio de processos licitatórios fraudulentos, para empresas específicas.

A partir daí, a Haiplan Construções Comércio e Serviço Ltda, empresa apontada como próxima do senador Chico Rodrigues, vendeu ao governo de Roraima máscaras de proteção a um preço 26 vezes mais caro do que o custo original.

Nota fiscal emitida, em 8 de abril de 2020, mostra que a empresa cobrou R$ 879.219,00 (oitocentos e setenta e nove mil duzentos e dezenove reais) do governo pelo total de 16.434 (dezesseis mil quatrocentos e trinta e quatro) máscaras - a unidade saiu então por R$ 53,50 (cinquenta e três reais e cinquenta centavos). Ocorre que, dias antes, em 17 de março, a Haiplan pagou R$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos) pela mesma unidade do equipamento a uma empresa sediada no Rio Grande do Norte.

Dentro desse contexto, há conversa entre Chico Rodrigues e um antigo servidor da Secretaria Estadual de Saúde, Francisvaldo Paixão (o qual prestou depoimento à CPI em 11 de maio de 2020), onde o senador questiona o pagamento a uma pessoa chamada Gilce.

Gilce Pinto é empresária, casada com Júlio Ferreira Rodrigues, proprietário da Empresa Haiplan, motivo pelo qual restou evidente de qual negócio o referido senador cobrava pagamento.

Outra empresa envolvida no esquema é a Quantum Empreendimentos em Saúde, com sobrepreço no valor de R$ 956,8 mil para o fornecimento de kits de teste rápido, que teve ação direta, por parte do senador Chico Rodrigues, ao solicitar do Ministério da Defesa o deslocamento de uma aeronave da Força Aérea - FAB para transportar os equipamentos da QUANTUM para Boa Vista/RR, quando o ônus e os custos correspondentes do transporte incumbem, por regra, à empresa contratada pelo Poder Público.

Ou seja, o senador utilizou sua influência política para favorecer empresas privadas ligadas a ele durante os processos licitatórios feitos na pandemia.

372

Não obstante, o senador protagonizou o escândalo do dinheiro na cueca, tornando-se piada no âmbito nacional ao esconder cerca de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) junto às partes íntimas quando a PF cumpria mandado de busca e apreensão no âmbito da sua residência.

Após a operação, a permanência de Chico Rodrigues como vice-líder do governo no Senado tornou-se insustentável. Prova disto é que o parlamentar pediu para deixar o posto em 15 de outubro de 2020 e, posteriormente, em 20 de outubro, solicitou afastamento do mandato por 90 (noventa) dias.

Desta feita, graças ao trabalho de investigação desta CPI, que inclusive tomou os depoimentos dos proprietários da Haiplan (Júlio e esposa) em 24 de julho de 2020 e da empresa Quantum em 18 de junho de 2020, o governo estadual já tinha suspenso os pagamentos em relação aos processos solicitados quando da atuação da Polícia Federal.

373

11. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO E TELEFÔNICO DA CPI

Como já esclarecido no capítulo 2 deste relatório, as CPIs são instrumentos que viabilizam ao Poder Legislativo exercer a função de fiscalização financeira, contábil e orçamentária do patrimônio público (artigo 70 da CF).

Para tanto, essas Comissões são investidas dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e, por essa razão, têm competência para, de forma autônoma, decretar a quebra dos sigilos de quaisquer das pessoas sujeitas à investigação legislativa (artigo 58, § 3º, da CF), desde que fundamentem o ato.

Isto é, para a decretação de quebra dos sigilos, as CPIs devem *"demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitima a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação), justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos"*.

Em que pese todo este contexto, a Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) teve que ingressar na Justiça Federal com o pedido de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do ex-secretário de estado de saúde **Francisco Monteiro Neto**; um ex-coordenador de Urgência e Emergência, **Francisvaldo de Melo Paixão**; o empresário **Erike Barbosa de Carvalho Araújo** e sete empresas investigadas por irregularidades na Secretaria de Estado de Saúde (Sesau), quais sejam: **CMOS Drake do Nordeste S/A; Haiplan Construções Comércio e Serviços Ltda; Quantum Empreendimentos Ltda; Nova Médica Comércio e Serviços de Produtos Hospitalares Ltda; Carboxi – Indústria e Comércio de Gases Ltda; Femax Serviços e Comércio Eireli e Lifemed Industrial Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S/A.**

A ação foi ingressada na Justiça Federal após a ALE-RR enviar um ofício para o Banco Central solicitando a quebra do sigilo. O pedido foi negado, sob o argumento de que somente CPI's da esfera federal possuem prerrogativas para pedir acesso às contas bancárias dos investigados. A Caixa Econômica Federal exigiu, para o encaminhamento das informações requeridas, autorização judicial.

374

A partir daí, a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima impetrou Mandado de Segurança em face da Caixa Econômica Federal, com objetivo de obrigar o órgão federal a fornecer informações bancárias requeridas por comissão estadual de inquérito parlamentar. Para tanto, alegou que a Caixa Econômica, empresa pública federal, ao encaminhar o ofício n° 26976/2020/RESIO denegando a solicitação efetuada pela CPI da Saúde sob o argumento de que apenas as CPI's constituídas pelo Poder Legislativo Federal (Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal) possuem poderes inerentes à competência investigatória das Comissões Parlamentares de Inquérito, os quais se inclui a quebra de sigilo bancário, lhe violou direito líquido e certo.

A Justiça, por sua vez, considerou-se incapaz de julgar o pedido e encaminhou a ação para o Supremo Tribunal Federal (STF). Isto porque a juíza Federal Substituta da 5ª Vara Diana Wanderlei entendeu, em contrapartida, que a competência de julgar intrigas entre entidades estaduais e da União cabe apenas ao STF e assim determinou o encaminhamento do caso para a Corte.

Pois bem, impetrado originalmente na Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal e a juíza da 5ª Vara Federal Cível ter declinado da competência em favor do Supremo Tribunal Federal, em razão de previsão expressa no artigo 102, inc. I, al. "f", da Constituição Federal, os autos foram distribuídos ao Senhor Ministro Dias Toffoli (Relator) como mandado de segurança, sendo determinada a reautuação como ação cível originária e a citação do Réu para apresentação de resposta.

Na sua decisão, este ressaltou o entendimento do plenário do STF de que as comissões parlamentares de inquérito estaduais podem sim solicitar a quebra de sigilo bancário conforme decisão anterior na ACO nº 730/RJ, ainda que a Lei Complementar nº 105/2001, que trata sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, não aborde o assunto.

O Ministro destacou também que a solicitação de quebra de sigilo bancário deve observar alguns requisitos, como a deliberação com outros parlamentares membros da comissão, o que foi garantido pela CPI da Saúde da ALE-RR. Vejamos tal decisão:

> Decisão: Vistos. Cuida-se de mandado de segurança proposto pela Assembleia Legislativa do Estado de Roraima em face da Caixa Econômica Federal, com objetivo de obrigar o órgão federal a fornecer informações bancárias requeridas por comissão estadual de inquérito parlamentar. Narra

375

a autora que "o Presidente da CPI da Saúde, Deputado Estadual Coronel Chagas, encaminhou o oficio nº 032/2020-ALERR/CPI/SAÚDE ao Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Roberto Campos Neto, solicitando a quebra do sigilo bancário dos investigados envolvidos em possíveis irregularidades oriundas dos contratos licitatórios da Secretaria do Estado da Saúde de Roraima- SESAU, em razão das inúmeras denúncias que noticiaram a compra superfaturada de equipamentos de proteção individual, dentre outros produtos, todos destinados ao combate da pandemia do COVID-l9" (v. 1, p. 8). Prossegue narrando que, no entanto, "a Caixa Econômica, empresa pública federal, encaminhou o ofício nº 26976/2020/RESIO, para esta Casa Legislativa, denegando a solicitação efetuada pela CPI da Saúde sob o argumento de que apenas as CPI's constituídas pelo Poder Legislativo Federal (Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal) possuem poderes inerentes à competência investigatória das Comissões Parlamentares de Inquérito, os quais se inclui a quebra de sigilo bancário" (v. 1, p. 8-9). Aduz a autora que o ato coator lhe violou direito líquido e certo, vez que impede, injustificadamente, o exercício do poder investigatório das comissões parlamentares de inquérito. Nesse tocante, defende "(...) apesar das CPIs não se destinarem a apurar crimes ou puni-los, elas são instrumentos que possibilitam ao Poder Legislativo o exercício da atividade fiscalizatória, financeira, contábil e orçamentária do patrimônio público (art. 70 da Constituição da República e 49 da Constituição do Estado), proporcionando a atuação direta do Parlamento na investigação de irregularidades que possam se fazer presentes no exercício de atividades públicas, participando indiretamente do combate a atos lesivos ao direito e ao patrimônio público. Isso porque, uma vez constatado, no curso de uma investigação, determinado fato criminoso, as CPIs darão ciência ao órgão do Ministério Público para que este providencie as medidas jurídicas cabíveis. Ademais, o papel de fiscalização e controle, constitui verdadeira função típica do Poder Legislativo, pois consagra a baliza do sistema de freios e contrapesos, como instrumento democrático. O Poder Legislativo, no inquérito parlamentar, externa sua função típica de fiscalizar e controlar a gestão da coisa pública, uma vez que o inquérito fornece ao Parlamento uma gama de conteúdo e conhecimento que possibilitam a promoção de uma legislação mais eficiente, assim como subsídios para uma atuação administrativa mais ilibada. Atuação essa que, seja por intermédio dos atos do Poder Executivo ou da Administração Indireta, está sujeita à fiscalização e ao controle do Poder Legislativo (art. 49, inciso X da Constituição da República e ad. 33, inciso XXIX da Constituição do Estado), cabendo às CPIs a apuração dos fatos relacionados com a Administração. No entanto, para que essa atividade seja desempenhada eficazmente, as Comissões Parlamentares necessitam de autonomia para poderem apurar os fatos que possuem relevância para vida pública, como a ordem constitucional, legal, econômica e social do pais, o que inclui o direito à quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de quaisquer pessoas sujeitas à sua investigação. (...) É por essa razão, que o legislador constituinte atribuiu às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes próprios das autoridades judiciais, conforme determina o texto do art. 58, § 3º da Constituição da República." (v. 1, p. 17-18). Afirma que legislação federal própria regulamenta a questão (Lei Complementar nº 105/01, sendo, portanto, "dever da instituição financeira conceder as informações protegidas por sigilo às Comissões Parlamentares de Inquérito para o exercício de suas competências constitucionais e legais, urna vez que essas comissões possuem poderes próprios das autoridades judiciais, não constituindo óbice ao fornecimento de informações às CPIs estaduais, a hipótese normativa citada" (v. 1,p. 19). Assevera que a disposição constitucional que cuida dos poderes investigativos das comissões parlamentares foi reproduzida pela

376

constituição estadual e também está regulada pelo regimento interno da AL/RR. Alega, ainda, que "a CPI da Saúde, instalada constitucionalmente pela Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, tem direito líquido e certo à obtenção das informações requeridas pelo inquérito parlamentarem curso, consoante preconiza jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que já decidiu com fundamento no art. 58, § 3º da Constituição da República que as CPIs estaduais podem requerer a quebra dos sigilos, sem a intervenção do Poder Judiciário" (v. 1, p. 20). Requer, ao final, "que o Coordenador Centralizador/Filial da Representação de Sigilo Bancário-RESIG, Senhor Edgar Bruno de Almeida Pinto, e a Gerente Nacional de Administração de Créditos de Terceiros, Senhora Micheile Targa Borges, disponibilize as informações requeridas pela Assembleia Legislativa, que foram por eles negadas, afastando o sigilo bancário dos investigados, pelo prazo fixado no Anexo 1 desta petição" (v. 1, p. 25). Impetrado originalmente na Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, a juíza da 5ª Vara Federal Cível declinou da competência em favor do Supremo Tribunal Federal, em razão de previsão expressa no art. 102, inc. I, al. f, da Constituição Federal. Distribuídos os autos à minha relatoria como mandado de segurança, determinei a reautuação como ação cível originária e a citação do réu para apresentação de resposta. Contestação apresentada, a Caixa Econômica Federal, interpretando conjuntamente as normas da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 105/2001, entende que: "da análise das normas acima reproduzidas, extrai-se que cumpre às instituições financeiras o fornecimento, mediante pedido fundamentado, de informações e documentos sigilosos tão somente ao Congresso Nacional, suas Casas e comissões, inexistindo tal obrigação naquilo que pertine aos Poderes Legislativos Estaduais e Municipais" (v. 10, p. 4). Prossegue salientando que "A CAIXA, na condição de empresa pública federal, sujeita-se aos princípios que regem a Administração Pública, dos quais se destaca, no que aqui interessa, o da legalidade. Não cabe a esta instituição bancária, portanto, atuar em contrariedade à lei ou no silêncio da lei, mormente quando tal atuação potencialmente atingir garantias constitucionais" (v. 10, p. 4-5). Pede, por fim, a total improcedência dos pedidos formulados pela parte autora. Por se tratar a discussão dos autos de matéria pacífica nesta Suprema Corte, passo ao julgamento do feito. É o relatório. Decido: Reconheço, preliminarmente, nos termos do art. 102, inc. I, al. f, da Constituição da República, a competência originária deste Supremo Tribunal Federal para conhecer da presente ação. No mérito, é o caso de se acolher o pleito autoral. Isso porque o Plenário do Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento no sentido da possibilidade de as comissões parlamentares de inquérito estaduais requererem a quebra de sigilo bancário, ainda que seja omissa a Lei Complementar nº 105/01. Nesse sentido: "AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. QUEBRA DE SIGILO DE DADOS BANCÁRIOS DETERMINADA POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. RECUSA DE SEU CUMPRIMENTO PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL. LEI COMPLEMENTAR 105/2001. Potencial conflito federativo (cf. ACO 730-QO). Federação. Inteligência. Observância obrigatória, pelos estados-membros, de aspectos fundamentais decorrentes do princípio da separação de poderes previsto na Constituição federal de 1988. Função fiscalizadora exercida pelo Poder Legislativo. Mecanismo essencial do sistema de checks-and-counterchecks adotado pela Constituição federal de 1988. Vedação da utilização desse mecanismo de controle pelos órgãos legislativos dos estados-membros. Impossibilidade. Violação do equilíbrio federativo e da separação de Poderes. Poderes de CPI estadual: ainda que seja omissa a Lei Complementar 105/2001, podem essas comissões estaduais requerer quebra de sigilo de dados bancários, com base no art. 58, § 3º, da Constituição. Mandado de segurança conhecido e

377

parcialmente provido." (ACO nº 730/RJ, Tribunal Pleno, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ de 1º/10/04). Como destacado pelo eminente Ministro Joaquim Barbosa, relator da ACO nº 730/RJ: "(...) entendo que essa matéria há de ser examinada à luz do princípio federativo. Em outras palavras, a questão deve ser vista sob uma perspectiva estrutural e sistemática, tendo como norte o princípio federativo. Já advertiu o eminente ministro Sepúlveda Pertence, no julgamento da ADI 98 (cf. igualmente a ADI 1.749, rel. min. Sepúlveda Pertence, Pleno, 18.12.1997), ao tratar do princípio da separação de poderes, que para este não há fórmula universal apriorística, sendo necessário extrair da atual Constituição o traço essencial da atual ordem, para efeito de controle de constitucionalidade das normas constitucionais estaduais, sobretudo em face do que o ministro descreve como uma terceira modalidade de limitações à autonomia constitucional dos Estados: além dos grandes princípios e das vedações — esses e aqueles, implícitos ou explícitos — hão de acrescentar-se as normas constitucionais centrais que, não tendo o alcance dos princípios, nem o conteúdo negativo das vedações, são, não obstante, de absorção compulsória — com ou sem reprodução expressa — no ordenamento parcial dos Estados e Municípios. Entendo que a possibilidade de criação de comissões parlamentares de inquérito seja uma dessas normas de absorção compulsória nos estados-membros, destinada a garantir o potencial do poder legislativo em sua função de fiscal da administração. Assim, em nossa estrutura federativa, um dos traços fundamentais da separação de poderes - que é a fiscalização da administração pelo Legislativo reforçada pelos meios a ela inerentes - não autoriza eventual pretensão restritiva dos estados-membros. Esta Corte, ao examinar alegações de excesso dos constituintes estaduais, sistematicamente procura assegurar a reprodução nas Constituições estaduais das noções de equilíbrio na separação de poderes estaduais (v.g., ADI 165, rel. min. Sepúlveda Pertence, Pleno, 07.08.1997; ADI 217, rel. min. Ilmar Galvão, Pleno, 28.08.2002), de impossibilidade de renúncia à autonomia estadual (ADI 1.425, rel. min. Marco Aurélio, Pleno, 1º.10.1997) ou de competências concorrentes (ADI 2.544, rel. min. Sepúlveda Pertence, Pleno, 12.06.2002). A extensa relação de julgados em que se constatou o excesso por parte dos estados não eclipsa, por outro lado, as ressalvas desta Corte sobre a disciplina de questões orgânicas, a exemplo do que ocorre em questões referentes à organização das casas legislativas (cf. Rp 1.245-RN, rel. min. Oscar Corrêa, Pleno, 15.10.1986; ADI 792-RJ, rel. min. Moreira Alves, Pleno, 26.05.1997) ou a normas procedimentais para a eleição indireta destinada a suprir a vacância dos cargos de governador e vice-governador para exercício de mandato residual (ADI 1.057-MC, rel. min. Celso de Mello, Pleno, 20.04.1994), ressalvas essas que avançam até mesmo para uma compreensão mais elaborada dos meandros das relações entre entes da Federação. (...) A quebra de sigilo bancário, quando regularmente determinada por comissões parlamentares de inquérito, constitui ferramenta indispensável ao exercício da função de fiscalização pelos órgãos legislativos. Como se sabe, a fiscalização exercida pelos órgãos legislativos, aí incluídos os legislativos estaduais, é um mecanismo essencial dos checks and counterchecks por meio dos quais um ramo do poder controla o outro, assegurando, assim, um certo equilíbrio no exercício das funções governamentais, tendo por objetivos derradeiros a liberdade e a satisfação do bem comum. Dessa ferramenta de fiscalização muitas vezes depende a efetividade das investigações levadas a efeito pelas comissões parlamentares de inquérito. Não é por outra razão que a Constituição federal, em seu art. 58, § 3º, afirma que essas comissões têm poderes investigatórios próprios das autoridades judiciais. Esse dispositivo ilustra bem a importância que a Carta Magna atribui à função fiscalizadora exercida pelo Legislativo, conferindo a esse Poder os meios eficazes de exercer a sua

missão constitucional. Aliás, essa importância conferida à função de fiscalização decorre talvez de uma simples constatação daquilo que já foi avançado por alguns juristas mais argutos: o fato de que, na configuração moderna do Estado, a função de fiscalização tende a superar em relevo a própria função legislativa do Estado. No quadro constitucional e federativo brasileiro, a fiscalização dos órgãos da Administração exercida sem exclusividade pelos órgãos legislativos constitui um pendant necessário, uma decorrência natural de um princípio constitucional sensível, o princípio da obrigatoriedade da prestação de contas da administração pública, direta e indireta (art. 34, VII, d), princípio esse cujo descumprimento pode ensejar o mais traumático dos eventos constitucionais suscetíveis de ocorrer em um Estado federal: a intervenção federal no estado-membro. Ora, se a Constituição federal autoriza a União a intervir no estado-membro em razão de descumprimento do princípio da prestação de contas da Administração, parece-me juridicamente insustentável o ato do Banco Central, uma entidade integrante da estrutura administrativa da União, de recusar à assembleia legislativa um instrumento fundamental para o exercício da sua função fiscalizadora, cujo acionamento pode dar-se, entre outras hipóteses, precisamente na de violação, pela Administração, do princípio constitucional da prestação de contas. Para sintetizar esse primeiro e mais importante fundamento do meu voto, eu diria que a quebra de sigilo bancário pelas comissões parlamentares de inquérito constitui instrumento inerente ao exercício da função fiscalizadora ínsita aos órgãos legislativos e, como tal, dela também podem fazer uso as CPIs instituídas pelas assembleias legislativas, desde que observados os requisitos e as cautelas preconizadas em inúmeras decisões desta Corte acerca do tema. O contrário, ou seja, retirar dos legislativos estaduais a possibilidade de se utilizarem desse instrumento, equivale a criar um elemento adicional de apoucamento das já institucionalmente fragilizadas unidades integrantes da nossa Federação. A respeito desse tópico, concluo, portanto, que em termos gerais, ressalvadas diferenças orgânicas entre o Legislativo federal e os estaduais, o art. 58, § 3º, da Constituição pressupõe inegável semelhança entre as comissões parlamentares de inquérito federais e estaduais, do que resulta a impossibilidade de os estados-membros as vedarem. Dessa primeira conclusão decorre a impossibilidade de a legislação federal limitar os Legislativos estaduais ou estabelecer-lhes proibições desproporcionais. Tanto seria assim que acredito que a expressa exclusão das CPIs estaduais e municipais da redação original do projeto de lei complementar (emenda apresentada pelo senador Vilson Kleinübing na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, no Projeto de Lei do Senado 219/1995, Parecer 58/1998) não tem resultado prático, pois não tem o condão de negar a aplicação natural da Constituição federal sobre os poderes das CPIs. É que a possibilidade de as CPIs estaduais determinarem a quebra de sigilo permanece, ainda que sem tratamento legal específico, por aplicação direta da Constituição federal e das normas estaduais aplicáveis, sendo impossível ignorar que a Constituição do Estado do Rio de Janeiro legitima a atuação da CPI em questão. Reforça ainda minha convicção o fato de que a lei complementar de regência da matéria viabilizou o fornecimento de dados bancários a órgãos fiscalizadores puramente administrativos (como a COAF do Ministério da Fazenda e a CVM) e até mesmo a entidades privadas (entidade de proteção ao crédito — SERASA — v. art. 1º, § 3º, II, da LC 105/2001), mantendo-se, contudo, omissa quanto às CPIs estaduais." Referido posicionamento tem sido amplamente aplicado, ainda que em sede liminar, pelos Ministros desta Corte. Confira-se: ACO nº 2.054-MC, Rel. Min. Gilmar Mendes; ACO nº 1.390-MC, Rel. Min. Marco Aurélio; ACO nº 1.190-MC, Rel. Min Celso de Mello. Ademais, quando do julgamento, pelo Plenário, da ACO nº 1.271/RJ, não obstante a conclusão final tenha sido pela perda do

objeto da ação, apresentei voto-vista no qual me posicionei a favor da possibilidade de quebra de sigilo pelas comissões estaduais. Cito a conclusão de meu voto: "Concluo, portanto, que a quebra de sigilo fiscal pelas comissões parlamentares de inquérito constitui instrumento inerente ao exercício da função fiscalizadora ínsita aos órgãos legislativos e, como tal, dela também podem fazer uso as CPI instituídas pelas Assembleias Legislativas e pela Câmara Distrital, desde que observados, em resumo, os seguintes requisitos: 1º) deve dar-se mediante deliberação colegiada devidamente fundamentada; 2º) deve haver pertinência entre o objeto da investigação e as informações requisitadas, sendo necessário que se indique fato concreto que justifique tal medida excepcional; 3º) a atuação da comissão parlamentar estadual deve restringir-se à área de competência constitucional do Poder Legislativo do estado, somente sendo investigáveis por ele os fatos que possam ser objeto de disciplina em lei, de controle ou de fiscalização parlamentar estadual; e 4º) os dados obtidos podem ser usados somente no âmbito da investigação que lhe deu causa, devendo haver, obrigatoriamente, a preservação da confidencialidade dos dados fiscais, bancários e telefônicos repassados ao parlamento estadual." Com efeito, trata-se, in casu, da intitulada CPI da Saúde, criada por resolução da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, devidamente instaurada e fundamentada nos normativos legais cabíveis, que tem por objetivo apurar irregularidades oriundas dos contratos licitatórios da Secretaria do Estado da Saúde de Roraima - SESAU, em razão das inúmeras denúncias que noticiaram a compra superfaturada de equipamentos de proteção individual, dentre outros produtos, destinados ao combate da pandemia do COVID-l9. O requerimento do acesso ao sigilo bancário dos investigados, feito pelo relator da CPI em questão, foi devidamente justificado (v. 1, p. 30-48) e houve aprovação da solicitação pela comissão (v. 1, p. 49-63). Na esteira, portanto, do firme entendimento desta Corte, alinhado ao fato de estar bem justificado o requerimento de acesso, com o objeto de investigação da comissão, é o caso de concessão do pleito autoral. Ante o exposto, julgo procedente o pedido, para que a Caixa Econômica Federal forneça as informações requeridas pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, destinada a investigar irregularidades na Secretaria Estadual de Saúde. Pela sucumbência experimentada, condeno a requerida no pagamento das custas processuais, e em honorários advocatícios, que arbitro, nos termos do art. 85, § 8º, do CPC, em R$ 1.000,00 Publique-se. Brasília, 20 de abril de 2021. Ministro Dias Toffoli Relator (STF - ACO: 3479 RR 0036667-61.2021.1.00.0000, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 20/04/2021, Data de Publicação: 26/04/2021)

Sendo assim, seguem apartados os relatórios da quebra de sigilos bancário e telefônico solicitados por esta CPI.

12. DO DEPOIMENTO DE ALLAN GARCÊS

O médico Allan Garcês foi anunciado secretário de Estado da Saúde em 02 de janeiro de 2020, mas tomou posse somente no dia 14, sendo o quarto titular da pasta em menos de um ano na gestão de Antonio Denarium. Um mês após, em 14 de fevereiro de 2020, foi exonerado do cargo, ocasião em que afirmou que a sua exoneração ocorreu dia após ter anunciado que faria auditoria nos contratos da Sesau.

A partir daí, tendo o ex-secretário feito publicações e promessas de que teria informações suficientes para expor muita gente, o que comprometeria governo, secretários e políticos, toda a estrutura da CPI foi deslocada para Brasília para ouvir o seu depoimento e o de Rodrigo Santana, ex-adjunto, sob alegação daquele que corria risco de vida, tendo exigido inclusive que a oitiva fosse transmitida ao vivo pela Casa e que a Polícia Federal (PF) e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) acompanhassem os trabalhos.

No entanto, ocorreu que a oitiva conduzida pelos deputados estaduais em Brasília não trouxe os resultados esperados pelos parlamentares e a população, pois Allan só citou o nome de três pessoas, sendo dois deputados estaduais e um secretário de governo, cujo suposto teor da conversa ficou restrito a pedido de cargos na estrutura da pasta para acomodar aliados políticos.

Ainda que não tenha correspondido às expectativas, tal depoimento não pode ser considerado irrelevante, uma vez que acusou Francisco Monteiro de assédio sexual contra uma servidora; afirmou que o governador não honrou acordos políticos; citou o nome do senador Mecias de Jesus (Republicanos), dando conta de possível ligação com a União Comércio e Serviços, bem como o favorecimento desta empresa em licitações e até na ordem de pagamentos; apresentou também o deputado federal Hiran Gonçalves (PP), o qual teria chegado a romper com a gestão estadual, reatando vínculos só depois que a sua empresa conseguiu reaver o contrato com o Estado e de ter ganho um cargo de R$ 15 (quinze) mil para a esposa.

Além disso, alegou que o irmão do governador se apresentou como intermediário de uma empresa sob suspeita; pontou que essa empresa (CalMed) não tinha autorização

da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para entregar medicamento de alto custo e, ainda assim, recebeu um pagamento de quase R$ 600 mil da pasta; entregou uma denúncia feita pela coordenação do serviço de bucomaxilo do HGR, a respeito de um suposto esquema de encaminhamento de pacientes para a realização de procedimentos em clínicas particulares, num valor que ultrapassa os R$ 250 mil; e afirmou preocupação com os processos indenizatórios de empresas que prestam serviços para a Sesau.

Destacamos então o depoimento do ex-secretario, Allan Garcês, em 10 de março de 2020, na sede da UNALE em Brasília:

> "(...) Senhores deputados, há cinquenta anos eu nascia, filho de um militar da Aeronáutica. Cresci na Vila Militar da Aeronáutica. Aprendi os valores e princípios de uma família digna. Minha mãe, professora da escola normal, meu pai, sargento da Aeronáutica. Os meus princípios e valores são incorruptíveis. A minha vida foi pautada na decência, na honestidade, na transparência, na retidão dos bons costumes. Estou aqui, agora, diante dos senhores, para trazer os fatos que por mim foram vivenciados no período em que fui Secretário de Saúde do Estado. Não estou na condição de denunciante, não estou nessa condição de acusador. O tempo em que fiquei em Roraima foi um tempo muito curto. Fui nomeado no dia dois, mas tomei posse, efetivamente, no dia quatorze de janeiro e no dia quatorze de fevereiro eu fui exonerado. Nesse meio tempo, ainda houve momentos em que viajei a Brasília para participar de reunião aqui no Ministério da Saúde, com relação ao Plano de Contingenciamento do Coronavírus. Isso demonstra perfeitamente aos senhores que o meu tempo foi curto na Secretaria de Saúde do Estado. Mas, alguns fatos importantes me chegaram, e foi feito uma demanda. As demandas eu iria apurar. Não tive tempo de apurar por conta de um tempo muito curto na permanência da Secretaria. Agora, diante dos senhores, eu vou apresentar esses fatos para que os senhores, através desse trabalho sério que estão executando, através de uma CPI, possam avaliar todo o contexto da saúde. Não estou aqui na condição de julgar. Não vou julgar os méritos, muito menos tecer condenação a respeito de qualquer fato apresentado. Apenas venho na condição de informante do que acontece na saúde do Estado e o que aconteceu na saúde do Estado. Então, entreguei nas mãos dos senhores um modelo da minha fala, onde farei um histórico, onde falarei de um suposto assédio sexual, onde falarei de uma denúncia feita pela coordenadora do serviço buco-maxilo, onde falarei da suposta compra sem licitação que aconteceu na SESAU e das empresas em contrato indenizatório. Só falarei aqui o que posso provar. Só falarei o que posso entregar de documentos aos senhores. Em nada mais me estenderei para não ser leviano e injusto na minha fala. Então, começarei a ler aqui o meu histórico.
>
> Conheci o senhor governador de Roraima quando da minha passagem no Estado, no início de outubro de 2019, precisamente no dia três de outubro. Na ocasião, ocorria a inauguração do Hemocentro, quando fomos apresentados pela ex-secretária de saúde. Após um mês, ou seja, na primeira quinzena de novembro, recebi em meu gabinete, no Ministério da Saúde, a visita de cortesia do Governado do Estado de Roraima, acompanhado de uma comitiva. Na ocasião, e para a surpresa minha, recebi o honrado convite para assumir a Secretaria de Saúde do Estado, como titular da pasta. O governador disse que a saúde estava passando por uma crise muito delicada e, vendo em

mim o fato de ser médico, agregado a uma capacidade técnica, por ser gestor do Ministério da Saúde, me disse que assumiria o compromisso de me dar todas as condições de trabalho, caso eu aceitasse o seu convite. Disse que daria liberdade para que eu montasse toda a minha equipe de trabalho, bem como autonomia para gerenciar a pasta, implantando as políticas públicas necessárias para o crescimento e melhoria da saúde no Estado. Ainda assumiu o compromisso de apoiar a minha gestão, politicamente, para que não sofrêssemos ingerências externas. Ressaltamos ao governador, que o nosso interesse diante da Secretaria de Saúde do Estado era apenas realizar uma gestão ética, transparente e honesta, a fim de fazer o melhor para melhorar a saúde de Roraima, pois esse seria alguns de nossos valores e princípios morais inegociáveis. Imbuído desse sentimento, e tendo sido acordados os compromissos assumidos pelo governador no início de dezembro, tivemos ainda mais dois encontros no mesmo dia, novamente aqui em Brasília. Pela manhã, almoçamos juntos, onde apresentei o primeiro componente da minha equipe, o que viria a ser, posteriormente, nomeado como secretário adjunto, o Doutor Rodrigo Santana. À noite, fui convidado pelo governador para uma segunda reunião, nesse mesmo dia, em um hotel que não recordo o nome. Neste momento, novamente, todos os acordos citados acima foram reafirmados. Então, apresentei o segundo nome, que seria o secretário adjunto dois. Ressaltei a importâncias dessas indicações para o governador, dizendo que seria da mais alta confiança e de elevada capacidade técnica, onde essas duas pessoas eram efetivas, concursados, de nível superior com mestrado em políticas públicas de saúde, no Ministério da Saúde. Sendo o doutor Rodrigo Santana graduado em Psicologia e o segundo, graduado em Administração. Diante do aceite do governador e também em ter sentido confiança em sua palavra, nesse momento, eu aceitei o convite, ficando combinado para eu assumir o cargo de secretário no final de fevereiro para início de março. Acontece que, alguns dias depois, se intensificou uma crise que já estava em curso na saúde do Estado, no qual teriam recomendado ao governo o afastamento da secretária atual que se encontrava na pasta. Após, no dia vinte de dezembro, recebo uma ligação em minha casa, do governador, informando que o tempo em que havíamos combinado para que eu assumisse não poderia ser mantido e pediu para que eu assumisse a pasta logo no início do ano, pois a crise da saúde teria ficado insustentável. No dia primeiro de janeiro cheguei em Boa Vista e fui ao encontro do governador no Palácio do Governo. Novamente, conversamos sobre os acordos que havíamos firmados em Brasília, que era de ter liberdade para montar minha equipe, autonomia para implantar as políticas públicas de saúde necessárias e apoio político para que não sofrêssemos ingerências. Após esse entendimento, ficou marcado para o dia seguinte, o dia dois de janeiro, a minha nomeação para o cargo de secretário de saúde. Existia uma forte crise estrutural na gestão, estava em curso uma greve dos enfermeiros, fortes denúncias de má gestão. Após cerca de três a quatro dias da minha nomeação, consegui convergir com o comando de greve da categoria de enfermagem e pomos fim, encerrando essa paralisação, que já durava cerca de quarenta dias. Na semana seguinte, comecei a ser convocado pela justiça para tratar de pautas de judicialização de procedimentos na saúde e na saúde prisional. No dia 14 de janeiro, o governador nomeou o meu primeiro secretário, o adjunto Rodrigo Santana. Também, informei, neste dia, ao governador, novamente, que apresentaria as minhas nomeações, incluindo o secretário adjunto dois. Nessa semana, intensificou-se uma crise na saúde prisional, onde os detentos estavam internados no corredor do HGR, pondo em risco a segurança. Outra situação foi o surgimento de uma doença de pele conhecida como escabiose, que havia evoluído para uma infecção oportunista, chamada de piodernite, mas que estava sendo tratada por alguns blogs, como sendo uma nova doença provocada por uma bactéria desconhecida, que estaria comendo os presos

vivos. Resolvi, então, enfrentar de frente a situação e transferi o meu gabinete da SESAU para dentro do HGR, ficando, dessa forma, mais próximo para acompanhar e resolver as situações que fossem necessárias. Também realizei uma visita, acompanhado do adjunto Rodrigo, que já tinha tomado posse na época, e da juíza da Vara de Execução Penal, doutora Joana, na Penitenciária Agrícola, a fim de constatar a realidade da saúde prisional no Estado e tomar as providências cabíveis. Nesse mesmo dia, eu saí da PAMC e fui para o HGR, acompanhado, também, da Juíza Joana, para implementar as primeiras mudanças, onde destinamos um local para os detentos, que estavam nos corredores, colocando-os em uma enfermaria. Na semana seguinte, apresentamos pela primeira vez a nossa relação de nomeação ao Governador, ficando as mesmas a serem atendidas. Viajamos eu e o Doutor Rodrigo, logo em seguida, para acompanhar o Governador em uma ação política em Rorainópolis, e aproveitamos para conhecer e visitar as obras do Hospital nessa cidade. Também passamos a fazer visitas à obra do anexo do HGR, ao Hospital das Clínicas e à Maternidade, para conhecer de perto as situações específicas nesses locais. Na sexta-feira, no dia trinta e um de janeiro, recebi, na SESAU, a ouvidora do Estado, acompanhada de uma servidora, que apresentou por escrito uma denúncia contra o secretário adjunto Francisco Monteiro. Uma denúncia sobre um suposto assédio sexual e moral. E aí, vou apresentar e entregar aos senhores essa denúncia, por escrito, que eu recebi da ouvidora do Estado. Refere-se a um suposto assédio sexual e moral praticado pelo secretário adjunto Francisco Monteiro. Eu só tenho uma cópia, vou deixar nas mãos do Presidente, para que, depois, possa informar aos demais membros da CPI.

Eis aqui uma denúncia por escrito de assédio sexual e de assédio moral, firmada contra o atual secretário Francisco Monteiro. Não estou aqui para julgar o mérito, estou aqui para trazer as informações que aconteceram no período da minha gestão. Não estou aqui para acusar ninguém, mas entrego nas mãos dos senhores o primeiro fato que trago e deixo nas mãos do presidente da CPI, para que os senhores possam apurar mais profundamente o que está acontecendo na Secretaria de Saúde. Continuando, eu orientei a ouvidora-geral do estado a também fazer a entrega dessa denúncia ao Governador do Estado, visto que se tratava de um secretário de estado do primeiro escalão. Não estou aqui acusando, muito menos fazendo mérito de juízo sobre o secretário adjunto. Também fui procurado pela coordenadora do serviço de cirurgias e traumatologia buco-maxilo facial do HGR, a doutora Juliene, que, também, fez uma denúncia por escrito sobre um suposto esquema de direcionamento de paciente dentro desse serviço, para, supostamente, realizarem procedimentos cirúrgicos superfaturados de mais de 250 mil reais em clínicas particulares. Ela informou, ainda, que sofreu ameaças. Então, eu entregarei, também, nas mãos do presidente da CPI, a documentação que chegou às minhas mãos, direcionada ao meu nome, sobre essa denúncia feita pela coordenadora de serviço buco-maxilo. Novamente, ressalto que não estou fazendo acusações, mas que trago aqui fatos que aconteceram na minha gestão que iriam ser apurados, mas pelo fato de eu ter sido exonerado, eu entrego agora nas mãos dos senhores.

Segundo fato, a denúncia formalizada, inclusive, está aqui no título: "Ao Secretário de Saúde, senhor Allan Garcês". Este é o segundo fato relatado aos senhores: primeiro, o suposto assédio sexual e moral praticado pelo atual secretário de saúde Francisco Monteiro, e o segundo, agora, grave, é o fato também que foi apresentado de um suposto direcionamento de paciente da buco-maxilo para realizações de cirurgias em hospitais privados com cobranças acima de 250 mil reais. Vou continuar minha leitura: Na semana seguinte viajamos para Brasília para cumprirmos duas agendas importantes: uma, onde eu estaria presente da OPAS, Organização Pan-americana da Saúde, para tratar do número de contingenciamento do coronavírus. E, no mesmo

dia, no mesmo horário, tínhamos uma segunda agenda no Ministério da Justiça, com a presença do Ministro Sérgio Moro, para tratar da saúde prisional. Nesta agenda, o Secretário Adjunto Rodrigo Santana representou a SESAU. No mesmo horário eu estava na OPAS.

Também em Brasília fui procurado pelo irmão do governador. Esse é o terceiro fato que eu trago aos senhores. Fui procurado pelo irmão do governador, o que mora em Goiás ou em Brasília, Oliver, que marcou um encontro para me apresentar uma pessoa que seria proprietária de uma empresa chamada Calmed. O fato foi relatado pelo senhor Luiz Caland, que era o proprietário dessa empresa, ao qual fui apresentado pelo irmão do governador. O fato relatado pelo senhor Luiz Caland, proprietário da empresa Calmed, é que sua empresa enviou seis remessas de medicamentos, totalizando mais de uma tonelada, no valor de mais de 3 milhões de reais, no ano de 2019, e que teria recebido 250 mil, apenas, desses 3 milhões de reais. Solicitou a mim a possibilidade de a SESAU realizar o pagamento restante. Eu orientei o senhor Caland a judicializar a sua cobrança. Vou entregar nas mãos dos senhores os documentos que comprovam essa movimentação de venda dessa empresa. Um inclusive da Gollog, foi me repassado pelo Senhor Caland, nesse dia. Aqui constam seis remessas. Na primeira remessa, foram 1147 quilos, mais de uma tonelada, com 33 volumes. E tem assinado nas outras linhas os servidores que receberam essas medicações. Isso chegou em Boa Vista e eles foram ao aeroporto receber essas medicações. Isso aqui foi entregue pelo presidente. Não vou tecer juízo de valor pelo que aconteceu, mas eu entrego essa documentação e o restante do processo dos relatórios que envolveram essa compra. Quando retornamos de Brasília, eu e o adjunto Rodrigo, resolvemos ter uma conversa com o governador. Repasso aqui a documentação da Calmed.

O Senhor Relator **Jorge Everton —** Eu coloquei no facebook e está sendo transmitida pela TV-Assembleia com objetivo de dar publicidade a todo mundo. Nós não temos como interferir no sinal que a Assembleia produz. Depois o senhor pode fazer um requerimento ao Presidente, demonstrando a sua indignação com isso. Mas, eu estou aqui ansioso para fazer perguntas e gostaria que fosse transcorrida a audiência da forma correta. O link está sendo transmitido, se a Assembleia não está transmitindo a culpa não é da CPI. A CPI veio para cá para fazer o seu papel e está fazendo. Então, deixa a gente concluir, estou fazendo meu raciocínio, a Deputada Lenir, o Deputado Chagas, o senhor daí, todos estamos aqui presentes. Vamos deixar transcorrer, senão a gente não acaba hoje. Nós temos ainda que ouvir o adjunto. Eu concordo com a sua indignação. Nós saímos de Roraima, certos de que haveria uma transmissão ao vivo pela TV-Assembleia, tanto que vieram para cá assessores para fazer isso. Agora, nós estamos fazendo o nosso papel e a gente não pode fazer o papel dos senhores.

O Senhor Deputado **Renato Silva —** Estou ansioso, tanto quanto Vossa Excelência, eu também tenho muitas perguntas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas —** Fica registrado, Deputado Renato, a sua indignação. Isso pode ser problema de sinal, mas o próprio Deputado Jorge Everton colocou que está sendo transmitido ao vivo através do facebook dele, no canal dele, está tudo sendo registrado, filmado. As informações todas estão sendo registradas. Eu solicito que o doutor Allan dê continuidade ao seu depoimento.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Muito bem, só recapitulando aqui. O terceiro fato que eu trago aos senhores, e tenho material para análise, é o fato de uma empresa chamada Calmed ter fornecido medicação no valor de mais de 3 milhões e que recebeu apenas 250 mil. Se houve algum erro, prevaricação, improbidade administrativa do governo ou da secretaria, na ocasião, eu não estou aqui para julgar, estou aqui apenas para trazer os documentos para que os senhores possam julgar. Se isso vai ser motivo de

impeachment do governador ou não, o juízo vai ser feito pelos senhores. Quando retornamos de Brasília eu e o adjunto Rodrigo resolvemos ter uma conversa com o governador para entregarmos nossas cartas de exoneração, expressamente assinadas por nós. Nós solicitamos a nossa exoneração para o governador, antes de sermos exonerados. Nós solicitamos por escrito. O governador nos atendeu em sua casa no domingo, dia 09 de fevereiro, momento em que entregamos nossas exonerações. O mesmo disse que não aceitaria as mesmas e perguntou o motivo que teria nos levados a solicitar essas exonerações. Então, respondemos para ele que nada do que havia sido combinado teria sido honrado, que não tivemos a autonomia que ele disse que teríamos, pois estávamos sofrendo ingerência, que não tivemos a liberdade para nomearmos a nossa equipe, pois já havíamos solicitado há algum tempo e que por conta de tudo o que estava acontecendo, sentimos também que faltou o apoio político que ele disse que nos daria. O governador então disse que aceitaria todas as nossas condições e pediu para que a gente revesse o nosso pedido de exoneração. Disse que aceitaria todas as nossas condições e que iria nomear todos os nossos indicados. Disse, ainda, que exoneraria o adjunto Francisco Monteiro e que conversaria com o secretário da Casa Civil. Por confiarmos mais uma vez no governador, achamos, neste momento que o mesmo passaria a honrar os seus compromissos assumidos e resolvemos permanecer no cargo. O governador disse que na segunda feira, 10 de fevereiro, estaria viajando para Brasília a fim de participar de uma reunião dos governadores com o Presidente da República e, pediu, para que nesta segunda, 10 de fevereiro, entregássemos nossa primeira relação de nomeação nas mãos da Primeira Dama e que ele assinaria aqui em Brasília. Pediu, ainda, para que o secretário adjunto Francisco Monteiro, somente fosse exonerado na sexta-feira, dia 14, como assim foram cumpridas essas determinações. Então, na segunda-feira, foi entregue a nossa primeira lista de nomeação nas mãos da Primeira Dama. Na terça-feira e na quarta-feira nós cobramos as nomeações, que ainda não tinham sido publicadas. Nessa semana, ocorreu de algumas empresas começarem a divulgar que se não recebessem, iriam suspender os serviços prestados ao estado, através da SESAU. Fui levantar este fato e identifiquei que havia algumas empresas em processos indenizatórios, desde o ano de 2018. Acionei então a PGR através da REPROGE e resolvi iniciar uma avaliação situacional de todos os terceirizados, desde o ano de 2018 até o presente ano em contratos emergenciais e processos indenizatórios de pagamentos, a fim de corrigir e sanar alguma necessidade. Na quinta-feira, 13 de fevereiro, foi emitida uma nota que saiu na imprensa e no jornal de maior circulação do estado de que iríamos iniciar uma auditoria em todos os contratos a partir de 2018 dentro da SESAU, a fim de encontrarmos possíveis vícios administrativos para corrigirmos. Eu cito aí no documento de vocês o link desta matéria publicada na Folha de Boa Vista. Na sexta-feira, conforme havia sido combinado... Eu gostaria de ressaltar a questão desses contratos indenizatórios, desde 2018. Isso me causou uma surpresa muito grande, você ter empresa em contrato, em contrato não, porque não existe contrato dentro do processo indenizatório. Causou-me uma surpresa muito grande encontrar empresas em processos indenizatórios, desde 2018, ano que me recordei que ainda era a gestão anterior, que sofreu uma intervenção federal, onde o próprio interventor federal nomeado foi o próprio governador que hoje está na pasta. Isso me causou surpresa, porque se passou o ano de 2019 todo, e por que se manter empresas em contratos indenizatórios nesse período todo no governo, inclusive do governador que foi o interventor na época? Eu ia fazer um levantamento, doutor Nicoletti, Deputado Jorge, eu ia fazer esse levantamento, porque o que estava acontecendo na Secretaria de Saúde, de empresas que desde 2018 já tinham sido identificadas e, em 2019 passou em processo indenizatório. Ou seja, não havia processo para essas empresas, processos licitatórios regulares, como manda a lei da licitação. Muito

estranho! Na sexta-feira, conforme havia sido combinado pelo governador, eu conversei então com o secretário adjunto e informei a ele que estaria sendo exonerado da pasta, então, pedi para que fosse conversar com o governador. Novamente, tem aí o link do noticiário dessa exoneração do secretário adjunto. Nesse mesmo dia, à noite, o governador me convocou no palácio e me comunicou sobre a minha exoneração. Perguntei a ele se tinha certeza do que estava fazendo e ele respondeu que sim. Então, perguntei a ele sobre o motivo da minha exoneração, e ele ficou calado. Nessa mesma noite, a porta do meu gabinete da SESAU foi aberta, não sei por quem, não vou usar aqui o termo arrombamento do meu gabinete, mas foi aberta sem a minha autorização, pois as chaves estavam comigo. Então, os senhores entendam o que os senhores acham que devam entender. As chaves estavam comigo e eu não autorizei ninguém a abrir a porta do meu gabinete e foi aberta. Trocaram o segredo da porta e fizeram novas chaves. No dia seguinte, quando fui buscar meus pertences pessoais, já que eu estava exonerado, fui impedido de entrar. Então, fui registrar um BO e vou entregar nas mãos dos senhores aqui também esse BO. Depois, o secretário adjunto chegou, e abriu a porta para que eu entrasse e pegasse os meus pertences pessoais. Gostaria de deixar informado que na minha sala, bem na frente do meu computador, se encontravam todas as senhas bancárias de ordenamento de despesas para pagamentos, e a porta da minha sala foi aberta indevidamente, sem a minha autorização. No BO eu relatei que eu assumi as responsabilidades até o dia 14, antes das 18 horas, que foi o horário em que eu saí do gabinete e fui para o palácio. A partir desse horário, se houve alguma transação utilizando a minha senha, não foi mais eu.

Como os senhores podem ver, eu fiquei pouco tempo, cerca de 40 dias, tempo esse curto para qualquer análise mais profunda sobre qualquer fato. Não cheguei sequer a tomar conhecimento de toda a rotina da SESAU, Deputado Chagas, mas estávamos em processo de aprendizado, conhecendo o fluxo de trabalho na Secretaria. Eu não fiz aqui e não faço aqui nenhuma denúncia, muito menos acusações levianas ou infundadas a qualquer pessoa, apenas, faço relatos dos poucos fatos em que eu vivi e outros que me foram demandados. Os quais, já deixei os documentos aos senhores para apuração mais profunda.

Para encerrar a minha fala, eu gostaria de ressaltar que o trabalho de vocês é de extrema importância para o povo de Roraima. Quando eu cheguei em Roraima, eu cheguei com o sentimento de fazer o melhor e transformar a saúde de Roraima na melhor saúde ou uma das melhores saúde do estado. São seiscentas e oito mil vidas que estavam sob minha responsabilidade. O Governador teve uma oportunidade enorme nas mãos, ele estava contando com dois técnicos do Ministério da Saúde com grande capacidade de gestão e ainda chegaria um terceiro que é um Administrador de Empresa e que também iria contribuir.

O Senhor Deputado **Renato Silva** pede uma Questão de Ordem. – Senhor Presidente, só um minutinho. O motivo de virmos a Brasília foi porque o ex-secretário Alan tinha medo pela sua própria vida, por conta do que ele tinha a revelar. Eu só estou ouvindo política aqui. Vamos direcionar essa CPI para o que a gente veio ouvir de fato. Agora, para fazer política, aí não dá, não têm condições. Estamos gastando dinheiro público, dinheiro do povo, deslocamos uma equipe imensa para vir aqui, para ouvir política. O senhor pega um palanque na próxima eleição e faz política.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Renato Silva, o senhor vai ter oportunidade para fazer os questionamentos que o senhor julgar pertinentes. Prosseguindo.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Concluindo. O que estou dizendo, deputado, é que chegamos em Roraima para mudar a realidade da saúde e fizemos o melhor que nós pudemos fazer em pouco tempo. Infelizmente, não houve a continuidade desse trabalho. A exoneração é um ato discricionário do

governador. Nós, enquanto trabalhamos no estado, fizemos o melhor. Agradeço ao Deputado Coronel Chagas e estou à disposição para as perguntas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Vamos agora passar a palavra ao Deputado Jorge Everton para fazer os questionamentos que julgar pertinentes.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente Coronel Chagas, Deputado Nilton Sindpol, Deputado Renato Silva, Deputada Lenir Rodrigues, Deputado Soldado Sampaio, Deputado Federal Nicolleti, que nos prestigia nesta reunião. A todos que nos acompanham, desejar um bom-dia e aos ouvintes que nos acompanham pelo facebook. Nós estamos aqui, em uma sessão em Brasília referente à CPI da Saúde de Roraima, muito bem dita pelo Deputado Renato Silva, porque nós acreditávamos, Presidente, que teríamos informações importantes e relevantes para nos trazer aqui. Tivemos despesas, investimentos do dinheiro público e o que eu percebi, da mesma forma que o Deputado Renato Silva falou, foi uma politização de um depoimento onde narra, um descontentamento, um descumprimento de acordo político por parte do governador para com o secretário. Um secretário que, dos quarenta e quatro dias nomeado, trabalhou vinte e cinco dias, que acusa, que aponta uma denúncia de assédio sexual, que é algo gravíssimo. Eu, como delegado de polícia, acho gravíssimo. Li as mensagens e não consegui entender o contexto de assédio sexual. Mas, de qualquer forma, isso deve ter sido encaminhado para a delegacia, porque, senão, o secretário estaria prevaricando também ao receber uma denúncia dessas e não adotar as providências cabíveis com relação ao seu subordinado. Eu tenho algumas perguntas para fazer, mas em virtude de tudo que já falei e que o Deputado Renato Silva falou, vou pedir ao depoente que responda em cima do que for perguntado. Sem discursos e sem fugir do tema. Nós precisamos ser práticos.

Essa questão, secretário, da saúde pública, há décadas o estado vem sofrendo. Essa realidade que Vossa Excelência encontrou lá, eu acredito que já conhecia quando passou por lá como médico. Que não é diferente do que Vossa Excelência encontrou no Maranhão, que não é diferente aqui de Brasília. Essa realidade, que é fruto de um descaso dos órgãos de controle há décadas, precisa chegar ao fim. Mas ela precisa de atitudes que promovam esse fim.

Primeiro: qual foi a providência que o senhor adotou, quando tomou conhecimento dessa denúncia de assédio sexual contra o atual secretário de saúde, o doutor Monteiro? Qual a sua providência como superior hierárquico, no momento que o senhor tomou conhecimento? Responda-me, por favor.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Deputado, a saúde não é diferente, realmente, de outras regiões do país, é certo. O senhor tem razão nesse ponto, mas eu na condição de secretário, eu tinha realmente que trazer aqui as situações, porque eu acho que é essa a finalidade.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu volto a insistir, presidente. Eu gostaria que o senhor respondesse, somente o que eu perguntar. Se o senhor tiver mais alguma coisa a acrescentar, no final o Presidente vai lhe dar a fala e o senhor fala o que o senhor quiser.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Ok.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas eu quero que o senhor responda as nossas perguntas. Nós precisamos ter um direcionamento. Nós precisamos focar, para que tenha um resultado prático da CPI. Nós não podemos ficar no mundo do boby, viajando e achando teorias que não vão resolver o nosso problema e da nossa população, que está sofrendo diariamente. Então, com relação à denúncia que chegou, qual foi a providência que o senhor tomou como secretário?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** –A providência que eu tomei, como secretário, foi solicitar à ouvidora que encaminhasse o mesmo documento ao governador.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então o senhor prevaricou, como chefe superior hierárquico e não tomou as providencias devidas?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor não abriu procedimento administrativo?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não prevariquei.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor não encaminhou cópia para o governador. O senhor simplesmente orientou uma subordinada a encaminhar um documento ao governador. Foi isso?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – O documento chegou...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu gostaria que o senhor respondesse.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – O documento chegou até mim com cópia para o governador. E a minha conduta foi encaminhar o documento ao governador.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E o senhor abriu Procedimento Investigatório Administrativo?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Para que ele, ao tomar conhecimento, aí eu abriria o procedimento administrativo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor abriu?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Isso aconteceu na última semana. Foi quando eu fui exonerado.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então é muito estranho. Muito estranho essa sua postura, soa como mágoa, soa como ressentimento. Mas de qualquer forma, nós da CPI vamos dar o encaminhamento aos órgãos competentes, se a pessoa já não o fez. Porque isso é papel da vítima fazer. O senhor falou aqui, sobre a denúncia do buco-maxilo, referente ao superfaturamento. O senhor sabe de que ano ocorreu esse superfaturamento? O senhor tem ideia há quanto tempo nós estamos debruçados, investigando essas denúncias, inclusive existem processos já aqui com membros da CPI, desde o início da CPI? O senhor tem conhecimento de que esse é um fato notório, que tem sido judicializado, com denúncias de superfaturamento por parte pontuais de algum buco-maxilo e que nós já estamos investigando, já está em andamento aqui na CPI. O senhor tinha conhecimento disso?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu tomei conhecimento, no momento em que ela me trouxe a denúncia. E ela relata, que isso aconteceu em 2019.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Pois é. O senhor procurou analisar os processos antes de fazer qualquer imaginação referente à pessoa A, B ou a própria gestão? O senhor chegou a analisar esses processos, ou o senhor só ouviu a denúncia de uma pessoa? Como diversas pessoas nos procuram, o senhor nos procurou, procurou os membros da CPI, dizendo que tinha denúncias gravíssimas, que gerou toda essa mobilização para estarmos aqui, para ouvi-lo. Nós estamos com tanta ansiedade em resolver o problema da saúde do nosso estado, que nós viemos para cá. Deixamos sessões, deixamos os trabalhos, deixamos uma expectativa na população, achando que teríamos graves denúncias. Independentemente de partido político, nós estamos aqui em prol de um estado melhor. Eu quero saber se o senhor, antes de imaginar essas denúncias, solicitou cópias de processos, se o senhor diligenciou, se o senhor analisou algum documento. Sim ou Não?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Foram entregues aqui os documentos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor analisou ou apenas repassou para a gente, como denúncia.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Analisei os documentos todos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Porque nós estamos desde o dia onze de setembro, quando iniciou a CPI, debruçados em processos, processos

gigantescos, processos que não se consegue em dois, três dias fazer uma análise. Então com todo meu respeito, o senhor não tirou a mágoa do coração. O senhor traz para a gente informações pífias, que não somam, que não nos dão direcionamento. Essa questão do buco-maxilo é sim caso gravíssimo de desvio de recurso público, que está sendo muito bem apurado pela CPI, e também pela polícia. Já existe investigação, desde o ano passado, referente a esses fatos. São fatos de 2018, que antecedem 2019, e que se estão acontecendo ainda, pessoas responsáveis vão pagar. Isso tudo está sendo acompanhado ainda pelo Ministério Público Estadual.

Com relação ao irmão do governador, essa reunião aconteceu onde? Qual o local que essa reunião aconteceu com o senhor?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Essa reunião aconteceu aqui em Brasília, em um local público, em uma cafeteria, onde eu fui convidado para participar.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O governador determinou que o senhor fosse a essa reunião? Ele lhe deu uma ordem, como superior seu, que o senhor fosse a uma cafeteria, encontrar com o irmão dele e com algum vendedor de produto?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – O governador não soube disso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O governador não tinha conhecimento?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não tinha conhecimento.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor como escalão superior do governo, o senhor vai a uma cafeteria tratar assunto da Secretaria com pessoas estranhas à Secretaria. O senhor acha isso um ato normal?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu não sabia que era assunto da Secretaria.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E o senhor sabia que era assunto de quê?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu tomei conhecimento lá.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E quando o senhor chegou lá e tomou conhecimento referente a essa situação, qual foi a sua reação?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – De surpresa.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E lhe foi oferecido alguma vantagem pecuniária para que o senhor aceitasse efetuar alguns pagamentos?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Nenhuma.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Perfeito. O senhor entende que em uma prestação de serviços, quando ela é comprovada, se o estado não paga, significa enriquecimento ilícito por parte do estado. O senhor tem conhecimento da lei? O senhor sabe, que o fato de o senhor ter conhecimento, como secretário, que uma empresa que prestou serviços e efetivamente o estado não pagou a essa empresa pelo serviço, comprovadamente executado, o senhor incorre em enriquecimento ilícito por parte do estado? O senhor tem conhecimento disso?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu tomei providência.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Qual?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu levei o fato ao conhecimento do governador quando ele chegou.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É porque o que o senhor narrou para a gente aqui é que o senhor mandou que ele entrasse com a ação judicial, por isso que acredito que o presidente Coronel Chagas quis saber se o senhor encontrou algo de ilegal nesses pagamentos. Ele deve fazer as perguntas dele, mas também é minha dúvida. Se o senhor determinou que essa empresa entrasse judicialmente, gostaria de saber se o senhor encontrou alguma ilegalidade no fornecimento do produto. Sim ou não?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Veja só, esse processo foi relatado pelo dono da empresa.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu quero saber se o senhor encontrou alguma irregularidade no processo. Sim ou não? Só isso.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – A irregularidade demonstrada foi exatamente o fato de não ter sido paga.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A falta de pagamento?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – A falta de pagamento.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E o senhor, como gestor, tinha obrigação de fazer, porque os atos são contínuos na gestão pública.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Exatamente.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor não pode interromper a prestação de serviços que carece de pagamento.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Exatamente. Eu procurei o governador e levei ao conhecimento dele.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor pagou?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Jorge Everton, deixa ele falar, deixa ele responder.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Como eu procurei o governador, levei ao conhecimento dele.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu queria que o senhor falasse mais um pouco sobre esses processos indenizatórios. Porque nós também solicitamos, se não me engano, é um requerimento do Deputado Renato Silva ou foi do Coronel Chagas, de algum membro da CPI, onde solicitamos informações sobre processos indenizatórios, que estariam sendo pagos sem o devido processo e é isso que queremos analisar. O senhor poderia falar mais um pouco sobre esses processos para que a gente possa entender como eles funcionavam, que tipo de processo é esse, para que toda a sociedade roraimense entenda que tipo de serviço é esse?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Posso sim. Veja só, eu fui exonerado no dia 14 e eu tomei conhecimento desse processo no dia 12, dois dias antes de eu ser exonerado. Tomei conhecimento e resolvi abrir, dar início a um processo de avaliação que seria uma auditoria para que a gente levantasse as situações.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Que data foi essa?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – No dia 13, véspera da minha exoneração. E daí, não tive tempo mais de tomar nenhuma providência ou de me aprofundar em relação a isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Está falando do processo da Calmed?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Dos processos indenizatórios.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Todos?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – De todos, em geral.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Olha só, o senhor relata que no dia 09 de fevereiro se dirigiu ao encontro do governador para entregar o cargo, que estava insatisfeito porque as nomeações que o senhor queria fazer o senhor não conseguiu fazer na SESAU, e do nada, dia 13, o senhor acredita que processos indenizatórios estão irregulares, o senhor quer determinar uma auditoria. Secretário, com todo respeito, dois atos, três atos de Vossa Excelência eu não consigo entender. Eu não consigo ver lógica. Primeiro, Vossa Excelência ficou mais fora do estado do que no próprio estado resolvendo a crise que nós estávamos passando e estamos passando na saúde. E todas as vezes que Vossa Excelência viajava o seu adjunto ia junto, em vez de ficar respondendo pela pasta. Uma coisa que eu não consigo entender até agora. O segundo ponto é o fato de Vossa Excelência mudar seu gabinete para dentro do HGR. E nós da CPI, lá da Assembleia, recebemos diversas denúncias de coordenadores, diretores e servidores, que sequer foram atendidos por Vossa Excelência. Então, a nosso ver, isso foi mais midiático que um efeito prático para resolver o problema. Então, gostaria de saber, dentro do HGR, o que

Vossa Excelência fez de prático para resolver o nosso problema da saúde pública? Efetivamente, o que Vossa Excelência fez de prático para poder resolver a nossa questão da saúde pública, quando estava dentro do HGR com o gabinete?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Deputado, eu tenho que responder essa pergunta baseado também nas suas afirmações. O senhor afirmou que eu viajei várias vezes acompanhado do secretário adjunto. Isso não procede. Eu viajei somente uma vez acompanhado do secretário. A outra viagem foi antes de eu tomar posse. Só tomei posse no dia 14. E eu entrego aqui para que vejam que a minha posse que foi no dia 14.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu tenho conhecimento.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu vou entregar. Eu vou entregar a xérox. Então, eu viajei apenas uma vez acompanhado do secretário adjunto, que eu relatei inclusive em relatório. Segundo, sobre o gabinete do HGR funcionou apenas em um turno, no turno da manhã. No turno da tarde, eu estava realizando trabalho no gabinete da SESAU. Recebendo e acompanhando as situações da saúde pública no gabinete também. Não quer dizer que o fato de eu estar no HGR eu não estava acompanhando a saúde pública. Eu estava fazendo os trabalhos necessários neste hospital. Eu me reuni com a equipe, me reuni com pessoas, acompanhei a situação da saúde prisional, direcionei os pacientes, os detentos, que estavam nos corredores. Solicitamos a enfermaria para eles, criamos um sistema dentro do HGR que não existia bem.

E eu gostaria de ressaltar aqui que muitas das minhas atividades como secretário de saúde foi ser chamado por várias vezes na justiça. Nesse período que eu estava no HGR, eu tive que me apresentar lá para tratar da judicialização e para tratar da saúde prisional. Houve momentos em que eu tive que me reunir com o governo, momentos que eu viajei, como uma viagem que fui acompanhando o governador. Então, o nosso trabalho dentro do HGR foi dividido também nas competências minhas como secretário.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor narrou para todos que estão acompanhando a CPI que existiram irregularidades em processos que estariam sendo indenizados sem o devido processo legal. O senhor acha correto que uma empresa seja escolhida para prestar algum tipo de serviço ou contrato em uma secretaria sem a participação ampla em uma licitação de todos os interessados? O senhor, como secretário, o senhor acha isso correto?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Isso não é correto.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Correto. O senhor conhece o senhor Alexandre Silva Bernardes? Conhece?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não recordo do nome.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O médico doutor Alexandre Silva Bernardes, que reside em Taguatinga do Norte em Brasília, que alugou um imóvel em Boa Vista, a fim de abrir uma clínica que iria atender leitos hospitalares em UTI do HGR, HC, UTI Neonatal na maternidade, com preços iguais aos contratados pelo Ministério da Saúde. O senhor tem conhecimento disso?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não lembro disso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Isso não foi tratado com o senhor? O senhor não foi procurado por esse pessoal que veio até Boa Vista, fez um contrato de locação? O senhor não tem conhecimento desse fato?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não lembro. Não lembro do nome. Não lembro desse fato. Não tenho conhecimento.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não tem?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não lembro do nome que você está falando.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Como o senhor está na qualidade de testemunha, eu vou aguardar o momento adequado, porque todos os

secretários vão ser ouvidos novamente na CPI, e dessa vez nos não viremos para cá, o senhor vai ter que ir lá para ser ouvido. O senhor vai ser intimado, na qualidade de investigado também, porque todos os secretários estarão nessa qualidade. Isso oportunamente eu vou apresentar.

O senhor determinou o pagamento de notas atrasadas da empresa M. L. de Matos Miller? Três pagamentos de uma única vez. O senhor autorizou esse pagamento?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Essa empresa é a Andolini?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É a Andolini.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Certo. Essa empresa entrou com uma judicialização para receber essas notas, desde o ano de 2018. Eu acionei o procurador-geral adjunto, o doutor Ernani, para que mediasse e visse a legalidade dessa cobrança. Isso aí foi feito, mediante inclusive a uma oitiva diante do juiz, que foi levado.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Secretário, o senhor autorizou o pagamento dessas três notas? Essa assinatura que consta aqui é do senhor autorizando?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Autorizei o pagamento.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Autorizou o pagamento. Houve alguma ordem judicial para que o senhor fizesse esse pagamento?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Houve.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor tem cópia dessa ordem judicial?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não tenho a cópia dessa ordem judicial.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, nós vamos aguardar que o senhor encaminhe, porque essa mesma empresa foi alvo de investigações da CPI.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu tenho conhecimento disso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – E a CPI fez orientação para que a SESAU extinguisse um contrato parque ela estava ilegal. E, pelo que estou vendo, esse contrato não foi sustado. Ele continua em andamento, inclusive com pagamentos feitos por Vossa Excelência.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu gostaria de ressaltar aqui que essa empresa é fornecedora de alimentos para o estado, para os hospitais, para os pacientes, para os médicos e para os profissionais de saúde.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Nós conhecemos.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Essa empresa ameaçou, dizendo que não tinha mais dinheiro para comprar insumos para continuar a prestação de serviços. Isso se trata da prestação de serviços essenciais, que não podem ser interrompidos. De acordo com o parecer do juiz, de acordo com as orientações do doutor Ernani, procurador-geral, foi pago.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Nós temos conhecimento dessa prestação continuada. E pelo tempo que nós notificamos a SESAU já poderia ter sido feita uma nova licitação, uma nova contratação, mas pelo visto, até agora não foi feito. Nós iremos apurar isso também. Desse pouquíssimo tempo, efetivamente, que o senhor ficou no estado, o senhor conseguiu auditar algum processo? O senhor fez alguma auditoria em algum processo que o senhor possa trazer para a gente algo realmente relevante, algo realmente importante para a CPI, algo que possa colaborar e apontar erros graves?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Deputado, mais uma vez, vou lhe responder aqui essa pergunta. Quando eu iria iniciar o processo de auditoria, foi na véspera que eu fui exonerado. Não tive tempo para fazer isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, coincidentemente, no momento em que estava magoado ele resolveu abrir o procedimento. Não tenho mais perguntas, por enquanto. Vou deixar espaço para que os colegas

possam perguntar. Agora, eu lamento e registro, da mesma forma que o Deputado Renato Silva falou, a minha indignação, pois eu esperava que a gente pudesse ter algo de concreto, efetivamente, referente às denúncias que foram amplamente narradas na imprensa. Presidente sem mais perguntas, por enquanto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu vou passar a palavra agora ao Deputado Renato Silva, na ordem de inscrição; logo a seguir, Deputado Nilton Sindpol e depois Deputada Lenir Rodrigues.

Com a palavra o Deputado Renato Silva.

O Senhor **Renato Silva** – Bom dia! Cumprimento todos os deputados, em nome do presidente Coronel Chagas. Doutor Alan, quando o senhor foi escolhido para ser o secretário de saúde do estado de Roraima, chegou ao nosso conhecimento que o senhor tinha pretensões políticas, inclusive bem diretas, que era disputar um cargo de deputado federal nas eleições. Gostaria que o senhor esclarecesse se seu intuito de ir para Roraima fazer um trabalho na saúde, na Secretaria de Saúde, era com a intenção de ocupar um cargo político naquele estado.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não tive essa intenção. Quando eu fui para Roraima, eu fui abandonando inclusive a pretensão inicial de sair candidato este ano. Eu fui para fazer um trabalho, para cumprir uma missão de melhorar a saúde de Roraima. Inclusive eu cheguei até ser convidado por um deputado estadual para ir para o partido dele e eu não quis.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – O senhor conhece, o senhor Felipe Gonçalves? O senhor trabalhou com algum Felipe, que o senhor levou aqui de Brasília, na sua gestão da Secretaria de Saúde? Felipe Gonçalves.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu conheço o Felipe Gonçalves. Ele não é de Brasília, ele é do Maranhão. Ele é ex-secretário de saúde de Gonçalves Dias.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Ele trabalhou na sua gestão?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não foi nomeado, não chegou a trabalhar em minha gestão.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – E qual era a função dele na Secretaria de Saúde?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Nenhuma.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Então eu vou relatar o que ele colocou nas redes sociais, e o senhor também colocou e deu entrevistas em vários jornais de grande circulação do estado. O médico Felipe Gonçalves usou suas redes sociais para fazer uma grave denúncia contra o governo de Roraima. Em sua postagem, o maranhense afirma: "a corrupção venceu Roraima". De acordo com a postagem de Felipe Gonçalves, dá a entender que fazia parte da gestão de Alan Garcês. Ele disse: "estamos nos despedindo da Secretaria de Saúde de cabeça erguida". Se ele não era servidor, como ele estava se despedindo da gestão da Secretaria de Saúde? Continua o texto do jornal: "Um estado tão bonito - veja na íntegra - quando o governador percebeu, que o secretário de saúde do estado, Dr. Alan Garcês e sua equipe, estavam abrindo a caixa preta da Secretaria de Saúde para acabar com a corrupção, fomos todos exonerados". Ou seja, o senhor e esse Felipe que o senhor acabou de relatar que não era nem servidor, já apontavam em várias entrevistas que existia corrupção, mas aqui o senhor trouxe apenas um caso que não está nem esclarecido. E o senhor mesmo diz que a gente tem que entender da forma que achar necessário. Antes de fazer minhas perguntas, vou concluir o que seu Felipe falou: "um estado tão bonito, rico e de um povo acolhedor, com tantos recursos para investir na saúde, mas completamente contaminado pela corrupção". Mais uma vez ele cita que na sua secretária, na sua gestão, vocês acharam essa corrupção. "Que Deus tenha misericórdia dessas pessoas que precisam usar o serviço público de saúde em Roraima".

Doutor Allan, eu sou conhecido pelo meu temperamento, por falar o que penso, mas sempre busco evidências, e o que falo e o que tenho falado como parlamentar no Estado de Roraima eu tenho comprovado e não tenho recuado das minhas falas. Isso é meu papel não só como parlamentar, mas como homem. Você deu várias entrevistas, não vou chamá-lo de Excelência porque, de excelência você não tem nada. Você deu várias entrevistas, dizendo que a saúde do estado tinha corrupção, sujou a imagem do governador, dizendo que tinha corrupção no estado de Roraima, na saúde pública, e agora, você vem dizer aqui que a gente tem que entender como quiser. Eu quero que o senhor apresente aqui a corrupção que você viu, a corrupção que esse Felipe, que você acaba de afirmar que ele não tinha sido nem nomeado, e ele se apresenta como servidor da saúde, que tem acesso à corrupção da saúde. Para você dar uma entrevista e acusar o governador ou qualquer outro secretário, de corrupção, você tem que ter, no mínimo, postura, dignidade, para poder manter a sua palavra e comprovar aquilo que está dizendo. Vou deixar um minuto se você quiser falar e depois faço minhas perguntas.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Deputado, eu disse que conheço o Felipe Gonçalves. Ele foi do Maranhão para Roraima, para trabalhar, caso ele tivesse sido nomeado. Ele não foi nomeado, ele não era meu servidor, não era meu funcionário. Não conheço essa matéria que o senhor cita. Não tenho conhecimento do teor dela. Não sei o que foi falado nessa matéria. Se tem algo expresso pelo senhor Felipe Gonçalves, isso é a opinião dele, não é a minha opinião e nem eu o estimulei a falar qualquer coisa, isso é a opinião dele. O senhor tem conhecimento que a imprensa pode colocar um fato e não ser o pensamento da própria pessoa. A gente não sabe da imprensa o que foi colocado por ele e o que foi acrescentado, pode ser até ilações. O Felipe Gonçalves, se ele falou alguma coisa, se ele se expressou da forma que o senhor acabou de dizer, eu não tenho conhecimento.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Quem deu acesso na Secretaria de Saúde para Felipe Gonçalves?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não se trata de questão de acesso. Ele me acompanhou algumas vezes, ele foi na Secretaria de Saúde algumas vezes, alguns dias ele esteve me acompanhando, não foi um acesso expresso.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Por que o senhor não queria prestar depoimento e colocou alguns critérios para fazer esse depoimento na CPI da Saúde, chegando até a relatar que tinha medo pela sua própria vida? Disse ainda que o que tinha para relatar era muito grave e que iria comprometer o governo, secretários, e que você preferia que Comissão da CPI da Saúde viesse aqui em Brasília para colher esse depoimento? Era por isso, por esses relatórios, que o senhor tinha medo pela sua vida?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Deputado, primeiramente, porque eu não tinha dinheiro para as passagens. Segundo: se o que trouxe aqui não é grave, não merece atenção dos senhores, eu não entendo o que seria grave. Eu considero que todos os três fatos relatados aqui, eles têm que ser vistos com atenção pelos senhores.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Vão ser! Agora eu pagava sua passagem, seria melhor, porque o povo de Roraima está pagando esse custo absurdo para os deputados estarem aqui. A equipe de TV está aqui para a gente ouvir política! Mas, vamos continuar com as perguntas. A empresa Calmed, qual o vínculo dessa empresa e qual a relação do governo e a entrega de materiais sem autorização da Anvisa por essa empresa? Se o senhor estava certo de todos os passos que a empresa deu, das irregularidades. Se o senhor tinha acesso a esse processo e lhe foi pedido para fazer pagamento para essa empresa, então, a irregularidade não foi na sua gestão, como secretário, a irregularidade já existia e o governador era ciente dessa irregularidade e nada foi feito e ainda foi pago um valor para esta empresa. Gostaria que o senhor

relatasse com mais detalhamento sobre essa situação desse processo da empresa Calmed.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Olha, como eu disse, eu fui convidado pelo irmão do governador e fui apresentado ao proprietário dessa empresa. Essa Calmed pelo documento que tenho aqui, na época da licitação, do processo que gerou essa compra de medicamento, na consulta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em agosto de 2019, consta que a situação dela era inativa. Existe também uma matéria, publicada pela Folha de Boa Vista no seu site, com o título: "SESAU é acusada de irregularidade na compra de medicamentos". Essa matéria expõe como aconteceu esse processo. Vou passar para as mãos dos senhores. Eu não sei, deputado, se existia algum vínculo do Governo do Estado com essa empresa, não tenho conhecimento.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Doutor Allan, qual o tipo de medicamentos, materiais, que essa empresa fornece?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Essa empresa fornece diversos medicamentos e até medicação também que seria de alto custo. Existe uma relação que está em anexo no processo da Calmed, já entreguei para vocês tomarem conhecimento.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – A gente vai analisar o documento, mas, gostaria que o senhor respondesse aqui. Se fosse só para entregar documentos, a gente não estava lhe ouvindo. Quero que o senhor responda as perguntas. Qual o medicamento que essa empresa fornece? Qual foi esse medicamento que o senhor mesmo falou, que mais de uma tonelada de medicamento foi para Roraima por essa empresa, qual é esse medicamento?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Existe uma relação aqui de levonepromazina, gentamicina, hipromelose, haloperidol, biperiteno, fenitoína. E existe também outra relação aqui muita grande.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Esses medicamentos precisam de autorização da Anvisa?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Qualquer medicamento para ser vendido tem que ter autorização da Anvisa.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Essa empresa tem a autorização da Anvisa?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu entreguei nas mãos do senhor.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Eu quero que o senhor responda, se ela tem no momento em que entregou esses medicamentos.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – No momento em que foi entregue, pelo documento que entreguei nas mãos dos senhores, ela estava inativa.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Então ela não tinha autorização da Anvisa para entregar essa medicação, correto?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Certamente.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Então se ela não tinha essa autorização, era de conhecimento do governador, do antigo secretário, com certeza, porque chegou a sair até em jornais, e mesmo assim, quero que o senhor me diga qual o valor pago para essa empresa?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Existem duas situações: uma que é afirmado pelo proprietário da empresa, que recebeu 250 mil e a outra que está no relatório, que afirma que foi de 380 mil.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Então teve dois pagamentos, um de 250 mil e outro de 380 mil.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não estou dizendo que teve dois pagamentos, foi um pagamento, sendo que uma pessoa, o proprietário, diz que foi de 250 mil e outra pessoa, que está no relatório que eu entreguei aos senhores.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Presidente, isso é muito grave! Essa denúncia que o doutor Allan trouxe é muito grave, uma empresa que não tem autorização da Anvisa para entregar medicamentos de alto custo e ainda foi

feito um pagamento de quase 600 mil reais! Isso é ilegal! Vou repetir a pergunta: a empresa de refrigeração que já teve duas vezes licitação e foi cancelada. Essa empresa de refrigeração, que está na terceira vez na tentativa de licitação, porque sabemos que a saúde pública, a SESAU, não conseguiu concluir um processo licitatório normal, todos foram contratos indenizatórios ou emergenciais, de alguma forma. Mas em um ano, nunca visto no estado de Roraima, um governo não conseguiu fazer um processo de licitação, e, por incrível que pareça, sempre as empresas que fazem o serviço têm algum tipo de relação com o Governo do Estado. Sobre essa empresa de refrigeração, houve algum pedido para o senhor, esse processo estava tramitando quando o senhor estava lá como secretário? Houve algum pedido para que alguma empresa fosse beneficiada ou foi pedido para o senhor fazer algum pagamento para essa empresa que, atualmente, está no contrato de refrigeração de saúde?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Essa empresa que está no processo licitatório, eu tomei conhecimento, como já disse, dessas empresas em processo indenizatório, dois dias antes da minha exoneração. Não tenho conhecimento de que teria sido feito algum pedido a mim.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Doutor Allan, eu quero explicar para o senhor, como o senhor mesmo falou no seu discurso quando chegou aqui, quando falou na sua entrevista, como o senhor falou na sua posse como secretário, que aqui não estamos lidando com números e nem com papéis, estamos lidando com vidas. A saúde de Roraima nunca esteve num caos como está hoje, a Maternidade, o HGR, os hospitais dos municípios do interior. Tenho andado semanalmente nos hospitais e na Maternidade e é gente morrendo por falta de material básico, pegando infecção em maca enferrujada. Estamos tratando aqui é de vidas! Então eu quero que o senhor esqueça qualquer pedido que foi feito para o senhor, antes dessa CPI. Aqui estamos tratando de vidas, pode ser minha esposa, esposa de qualquer deputado, pode ser o senhor ou qualquer cidadão que precisar do HGR e pode morrer por falta de vaga na UTI, morrer por falta de materiais básicos. É uma mãe que vai à maternidade! Eu estive na maternidade esta semana, tinha uma mãe com gravidez de risco e se demorasse um dia poderia morrer, e eu consegui pressionar a diretoria para fazer a cesárea dela. Estamos tratando de vidas, não é negócio, não são números, não é papel. Essa empresa de refrigeração não foi pedida nenhuma vez para fazer o pagamento? Esse processo está todo irregular, e não foi pedido para o senhor nenhuma vez para fazer pagamento para a refrigeração?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Como é o nome dessa empresa, Deputado?

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Essa refrigeração está como indenizatória. Eu não tenho esse processo, já solicitei, mas, como tive que vir para cá, não recebi ainda no meu gabinete. Solicitei, mas ainda não tenho em mãos.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu não tenho conhecimento, repito novamente.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Você foi pressionado, coagido, para fazer algo ilegal como secretário durante esses 40 dias?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não!

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Então essa sua resposta para mim é a gota d'água do que estamos fazendo aqui. Se não teve nada irregular no período de secretário, quando o senhor esteve lá, por que o senhor tinha medo de ir a Boa Vista para depor? Por que tanta exigência da Polícia Federal, de um agente da ABIN para estar do seu lado? Será que os membros da CPI iriam fazer algo contra o senhor? Era medo da gente? Por que o senhor queria todo esse aparato para depor?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu nunca disse que tinha medo dos senhores, não eram os senhores. Os fatos apresentados podem ter um revés e a gente nunca sabe.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Se não somos nós, o senhor queria um agente da Polícia Federal, queria um agente da ABIN para depor, era medo de quem? Se não era da CPI, era de quem?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – O membro da Polícia Federal e ABIN eram para estarem presentes e coletar as informações. Não era questão de medo.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Presidente, ele tinha que pagar pelo menos os custos dessa viagem para o povo de Roraima.

Quais empresas que você pagou de medicamentos hospitalar durante sua gestão?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Somente as empresas que estavam prestando serviços.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Quero o nome das empresas?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu não tenho essa relação dos nomes das empresas agora.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Então o senhor me entrega, por escrito, o nome de todas as empresas e todos os pagamentos no prazo de 10 dias, todas as empresas que o senhor autorizou o pagamento. Tenho denúncias que apadrinhados do senhor receberam pagamentos autorizados por você, sem ser autorizado pelo próprio governador, apadrinhados seus, porque o senhor já chegou fazendo política. Então, no prazo de 10 dias, eu quero que o senhor me entregue todas as empresas que o senhor autorizou o pagamento, que foi, inclusive, sem autorização do governador.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Deputado, seja mais claro, que empresas de apadrinhados?

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Todas as empresas que você fez o pagamento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Uma questão de ordem. Isso vai ser apresentado à CPI, e sendo aprovado vai ser encaminhado para....

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Tudo bem, Presidente, eu quero deixar bem claro que tudo que eu falo eu assumo a responsabilidade. Doutor Allan, estou à disposição, se quiser me processar depois, fique à vontade, a justiça estar aí para todos. Então, se eu extrapolar na minha fala e lhe ofender de alguma forma, o senhor pode me processar que vou responder e a justiça vai julgar se extrapolei ou não. Mas estou na minha condição de parlamentar e vou fazer minhas perguntas da forma que achar que estou certo de conduzir. Eu não queria interromper o meu raciocínio porque sei onde quero chegar. Se eu extrapolar da forma de falar, se eu lhe ofender, se lhe agredir verbalmente de alguma forma, o senhor pode procurar a justiça e me processar que vou responder.

Você tentou nomear algumas pessoas. Quais eram os cargos dessas pessoas? E queria substituí-las, por quem? Você queria nomear pessoas na Secretaria da Saúde que eram ligadas ao senhor, por amizade ou por apadrinhamento? E algumas vezes chegaram ao próprio governador que estava nomeando pessoas e que não sabia quem eram, mas que tinha um amigo que mandou nomear. Quero saber se esse fato aconteceu, de o senhor chegar à Secretaria de Saúde e começar a nomear pessoas da família do senhor ou de um amigo seu e que não era critério técnico e sim amigável e familiar.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Deputado, o secretário de saúde tem a sua equipe, e o primeiro escalão tem que ser de pessoas de sua confiança. Não somente da confiança, mas também com capacidade técnica. Eu tentei nomear algumas pessoas, principalmente, para pontos estratégicos na gestão. Tentei nomear pessoas para a Comissão de Licitação, para administração, para urgência e emergência, para direção de alguns hospitais, no caso o Coronel

Mota, e as pessoas foram escolhidas pela sua capacidade técnica, mas não foram nomeadas.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Você tentou nomear algum parente na CPL da SESAU?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – CPL da SESAU nenhum parente.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Para encerrar, quero fazer mais uma pergunta para o senhor. O irmão do governador, o senhor já tinha algum conhecimento com ele, alguma relação com ele, antes de lhe convidar para essa reunião com o dono da empresa Calmed ou você o conheceu através do governador?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu conheci aqui em Brasília.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Antes do senhor ser secretário, o senhor já tinha uma relação com ele?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu o conhecia. Era uma pessoa conhecida minha.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Na sua visão, porque irmão é algo de confiança do governador, o senhor não achou estranho, o senhor não comunicou para o governador antes de ir para essa reunião? O senhor estava indo para uma reunião com o irmão do governador e o proprietário de uma empresa que fornece material para a Secretária de Saúde numa cafeteria, o senhor não comunicou antes ao governador?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não achei estranho, porque ele me chamou para tomar um café, conversar, e lá ele me apresentou a pessoa.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Algum secretário do Executivo Estadual chegou para o senhor e pediu atenção especial para algum contrato, algum pagamento de alguma empresa?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Vejam só, nós tivemos situações onde nós fomos procurados por secretário, mas eu acho que, dentro de um fluxo administrativo, mas que tenha tentado me coagir, alguma coisa nesse sentido, eu não posso afirmar. Mas fui procurado sim, por secretário no fluxo administrativo, que foi me solicitar.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Qual o nome desse secretário?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – O Secretário Disney.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Quando ele lhe solicitou esse fluxo administrativo, quando ele foi lhe procurar para ter essa conversa, para tratar desse fluxo administrativo, qual era o fluxo administrativo especificamente? Qual era o Pagamento? Qual era a ação? Qual era a empresa? Qual era esse trato? Porque é normal entre secretários.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eram nomeações que ele gostaria que eu fizesse para a pasta.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Nomeações para que cargos?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Nomeações para cargos dentro da SESAU, no organograma da SESAU.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Obrigado, doutor Allan, por responder as perguntas. Quero aqui passar a palavra para outro parlamentar.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Na sequência, o Deputado Nilton Sindpol.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Bom dia, doutor Allan, quero inicialmente dizer ao senhor, primeiro como cidadão, segundo como representante do povo, estou indignado que até o momento o senhor não tenha nos dito nada de concreto, diante dessa publicidade toda que o senhor deu e com relação às exigências que foram feitas. Inclusive de transmissão ao vivo, que tenho certeza que todos os atos devem ser bem claros para que o cidadão que paga os impostos tenha as retribuições. A Saúde Pública do Estado de Roraima é um caos, então estou indignado com a vossa pessoa, justamente por nos fazer trazer a Brasília todo esse aparato e até o momento o senhor não nos deu nada de concreto. O que nós imaginávamos que seria era dar

nome aos bois e dizer dos processos fraudulentos que a gente já tem conhecimento, que existem na SESAU, apesar de o senhor ter passado 40 dias como secretário.

A primeira pergunta é se o senhor sofreu alguma pressão durante esse intervalo de tempo. Quando o senhor disse que iria falar na CPI e que nós anunciamos que estaríamos aqui em Brasília para ouvi-lo, o senhor sofreu alguma pressão para não dizer o que, possivelmente, o senhor sabe e que deixaria o governo do estado em maus lençóis?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Deputado, bom dia. Deputado, quando o senhor fala nada de concreto, eu peço que o senhor entenda que todos os fatos relatados aqui iriam ser apurados por mim, se continuasse na pasta. Eu apresentei aqui fatos que chegaram até mim, agora com relação a sua pergunta eu não sofri nenhum tipo de pressão.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O senhor narra aqui no seu histórico da sua permanência no Estado de Roraima. Se for só isso, era só mandar pelo SEDEX que sairia bem barato. Como o senhor diz que, estranhamente, deixava as senhas de pagamentos expostas, próximo ao computador, acessível para qualquer pessoa que entrasse na sua sala e pudesse fazer uso, entrar no sistema e fazer pagamentos. Isso aí, doutor Allan, é uma coisa que o senhor fala para nós, e com todo respeito, está nos elevando a condição de imbecis! Senha é coisa que a gente trada com zelo, cuidado, para, se cair em mãos erradas, a gente não sofrer prejuízos. E o senhor, como secretário de uma pasta que tem mais recursos no estado de Roraima, o senhor deixava suas senhas para todo mundo que tivesse acesso a sua sala pudesse ter conhecimento delas?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – O senhor muito bem falou com relação à SESAU – Secretaria de Saúde, ser uma das pastas mais importantes. Se eu não considerar o meu local de trabalho seguro, teria que ter, com certeza, um sistema de segurança instalado em toda a SESAU. A minha sala só quem tinha a chave era eu, só quem entrava na minha sala era eu, ou quando eu estivesse na sala e com agenda recebendo alguma pessoa. Não entrava ninguém. A sala não ficava aberta e não entrava ninguém quando eu não estava presente. As chaves estavam sempre comigo.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Mas, o senhor há de convir, apesar da sua resposta, que a chave ficava com o senhor, e quando o senhor chegou lá, quando assumiu a pasta, teve o cuidado de trocar essas fechaduras para se certificar que daquele momento em diante, somente o senhor teria as chaves daquela porta ou das portas?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Cada porta tem duas chaves. Eu lhe digo uma coisa e repito, eu não cheguei com desconfiança na SESAU, não cheguei desconfiando dos servidores, não cheguei desconfiando dos lugares, então, as chaves que estavam comigo, para mim eram suficientes para me dar segurança.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O senhor é médico de formação e como tal fez um juramento de salvar vidas, e no cenário em que nos encontramos lá no estado de Roraima, a cada ano a saúde vem definhando, e as pessoas estão morrendo por falta de medicamentos simples. E aqui no seu relatório, como também nas suas falas, as respostas e perguntas, o senhor não deixou claro quais os atos administrativos que Vossa Senhoria praticou, visando com que a saúde pública do estado saísse desse caos. O senhor teve dois secretários adjuntos durante 40 dias, e quais os encaminhamentos que Vossa Senhoria deu, além de fazer aquela transferência do seu gabinete, entre aspas, para dentro do Hospital Geral? Nós da CPI e eu como membro da Comissão de Saúde já estivemos lá, doutor Alan, e vimos situações absurdas, tipo o bloco C, que é da oncologia, o senhor deve ter conhecido. É um bloco que requer muitos cuidados e remédios de alta complexidade, alto valor aquisitivo, os pacientes foram transferidos para um outro bloco de paciente

com doenças infectocontagiosas e nós, ao questionarmos a coordenadora, ela, praticamente chorando, nos disse que eram ordens superiores. E o senhor, como médico, como é que o senhor explica essas ordens superiores de levar um paciente, literalmente, à morte? Então, o que o senhor fez efetivamente nesses 40 dias em que o senhor esteve à frente da SESAU?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Deputado, quando a gente assume um cargo comissionado, um cargo de secretário, e é uma pasta extremamente importante, a primeira coisa que tem que ser de ação do gestor é tomar conhecimento dos trabalhos e da situação. Fazer uma análise situacional. Eu comecei a fazer essa análise situacional, mas o tempo em que eu fiquei foi muito pouco. Então, as minhas demandas administrativas aconteciam de acordo com as provocações e demandas que acabavam acontecendo. Por exemplo: a saúde prisional, o plano de contingenciamento do coronavírus. Isso tudo a gente tomou posicionamento, tomamos atos administrativos, participamos de reuniões com o Ministério da Saúde. Esses atos administrativos foram tomados todos para resolução, enquanto paralelamente a gente tomava conhecimento do fluxo de trabalho, das situações necessárias para que a gente atuasse.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol -** No início dos nossos trabalhos aqui, nesta sessão de hoje, o Deputado Coronel Chagas, que é o Presidente, relatou que essa CPI foi instalada justamente pelo fato do primeiro secretário de saúde, da gestão do atual governador Antônio Denarium, ter saído e ter propalado que a saúde de Roraima jamais sairia do caos, justamente porque ali dentro daquela pasta há influências fortes diretas de deputados estaduais, federais, senadores. O senhor já disse aqui que não teve, nesses 40 dias, diretamente, pressão de nenhuma autoridade dessa pasta. De nenhum, a não ser do secretário-chefe da Casa Civil, que o senhor denominou de fluxos administrativos. Nenhum outro secretário ou político chegou a Vossa Senhoria para fazer pedidos ou exigências sobre contratos?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Teve um deputado estadual que também pediu uma nomeação.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Qual o nome desse deputado?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Jeferson e outro, que não me recordo o nome, usa rabo de cavalo, cabelo comprido.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O único deputado que tem na Assembleia do Estado de Roraima com essas características é o Deputado Eder Lourinho.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Exatamente.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol -** Então, eles foram solicitar a Vossa Senhoria nomeações em cargos na pasta da SESAU. O senhor se recorda quais cargos dentro dessa estrutura da Secretaria?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Olha, eram nomeações dentro do hospital.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** O senhor chegou a atender esses pedidos?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu fui despachar com o govenador. Não cheguei a nomear, como eu disse, eu não nomeei ninguém dentro da Secretaria.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** O senhor falou que o fluxo administrativo, que o secretário chefe da Casa Civil Disney Mesquita nomeou vários cargos dentro da SESAU. A CPL foi um desses cargos?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não tenho conhecimento disso. A pessoa da CPL, quando eu cheguei, já estava lá.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol –** O senhor chegou a fazer alguma reunião com sua equipe de assessores, seu STAF, tipo coordenadores, diretores de unidades hospitalares, capital e interior? Porque quando o senhor aceitou o desafio de ir comandar a pasta da Secretaria de Saúde em Roraima,

certamente o senhor sabia do caos em que se encontrava lá e evidentemente, como homem experiente, deve ter traçado o seu plano para que o senhor chegasse lá, já realmente buscando mudar a realidade, a cara da Secretaria, porque já estamos no quinto secretário, e, infelizmente, o problema só se agrava. O que de concreto o senhor fez realmente para isso acontecer, ou não deu tempo de o senhor reunir com a sua equipe de assessores de STAF?

O Senhor **Allan Quadros Garcês —** O pouco tempo em que eu tive, eu me reuni com a minha equipe. Fiz reunião no Hospital das Clínicas com os ex-diretores e substitutos. Eu fiz reunião com a diretora da maternidade. Também acompanhei o governador em visita ao hospital em Rorainópolis, nesse dia, e me reuni com a equipe também da SESAU.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol —** Quero mais uma vez ratificar, registrar a nossa frustração aqui, dos parlamentares que compõem a CPI e certamente do povo de Roraima que está pagando toda essa nossa estada aqui.

Secretário, em nome de salvamento de vidas, se o senhor tiver algo de concreto para nos passar para a CPI, que com essa informação, nós possamos realmente melhorar a questão da saúde pública do estado. Esse é o objetivo da CPI, não é jogar as pessoas na fogueira da inquisição, mas pela responsabilidade que nós temos, como cidadãos, pais de família, e representantes do povo. Nós somos empregados do povo e temos a obrigação, doutor Allan, que o senhor, como pai, como médico, fez esse juramente de salvar vidas, por favor, nos ajude! Se o senhor tiver algo de concreto que possa nos dizer para que possamos melhorar essa condição da saúde, porque o que todos dizem é que realmente ali está imerso num mar de corrupção devido à ingerência dos parlamentares e etc... que não deixa o cidadão ser atendido, quando falta ali um anestésico, quando as cirurgias do dia a dia não acontecem. Se o senhor tiver algo que possa nos ajudar, por favor, apresente para a gente, porque até agora muito pouco o senhor contribuiu com a CPI.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Deputado, eu já entreguei os documentos, isto é o que eu tenho de concreto. Ressalto mais uma vez que o tempo que eu fiquei foram 25 dias. Não deu tempo para eu me aprofundar nas situações. Então, estou entregando nas mãos dos senhores o que tenho de concreto, que são esses documentos para que os senhores aprofundem essa CPI.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol —** O Senhor, com sua saída, já que o senhor não se responsabiliza por pagamentos após o dia 14, após o senhor ter a fechadura do seu gabinete trocada, o senhor não buscou saber se algum pagamento foi feito, utilizando indevidamente suas senhas pessoais?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não procurei saber. Eu apenas registrei um boletim de ocorrência na Polícia Civil, diante do fato que aconteceu, da minha sala ter sido aberta sem minha autorização.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol —** Agradeço as suas respostas. Presidente Chagas, sem mais perguntas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Agradeço ao Deputado Nilton. Vamos passar a palavra ao Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos, colegas deputados, membros da CPI. Bom dia, Deputado Nicoletti, acompanhando aqui a nossa oitiva, ex-secretário, doutor Allan, com seu advogado e os que estão acompanhando aqui a nossa oitiva, através da TV Assembleia e das redes sociais. Doutor Allan, esta CPI, como falou o Deputado Chagas no início, foi criada e aprovada pelo Plenário da Assembleia, mediante indícios de irregularidades, em especial, de uma fala do ex-secretário Airton, que disse que teria muita corrupção e ingerência política dentro da Secretaria de Saúde, que seria o responsável para não deixar fluir de fato os bons trabalhos prestados à sociedade roraimense e à sociedade toda, com mais saúde. Isso é um mal que vem afetando Roraima e se intensificou mais ainda,

recentemente, como bem o senhor falou e conhece a história de Roraima, em especial com o fluxo da crise migratória. E também essa instabilidade que tem dentro da Secretaria de Saúde, com a prova de que é o quarto ou quinto secretário que não tem desenvolvido uma gestão contínua para que possa prestar um bom serviço. Esta CPI é formada respeitando a pluralidade do parlamento. Temos aqui, inclusive, vários deputados que compõem a base de oposição ao governo e outro que compõe a base governista, mas independente disso, todos os deputados aqui têm a liberdade, a autonomia. Temos um pacto ao compor esta CPI, de apurar e responsabilizar, de fato, quem cometeu algum ilícito, não importa o tamanho. Mas também temos a responsabilidade de apontar os caminhos para que a gente possa melhorar. Não adianta nós ficarmos aqui enxugando gelo, apurando os crimes, os delitos, enquanto as pessoas estão morrendo nos nossos hospitais, precisando de mais saúde. Então, diante dessa fala, eu lhe pergunto. E antes de eu fazer a pergunta, tem sido uma fala minha, perante o governador Antônio Denarium e a equipe de governo, inclusive com requerimento meu aprovado nesta CPI, para que o atual secretário de saúde vá ao nosso encontro em breve e nos apresente um plano de gestão para a saúde. E ele deve fazer isso em breve, com começo, meio e fim. O que ele pretende fazer na saúde, nos apresentar as dificuldades, se tem irregularidades e nos apresentar quais as soluções. Eu lhe pergunto: o senhor, como profissional da saúde, médico, com todo um compromisso enquanto profissional, homem que assumiu várias funções públicas em vários locais deste país, inclusive aqui em Brasília, o senhor tinha ou tem quem possa nos apresentar, qual era o seu plano de gestão à frente da Secretaria de Saúde, com começo, meio e fim, mesmo que o senhor não tenha tido tempo para implementar? Mas como compromissado com a saúde pública, com o SUS, gostaria de receber essa informação, se você tem, e se tem, se pode trazer para essa CPI para nos balizarmos no nosso posicionamento daqui para frente. Essa e a primeira pergunta.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Também estava sendo construído. Então, eu não tenho. Estava sendo construído, juntamente com o secretário adjunto

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Como o Senhor, um homem da ciência, letrado, como diz um ditado do nordeste, assume uma secretaria se não sabe o que fazer com ela? Porque, se você recebeu um convite com antecedência, condicionou a escolha dos seus adjuntos, tratou com o governador a montagem de uma equipe de secretário, com certeza... isso eu tiro por mim, ao me apresentar como candidato, eu faço toda uma proposta de campanha, um plano de campanha, ao qual eu apresento aos meus eleitores e eles são convencidos a votar em mim. E eu tenho poder de decidir aquilo durante o meu mandato. Então o senhor, como um homem experiente, como falei, com formação acadêmica, assumiu a Secretaria de Saúde, e só após chegar lá, que vai dizer quais os rumos a ser tratado. O senhor não fez um diagnóstico antes, uma avaliação? Até porque qual foi o critério do governador a escolhê-lo, se o senhor não tinha apresentado mesmo um plano de ação para a Secretaria de Saúde, enquanto gestor?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu fiz um levantamento diagnóstico dentro do Ministério da Saúde. Tenho esse levantamento para que a gente pudesse construir. Então, foi feito. Tenho um levantamento, inclusive do que já estava acontecendo de ações pelo Ministério da Saúde dentro de Roraima. Eu fiz esse levantamento que iria me subsidiar para a construção desse plano.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – O Senhor pode nos conceder esses levantamentos para ajudar. Estamos aqui buscando o que tem de melhor para a saúde de Roraima. Tem como nos apresentar esses diagnósticos e fazer esses apontamentos para que gente possa sentar à mesa com o próximo secretário, com o governador e fazer parte do nosso relatório em cima das informações que o senhor fez?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Sim, sem problemas.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado Chagas, ele se comprometeu de nos ceder essas informações.

Secretário, temos vivenciado uma época de fake News, estardalhaços, a mídia gosta disso, natural, vive-se disso boa parte da mídia. Em especial, temos uma parte da mídia que é tendenciosa, que quer ver o circo pegar fogo, mas se falando em saúde, não podemos admitir, deputados, que isso prevaleça. Temos que ter responsabilidade. Tanto o ex-secretário Ailton, que fez todo um estardalhaço ao vir à CPI, pouco contribuiu. Também aqui, com exceção do fato do assédio, que uma moça relatou que sofreu por parte de um secretário adjunto e que ficou comprovado, mas o senhor também não tomou as providências como caberia, apenas jogou a bola para frente. Eu lhe pergunto: o senhor tratou desse assunto, especificamente, com o governador? "Governador, eu recebi uma notificação de uma moça tal, de que o secretário adjunto da saúde, doutor Monteiro cometeu assédio". O senhor tratou especificamente desse fato com o governador ou o senhor se limitou a pedir que a ouvidoria desse ciência ao governador?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu aguardei primeiro que ela desse ciência ao governador para depois eu tratar com ele.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – É um caso de polícia que deve ser investigado, mas por ser tratar de um homem público, que é o secretário de saúde, no caso o adjunto, tem um problema em dizer que também têm consequências políticas. Dizer que não caberia da sua parte tratar da questão de polícia, mas da questão política, até dar conhecimento ao governador, eu entendo que caberia sim ao senhor, como secretário, dar ciência à autoridade maior do estado, no caso, seria seu chefe imediato naquele momento, que seria o governador. Mas o senhor não tomou as providências...

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Deixa eu só complementar. Eu pedi para que ela procurasse o governador. Na semana em que iria tratar com o governador sobre o fato específico, ele viajou para reunião com os governadores e a Presidência da República. Quando ele voltou, nós não tivemos tempo de conversar e na sexta-feira daquela semana eu fui exonerado. Não tive tempo de tratar pessoalmente com o governador, mas que foi encaminhado o fato para ele foi.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Tem outro ato que desabona a conduta nesse ponto de vista do secretário Monteiro?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu trouxe fatos que me chegaram como demanda. Eu não conheço outros fatos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** –Ok. O senhor me falou que foi convidado para ir a uma cafeteria aqui na capital federal e lá, nessa cafeteria, estava o representante de uma empresa, também acompanhado do irmão do governador, que pediu que o senhor agilizasse o pagamento, mediante documento fornecido, do qual o senhor apresentou esse documento à empresa, e a princípio na ANVISA estaria inapta, vamos dizer assim, para comercializar esse tipo de produto. O senhor fez a coisa certa em parte, do ponto de vista, porque mandou judicializar. O senhor mandou judicializar em qual embasamento? O senhor tinha conhecimento desse processo? O senhor tinha conhecimento que pagaria, após essa decisão judicial, se o medicamento não fosse entregue? Qual era a irregularidade? Qual o porquê de se judicializar, haja vista que o senhor foi pego de surpresa? Pelo que eu entendi, o senhor não sabia do que se tratava nesse café e a única medida que o senhor encontrou naquele momento foi orientar as partes a judicializar.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Ele relatou que o Governo do Estado estava devendo para ele, estava como devedor. Pelo prazo que já tinha, obviamente, ele tinha que judicializar, então foi essa a orientação que eu dei para ele, para ele judicializar.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Outra parte que o senhor falou aqui, e o Deputado Jorge Everto esclareceu, mas só para esclarecer à sociedade roraimense, dos contratos das empresas de caráter indenizatórios. Estamos apurando de um por um. Já pedimos cópias desses processos. É sabido da necessidade, do porquê, e o tranquilizamos no tocante a essas empresas de contratos indenizatórios. Agora, nós vamos apurar do porquê desses contratos indenizatórios, o porquê que foi feito o processo ilegal para licitar. Só para lhe tranquilizar nós estamos acompanhando de perto essa situação.

Ex-secretário, Doutor Allan, o senhor conhece a empresa que fornecia alimento? Inclusive ela foi alvo de operação, fruto do trabalho dessa CPI, que foi fruto de um relatório e de um parecer recomendatório ao governador, ao ex-secretário de saúde, antes do senhor, para reincidir o contrato, porque havia indícios de irregularidades com relação à empresa Tahiti. Eu lhe pergunto: enquanto o senhor foi secretário, ainda era essa empresa que fornecia alimentos para o HGR ou já tinha reincidido o contrato com ela?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu conheço a empresa Andolini, não sei se é a mesma empresa.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Andolini. Era essa a empresa?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Andolini, essa que o senhor está falando?

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Sim.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Então, eu fui procurado lá na SESAU, no meu gabinete, pelo advogado desta empresa, onde ele solicitou esse pagamento e fez um comentário, dizendo que se não fosse pago, ele não teria dinheiro mais para fornecer a alimentação.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quem estava fornecendo na sua gestão, era a Andolini quem fornecia?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Estava fornecendo o ano inteiro de 2019. O ano inteiro desde 2018, porque a nota que ele queria que eu pagasse era nota de 2018. Então, ele já vinha fornecendo desde 2018 até 2019. O fato foi levado ao procurador-geral do estado, o adjunto, doutor Renan.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - O Senhor conhece a empresa MEDTEC, se ela tem algum contrato atual ou já teve com empresas do estado de Roraima?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – A empresa MEDTEC já teve contrato com a secretaria.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – O senhor conhece o senhor Nilmar?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Conheço.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – O senhor tem alguma relação de amizade ou parentesco com o senhor Nilmar?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – O Nilmar foi padrinho dos meus filhos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – É seu compadre?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Meu compadre. Inclusive, gostaria de ressaltar aqui. Houve um empenho de 400 milhões de reais para restos a pagar do governo, algumas empresas começaram a me procurar para que exatamente levantasse a situação e pudesse pagar, escrever em restos a pagar para poder receber. Uma dessas empresas foi a do Nilmar, essa MEDTEC, e eu pedi para que levantasse dela e mais de outra empresa, que eu não recordo o MEDTEC nome.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quantas empresas e quais empresas o senhor pediu para que fosse feito o levantamento no tocante a esse saldo orçamentário de restos a pagar, que está previsto dentro da Secretaria de Saúde, além da MEDTEC?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu teria feito dessas duas empresas, como falei, e pedi a relação das empresas de restos a pagar...

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – MEDTEC?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – MEDTEC.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** –A Tahiti?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não me recordo se o nome da outra empresa era esse.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Foi aberto um procedimento nesse sentido?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não deu tempo. Não abri procedimento para pagamento, apenas pedi para levantar a situação e evidentemente, como é restos a pagar, teria que ser decidido, conversar antes com o governador. Eu iria levar a relação das empresas para o governador para que ele desse a orientação, se pagaria ou não. Eu não dei ordem para pagar. Eu pedi para levantar a situação. Inclusive essa MEDTEC tem situações em que ela já teria mais de cinco anos com dívidas para receber. Então, se não estou enganado, ela não teria administrativamente condição de poder ajuizar, porque já tinha passado esse prazo de cinco anos. Não poderia ajuizar uma ação contra o governo para pagamento.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Entendi. A confusão é bastante de que foi a empresa MEDTEC e Tahiti que foi feito esse levantamento. Eu lhe pergunto: o senhor como sendo um homem sério e honesto, vida pública transparente, posso confirmar isso?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Pode confirmar.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – O governador do estado de Roraima, Antônio Denarium, podemos também atribuir esses adjetivos a ele?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Se ele também é um homem sério?

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Sim. Na vida pública?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu confiei nessa forma no governador. Quando eu fui para Roraima, eu fui confiando nessa forma.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – O que o leva hoje o senhor a afirmar o contrário?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não estou dizendo que estou afirmando o contrário.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – O senhor na sua fala inicial, doutor Allan, o senhor cogitou o impeachment do governador, dependendo do que for dado. Eu acho que o senhor quis se relacionar ao nome do governador, quando me procurou, através dessa empresa, que o senhor fez a coisa correta, e me afirmou que o governador, em momento algum pediu isso, para você priorizar essa empresa e nem qualquer outra. Assim, eu poderia ter mágoa de alguém, ou alguém tem mágoa do senhor e dizer que uma simples intensão de fazer um levantamento dessa empresa MEDTEC e Tahiti para alguém que é padrinho do seu filho, poderia, a princípio, cogitar como direcionamento também, do qual eu quero acreditar que o senhor não fez isso. O senhor faria isso com qualquer outra empresa que tem restos a pagar? E nós vamos, inclusive, orientar nesse sentido, desde que tenha sido entregue o medicamento fornecido. Nós não compactuamos também que o Governo do Estado enriqueça, Deputado Jorge, receba o medicamento, o produto, e não pague a empresa. Não podemos compactuar com isso.

Então, doutor Allan, eu agradeço, espero receber a sua contribuição. Estou pensando à frente. Essa CPI vai chegar ao seu objeto final. Vamos indiciar quem tem que ser indiciado. Vamos responsabilizar quem tem que ser responsabilizado. Temos um compromisso com a saúde pública do estado de Roraima. O senhor conhece, foi acadêmico, trabalhou ali, temos praticamente aquele hospital para todos, Ali, é o rico, é o pobre, é o com mandato, é o sem mandato, é o médico, é o não médico, nós precisamos que ele funcione a contento. Essa CPI tem um objetivo de apurar, responsabilizar, mas ao mesmo tempo encontrarmos imediatamente soluções concretas e não queremos permitir, não vamos aceitar. Talvez a gente tenha algumas perguntas incisivas

com relação a sua postura que, como já houve outros fatos de pessoas se voluntariar ou chamar a atenção através das redes sociais, da mídia, criar um estardalhaço, para depois, de fato, quando formos apurar, pouco se tem de concreto. Eu saio dessa Audiência não frustrado, Deputado Renato, eu acho que investigação é isso, Deputado Jorge, o senhor que é um especialista por parte dos deputados sobre audiência pública, buscando uma coisa aqui outra ali, a gente chega ao nosso objetivo final. Mas, vamos ter mais cautela e mais prudência, enquanto CPI, para a gente não abrir muito espaço, de fato, para quem quer contribuir e pouco contribuiu, no meu ponto de vista, mas aqui é um colegiado, doutor Allan. Da sua oitiva hoje ficaram alguns pontos do qual vamos partir, intensificar as investigações, em especial nesses contratos indenizatórios. Vamos cobrar as providências através da segurança pública do estado para ver se houve esse assédio mesmo, e se procede mesmo, mas também não vamos permitir, e isso é um pacto nosso, de não fazer ou absorver, Deputado Nicoletti, qualquer informação. Nós já temos uma distorção enorme na Secretaria de Saúde, vários problemas, não precisamos que pessoas venham criar mais fake News, notícias falsas, vamos dizer assim, criar um cenário de horror. E enquanto isso, as pessoas precisam ser atendidas de fato porque a gestão não funciona.

Então, senhores deputados me contento por aqui e quero, presidente, que a gente verifique excedentes a pagar, além da empresa Tahiti e MEDTEC, se houve ou se está havendo outros levantamentos de reconhecimento de dívidas de pagamento. E mais uma vez temos que saber, de fato, se esses produtos foram entregues. Se foram entregues, somos os primeiros a cobrar que sejam pagos. Obrigado Dr. Alan, obrigado a todos!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Imediatamente, vamos passar a palavra para a Deputada Lenir Rodrigues. Lembrando que após o depoimento do Dr. Alan, temos o depoimento do adjunto, que está aguardando na sala ao lado. Logo após o depoimento do Dr. Alan, faremos um intervalo pequeno e iniciaremos o segundo depoimento.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Bom dia, Senhor Alan Garcês! Encaixei minhas perguntas na ordem cronológica do seu próprio relatório. Começo pela quinzena de novembro de 2019, quando o governador foi ao seu gabinete no Ministério da Saúde. Quem eram as pessoas que estavam acompanhando o governador?

O Senhor **Alan Quadros Garcês** – O Secretário Aluízio e mais um representante, um coronel, que é da Representação do Estado aqui em Brasília.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O convite que o governador fez ao senhor para ser titular da pasta foi na frente dessas duas pessoas?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Olha, eles estavam na sala, mas, nesse momento a gente estava um pouco mais reservado e ele falou bem próximo de mim, que ele assumindo, o convite estava feito.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O Senhor, durante esse período em que foi apresentado ao governador pela secretária Cecília, lá em 2019, quais os políticos com mandatos, políticos como vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores, vice-governador e governador que o senhor chegou a conhecer? O senhor tem amizade com algum deles? O senhor, porventura, chegou a frequentar a casa de quais políticos?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu conheço o Dr. Hiran Gonçalves.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Chegou a frequentar a casa dele?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Ele me convidou um dia.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Durante esse período em que o senhor esteve à frente da pasta, o senhor recebeu além dos dois deputados estaduais que o senhor já nominou nas perguntas do eminente Deputado Nilton Sindpol, quais outros políticos o senhor chegou a receber no gabinete? O senhor sabe que tem um livro no gabinete que registra quem fala com o secretário? Então, quais os políticos, nesse período, que o senhor chegou a receber no gabinete?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – O Deputado Federal Nicoletti, que me fez uma visita de cortesia. O Deputado Jeferson Alves, Deputado Federal Hiran Gonçalves. Que eu recordo foram esses.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O Senhor é filiado a algum partido político?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Atualmente não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor foi filiado a qual partido?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – PSL.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor falou sobre os acordos que haviam sido firmados com o governador, durante a sua ida em Brasília, sendo que uma das coisas era montar sua equipe. E um dos pontos que o senhor aponta no seu relatório, o apoio político "para que não sofrêssemos ingerências", o senhor e a sua equipe. Quem é que faz esse papel de ingerência que supostamente o senhor coloca? E o senhor disse que quem iria receber as nomeações era a primeira-dama, as nomeações dos seus indicados, o senhor chegou a cobrar essas nomeações da primeira-dama?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu cheguei a entrar em contato com a Casa Civil para saber se a primeira-dama já havia repassado para que o governador assinasse aqui em Brasília.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E quem é que fazia esse papel de ingerência? O senhor citou várias vezes e eu quero saber.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Veja só, essa foi uma condição colocada aqui em Brasília para que a gente não sofresse ingerência de outras pastas, de parlamentares, enfim. E já citei aqui o secretário da Casa Civil.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Quais os pagamentos de urgência que existem na SESAU que o senhor observou que tinham mais urgência?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Todos são urgentes. Todos são importantes. A gente está lidando com vidas.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Vou citar alguns casos aqui, vou fazer uma pergunta objetiva. Para onde vai a maior parte dos recursos da saúde em Roraima?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Em que situação?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor tem um recurso para administrar, então, me diga para onde vai a maior parte dos recursos da saúde em Roraima?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Se gasta em políticas públicas, se gasta em assistência.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor falou no caso da buco-maxilo, e falou que eram realizados procedimentos cirúrgicos superfaturados em mais de 250 mil reais em clínicas particulares. Quais essas clínicas envolvidas?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu não sei.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor abriu um PAD para apurar essas denúncias dessas clínicas envolvidas?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Essa denúncia chegou na última semana. Na última semana o governador já estava viajando e eu precisava de uma pauta com ele para tratar desse assunto.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Não, mas PAD, não gostaria nem de fazer esse comentário, mas PAD é aberto pela gestão, não é pelo Poder Executivo em si, pelo governo. Então, o senhor não abriu um PAD?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não cheguei, eu ia apurar primeiro os PADs para depois tomar providências.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor falou que orientou o senhor Caland, Calmed a judicializar a cobrança. Gostaria de saber se o senhor chegou a solicitar os autos do processo da Calmed para fazer sua análise?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Foi solicitado e entregue aqui a documentação e os relatórios.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor solicitou, designou alguém para tratar dessa solicitação específica?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não, especificamente não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor falou no seu relatório sobre questões de ingerência, que o senhor e sua equipe não tiveram autonomia, que estavam sofrendo ingerência, que não tiveram liberdade para nomear a sua equipe e que faltou apoio político do governador. O que o senhor define como apoio político? O senhor se sentiu pressionado por alguém? O que é apoio político na sua visão?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – O apoio político é exatamente esse conjunto de situações que deixaram de acontecer.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor falou sobre a questão de auditar contratos, e esse foi o "boom" em Roraima porque o senhor iria falar sobre essa questão da auditoria e eu estou também aguardando para saber. Quem eram os servidores envolvidos em processos indenizatórios? O senhor detectou a existência de servidores envolvidos? Quais os indícios de corrupção que o senhor detectou em relação a esses contratos para o senhor querer fazer uma auditoria?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Deputada, existe um processo, um fluxo de trabalho moroso dentro da secretaria, existe um fluxo de processos onde o segmento de uma licitação, por exemplo, ou algumas vezes acontecia, por causa da morosidade ou porque se parava esse processo, então, eu não tenho elementos aqui para responder substancialmente a sua pergunta. Somente lhe informo que existe um fluxo de trabalho moroso.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu lhe pergunto, o senhor respondeu para o Deputado Nilton Sindpol sobre a questão das senhas. O senhor disse que não sabe se alguém usou sua senha, então, qual é a relevância do boletim de ocorrência que o senhor registrou? O senhor pode descrever quais seus pertences pessoais que estavam no gabinete que, por acaso, durante sua titularidade, lógico, que o senhor ficou tão amedrontado a ponto de registrar o boletim de ocorrência?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – A preocupação maior se deve ao fato de as senhas terem ficado lá.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E o senhor usa as senhas por escrito, não é memorizada?

O Senhor **Allan Garcês** – São muitas senhas.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Hoje aqui em determinado momento, vou repetir a pergunta do Deputado Soldado Sampaio, para ver se o senhor clareia mais. Hoje aqui, em seu depoimento, o senhor citou a possibilidade de seu depoimento ser motivo de afastamento do senhor governador. Onde é que o senhor vislumbrou crime de responsabilidade do governador?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu vislumbrei a partir do momento do que aconteceu na gestão do governador, inclusive, em 20...., o momento que aconteceu essa compra, da forma que ela se deu, eu vislumbrei que poderia ter a possibilidade de uma conexão.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Em qual contrato?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Nesse exatamente.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Alguma vez o governador, ele em pessoa, pediu para o senhor fazer algo errado ou algo que não condiz com o hábito de probidade administrativa?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não. Agora gostaria de ressaltar que a pessoa, o presidente dessa empresa Calmed, ela liga os fatos do não pagamento, da necessidade de se pagar através do governador. Aí também mais um motivo para os senhores apurarem através da documentação que a gente deu.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Nós estamos realizando estudos sobre achados em vários autos de processos da SESAU. Como são muitos, o nosso eminente Relator, Deputado Jorge Everton, requereu e nós dividimos, e eu e o eminente Deputado Nilton Sindpol estamos analisando alguns. E em um dos processos que nós temos é a questão da COOPEBRAS. O senhor teve algum relacionamento com a direção da COOPEBRAS.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – A COOPEBRAS é a cooperativa?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sim.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eles me procuraram também no gabinete.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Quem exatamente lhe procurou?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Se não me engano, o nome da pessoa era Edilson.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Na sua visão de gestor público, o senhor que já tem essa caminhada no Ministério da Saúde, se o senhor tivesse autonomia para gerir realmente a saúde de Roraima, o senhor recomendaria a continuidade de uma cooperativa em Roraima, ou teria outras formas, na sua visão.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – A senhora está perguntando se eu fosse, mas, na época, era o secretário de saúde, agora a gente estava ....

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor está dizendo o tempo todo que tinha ingerência, que o senhor não teve autonomia, é isso que está no seu relatório.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu estava fazendo sim um levantamento de modelos de administração da assistência médica no país. Eu não posso afirmar qual a conduta que eu iria tomar. Eu estava também apurando qual a forma que eles estavam trabalhando, como eles estavam fazendo a escala médica, como estava sendo os pagamentos, conhecendo também o fluxo do trabalho da cooperativa. Muito pouco tempo para a gente ter tomado uma decisão.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu lhe pergunto: entre os secretários anteriores a Vossa Excelência, pois, só no governo do Excelentíssimo Senhor Antônio Denarium tivemos o Dr. Aílton, Coronel Nelson, Dra. Cecília e Vossa Excelência, e antes outros secretários também. Nesse curto período, o senhor, avaliando os problemas que chegaram na sua gestão, quais dessas gestões o senhor achou que tinha mais problemas?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu não cheguei a me aprofundar nas gestões anteriores. Não fazia parte do nosso escopo de trabalho, fazia parte levantar as situações necessárias para caminhar na saúde.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Nesses quarenta e dois dias em que o senhor foi secretário de saúde, o que o senhor avalia que deixou de benefício da sua gestão para o estado de Roraima?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Em 25 dias eu pude implementar, por exemplo, o fundo de contingenciamento. A gente pôde também dar continuidade em planejamentos anteriores. A gente iria implementar o primeiro polo de laboratório do Instituto Evandro Chagas, entre outras ações administrativas. Vale ressaltar que foi muito pouco tempo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Obrigada pela sua presença. Sem mais perguntas, Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Questão de Ordem do Deputado Nilton Sindpol.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Dr. Allan, ontem, porventura, o senhor teve algum encontro com algum secretário de estado de Roraima, especificamente o secretário Aluísio?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não. Ele está aqui? Não tomei nem conhecimento se ele está aqui.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Eu que lhe fiz esta pergunta, se por acaso o senhor teve algum encontro com o secretário Aluísio?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não, não tive.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O Senhor tem certeza?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Absoluta.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Sem mais perguntas, Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Pergunto ao deputado relator se tem mais alguma pergunta ao depoente? Não. Então, só para tirar uma dúvida com relação à Calmed, pergunto se o governo tomou conhecimento que a empresa não tinha autorização da ANVISA para fornecer ou vender esses medicamentos? O senhor tem conhecimento disso? Porque me parece que foram mais de 3 milhões de produtos entregues e, segundo o relatório, foram pagos apenas 380 mil reais. Não seria essa a razão de ter sido interrompido o pagamento?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Olha, eu não tenho conhecimento de que o governo teria esse conhecimento prévio, acredito até que possa ter, porque é um processo que aconteceu em 2019, e para qualquer processo de licitação as empresas para participar têm que apresentar os registros da ANVISA.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ainda sobre a Calmed, esses medicamentos deram entrada efetivamente no Governo do Estado, na Secretaria de Saúde?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não tenho conhecimento, sei que chegou, deu entrada através da GOLLOG, onde servidores receberam, agora o destino não tenho conhecimento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Pergunto, porque causa estranheza a empresa solicitar da GOL um documento para comprovar que esses medicamentos chegaram em Roraima, quando, na verdade, isso tem que estar lá atestado na nota, recebido, adentrado pelo setor competente. E ela informa aqui o nome de pessoas, de servidores que foram receber. Todas essas pessoas o senhor checou se são mesmo servidores da SESAU?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – São servidores.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor tem conhecimento se alguma outra pessoa os acompanhou, que não sejam servidores, para receber esses medicamentos na GOLLOG.

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Eu não posso provar se houve alguma outra pessoa acompanhando.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor não pode provar, mas o senhor tem alguma outra informação sobre isso?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – O presidente da empresa disse que ele estaria acompanhado de uma outra pessoa, mas eu não sei.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Esses servidores, no caso?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Esses servidores estariam acompanhados de uma outra pessoa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E quem seria essa outra pessoa, está ligado a quem? A alguma empresa?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Não sei.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Sobre a questão do assédio sexual, embora isso não seja da competência e do objetivo desta CPI, mas o senhor trouxe essa informação e deveremos encaminhar para o setor

competente. Pergunto se teve como tomar alguma providência por parte do governo, porque isso foi encaminhado para o senhor e para o governador do estado. O senhor sabe se a Polícia Civil...?

O Senhor **Allan Quadros Garcês** – Isso foi encaminhado na sexta-feira. No domingo eu estive na casa do governador, não tocamos nesse assunto, foi naquele momento que entregamos nossa carta de exoneração. Na segunda, ele viajou para Brasília e, quando voltou, a gente não teve oportunidade de conversar, então não tenho como afirmar se o governador tomou alguma providência.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Bom, Dr. Alan, estamos chegando ao final do seu depoimento e pelo que pude acompanhar o senhor trouxe quatro informações, das quais três já estão sob análise dessa CPI, então, não houve nenhum fato novo, a não ser esse suposto assédio sexual que não é da competência desta CPI. Eu também, como os demais colegas, estou com um sentimento de frustração, pois criou-se uma grande expectativa em relação ao seu depoimento. É claro que o senhor pode estar pensando que são situações importantes, mas já estão sob a análise desta CPI. Infelizmente, seu depoimento não colaborou com efetivamente nenhuma informação de que a gente não já dispunha.

Então, não havendo mais nenhuma pergunta, damos por encerrado seu depoimento, lhe informando que, caso esta CPI, posteriormente, veja a necessidade de convocá-lo novamente, o senhor poderá novamente ser chamado para dar alguma outra informação que a CPI achar relevante. Antes de o senhor se retirar, peço à Secretaria da Comissão que lavre o termo de depoimento de Vossa Excelência para o senhor assinar e também o seu advogado, e logo em seguida estará liberado. (...)"

Por fim, necessário registrar que o relator Jorge Everton solicitou por meio de requerimento que a presidência da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) acionasse a equipe jurídica da Casa, no sentido de ingressar com ação regressiva para que o ex-titular da Sesau, Allan Garcês, fizesse o ressarcimento das despesas referentes à viagem da CPI para Brasília, alegando que este pouco contribuiu para as investigações que já estavam em andamento, uma vez os fatos apresentados já eram de conhecimento da Comissão.

13. OS IMPACTOS DA IMIGRAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Como é sabido, a Venezuela atravessa a maior crise de sua história, resultando em um êxodo em massa de venezuelanos fugindo dessa grave crise política e socioeconômica.

Muitos imigrantes não só buscam por trabalhos temporários, almejando também, com urgência, por cuidados médicos, já que o sistema de saúde venezuelano se encontra em falência.

Desse modo, a imigração venezuelana é a problemática da atualidade de Roraima, pois acarretou o aumento de demandas nos serviços públicos de saúde sem haver o incremento de quantitativo profissional e do aporte de insumos, planejamento prévio ou melhorias na infraestrutura para se adequar à nova realidade, restando evidente que o fenômeno da imigração tem representado um importante desafio na área da saúde pública.

Em outras palavras, para agravar o problema de saúde, o estado de Roraima tem o desafio de efetivar a universalização do acesso à saúde ao imigrante, devendo, apesar das fragilidades na infraestrutura e carência de profissionais, garantir eficácia, dignidade e humanidade ao crescente número de venezuelanos e guianenses, bem como aos brasileiros.

É fácil constatar que os serviços de saúde por toda capital estão superlotados e grande parte da clientela é de imigrantes venezuelanos, que necessitam desde a atenção primária até os serviços de maior complexidade. Um dos locais com maior aumento de demanda foi o Hospital Geral de Roraima (HGR), maior hospital do Estado, referência para todos os seus municípios e para os países fronteiriços.

Por outro lado, não houve investimentos e benfeitorias no HGR para suportar a demanda aumentada e melhorar assistência para todos os usuários.

Como mais um exemplo do caos, cabe citar a situação no Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth, única maternidade do estado que atende pacientes de Roraima, Venezuela, Guiana e parte do estado do Amazonas, onde maior dificuldade tem sido estrutural com o aumento da demanda. Vejamos algumas notícias sobre a

414

superlotação e a precariedade da estrutura física, cobrando posicionamento do Governo do Estado desde 2019:

- https://www.roraima1.com.br/2019/09/05/medicos-da-maternidade-trabalham-no-desespero-e-pedem-socorro/
- https://www.roraimaemtempo.com/ultimas-noticias/marido-de-paciente-denuncia-atendimento-e-precariedade-na-maternidade-de-roraima,383588.jhtml
- https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Maes-e-bebes-ficam-em-corredores-da-Maternidade/71328

A estrutura física não é suficiente, os laboratórios e o centro cirúrgico não suportam a demanda, a UTI neonatal está sempre encharcada, falta de materiais, além de ser frequente a acomodação de pacientes e acompanhantes nos corredores. Tal foto corredor da maternidade fala por si só:



O fato é que tal hospital não e nunca foi tratado como uma maternidade de referência como nos outros estados.

Não obstante, as imigrantes pacientes chegam desnutridas, com pré-natal incompleto, acabando por desenvolver patologias como eclampsia e pré-eclâmpsia. Assim, o hospital acaba sendo também alojamento para os acompanhantes que não tem para onde ir.

415

A bem da verdade, a infraestrutura da maternidade já era pouca, necessitando o estado há bastante tempo de uma nova maternidade, uma nova UTI materna e infantil ou, no mínimo, reforma e ampliação da existente. Com a imigração em massa, a situação tornou-se ainda mais desastrosa.

Isto é, a imigração acentuou problemas já crônicos, evidenciados no referido hospital. Há alguns anos já eram evidentes a superlotação, infraestrutura ruim, falta de profissionais e leitos de UTI que também não foram ampliados de modo adequado na proporção do crescimento populacional em Roraima, mesmo desconsiderando a onda migratória recente.

A situação é semelhante no Hospital Geral de Roraima (HGR), principal instituição de saúde do estado, que concentra os atendimentos de urgência, emergência e internação, mas também não tem estrutura para atender à grande demanda que recebe. Assim como na maternidade, é comum haver pessoas internadas e colocadas em maca no corredor ou até mesmo em cadeiras, com colchões deteriorados, banheiros sujos e lixo exposto (https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/12/18/pacientes-sao-internados-em-corredores-e-em-meio-a-sujeira-no-maior-hospital-publico-de-roraima.ghtml).

As deficiências encontradas passam também por falta de medicamentos, equipamentos e outros recursos necessários para atendimento às necessidades dos pacientes. Os prédios possuem falhas estruturais, espaços físicos mal dimensionados e problemas elétricos e hidráulicos. Para provar tal assertiva, basta citar os constantes alagamentos dos corredores do hospital ocasionados pelas chuvas:

- https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/07/11/chuva-invade-corredor-que-da-acesso-a-farmacia-do-hospital-geral-de-roraima.ghtml
- https://www.roraima1.com.br/2020/07/18/chuva-volta-a-alagar-o-hgr-pela-segunda-vez-em-uma-semana/

416



417

14. ASPECTOS JURÍDICOS

Conforme já explicado, esta Comissão Parlamentar de inquérito foi criada para investigar denúncias de irregularidades na gestão da Secretaria Estadual de Saúde (Sesau), entre outras questões referentes à assistência à população.

A partir daí, torna-se necessário esclarecer quais condutas e omissões poderão se enquadrar em tipos penais e/ou atos de improbidade administrativa, tendo em vista que envolve a análise de processos licitatórios e compras emergenciais durante o combate ao Covid, havendo contratos com valores altíssimos que geraram prejuízo na casa de milhões aos cobres públicos.

Antes de adentrar nos indiciamentos, vejamos os tipos penais pertinentes aos casos citados neste relatório:

14.1 Das condutas comissivas e omissivas

As condutas tipificadas como crime em nossa legislação penal preveem "ações" (condutas comissivas) e "omissões" (condutas omissivas), sendo que neste último caso há o que se denomina de dever genérico de proteção.

Como o próprio nome sugere, os crimes comissivos, ou de ação, são os crimes em que o agente ou o sujeito ativo, aquele que pratica o crime, age de forma positiva (por meio de uma ação); já os crimes omissivos, ou de omissão, como do próprio nome avisa, são aqueles em que o sujeito ativo deixa de fazer alguma coisa que deveria fazer.

Além desses dois tipos de conduta, há a "omissão penalmente relevante", prevista no artigo 13, § 2º, do CP:

> Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
>
> Relevância da omissão
> § 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:
>
> a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;
> b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;
> c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Nesses casos, o tipo penal especifica uma ação, mas o indivíduo, mesmo podendo e devendo agir para evitar o resultado, permanece inerte. Desse modo, para os fins deste Relatório, chama atenção as condutas realizadas e aquelas que deixaram de ser realizadas pelos servidores públicos da Sesau, incluindo os Secretários de Saúde da pasta, que prejudicaram o andamento regular de processo licitatório, bem como tiveram participação em compras emergenciais de produtos e medicamentos superfaturados, sem esquecer de mencionar a existência de um esquema criminoso entre os bucosmaxilos para realização de cirurgias.

14.2 Do dolo e da culpa

Como as condutas praticadas pelos investigados podem se amoldar a tipos penais dolosos ou culposos, necessário esclarecer também tal ponto.

A definição de crime doloso está prevista no artigo 18, inciso I do Código Penal, que considera como dolosa a conduta criminosa na qual o agente quis ou assumiu o resultado. Já a definição de crime culposo está prevista no artigo 18, inciso II do Código Penal, que considera a conduta como culposa quando o agente deu causa ao resultado por imprudência (agiu de forma precipitada, sem cuidado ou cautela), negligência (descuido ou desatenção, deixando de observar precaução normalmente adotada na situação) ou imperícia (agiu sem habilidade ou qualificação técnica). Vejamos:

> Art. 18 - Diz-se o crime:
> Crime doloso
> I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;
> Crime culposo
> II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

O dolo, portanto, reúne os elementos vontade e consciência quando da prática do crime. São três as teorias do dolo:

- teoria da vontade;
- teoria da representação;
- teoria do consentimento ou assentimento;

Pela teoria da vontade, há dolo direto quando há vontade consciente de querer praticar a infração penal; pela teoria da representação, o agente prevê o resultado

como possível e ainda assim opta por continuar a conduta (esta teoria abrange tanto o dolo eventual quanto a culpa consciente); por fim, a terceira teoria, por sua vez, prega que há dolo (eventual) quando o agente prevê o resultado como possível e ainda assim continua na prática assumindo o risco de produzi-lo.

14.3 Improbidade Administrativa

Improbidade administrativa é o ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da Administração Pública no Brasil, cometido por agente público, durante o exercício de função pública ou decorrente desta. Está prevista no artigo 37 da CF/88 (Constituição Federal de 1988), o qual a sujeita à suspensão e perda de cargo público, além dos direitos políticos e acarreta no ressarcimento aos danos causados.

Dentro desse contexto, a Lei nº 8.429 de 1992, Lei de Improbidade Administrativa, que regula a matéria, pune os atos de improbidade praticados por qualquer agente público ou por quem, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato, inclusive pessoa jurídica, conforme entendimento já consolidado do Superior Tribunal de Justiça.

Na forma dos artigos 9º a 11 da referida lei, constituem atos de improbidade administrativa aqueles que:

- importem em enriquecimento ilícito em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades;

- ensejem perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades públicas ou daquelas que, na forma da lei, tenha recebido subvenção do erário;

- concedam, apliquem ou mantenham benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o *caput* e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003;

- atentem contra os princípios da administração pública, qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

Assim, em vista do que interessa à CPI, os causadores de atos que importaram em enriquecimento ilícito, dano patrimonial ou violação de princípios da administração pública, dentro da Sesau, terão a sua responsabilidade apontada.

14.4 Organização Criminosa (Lei 12.850/2013);

A Lei nº 12.850 de 2013, Lei das Organizações Criminosas, traz a seguinte definição de organização criminosa, conforme artigo 1º, §1º:

> Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.
>
> § 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

O tipo penal básico que trata das condutas relacionadas à organização criminosa e que interessa às condutas investigadas por esta Comissão está previsto no artigo 2º, *caput*, da Lei das Organizações Criminosas:

> Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:
>
> Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

14.5 Dos crimes previstos no Código Penal

Foi possível identificar, encerrada a fase instrutória realizada pela CPI, a ocorrência dos seguintes crimes previstos no Código Penal:

● Emprego irregular de verbas ou rendas públicas (art. 315);

O crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas está previsto no artigo. 315 do CP, nos seguintes termos:

> Art. 315. Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:
> Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Tal crime só pode ser praticado por funcionário público que tenha poder de administração. Cometem, pois, o delito, o Presidente da República e seus ministros, os

governadores e seus secretários, os prefeitos, os presidentes ou diretores de entidades parestatais e, em geral, os administradores públicos.

● Corrupção passiva (art. 317) e corrupção ativa (art. 333);

Ainda que se trate de condutas criminosas independentes, esses dois crimes geralmente caminham juntos. É comum que, em situações de corrupção, de um lado, haja solicitação de vantagem indevida pelo funcionário público e, de outro, oferta ou promessa de oferta pelo corruptor. Ambas as condutas são tipificadas como crime, na forma dos artigos 317 (corrupção passiva) e 333 (corrupção ativa) do CP.

Necessário esclarecer que, no caso da corrupção passiva, basta a solicitação da vantagem indevida, independente se ocorrer efetivo recebimento da vantagem ou não. Já em relação à corrupção ativa, o delito se consuma com o oferecimento ou a promessa de vantagem indevida ao funcionário

● Prevaricação (art. 319);

A prevaricação é crime cometido contra a administração pública que está previsto no art. 319 do CP:

> Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:
> Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Classificado como crime essencialmente doloso, que pode ser praticado mediante omissão ou mediante ação (conduta comissiva), esse delito tem como sujeito ativo o funcionário público e como sujeito passivo o Estado.

● Advocacia administrativa (art. 321);

Previsto no artigo 321 do CP, o patrocínio de interesse particular junto aos órgãos da Administração Pública configura o delito de advocacia administrativa:

> Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:
> Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.
>
> Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:
> Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

422

Com o objetivo de tutelar o correto e normal funcionamento da atividade pública. esse crime está voltado à preservação da imparcialidade da atuação funcional dos agentes públicos. Ou seja, é crime próprio, pois só pode cometido por funcionário público (conceito dentro do qual se inclui o agente político).

●Perigo para a vida ou saúde de outrem (art. 132);

O tipo objetivo é a exposição de outrem a situação que coloque em xeque sua vida ou sua saúde, que pode ser acarretado no ramo subjetivo por dolo direto ou dolo eventual. A consumação se dará mediante a exposição da pessoa ao perigo direto iminente a vida ou saúde da própria.

Trata-se de delito previsto no art. 132 do CP:

> Art. 132 - Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente:
>
> Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.
>
> Parágrafo único. A pena é aumentada de um sexto a um terço se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo decorre do transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais.

Em outras palavras, esse tipo penal envolve a conduta de colocar a vida ou a saúde de alguém em risco direto e iminente, ou seja, deve haver um risco real.

Ademais, a consumação do crime ocorre independentemente da concretização do risco criado, bastando a prática do ato de exposição. Um último requisito para que se possa falar nessa infração penal é que a vítima nesses casos deve ser pessoa certa e determinada.

● Peculato (art. 312);

É um crime praticado por funcionário público contra a administração pública consistente em apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel público, ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

Vejamos o artigo 312 do Código Penal:

> Art. 312 – Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de quem tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

423

> Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

● Tráfico de Influência (art. 332);

No crime de tráfico de influência, o agente privado não precisa nem de fato ter conseguido alguma vantagem concreta para sua empresa, sendo suficiente que ele insinue a intenção de obtê-lo por meio de influência frente a um agente público. Está previsto no artigo 332, do Código Penal:

> Art. 332. Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função:
> Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
>
> Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário.

● Associação Criminosa (art. 288);

O crime de associação criminosa consiste no fato de "*associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes*" (CP, art. 288, caput). Portanto, são dois os elementos que integram o delito: 1. a conduta de associarem três ou mais pessoas; 2. para o fim específico de cometer crimes. Vejamos:

> Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes
> Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.
> Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.

● Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência (art. 335);

Está previsto no artigo 335, a saber:

> Art. 335 - Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:
>
> Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.
>
> Parágrafo único - Incorre na mesma pena quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida.

14.6 Especialmente sobre os Crimes de Licitação

424

Como sabido, em perfeita sintonia com os princípios da Moralidade e da Impessoalidade, o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, impõe ao administrador que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública. Vejamos:

> Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:
> (...)
> XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Não obstante, seguindo a norma constitucional, o caput do artigo 2º, da Lei 8.666, de 21 de julho de 1993 - Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública, determina:

> Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta lei.

Isto significa dizer que, conforme mandamentos constitucional e infraconstitucional, a licitação é a regra e não a exceção. Ou seja, sendo a licitação o procedimento administrativo destinado a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública, torna-se obrigatória para as contratações em geral, que tenham por objeto obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações.

Nesse sentido, a norma do artigo 3º da Lei de Licitações é enfática:

> Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Como é possível observar, o referido artigo destaca os princípios mais específicos da licitação, reforçando a preocupação específica quanto à regularidade dos

425

procedimentos de contratação pública no país. De forma resumida, esses princípios podem ser resumidos pelos seguintes preceitos:

> a) procedimento quanto à forma: é a vinculação da licitação às prescrições legais que regem todos os seus atos ou fases, não decorrendo só da lei, mas do próprio regulamento, do caderno de obrigações, do edital ou convite;
> b) publicidade de seus atos: abrangendo todos os atos do processo licitatório, é imposta a abertura dos envelopes da documentação e propostas em público;
> c) igualdade entre os licitantes: não pode haver discriminação entre os participantes, seja através de cláusulas que favoreçam uns em detrimento de outros ou mediante julgamento parcial, ressalvado que estabelecer requisitos mínimos de participação não atenta contra este princípio;
> d) sigilo na apresentação das propostas: tal princípio é consequência do princípio da igualdade, pois estaria em vantagem o licitante que tem o conhecimento da proposta do concorrente antes da apresentação da sua;
> e) vinculação ao edital: é princípio básico de toda a licitação, sendo o edital a lei interna da licitação, vinculando tanto a administração como os licitantes;
> f) julgamento objetivo: obriga os julgadores aterem-se em critérios prefixados pela administração, reduzindo e delimitando a margem de valoração subjetiva;
> g) probidade administrativa: é dever de todo administrador público, possuindo previsão constitucional no artigo 37, § 4º;
> h) adjudicação compulsória ao vencedor: não pode a Administração, depois de concluído o processo licitatório, atribuir seu objeto a outrem que não seja o legítimo vitorioso do certame.

De outra sorte, caso não haja a observância aos ditames desses preceitos relevantes, a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-o vulnerável à sua desconstituição por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente.

E mais, constatado um vício ou fraude em qualquer licitação, a administração pública, com base no poder da autotutela, deverá proceder à anulação do contrato e indenizar (não remunerar) o particular, com fulcro no princípio constitucional que veda o enriquecimento sem causa.

14.6.1 O Poder-Dever da Administração de anular as Licitações Fraudulentas

O Supremo Tribunal Federal já assentou que, diante de indícios de ilegalidade, a administração deve exercer seu poder-dever de anular seus próprios atos, sem que isso importe em contrariedade ao princípio da segurança jurídica. Nesse sentido, as súmulas 346 e 473 deste Supremo Tribunal: "A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos" (Súmula 346) e "A administração pode anular seus próprios atos,

quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial" (Súmula 473).

Na Lei 8666/93, igualmente há disposição expressa acerca do dever da administração de corrigir vícios de legalidade de seus próprios atos pela via da anulação. É o que dispõe o seu artigo 49, *caput*:

> Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

A questão não apresenta qualquer dissonância também na doutrina quanto ao poder-dever de anulação ou invalidação de atos quando se revelarem ilegais ou contrários à ordem jurídica.

Desse modo, em razão de disposição expressa na lei, bem como por ser matéria sumulada pelo Supremo Tribunal Federal e, ainda, em virtude do entendimento unânime da doutrina, a administração pública não apenas pode, como DEVE, anular atos seus que tenham sido praticados eivados de ilegalidade.

Contudo, em que pese o poder da administração de anular os contratos cujas licitações foram fraudulentas, a norma do artigo 59 da Lei 8666/93 não exonera a administração do dever de indenizar o contratado, a saber:

> Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
>
> Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Apenas para deixar claro, o fundamento do dever de indenizar o contratado reside, por óbvio, na impossibilidade de o estado enriquecer, sem justa causa, à custa do empobrecimento de outrem. Ora, o dispositivo acima transcrito tem o propósito claro de

resguardar a boa-fé do contratado, bem como evitar que a administração pública venha a locupletar-se indevidamente com a prestação de serviços de terceiros.

No entanto, para que isso ocorra, é preciso que estejam presentes elementos mínimos que levem o particular, de boa-fé, a achar que está celebrando um contrato válido com a administração, observado que a própria literalidade da lei leva à essa conclusão ao afirmar que o dano deve ser ressarcido ao particular contanto que a ilegalidade não lhe seja imputável.

Em outras palavras, criou-se o seguinte cenário: caso a ilegalidade seja imputável ao particular, a indenização se limitará ao que efetivamente foi acrescentado ao patrimônio público e não do valor total do contrato, posto que o dever de indenizar a que se refere o parágrafo único do artigo 59 da lei 8.666/93 decorre da vedação ao enriquecimento sem causa. Assim, a administração só deverá pagar pelo valor que foi acrescentado ao patrimônio público pelo serviço prestado e/ou obra realizada, pois não se afigura razoável que só a administração arque com as consequências de uma fraude ao dever de licitar em que o particular também tenha concorrido para tal ilegalidade.

E não poderia ser diferente! Sendo beneficiado o contratado pela própria torpeza, o qual contribuiu para a fraude, não é razoável que este venha a receber o valor do contrato em sua integralidade às custas do erário público.

É verdade que não é necessário muito esforço teórico para demonstrar a realidade da má gestão pública no Brasil, de modo que, sendo certo que os processos licitatórios têm se prestado ao perverso papel de veículos de corrupção e de fraudes no setor público, o combate à corrupção não há de ser fruto de mera produção normativa, mas sim de um resultado da aquisição da consciência democrática, como também de uma lenta participação popular. Só assim será possível fiscalizar as instituições públicas, reduzir a conivência e, pouco a pouco, depurar as ideias daqueles que pretendem ascender ao poder.

Dentro desse contexto, aparece a necessidade de demonstrar quais são os principais crimes cometidos dentre os previstos na Lei de Licitações, trazendo cada descrição geral, uma vez que o uso desviante e fraudulento nos procedimentos de licitações cria a possibilidade de inúmeros comportamentos corruptivos.

Indispensável esclarecer que, antes da edição da Lei 8.666/93, qualquer conduta que fosse praticada em detrimento do erário público e da moralidade administrativa com relação à contratação da administração pública, deveria encontrar tipicidade no Código Penal, onde, na maioria das vezes, as disposições eram esparsas, resumidas basicamente em três tipos penais e não davam uma resposta penal mais severa, adequada à conduta daqueles que praticaram a ação criminosa.

Sendo assim, a Lei de Licitações surgiu no nosso ordenamento jurídico frente à necessidade de tratamento específico das licitações e contratos pactuados pelo poder público, trazendo, inclusive, a tutela penal e condutas típicas específicas para aqueles que ofenderem a moralidade administrativa e outros bens jurídicos ligados diretamente com a matéria licitatória.

14.6.2 Da Aplicação da Lei 8.666 aos investigados pela CPI

Até abril de 2021, a licitação era regida pela Lei 8.666/1993, que apresentava os princípios desse processo, as modalidades existentes e suas fases e tinha complementos com a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/02) e a Lei do Regime Diferenciado de Contratações (Lei 12.462/11), que serão substituídas total e parcialmente.

Acontece que, advinda do PL 4253/20 e com o objetivo de conceder mais agilidade eficiência na execução dos contratos e maior transparência às licitações, a Lei nº 14.133/21 propõe um novo marco para licitações e contratações públicas. A nova lei também conceitua e esclarece inúmeros pontos que já eram aplicados nos processos por meio de normas paralelas ou entendimentos jurisprudenciais.

Vejamos então os seus artigos 193 e 194:

> Art. 193. Revogam-se:
>
> I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;
> II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.

Pois bem, apesar de entrar em vigor na data de publicação, qual seja, 1º de abril de 2021, a nova lei revoga a antiga lei de licitações somente após 2 (dois) anos. No entanto, os artigos 89 a 108 da Lei nº 8.666/93, que se referem aos crimes

licitatórios, foram sumariamente revogados, incorporando tais crimes ao Código Penal com a nova redação, a saber:

> **Contratação direta ilegal**
> Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei:
> Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.
>
> **Frustração do caráter competitivo de licitação**
> Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:
> Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.
>
> **Patrocínio de contratação indevida**
> Art. 337-G. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:
> Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.
>
> **Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo**
> Art. 337-H. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade:
> Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.
>
> **Perturbação de processo licitatório**
> Art. 337-I. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório:
> Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.
>
> **Violação de sigilo em licitação**
> Art. 337-J. Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:
> Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.
>
> **Afastamento de licitante**
> Art. 337-K. Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:
> Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.
>
> Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida.
>
> **Fraude em licitação ou contrato**
> Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:
> I - entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;
> II - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;
> III - entrega de uma mercadoria por outra;

> IV - alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;
> V - qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:
> Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.
>
> **Contratação inidônea**
> Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:
> Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.
>
> § 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:
> Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.
>
> § 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.
>
> **Impedimento indevido**
> Art. 337-N. Obstar, impedir ou dificultar injustamente a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito:
> Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
>
> **Omissão grave de dado ou de informação por projetista**
> Art. 337-O. Omitir, modificar ou entregar à Administração Pública levantamento cadastral ou condição de contorno em relevante dissonância com a realidade, em frustração ao caráter competitivo da licitação ou em detrimento da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em contratação para a elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse:
> Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.
>
> § 1º Consideram-se condição de contorno as informações e os levantamentos suficientes e necessários para a definição da solução de projeto e dos respectivos preços pelo licitante, incluídos sondagens, topografia, estudos de demanda, condições ambientais e demais elementos ambientais impactantes, considerados requisitos mínimos ou obrigatórios em normas técnicas que orientam a elaboração de projetos.
> § 2º Se o crime é praticado com o fim de obter benefício, direto ou indireto, próprio ou de outrem, aplica-se em dobro a pena prevista no caput deste artigo.
>
> Art. 337-P. A pena de multa cominada aos crimes previstos neste Capítulo seguirá a metodologia de cálculo prevista neste Código e não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Com isso, é imprescindível esclarecer a seguinte questão: como fundamentar os atos cometidos pelos investigados desta CPI? Seria com base na Lei nº 8.866 ou, com o advento da Lei nº 14.133/21, os artigos 337-E a 337-P do Código Penal?

Ora, para a conclusão deste relatório temos que continuar a análise conforme o preceito antigo.

Isto porque, em Direito, especialmente em Direito Penal Processual Penal, vige o princípio *tempus regit actum.* Esse brocardo latino significa para nosso ordenamento jurídico que, em geral, a lei rege os fatos praticados durante sua vigência. Não pode então alcançar fatos ocorridos anteriormente ao início de sua validade, tampouco ser aplicada àqueles ocorridos após sua revogação.

E mais. Citamos também o conceito de Anterioridade Penal, previsto tanto na legislação constitucional, quanto na legislação infraconstitucional.

Dispõe o artigo 1º do Código Penal:

> Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

Em idêntico sentido, a Constituição Federal prevê em seu artigo 5º, inciso XXXIX:

> Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> [...]
>
> XXXIX – não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

De maneira bem simples, temos que uma pessoa só pode ser punida se, à época do fato por ela praticado, já estava em vigor a lei que descrevia o delito. Assim, consagra-se a irretroatividade da norma penal (salvo a exceção do artigo 22 do CP).

Portanto, se na hipótese desse relatório os fatos aconteceram na vigência da lei 8.666 e, posteriormente, surgiu a lei nova (14.133/21) que aumentou a pena e previu regime inicial mais rigoroso para várias condutas previstas como crimes em licitações e contratos administrativos, os investigados responderão de acordo com as regras previstas na legislação revogada.

Ademais, o artigo 190 da nova Lei dispõe que "*o contrato cujo instrumento tenha sido assinado antes da entrada em vigor desta Lei continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada*", esclarecendo por fim qual a legislação a ser aplicada.

14.6.3 Dos crimes e das penas previstos na Lei 8.666

Conforme esclarecido, continuaremos a análise de acordo com a **Lei 8.666**, por ser esta a aplicável na época dos fatos:

Os artigos 89 a 99 da Lei de Licitação tipificam as condutas passiveis de sanções no procedimento licitatório por parte dos administradores públicos e daqueles que concorram para se beneficiar da ilicitude, cabendo destacar que não há que se falar nesses crimes de forma culposa. Isto é, não há a possibilidade de ser consumado um crime nessa esfera por negligência, imprudência ou imperícia, bem como por inobservância das regras legais sem intenção de fazê-la.

Por esta razão, podemos dizer que os crimes previstos na Lei de Licitação só abordam as espécies de crimes dolosos, onde a prática do crime culposo não acarreta a responsabilização do agente público.

Ainda, destaca-se que o legislador, ao tipificar as condutas, buscou o resguardo do patrimônio público e a moralidade dos agentes no exercício de função perante a administração. Vejamos então as espécies de crimes e suas penas:

a) Dispensar ou inexigir licitação sem fundamentação;

Como é de notório conhecimento, a licitação é um procedimento administrativo prévio, obrigatório, realizado toda vez que a Administração Pública deseja contratar obras, serviços, compras, alienações e locações com terceiros. Apenas em dois casos a licitação não é realizada: na hipótese de ser dispensada e na hipótese de ser inexigível.

A licitação dispensada ocorre nos casos em que não é realizada a licitação por razões de interesse público devidamente justificado, mesmo que haja possibilidade de competição entre os fornecedores. As suas hipóteses estão taxativamente dispostas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em seu artigo 24.

Já a licitação inexigível ocorre nos casos em que não existe possibilidade de competição entre os fornecedores, vez que existe apenas um objeto ou uma pessoa que o forneça. A Lei 8666/93 apenas enumera os casos mais comuns, mas não os taxa como faz nos casos de licitação dispensável. Bem, o dispositivo descreve que aquele dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as

formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade, incorre em crime. Este é o mais comum dos crimes de licitação.

A partir daí, o crime em tela diz que o servidor público ou aquele que incorrer para a consumação da ilegalidade a fim de beneficiar-se da conduta de dispensar ou inexigir a licitação, sem que haja fundamentação expressa para tanto, deverá responder na esfera criminal com sanção de três a cinco anos de detenção, mais multa, conforme o artigo 89 da Lei de Licitação nº 8.666/93. Vejamos:

> Art. 89. Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade:
> Pena - detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.
> Parágrafo único. Na mesma pena incorre aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público.

Assim, esta conduta corresponde a uma infração grave, tratando-se de crime formal, quando a consumação se dá pela mera dispensa ou inexigibilidade da licitação sem previsão legal que a faça.

Contudo, há controvérsias nas decisões prolatadas pelo STJ no que se refere a sua consumação, pois em alguns momentos entendeu-se ser crime de mera conduta. A exemplo:

> [...] não se exige dolo específico de fraudar o erário ou causar efetivo prejuízo à Administração Pública, bastando, para sua configuração, que o agente dispense licitação fora das hipóteses previstas em lei ou deixe de observar as formalidades pertinentes à dispensa (AgRg no Ag 1367169/PR, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 27/03/2012, DJe 03/04/2012).

O fundamento para tanto reside na ideia de que o servidor público, ao dispensar ou inexigir a licitação sem fundamentação, tem consciência de que o está fazendo fora dos requisitos previstos em lei, independentemente de causar ou não lesão ao erário, motivo pelo qual a sua consumação se dá no momento da dispensa ou inexigência, independentemente do resultado e prejuízo.

Já em outros momentos, essa mesma conduta foi tratada como crime de resultado, ou seja, foi necessária a comprovação do dolo específico, com a devida confirmação de prejuízo ao erário.

b) Frustração ou Fraude;

Com base no artigo 90 da Lei de Licitação, verifica-se que o agente tem a vontade e a consciência da prática do crime a fim de obter para si ou para outrem vantagens sobre a adjudicação do objeto licitatório, a seguir:

> Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:
> Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Trata-se da conduta do servidor público que se vale de seu cargo para corromper a competitividade presente na licitação, com a finalidade de beneficiar a si mesmo ou outrem. Tal caso ocorre principalmente em situações em que agentes públicos facilitam o processo licitatório em favor de algum licitante.

Logo, não só o servidor público, mas também aquele que se beneficia da conduta infratora respondem pelo disposto no presente artigo ao verificar o dolo genérico, ou seja, a intenção consciente de fraudar ou frustrar o procedimento licitatório.

No que tange a consumação, trata-se de crime formal, haja vista que a intenção de fraudar o procedimento licitatório a fim de obter vantagem indevida já o faz no momento de sua consumação, conforme demonstra Vicente Greco Filho (GRECO FILHO, Vicente. Dos Crimes da Lei de Licitações. São Paulo: SARAIVA,1994, p. 17): "Consuma-se a infração com a realização do procedimento licitatório frustrado ou fraudado em seu caráter competitivo".

A respeito do tema, vejamos alguns julgados:

> APELAÇÃO-CRIME. FRAUDE À LICITAÇÃO. ART. 90 DA LEI Nº 8.666/93. SUPERFATURAMENTO. Agentes que, em conjugação de esforços e comunhão de vontades, fraudaram, mediante prévio ajuste e combinação, o caráter competitivo de procedimento licitatório oferecendo propostas com valores acima do mercado, induzindo a vitória de determinada empresa. Apelo de um dos réus provido. Unânime. (Apelação Crime Nº 70042771618, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Aristides Pedroso de Albuquerque Neto, Julgado em 11/08/2011) (TJ-RS - ACR: 70042771618 RS, Relator: Aristides Pedroso de Albuquerque Neto, Data de Julgamento: 11/08/2011, Quarta Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/08/2011)

> APELAÇÃO-CRIME. FRAUDE À LICITAÇÃO. ART. 90 DA LEI Nº 8.666/93. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. AUSÊNCIA DE COMPETITIVIDADE. Prévio ajuste e simulação entre Prefeito, vice-Prefeito,

> Secretário Municipal da Administração e empresário para fraudar o caráter do procedimento licitatório com intuito de obter para a empresa Pinhal, Comércio e Construções Ltda, vantagem decorrente da adjudicação do objeto. Condenações mantidas. Prestações pecuniárias alteradas. Apelos das defesas parcialmente providos e apelo ministerial improvido. Unânime. (Apelação Crime Nº 70077695120, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Aristides Pedroso de Albuquerque Neto, Julgado em 13/09/2018)(TJ-RS - ACR: 70077695120 RS, Relator: Aristides Pedroso de Albuquerque Neto, Data de Julgamento: 13/09/2018, Quarta Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/10/2018)

> APELAÇÃO-CRIME. FRAUDE À LICITAÇÃO. ART. 90 DA LEI N° 8.666/93. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. AUSÊNCIA DE COMPETITIVIDADE. Prévio ajuste e simulação entre Prefeito, funcionária responsável pela comissão de licitação e concorrentes para fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório com intuito de obter para empresa específica vantagem decorrente da adjudicação dos produtos licitados. Condenações mantidas. Penas alteradas.ART. 1°, INCISO I, DO DECRETO-LEI N° 201/67 E ART. 90 DA LEI N° 8.666/93. Desvio de renda pública. Prefeito municipal que emite ordem de pagamento para produto diverso do licitado. Concorrência do particular que, após vencer procedimento licitatório maculado, entrega produto de menor valor e qualidade inferior. Condenações mantidas. Penas alteradas. Apelos defensivos parcialmente providos. Reconstituição probatória insuficiente para juízo de condenação quanto ao acusado A .S. Elementos de prova demonstram que não concorreu para a fraude a licitação e para o desvio das rendas públicas. Agente responsável somente pelo recebimento dos materiais, conforme determinação de seus superiores. Apelo ministerial improvido. Unânime. (TJ-RS - APR: 70079991337 RS, Relator: Aristides Pedroso de Albuquerque Neto, Data de Julgamento: 12/12/2019, Quarta Câmara Criminal, Data de Publicação: 17/01/2020)

Diante da jurisprudência, tem-se que crime do artigo 90 da Lei nº 8.666/93 se consuma com a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, não se exigindo ocorrência de prejuízo econômico para consumação do delito.

c) Patrocínio;

Descrito no artigo 91, é o crime de menor potencial, haja vista tratar-se de advocacia administrativa em relação aos procedimentos da licitação pública:

> Art. 91. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:
> Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Nos ensinamentos de Toshio Mukai (MUKAI, Toshio. Licitações e Contratos Públicos, comentários a Lei nº 8.666/93, com as alterações da Lei 9.648/98 e análise das licitações e contratos na E.C. nº 19/98 (reforma administrativa). 5 ed., São Paulo:

SARAIVA, 1999, p. 137), o crime em tela necessita de três condições para sua configuração:

> "[...] que fique comprovado que alguém patrocinou direta ou indiretamente interesses privados perante a Administração; que dessa ação tenha resultado a abertura de uma licitação ou assinatura de um contrato; que a parte legitima tenha ingressado com a ação para invalidar o ato ou contrato e que tal seja julgada procedente."

No caso, o objeto assegurado pelo legislador é o bom funcionamento da administração pública, onde o administrador deverá ser parcial, desde que em favor do interesse público, nunca do interesse privado.

Nota-se, ainda, que o crime ora descrito consuma-se a partir do resultado em que se instaura a licitação ou se celebra o contrato, por tratar-se de crime material. Ou seja, necessário se faz a invalidação da licitação ou do contrato através do patrocínio, conforme entende Vicente Greco Filho (GRECO FILHO, Vicente,. Dos Crimes da Lei de Licitações. São Paulo: SARAIVA,1994, p. 23 e 24):

> "[...] a conduta do agente consiste em patrocinar e o resultado é a instauração da licitação ou a celebração do contrato. Aqui estaria consumada a infração, mas depende a existência do crime de vir a licitação ou contrato a serem invalidados pelo Poder Judiciário, evento futuro e incerto. [...] Se esse fato é elemento do tipo, estará consumada a infração somente quando ele ocorrer, com sentença transitada em julgado [...]"

d) Vantagem Indevida;

Como se sabe, após a adjudicação (ato de atribuição ao vencedor do objeto da licitação) e durante a execução dos contratos, não pode haver qualquer modificação, a não ser nas hipóteses previstas em lei, edital ou em prévias cláusulas contratuais. Por isso, qualquer ofensa a esta determinação é crime.

O descumprimento desta norma tem como intuito acarretar vantagem indevida em benefício do servidor público, sendo então necessário comprovar o dolo. Vejamos:

> Art. 92. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, observado o disposto no art. 121 desta Lei:
> Pena - detenção, de dois a quatro anos, e multa.
> Parágrafo único. Incide na mesma pena o contratado que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, obtém

> vantagem indevida ou se beneficia, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais.

Sendo assim, o dispositivo pode ser dividido em dois tipos de conduta. A primeira modalidade é identificada pelas condutas "admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem" e a segunda pela conduta de "pagar fatura com preterição da ordem cronológica de apresentação."

Analisando a consumação, este dispositivo aceita tentativa nas duas modalidade de conduta: na primeira, por tratar-se de crime formal, não necessita do resultado final (obtenção de vantagem indevida), o crime é consumado pelo simples fato de "admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem"; enquanto na segunda, a consumação se dá com o efetivo pagamento da fatura.

e) Impedimento, perturbação ou fraude do procedimento licitatório;

O artigo 93 traz um tipo penal mais abrangente ao demonstrar a conduta em que o servidor público dificulta os atos licitatórios ao longo de todo o procedimento, não importando o resultado final, mas tão somente a desenvoltura para que o impeça, perturbe ou fraude a realização de qualquer tipo de ato procedimental, conforme se vê:

> Art. 93. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório:
> Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Desta leitura, verifica-se que a intenção do servidor em usar de certos artifícios deve ser exclusivamente para se evitar o cumprimento dos requisitos legais presentes na licitação, bem como a intenção de ocultar o descumprimento das exigências relacionadas a um ato determinado.

No que tange à consumação, dar-se-á pelo resultado da não realização de um ato referente ao procedimento licitatório. Isto é, as condutas previstas neste tipo penal estão ligadas diretamente a um resultado naturalístico que é a não realização de qualquer ato de procedimento licitatório.

Admite-se a tentativa no presente crime, uma vez que o agente pode ter a intenção de agir para finalidade, sendo que, em circunstâncias alheias a sua vontade, não atinge o fim.

f) Indagação do sigilo;

O sigilo das propostas apresentadas pelos licitantes até a análise destas para a verificação de viabilidade e/ou execução da contratação é ponto indispensável para que haja igualdade entre os licitantes. Qualquer afronta a este sigilo é crime, pois atinge frontalmente o princípio da isonomia, gerando favoritismos entre os participantes.

Sendo assim, este crime ocorre quando o administrador publica a proposta apresentada pelo licitante ou, mesmo que não tenha agido de forma direta, proporciona ou facilita que outrem o faça, conforme se vê no artigo 94 da Lei de Licitação:

> Art. 94. Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:
> Pena - detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa.

Por óbvio, a quebra do sigilo da proposta acarreta prejuízo ao licitante e à administração pública. Vale dizer que a consumação deste crime independe da divulgação, ocorrendo quando qualquer um toma ciência do material da proposta ou quando há a facilitação para tal finalidade, prejudicando o procedimento legal da licitação.

Em síntese, devassar o sigilo de proposta significa examinar o conteúdo de envelope lacrado apresentado pelo licitante à administração. Somente existe esse crime quando a proposta já tenha sido entregue à administração, sob cuja guarda se encontre.

g) Afastamento de licitante por meio da violência ou grave ameaça;

De imediato, a infração penal disposta no artigo 95 da Lei 8.666/93 insulta os princípios licitatórios, pois deixa prevalecer as perseguições e corrupção tão presentes neste meio atualmente.

Registra-se que esse tipo penal admite a tentativa, pois, ao tentar o afastamento de licitante por qualquer meio descrito no dispositivo, o agente já comete o crime previsto no artigo 95, a saber:

> Art. 95. Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:
> Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

> Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar, em razão da vantagem oferecida.

Pois bem, o legislador utilizou a expressão "afastar ou procura afastar", de forma que, ainda que a conduta não tenha resultado, imputa-se ao agente o tipo penal descrito no dispositivo.

No que tange a violência, essa deverá ser física, já que a grave ameaça recai sobre a esfera moral do indivíduo. Além disso, conforme parágrafo único, quem afastar-se da licitação em razão de aceite do oferecimento da vantagem incorre na mesma pena daquele que ofereceu.

Apenas por cautela, deixa-se claro que a desistência da licitação é perfeitamente possível, desde que seja justificada e antes da abertura da sessão de habilitação, conforme prevê o artigo 43, III, e parágrafo 6º da Lei de Licitação.

h) Fraude em prejuízo da Fazenda Pública;

A conduta básica tipificada neste dispositivo é fraudar, usar de artifícios, ilusão ou trapaça dentro da licitação para beneficiar-se de bens ou mercadorias em prejuízo da Fazenda Pública. Sendo assim, tal crime pode ser praticado de diversas formas, sendo classificado como o crime mais grave previsto na Lei de Licitação Pública:

> Art. 96. Fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente:
> I - elevando arbitrariamente os preços;
> II - vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;
> III - entregando uma mercadoria por outra;
> IV - alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
> V - tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato:
> Pena - detenção, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Para que seja consumado, imprescindível o prejuízo em face da Fazenda Pública. Assim, incorre na conduta prevista no artigo 96 desta Lei, aquele que fraudar a licitação pública a fim de comprar ou vender bens ou mercadorias.

Nota-se também que o presente crime aceita a tentativa como forma de incorrer o agente infrator no tipo penal.

i) Profissional inidôneo;

Primeiro, esclarecemos o conceito de profissional idôneo para entender melhor a ideia contrária. Pois bem, profissional idôneo é aquele que possui condutas revestidas de honestidade, transparência, capacitado para exercer cargo e função a ele imposta.

No crime disposto no artigo 97, o servidor público admite ou celebra contratação com empresa ou profissional declarado inidôneo, ou seja, revestido de conduta suspeita. Com isso, para a tipificação deste crime, não importa o resultado, uma vez que a consumação se dá pela mera conduta declarada inidônea, a seguir:

> Art. 97. Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:
> Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
> Parágrafo único. Incide na mesma pena aquele que, declarado inidôneo, venha a licitar ou a contratar com a Administração.

Cumpre esclarecer que "admitir à licitação" significa declarar o concorrente classificado, enquanto por "celebrar contrato" entende-se pactuar com a empresa ou o profissional declarado inidôneo. Logo, comprovado o dolo da conduta do agente infrator, ele incorre na pena descrita no dispositivo.

A objetividade jurídica deste tipo penal é a moralidade administrativa em relação aos contratos que foram firmados pela Administração Pública face a pessoas declaradas inidôneas. No que tange os sujeitos do tipo penal, há duas modalidades, observado que há uma conduta determinante no *caput* e outra também determinante no parágrafo único.

Na conduta "admitir à licitação", o crime só pode ser praticado pelos membros da comissão de licitação que tenham por atribuição o julgamento da habilitação; de outra sorte, na conduta de "celebrar contrato", o sujeito ativo deverá ser aquele agente público que detenha atribuição legal de representar o órgão contratante na formalização da contratação.

Isto é, aquele que admitir, aceitar, classificar a licitação ou celebrar contratado com empresa ou profissional inidôneo, bem como aquele que seja declarado inidôneo e mesmo assim venha a licitar ou a celebrar contrato com a licitação, responderão pela mesma pena, qual seja, de seis meses a dois anos, cumulado com multa.

Ademais, importante ressaltar que a declaração de inidoneidade se dá de forma administrativa, embora a via judicial também esteja à disposição daquele que tem

intenção de propor ação cabível. Assim, o crime só restará configurado após a declaração de inidoneidade, ou seja, o servidor público contrata com pessoa ou empresa já declarada inidônea, motivo pelo qual tal conduta exige o dolo em sua prática.

Por fim, o referido tipo penal admite tentativa por tratar de crime de mera conduta, quer dizer, independe da consequência, já que a sua consumação se dá quando o agente admite o concorrente na licitação ou que o profissional inidôneo firme contrato com a Administração Pública.

j) Dificultar inscrição de licitantes;

Vejamos o artigo 98:

> Art. 98. Obstar, impedir ou dificultar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, suspensão ou cancelamento de registro do inscrito:
> Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Pois bem, em sua primeira parte, o crime em questão faz referência a "obstar, impedir ou dificultar", tratando-se de crime comum, já que qualquer um poderá incorrer nesta conduta. Porém, em sua segunda parte, seja ela "alterar, suspender ou cancelar", a conduta recai sobre o servidor público no exercício de sua função, o qual se utiliza da mesma para interceder no registro cadastral.

Dessa forma, na primeira parte do dispositivo, o crime é consumado com o simples fato de obstar, impedir ou dificultar; já na segunda parte, o crime consuma-se a partir da alteração, suspensão ou cancelamento do registro do inscrito, sendo admitida a sua tentativa, posto que o agente pode não alcançar o resultado esperado por motivos alheios à sua vontade.

Além disso, deve ser observado que todos os crimes descritos pela Lei nº 8.666/93 são apenados com detenção e multa. Especialmente sobre a multa prevista nesses artigos, no que diz respeito ao percentual a ser aplicável, o doutrinador COSTA JUNIOR (COSTA JUNIOR, Paulo José da. Direito Penal das Licitações: comentários aos artigos 89 a 99 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993. 2 ed, São Paulo: Saraiva, 2004, pag. 30) demonstra que esta varia de 2% a 5% do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme corrobora o disposto abaixo:

442

> Art. 99. A pena de multa cominada nos arts. 89 a 98 desta Lei consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.
> § 1º Os índices a que se refere este artigo não poderão ser inferiores a 2% (dois por cento), nem superiores a 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com dispensa ou inexigibilidade de licitação.
> § 2º O produto da arrecadação da multa reverterá, conforme o caso, à Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

Resumidamente, a multa deverá ser arbitrada no momento da sentença, sendo que, em obediência aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, não poderá ultrapassar 5% do valor contratado e nem inferior a 2%, dependendo assim do valor do contrato licitado ou celebrado com dispensa ou inexigibilidade de licitação. No entanto, quando a licitação envolver dispensa e inexigibilidade, sem que se tenha ciência do valor da vantagem obtida, a multa deverá ser 2%.

443

15. INDICIAMENTOS

As provas produzidas por esta CPI, em especial as oitivas coletadas e os documentos recebidos, permitem que se proceda ao indiciamento de algumas pessoas, agentes políticos e servidores públicos, que de algum modo tinham o poder de definir ou influenciar a tomada de decisões no que diz respeito aos contratos firmados com a Sesau, bem como de particulares e profissionais da saúde que tiveram envolvimento com práticas delituosas.

Importante mencionar que, ainda que exista dúvida no que diz respeito à autoria e materialidade da prática de crime, esta CPI deve priorizar o interesse público, uma vez que a investigação parlamentar se presta a subsidiar a autoridades persecutórias competentes para, se for o caso, dar início a uma persecução penal.

Apesar do indiciamento permanecer com uma lacuna jurídica procedimental, tem a função de pontuar as supostas arbitrariedades de agentes políticos, particulares e empresas e submetê-los aos crimes previstos nosso ordenamento.

Entretanto, os indiciamentos desta CPI não vinculam os órgãos de persecução penal. Assim, embora sejam frequentes análises que classificam como inúteis e desnecessárias, não é razoável medir os avanços obtidos por uma CPI apenas pelo resultado criminal. Isto porque toda CPI contribui para mudanças administrativas e legais, além de fornecer elementos para processos judiciais.

No caso concreto, citamos a economia aos cofres públicos de mais 80 (oitenta) milhões de reais, bem como o fato de terem sido enviadas informações à Polícia Federal servindo como fundamento para deflagração de operações por essa instituição policial, além da exoneração de algumas pessoas da pasta.

Assim, o encaminhamento do relatório e anexos ao Ministério Público, o qual tem a competência para determinar novas investigações e propor ação penal, é uma das vertentes da Comissão e, como já dito, um indiciamento na CPI não vincula o Ministério Público; o não-indiciamento tampouco evita eventual ação penal.

Desta feita, ainda que se entenda como natural, legítima e necessária a cobrança por punições como resultado de uma CPI, não se pode perder de vista que o papel de

444

uma Comissão Parlamentar de Inquérito é puxar o fio da meada tanto quanto possível no tempo de que dispõe.

Esses resultados seguem para o Ministério Público, Justiça, Receita Federal, TCU e outros órgãos de Estado, cabendo aos Parlamentares cobrar o cumprimento da Lei 10.001/00, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das CPIs.

Esta lei estabelece prazo de 30 (trinta) dias para que as autoridades oficialmente comunicadas das conclusões prestem informações sobre as medidas adotadas. Vejamos:

> 1º Os Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional encaminharão o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito respectiva, e a resolução que o aprovar, aos chefes do Ministério Público da União ou dos Estados, ou ainda às autoridades administrativas ou judiciais com poder de decisão, conforme o caso, para a prática de atos de sua competência.
>
> Art. 2º A autoridade a quem for encaminhada a resolução informará ao remetente, no prazo de trinta dias, as providências adotadas ou a justificativa pela omissão.

Antes de iniciar os indiciamentos, oportuno destacar os principais pontos discutidos no decorrer deste relatório. Primeiro, sobre o contrato responsável por fornecer alimentação, temos que a empresa ANDOLINI M L DE MATTOS MULLER EIRELI foi alvo de notificação do Ministério Público do Trabalho (MPT), ofertou alimentação vencida aos pacientes e não cumpriu cláusulas contratuais.

Apesar de ter negado, em seu depoimento, vínculo com a referida empresa Andolini, Rui Figueiredo configura como um dos seus representantes, ou seja, na espécie de sócio oculto, cobrando o pagamento e tratando, inclusive, sobre os apontamentos feitos em cima da alimentação fornecida.

Além disso, foi observado que Rui Figueiredo vive em união estável com uma das fiscais do processo, mais motivo que indica que tal contrato foi beneficiado na sua execução. Assim, sua companheira tinha o dever legal e moral de rejeitar sua indicação como fiscal, comunicando os fatos aos seus superiores hierárquicos, o que não foi feito e restou comprovada sua atuação na execução contratual.

445

Possuindo os fiscais o papel de conferir as faturas, analisar os documentos e checar se o serviço está sendo executado, foi constatado que esses servidores sequer conferiam o quantitativo dos itens fornecidos.

Em outras palavras, além de haver indícios que a referida empresa foi beneficiada na execução do contrato, houve falha também na execução. Isto porque, como já dito, o levantamento das necessidades de alimentação pelas unidades atendidas deu-se tão somente mediante apresentação de memorando com as demandas, sem a efetiva comprovação apresentando as reais necessidades.

Sendo assim, em razão de indícios de ilegalidades na contração e má prestação de serviço, uma vez que a empresa descumpriu cláusulas contratuais (como repetição de cardápio, fornecimento de alimentação vencida, falta de uniforme dos funcionários, quantidade de alimentação fornecida que não era devidamente conferida pelos fiscais, espaço utilizado para elaboração da comida e ausência de alvará sanitários), cabe o indiciamento da empresa, bem como daqueles servidores designados para auxiliar o gestor do contrato na fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos da contratação.

Em relação ao contrato de limpeza, tendo em vista que a empresa UNIÃO COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA – EPP possuía outro vínculo contratual com o Estado e que os funcionários terceirizados da União atuavam diretamente na unidade hospitalar, foi demonstrado que as capacitações realizadas foram ministradas pela Diretoria de Pesquisa e Ensino da maternidade (e não pela empresa, como sugerido inicialmente).

Pois bem, a questão dos certificados emitidos em papel timbrado da empresa, foi esclarecida pela testemunha Ana Célia de Araújo Costa, enfermeira coordenadora do SCIH/HMI, a qual justificou que "*Porque na época em que foi ofertado, a gente não tinha como dar certificado bonitinho, porque não tínhamos uma impressora na época adequada. Tínhamos muita dificuldade de impressão...*".

Desse modo, tais cursos foram realizados e os certificados foram emitidos mediante apresentação da lista de frequência, além de se exigir presença de no mínimo de 50% (cinquenta porcento) da carga horária total.

446

Restando claro que esses questionamentos foram esclarecidos de maneira satisfatória, sugerimos nesse ponto que a comissão setorial de licitação da SESAU, por meio de seus pregoeiros, elabore *cheklist* e/ou minutas de atas com conteúdo indispensável em cada fase da sessão, evitando assim omissões, contradições e/ou dúvidas para os órgãos de controle que por ventura possam auditar os processos.

Acerca da responsabilidade dos dirigentes na execução contratual, visto que a cooperativa tinha papel fundamental no controle da carga horária e fiel cumprimento das escalas de plantões, entendemos não ser de responsabilidade desta Comissão apurar as regras de funcionamento, remuneração e distribuição de lucros da cooperativa, mesmo que sua taxa de administração seja fruto de recurso público. Explica-se:

O processo tem seu fluxo administrativo resumidamente na prestação dos serviços médicos, emissão de nota fiscal, conferência e atesto pelos gestores e fiscais contratuais e, por último, o consequente pagamento.

Assim, após o crédito na conta da Cooperativa, há o repasse aos médicos via folha de pagamento de cooperados, encerrando-se, a nosso ver, a natureza de dinheiro público do recurso. A partir daí, cabe tão somente à diretoria e seus cooperados decidirem qual a melhor forma de aplicação dos valores provenientes da taxa de administração contratual.

O que cabe, portanto, nesse processo em si, é responsabilizar os fiscais e gestores do contrato que tramitaram e atestaram os serviços prestados, além da diretoria.

E mais. Sobre a moeda de pagamento criada dentro da Sesau, via Coopebras, ficou claro que a deficiência de profissionais e procedimentos era suprida por meio de pagamento via "produção" e não cabe nenhuma criminalização dos médicos que assim recebiam.

No tocante à contratação de empresa especializada para o fornecimento ininterrupto de gases medicinais liquefeitos e não liquefeitos com disposição de tanques, cilindros e central de reservas, bem como suas manutenções preventivas e corretivas, firmado com a CARBOXI INDUSTRIA E COMERCIO DE GASES LTDA, foram comprovadas as irregularidades apresentadas no processo, como falta de numeração, ausência de páginas, falta de justificativa das cotações, responsabilidades essas dos fiscais do contrato.

447

Também se observa que há uma clara tendência de 'mergulho' de preço, onde a segunda empresa acaba sendo retirada e prevalece a de maior valor, com maior custo ao Estado.

Melhor dizendo, após análise formal, verificou-se que o processo se encontra eivados de erros formal, como cronologia dos fatos, diversos carimbos em uma mesma folha etc. e que a Empresa WHITE MARTINS cotou inicialmente os preços, mas, na segunda chamada, após correção do edital, não mais participou.

Sendo assim, apenas duas empresas seguiram no certame, as mesmas que cotaram os preços, havendo indícios de "mergulho" nas quantias por parte da Empresa IPES - Indústria de Produtos e Equipamentos de Solda Ltda.

A partir daí, restou evidenciado suposto conluio entre as empresas participantes, visto que, conforme o quadro de lance já exposto, após a empresa IPES ofertar o lance de R$ 8,76, a empresa CARBOXI ofereceu o valor de R$ 8,75 e, logo em seguida, novamente a empresa IPES começa a ofertar vários lances no curto espaço de menos de 3 minutos, chegando ao valor de R$ 3,00, causando a sua inevitável desclassificação por ter ofertado um valor inexequivel.

Com isso, podemos afirmar que ambas as empresas frustaram o caráter competitivo e lisura do processo licitatório, devendo ser responsabilizadas nos termos da lei aplicável ao caso.

No caso de aquisições de medicamentos, isto é, sobre contrato para aquisição de medicamentos básicos e hospitalares, a adjudicação por lote restringiu a participação ao certame a distribuidoras que vendam a totalidade dos medicamentos do lote e/ou a fabricantes que produzam a totalidade dos medicamentos. Considerando o mercado de medicamentos, em que pode haver distribuidor exclusivo, bem como laboratórios que produzem apenas determinados medicamentos, uma alocação de medicamentos em lotes diminuiu a competitividade e prejudicou a escolha da proposta mais vantajosa.

Nesse sentido, o TCU considera que, nas licitações para registro de preços, é obrigatória a adjudicação por item como regra geral, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e seleção das propostas mais vantajosas (voto do Ministro Benjamin Zymler, Redator do Acórdão 2.901/2016-TCU-Plenário).

448

Não obstante, não houve qualquer mensuração da quantidade necessária de medicamento quando da instauração do procedimento licitatório, comprometendo o planejamento das aquisições públicas.

Nesse processo em si, onde a empresa vencedora foi a TIDIMAR COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA com a proposta de 85% no total sobre o objeto da licitação, chama atenção a forma que o levantamento de preço foi feito; a impossibilidade de localizar nos autos quais os parâmetros utilizados para obtenção do valor estimado, inicialmente, de quarenta e cinco milhões; a confirmação que este foi o único processo da Sesau com esse tipo de modalidade, a qual é repreendida pelo Tribunal de Contas da União justamente porque a Tabela CMED chega a ter um valor absurdo em cima de cada item; e a comprovação que realmente não foram realizadas as cotações similares de outros entes públicos em execução ou concluídos nos cento e oitenta dias anteriores à data da pesquisa de preço, contrariando assim Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ademais, o sócio da Tidimar, Dhiogo Neto Silva, não foi encontrado, único motivo pelo qual este não foi ouvido pela CPI.

A intimação do sócio da empresa foi a pedido deste Relator, aprovado pelos demais membros. Contudo, com a tentativa frustrada de localizá-lo, causou ainda mais estranheza a empresa Tidimar ser de Minas Gerais e o único processo licitatório que ocorreu nas mesmas condições também aconteceu no referido estado, havendo indícios assim de fraude à licitação tipificado no artigo 90 da lei 8666.

Isto é, a empresa que aqui ganhou essa licitação é do mesmo estado em que houve uma exceção a nível nacional. Não obstante, não há como aceitar que uma empresa ganhe licitação em Roraima, receba o pagamento, mas o responsável pelo contrato não é encontrado.

No que diz respeito à todos os processos voltados para a aquisição de materiais para neurocirurgia e ortopedia, aquisição de materiais para cirurgia ortopédicas e neurológicas e aquisição de materiais para buco maxilo facial em consignação, com instrumentais e equipamentos em comodato, para atender o Hospital Geral de Roraima,

449

de maneira bem objetiva, sugerimos à SESAU proceder um processo licitatório regular, utilizando-se a tabela SUS como parâmetro e considerando o material já existente, tendo em vista que não há justificativa para falta de controle e planejamento em relação a esses materiais imprescindíveis para a realização de cirurgias durante o todo ano.

Acerca da contratação de empresa especializada para prestação de serviços manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de rádio imagem das Unidades de Saúde da Capital e Interior do Estado de Roraima, a empresa AMPLOMED LTDA não apresentou o comprovante da restituição aos cofres públicos do valor pago a maior de R$ 7.337,29 (sete mil trezentos e trinta sete reais e vinte e nove centavos), havendo assim indício de danos ao erário, bem como orçou 01 (um) - módulo eletrônico CT brilliance 6 slice em R$33.965,15 no mês de junho 2018 e no mês de janeiro 2019 orçou a mesma peça no valor R$ 9.665,59 (nove mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), havendo uma diferença absurda de R$ 24.299,56, (vinte e quatro mil, duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos).

Voltando-se para os profissionais de bucomaxilos do HGR, certo é que há, entre eles, disputa de interesses pessoais e, por este motivo, não adentramos nesse mérito, ressaltando apenas o que restou incontroverso: a existência de um esquema criminoso para indicar procedimentos muitas vezes desnecessários à rede privada com valores superfaturados, quando os mesmos deveriam ocorrer pelo SUS.

O esquema criminoso de superfaturamento funcionava da seguinte forma: com o pretexto da falta de materiais (o que nem sempre procedia), muitas cirurgias deixaram de ser realizadas pelo SUS, tendo os pacientes que recorrer ao Poder Judiciário. O Ministério Público então autorizava a realização desses procedimentos na rede privada.

Para tanto, tornava-se necessário apresentar três orçamentos distintos. Ocorre que todas as estimativas de custos que chegavam ao referido órgão eram provenientes das clínicas particulares desses mesmos profissionais, com preço até três vezes maiores que os valores praticados em outras.

Nas palavras de uma testemunha ouvida, temos que *"(...) O paciente chegava, precisava da cirurgia, diziam que não tinha material. Às vezes, realmente não tinha o material, mas às vezes tinha. Diziam que não tinha material para operar, mandavam o paciente procurar a justiça. O paciente procurava a justiça e aí eles faziam o orçamento.*

Porque, na justiça, você tem que dar três orçamentos (...) A gente via o seguinte, quando a gente via os pacientes, no final, os pacientes já apareciam com esses orçamentos. Não sei, sempre das clínicas particulares deles, não era nem de dentro do HGR. Eu não sei como te dizer se além da doutora Jeanne, ia para outro lugar, não sei te dizer, mas só sei que a gente ficava sabendo, quando aparecia os três orçamentos, sempre dos três. Aí, um colocava um valor, vou dizer, um valor fictício, de 60 mil, o outro de 64 e o outro de 68. Era sempre assim para cair em um dos três."

Com isso, além dessa prática ter comprometido o orçamento da saúde do estado de Roraima, pacientes foram expostos à risco, motivo pelo qual não há dúvidas sobre a corrupção no setor, através da existência de um grupo de bucomaxilos, os quais nominamos Dennis Dinely, Daniel do Carmo e Rodrigo Acioly.

Ainda, merece destaque memorando s/nº encaminhado à Direção Técnica do HGR, elaborado em 15 de junho de 2018, através do qual foi solicitada a alteração na escala da buco-maxilo-facial e a inclusão de dois cirurgiões da buco em regime de sobreaviso 24 (vinte e quatro) horas e pagos pela cooperativa Coopebras, para atender a demanda do trauma e pronto atendimento do HGR.

Contudo, a escala elaborada pelo então coordenador Rodrigo Acioly inclui alguns concursados com sobreposição de carga horária, pois no mesmo dia e hora recebia como cooperativado na escala de sobreaviso e como concursado no vínculo estadual. Ou seja, o profissional entrava na escala de dia pela cooperativa, no mesmo dia e horário em que estaria cumprindo horário como servidor público, recebendo assim dois salários por uma atividade.

Adentrando nas contratações voltadas para o combate e prevenção ao Covid-19, certo é que a pandemia foi indevidamente utilizada como subterfugio para a instauração de diversos processos de natureza emergencial.

Como já dito, esta Comissão foi diligente em evitar o desvio de aproximadamente 80 (oitenta) milhões de reais dos cofres públicos, quando em maio de 2020 apreendeu 21 (vinte e um) processos na sede da Sesau, os quais estavam em fase de montagem.

Após a análise dos referidos documentos, bem como dos depoimentos colhidos, constatou-se indícios da prática de diversos ilícitos e atos de improbidade administrativa.

De forma direta, citamos o ex-secretário de saúde Francisco Monteiro Neto como um dos principais personagens.

Em síntese, há indícios inclusive de possível organização criminosa composta pelo ex-secretário Francisco Monteiro Neto; o ex-coordenador da CGUE, Francisvaldo de Melo Paixão; pelo núcleo empresarial composto por Erike Barbosa de Carvalho Araújo, Jean Frank Padilha Lobato, apontado pela Polícia Federal como verdadeiro sócio da empresa QUANTUM EMPREENDIMENTOS, Roger Henrique Pimentel e Vladimir Pinheiro Alves Neto, sócios da QUANTUM EMPREENDIMENTOS, Julio Rodrigues Ferreira e Rita Sinezia Neta de Souza, sócios da empresa HAIPLAN Construções, Gilce de Oliveira Pinto, esposa de Julio que também atua em favor da HAIPLAN, Carlos Atini Pinheiro e André Luiz de Almeida Santos, sócios da NOVA MÉDICA COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES, Marco Aurélio Marques Félix (sócio) e Erica Cristina Pimenta (Diretora) da empresa CMOS DRAKE DO NORDESTE, Franco Maria Giuseppe Pallamolla, sócio administrador da LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALAR S.A, Michel Lima Ribeiro, Eudney Pereira de Souza, Valter Ribeiro e Marcelo Jose de Lima Dutra, todos sócios da CARBOXI – INDUSTRIA E COMERCIO DE GASES LTDA, além do Senador Chico Rodrigues como núcleo político da organização.

Pois bem, como durante a análise processual foi encaminhada muita documentação à Polícia Federal, foram deglaradas operações policiais resultadas dos apontamentos desta Comissão.

Com isso, o Senador Chico Rodrigues surgiu como núcleo político da suposta organização criminosa e Jean Frank Padilha Lobato, empresário, como real sócio da QUANTUM EMPREENDIMENTOS e interlocutor do Senador Chico Rodrigues junto à SESAU.

O levantamento feito durante as investigações policiais também estabeleceu ligação entre o Senador Chico Rodrigues e a Senhora Gilce O. Pinto, representante de fato da HAIPLAN CONSTRUÇÕES E COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, empresa favorecida no processo em análise.

E mais. Especialmente sobre o Erike Barbosa, restou evidente o direcionamento e manipulação do processo de dispensa para favorecer empresas ligadas a ele, o qual foi

citado, por várias vezes, nos depoimentos dos servidores, confirmando que este tinha portas abertas dentro da Secretaria e, de acordo com prints trazidos a CPI, era o responsável por intermediar o contrato de diversas empresas, cobrando inclusive os respectivos pagamentos.

No tocante à compra absurda dos respiradores mais caros do país, fazendo uma cronologia e enfatizando o trâmite, a empresa CMOS DRAKE recebeu antecipadamente no dia 31/03/2020 o montante de R$ 6.464.730,00 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e trinta reais), os quais nunca foram entregues.

No dia 01/04/2020, paga de forma antecipada a empresa A. L. de Almeida Santos – ME de propriedade do senhor André Luiz, sócio da empresa NOVA MÉDICA, a quantia exata de 10% (dez por cento) do valor recebido da SESAU (R$ 646.4730,00), que, por sua vez, contrata e paga antecipadamente o senhor Erike Barbosa por serviços não prestados visto que a venda dos respiradores não foi concluída.

Diante desses fatos, visualizamos o exercício da atividade de lobista por Erike Barbosa e os valores movimentados acima também sugerem recebimento de vantagem indevida. Ou seja, "propina" referente à negociação dos respiradores superfaturados.

Item do mesmo processo que chamou a atenção foi a aquisição de testes rápidos, pois a forma da descrição do item 37 do lote III, do anexo I do termo de referência, já aponta direcionamento, visto trazer taxativamente a marca do teste a ser adquirido, qual seja, ECOTEST. A empresa QUANTUM EMPREENDIMENTOS EM SAÚDE foi a vencedora no mencionado item.

Segundo relatório da CGU, o sobrepreço praticado apenas na aquisição dos kits de teste rápido perfaz o montante de R$ 1.535.000,00 (um milhão quinhentos e trinta e cinco mil reais).

Outro processo que repercutiu negativamente no estado de Roraima é o procedimento indenizatório para pagamento da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, realizados pelas empresas HAIPLAN CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e QUANTUM EMPREENDIMENTOS LTDA, onde não há dúvidas quanto ao superfaturamento e direcionamento das empresas para fornecimento de tais materiais,

sendo, juntamente com o processo da compra dos respiradores, matéria jornalística a nível nacional no programa Fantástico da Rede Globo.

Pois bem, consta no processo indenizatório o mapa de cotação de preços realizado pelo setor competente da secretaria com base em pesquisa em banco de preços e sites especializados cujo o valor cotado de R$ 792.897,08 (setecentos e noventa e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e oito centavos), pelo material contido na Nota Fiscal nº 001 da Haiplan, que totalizou R$ 1.248.493,00 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais), portanto, um possível superfaturamento de R$ 455.595,92 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e dois centavos).

Válido mencionar que o percentual de superfaturamento foi de aproximadamente 56% em relação aos valores da cotação da Sesau, que por sua vez é acima do valor praticado no varejo.

Já a Nota Fiscal da empresa QUANTUM EMPREENDIMENTOS LTDA totaliza o valor de R$ 4.010.476,50 (quatro milhões, dez mil e quatrocentos e seis reais e cinquenta centavos).

Outros indícios que mostram falha ou manipulação do processo é o fato de a empresa Haiplan ter enviado um ofício para a secretaria no dia 06/04/2020, solicitando o pagamento da nota fiscal nº 001, sendo que a nota só seria emitida no dia 08/04/2020. Outro ofício da Haiplan para a secretaria também no dia 06/04/2020 solicitou pagamento da nota fiscal nº 002, que só foi emitida no dia 23/04/2020, mais de duas semanas depois, fatos estes que demonstram manipulação ou simulação do processo administrativo.

Quanto à comparação de preços em relação à cotação do setor competente da Sesau, o álcool em gel 70% de 430 gramas, o preço cotado foi de R$ 30,74. Na nota fiscal nº 001 da Haiplan foi pago R$ 34,00 sendo adquiridos 4.852 frascos e na nota fiscal nº 002 o mesmo valor e comprados 8.138 frascos. Também foi pago R$ 34,00 na nota fiscal nº 150 para empresa Quantum por 6.937 frascos. Esse mesmo álcool, de 500 gramas, era vendido no varejo por aproximadamente R$ 17,00.

454

Já as máscaras cirúrgicas descartáveis foram cotadas por R$ 4,47. A Haiplan vendeu por R$ 6,30. Foram adquiridas 8.000 unidades na nota fiscal nº 001 e 3.750 na nota fiscal nº 002.

E não parou por aí. Temos também o superfaturamento em relação à compra das máscaras PFF2 sem válvula, onde a empresa HAIPLAN entregou cópia da nota fiscal de origem do referido item e seu representante legal confirmou, em oitiva na CPI, que o custo unitário foi de R$ 1,45, contudo o produto foi vendido à SESAU por R$ 53,50, ou seja, a empresa obteve um "lucro" de aproximadamente 3500%.

Para finalizar, há de se destacar que, conforme consulta ao sítio da Receita Federal, a empresa Haiplan foi fundada há 21 anos e somente em 2020 emitiu a primeira nota fiscal de venda, justamente a da compra direta junto à Secretaria de Saúde de Roraima.

Uma informação pertinente é que o processo de compras de EPI's foi aberto sem nenhuma justificativa formal pela CGUE – Coordenação Geral de Urgência e Emergência, sendo que pelo Regimento Interno da SESAU seria competência da CGAF – Coordenação Geral de Assistência Farmacêutica.

Outro ponto trazido por uma testemunha é que se tornou uma conduta comum o atraso dos pagamentos dos contratos em vigor, impossibilitando assim os atuais fornecedores da SESAU de continuar abastecendo a secretaria, criando "uma solução para os problemas" via abertura de processos emergenciais fundados na pandemia.

Por fim, cabe destacar que a Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) teve que ingressar na Justiça Federal com o pedido de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do ex-secretário de estado de saúde Francisco Monteiro Neto; um ex-coordenador de Urgência e Emergência, Francisvaldo de Melo Paixão; o empresário Erike Barbosa de Carvalho Araújo e sete empresas investigadas por irregularidades na Secretaria de Estado de Saúde (Sesau), quais sejam: CMOS Drake do Nordeste S/A; Haiplan Construções Comércio e Serviços Ltda; Quantum Empreendimentos Ltda; Nova Médica Comércio e Serviços de Produtos Hospitalares Ltda; Carboxi – Indústria e Comércio de Gases Ltda; Femax Serviços e Comércio Eireli e Lifemed Industrial Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S/A.

455

A ação foi ingressada na Justiça Federal após a ALE-RR enviar um ofício para o Banco Central solicitando a quebra do sigilo. O pedido foi negado, sob o argumento de que somente CPI's da esfera federal possuem prerrogativas para pedir acesso às contas bancárias dos investigados. A Caixa Econômica Federal exigiu, para o encaminhamento das informações requeridas, autorização judicial.

Com isso, a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima impetrou Mandado de Segurança em face da Caixa Econômica Federal, com objetivo de obrigar o órgão federal a fornecer informações bancárias requeridas por comissão estadual de inquérito parlamentar. Para tanto, alegou que a Caixa Econômica, empresa pública federal, ao encaminhar o ofício n° 26976/2020/RESIO denegando a solicitação efetuada pela CPI da Saúde sob o argumento de que apenas as CPI's constituídas pelo Poder Legislativo Federal (Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal) possuem poderes inerentes à competência investigatória das Comissões Parlamentares de Inquérito, os quais se inclui a quebra de sigilo bancário, lhe violou direito líquido e certo.

A Justiça, por sua vez, considerou-se incapaz de julgar o pedido e encaminhou a ação para o Supremo Tribunal Federal (STF). Isto porque a juíza Federal Substituta da 5ª Vara Diana Wanderlei entendeu, em contrapartida, que a competência de julgar intrigas entre entidades estaduais e da União cabe apenas ao STF e assim determinou o encaminhamento do caso para a Corte.

Pois bem, impetrado originalmente na Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal e a juíza da 5ª Vara Federal Cível ter declinado da competência em favor do Supremo Tribunal Federal, em razão de previsão expressa no artigo 102, inc. I, al. "f", da Constituição Federal, os autos foram distribuídos ao Senhor Ministro Dias Toffoli (Relator) como mandado de segurança, sendo determinada a reautuação como ação cível originária e a citação do Réu para apresentação de resposta.

Na sua decisão, este ressaltou o entendimento do plenário do STF de que as comissões parlamentares de inquérito estaduais podem sim solicitar a quebra de sigilo bancário conforme decisão anterior na ACO nº 730/RJ, ainda que a Lei Complementar nº 105/2001, que trata sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, não aborde o assunto.

456

Sendo assim, seguem apartados os relatórios da quebra de sigilos bancário e telefônico solicitados por esta CPI.

Após essa explanação, levando-se em conta a possível prática de condutas comissivas, comissivas por omissão e omissivas tipificadas como infração penal, assim como a competência para agir das autoridades implicadas, a busca pelo atendimento do interesse público e a atuação em conformidade com a lei, estamos procedendo a **65 (sessenta e cinco) indiciamentos**, sendo 13 (treze) de pessoas jurídicas que se seguem:

1. **Rui Oliveira Figueiredo**, jornalista, tido como sócio oculto da empresa ANDOLINI M L DE MATTOS MULLER EIRELI – artigo 333 (corrupção ativa) do Código Penal;
2. **Luana Paula Bezerra Pereira**, fiscal do processo de alimentação – artigos 319 (prevaricação) e 321 (advocacia privada) do Código Penal; artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
3. **Joicy Vania Miguel da Cruz Silva,** fiscal do processo de alimentação - artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
4. **Andrea de Souza Nascimento Oliveira,** fiscal do processo de alimentação - artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
5. **Azenilton de Lima Silva,** fiscal do processo de alimentação - artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
6. **Klauberth Alberth da Silva Reis,** fiscal do processo de alimentação - artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
7. **Francisco das Chagas Cordeiro**, fiscal do processo de alimentação - artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
8. **Edgar Hoover de Souza Cruz**, coordenador do processo de alimentação - artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
9. **Jaqueline Voltoline de Oliveira**, gestora do processo de alimentação - artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
10. **M L DE MATTOS MULLER EIRELI,** que tem como nome fantasia ANDOLINI COMERCIO E SERVIÇOS **-** artigo 10, II, XI e XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);

457

11. **Márcio Luiz de Mattos Muller,** sócio da ANDOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS – artigo 333 (corrupção ativa) do Código Penal; Artigo 10, II, XI e XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
12. **Elinalva da Silva Oliveira**, gestora do contrato com a Coopebras - artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
13. **Consolata Farias Alves**, coordenadora geral de gestão do trabalho e da educação na saúde quando do contrato com a Coopebras - artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
14. **Maria Lucia de Lucena**, fiscal do contrato com a Coopebras - artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
15. **Vanusa Lopes Silva**, fiscal do contrato com a Coopebras - artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
16. **Tedy Francisco Silva Sobrinho**, fiscal do contrato com a Coopebras - artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
17. **Maria Oélia Paulino**, Diretora de Finanças da Coopebras – artigo 10, II, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
18. **Jorrimar da Silva Amorim**, Ex-Presidente Coopebras - artigo 10, II, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
19. **Edivaldo Pereira Vieira**, Vice-Presidente Coopebras - artigo 10, II, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
20. **Edilson Pereira Vieira**, Gerente Operacional Coopebras - artigo 10, II, XI, XII da Lei 8.429/92(improbidade administrativa);
21. **Sandonayde da Silva Bichara,** fiscal do processo da empresa CARBOXI - artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
22. **Pedro Lindemberg Silva Ruiz,** coordenador geral de urgência e emergência no processo da empresa CARBOXI - artigo 10, I, VIII, IX, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa)**;** artigo 90 da Lei 8.666/93 (crimes de licitação);
23. **Marciana Batista Carneiro,** pregoeira do processo com a TIDIMAR COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - artigo 10, I, VIII, IX, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
24. **Humberto Alves Nogueira,** coordenador geral de assistência farmacêutica quando da instauração do procedimento licitatório com a TIDIMAR COMERCIO DE

PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA – artigo 10, I, VIII, IX, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa); artigo 90 da Lei 8.666/93 (crimes de licitação);

25. **Milton Luiz da Silva,** sócio da TIDIMAR COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES – artigo 90 da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
26. **Dhiogo Neto Silva**, sócio administrador da TIDIMAR COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES – artigo 90 da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
27. **Thiago Luiz Neto Silva**, sócio da TIDIMAR COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES – artigo 90 da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
28. **TIDIMAR COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA –** artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
29. **Gustavo Aguiar da Costa,** sócio da IPES INDUSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA - artigo 90 da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
30. **Gilney Penna Bastos**, sócio da IPES INDUSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA - artigo 90 da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
31. **Edson de Araújo,** sócio da IPES INDUSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA - artigo 90 da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
32. **IPES INDUSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA -** artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
33. **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA,** empresa que faz parte do quadro societário da IPES INDUSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA - artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
34. **PRAXAIR DO BRASIL LTDA**, empresa que faz parte do quadro societário da IPES INDUSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA - artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);

35. **Helenira Macêdo Barros,** coordenadora geral de urgência e emergência no processo da empresa CARBOXI – artigo 10, II, XI da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
36. **Michel Lima Ribeiro,** sócio da CARBOXI – INDUSTRIA E COMERCIO DE GASES LTDA – artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 2º, §4º, II da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
37. **Eudney Pereira de Souza,** sócio da CARBOXI – INDUSTRIA E COMERCIO DE GASES LTDA – artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 2º, §4º, II da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
38. **Valter Ribeiro,** sócio da CARBOXI – INDUSTRIA E COMERCIO DE GASES LTDA – artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 2º, §4º, II da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
39. **Marcelo José de Lima Duta,** sócio da CARBOXI – INDUSTRIA E COMERCIO DE GASES LTDA – artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 2º, §4º, II da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
40. **HAIPLAN CONSTRUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** – artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
41. **QUANTUM EMPREENDIMENTOS EM SAÚDE LTDA EPP** - artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);

42. **NOVA MÉDICA COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** – EP - artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
43. **FEMAX SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI –** artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
44. **CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A** – artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
45. **LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALAR S.A -** artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
46. **CARBOXI – INDUSTRIA E COMERCIO DE GASES LTDA** - artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
47. **A L DE ALMEIDA SANTOS -** artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
48. **Júlio Rodrigues Ferreira,** sócio administrador da empresa HAIPLAN CONSTRUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 2º, §4º, II da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
49. **Rita Sinezia Neta de Souza,** sócia da empresa HAIPLAN CONSTRUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 2º, §4º, II da Lei 12.850/13; artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
50. **Gilce de Oliveira Pinto,** esposa de Júlio que também atuou em favor da HAIPLAN CONSTRUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 2º, §4º, II da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
51. **Roger Henrique Pimentel,** sócio administrador da empresa QUANTUM EMPREENDIMENTOS EM SAÚDE LTDA EPP - artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93

(crimes de licitação); artigo 2º, §4º, II da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);

52. **Vladimir Pinheiro Alves Neto**, sócio da empresa QUANTUM EMPREENDIMENTOS EM SAÚDE LTDA EPP - artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 2º, §4º, II da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
53. **André Luiz de Almeida Santos**, sócio administrador da empresa NOVA MÉDICA COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EP e responsável pela A L DE ALMEIDA SANTOS - artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 2º, §4º, II da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
54. **Carlos Atini Pinheiro,** sócio da empresa NOVA MÉDICA COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EP - artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 2º, § 4º, II, da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
55. **Erike Barbosa de Carvalho Araújo,** sócio administrados da empresa FEMAX SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI **–** artigos 90, 93, 94 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 10, II, VIII, XI e XII da lei 8.429/92 (improbidade administrativa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do código penal; artigo 2º, §4º, II da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigo 1º da Lei 9.613/98 (crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores) ;
56. **Marco Aurélio Marques Felix,** presidente da empresa CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A – artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo

2º, § 4º, II, da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);

57. **Erica Cristina Pimenta,** diretora da empresa CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A - artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 2º, § 4º, II, da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
58. **Franco Maria Giuseppe Pallamolla**, sócio administrador da LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALAR S.A **-** artigos 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 2º, § 4º, II, da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 332 (tráfico de influência), 333 (corrupção ativa) e 335 (impedimento, perturbação ou fraude de concorrência) do Código Penal; artigo 10, II, VIII, XI, XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa);
59. **Jean Frank Padilha Lobato,** apontado pela Polícia Federal como um dos sócios de fato da QUANTUM EMPREENDIMENTOS – artigo 89, parágrafo único, da lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 1º, da Lei nº 9.613/98 ("lavagem" de dinheiro);
60. **Francisco de Assis Rodrigues (Senador da República)** – artigos 312 (peculato) e 321 (advocacia administrativa) do Código Penal; artigos 89 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 2º, §3º da Lei 12.850/13 (organização criminosa);
61. **Francisco Monteiro Neto,** ex-Secretário de Estado da Saúde – artigos 89, 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 10, I, VIII, IX, XI e XII e artigo 11, V da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa); artigo 2º, § 4º, II da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 312 (peculato), 315 (emprego irregular d everbas públicas) e 319 (prevaricação) do Código Penal;
62. **Francisvaldo de Melo Paixão**, ex-Coordenador de Urgência e Emergência CGUE - artigos 89, 90, 93 e 96, I da Lei 8.666/93 (crimes de licitação); artigo 10, I, VIII, IX, XI e XII da Lei 8.429/92 (improbidade administrativa); artigo 2º, §4º, II da Lei 12.850/13 (organização criminosa); artigos 312 (peculato), 315 (emprego

irregular de verbas ou rendas públicas), 319 (prevaricação) e 321 (advocacia administrativa) do Código Penal;

63. **Dennis Dinely,** bucomaxilo – artigos 132 (perigo para a vida ou saúde de outrem), 288 (associação criminosa), 319 (prevaricação) e 321 (advocacia administrativa) do Código Penal;
64. **Daniel do Carmo,** bucomaxilo - artigos 132 (perigo para a vida ou saúde de outrem), 288 (associação criminosa), 319 (prevaricação) e 321 (advocacia administrativa) do Código Penal;
65. **Rodrigo Acioly,** bucomaxilo - artigos 132 (perigo para a vida ou saúde de outrem), 288 (associação criminosa), 319 (prevaricação) e 321 (advocacia administrativa) do Código Penal;

Feitos os indiciamentos acima, destacamos mais dois pontos:

O Sr. Bernardo Luzitano Esteves, o qual também foi Coordenador da CGA da Sesau, faleceu durante os trabalhos da CPI, motivo pelo qual resta inviabilizado seu indiciamento enquanto servidor público visto a extinção de sua punibilidade conforme artigo 107, I, do Código Penal Brasileiro.

Allan Garcés, como já visto, fez toda uma equipe se descolar a Brasília e seu depoimento não trouxe nada novo a CPI. Sendo assim, o relator solicitou por meio de requerimento que a presidência da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) acionasse a equipe jurídica da Casa, no sentido de ingressar com ação regressiva para que o ex-titular da Sesau, Allan Garcês, fizesse o ressarcimento dessas despesas, alegando que este pouco contribuiu para as investigações que já estavam em andamento.

Como até o presente momento não teve retorno desse pedido, aproveita a parte final deste relatório para insistir na questão.

Por fim, diante de todo o exposto, manifestamos pelo encaminhamento, por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, deste relatório ao:

a) **Ministério Público do Estado de Roraima**, para que promova as ações civis e penais cabíveis acerca dos indícios de irregularidades apontados;

b) **Tribunal de Contas do Estado de Roraima**, para que apure as ocorrências registradas, aprofunde as investigações e delibe a respeito dos fatos com auditorias;
c) **Procurador Geral da República**, para que aprofunde as investigações e adote as providências cabíveis diante dos indícios de que o Senador Chico Rodrigues, supostamente, integrou núcleo político de possível organização criminosa durante os processos licitatórios feitos na pandemia;
d) **Governo do Estado de Roraima,** para que tenha conhecimento e adote as medidas que julgar cabíveis;

Assim, ante todo o exposto, este Relator recomenda aos nobres pares a **APROVAÇÃO** deste relatório.

De início adoção do parecer deste Relator.

Sala de Sessões, 06 de dezembro de 2021.

JORGE EVERTON BARRETO GUIMARAES:53450370510 Assinado de forma digital por JORGE EVERTON BARRETO GUIMARAES:53450370510

Jorge Everton Barreto Guimarães
Deputado Estadual
Relator da CPI da Saúde

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

FL. 4542

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

GABINETE DEPUTADA LENIR RODRIGUES

Ementa: Voto do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito o objetivo de investigar denuncias de irregularidades na gestão da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU).

VOTO DO RELATÓRIO FINAL

I) BREVE RELATÓRIO GERAL

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada com o objetivo de investigar denuncias de irregularidades na gestão da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), devendo apurar também a conduta da pasta em contratos licitatórios e investigar conduta envolventes ao desabastecimento de medicamentos e materiais nos hospitais, descumprimento dos prazos de entrega por parte de empresas contratas, entre outras questões referentes à assistência à população.

O trabalho foi desenvolvido, adotando-se como meio de investigação, precipuamente, a oitiva de testemunhas e a análise de documentos pertinentes ao tema em comento.

Do resultado do árduo trabalho desta Comissão, o nobre Relator oferta seu parecer trazendo à colação um relato geral acerca de todo o trabalho desenvolvido, resumindo cada uma das audiências públicas não reservadas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

FL. 4543

O Senhor Relator expõe, com muita propriedade, diversos temas correlatos as condutas ilícitas supostamente atentatórias a saúde pública do Estado de Roraima, discorrendo acerca de importantes dados estatísticos de contratos de cooperativa e aquisição de materiais.

Ao final, o Senhor Relator apresenta conclusões acerca de todo o apurado pela Comissão, tecendo comentários quanto aos temas pertinentes ao objeto da presente CPI.

Vale lembrar que a investigação posterior ao encaminhamento desta comissão é atividade estatal desenvolvida pela Polícia Federal e Polícias Civis, consubstanciada por intermédio do Inquérito Policial, disciplinada pela Constituição Federal, que confere atribuição privativa aos delegados de polícia de carreira para sua direção. Essa atividade é realizada de forma particularizada em cada figura delitiva, visando êxito na elucidação da autoria e comprovação de todas as circunstâncias do crime.

Conduzida pela Autoridade Policial e realizada pelos seus agentes, a investigação policial não se confunde com o poder exclusivo do Ministério Público em oferecer a ação penal. Note-se que o destinatário do inquérito policial é o Ministério Público, que irá ou não propor a ação penal. Todavia não poderá diretamente conduzir a investigação.

No desempenho de suas funções constitucionais, o Ministério Público pode requisitar a instauração do inquérito policial ou a pratica de atos no procedimento para que possa oferecer a denúncia.

II) DA ANÁLISE FÁTICA-JURÍDICA DE INDICIAMENTOS INDEVIDOS

O Senhor Relator, nas *fls. 445* encerra o relatório, sugerindo diversos indiciamentos, dentre eles os indiciamentos dos cirurgiões bucomaxilos **Drª. Dennis Dinely**, **Drº Daniel do Carmo,** e o **Drª Rodrigo Accioly** . Somente estes ambos com indiciamentos, inconsistentes e inadequados, senão vejamos:

1 - Quanto ao indevido indiciamento do **Drª. Dennis Dinely**

Os documentos negam apresentados pelo acusado as denúncias e depoimentos dados pela senhoras **Juliene Monauer Amorim e Silvana Ruiz** de que teriam recusado o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

FL. 4544

atendimento cirúrgico a determinados pacientes que ingressavam no serviço público, provou a inexistência indícios de autoria e materialidade disponível para que tais procedimentos fossem redirecionados e realizados na rede particular, sob pagamento de valores exorbitanc.

Portanto não houve nenhuma leitura jurídica capaz de adequar os artigos 312, 319, 288, 319 e 321 do Código penal Brasileiro nos fatos quais foram arquivados em inquérito policial.

2 - Quanto ao indevido indiciamento **Drª. Daniel do Carmo**

Afirmou-se que foi remanejado pela então coordenadora do Serviço de Cirurgia Bucomaxilofacial, a senhora Juliene Monauer Amorim, junto com os demais sobre alegação de irregularidades e que estariam respondendo a processos. As acusações nele proferidas todas foram infundáveis.

Foi substituído por outros profissionais não concursados, ou seja, cooperativados e também retirados dos plantões da Coopebras, pela cooperada que exerce função de "coordenador sem ônus", isto é, voluntário conforme publicação no Diário Oficial do Estado do dia 11 de setembro de 2019.

Portanto também não houve nenhuma leitura jurídica capaz de adequar os artigos 312, 319, 288, 319 e 321 do Código penal Brasileiro nos fatos que foram arquivados em inquérito policial.

3 - Quanto ao indevido indiciamento da **Dr. Rodrigo Accioly**

Provou a negação de todas as acusações. Até solicitação de TFD (tratamento fora de domicílio) foi encaminhado, nunca beneficiou nenhum paciente em procedimentos. O que houve uma tentativa de justificar o remanejamento dos profissionais concursados, pela coordenadora a senhora Juliene Monauer Amorim , com o intuito de se beneficiar financeiramente, através de inúmeros plantões pagos pela Cooperativa, e a tentativa de ligar os profissionais à pacientes que entraram na Justiça contra o Governo do Estado supostamente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

FL. 4545

Afirmaram que foram remanejados sobre alegação de irregularidades e que estariam respondendo a processos. .

Portanto também não houve nenhuma leitura jurídica capaz de adequar os artigos 312, 319, 288, 319 e 321 do Código penal Brasileiro nos fatos que foram arquivados em inquérito policial.

Os documentos demostrados pelos profissionais indiciados negam as denúncias e depoimentos dados pela sra. Juliene e sra. Silvana de que teriam recusado o atendimento cirúrgico a determinados pacientes que ingressavam no serviço público, alegando a inexistência de material disponível para que tais procedimentos fossem redirecionados e realizados na rede particular, sob pagamento de valores exorbitantes.

Como mencionado no Boletim de Ocorrência 000594/2020 pelo senhor **Dnilson Craveiro Marinho da Silva** datado o fato dia 29 de agosto de 2018 *(fls. 259)* que foi atendido pelo Drª. Daniel do Carmo, após o acidente tomou ciência de que não havia material para correção de afundamento de face, foi dado orçamento do preço da cirurgia, porém não provou a orientação de procurar o Ministério Público para realização dessa cirurgia fora do HGR. **posteriormente não anexou provas da sentença proferindo a realização de cirurgia em clínica particular.**

Os profissionais apresentaram à CPI da Saúde **vários documentos comprovando a exaustiva solicitação de materiais para a realização das cirurgias**, bem como as negativas dadas pela própria Secretaria de Saúde à época, para o atendimento adequado a esses pacientes que precisavam do atendimento.

Por fim, conforme as graves denúncias apontadas pelas depoentes na CPI, como a realização de uma cirurgia estética, orçamentos com preços fora do mercado e perseguições dentro do serviço, os profissionais dentistas estiveram munidos de documentos que desconstroem tudo que foi relatado pelas denunciantes. E se colocaram à disposição da justiça para sanar quaisquer dúvidas e mostrar a veracidade dos fatos , afirmação estas dada pelos.

Com a ausência de cirurgiões profissionais buco-maxilo no estado, somente os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

citados nos autos possuem propriedade discricionária de alegar os valores de orçamentos, e tendo em vista a inexistência de limites máximos para a especificação e serviços médicos no âmbito privado. É discricionário ao profissional estabelecer seus honorários.

III) DOS DEMAIS INDICIAMENTOS

De posse dos requisitos formais previstos no art. 41 do CPP, as denúncias sobre os demais indiciados demonstram indícios de autoria e materialidade nos termos qual obedecem a requisitos substanciais O Estado, então através do Ministério Público, se houver interesse, poderá seguir com a persecução penal, logo obtendo o suporte mínimo indiciário apto definido

> **Art. 41**. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas. pela relatoria da comissão de inquérito desta Casa sobre os senhores

Portanto votamos pelo prosseguimento dos seguintes indiciamentos:

1	Rui Oliveira figueido
2	Luana Bezerra Pereira
3	Joicy Vania Miguel da Cruz Silva
4	Andrea de Souza Nascimento Oliveira
5	Azenilton de Lima
6	Klauberth Albert da Silva Reis
7	Francisco das Chagas Cordeiro
8	Edgar Hoover de Souza Cruz
9	Jaqueline Voltoline de Oliveira
10	Elinalva da Silva Oliveira
11	Consolata Faria Alves
12	Maria Lucia de Lucena
13	Vanusa Lopes Silva
14	Tedy Francisco Silva Sobrino
15	Maria Oélia Paulino
16	Jorrimar da Silva Amorim
17	Edivaldo Pereira Vieira
18	Edilson Pereira Vieira
19	Sandonayde da Silva Bichara

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

20	Pedro Lindemberg Silva Cruz
21	Marciana Batista Carncira
22	Humberto Alves Nogueira
23	Milton Luiz da Silva
24	Dhiogo Neto Silva
25	Thiago Luiz Neto Silva
26	TIDIMAR COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LDTA
27	Gustavo Aguiar da Costa
28	Gilney Penna Bastos
29	Edson de Araújo
30	IPES INDUSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA
31	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA
32	PRAXAIR DO BRASIL LTDA
33	Helenira Macêdo Barros
34	Michel Lima Ribeiro
35	Eudney Pereira de Souza
36	Valter Ribeiro
37	Marcelo José de Lima Dutra
38	HAIPLAN CONSTRUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
39	QUANTUM EMPREENDIMENTOS EM SAÚDE LTDA EPP
40	NOVA MÉDICA COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES
41	FEMAX SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI
42	CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A
43	LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES S.A
44	CARBOXI- INDUSTRIA E COMERCIO DE GASES LTDA
45	A L DE ALMEIDA SANTOS
46	Júlio Rodruigues Ferreira
47	Rita Sinezia Neta de Souza
48	Gilce de Oliveira Pinto
49	Roger Henrique Pimentel
50	Vladimir Pinheiro Alves Neto
51	André Luiz Almeida Santos
52	Carlos Atini Pinheiro
53	Erike Barbosa de Carvalho Araújo
54	Marco Aurélio Marques Félix
55	Erica Cristina Pimenta
56	Franco Maria Giuseppe Pallamolla
57	Jean Frank Padrilha Lobato
58	Francisco de Assis Rodrigues
59	Francisco Monteiro Neto
60	Francisvaldo de Melo Paixão

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

IV) VOTO

Votamos pela **REJEIÇÃO PARCIAL** do Relatório ofertado, pois pugnamos pelas retiradas supra aludidas dos indiciamentos equivocados dos senhores cirurgiões bucomaxilos **Drº. Dennis Dinely, Drº Daniel do Carmo, e o Drº Rodrigo Accioly** , devido a ausência de provas e falta de pressupostos fático-jurídicos nas investigações.

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO PARCIAL** , em deferimento os demais 60 (sessenta) indiciamentos mencionados pela Relatoria.

É o voto.

Sala das Sessões, 06 de dezembro de 2021.

LENIR RODRIGUES
Deputada Estadual

Assembléia Legislativa do Estado de Roraima
Gerência De Assistência Às Comissões
RECEBIDO
COMISSÕES
EM 06/12/2021
AS: 12h Rmm
Funcionário/ALE.

ATAS

ATA DA 89ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às quinze horas e trinta e quatro minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte e um, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas desta Casa Legislativa, sob a presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas, deu-se a octogésima nona reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos da Resolução n. 041/19 e alterada pela Resolução n. 044/19, nos termos da Resolução n. 21/2020.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Boa tarde a todos! Vamos dar início a mais uma reunião da CPI da Saúde, a octogésima nona reunião, com a finalidade de discutir e deliberar o relatório, provavelmente, a última, onde será feita a leitura do relatório, apresentado pelo deputado Jorge Everton, na última reunião. Para isso, solicito à Secretária desta Comissão que proceda à verificação de quórum regimental.

A Senhora Secretária **Josiane Daubermann** – Há quórum, senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão.

Quero, antes de fazermos a leitura da ata, cumprimentar o Deputado Nilton do Sindpol, Vice-Presidente desta CPI; cumprimentar o Deputado Jorge Everton, Relator da matéria, relator da CPI; a Deputada Lenir Rodrigues, integrante desta CPI, Deputado Renato Silva, também integrante desta CPI. Ausentes, no momento, mas acredito que devam chegar nos próximos minutos, os Deputados Evangelista e Eder Lourinho. Quero cumprimentar todos que estão nos acompanhando através do sinal da TV Assembleia e todos os servidores desta Casa, que dão sua contribuição para que a gente possa realizar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Solicito à Secretária desta comissão que faça a leitura da Ata da octogésima oitava reunião da CPI.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Senhor presidente, como a Ata é de conhecimento de todos, peço a dispensa da leitura da Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo nenhuma objeção, acato o requerimento verbal do Deputado Jorge Everton pela

dispensa da leitura e coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a ata da reunião anterior, permaneçam como estão. Declaro aprovada a Ata.

Nós estamos, no momento, passando para o Expediente. Comunico aos Senhores Deputados que nós temos no Expediente requerimento dos cirurgiões, doutores dentistas, doutor Daniel do Carmo Carvalho e doutor Rodrigo da Franca Acioly, solicitando cópia integral final desta CPI.

Temos, também, recebido do dia 7, às 17h50min, o requerimento da doutora Bárbara Matos de Sousa, advogada da Empresa CARBOXI Indústria e Comércio de Gás LTDA, requerendo a disponibilização de cópia integral do processo desta CPI. Temos, também, voto/vista em mesa, que será discutido na Ordem do Dia.

Isso é o que temos no Expediente.

Passamos à Ordem do Dia. Antes de passarmos à discussão da deliberação do relatório do relator e o voto/vista, nós temos... na última reunião nós propusemos, esta presidência propôs a referência elogiosa aos servidores que contribuíram nos seus mais diversos serviços para a realização das reuniões, diligências, oitivas desta CPI. Estavam faltando alguns nomes de servidores que nos foram entregues, eu faço a leitura, que são: Assessoria/Web: Leo Daubermann, Bruna Gomes, Kátia Bezerra, Vanessa Brito, Yasmin Guedes. A Superintendência de Comunicação, na pessoa da Sônia Lúcia Nunes Pinto; os repórteres-fotográficos Eduardo Andrade, Jader Souza, Marley Lima, Tiago Orihuela; TV e Rádio Assembleia: as jornalista e repórteres Camila Dalagnol, Beatriz Prill, Johann Barbosa, Wilians Dias, Claudinei Sampaio, Erbson Riller, Guilherme Simões, Hisraufre Emiliano, Rondinele Esbell. Switcher: cinegrafistas Anderson Lira, Eduardo Souza, Marcus Alexandre. Da assessoria da relatoria: Rafael Alves da Costa, Ronye Mauricio Amorin, Marnildo Souza Oliveira e também me foi passado aqui a assessoria de membros desta CPI, do Deputado Evangelista Siqueira, o senhor Ricardo Silva Veras.

Esse são os nomes que eu coloco para discussão dos senhores deputados. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a aprovação da referência elogiosa a esses servidores que contribuíram para os trabalhos da CPI. A votação será simbólica: aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Bom, nós, dentro da Ordem do Dia, nós temos o requerimento do senhor Daniel do Carmo Carvalho e do Rodrigo de Franco Acioly e aqui solicitam cópia dos autos do relatório final desta CPI e também da Empresa CARBOXI, que também solicita cópia do relatório final da CPI. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será simbólica: aqueles que aprovam para a disponibilização dos relatórios final da CPI permaneçam como estão. Aprovado.

Determino a secretária da CPI que entre em contato com os patronos dos requerentes, para viabilizar a disponibilização da documentação solicitada.

Estamos, agora, então, iniciando a discussão, para, depois, irmos para a deliberação do relatório, apresentado pelo relator da CPI, deputado Jorge Everton. O relatório foi lido na última segunda-feira e, como era um relatório extenso, de 645 páginas, houve, após a leitura do relatório e a relação dos nomes em que o relator propõe o indiciamento, uma suspensão, até porque para que os deputados pudessem discutir e se prepararem para a deliberação, foi acordado que nós daríamos 48 horas de prazo para que aqueles deputados que quisessem fazer uma discussão mais circunstanciada e técnica, e pudessem preparar seus votos. Nesse sentido, foi marcada esta reunião, hoje.

Então, coloco em discussão o relatório do deputado Jorge Everton.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu, na mesma data da apresentação do relatório, apresentei voto divergente e gostaria de apresentar meu voto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A senhora pode prosseguir.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Então, vou fazer um resumo do voto do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo objetivo é investigar denúncias de irregularidades de gestão da Secretaria Estadual de Saúde.

Primeiramente, quero parabenizar todos os colegas, em especial, o eminente deputado Jorge Everton, pelo extenso trabalho e pelo aspecto democrático da construção desse relatório, porque vários de nós, com os nossos assessores, também contribuímos com as investigações, de forma efetiva, participamos de diligências e tivemos um grande ganho quando suspendemos contratos, porque nós fizemos com que o Estado economizasse esse dinheiro e pudesse, realmente, reinvestir esses recursos públicos em outras políticas de saúde. Então, mesmo tendo esse extenso relatório, que é muito denso, eu fiz um voto divergente contra três indiciados. Vou resumir, não vou ler o relatório, mas disponibilizo para a imprensa, para quem quiser ter interesse de ver as provas que colhi, e achei o indevido indiciamento dos médicos bucomaxilos: doutor Dennis Dinelly, Daniel do Carmo e Rodrigo Acioly. Eles tiveram procedimentos investigados pela Polícia Civil de Roraima, que é uma instituição honrada no nosso Estado, uma instituição séria e eles tiveram os inquéritos arquivados, exatamente, por ausência de provas. E, até a meu ver, data vênia aos demais membros da CPI, eu vi e ouvi que as denunciantes desconstruíram os fatos narrados, naquele momento. Então, com a ausência de cirurgiões profissionais bucomaxilos no Estado, somente esses citados nos autos é que possuíam, à época, propriedade discricionária para alegar os valores dos orçamentos. E, tendo em vista a inexistência de limites máximos para as especificações de serviços médicos no âmbito privado, eles, assim fizeram esses orçamentos. Não tiveram lucro. Em três anos, apenas um procedimento foi realizado. Então, assim, se nós fôssemos falar de uma tentativa da tentativa, da tentativa, mesmo assim eu creio que os depoimentos não demonstram indícios suficientes para que nós pudéssemos indiciar, no âmbito da CPI, esses três profissionais, aqui no Estado. Então, eu considero, relator Jorge Everton, deputado, fantástica a sua análise e eu estou fazendo isto, aqui, pedindo a exclusão desses profissionais. Nós temos a questão de visão também, mesmo nós estando, aqui, em uma posição de deputados e deputadas, nós temos uma posição de visão, por quê? Porque nós chegamos aqui, carregados de experiência, não é? Eu sou Defensora Pública, Vossa Excelência é Delegado licenciado, eu sou Defensora Pública licenciada, cada um traz uma experiência, e, nessa minha experiência, a minha convicção é que fica indevido esse indiciamento. Inclusive, considerei falta de pressupostos fáticos e jurídicos para essas investigações. Então, eu vou votar pela aprovação parcial, desde que esse deferimento, até voto integral, mas vejo que o deferimento dessa exclusão seja apreciado pelos demais pares. Falo isso com tranquilidade para a sociedade porque é muito fácil apontar o dedo para alguém e encontrar, e o trabalho sendo extenso, nós podemos encontrar uma coisa ou outra, contra uma pessoa, mas aqui o trabalho foi muito sério; eu reconheço, relator. Já trabalhei com Vossa Excelência em outras CPI e aqui, foi duro, relator, também. Eu considero o trabalho fantástico.

Quero parabenizar o presidente, deputado Coronel Chagas, que incansavelmente, dirigiu os trabalhos da CPI. Deputado Eder Lourinho, deputado Evangelista Siqueira, o deputado Renato Silva, que foi o proponente que lutou para que fosse instalado, pois não é fácil instalar uma CPI aqui na Assembleia, está de parabéns, e, o vice-presidente, o deputado Nilton Sindpol, que também é da Polícia Civil. Então, eu apresento esse voto divergente, apenas contra esses três, esses três profissionais. Sou contra, já me manifestei e quero me manifestar, publicamente, à criminalização de médicos e, no caso, dos bucomaxilos, porque têm provas robustas que, várias vezes, eles pediram, naquela época, o material, solicitando o material e, realmente, não tinha material para que as pessoas pudessem buscar a justiça. Inclusive, vários procuraram a Defensoria Pública. Então, não foi uma coisa que foi com advogado particular, que teve um arrumadinho, não. Várias pessoas procuraram a Defensoria Pública, que é a instituição da qual sou oriunda, e que tem uma grande respeitabilidade e responsabilidade social, aqui no Estado. Então, eu, analisando os autos, peço vênia para apresentar meu voto divergente. Não vou ler porque eu já entreguei umas quarenta e oito horas antes e acredito que todos tiveram a possibilidade de ler o meu voto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão o voto divergente da deputada Lenir Rodrigues, em que requer a exclusão do indiciamento nos nomes que menciona, que são aqueles profissionais investigados dentro do processo dos bucomaxilos.

Para discutir, o relator, deputado Jorge Everton.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Eu quero agradecer as palavras da minha amiga, deputada, defensora, professora Lenir. Sempre muito justa, como sempre. Esse trabalho é fruto desta comissão. É um trabalho onde nós dividimos tarefas, onde os processos eram divididos, e eu agradeço o apoio de todos, foi essencial, senão não teríamos chegado a essa conclusão.

Eu lembro que a CPI do Sistema Prisional eram poucos processos e nós demoramos mais de ano. e esse volume de trabalho produzido, Coronel Chagas, mostra a dedicação desses membros da CPI. Como eu havia falado na leitura do meu relatório, o indiciamento feito pela relatoria não vincula, de forma alguma, aos órgãos de controle e percepção criminal. Os autos vão ser todos encaminhados para os órgãos de controle, que poderão aumentar o número de indiciamentos

ou diminuí-los, como está sendo sugerido pela deputada Lenir. Isso é o convencimento de quem analisa. Eu não sou o dono da razão e respeito o seu ponto de vista. A minha postura de indiciá-los foi com base no que foi trazido aos autos. Não tenho amizade e nem inimizade com eles, mas eu me ative a minha convicção e respeito a convicção da deputada Lenir.

Eu gostaria de manter o meu voto inicial, mas respeito. E, a decisão do colegiado, nós iremos acatar, deputada. Mas, de antemão, já lhe agradeço pela ajuda, pelo esforço, pela dedicação e pela serenidade que a senhora tem na condução desses trabalhos. Era o que eu tinha para falar, presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Ainda em discussão. Não havendo quem queira discutir, nós vamos colocar em votação o voto da deputada Lenir Rodrigues.

A votação será nominal: aqueles que concordam com o voto da deputada Lenir Rodrigues, que é pela exclusão do indiciamento dos profissionais do bucomaxilo que menciona, vão votar "sim", e aqueles que são contra, vão votar "não". Então eu vou fazer a chamada para a votação:

Deputado Nilton Sindpol, qual seu voto?

O Senhor Vice-Presidente **Nilton Sindpol** - Boa tarde, Presidente e a todos os membros da CPI. O meu voto, eu acompanho o relator, deputado Jorge Everton.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então o deputado Nilton vota, Não. Deputado Jorge Everton.

O Senhor Relator **Jorge Everton** - Eu mantenho meu voto inicial, como eu falei, respeitando o voto divergente da deputada Lenir. Eu voto, Não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Jorge Everton vota, Não. Deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** - Senhor presidente, eu voto com a deputada Lenir.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Evangelista Siqueira vota, Sim. Deputada Lenir Rodrigues.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sim, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Meu voto é Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Renato Silva vota, Sim.

Então, nós temos 03 (três) votos Sim, ou seja, pela exclusão do indiciamento dos bucomaxilos, doutores Dennis Dinelly, Daniel do Carmo e Rodrigo Acioly.

Então, temos 3 (três) votos pelo não indiciamento e 2 (dois) votos pelo indiciamento. Eu, como presidente da comissão, só posso votar, caso haja um empate entre ou membros da CPI. Então, nesse caso, não houve empate e não poderei aferir meu voto, porque se assim o fosse, eu seguiria o relator, deputado Jorge Everton, porque tenho um entendimento de que há indícios suficientes para o indiciamento desses profissionais, mas respeito a decisão do colegiado e está feito a votação pelo não indiciamento dos 3 (três) profissionais.

São 3 (três) votos sim, pelo não indiciamento e 2 (dois) votos não. Então foi aprovado o voto divergente da deputada Leni Rodrigues.

Muito bem, pergunto se tem mais algum voto divergente ao relatório, apresentado pelo deputado Jorge Everton?

Não havendo, nós passaremos então a votação do relatório final do deputado Jorge Everton, já excluídos os nomes dos três bucomaxilos.

Então, nós temos 65 (sessenta e cinco) sugestões de indiciamento no relatório do deputado Jorge Everton, menos esses 3 (três), serão 62 (sessenta e dois) nomes que restam no relatório para o indiciamento.

Eu coloco em discussão o relatório final, já com a exclusão dos 3 (três) nomes. Não havendo quem queira discutir nós colocamos em votação. A votação será nominal: aqueles que concordam com o relatório final do deputado Jorge Everton, votam Sim; aqueles que não concordam, votam Não.

Farei a chamada para o voto: deputado Nilton do Sindpol?

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Presidente, eu voto com o relator deputado Jorge Everton, voto Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Vota Sim. Deputado Jorge Everton?

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Voto Sim, Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado vota sim, deputado Evangelista Siqueira?

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** - Com o relator, senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Evangelista Siqueira vota Sim. Deputada Lenir Rodrigues?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Voto Sim, senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Deputada Lenir vota Sim. Deputado Renato Silva?

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Primeiramente, Presidente, queria justificar meu voto. Hoje nós estamos encerrando a CPI da Saúde. Há dois anos eu procurei Vossas Excelências, no qual tentei colher assinaturas necessária para podermos abrirmos a CPI. Lembro que o deputado Nilton até mandou fazer camisas "CPI da Saúde já", porque muitas pessoas não acreditavam que nós iriamos conseguir abrir a CPI. O principal motivo da CPI, para a abertura, que tem que ser justificado o motivo para o qual você quer abrir a CPI, que foi o contrato da COOPEBRÁS, da cooperativa de médicos, e esse trabalho dessa cooperativa, conseguimos concluir, mesmo antes desse relatório, tanto é que já teve operação da polícia em cima do processo da cooperativa dos médicos, tivemos o cancelamento do contrato, não é? Nós primeiros meses de CPI, os contratos custavam 11 (onze) milhões e meio para o Estado, e em menos de quatro meses de CPI o contrato foi reduzido para 7 (sete) milhões de custo. Então, a CPI começou a dar resultado nos primeiros anos, nos primeiros meses de trabalho.

Então, hoje, eu quero, aqui, parabenizar seu relatório, deputado Jorge. Nós acompanhamos desde o início cada processo, e demorou muito o nosso trabalho, porque era o principal foco. A justificativa para abrir esta CPI foi o processo da cooperativa, mas quando abriu a CPI foram aparecendo muitas denúncias, muitas denúncias, muitos processos e nós achávamos que íamos analisar 20 (vinte), depois foi para 30 (trinta), depois foi para 40 (quarenta) processos e nós tínhamos que analisar todos esses processos, todos esses contratos e todas essas denúncias. Conseguimos, graças a Deus, concluir, hoje e o trabalho já deu resultado durante todo esse período.

Parabéns, deputado Jorge. Parabéns a todos os membros da CPI. Eu voto Sim, para o seu relatório e parabenizo mais uma vez pela sua segunda CPI. Foi maravilhoso e excelente o trabalho que Vossa Excelência fez nesta CPI da Saúde. Parabéns a todos. Obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Deputado Renato Silva vota Sim.

Deputado Eder Lourinho está ausente. Portanto, o relatório final do deputado Jorge Everton foi aprovado com 6 (seis) votos Sim, nenhum voto Não, e nenhuma abstenção, razão pela qual dou por aprovado o relatório final.

Esse relatório, agora, seguirá para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que caberá pautar na Ordem do Dia em sessão plenária, com a presença de todos os deputados desta casa. Mas, apenas para lembrar que, em sendo aprovado em plenário por esta Casa, ele deverá ser encaminhado ao Ministério Público do Estado de Roraima para que promova as ações cíveis e penais cabíveis acerca dos indícios de irregularidades, apontadas ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima e também ao procurador-geral da república, tendo em vista que foi indiciado um senador da República; ao Governo do Estado de Roraima e também, eu propus o encaminhamento ao Ministério Público Federal, em Roraima e ao Tribunal de Contas da União. Então, serão os encaminhamentos que deverão ser feitos, caso venham ser aprovado em plenário nesta Casa.

Eu quero, ao encerrar os trabalhos desta CPI, dizer que foi uma responsabilidade e uma honra muito grande poder participar dos trabalhos desse órgão colegiado. É uma responsabilidade muito grande porque o requerimento, que foi aprovado nesta Casa, encabeçado pelo deputado Renato Silva, ele trazia denúncias sérias na Secretaria de Saúde do nosso Estado, e a sociedade precisava e queria uma resposta ao esclarecimento disso. Nós não imaginávamos, deputada Lenir, o tamanho do trabalho que nós teríamos, porque não era apenas um contrato, um processo a ser investigado. Na medida em que fomos ouvindo as pessoas, nós fomos recebendo requerimento dos senhores deputados, membro dessa CPI de requisição de contrato A, contrato B, contrato C e quando nós vimos, nós estávamos com 44 (quarenta e quatro) contratos, sendo requisitados, que acarretou em mais de 100 (cem) volumes de cópias de contratos, ou seja, mais de cinquenta mil páginas para serem analisados e os deputados, com assessoria da CPI, suas assessorias e também e seus gabinetes, tiveram muito trabalho. Eu costumo dizer que a Polícia Judiciária, muitas vezes, quando se debruça em cima de um contrato, de um processo, de uma investigação, ela leva até dois, três, quatro anos, para conseguir concluir, formar sua convicção, fazer o relatório e encaminhar à justiça. Nós não tínhamos apenas 1 (um) processo, nós tínhamos 44 (quarenta e quatro) processos e no meio disso tudo, nós ainda tivemos a pandemia, que atrapalhou muito os trabalhos desta CPI. Diversos deputados foram

acometidos, também, da doença, e isso, claro, acabou atrapalhando. Mas, o fato é que nós nunca perdemos o foco e, muitas vezes, apesar das divergências, nós sempre conseguimos buscar o entendimento para o prosseguimento das investigações, das diligências e do trabalho cansativo, que é esse de realizar uma CPI.

Foram dois anos e três meses de trabalho, mas graças a Deus nós conseguimos chegar ao final, e estamos apresentando o resultado desse trabalho, que será encaminhado ao plenário desta Casa. Eu tenho certeza que a CPI prestou um grande trabalho ao Estado de Roraima, ao povo de Roraima, porque antes mesmo de ser concluída, ela já deu diversos resultados positivos, como foi citado pelo relator, como foi citado pelo deputado Renato Silva, deputado Nilton, deputado Evangelista, deputada Lenir, nos últimos dias, como o cancelamento de contratos de alimentação, como o contrato da Coopebras, o cancelamento de vinte e três contratos emergenciais, da ordem de mais de 80 (oitenta) milhões de reais, isso tudo, com certeza, já seria o suficiente para justificar o trabalho desta CPI. Mas, a CPI apresentou muito mais, e, aqueles que foram apontados como responsáveis por alguma irregularidade, cujo nomes foram sugeridos o indiciamento e aprovado, hoje, nesta Reunião, vão responder, agora, perante a justiça. Nada obsta, eventualmente, que alguns desses não sejam denunciados pelo Ministério Público, mas pode também haver alguns que nós não tenhamos conseguido elementos para indiciamento, mas que o MP, com outras informações, ou o Ministério Público Federal, venha a conseguir elementos necessários para o indiciamento.

Enfim, eu quero agradecer a cada deputado, integrante desta CPI: deputado Nilton do Sindpol, que nos auxiliou muito, como Vice-presidente desta CPI, deputado combativo, que apresentou diversos requerimentos e soube engrandecer os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Deputado Jorge Everton, como um relator incansável, um profissional dedicado, policial de polícia. Não poderia haver alguém mais adequado para essa missão do que o Deputado Jorge Everton, pela sua experiência em ter feito, com certeza, muitos inquéritos ao longo de sua carreira. Ele, com o seu tino policial também conseguiu realizar o que todo o povo de Roraima esperava.

Deputado Renato Silva, que foi o autor do requerimento, conseguiu as assinaturas necessárias e o convencimento desta Casa para se iniciar esta CPI, e também, foi um deputado que apresentou muitos requerimentos, debateu muito, e buscou sempre a elucidação dos fatos apontados como irregulares.

Deputada Lenir Rodrigues, defensora pública, gestora experiente também, contribuiu muito, não só com requerimentos, mas também nas oitivas com os questionamentos que foram feitos juntos as testemunhas e os investigados, e também, trazendo a sua experiência, como gestora de muitos anos no esclarecimento de pontos importantes, de processos licitatórios e de execução de contratos.

Deputado Evangelista Siqueira, que também apresentou requerimentos, debateu, questionou testemunhas, participou, ativamente, das reuniões desta CPI. Contribuiu, foi decisiva a sua participação para que nós chegássemos até este momento.

Deputado Soldado Sampaio, que também foi membro desta CPI e contribuiu muito, enquanto esteve aqui. Depois, teve que pedir desligamento em razão de ter ido para o Executivo, para a Casa Civil. E ele, nesse período que esteve aqui, contribuiu muito para os trabalhos desta CPI. Foi substituído pelo deputado Eder lourinho, que deu sua contribuição, também efetiva, que foi discutindo e debatendo e votando as deliberações desta Casa. Então, a todos os deputados eu agradeço profundamente pela paciência, e muitas vezes, pela compreensão dos encaminhamentos que nos possibilitaram chegar até aqui.

Quero, também, agradecer a todos os servidores desta Casa que tiveram a oportunidade de trabalhar e ajudar esta CPI, a todos aqueles que nós tivemos oportunidades de contato, nós fizemos, aqui, as informações elogiosas que foram aprovadas. Enfim, a todos vocês, servidores desta Casa, muito obrigado a todos. Enfim, concluímos os nossos trabalhos e vamos encaminhar à Mesa Diretora. Eu pergunto se mais algum deputado tem mais alguma observação a fazer. Deputado Nilton.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol-** Presidente Coronel Chagas, deputado Jorge Everton, relator, deputado Evangelista, deputada Lenir, deputado Renato. Eu quero fazer referências à Vossas Excelências, ao deputado Eder Lourinho e ao deputado Soldado Sampaio, que iniciou esta CPI. A bravura do deputado Renato. Quando começou, o deputado Renato veio e conversou comigo e eu logo fiquei interessado em participar da campanha para que fosse instalada a CPI, e, enfim, nós estamos hoje, concluindo. Para mim, a CPI da Saúde foi uma experiência única, de no primeiro mandato, a gente já fazer parte de uma comissão tão importante como esta que, certamente, a sociedade do Estado de Roraima tem grandes esperanças de que o resultado tivesse resultado positivo. E, já foram citados aqui alguns resultados positivos da CPI da Saúde. No entanto, tem muito a se corrigir, ainda. Foram vistos, aqui, no plenário e na sala de reuniões, os depoimentos de todos os que foram convocados, e a saúde do Estado de Roraima, eu tenho certeza, que vai chegar num patamar de qualidade que o povo do Estado de Roraima merece. Mas, apontamos, aqui, muitas falhas, falhas que recaem na vala comum do "ah, sempre foi assim". Presidente Coronel Chagas, a gente vê que falta, ainda, muitos profissionais vestirem a camisa da saúde pública, porque como acabei de dizer, aqui, ao deputado Evangelista e falo a todos: todo mundo vai precisar da saúde pública um dia na sua vida. Assim como nós, temos muitas pessoas que perderam a vida, em virtude da Covid-19, é uma questão natural o desgaste da máquina do ser humano. Mas, essa experiência de vida, aqui é ímpar e esse primeiro mandato tem me mostrado que a sociedade do Estado de Roraima, realmente, tem que começar a abrir os olhos e começar a fazer uma seleção natural dos seus representantes. E nós, aqui nesta CPI, fizemos o melhor. Então, quero agradecer a cada um dos membros desta Comissão, agradecer não só nessa questão de referência elogiosa, porque nós sempre findamos pecando, mas agradecer a cada servidor desta Casa, que esteve conosco ao longo desses meses, a você, que nos acompanhou aí, nas reuniões. Deputados Coronel Chagas e Jorge Everton, um dos pontos positivos que eu sempre exalto é que a gente tinha as reuniões transmitidas ao vivo. Não foi feita uma CPI entre quatro paredes. Então, isso demonstra que a Assembleia Legislativa está evoluindo, os deputados, que são experientes, aqui, de outros mandatos e a gente, do primeiro, que nem eu, Renato e Eder Lourinho. Então, isso é importante e que nós possamos contribuir, muito mais, ainda, com a sociedade do Estado de Roraima para que a gente tenha, além de uma saúde de qualidade, a gente tenha um Estado de Roraima forte e pujante, e a gente possa andar para frente e tenhamos um futuro brilhante.

Para encerrar, quero agradecer, mais uma vez, a cada um de vocês, pela parceria, pela troca de experiência, pela confiança, para que a gente fizesse algumas incursões, juntamente com a equipe, aqui, da Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso é importante para nós, como cidadãos, como representante do povo. Então, o meu muito obrigado a cada um de vocês da CPI, aos servidores da Casa e reafirmar, aqui, o nosso compromisso com o Estado de Roraima. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu também quero, de igual forma, parabenizar todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Agradecer aos servidores, a imprensa, que também deu cobertura e acompanhou, até divulgando os trabalhos desta Comissão.

Foi mais uma experiência dura. Por dois anos nós estamos aqui, trabalhando, fora as horas de análises, principalmente da equipe, que acompanhou o deputado Jorge Everton, que foi, exatamente, na equipe do deputado Jorge Everton, que recaiu a maior parte do trabalho. Parabéns, deputado, pelo trabalho e pelo compromisso com o Estado e nós seguimos juntos, aqui, para que a gente possa dar uma colaboração efetiva na fiscalização do orçamento público, que é uma das funções do deputado estadual e da deputada estadual.

Então, só quero agradecer todos e todas que estiveram conosco todos os dias em reuniões, diligências, estudos, que nós fizemos durante esses dois anos. Estou muito feliz de encerrar a CPI com resultado, mostrando para a sociedade que nós fomos, sim, capazes de suspender contratos, de economizar para o Estado e de dizer, hoje, no final, quem é quem, e quem teria contribuído para que pudesse, talvez, ter esses desvios e outros que, efetivamente, ocorrerem, realmente. Então, os órgãos de controle, agora, vão, com certeza, tomar conhecimento de forma mais aprofundada e nós encerramos aqui, com a sensação e com a certeza de que nós cumprimos o nosso dever de deputados e deputadas, aqui. E eu, com única mulher aqui, a única mulher nesse clube machista, de uma Casa que tem sete mulheres, mas eu estive aqui, marcando a posição das mulheres, representando nossas setes mulheres, aqui, nessa comissão de sete membros. Então, foi uma satisfação trabalhar com todos vocês nesse tempo todo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a palavra o deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Na mesma linha dos demais deputados, eu gostaria de parabenizar, primeiramente, Vossa Excelência, pela condução dos trabalhos ao longo desse período, desse tempo, de forma muito coesa, de forma ética, de forma a atender todos os pedidos que nós fizemos e em nenhum momento se furtou a trazer para discussão do grupo. Recordo-me quando todo isso começou e aí, eu comentava há pouco com o deputado Nilton, quando nós estávamos em cima de um carro de som, percorrendo as ruas da cidade. Lembra, deputado Nilton? Eu, você, deputado Renato, deputado Neto, pedindo,

conclamando que fosse pautado nesta Casa, para que fosse aberta a CPI, há um tempo, em 2020, e hoje, nós findando esse processo. Vejo como foi proveitoso aquele momento, como foi muito salutar ter contado com o apoio da população, naquele momento. Dizer que várias ações que foram desencadeadas, sobretudo na Polícia Federal, teve motivação da investigação que esta CPI, também, apontou dados para que a polícia assim o fizesse.

Gostaria de agradecer, também, presidente a colaboração da Polícia Civil do nosso Estado, que, de forma muito prestigiosa, nos recebeu. Fizemos esse processo de parceria. Eles disponibilizaram um grupo de policiais, de peritos, para estarem aqui, nesta Casa, conseguimos a sala e eles fizeram um trabalho muito salutar a esta CPI, de cruzamentos de dados bancários, fiscais. Isso ajudou muito na elucidação dos fatos e a chegar ao relatório que, hoje, foi aprovado.

Me sinto no dever cumprido de ter feito parte da CPI e vamos agora, para o plenário trabalhar para a aprovação. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Bom, não havendo mais nenhum deputado que queira se manifestar, nós, mais uma vez, agradecemos a contribuição de todos e damos por encerrado os trabalhos desta CPI e por encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos. Uma boa tarde e até uma próxima oportunidade.

Deputado **Coronel Chagas**
Presidente da CPI de Saúde
Deputado **Nilton Sindpol**
Vice-Presidente da CPI de Saúde
Deputado **Jorge Everton**
Relator da CPI de Saúde
Deputada Lenir **Rodrigues**
Membro da CPI de Saúde
Deputado **Renato Silva**
Membro da CPI de Saúde
Deputado **Evangelista Siqueira**
Membro da CPI de Saúde

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

RESOLUÇÃO Nº 0579/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1° Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscais do contrato, conforme artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Nº do Processo	Contratado	Objeto	CPF/ CNPJ	Fiscal de Contrato
552/2021	CESAR V. M. SANTANA-EIRELLI ME	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão gráfica, com acabamento, dobraduras, encadernação, colagem em diversos formatos e tipo de papel em preto e branco, como também em colorido, para atender as necessidades da ALE/RR.	-07.590.103/0001-06	-Jailson Sousa Silva Matrícula: 17362 (Fiscal) -Adriana Maria Silva da Cruz Matrícula: 214603 (Fiscal Suplente)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 20 de dezembro de 2021.

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita
Superintendente-Geral
Matrícula n° 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0580/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do servidor Roque Pereira da Silva Neto, matrícula: 25317, com destino a cidade de São Paulo/SP, saindo no dia 29.12.2021, com retorno no dia 03.01.2022, a serviço deste poder.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 21 de dezembro de 2021.

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita
Superintendente-Geral
Matrícula n° 25567 / ALE/RR

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO Nº 9179/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JOSE VIEIRA DE SALES GUERRA NETO, matrícula: 27253, CPF: 000.777.682-99, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9180/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FELIPPE CRISTIAN MARTINS E SILVA DE ALMEIDA, matrícula: 24716, CPF: 006.329.542-30, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 10 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9181/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ALENCASSIO CADETE SILVA, matrícula: 22311, CPF: 013.142.952-33, do Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9182/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar VIRGINIA LIMA ROSSATI, matrícula: 24108, CPF: 017.879.493-70, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9183/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SEREADY DE SOUZA MACEDO, matrícula: 27605, CPF: 025.330.512-84, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9184/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANA SHAIRA FRANCO RIVAS DE ARAUJO, matrícula: 27371, CPF: 025.739.502-47, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-10 Secretário Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9185/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MARIA EDUARDA PEREIRA DE SOUSA, matrícula: 27254, CPF: 034.155.422-70, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9186/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar NILMA MOREIRA SOUSA, matrícula: 27373, CPF: 199.756.512-91, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9187/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JUCILEIDE ALVES LOPES, matrícula: 22044, CPF: 225.781.022-87, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9188/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RELINA DE SOUZA MOTA, matrícula: 27512, CPF: 376.013.182-49, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9189/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SIMEAO CAMPANHA WANDERLEY NETO, matrícula: 25850, CPF: 519.593.132-15, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9190/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JANIO TAVARES, matrícula: 22389, CPF: 590.912.312-20, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 10 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9191/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar BRUNO RODRIGUES BARROS, matrícula: 25431, CPF: 658.437.892-68, do Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9192/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MARIA ALCIONE DA SILVA, matrícula: 26688, CPF: 736.621.782-49, do Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9193/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar VANUZA DE ASSIS CORREA, matrícula: 25534, CPF: 754.994.952-20, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-6 Assessor Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9194/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RILDO LEANDRO DE MELO CESAR, matrícula: 24001, CPF: 852.369.692-04, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9195/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SEBASTIAO PEREIRA LIMA NETO, CPF: 000.920.622-10, no Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9196/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LEANDRO CADETE FELIPE, CPF: 005.121.052-51, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9197/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GABRIELA ALVES GRACIA, CPF: 005.545.812-21, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9198/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KEYNE BEZERRA RODRIGUES, CPF: 007.304.212-95, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9199/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear THAIS NOGUEIRA, CPF: 009.238.882-50, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9200/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PAULA JULIANA DE AZEVEDO LEITAO VOGUEL, CPF: 009.835.042-02, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-6 Assessor Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9201/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDRE ANJOS DE SOUSA, CPF: 010.299.382-37, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9202/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear REBECA LYNA MOTA COSTA, CPF: 012.058.152-36, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9203/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALENCASSIA CADETE SILVA, CPF: 012.372.782-01, no Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9204/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DIEGO SOUSA DO BU, CPF: 017.459.912-98, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 10 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9205/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ERICO JOSE OLIVEIRA ALVES, CPF: 018.247.792-40, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9206/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JADSON WENDEL PEREIRA DA SILVA, CPF: 021.256.132-47, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9207/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DEUSDETE CONSTANCIO DE SOUZA JUNIOR, CPF: 022.087.002-01, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9208/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ORLENE FERREIRA GAMA, CPF: 027.066.552-83, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9209/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LAIZA FERREIRA DAVILA, CPF: 030.092.292-24, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9210/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VICTOR DE ARAUJO BESCHORNER, CPF: 053.003.862-51, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9211/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOSEITO VASCONCELOS RIBEIRO, CPF: 144.663.092-72, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9212/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear OZANETE DA SILVA MAGALHAES, CPF: 149.717.632-87, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 10 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9213/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PERILDES ARAUJO DA SILVA, CPF: 225.648.022-49, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9214/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANTONIO VALDERECI LEITAO, CPF: 323.160.202-59, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9215/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOEL DE JESUS ALENCAR, CPF: 383.089.322-15, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9216/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GEOVANIA PEREIRA DE MELO, CPF: 446.457.242-15, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9217/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANA MARIA OLIVEIRA DE SOUSA, CPF: 510.131.772-15, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9218/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RUY HAGGE BARBOSA JUNIOR, CPF: 539.004.562-91, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9219/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear NERLEY GUERREIRO, CPF: 570.611.812-49, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9220/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MIRANDA FREITAS PERES, CPF: 594.555.782-04, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9221/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIANGELA LOPES SILVA, CPF: 599.391.172-72, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-10 Secretário Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9222/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SANDREA DE ARAUJO XAUD, CPF: 612.134.972-72, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9223/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JAIBERTO DE MELO CESAR, CPF: 719.828.682-87, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9224/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDUARDO JOSE DA COSTA MIRANDA, CPF: 769.762.892-91, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9225/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLAUDIO GERMANO SILVA E LIMA, CPF: 786.865.632-87, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9226/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JESSE SOUZA SALES, CPF: 826.005.032-34, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9227/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FYCHER CARLOS GOMES DE OLIVEIRA, CPF: 969.689.152-00, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9228/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELCLENICE DOURADO OLIVEIRA, CPF: 994.620.442-87, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9229/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FABRICIA NASCIMENTO DOS SANTOS, CPF: 998.210.102-10, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9230/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar NATALYA DE ARAUJO MENDES, matrícula: 25509, CPF: 009.903.902-84, do Cargo Comissionado de SL-IX Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9231/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JACKSON TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR, matrícula: 27297, CPF: 016.092.692-09, do Cargo Comissionado de SA-VIII Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9232/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar BRENO MIRANDA CORREIA, matrícula: 27131, CPF: 017.661.732-92, do Cargo Comissionado de MD-III Assistente de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9233/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar NATALIA DE ARAUJO CAMELO, matrícula: 19566, CPF: 019.266.042-02, do Cargo Comissionado de SA-VIII Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9234/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar KELVYN LUCENA DE SOUZA, matrícula: 24590, CPF: 025.467.742-80, do Cargo Comissionado de SA-VIII Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9235/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DANIELE DAS NEVES PEDROSA, matrícula: 25546, CPF: 027.122.012-05, do Cargo Comissionado de SL-XI Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9236/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MONIQUE QUEIROZ DE ABREU, matrícula: 25390, CPF: 028.999.831-05, do Cargo Comissionado de SL-XI Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9237/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FRANCISCO FERNANDO DA SILVA SANTOS, matrícula: 23956, CPF: 034.343.552-78, do Cargo Comissionado de SA-VIII Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9238/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LAIS CARLOS FONSECA TORRES, matrícula: 26476, CPF: 039.105.852-56, do Cargo Comissionado de PEM-IV Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 10 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9239/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar WALLACE WALTER BRAID DE MELO, matrícula: 18120, CPF: 049.832.622-53, do Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 25 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9240/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ALINE BENICIO DE SOUZA MOREIRA, matrícula: 27482, CPF: 052.814.257-73, do Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9241/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar WALDECY POMPILIO MARTINS, matrícula: 26857, CPF: 249.690.602-15, do Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9242/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SANDRA DOS SANTOS REIS, matrícula: 27098, CPF: 446.274.832-87, do Cargo Comissionado de PEM-III Diretor(a) de Centro**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 10 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9243/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ISABEL VICTORIA NEVES LOPES, matrícula: 25026, CPF: 542.151.532-04, do Cargo Comissionado de PEM-VI Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9244/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MOISES SANTOS SILVA, matrícula: 27429, CPF: 614.865.582-91, do Cargo Comissionado de CDA-VIII Assistente Administrativo**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9245/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDILENE FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula: 27330, CPF: 690.168.952-72, do Cargo Comissionado de CG-II Assessor(a) Especializado(a)**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9246/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar WESCLEY DE AZEVEDO PALHARES, matrícula: 25393, CPF: 710.792.382-04, do Cargo Comissionado de SL-XI Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9247/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JULIO CESAR MACHADO DA SILVA, matrícula: 27298, CPF: 737.954.452-72, do Cargo Comissionado de SL-XI Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9248/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar HILDOMAR PERES BARROSO JUNIOR, matrícula: 25444, CPF: 777.297.652-68, do Cargo Comissionado de SL-XI Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9249/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LIVIA SOUZA FERREIRA, matrícula: 26386, CPF: 829.100.492-72, do Cargo Comissionado de CAM-VI Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9250/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RICARDO ANTONIO DOS SANTOS, matrícula: 27285, CPF: 850.776.237-91, do Cargo Comissionado de SA-VIII Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9251/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CLEONILDE COSTA LEITE, matrícula: 27575, CPF: 891.747.042-49, do Cargo Comissionado de SL-VII Chefe de Gabinete de Comissões**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9252/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar KAREN CRISTINA CAMPOS DA SILVA, matrícula: 27422, CPF: 937.679.942-91, do Cargo Comissionado de CG-III Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de novembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9253/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LARICIA FERREIRA MAIA, CPF: 000.896.552-81, no Cargo Comissionado de CT-V Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9254/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALEXANDRINA AIRES DA SILVA, CPF: 001.646.912-78, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9255/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VLADIA VARELA MAGALHÃES, CPF: 004.283.352-33, no Cargo Comissionado de SA-VIII Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 15 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9256/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DIEGO PEIXOTO DE FARIAS, CPF: 009.008.592-29, no Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9257/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SANDY CLAUDIA CAMPOS ALEXANDRE, CPF: 014.191.052-64, no Cargo Comissionado de SF-III Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9258/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LAYANNE PACHECO PERES, CPF: 015.355.002-39, no Cargo Comissionado de CDA-IV Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9259/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JESSICA ALINE SOUSA PEIXOTO, CPF: 016.373.442-95, no Cargo Comissionado de MD-II Assessor(a) Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9260/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANALICE DA CONCEICAO SANTANA, CPF: 019.906.022-31, no Cargo Comissionado de SA-VIII Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9261/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RAYLAN CARDOSO GARCIA, CPF: 022.675.632-74, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9262/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DEBORA LAIS SOUZA DA SILVA, CPF: 024.112.682-70, no Cargo Comissionado de SA-VI Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9263/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARCOS BRUNO DOS SANTOS DIAS, CPF: 025.963.022-50, no Cargo Comissionado de OG-IV Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9264/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PRAYMAH VITTAY BRASIL RODRIGUES LIMA, CPF: 027.172.572-92, no Cargo Comissionado de SA-VIII Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9265/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO NETO, CPF: 028.433.202-08, no Cargo Comissionado de SA-IV Gerente**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9266/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JACQUELINE MARIANE SILVA SOUZA, CPF: 030.096.512-52, no Cargo Comissionado de SA-VI Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9267/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GISELEN DE ASSIS RIBEIRO, CPF: 031.430.102-07, no Cargo Comissionado de SL-IX Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9268/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GESSICA VIEIRA DOS SANTOS, CPF: 032.459.402-03, no Cargo Comissionado de SF-III Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9269/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CAIO VINNICIUS VALERIO DE CASTRO SANTOS, CPF: 032.854.472-81, no Cargo Comissionado de PEM-IV Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9270/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MIKAELLE DE OLIVEIRA TOLENTINO DA SILVA, CPF: 033.114.202-33, no Cargo Comissionado de OG-IV Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9271/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUCIENE DE SOUZA SILVA, CPF: 033.298.502-48, no Cargo Comissionado de PEM-IV Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 10 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9272/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CINTHIA KATARINA NEPONUCENO BASTOS, CPF: 033.328.992-79, no Cargo Comissionado de PRC-VII Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9273/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear THAIS FERNANDA DE CASTRO MORAES, CPF: 033.441.562-41, no Cargo Comissionado de SL-XI Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9274/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KAREN TATIANE MESQUITA BATISTA, CPF: 035.770.552-19, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9275/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSIENE CONCEIÇÃO DOS SANTOS, CPF: 038.956.862-71, no Cargo Comissionado de SA-VI Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9276/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ERICA CRISTINA DOS SANTOS LOBO, CPF: 043.752.602-03, no Cargo Comissionado de CDA-VI Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9277/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUIZ FRANCISCO RODRIGUES LAVOR, CPF: 047.048.332-67, no Cargo Comissionado de SL-XI Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9278/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear BIANCA BEATRIZ PENÇO LIMA DE OLIVEIRA, CPF: 048.623.972-12, no Cargo Comissionado de SL-IV Assessor(a) de Assistencia as Comissões**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9279/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SAIDE MAGALHAES ASSEN, CPF: 074.922.782-68, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9280/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear WINICYUS GONCALVES DE LIMA, CPF: 119.763.536-02, no Cargo Comissionado de SC-VII Assessor(a) Parlamentar de Comunicacao**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9281/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANANETE TEIXEIRA LARANJEIRA GOMEZ, CPF: 182.836.162-34, no Cargo Comissionado de SL-V Secretario(a) de Comissão**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9282/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOSAFA VIANA FERREIRA, CPF: 188.703.842-68, no Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9283/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RAINIER DE LIMA, CPF: 241.748.582-68, no Cargo Comissionado de SL-XI Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9284/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROQUE PEREIRA DE SA, CPF: 281.035.055-87, no Cargo Comissionado de SA-VIII Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9285/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SAMUEL DE MELO PONTES, CPF: 332.352.102-10, no Cargo Comissionado de ECL-I Diretor(a) Executivo**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9286/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA LUCIALDA DA SILVA REIS, CPF: 446.425.802-63, no Cargo Comissionado de MD-II Assessor(a) Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9287/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSELI RIBEIRO, CPF: 447.334.702-82, no Cargo Comissionado de PEM-V Gerente de Projeto**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9288/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELIANE MONTEIRO BORGES FEITOSA, CPF: 489.271.393-72, no Cargo Comissionado de SL-XI Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9289/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELIETE EROTILDES DE SOUZA PENA FERREIRA, CPF: 494.112.256-91, no Cargo Comissionado de CAM-VI Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9290/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CELIA ALBUQUERQUE FERREIRA GOMES, CPF: 525.382.652-15, no Cargo Comissionado de CT-V Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9291/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PATRICIA BARROS OLIVEIRA SILVA, CPF: 542.500.052-91, no Cargo Comissionado de SL-XI Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9292/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PAULA NARJARA MONTENEGRO DE MOURA, CPF: 574.591.772-53, no Cargo Comissionado de CM-VI Assessor(a) Parlamentar Militar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9293/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MAZZONEY DOS ANJOS DE MELO, CPF: 614.290.072-49, no Cargo Comissionado de CM-IV Assessor(a) Tecnico Militar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9294/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELSON SILVA, CPF: 620.917.862-68, no Cargo Comissionado de CM-IV Assessor(a) Tecnico Militar**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9295/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PAULA VITORIA DE SOUZA CRUZ, CPF: 633.410.182-04, no Cargo Comissionado de CDA-VII Assistente Operacional**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9296/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDREA SIMONE KIRSCHNER, CPF: 645.510.750-00, no Cargo Comissionado de MD-III Assistente de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9297/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PEDRO GABRIEL DE CARVALHO ALKAS, CPF: 698.325.791-04, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9298/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MAKISON SAMITA LIMA, CPF: 701.267.172-65, no Cargo Comissionado de SA-VIII Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9299/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear WANDEL SOUZA LEAO, CPF: 702.833.922-07, no Cargo Comissionado de SL-IX Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9300/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALESSANDRA DE SOUZA SANTOS, CPF: 742.947.252-49, no Cargo Comissionado de SF-III Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9301/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear TEREZINHA DE JESUS ALENCAR, CPF: 748.276.002-44, no Cargo Comissionado de PEM-VI Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 10 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9302/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELIVANDRO TATAIRA COUTINHO, CPF: 754.400.592-53, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9303/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GRACIANE SILVA OLIVEIRA, CPF: 784.721.642-68, no Cargo Comissionado de CAM-IV Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9304/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE MELO, CPF: 800.278.812-53, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9305/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARCIO DA SILVA PEIXOTO, CPF: 820.075.002-72, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9306/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RICARDO GUIMARAES SILVA, CPF: 835.948.172-53, no Cargo Comissionado de MD-IV Assistente Administrativo**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9307/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOSIANE GRANDE DA SILVA, CPF: 837.703.052-72, no Cargo Comissionado de CR-V Assistente Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9308/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CAMILA DAYANE PEREIRA RODRIGUES, CPF: 927.455.712-49, no Cargo Comissionado de SL-V Secretario(a) de Comissão**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9309/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA ADELAIDE COELHO CABRAL, CPF: 927.516.017-15, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9310/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MEG VANESSA MARTINS WANDERLEY, CPF: 936.466.312-87, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9311/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear AMANDA AIRES DA SILVA, CPF: 978.380.392-15, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9312/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA APARECIDA GUIMARAES ALMEIDA DE MACEDO, CPF: 980.448.344-00, no Cargo Comissionado de PEM-IV Assessor(a) Tecnico**,** integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 10 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9313/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar VITORIA CARVALHO DE MELO, matrícula: 26439, CPF: 003.539.172-30, do Cargo Comissionado de CDA-III Assessor(a) Especial, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear VITORIA CARVALHO DE MELO, matrícula: 26439, CPF: 003.539.172-30, no Cargo Comissionado de SL-V Secretario(a) de Comissão, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9314/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CAROLINE DA SILVA SARTORI BRAGA, matrícula: 27258, CPF: 016.040.090-20, do Cargo Comissionado de ECL-VI Gerente Regional, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear CAROLINE DA SILVA SARTORI BRAGA, matrícula: 27258, CPF: 016.040.090-20, no Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9315/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar VANESSA SOUZA BRITO, matrícula: 21383, CPF: 016.797.692-35, do Cargo Comissionado de SC-IX Assistente Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear VANESSA SOUZA BRITO, matrícula: 21383, CPF: 016.797.692-35, no Cargo Comissionado de SC-IV Assessor(a) Especial de Comunicacao, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9316/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar PRICILA VIEIRA E SILVA, matrícula: 24731, CPF: 016.804.262-22, do Cargo Comissionado de CDA-IV Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear PRICILA VIEIRA E SILVA, matrícula: 24731, CPF: 016.804.262-22, no Cargo Comissionado de SGP-VI Assistente Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9317/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CLEIDE GOMES CORREA, matrícula: 24907, CPF: 018.104.682-21, do Cargo Comissionado de SL-IX Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear CLEIDE GOMES CORREA, matrícula: 24907, CPF: 018.104.682-21, no Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

RESOLUÇÃO Nº 9318/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DYESSICA LEIDIANE DA SILVA GOLLE, matrícula: 18407, CPF: 018.252.012-93, do Cargo Comissionado de SL-IX Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear DYESSICA LEIDIANE DA SILVA GOLLE, matrícula: 18407, CPF: 018.252.012-93, no Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9319/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FELIPE BARROS DA SILVA, matrícula: 26616, CPF: 024.442.362-89, do Cargo Comissionado de SPE-V Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear FELIPE BARROS DA SILVA, matrícula: 26616, CPF: 024.442.362-89, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9320/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RAYANE REIS DE LIMA, matrícula: 24408, CPF: 024.550.952-66, do Cargo Comissionado de SL-VII Chefe de Gabinete de Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear RAYANE REIS DE LIMA, matrícula: 24408, CPF: 024.550.952-66, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9321/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FRANCISCO ROBERTO DO NASCIMENTO, matrícula: 27157, CPF: 027.876.602-15, do Cargo Comissionado de CDA-IV Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear FRANCISCO ROBERTO DO NASCIMENTO, matrícula: 27157, CPF: 027.876.602-15, no Cargo Comissionado de MD-II Assessor(a) Parlamentar, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9322/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DAVI LEAL DE JESUS, matrícula: 22035, CPF: 028.266.962-03, do Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear DAVI LEAL DE JESUS, matrícula: 22035, CPF: 028.266.962-03, no Cargo Comissionado de PRC-V Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9323/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANTONIA THAYNARA ALENCAR VASCONCELOS, matrícula: 26870, CPF: 028.873.192-13, do Cargo Comissionado de SL-XIII Assessor(a) Especial, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ANTONIA THAYNARA ALENCAR VASCONCELOS, matrícula: 26870, CPF: 028.873.192-13, no Cargo Comissionado de SG-IV Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9324/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DOUGLAS PEREIRA DE FARIAS, matrícula: 25825, CPF: 031.520.622-57, do Cargo Comissionado de ECL-III Coordenador(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear DOUGLAS PEREIRA DE FARIAS, matrícula: 25825, CPF: 031.520.622-57, no Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9325/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar PAULO RENATO BARBOSA JUNIOR, matrícula: 26221, CPF: 033.277.182-29, do Cargo Comissionado de SL-IX Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear PAULO RENATO BARBOSA JUNIOR, matrícula: 26221, CPF: 033.277.182-29, no Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9326/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar NATASCHA BREVES SENA, matrícula: 26059, CPF: 039.015.762-74, do Cargo Comissionado de ECL-VI Gerente Regional, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear NATASCHA BREVES SENA, matrícula: 26059, CPF: 039.015.762-74, no Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9327/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LIZMENA REZEK DE ARAUJO ALMEIDA, matrícula: 27441, CPF: 039.188.054-33, do Cargo Comissionado de SG-IV Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear LIZMENA REZEK DE ARAUJO ALMEIDA, matrícula: 27441, CPF: 039.188.054-33, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9328/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar KARINE SOUSA MENDES, matrícula: 24677, CPF: 053.300.482-90, do Cargo Comissionado de SL-VI Assessor de Apoio as Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear KARINE SOUSA MENDES, matrícula: 24677, CPF: 053.300.482-90, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9329/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LUIZ GUSTAVO AYRES BARROS, matrícula: 21520, CPF: 077.659.419-25, do Cargo Comissionado de CPL-X Assistente Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear LUIZ GUSTAVO AYRES BARROS, matrícula: 21520, CPF: 077.659.419-25, no Cargo Comissionado de SA-VI Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

RESOLUÇÃO Nº 9330/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar VALTERNO RIBEIRO DOS REIS, matrícula: 25745, CPF: 323.301.202-06, do Cargo Comissionado de SL-V Secretario(a) de Comissão, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear VALTERNO RIBEIRO DOS REIS, matrícula: 25745, CPF: 323.301.202-06, no Cargo Comissionado de SL-IV Assessor(a) de Assistencia as Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9331/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RIGOBERTO PARENTE CUNHA, matrícula: 20196, CPF: 446.988.602-53, do Cargo Comissionado de ECL-VI Gerente Regional, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear RIGOBERTO PARENTE CUNHA, matrícula: 20196, CPF: 446.988.602-53, no Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9332/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LINDETE DA SILVA SOUZA PINHEIRO, matrícula: 26758, CPF: 447.309.262-34, do Cargo Comissionado de SL-VI Assessor de Apoio as Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear LINDETE DA SILVA SOUZA PINHEIRO, matrícula: 26758, CPF: 447.309.262-34, no Cargo Comissionado de SG-IV Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9333/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANTONIO JANDRE ALBUQUERQUE TELES, matrícula: 23777, CPF: 485.000.463-68, do Cargo Comissionado de CDA-VI Assistente Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ANTONIO JANDRE ALBUQUERQUE TELES, matrícula: 23777, CPF: 485.000.463-68, no Cargo Comissionado de SA-VI Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9334/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JOSE HAROLDO RIBEIRO SOUSA FILHO, matrícula: 27134, CPF: 510.828.372-53, do Cargo Comissionado de PRC-VII Assistente Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear JOSE HAROLDO RIBEIRO SOUSA FILHO, matrícula: 27134, CPF: 510.828.372-53, no Cargo Comissionado de SL-XI Assistente Parlamentar, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9335/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LUCIA MARIA PEREIRA CARVALHO, matrícula: 23110, CPF: 511.740.812-87, do Cargo Comissionado de ECL-VI Gerente Regional, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear LUCIA MARIA PEREIRA CARVALHO, matrícula: 23110, CPF: 511.740.812-87, no Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9336/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DIEGO LEONARDO PALHETA LOPES, matrícula: 24403, CPF: 521.436.942-53, do Cargo Comissionado de SL-VII Chefe de Gabinete de Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear DIEGO LEONARDO PALHETA LOPES, matrícula: 24403, CPF: 521.436.942-53, no Cargo Comissionado de CDA-IV Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9337/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANDRESSA CRISTINA BARBOSA CARDOSO, matrícula: 22626, CPF: 530.346.002-91, do Cargo Comissionado de SL-VII Chefe de Gabinete de Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ANDRESSA CRISTINA BARBOSA CARDOSO, matrícula: 22626, CPF: 530.346.002-91, no Cargo Comissionado de SA-VIII Assistente Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9338/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JANAINA FERREIRA CHAVES, matrícula: 26207, CPF: 538.606.752-49, do Cargo Comissionado de ECL-VI Gerente Regional, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear JANAINA FERREIRA CHAVES, matrícula: 26207, CPF: 538.606.752-49, no Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9339/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar KELLIENE BARBOSA BARROS, matrícula: 23585, CPF: 592.882.642-72, do Cargo Comissionado de SGP-III Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear KELLIENE BARBOSA BARROS, matrícula: 23585, CPF: 592.882.642-72, no Cargo Comissionado de SL-VI Assessor de Apoio as Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9340/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MARIA LUIZA FIRMINO, matrícula: 23547, CPF: 616.470.552-53, do Cargo Comissionado de SGP-III Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear MARIA LUIZA FIRMINO, matrícula: 23547, CPF: 616.470.552-53, no Cargo Comissionado de SL-VI Assessor de Apoio as Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9341/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DANIEL DA SILVA LIMA, matrícula: 23575, CPF: 659.783.312-00, do Cargo Comissionado de SL-VII Chefe de Gabinete de Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear DANIEL DA SILVA LIMA, matrícula: 23575, CPF: 659.783.312-00, no Cargo Comissionado de CDA-IV Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9342/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JOICIANE DOS SANTOS MOTA, matrícula: 21484, CPF: 693.482.862-34, do Cargo Comissionado de SGP-III Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear JOICIANE DOS SANTOS MOTA, matrícula: 21484, CPF: 693.482.862-34, no Cargo Comissionado de SL-VI Assessor de Apoio as Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9343/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CILENE ALVES DA SILVA, matrícula: 21423, CPF: 744.175.412-72, do Cargo Comissionado de SGP-VI Assistente Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear CILENE ALVES DA SILVA, matrícula: 21423, CPF: 744.175.412-72, no Cargo Comissionado de SG-IV Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9344/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ELIUMARA BARROS PEREIRA, matrícula: 26335, CPF: 839.352.312-53, do Cargo Comissionado de SL-VII Chefe de Gabinete de Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ELIUMARA BARROS PEREIRA, matrícula: 26335, CPF: 839.352.312-53, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9345/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ELSON COSTA DA SILVA, matrícula: 26201, CPF: 930.705.602-10, do Cargo Comissionado de ECL-VI Gerente Regional, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ELSON COSTA DA SILVA, matrícula: 26201, CPF: 930.705.602-10, no Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9346/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DANIEL MAGALHAES PEREIRA, matrícula: 24928, CPF: 988.053.632-00, do Cargo Comissionado de SGP-VI Assistente Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear DANIEL MAGALHAES PEREIRA, matrícula: 24928, CPF: 988.053.632-00, no Cargo Comissionado de SA-VII Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9347/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDUARDA BASTOS CORDEIRO, matrícula: 26199, CPF: 998.239.262-04, do Cargo Comissionado de ECL-VI Gerente Regional, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear EDUARDA BASTOS CORDEIRO, matrícula: 26199, CPF: 998.239.262-04, no Cargo Comissionado de ECL-V Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9348/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LUCAS BERNARDO MESQUITA DA CRUZ, matrícula: 27140, CPF: 000.744.002-23, do Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-2 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear LUCAS BERNARDO MESQUITA DA CRUZ, matrícula: 27140, CPF: 000.744.002-23, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9349/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar IGOR CABRAL GRECO, matrícula: 22013, CPF: 003.416.992-09, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear IGOR CABRAL GRECO, matrícula: 22013, CPF: 003.416.992-09, no Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9350/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JOSE ALDEIR DANTAS DE SOUZA JUNIOR, matrícula: 25578, CPF: 004.515.792-83, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear JOSE ALDEIR DANTAS DE SOUZA JUNIOR, matrícula: 25578, CPF: 004.515.792-83, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-10 Secretário Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9351/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar IAGO FIGUEIREDO WANDERLEY, matrícula: 24020, CPF: 011.247.432-27, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear IAGO FIGUEIREDO WANDERLEY, matrícula: 24020, CPF: 011.247.432-27, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9352/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LORENA BALTAR DE SALES FERREIRA RODRIGUES, matrícula: 26866, CPF: 011.423.382-90, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear LORENA BALTAR DE SALES FERREIRA RODRIGUES, matrícula: 26866, CPF: 011.423.382-90, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9353/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JENNYFFER BEATTRIZ DE OLIVEIRA PIRES, matrícula: 27567, CPF: 016.874.442-26, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear JENNYFFER BEATTRIZ DE OLIVEIRA PIRES, matrícula: 27567, CPF: 016.874.442-26, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9354/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ADRIANE REIS DE LIMA, matrícula: 22622, CPF: 017.715.702-02, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ADRIANE REIS DE LIMA, matrícula: 22622, CPF: 017.715.702-02, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9355/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RAYANNE DA CRUZ BATISTA, matrícula: 24407, CPF: 020.212.352-97, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear RAYANNE DA CRUZ BATISTA, matrícula: 24407, CPF: 020.212.352-97, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9356/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar TULIO RAFAEL PEREIRA DE SOUZA, matrícula: 23632, CPF: 028.519.432-19, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear TULIO RAFAEL PEREIRA DE SOUZA, matrícula: 23632, CPF: 028.519.432-19, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9357/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JEFFERSON MANDUCA MOREIRA DA SILVA, matrícula: 27142, CPF: 029.313.612-24, do Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-2 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear JEFFERSON MANDUCA MOREIRA DA SILVA, matrícula: 27142, CPF: 029.313.612-24, no Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9358/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LUIZ FELIPE OLIVEIRA DA ROCHA, matrícula: 24394, CPF: 031.079.772-17, do Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-2 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear LUIZ FELIPE OLIVEIRA DA ROCHA, matrícula: 24394, CPF: 031.079.772-17, no Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9359/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DIEGO RAFAEL TUKUMANTEL MILESKI, matrícula: 25629, CPF: 058.043.949-67, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear DIEGO RAFAEL TUKUMANTEL MILESKI, matrícula: 25629, CPF: 058.043.949-67, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-10 Secretário Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9360/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar PAULO HELIO PEREIRA ALVES NETO, matrícula: 27145, CPF: 084.321.164-40, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear PAULO HELIO PEREIRA ALVES NETO, matrícula: 27145, CPF: 084.321.164-40, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9361/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SANDRA MARIA DO CARMO FEITOSA, matrícula: 26310, CPF: 225.391.662-53, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-10 Secretário Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear SANDRA MARIA DO CARMO FEITOSA, matrícula: 26310, CPF: 225.391.662-53, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9362/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MARIA NEUSA LEAL COSTA, matrícula: 26276, CPF: 241.164.403-53, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear MARIA NEUSA LEAL COSTA, matrícula: 26276, CPF: 241.164.403-53, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-10 Secretário Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9363/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ROSANA BATISTA ELEUTERIO, matrícula: 21984, CPF: 267.892.482-34, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ROSANA BATISTA ELEUTERIO, matrícula: 21984, CPF: 267.892.482-34, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9364/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LIDIANNE ALVES GOMES, matrícula: 25680, CPF: 382.899.112-20, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear LIDIANNE ALVES GOMES, matrícula: 25680, CPF: 382.899.112-20, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9365/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LUIZ OTAVIO PINHO DA COSTA, matrícula: 26949, CPF: 447.347.602-25, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-6 Assessor Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear LUIZ OTAVIO PINHO DA COSTA, matrícula: 26949, CPF: 447.347.602-25, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9366/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ALTAMIR RODRIGUES DA SILVA JUNIOR, matrícula: 25478, CPF: 528.174.822-04, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ALTAMIR RODRIGUES DA SILVA JUNIOR, matrícula: 25478, CPF: 528.174.822-04, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9367/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar PAMELA MORAES DE SOUZA, matrícula: 21954, CPF: 531.693.792-91, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-6 Assessor Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear PAMELA MORAES DE SOUZA, matrícula: 21954, CPF: 531.693.792-91, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-6 Assessor Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9368/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar THAIS DE MORAES MONTEIRO, matrícula: 23529, CPF: 539.068.962-34, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-4 ASSESSOR PARLAMENTAR ESPECIALIZADO**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear THAIS DE MORAES MONTEIRO, matrícula: 23529, CPF: 539.068.962-34, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-2 Coordenador Regional de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9369/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar YSMAEL QUINTANS ORTIZ, matrícula: 23126, CPF: 541.746.782-00, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-6 Assessor Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear YSMAEL QUINTANS ORTIZ, matrícula: 23126, CPF: 541.746.782-00, no Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9370/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MARIA IRENE DE SOUSA LIMA, matrícula: 27375, CPF: 566.226.003-68, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear MARIA IRENE DE SOUSA LIMA, matrícula: 27375, CPF: 566.226.003-68, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9371/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FABIANA SERRAO NOGUEIRA, matrícula: 26202, CPF: 574.306.832-15, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-10 Secretário Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear FABIANA SERRAO NOGUEIRA, matrícula: 26202, CPF: 574.306.832-15, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9372/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DHONNYS CARLOS DA SILVA SILVA, matrícula: 16411, CPF: 602.669.303-36, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-4 ASSESSOR PARLAMENTAR ESPECIALIZADO**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear DHONNYS CARLOS DA SILVA SILVA, matrícula: 16411, CPF: 602.669.303-36, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-2 Coordenador Regional de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9373/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CARMEN LUCIA RODRIGUES, matrícula: 26249, CPF: 609.673.589-49, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-10 Secretário Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear CARMEN LUCIA RODRIGUES, matrícula: 26249, CPF: 609.673.589-49, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9374/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDILEIA MONTENEGRO PEIXOTO, matrícula: 26410, CPF: 617.600.992-87, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear EDILEIA MONTENEGRO PEIXOTO, matrícula: 26410, CPF: 617.600.992-87, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9375/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EZAIAS ALVES BASTOS, matrícula: 27138, CPF: 627.023.602-97, do Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-2 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear EZAIAS ALVES BASTOS, matrícula: 27138, CPF: 627.023.602-97, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9376/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ALDILENE VIDAL OLIVEIRA SERRA, matrícula: 27517, CPF: 669.355.632-91, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-6 Assessor Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ALDILENE VIDAL OLIVEIRA SERRA, matrícula: 27517, CPF: 669.355.632-91, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9377/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FRANCISCO GLEITON MARTINS DE OLIVEIRA, matrícula: 21967, CPF: 713.203.342-53, do Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear FRANCISCO GLEITON MARTINS DE OLIVEIRA, matrícula: 21967, CPF: 713.203.342-53, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9378/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DORILENE FONSECA ROXO, matrícula: 19722, CPF: 724.816.682-00, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-6 Assessor Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear DORILENE FONSECA ROXO, matrícula: 19722, CPF: 724.816.682-00, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-4 ASSESSOR PARLAMENTAR ESPECIALIZADO**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9379/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MARCIO SARAIVA DO NASCIMENTO, matrícula: 25581, CPF: 750.954.672-91, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear MARCIO SARAIVA DO NASCIMENTO, matrícula: 25581, CPF: 750.954.672-91, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-10 Secretário Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9380/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MIRLENE PEREIRA DA SILVA MARQUES, matrícula: 25128, CPF: 769.416.202-34, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear MIRLENE PEREIRA DA SILVA MARQUES, matrícula: 25128, CPF: 769.416.202-34, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9381/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MELQUIZEDEQUE CARDOSO DA SILVA, matrícula: 27377, CPF: 779.362.642-72, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear MELQUIZEDEQUE CARDOSO DA SILVA, matrícula: 27377, CPF: 779.362.642-72, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9382/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LEANDRO BARAUNA BRANDAO, matrícula: 25580, CPF: 781.962.132-04, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear LEANDRO BARAUNA BRANDAO, matrícula: 25580, CPF: 781.962.132-04, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-10 Secretário Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9383/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SIRLEIA OLIVEIRA DE PAULA, matrícula: 22027, CPF: 790.316.092-34, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-6 Assessor Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear SIRLEIA OLIVEIRA DE PAULA, matrícula: 22027, CPF: 790.316.092-34, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-2 Coordenador Regional de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9384/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MARISTELA DA CRUZ, matrícula: 21979, CPF: 795.600.402-00, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear MARISTELA DA CRUZ, matrícula: 21979, CPF: 795.600.402-00, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9385/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SUELI CARVALHO DA SILVA, matrícula: 25490, CPF: 796.608.352-72, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-6 Assessor Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear SUELI CARVALHO DA SILVA, matrícula: 25490, CPF: 796.608.352-72, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-8 Assistente Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9386/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LUIZA EMANOELA FERREIRA DA SILVA, matrícula: 23990, CPF: 805.227.692-68, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear LUIZA EMANOELA FERREIRA DA SILVA, matrícula: 23990, CPF: 805.227.692-68, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9387/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DAINE PESSOA PINTO, matrícula: 23311, CPF: 805.479.152-68, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-5 Assessor Tecnico Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear DAINE PESSOA PINTO, matrícula: 23311, CPF: 805.479.152-68, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-6 Assessor Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9388/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JOAO FIRMINO MESQUITA JUNIOR, matrícula: 21282, CPF: 816.226.512-00, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear JOAO FIRMINO MESQUITA JUNIOR, matrícula: 21282, CPF: 816.226.512-00, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9389/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ADRIANA MICARLA DE ASSIS, matrícula: 22059, CPF: 836.423.822-15, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-10 Secretário Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ADRIANA MICARLA DE ASSIS, matrícula: 22059, CPF: 836.423.822-15, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9390/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar KARINE CALIXTO LAMPERT, matrícula: 21975, CPF: 838.926.802-72, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear KARINE CALIXTO LAMPERT, matrícula: 21975, CPF: 838.926.802-72, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9391/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar THIAGO ALVES CRUZ, matrícula: 25366, CPF: 874.920.832-20, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear THIAGO ALVES CRUZ, matrícula: 25366, CPF: 874.920.832-20, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9392/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDSON JUAN FERREIRA NASCIMENTO, matrícula: 24672, CPF: 910.807.462-34, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear EDSON JUAN FERREIRA NASCIMENTO, matrícula: 24672, CPF: 910.807.462-34, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9393/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANTONIA CASTRO DE SOUSA, matrícula: 24668, CPF: 929.241.402-00, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ANTONIA CASTRO DE SOUSA, matrícula: 24668, CPF: 929.241.402-00, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9394/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FERNANDO CHAVES DE OLIVEIRA, matrícula: 24131, CPF: 934.777.592-49, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear FERNANDO CHAVES DE OLIVEIRA, matrícula: 24131, CPF: 934.777.592-49, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-7 Assistente Tecnico Especializado**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9395/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JOUBERTH OLIVEIRA ALBUQUERQUE, matrícula: 27514, CPF: 971.586.742-15, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear JOUBERTH OLIVEIRA ALBUQUERQUE, matrícula: 27514, CPF: 971.586.742-15, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9396/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LARISSA LEITE DE SOUZA, matrícula: 22018, CPF: 994.771.222-20, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear LARISSA LEITE DE SOUZA, matrícula: 22018, CPF: 994.771.222-20, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9397/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar YARA DE OLIVEIRA FERNANDES, matrícula: 26680, CPF: 008.413.512-36, do Cargo Comissionado de MD-IV Assistente Administrativo, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear YARA DE OLIVEIRA FERNANDES, matrícula: 26680, CPF: 008.413.512-36, no Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9398/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar BEATRIZ DIAS BORGES TEIXEIRA, matrícula: 27390, CPF: 011.614.562-52, do Cargo Comissionado de CT-V Assistente Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear BEATRIZ DIAS BORGES TEIXEIRA, matrícula: 27390, CPF: 011.614.562-52, no Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9399/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MIRLA KELLEN MENDES NUNES, matrícula: 23840, CPF: 012.026.492-70, do Cargo Comissionado de MD-II Assessor(a) Parlamentar, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear MIRLA KELLEN MENDES NUNES, matrícula: 23840, CPF: 012.026.492-70, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-10 Secretário Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9400/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar VICENTE ADOLFO BRASIL, matrícula: 26759, CPF: 211.477.523-20, do Cargo Comissionado de SL-VI Assessor de Apoio as Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear VICENTE ADOLFO BRASIL, matrícula: 26759, CPF: 211.477.523-20, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9401/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANNE KELLY QUEIROZ LAMY, matrícula: 27532, CPF: 736.831.592-00, do Cargo Comissionado de SL-IX Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ANNE KELLY QUEIROZ LAMY, matrícula: 27532, CPF: 736.831.592-00, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9402/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RENAN DE ALMEIDA GONCALVES, matrícula: 25411, CPF: 827.215.302-59, do Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear RENAN DE ALMEIDA GONCALVES, matrícula: 25411, CPF: 827.215.302-59, no Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9403/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ROGERIO MATOS MOREIRA TRAJANO JUNIOR, matrícula: 25412, CPF: 854.212.352-20, do Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ROGERIO MATOS MOREIRA TRAJANO JUNIOR, matrícula: 25412, CPF: 854.212.352-20, no Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9404/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SAMARA AMORIM DA SILVA, matrícula: 25184, CPF: 880.915.112-72, do Cargo Comissionado de ECL-VIII Assistente de Gabinete, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear SAMARA AMORIM DA SILVA, matrícula: 25184, CPF: 880.915.112-72, no Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9405/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar NIVEA DE SOUSA FONSECA, matrícula: 26560, CPF: 002.704.092-54, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear NIVEA DE SOUSA FONSECA, matrícula: 26560, CPF: 002.704.092-54, no Cargo Comissionado de SL-XIII Assessor(a) Especial, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9406/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar KENNYSON LIRA DE OLIVEIRA, matrícula: 27113, CPF: 011.943.982-43, do Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear KENNYSON LIRA DE OLIVEIRA, matrícula: 27113, CPF: 011.943.982-43, no Cargo Comissionado de SL-IX Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9407/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RUHAMA BORGES RODRIGUES, matrícula: 24002, CPF: 016.874.222-57, do Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear RUHAMA BORGES RODRIGUES, matrícula: 24002, CPF: 016.874.222-57, no Cargo Comissionado de SA-VII Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9408/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RICARDO SILVA VERAS, matrícula: 22423, CPF: 035.282.333-03, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear RICARDO SILVA VERAS, matrícula: 22423, CPF: 035.282.333-03, no Cargo Comissionado de SL-VIII Assessor(a) Tecnico Especializado, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9409/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SEBASTIAO SILVA CASTRO, matrícula: 22087, CPF: 201.095.632-04, do Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear SEBASTIAO SILVA CASTRO, matrícula: 22087, CPF: 201.095.632-04, no Cargo Comissionado de ECL-VI Gerente Regional, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9410/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANANDA JULLYENE FIGUEIREDO, matrícula: 22004, CPF: 507.986.002-25, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-5 Assessor Tecnico Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ANANDA JULLYENE FIGUEIREDO, matrícula: 22004, CPF: 507.986.002-25, no Cargo Comissionado de MD-I Assessor(a) Especial, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9411/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JALMARIA GARCIA DE FIGUEIREDO, matrícula: 24184, CPF: 654.341.612-20, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear JALMARIA GARCIA DE FIGUEIREDO, matrícula: 24184, CPF: 654.341.612-20, no Cargo Comissionado de SL-XI Assistente Parlamentar, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9412/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar REJANE PEREIRA SILVA, matrícula: 19229, CPF: 745.059.712-87, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-12 Auxiliar de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear REJANE PEREIRA SILVA, matrícula: 19229, CPF: 745.059.712-87, no Cargo Comissionado de SL-VII Chefe de Gabinete de Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9413/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SIMONE DE LIMA FERREIRA, matrícula: 24989, CPF: 777.912.902-00, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-11 Secretario Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear SIMONE DE LIMA FERREIRA, matrícula: 24989, CPF: 777.912.902-00, no Cargo Comissionado de CCJ-III Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9414/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MARCUS CEZAR GORBACHEV CRUZEIRO DE HOLLANDA, matrícula: 26767, CPF: 825.398.982-20, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-6 Assessor Tecnico de Gabinete**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear MARCUS CEZAR GORBACHEV CRUZEIRO DE HOLLANDA, matrícula: 26767, CPF: 825.398.982-20, no Cargo Comissionado de SL-IV Assessor(a) de Assistencia as Comissões, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 9415/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANDREZZA SOARES MESQUITA, matrícula: 26750, CPF: 825.399.952-68, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS-9 Assistente Parlamentar**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear ANDREZZA SOARES MESQUITA, matrícula: 26750, CPF: 825.399.952-68, no Cargo Comissionado de SA-VII Assessor(a) Tecnico, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 21 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

